

Sérgio Paulo Roberto

Introdução ao estudo dos Dogmas da Igreja Católica



Martyria

Introdução ao estudo dos Dogmas da Igreja Católica



DIOCESE DO
DIVINO ESPÍRITO SANTO
BAURU - SP - BRASIL



Imprimatur

Ao senhor
Sérgio Paulo Roberto
Fiel Católico Domiciliado Nesta Igreja Particular
Aprovação da Publicação do Escrito
Introdução ao Estudo dos Dogmas da Igreja Católica

CONSIDERADO o pedido da parte do Sr. Sérgio Paulo Roberto, em plena comunhão com a Igreja Católica, para obter aprovação para que possa licitamente publicar o escrito intitulado **INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DOS DOGMAS DA IGREJA CATÓLICA** que trata de questões relativas à Doutrina da Igreja.

CONSIDERADOS canonicamente consistentes os motivos apresentados do pedido; **VISTO** o teor do c. 827, §§ 2 e 3; e também o teor do c. 830; e ainda o teor do c. 829; **HAVENDO** recebido por escrito, *ad normam* do c. 830, § 2, parecer favorável da parte do Exmo. e Revmo. Padre Dr. Luiz Antônio Lopes Ricci.

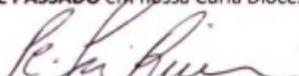
CONCEDO

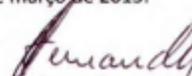
Ao Sr. Sérgio Paulo Roberto a aprovação da publicação do escrito **INTRODUÇÃO AO ESTUDO DOS DOGMAS DA IGREJA CATÓLICA**.

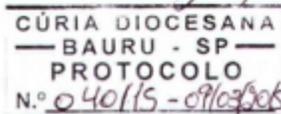
FICAM EXCLUÍDAS, *ad normam* do c. 829, deste *Imprimatur* eventuais revisões ou modificações do texto original do escrito **INTRODUÇÃO AO ESTUDO DOS DOGMAS DA IGREJA CATÓLICA**, para uma nova edição é necessária nova apreciação a aprovação.

NOTIFIQUE-SE a quem de direito, publique-se e archive-se.

DADO E PASSADO em nossa Cúria Diocesana de Bauru no dia 05 de março de 2015.


Padre Dr. Luiz Antônio Lopes Ricci


Diác. Antonio Arthur Fernandes
Chanceler do Bispado




Dom Frei Caetano Ferrari, OFM
Bispo Diocesano

Sérgio Paulo Roberto

Introdução ao estudo dos Dogmas da Igreja Católica

Martyria
2015

© 2015– Martyria Editora
Todos os direitos reservados.

Revisão, diagramação e capa: Márcio Carvalho

Capa: “A Disputa do Sacramento”, Rafael Sanzio (1483-1520), Vaticano.

Roberto, Sérgio Paulo. Introdução ao estudo dos Dogmas da Igreja Católica / Sérgio Paulo Roberto – Juiz de Fora, MG: Martyria, 2015.

ISBN: 978-85-67109-24-4

1. Dogmas 2. Igreja Católica 3. Teologia Fundamental I. Título

CDD – 230

Martyria *Cursos e Editora*
(32) 4141-2016
www.martyria.com.br
contato@martyria.com.br

“Tudo o que fizerdes, fazei para a glória de Deus”.
(1Co 10,31b)

“Não os temais, pois; porque nada há de escondido que não venha à luz, nada de secreto que não se venha a saber. O que vos digo na escuridão, dizei-o às claras. O que vos é dito ao ouvido, publicai-o de cima dos telhados. Portanto, quem der testemunho de mim diante dos homens, também eu darei testemunho dele diante de meu Pai que está nos céus”.
(Mt 10, 26s.32)

O Autor

Esta é a primeira obra publicada por Sérgio Paulo Roberto, católico leigo, paroquiano da Igreja de São Cristóvão, da Diocese de Bauru, São Paulo, onde durante muitos anos foi catequista na preparação de jovens para o sacramento da Crisma.

Casado, pai de dois filhos, administrador postal, formado também em Direito, é empregado da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos onde, atualmente, exerce a função de Chefe do Departamento de Logística.

Residindo provisoriamente em Brasília, DF, por força da atividade profissional, o autor é um pesquisador “amador” das coisas e fundamentos da religião católica. Suas pesquisas principais se situam no campo dos dogmas, objeto deste livro, da Sagrada Escritura e do Santo Sudário de Turim. É professor do Curso de Iniciação Bíblica do site *cursoscatolicos.com.br* desde 2012.

Alguns demônios saíram com o Diabo para aprender suas artes demoníacas. O Diabo ia pelo caminho dos homens de bem, deixando aqui e acolá alguns pedaços da verdade.

Os demônios estavam aflitos, sem entender porque o pai da mentira estava espalhando pedaços da verdade. O Diabo, que conhecia seus pensamentos, não demonstrava nenhuma preocupação.

Até que um homem de boas intenções, que ia pelo caminho, encontrou um dos pedaços da verdade que o Diabo tinha espalhado e, após meditar um pouco, saiu todo feliz pelo caminho. Aquilo alarmou ainda mais os demônios aprendizes que, então, tomando coragem, questionaram o líder:

- Mestre do Mal, Grande e Demoníaco Satanás, o senhor viu? Aquele homem encontrou um dos pedaços da verdade que Vossa Maldade Absoluta deixou cair no caminho! E agora?

- Não se preocupem, respondeu o diabo. Isso é bom...

Os demônios ficaram ainda mais apavorados e pensaram: “Nosso maldoso e infernal líder não está regulando bem as ideias. Sai espalhando a verdade entre os homens, e ainda diz que isso é bom...”

Novamente o diabo, conhecendo as aflições de seus auxiliares, lhes disse:

- Não se preocupem. O que vocês acham que aquele homem pode fazer com o que encontrou?

- Ora, mestre. Ele pode se voltar ainda mais para o lado de nosso maior inimigo, “Aquele que é” a Verdade! E isso não é bom para nós. O que faremos agora?

- Calma, incrédulos. Acreditem em mim, e no que eu estou fazendo. Sabem o que aquele homem de boas intenções, com apenas um pedaço da verdade, vai fazer?

- Não. O que ele vai fazer?

- O que muitos outros antes dele fizeram: vai criar uma nova

igreja. E isso é bom para nós, porque vai afastar muitos outros da verdadeira Igreja...

Autor desconhecido (adaptado)

Qual é, afinal, o conteúdo e o sentido da fé cristã? Eis uma pergunta que, hoje em dia, está cercada de uma névoa de incerteza mais pesada do que em qualquer outro momento da história. O observador do movimento teológico do último século que não seja do número daqueles levianos que sempre julgam melhor o novo, sem se dar ao trabalho de analisar, poder-se-ia sentir lembrado da velha estória do “Joãozinho feliz”. Era uma vez, assim reza a lenda, um Joãozinho possuidor de uma riquíssima pepita de ouro. Mas, feliz e comodista, julgou-a pesada demais, trocando-a por cavalo; o cavalo por uma vaca, a vaca foi barganhada por um ganso e o ganso por uma pedra de amolar; finalmente a pedra foi lançada ao rio, sem que o dono se achasse muito prejudicado. Pelo contrário, acreditou ter finalmente conquistado o dom mais precioso da liberdade completa: livre da sua pepita, livre do cavalo, da vaca, do ganso e da pedra de afiar. Quanto tempo teria durado o seu fascínio? Quão tenebroso lhe foi o despertar na estória de sua presumida libertação? A fábula silencia sobre isso, deixando-o por conta da fantasia de cada leitor. O cristão hodierno é avassalado, não raras vezes, por questões como: a nossa teologia dos últimos anos não teria enveredado por um caminho parecido? Não teria minimizado a exigência da fé, sentida como pesada demais, interpretando-a, gradativamente, em sentido sempre mais largo; sempre apenas o suficiente para poder arriscar o próximo passo? E o pobre Joãozinho, o cristão, que se deixou levar, confiante, de interpretação em interpretação, não acabará detendo entre as mãos, em lugar da pepita de ouro, uma simples pedra de amolar, que poderá

sosegadamente jogar no fundo de um rio?

Joseph Ratzinger. Introdução ao Cristianismo

Sumário

Prefácio (Pe. Luiz Antônio Lopes Ricci) 13

Apresentação

Capítulo I - Alguns importantes conceitos preliminares

A Revelação

O Depósito da Fé (*depositum fidei*)

O Sagrado Magistério

A Sucessão Apostólica

A Sagrada Tradição

Os Padres da Igreja

Padres gregos e Padres latinos

Padres da Capadócia

Padres do Deserto

Doutores da Igreja

Os Santos Padres e a Tradição

A Doutrina Católica

A Fé

Resumindo até aqui

Capítulo II: Primeiros “contatos” com os dogmas

O que é um Dogma?

Qual o problema com os Dogmas?

O repúdio “moderno” aos dogmas

Capítulo III: Podem os dogmas ser objeto de estudos?

Fatos e Mistérios da fé cristã

Capítulo IV: Antes dos dogmas

O Kérygma

Os Símbolos da Fé

O Símbolo dos Apóstolos

Símbolo Niceno-Constantinopolitano

Credo de Atanásio (Símbolo *Quicumque*).

O Símbolo dos Apóstolos é bíblico?

Capítulo V: O nascimento dos dogmas cristãos

Heresias

Apologética

Ortodoxia, heterodoxia e heresia

As origens das heresias

As primeiras heresias

Os judaizantes

O gnosticismo

Manter a unidade

Capítulo VI: Ainda as heresias

As principais heresias “cristãs”

Por que tantas heresias?

Capítulo VII: O que é Excomunhão

O Código de Direito Canônico

As finalidades da Excomunhão

A Excomunhão é bíblica?

Anátema

Capítulo VIII: Hipóteses, Verdades de fé e Dogmas

Desenvolvimento do dogma

O 5º dogma Mariano

Um Concílio aprofunda declaração dogmática de outro Concílio

Deus é Um em três Pessoas. Três pessoas?

Hierarquia dos Dogmas: o que é isso?

Capítulo IX: Os Concílios da Igreja Católica

“Pareceu bem ao Espírito Santo...”

Concílios Ecumênicos

Capítulo X: Os 21 Concílios Ecumênicos

1. Concílio de Nicéia I
2. Concílio de Constantinopla I
3. Concílio de Éfeso
4. Concílio de Calcedônia
5. Concílio de Constantinopla II
6. Concílio de Constantinopla III
7. Concílio de Nicéia II
8. Concílio de Constantinopla IV
9. Concílio de Latrão I
10. Concílio de Latrão II
11. Concílio de Latrão III
12. Concílio de Latrão IV
13. Concílio de Lyon I (França)
14. Concílio de Lyon II
15. Concílio de Vienne (França)
16. Concílio de Constança (Alemanha)
17. Concílio de Basileia-Ferrara-Florença
18. Concílio de Latrão V
19. Concílio de Trento
20. Concílio do Vaticano I
21. Concílio do Vaticano II

Capítulo XI: Voltando aos Dogmas

A autoridade da Igreja

O que é a Verdade?

Infalibilidade

Os Dogmas e os Papas

Capítulo XII: Os Dogmas Católicos

Quantos são os Dogmas?

Capítulo XIII: Creio em um só Deus

1. Deus existe, e pode ser reconhecido à luz da razão natural

Conhecimento de Deus por analogia

2. A existência de Deus é objeto de fé

3. Deus é Único

4. Deus é Eterno

5. Tudo o que existe foi criado por Deus a partir do nada

6. Caráter temporal do mundo

7. Conservação do mundo

Capítulo XIV: Creio em Jesus Cristo

8. Jesus Cristo, ainda que homem, é filho natural de Deus

9. Jesus Cristo é verdadeiro Deus e Filho de Deus por essência

10. Jesus possui duas naturezas que não se transformam nem se misturam

11. Cada uma das duas naturezas em Cristo possui uma própria vontade física e uma própria operação física

Capítulo XV: Por nós homens, e para a nossa salvação

12. O homem é formado por corpo material e alma espiritual

13. O pecado de Adão se propaga a todos por geração, não por imitação

14. O homem caído não pode redimir-se a si próprio

Capítulo XVI: Nasceu da Virgem Maria

15. A Imaculada Conceição de Maria

16. Maria, Mãe de Deus

17. A Assunção de Maria

18. Maria, Virgem

Capítulo XVII: Foi crucificado, morto e sepultado

19. Cristo imolou-se a si mesmo na cruz como verdadeiro e próprio sacrifício

20. Cristo nos resgatou e reconciliou com Deus por meio do sacrifício de sua morte na cruz

Capítulo XVIII: Ressuscitou ao terceiro dia

21. Ao terceiro dia após sua morte, Cristo ressuscitou glorioso dentre os mortos

22. Cristo subiu em corpo e alma aos céus e está sentado à direita de Deus Pai

23. A segunda vinda de Cristo e o fim do mundo

24. O juízo particular

25. O juízo universal

Capítulo XIX: Creio no Espírito Santo

26. A Santíssima Trindade

Capítulo XX: Creio na Igreja Católica

27. A Igreja foi fundada por Jesus Cristo

28. Cristo constituiu Pedro como primeiro entre os Apóstolos e cabeça visível de toda Igreja, conferindo-lhe o primado da jurisdição.

29. A Ordem é verdadeiro e próprio sacramento instituído por Cristo

30. O Papa possui o pleno e supremo poder de jurisdição sobre toda a Igreja, seja nas coisas de fé e costumes, seja nas de disciplina e governo da Igreja

31. O Papa é infalível sempre que se pronuncia *Ex Cathedra*.

32. A Igreja é infalível quando faz definição em matéria de fé e de costumes

Capítulo XXI: Creio na remissão dos pecados

33. O batismo é verdadeiro sacramento instituído por Jesus Cristo

34. A Confirmação é verdadeiro e próprio sacramento

35. A Eucaristia é verdadeiro e próprio Sacramento instituído por Jesus Cristo

36. Cristo está presente no sacramento do altar pela transubstanciação de toda a substância do pão em seu corpo e toda substância do vinho em seu sangue

37. A Igreja recebeu de Cristo o poder de perdoar os pecados cometidos após o Batismo

38. A Confissão sacramental dos pecados está prescrita por direito divino e é necessária para a salvação

39. A Unção dos Enfermos é verdadeiro e próprio sacramento instituído por Cristo

40. O Matrimônio é verdadeiro e próprio sacramento instituído por Cristo

Capítulo XXII: Creio na ressurreição da carne

41. A morte e sua origem

42. A ressurreição dos mortos no último dia

Capítulo XXIII: Creio na vida eterna

43. O Paraíso

44. O inferno

45. O Purgatório

Considerações finais

Apêndice ao Capítulo I: Os Doutores da Igreja

Apêndice ao Capítulo IV: O Credo do Povo de Deus

Apêndice ao Capítulo V: O cânon, livros canônicos e livros apócrifos

Apêndice ao Capítulo XII: Os Dogmas, segundo Ludwig Ott

Bibliografia

Prefácio

Uma proposta sólida para uma realidade líquida.

Estar inserido num contexto pós-moderno, denominado por Bauman de “modernidade líquida”,^[1] no qual os fundamentos são questionados e as mudanças, rápidas e profundas, produziram uma “mudança de época” (cf. *Documento de Aparecida*).^[2] Prefaciara obra como esta é significativo pela sua relevância e atualidade, além de ser uma oportuna publicação editorial. Voltar aos alicerces da fé cristã e eclesial é hoje um imperativo, sobretudo quando realidade plural se confunde com fundamentalismo, fanatismo, subjetivismo, relativismo ético e ausência de referência à verdade.

O estudo dos dogmas, na feliz metodologia adotada pelo autor, contribui tanto para fundamentar a fé como para “revelar a grandeza da vocação dos fiéis em Cristo e a obrigação de produzir frutos no amor para a vida do mundo” (*Optatam Totius*, 16).

Para o filósofo Lyotard, a pós-modernidade é mais uma atmosfera que um tempo histórico. Essa atmosfera tem como característica certa melancolia e desilusão em relação às promessas feitas pela modernidade. A palavra pós-modernidade designa uma nova sensibilidade, um novo conjunto de valores, um novo modo de entender o tempo e a história, um jeito de viver, um estilo de comportamento. Acentua-se a subjetividade livre e criativa que prefere estruturas mais leves.

A sensibilidade pós-moderna é denominada por Bauman de “líquida”, ou seja, os vínculos e empenhos são dissolvidos ou facilmente esquecidos. Um período de ambivalência e instabilidade, marcado pela falta de fundamentos e solidez. Constata-se que ser líquida é o caráter principal da sociedade ocidental contemporânea. Para Bauman, “os fluídos são assim chamados porque não conseguem manter por longo tempo uma

forma, continuam a mudar a forma sob a influência de qualquer mínima força”. Nesse sentido, a solidez, tradicional atributo da modernidade, parece experimentar grave crise. Nesse cenário, ainda haveria espaço para o estudo dos dogmas?

Essa realidade sociocultural incide diretamente na Igreja e na vida dos cristãos. A Igreja, continuadora da missão de Cristo no mundo, não está imune ao perigo de se tornar líquida ou “morna” (cf. Ap 3,15-16), sem opções claras e convicções. Quando se dilui a mensagem sólida e transformadora de Cristo, dilui-se também, de certo modo, a Igreja de Cristo. Portanto, toda ação eclesial deve, necessariamente, coincidir com a sólida proposta apresentada pelo Redentor do Mundo. Uma Igreja líquida, assim como um ser humano líquido, vem ao encontro dos interesses da “sólida” estrutura de pecado. O líquido não impõe limite ou resistência ao sólido. Solidez se combate com solidez, ou seja, com a proposta e os critérios de Cristo.

O homem, desde a Criação, não é líquido. É Adão, ou seja, “terra”, vinculado a um horizonte concreto e sólido. A Igreja, plasmada pelo Espírito Santo, continua a obra da Criação-Salvação quando colabora para devolver ou conservar, no ser humano, aquela “forma original” de “imagem e semelhança de Deus”, evitando a diluição da vida. A Igreja, acolhedora e atenta, como referência sólida e jamais moldável (pelas tendências líquidas, relativistas e excludentes), é uma espécie de recipiente que recria, quando acolhe o líquido e favorece sua re-solidificação por meio de seu conjunto doutrinário e caridade pastoral.

Os dogmas eclesiais, quando assimilados e vivenciados, contribuem para a edificação de uma fé madura, sincera, saudável, consistente e autenticamente cristã. Os dogmas dão sentido à fé, e uma vida de fé é uma vida com sentido, horizonte e destino.

Partir da fé ou da realidade? Eis a questão que Clodovis Boff coloca para a reflexão dos cristãos. Hoje mais do que antes urge

retomar os fundamentos da fé, elaborados no decorrer da história da Igreja, tendo como referências a Palavra de Deus, a Tradição e o Magistério.

A fé em Jesus Cristo, como ponto de partida, proporciona a visão da realidade em nova perspectiva. Trata-se de enfatizar a fé, adesão pessoal a Cristo, como elemento constitutivo, “princípio primeiro” do qual derivam os demais princípios.

Dizer que o compromisso social do cristão tira sua força última do compromisso da fé, não implica, em absoluto, que aquele compromisso fique por isso enfraquecido. Ao contrário, só assim ele fica garantido. Que não pare, nesse ponto, nenhuma dúvida: o primado da fé em Cristo nada rouba ao compromisso social como tal; antes, o salva de sua falta de radicalidade, tanto religiosa quanto social. Desta maneira, afirmar o *primum* da fé não é ‘ir para trás’, mas ‘ir para o fundo’, para poder ‘ir para frente’.[\[3\]](#)

Este livro, “Introdução aos Dogmas da Igreja Católica”, foi providencialmente produzido após o “Ano da Fé”, certamente um fruto desse oportuno acontecimento eclesial. Trata-se de uma relevante contribuição para o aprofundamento e fundamentação da fé cristã, elaborada com uma linguagem acessível, muito bem fundamentada, com uma riqueza de referências e notas explicativas, que pedagogicamente facilitam a assimilação de conceitos por parte dos leitores.

O autor é um autodidata, um catequista por vocação, um fiel engajado e atuante na vida da comunidade. Como é bom ver um cristão casado, pai e em plena atividade profissional intensa, vivenciando de modo concreto o “protagonismo dos leigos”, através de uma produção escrita, fruto de grande pesquisa, serenidade, paciência e espiritualidade! Estou certo de que esta obra é fruto de seu amor por Cristo e pela sua Igreja. Um trabalho feito certamente a quatro mãos: as de Deus e as do autor. Um dom

colocado a serviço dos que querem aprofundar a fé, que nos remete ao Doador dos dons, ao Autor da Vida e à Verdade: “e conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (Jo 8,32).

O presente livro, mesmo sendo considerado apenas “introdutório” pelo autor, é de certo modo um “Tratado” de Teologia Dogmática, mais especificamente Cristologia, Eclesiologia, Sacramentos e Símbolo da Fé. O texto favorece uma leitura agradável, de fácil compreensão, bastante didático por adotar uma linguagem acessível, sem perder a cientificidade por meio de uma bibliografia riquíssima e atualizada. Trata-se de um “Manual” de consulta, bastante completo, claro e coerente no que se propôs a ser. As referências bíblicas são abundantes, afirmando a Sagrada Escritura como fonte primeira de toda produção.

Quanto mais se conhece, mais se ama. O estudo dos dogmas colabora para aumentar o nosso amor pela Igreja e, simultaneamente, proporciona elementos para uma adesão livre e esclarecida à fé cristã, como ato humano e racional. Afinal, “a fé ama saber”. Este livro procura conjugar fé e racionalidade, em busca da verdade. Como bem expressa o autor: “A Igreja não cria o dogma, apenas o declara, e o dogma não cria a verdade, ela é preexistente à declaração dogmática”.

No ano passado (2014) a Diocese de Bauru celebrou seu Jubileu de Ouro de Criação e Instalação. Já neste ano celebram-se os 50 anos de encerramento do Concílio Vaticano II, um marco na história da Igreja. Também neste mesmo ano, a Igreja no Brasil adotou como lema da Campanha da Fraternidade: “Eu vim para servir” (Mc 10,45). O lançamento deste livro insere-se nesses três acontecimentos: local, mundial e nacional. O autor é de Bauru e sua obra não deixa de ser um fruto substancial do Ano Jubilar que acabamos de celebrar, além de receber o *Imprimatur* do bispo

local; uma contribuição para fortalecer a fé dos cristãos para que possam ser “sal e luz no mundo” (cf. Mt 5, 13-16); um serviço generoso à Igreja e Sociedade.

Carregamos o tesouro da fé em vasos de barro (cf. 2 Cor 4,7). O estudo dos dogmas fortalece o nosso “vaso” para que o tesouro da fé seja conservado e também atualizado pelo Espírito Santo, objetivando dar respostas e sentido para a humanidade sedenta de fundamentos sólidos e aplicáveis à vida. Não podemos reduzir a fé aos dogmas, pois estes são meios e o fim é a fé em Cristo. Podemos sim fundamentar a nossa fé à luz dos dogmas. Contudo, urge afirmar que a convicção da fé não pode impedir ou prejudicar o diálogo com o mundo plural e complexo. Deve-se salvaguardar o ecumenismo e o diálogo inter-religioso. As convicções não podem produzir atitudes fundamentalistas ou fanáticas. Afinal, tudo é meio. O fim é o amor.

Que o conhecimento dos dogmas possa potencializar o nosso amor a Deus e ao próximo. Que o Espírito Santo nos conduza e nos ajude a atualizar a solidez dos dogmas para o mundo líquido. Não é justamente isso que o mundo precisa? Como afirma o nosso autor: “A Igreja precisa mudar para continuar a mesma”. E conclui: “os dogmas são as luzes que iluminam o nosso caminho para chegarmos bem ao destino”.

Estou certo de que esta obra produzirá bons frutos na caminhada cristã, pessoal, comunitária e eclesial. A Igreja, “mãe e mestra”, é educadora da fé autêntica e madura. O presente livro potencializa a conexão estreita entre fé e Igreja. Nossa fé é eclesial e é papel da Igreja conservar o “Depósito da fé”. A vivência da fé desconectada da vida eclesial corre sério risco de perder o seu vigor e a sua fundamentação. O cristão celebra e nutre a sua fé na Comunidade chamada Igreja.

Em nome da Igreja, agradeço ao autor a iniciativa e conclusão de tão relevante trabalho, lançado num momento extremamente significativo. Que o seu testemunho de fé, de amor a Igreja e de produção teológica contribua para o fortalecimento da fé em Cristo.

Mas, o Filho do Homem, quando vier, será que vai encontrar a fé sobre a terra? (Lc 18,8).



Prof. Dr. Pe. Luiz Antonio Lopes Ricci
Bauru,

12/03/2015.

Apresentação



*“Omne quaecumque facietis in verbo aut in opere,
omnia in nomine Domini facite”*

“Tudo quanto fizerdes, por palavra ou por obra, fazei-o em nome do Senhor Jesus, dando por ele graças a Deus Pai.” (Cl 3, 17)

Prezados amigos,

Esta obra, singela em sua elaboração, teve como origem a elaboração de um material mínimo de estudo para o curso de **“Introdução ao Estudo dos Dogmas da Igreja Católica”**, oferecido à comunidade católica pela **Editora Martyria** e pelo site **Cursoscatolicos.com.br**.

Mas, com certeza, sua leitura não será benéfica apenas aos alunos do curso, mas a todo católico, e até a não católicos, que tenham a intenção de conhecer melhor a fé católica, sempre tão mal compreendida através dos tempos, não raramente até pelos católicos.

O curso de “Introdução ao Estudo dos Dogmas da Igreja Católica” apresentado neste livro não é um curso de teologia dogmática. O aprofundamento necessário a um curso de teologia é muito maior do que o que conseguiríamos nas poucas páginas que

se seguirão. E, certamente, exigiria uma maior e mais ampla abordagem não só dos temas aqui tratados, mas de outros temas correlatos e importantes para o estudo da Teologia.

Todavia, o que estudaremos aqui, com certeza, pode levar, sem medo de críticas, o título de teologia, enquanto esta é o estudo (logia) sobre Deus (Teos). Pois tudo o que abordaremos nos capítulos deste livro falará insistentemente de Deus, daquilo que Ele nos revelou, de seu Plano de Salvação para nós, homens, de sua Vontade e de sua Igreja.

Também não estaremos assumindo toda a riqueza de um curso de História da Igreja, embora não seja possível esquecer que a Igreja atua na história e que seus dogmas proclamados são, em parte, produtos e condicionantes dessa mesma história. Assim, não temos como não falar da história do cristianismo e, de passagem, abordarmos questões relativas à História da Igreja.

A Editora Martyria e o site Cursoscatolicos.com.br têm excelentes livros e cursos que abordam de maneira mais sistemática e profunda tanto a questão teológica quanto a história da Igreja. Sugerimos que procurem conhecê-los, respectivamente nos sites www.martyria.com.br e www.cursoscatolicos.com.br.

A abordagem da presente obra circunscrever-se-á a procurar explicar o que são, como surgiram e qual o significado e a finalidade dos **Dogmas da Igreja Católica**, mostrando a sua centralidade na **Palavra de Deus**.

Nossa intenção foi ajudar o leigo a descobrir, nos dogmas, a presença criadora e redentora de Deus, para, a partir dessa constatação, traçarmos, juntos, em bases seguras e consistentes, um caminho na busca de um modo novo, e ao mesmo tempo muito antigo, de compreender nossa fé, dando sentido a nossas vidas e que nos permita dizer, com o orgulho dos humildes, **“Sou Católico, graças a Deus. Creio, entendo, pratico e ensino os dogmas de minha santa e amada Igreja”**.

Assim, lhe fica bem a denominação Introdução ao Estudo dos Dogmas da Igreja Católica, pois, se formos bem sucedidos em nossa intenção aqui exposta, o leitor vai se sentir motivado a continuar a estudar essa maravilhosa realidade que só a Igreja Católica tem.[4]

Onde podemos encontrar essa Doutrina? Onde podemos conhecer todos os Dogmas? Como já dissemos, apenas na Igreja e, na Igreja, no Catecismo da Igreja Católica.[5] Estão todos lá. Sugerimos, ardentemente, sua leitura e estudo.

O Catecismo da Igreja Católica é uma exposição da fé da Igreja e da doutrina católica, testemunhadas ou iluminadas pela Sagrada Escritura, pela Tradição apostólica e pelo Magistério da Igreja. Lendo o Catecismo da Igreja Católica, pode-se captar a maravilhosa unidade do mistério de Deus, do seu desígnio de salvação, bem como a centralidade de Jesus Cristo, o Filho Unigênito de Deus, enviado pelo Pai, feito homem no seio da Santíssima Virgem Maria por obra do Espírito Santo, para ser o nosso Salvador. Morto e ressuscitado, ele está sempre presente na sua Igreja, particularmente nos sacramentos; ele é a fonte da fé, o modelo do agir cristão e o Mestre da nossa oração. Catecismo ou compêndio de toda a doutrina católica, tanto em matéria de fé como de moral, para que ele seja como um ponto de referência para os catecismos ou compêndios que venham a ser preparados nas diversas regiões. A apresentação da doutrina deve ser bíblica e litúrgica, oferecendo ao mesmo tempo uma doutrina sã e adaptada à vida atual dos cristãos. (Constituição Apostólica *Fidei Depositum*)[6]

O cristianismo é a “religião da Palavra de Deus”, não de “uma palavra escrita e muda, mas do Verbo encarnado e vivo”. [7] A Igreja Católica é aquela que professa e guarda o cristianismo em seu verdadeiro e total alcance. Só ela, a Igreja Católica, tem a verdadeira doutrina (da qual os dogmas fazem parte) que leva à salvação. Ela foi querida e deixada por Cristo para os homens, todos os homens.

Ao fim, como cristãos católicos, vamos perceber que o dogma é algo que nos une e nos engaja em nossa fé, que nos dá identidade. Os dogmas formam um aspecto inalienável do cristianismo e, assim como a doutrina, refletem a Palavra, a Revelação e a Vontade de Deus. Conhecer os dogmas – e sua história – e praticá-los nos dará a certeza que nossa fé, hoje, é a mesma dos Apóstolos, a mesma que lhes foi transmitida por nosso Senhor Jesus Cristo.

Cursoscatolicos.com.br tem como missão levar instrução e educação aos católicos, de sorte que, conhecendo um pouco mais os Mistérios e as Palavras de Deus, possam viver como verdadeiros cristãos. Nossa intenção é contribuir para o bem do povo de Deus, os católicos, para que, todos juntos, facilitadores e alunos, autores e leitores, possamos oferecer a Deus o nosso ensino e o nosso aprendizado, glorificando a Deus pelo bem que conseguimos produzir.

A capa deste livro reproduz detalhes da pintura “A Disputa do Sacramento”, elaborada entre 1508 e 1551, no Palácio Apostólico do Vaticano, pelo pintor renascentista italiano Rafael Sanzio (1483-1520).

A imagem que inicia esta apresentação é denominada “Criação de Adão”, um afresco de 280 cm x 570 cm, pintado por Michelangelo Buonarotti, por volta de 1511, no teto da Capela Sistina, na cidade do Vaticano. A cena representa Deus criando o primeiro homem.

Todas as citações bíblicas deste livro foram extraídas da Bíblia Sagrada Ave Maria disponível no site *www.bibliacatolica.com.br*.

A sigla DS, repetida quase duas centenas de vezes ao longo deste livro, remete a referências ou extratos do “Compêndio dos Símbolos, Definições e Declarações de Fé e Moral”, obra imortal do padre católico, teólogo e professor de teologia Heinrich Joseph Dominicus Denzinger (1819-1883). Tal obra, que vem sendo mantida atualizada desde a morte de seu iniciador, é conhecida mundialmente pela metonímia “Denzinger”. Trata-se de um manual que reúne os principais documentos da história da Igreja Católica, começando com as mais antigas formas dos credos apostólicos, incluindo encíclicas, decretos e definições dos Papas e dos concílios. A edição que usamos foi a 2ª edição conjunta das editoras Paulinas e Loyola, de 2013, preparada por Peter Hunermann e Helmut Hoping.

“Fica conosco, Senhor”.

A todos, **Paz e Bem.**

O Autor

Capítulo I - Alguns importantes conceitos preliminares

Antes de estudarmos os dogmas, suas origens e suas finalidades, é preciso que apresentemos alguns conceitos que serão fundamentais para nos auxiliar na compreensão de nossos estudos.

Falar em dogmas pressupõe falarmos principalmente de duas coisas: da Revelação divina e da Fé sobrenatural. Não há dogma sem a Revelação, nem haverá dogma sem a Fé. Dessas duas realidades falaremos ao longo de todo esse trabalho.

E, como vocês vão ver, e ler, além da Revelação e da Fé, vamos também nos referir muitas vezes aos termos Depósito da Fé, Tradição, Magistério e Doutrina Cristã, ou Doutrina Católica. Por isso, é importante que os compreendamos muito bem.

Comecemos pelo primeiro e principal deles – porque dela decorre tudo o mais: a Revelação.

A Revelação

Revelação é a manifestação de alguma verdade, feita por Deus, iluminando sobrenaturalmente a nossa inteligência. Deus revelou as verdades da Religião aos Judeus, por meio dos Profetas: as verdades da Religião cristã foram reveladas por Jesus Cristo, Deus Filho feito homem. A nossa Fé funda-se nas revelações feitas por Jesus Cristo e escritas no santo Evangelho, nas Epístolas dos Escritores Sagrados e na Tradição conservada na Igreja Católica. O Apóstolo Paulo (Hb 1,1-2) escreveu: “Deus, tendo falado (revelado) muitas vezes e de muitos modos, noutros tempos a nossos pais pelos profetas, nestes dias nos falou pelo (seu) Filho (Jesus Cristo)”. [8]

Nossa Igreja nos ensina que a **Revelação divina** é a revelação que Deus faz de si mesmo aos homens, sua criatura de

predileção, para que este conheçam o mistério da sua vontade, pelo qual os homens, por intermédio de Cristo, Verbo feito carne, no Espírito Santo, têm acesso ao Pai e se tomam participantes da natureza divina. (Cf. CIC 51)

Se Deus não houvesse tomado essa iniciativa, os homens jamais O conheceriam, senão de forma difusa, indireta, como na **Revelação natural**. Através da revelação natural, todo homem, de todos os tempos, pode reconhecer o Criador pela observação da natureza, da criação visível, que contem traços do Deus invisível e que foi por Ele criada e é por Ele conservada.

São insensatos por natureza todos os que desconhecaram a Deus, e, através dos bens visíveis, não souberam conhecer Aquele que é, nem reconhecer o Artista, considerando suas obras. (Sb 13,1)

Porquanto o que se pode conhecer de Deus eles o leem em si mesmos, pois Deus lho revelou com evidência. Desde a criação do mundo, as perfeições invisíveis de Deus, o seu sempiterno poder e divindade, se tornam visíveis à inteligência, por suas obras. (Rm 1,19-20)

Mas mesmo a revelação natural é iniciativa de Deus, que permite ao homem conhecê-Lo pela razão.

O desejo de Deus está inscrito no coração do homem, já que o homem é criado por Deus e para Deus; e Deus não cessa de atrair o homem a si, e somente em Deus o homem há de encontrar a verdade e a felicidade que não cessa de procurar: O aspecto mais sublime da dignidade humana está nesta vocação do homem à comunhão com Deus. Este convite que Deus dirige ao homem, de dialogar com ele, começa com a existência humana. (CIC 27)

Em sua história, e até os dias de hoje, os homens têm expressado de múltiplas maneiras sua busca de Deus por meio de suas crenças e de seus comportamentos religiosos (orações, sacrifícios, cultos, meditações etc.). Apesar das ambiguidades

que podem comportar, estas formas de expressão são tão universais que o homem pode ser chamado de um ser religioso. (CIC 28)

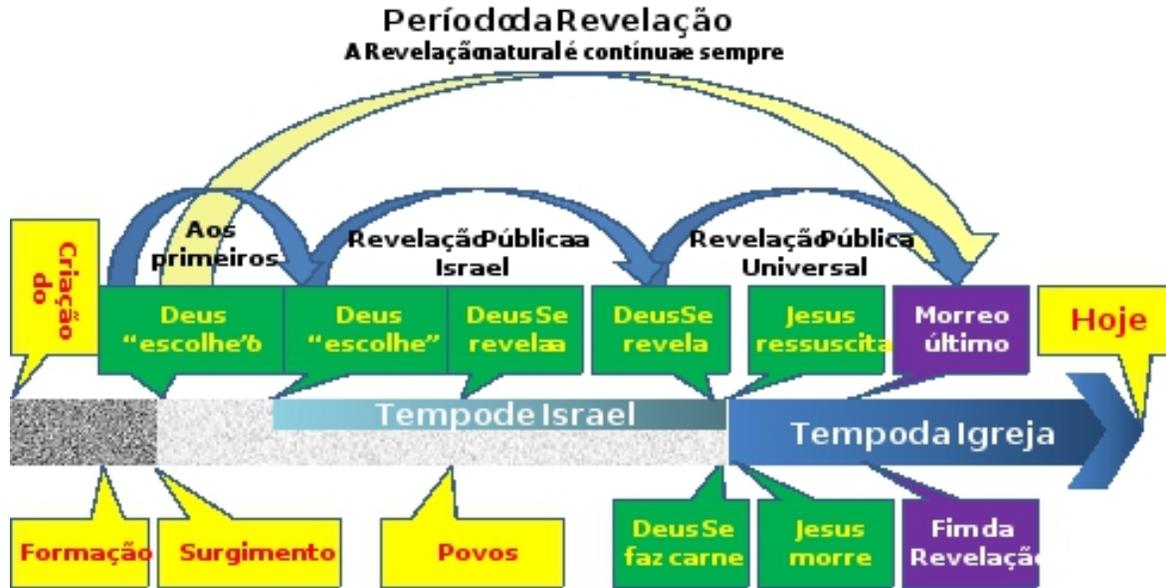
Percorrendo a cidade e considerando os monumentos do vosso culto, encontrei também um altar com esta inscrição: A um Deus desconhecido. O que adorais sem o conhecer, eu vo-lo anuncio! O Deus, que fez o mundo e tudo o que nele há, é o Senhor do céu e da terra, e não habita em templos feitos por mãos humanas. Nem é servido por mãos de homens, como se necessitasse de alguma coisa, porque é ele quem dá a todos a vida, a respiração e todas as coisas. Ele fez nascer de um só homem todo o gênero humano, para que habitasse sobre toda a face da terra. Fixou aos povos os tempos e os limites da sua habitação. Tudo isso para que procurem a Deus e se esforcem por encontrá-lo como que às apalpadelas, pois na verdade ele não está longe de cada um de nós. Porque é nele que temos a vida, o movimento e o ser, como até alguns dos vossos poetas disseram: Nós somos também de sua raça... (At 17,23-28)

Uma vez que o homem só vive plenamente se reconhecer livremente o amor de Deus, se se entregar ao seu Criador, Deus quis mais: no intuito de abrir o caminho de uma salvação superior, em razão do mesmo amor que O levou a criá-los, manifestou-se a Si mesmo, desde os primórdios, a nossos primeiros pais. É a **Revelação sobrenatural**.

Deus se revela aos homens para comunicar sua própria vida divina aos homens, suas criaturas, para transformá-los em filhos adotivos, através de seu único Filho Jesus. Ao revelar-se, Deus quer tornar os homens capazes de responder-Lhe, de conhecê-Lo e de amá-Lo bem além do que seriam capazes por si mesmos. (cf. CIC 52)

O Verbo de Deus habitou no homem e fez-se Filho do homem para acostumar o homem a apreender a Deus e acostumar Deus a habitar no homem, segundo o beneplácito do Pai. (Ireneu de Lyon)

Através de suas ações e palavras, Deus foi comunicando aos homens, de forma gradual, seu próprio Mistério. Além da revelação natural (pelas coisas criadas), manifestou-se pessoalmente aos nossos primeiros pais (revelação sobrenatural). Mesmo depois da queda do homem, Deus manteve-se fiel.



Obs.: o esquema não apresenta proporcionalidade em relação à sua linha de tempo.

Deus escolheu Abraão e fez uma aliança com ele e sua descendência. Daí formou seu povo, ao qual revelou sua lei por intermédio de Moisés. Pelos profetas preparou este povo a acolher a salvação destinada à humanidade inteira. (cf. CIC 72)

Por último, Deus revelou-se aos homens por meio do Filho, Jesus Cristo.

Muitas vezes e de modos diversos falou Deus, outrora, aos pais pelos profetas; agora, nestes dias que são os últimos, falou-nos por meio do Filho. (Hb 1,1-2)

Dizemos que a revelação sobrenatural é pública porque não se dirige a um único homem, mas ao conjunto dos homens. Quando dirigida ou recebida por um único homem, dizemos revelação

particular ou privada.[9]

Inicialmente, a revelação pública deu-se exclusivamente ao povo de Israel, uma espécie de revelação pública “dirigida”; mas, a partir de Jesus, a revelação é feita a todos os homens, à totalidade da humanidade; é a revelação pública universal.

Assim, a revelação pública do Antigo Testamento é restrita inicialmente ao povo eleito, e a revelação pública do Novo Testamento, endereçada a todos os homens por Jesus Cristo e, agora, ensinada a todos os homens pela Igreja.

A fé em Cristo, a que agora se pretende restringir o alcance da razão humana, não existiu antes do advento do Salvador, quando se dispunha apenas da lei judaica e da filosofia grega. A Lei era, indubitavelmente, expressão da vontade de Deus. O Antigo Testamento foi a preparação do Novo e este é o remate e a complementação daquele. Há, pois, verdadeira continuidade na revelação divina. (Clemente de Alexandria. *Stromata*.)

A Revelação termina com a morte do último Apóstolo. Nada mais precisa ser dito, até o fim dos tempos. Não haverá outra revelação pública[10] antes da Parusia,[11] ou seja, antes da segunda vinda de Jesus Cristo. Tudo o que era necessário ser revelado para a nossa salvação já o foi. A nova aliança com Jesus foi definitiva e jamais passará, até a vida eterna.

Deus revelou-se plenamente enviando seu próprio Filho, no qual estabeleceu sua Aliança para sempre. O Filho é a Palavra definitiva do Pai, de sorte que depois dele não haverá outra Revelação. (CIC 73)

Porque em dar-nos, como nos deu, seu Filho, que é sua Palavra única (e outra não há), tudo nos falou de uma só vez nessa única Palavra, e nada mais tem a falar, (...) pois o que antes falava por partes aos profetas agora nos revelou inteiramente, dando-nos o Tudo que é seu Filho. Se alguém quisesse interrogar a Deus, pedindo-lhe alguma visão ou revelação, não só cairia numa insensatez, mas ofenderia muito a Deus por não dirigir os

olhares unicamente para Cristo, sem querer outra coisa ou novidade alguma. (São João da Cruz, comentando Hebreus 1,1-2)

Jesus Cristo entregou aos Apóstolos o depósito sagrado da Revelação, para que eles, com sua autoridade, recebida diretamente do próprio Jesus Cristo divina, pregassem a todos os povos, até os confins da terra.

Ide por todo o mundo, pregai o Evangelho a toda criatura. O que crer e for batizado será salvo, o que, porém, não crer, será condenado. (Mc 16,16)

Mas os Apóstolos, sendo humanos, faleceram no seu tempo. É claro que Jesus sabia que isso aconteceria, e que alguém teria que continuar a obra atribuída aos Apóstolos, ou seja, eles teriam que deixar sucessores. Por isso Jesus criou sua Igreja, para dar continuidade ao seu “trabalho”, e para que esse trabalho prosseguisse até o final dos tempos, através dos sucessores dos Apóstolos, os Bispos.

E eu te declaro: tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja; as portas do inferno não prevalecerão contra ela. Eu te darei as chaves do Reino dos céus: tudo o que ligares na terra será ligado nos céus, e tudo o que desligares na terra será desligado nos céus. (Mt 16, 18-19)

Jesus transmite à Igreja, da qual é a Cabeça, a autoridade para falar em seu nome e, assim, continuar a sua obra de salvação dos homens, guardando o Depósito da Fé, ou seja, a Revelação.

Eu sou a videira, e vós os ramos. (Jo 15,4-5)

Ora, vós sois o corpo de Cristo e cada um, de sua parte, é um dos seus membros. (1Co 12,27)

Ele [Jesus Cristo] é a Cabeça do corpo, da Igreja. Ele é o Princípio, o primogênito dentre os mortos e por isso tem o primeiro lugar em todas as coisas. (Cl 1,18)

E [Deus] sujeitou aos pés de Jesus Cristo todas as coisas, e o constituiu chefe supremo da Igreja, que é o seu corpo, o receptáculo daquele que enche todas as coisas sob todos os aspectos. (Ef 1,22-23)

Tudo o que Deus falou aos homens é Verdade revelada. E se Deus, que é por essência a própria Verdade, falou, como Ele não pode enganar-se, nem enganar-nos, o que Ele disse é a Verdade por excelência.

Logo, é Verdade tudo o que Deus nos revelou, tanto que Jesus estabeleceu a sua Igreja e a ela transmitiu a sua autoridade para prosseguir, pelos séculos dos séculos, a sua missão. E faz parte dessa missão guardar^[12] o conjunto das verdades reveladas desde Adão até a morte do último apóstolo: o Depósito da Fé (*depositum fidei*).

Mas Jesus, aproximando-se, lhes disse: Toda autoridade me foi dada no céu e na terra. Ide, pois, e ensinai a todas as nações; batizai-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Ensinai-as a observar tudo o que vos prescrevi. Eis que estou convosco todos os dias, até o fim do mundo. (Mt 28,18-20)

Dessa forma, sendo certo que Jesus Cristo confiou a alguns homens o conjunto das verdades reveladas, podemos confiar nesses mesmos homens escolhidos para certificar-nos quais são essas verdades reveladas por Deus.

O Depósito da Fé (*depositum fidei*)

São Paulo, em sua 1ª Carta a Timóteo, usa o termo depósito pela primeira vez entre os escritos neotestamentários. Irá repetí-lo em sua 2ª Carta, também a Timóteo.

Timóteo, guarda o depósito, evita palavreado vão e ímpio, e as contradições de uma falsa ciência, pois alguns, professando-a, se desviaram da fé. (1Tm 6, 20)

Guarda o precioso depósito, pela virtude do Espírito Santo que habita em nós. (2Tm 1,14)

O “depósito” é um instituto jurídico romano,^[13] bem conhecido do apóstolo Paulo (que era advogado) e, com certeza, é nele que o apóstolo se inspira ao instruir Timóteo, seu leal companheiro e amigo. Segundo o direito romano há depósito quando se coloca algo em segurança junto a uma pessoa que se esforça por guardá-lo e restituí-lo quando lhe for solicitado. Não há cessão definitiva da propriedade, mas apenas uma cessão provisória da posse, mera detenção.

Diante das ameaças que a fé cristã “recém-nascida” sofria diante das muitas heresias e apostasias, Paulo faz, nos conselhos nas duas cartas a Timóteo, a “teologia” do depósito da fé.

O depositário não possui para si mesmo o Depósito da Fé, mas para o depositante, que é o próprio Deus. O depositário nada mais é do que o guardião que conserva os bens à disposição do dono do depósito.

É preciso manter a integridade do depósito, cujo conteúdo é o Evangelho, a Palavra de Deus, a doutrina cristã, legado que Paulo recebeu do próprio Jesus, após sua conversão na estrada de Damasco.

A Palavra (o Evangelho) deve ser transmitida, mas sem ser modificada, pois não pertence ao depositário. E deve ser transmitida em sua integridade, inteira, sem tirar, nem por, preservada de todo erro e corrupção.

São Paulo, quando escreve a Timóteo, sabe que está perto da morte (será executado em breve). Ciente de sua responsabilidade de ser apenas o administrador, e não o dono dos mistérios de Deus, quer ser fiel.

Que os homens nos considerem, pois, como simples operários de Cristo e administradores dos mistérios de Deus. Ora, o que se

exige dos administradores é que sejam fiéis. (1Co 4,1-2)

São Paulo tem a certeza de ter cumprido sua missão neste papel de administrador, sua parte no contrato de depósito firmado com Jesus Cristo.

Combati o bom combate, terminei a minha carreira, guardei a fé. (2Tm 4,7)

Chegando a hora de partir, hora aguardada até com anisedade por Paulo, cabia deixar o depósito a cargo de outro fiel depositário, Timóteo, a quem ele preparou desde a mais tenra juventude e a quem exorta, através de suas cartas, mas com certeza, muitas vezes, também pessoalmente, a cuidar do tesouro da fé.

Que pratiquem o bem, se enriqueçam de boas obras, sejam generosos, comunicativos, ajuntem um tesouro sólido e excelente para seu futuro, a fim de conquistarem a verdadeira vida. Ó Timóteo, guarda o bem que te foi confiado! Evita as conversas frívolas e mundanas, assim como as contradições de pretensa ciência. Alguns, por segui-las, se transviaram da fé. A graça esteja convosco. (1Tm 6,18-21)

São Paulo confia em Timóteo, a quem havia ordenado pela imposição das mãos, mas confia mais ainda no Espírito Santo.

Por esse motivo, eu te exorto a reavivar a chama do dom de Deus que recebeste pela imposição das minhas mãos. Pois Deus não nos deu um espírito de timidez, mas de fortaleza, de amor e de sabedoria. Não te envergonhes, portanto, do testemunho de nosso Senhor, nem de mim, seu prisioneiro, mas sofre comigo pelo Evangelho, fortificado pelo poder de Deus. Deus nos salvou e chamou para a santidade, não em atenção às nossas obras, mas em virtude do seu desígnio, da graça que desde a eternidade nos destinou em Cristo Jesus, e agora nos manifestou mediante a aparição de nosso Salvador Jesus Cristo, que destruiu a morte e suscitou a vida e a imortalidade, pelo Evangelho, do qual fui constituído pregador, apóstolo e mestre

entre os gentios. É este o motivo por que estou sofrendo assim. Mas não me queixo, não. Sei em quem pus minha confiança, e estou certo de que é assaz poderoso para guardar meu depósito até aquele dia. Toma por modelo os ensinamentos salutares que recebeste de mim sobre a fé e o amor a Jesus Cristo. Guarda o precioso depósito, pela virtude do Espírito Santo que habita em nós. (2Tm 1, 6-14)

São Paulo sabe, por experiência própria, que a Igreja é sustentada pelo Espírito Santo, que mora na Igreja e fortifica seus Apóstolos e presbíteros.

Os Apóstolos receberam do Senhor a verdade cristã (o depósito); eles mesmos a transmitiram oralmente, especialmente aos seus colaboradores e aos seus sucessores no ministério; mas estes últimos (que compõem o Magistério da Igreja) têm o dever de conservá-la com toda a sua pureza e de não comunicá-la por sua vez senão a homens idôneos e capazes de assegurar uma nova transmissão (sucessão apostólica).[\[14\]](#)

O que de mim ouviste em presença de muitas testemunhas, confia-o a homens fiéis que, por sua vez, sejam capazes de instruir a outros. (2Tm 2,2)

Vimos, portanto, o Depósito da Fé é o fundamento da nossa salvação, da nossa Igreja, do Papado. É o fundamento dos sacramentos, da nossa vida.

Por isso, a missão mais importante da Igreja, mais importante do que ensinar, do que suas obras de caridade, mais importante do que qualquer outra coisa, é salvaguardar a fé. Se o Depósito da Fé não for salvaguardado, não haverá nada na Igreja que esteja seguro contra os ataques que a Igreja sofre diuturnamente.[\[15\]](#)

A obrigação para com a fé é mais importante que o respeito ou deferência devida ao Papa, Bispos, padres ou familiares e amigos.[\[16\]](#)

Mas, ainda que alguém - nós ou um anjo baixado do céu - vos anunciasse um evangelho diferente do que vos temos anunciado, que ele seja anátema. (Gl 1,8)

Guardar o Depósito da Fé é missão que o Senhor confiou à sua Igreja e que ela cumpre em todos os tempos.^[17] A atitude de salvaguardar todos e cada um dos dogmas da Fé é ensinamento solene e de primordial importância da Igreja Católica. Um dos Credos Católicos, o Símbolo *Quicumque*, do século IV, começa exatamente assim:

Todo o que quiser ser salvo, antes de tudo é necessário que mantenha a fé católica; se alguém não a conservar íntegra e inviolada, sem dúvida perecerá para sempre. (DS 75)

E termina assim:

Esta é a fé católica: se alguém não crer nela fiel e firmemente não poderá ser salvo.



Guardar a fé católica é o que Igreja tem feito durante dois mil anos, desde que essa missão lhe foi confiada por Jesus Cristo, e continuará fazendo até que tal múnus não seja mais necessário (quando da Parusia).

A Igreja sabe da importância capital dessa missão, que está relacionada com a salvação e que, se ela não a executar “fiel e firmemente”, seu filhos não poderão ser salvos. Por isso, pela responsabilidade colocada em suas mãos, muitas vezes a Igreja agiu de forma firme, até violenta (aos olhos do homem de hoje, mas não na visão contemporânea). É tanta responsabilidade que podemos compará-la à seguinte situação:

Um médico nos pede para segurar em nossas mãos um punhado de algum componente químico. O médico diz: ‘você deve

segurar este componente durante todo este dia. Ele entrará em contato com seu sangue e, só assim, você poderá doá-lo e salvar seu filho e sua filha que estão internados e precisam de uma transfusão para sobreviver'. Com muita esperança o paciente sai do consultório e, por nada neste mundo, abre a mão, pois disso depende a salvação dos seus. Quando está no aperto do ônibus, sendo empurrado, jogado de um lado para o outro, ele se segura com uma das mãos e, se necessário for, empurra uma ou outra pessoa, pois não pode perder aquela substância que amanhã dará nova vida a pessoas que ama. [18]

O Depósito da Fé consiste no conjunto de verdades reveladas por Deus, contidas na Sagrada Escritura e na Sagrada Tradição, e que foram confiadas à Igreja, inicialmente na figura dos Apóstolos e, em seguida, aos seus sucessores, os Bispos.

Como tal, é o maior patrimônio que a humanidade tem, só possível de ser superado pelas coisas que Deus tem ainda reservadas para nós (1Co 2,9).

O Reino dos céus é também semelhante a um tesouro escondido num campo. Um homem o encontra, mas o esconde de novo. E, cheio de alegria, vai, vende tudo o que tem para comprar aquele campo. O Reino dos céus é ainda semelhante a um negociante que procura pérolas preciosas. Encontrando uma de grande valor, vai, vende tudo o que possui e a compra. (Mt 13,44-46)

Diante deste tesouro não devemos prestar atenção a ninguém, muito menos crer em alguém cujos argumentos contradigam a doutrina católica, que é o nosso tesouro, o depósito de nossa fé.

Antes de todas as coisas, conservai-me este bom depósito, pelo qual vivo e combato, com o qual quero morrer, que me faz suportar todos os males e desprezar todos os prazeres: refiro-me à Profissão de Fé no Pai, no Filho e no Espírito Santo. Eu vo-la confio hoje. (São Gregório de Nanziano)

O patrimônio sagrado da fé (*depositum fidei*) contido na Sagrada Tradição e na Sagrada Escritura, foi confiado pelos

Apóstolos à totalidade da Igreja. Apegando-se firmemente ao mesmo, o povo santo todo, unido a seus pastores, persevera continuamente na doutrina dos Apóstolos e na comunhão, na fração do pão e nas orações, de sorte que na conservação, no exercício e na profissão da fé transmitida, se crie uma singular unidade de espírito entre os Bispos e os fiéis. (CIC 84)

O Sagrado Magistério

Magistério da Igreja é o ofício que a Igreja tem de ensinar a doutrina da Religião cristã para santificação e salvação das almas. Jesus Cristo confiou à Igreja o depósito da Fé para que ela, assistida do divino Espírito Santo, ensinasse fielmente e guardasse santamente a doutrina revelada. À Igreja, independentemente de qualquer poder civil, compete o direito e o ofício de ensinar a todas as gentes a doutrina proposta pela Igreja de Deus. O magistério é exercido pela palavra do Papa, pelos Concílios, pelos Bispos e por seus auxiliares, os simples Sacerdotes.[\[19\]](#)

A verdade revelada, certa e infalível, ou seja, o Depósito da Fé, passou a ser transmitida e confirmada aos homens pela pregação da Igreja e de seu magistério hierárquico. Essa pregação dará origem a um grande e importante tesouro, composto pelo conjunto de documentos dos Padres da Igreja,[\[20\]](#) dos Papas, dos Concílios, dos Doutores da Igreja,[\[21\]](#) teólogos etc., formando a grande obra doutrinária de nossa Igreja.

Magistério da Igreja é o *múnus*[\[22\]](#) que a Igreja tem de ensinar a doutrina da religião cristã para a santificação e salvação dos homens. Quando Jesus confiou aos Apóstolos, isto é, à sua Igreja o Depósito da Fé (conjunto das verdades reveladas), ele o fez para que eles e a Igreja, sempre assistidos pelo Espírito Santo, ensinassem (pregação a partir do querigma) fielmente e guardassem a doutrina revelada.

O Magistério[\[23\]](#) é exercido pela Igreja através da palavra

do Papa, dos Concílios, pelos Bispos e seus auxiliares, os sacerdotes. Na função de ensinar, eles formam também o Magistério da Igreja, Assim, por Magistério entendemos tanto a obrigação (múnus) de ensinar quanto o conjunto daqueles que ensinam.

Sobre o Magistério, diz o catecismo da Igreja Católica:

O ofício de interpretar autenticamente a Palavra de Deus escrita ou transmitida foi confiado unicamente ao Magistério vivo da Igreja, cuja autoridade se exerce em nome de Jesus Cristo, isto é, foi confiado aos Bispos em comunhão com o sucessor de Pedro, o Bispo de Roma. Todavia, tal Magistério não está acima da Palavra de Deus, mas a serviço dela, não ensinando senão o que foi transmitido, no sentido de que, por mandato divino, com a assistência do Espírito Santo, piamente ausculta aquela palavra, santamente a guarda e fielmente a expõe, e deste único depósito de fé tira o que nos propõe para ser crido como divinamente revelado. Os fiéis, lembrando-se da palavra de Cristo a seus Apóstolos: ‘Quem vos ouve a mim ouve’ (Lc 10,16), recebem com docilidade os ensinamentos e as diretrizes que seus Pastores lhes dão sob diferentes formas.” (CIC 85-87)

Para manter a Igreja na pureza da fé transmitida pelos Apóstolos, Cristo quis conferir à sua Igreja uma participação em sua própria infalibilidade, ele que é a Verdade. Pelo sentido sobrenatural da fé, o Povo de Deus ‘se atém indefectivelmente à fé’, sob a guia do Magistério vivo da Igreja. A missão do Magistério está ligada ao caráter definitivo da Aliança instaurada por Deus em Cristo com seu Povo; deve protegê-lo dos desvios e dos afrouxamentos e garantir-lhe a possibilidade objetiva de professar sem erro a fé autêntica. O ofício pastoral do Magistério está, assim, ordenado ao cuidado para que o Povo de Deus permaneça na verdade que liberta. Para executar este serviço, Cristo dotou os pastores do carisma de infalibilidade em matéria de fé e de costumes. O exercício deste carisma pode assumir várias modalidades. (CIC 889-890)

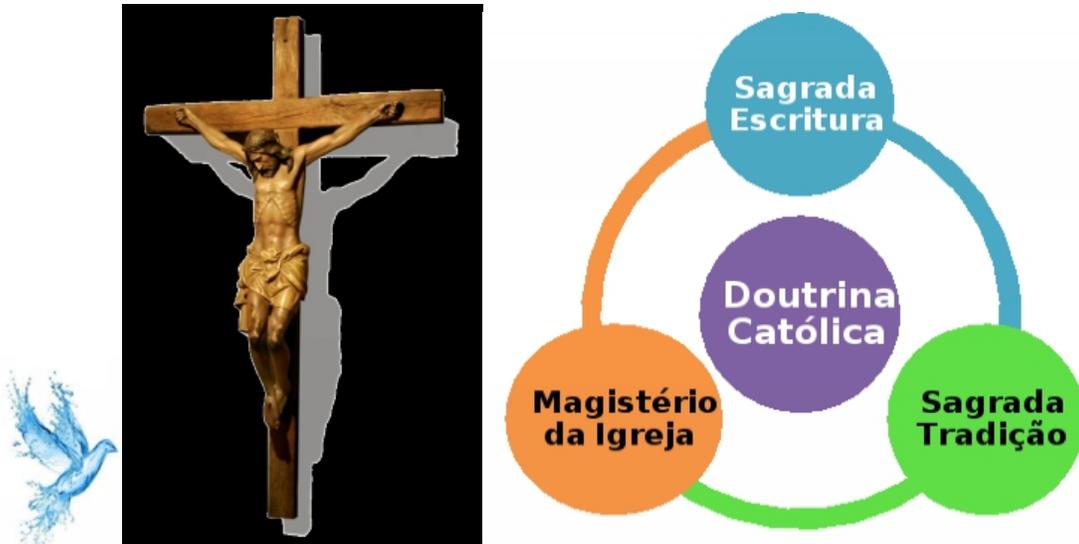
O Magistério, portanto, na sua função (múnus) de guardar,

interpretar, transmitir e ensinar a Tradição, seja a oral, seja a escrita, a interpreta e aprofunda contínua e progressivamente. Guiado e protegido dos erros pelo Espírito Santo, o Magistério é infalível quando ensina oficialmente, dando aos fiéis a certeza, ou seja, a garantia da verdade da Doutrina.

Quando vier o Paráclito, o Espírito da Verdade, ensinar-vos-á toda a verdade, porque não falará por si mesmo, mas dirá o que ouvir, e anunciar-vos-á as coisas que virão. Ele me glorificará, porque receberá do que é meu, e vo-lo anunciará. Tudo o que o Pai possui é meu. Por isso, disse: Há de receber do que é meu, e vo-lo anunciará. (Jo 16, 13-15)

Filipe aproximou-se e ouviu que o eunuco lia o profeta Isaías, e perguntou-lhe: Porventura entendes o que estás lendo? Respondeu-lhe: Como é que posso, se não há alguém que mo explique? E rogou a Filipe que subisse e se sentasse junto dele. (At 8,30s)

Sagrado Magistério da Igreja, Sagrada Tradição e Sagrada Escritura estão de tal maneira associados e relacionados que um não se mantém sem os outros. Todos juntos, cada um com seu múnus, sempre sob a ação do Espírito Santo e segundo o Plano de Deus, colaboram eficazmente para a salvação das almas.



A Doutrina Católica é fruto do Magistério da Igreja, tem origem nos ensinamentos de Jesus e no anúncio do Querigma; fundamento na Revelação divina – na Tradição e na Escritura - e garantia de veracidade pela ação inspiradora e contínua do Espírito Santo.

A Sucessão Apostólica

Os Apóstolos formam o primeiro conjunto de homens escolhidos, a “Igreja dos Apóstolos”, ou seja, a Igreja dos tempos apostólicos, os tempos em que os Apóstolos ainda estavam entre nós.

Sabendo que precisariam de ajuda para continuar a obra, quando nos deixassem, os Apóstolos prepararam outros homens, os *episcopus* e os presbíteros, para darem continuidade à sua tarefa de guardar o Depósito da Fé. Assim, o patrimônio sagrado da fé foi confiado pelos Apóstolos à totalidade da Igreja, à Igreja Apostólica. [\[24\]](#)

A sucessão apostólica na Igreja é a **garantia** que a regra da fé está e será mantida incólume e é onde a Tradição se exprime de maneira particular. Nasce praticamente junto com a Igreja e desde

os seus primórdios é atestada. [25]

Eles pregavam nos campos e nas cidades e estabeleciam suas primícias, [26] experimentavam-nas no Espírito, a fim de fazer delas episcopos e diáconos dos futuros crentes (...) Estabeleceram aqueles de que se falou mais acima e depois instituíram como regra que após a morte deles outros homens experimentados lhe sucederiam em seu ofício. Assim, aqueles que foram estabelecidos por eles, ou em seguida por outros homens eminentes, com a aprovação de toda a Igreja, que cumpriram seu ofício para com o rebanho de Cristo de maneira irrepreensível, (...) consideramos que não é justo demiti-los de suas funções.” (Carta de Clemente de Roma aos Coríntios 42,4;44,2-3)

A **transmissão** da revelação foi feita, inicialmente, de forma oral. Só mais tarde é que se fixaram por escrito os textos dos evangelhos e demais escritos neotestamentários. Paulo, o Apóstolo que será o redator do maior número desses escritos, atesta ter recebido de outros as verdades que ele, mais tarde, transmitiria às Igrejas de estabeleceu.

Eu vos transmiti primeiramente o que eu mesmo havia recebido: que Cristo morreu por nossos pecados, segundo as Escrituras. (1Co, 15-3)

Essa **transmissão** da Palavra de Deus, a partir dos Apóstolos, a princípio de forma não escrita, recebe o nome de **Tradição**.

Apesar de ter mais coisas que vos escrever, não o quis fazer com papel e tinta, mas espero estar entre vós e conversar de viva voz, para que a vossa alegria seja perfeita. (2Jo 1,12)

A Sagrada Tradição

A palavra tradição vem do latim *traditio* que vem do verbo

tradere, que significa entregar, transmitir. Tradição é tudo aquilo - fatos, obras, histórias, cultura - que se transmite de geração em geração, de forma oral ou escrita. Assim, pode-se dizer que tradição é tudo aquilo o que nossos antepassados nos entregaram para que entreguemos à geração seguinte.

Tradição, com **T** maiúsculo,[\[27\]](#) é a Palavra de Deus não escrita, transmitida oralmente, de viva voz, à Igreja e pela Igreja, de geração em geração, presente nos seus ensinamentos, nas suas orações e na sua disciplina.[\[28\]](#)

Essa Tradição é também chamada, apropriadamente, de **Tradição Apostólica**, pois vem dos e desde os Apóstolos de Jesus, ininterruptamente, até os dias atuais, através de seus sucessores, os Bispos da Igreja Católica (entre os quais está o Bispo de Roma, o Papa), sempre sob a condução do Espírito Santo. Nas palavras do Papa Bento XVI:

A Tradição apostólica da Igreja consiste nesta transmissão dos bens da salvação, que faz da comunidade cristã a atualização permanente, na força do Espírito, da comunhão originária. Ela é chamada assim porque surgiu do testemunho dos Apóstolos e da comunidade dos discípulos no tempo das origens, foi entregue sob a guia do Espírito Santo nos textos do Novo Testamento e na vida sacramental, na vida da fé, e a ela a esta tradição, que é toda a realidade sempre atual do dom de Jesus a Igreja refere-se continuamente como ao seu fundamento e à sua norma através da sucessão ininterrupta do mistério apostólico. [\[29\]](#)

Durante muitos anos, desde a Ascensão de Cristo, ocorrida 40 dias após a ressurreição, até as primeiras cartas enviadas por Paulo aos Tessalonicenses, por volta dos anos 50 a 52, nada do que os escritores sagrados haviam ouvido de Jesus Cristo durante três anos, ou aprendido do Espírito Santo, havia sido colocado por escrito.

O cristianismo nascera e já cruzara as fronteiras da Judéia, e a

transmissão da Boa Nova vinha sendo feita de forma oral, durante décadas.

Ainda **com muitas outras palavras** exortava-os, dizendo: Salvai-vos do meio dessa geração perversa! Os que receberam a sua palavra foram batizados. E naquele dia elevou-se a mais ou menos três mil o número dos adeptos. Perseveravam eles na doutrina dos Apóstolos, na reunião em comum, na fração do pão e nas orações. (At 2, 40-42)

Paulo registra essa prática – a da transmissão oral da Palavra, e testemunha a sua importância:

Assim, pois, irmãos, ficai firmes e conservai os ensinamentos que de nós aprendestes, seja por palavras, seja por carta nossa. (2Ts 2,15)

Nós vos ordenamos, irmãos, em nome do Senhor Jesus Cristo, que vos afasteis de todo irmão que leve vida desordenada e contrária à tradição que de nós receberam. (2Ts 3, 6)

Toma por modelo as sãs palavras que de mim ouviste, com fé e com o amor que está em Cristo Jesus. Guarda o bom depósito, por meio do Espírito Santo que habita em vós. (2 Tm 1, 13-14)

Eu vos louvo por vos recordardes de mim em todas as ocasiões e por conservardes as tradições tais como vo-las transmiti. (1Co 11, 2)

Estou admirado de que tão depressa passeis daquele que vos chamou à graça de Cristo para um evangelho diferente. De fato, não há dois evangelhos: há apenas pessoas que semeiam a confusão entre vós e querem perturbar o Evangelho de Cristo. Mas, ainda que alguém - nós ou um anjo baixado do céu - vos anunciasse um evangelho diferente do que vos temos anunciado, que ele seja anátema. Repito aqui o que acabamos de dizer: se alguém pregar doutrina diferente da que recebestes, seja ele excomungado! Asseguro-vos, irmãos, que o Evangelho pregado por mim não tem nada de humano. Não o recebi nem o aprendi de homem algum, mas mediante uma revelação de Jesus Cristo. (Gl 1,6-9.11-12)

Tradição oral e tradição escrita: fontes da



Obs.: o esquema não apresenta proporcionalidade em relação à sua linha de tempo.

Por tudo o que aqui dissemos, e há mais, a Igreja sempre entendeu que a Palavra de Deus é transmitida igualmente, e com igual importância, tanto pela Tradição Apostólica quanto pela Sagrada Escritura. Ambas são inspiradas por Deus, dignas da mesma fé, e são bases dos escritos e da pregação dos Santos Padres e das decisões conciliares.

Cristo Senhor, em quem se consuma a revelação do Sumo Deus, ordenou aos Apóstolos que o Evangelho, prometido antes pelos profetas, completado por ele e por sua própria boca promulgado, fosse por eles pregado a todos os homens como fonte de toda a verdade salvífica e de toda a disciplina de costumes, comunicando-lhes os dons divinos. (Dei Verbum 7; CIC 75)

Esta transmissão viva, realizada no Espírito Santo, é chamada de Tradição enquanto distinta da Sagrada Escritura, embora intimamente ligada a ela. Por meio da Tradição, 'a Igreja, em sua doutrina, vida e culto, perpetua e transmite a todas as gerações tudo o que ela é, tudo o que crê'. 'O ensinamento dos Santos Padres testemunha a presença vivificante desta Tradição, cujas riquezas se transfundem na praxe e na vida da Igreja

crente e orante'. (CIC 78)

Elas estão entre si estreitamente unidas e comunicantes. Pois, promanando ambas da mesma fonte divina, formam de certo modo um só todo e tendem para o mesmo fim. Tanto uma como outra tornam presente e fecundo na Igreja o mistério de Cristo, que prometeu permanecer com os seus 'todos os dias, até a consumação dos séculos (Mt 28,20)'. (CIC 83)

Os que estudam esse assunto, e nós não fazemos diferente, chamam de Fonte da Revelação o lugar onde a Igreja vai buscar, intocada e completa, a Revelação divina. E são duas as fontes: a Tradição Apóstolica e a Sagrada Escritura.

Ambas são, ao mesmo tempo, Revelação e Palavra revelada. Diz-se que a Tradição Apostólica, muitas vezes também chamada Tradição Divina, é a fonte primária,[\[30\]](#) e a Sagrada Escritura a fonte secundária. Essa nomenclatura é apenas convencional, em nada muda a posição de igualdade de ambas as fontes, pois Deus está na origem de ambas.

A conservação da Sagrada Tradição é garantida por Deus, pois o que Ele constitui também conserva. A Sagrada Tradição e a Sagrada Escritura complementam uma à outra, estando sempre em completa e estrita consonância. A Tradição facilita nossa compreensão da Bíblia - em nada estão em contradição - e não representa, de forma alguma, uma fonte extra-bíblica de revelação, com doutrinas novas ou estranhas à Escritura.

A Tradição é a palavra de Deus não escrita, mas comunicada de viva voz por Jesus Cristo e pelos Apóstolos, e que chegou sem alteração, de século em século, por meio da Igreja, até nós. A Tradição deve ter-se na mesma consideração em que se tem a palavra de Deus contida na Sagrada Escritura. (São Pio X)

Sobre os dogmas e querigmas preservados pela Igreja, alguns de nós possuímos ensinamento escrito e outros recebemos da tradição dos Apóstolos, transmitidos pelo mistério. Com respeito à observância, ambos são da mesma força. Ninguém

que seja versado mesmo um pouco no proceder eclesiástico, deverá contradizer qualquer um deles, em nada. Na verdade, se tentarmos rejeitar os costumes não escritos como não tendo grande autoridade, estaríamos inconscientemente danificando os Evangelhos em seus pontos vitais; ou, mais ainda, estaríamos reduzindo o querigma a uma única expressão. (São Basílio Magno, Tratado sobre o Espírito Santo, 27,36)

Justamente por não observarem as Sagradas Escrituras e não guardarem a Tradição de algumas santas pessoas é que os hereges criaram essas ímpias doutrinas. (Hipólito de Roma, Refutação de Todas as Heresias 1, Prefácio)

A Tradição engloba todas as verdades reveladas presentes na Escritura (lembrem-se que a tradição antecedeu a redação das Escrituras do Novo Testamento), tanto aquelas presentes de forma explícita, quanto aquelas presentes de forma implícita, e até mesmo algumas não presentes nas Escrituras.

Assim, por exemplo, o poder-faculdade de a Igreja perdoar ou não perdoar pecados está **explícito**, claro, nas Escrituras, em Jo 20,22s. Jesus o conferiu aos Apóstolos.

Depois dessas palavras, [Jesus] soprou sobre eles dizendo-lhes: Recebei o Espírito Santo. Àqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados; àqueles a quem os retiverdes, ser-lhes-ão retidos.

Mas, por outro lado, no sacramento da penitência, a necessidade da confissão não está exposta com a mesma clareza naquelas palavras de Jesus, mas nelas está **implícita**, uma vez que só será possível aos Apóstolos e seus sucessores perdoarem os pecados na medida em que conhecem o estado de ânimo do cristão, e a única forma de conhecê-lo é através da confissão do penitente.

[31]

É como aconselha o Apóstolo Tiago:

Confessai os vossos pecados uns aos outros, e orai uns pelos

outros para serdes curados. A oração do justo tem grande eficácia. (Tg 5,16)

E o segredo da confissão? Ele não está nem implícita nem explicitamente presente nas Escrituras. Todavia, desde os primeiros tempos, a Igreja sempre exigiu tal sigilo por parte dos confessores, [32] sendo regra tão rígida que aquele que a viola (pode ser até o Papa!) está sujeito à excomunhão automática. [33]

O sacerdote, a quem o pecador se confessa não como a um homem, mas como a Deus, deve evitar toda palavra ou todo sinal que insinue que ele conhece o pecado confessado. (Papa Inocência III, † 1216, *Mignelatina* CCXVII, 652, CD)

O sacerdote está obrigado ao segredo, antes do mais e principalmente, porque o segredo é de essência do sacramento; o sacerdote, com efeito, só conhece o pecado na qualidade de representante de Deus. (Tomás de Aquino, † 1274, *Suma Teológica*, Suplemento, questão II, art. 4c)

O que é conhecido pela Confissão, é considerado como desconhecido, pois o sacerdote não o conhece como homem, mas como representante de Deus. (Tomás de Aquino, Artigo 1, *Ad primum*)

Os Padres da Igreja



Não podemos, em nenhum livro ou obra, curso ou palestra, ou qualquer assunto que aborde os primeiros anos do cristianismo, evitar falar nos Padres da Igreja, sob o risco de apresentarmos qualquer uma daquelas ações de forma incompleta. Os assim denominados Padres da Igreja são, eles mesmos, atores e participantes inseparáveis da maravilhosa e inspirada história dos cristianismo. Vamos conhecê-los.

Os primeiros séculos cristãos: época longínqua, venerável, desconhecida e pouco frequentada. Quem teria a ideia de ir ver estes velhos, os Padres da Igreja, que descansam sabiamente nas prateleiras das bibliotecas, à espera de improváveis visitas? Entretanto, a época em que viveram, pensaram, agiram e escreveram foi transbordante de vida e invenção. Como toda época, conheceu acontecimentos felizes e infelizes, e, sobretudo, no momento em que o cristianismo ainda jovem buscava a sua identidade, fez escolhas que ainda hoje marcam a fisionomia desse cristianismo. Tudo estava por fazer, na urgência ou na paciência. Fundaram Igrejas, instituíram Bispos, definiram dogmas, inventaram os concílios, a liturgia, as heresias e sua refutação, as divisões. Nesse tempo da Igreja antiga (em grandes linhas, do século II ao século V), a

caminhada foi talvez maior dos que nos séculos seguintes. Se hoje constatamos uma grande distância entre as comunidades primitivas dos Atos dos Apóstolos e a nossa Igreja, ou as nossas Igrejas, é, antes de tudo, a essa época que devemos pedir contas.

[34]

O termo “Santo Padre”, no singular, é uma referência ao Papa, e é assim que muitos de nós nos dirigimos ou nos referimos a ele. Mas quando dizemos “Santos Padres” ou “Padres de Igreja”, no plural, estamos nos referindo a um conjunto de homens que foram “mestres” da doutrina e da fé católicas e que viveram nos primeiros séculos da Igreja. “Padres” quer dizer “pais”, que significa geradores ou fontes.

Padres da Igreja ou **Santos Padres** foram homens de fé, do oriente e do ocidente, alguns convertidos ao cristianismo já durante a idade adulta, de grande inteligência, fluência e, principalmente, fé, conhecedores profundos tanto da Sagrada Escritura quanto da Sagrada Tradição, que moldaram a doutrina cristã e a própria Igreja, conformando-as inexoravelmente aos ensinamentos do Cristo, garantindo a integridade do Depósito da Fé cristã, com a ajuda do Espírito Santo, que os movia e inspirava.

Religiosos, na maioria, alguns leigos, alguns anônimos (para nós, hoje), foram influentes teólogos, professores e mestres da cristandade. Foram eles que solidificaram os conceitos da fé cristã, alicerçados nos ensinamentos do próprio Cristo e dos Apóstolos, que os precederam, e formaram o arcabouço daquilo que chamamos de Sagrada Tradição.



Muitos, pela fé, conduta de vida, sabedoria, piedade, força de argumentação e conhecimento ocuparam cargos de Bispos e até de Papas na Igreja dos primeiros séculos (desde a morte de São João, último

sobrevivente entre os Apóstolos de Jesus, e o século VIII). Outros foram presbíteros ou catequistas. Alguns morreram como mártires. Quase todos foram canonizados.

Eles foram para o desenvolvimento da Igreja o que os Apóstolos foram para o seu nascimento. Deram forma às instituições da Igreja, à sua doutrina, sua liturgia, sua oração, sua espiritualidade. Estabeleceram o “Cânion completo dos livros sagrados”, compuseram as profissões básicas da fé, estabeleceram com precisão e defenderam o Depósito da Fé em confrontações com as heresias e a cultura da época (dando, assim, origem à teologia), colocaram as bases da disciplina canônica e criaram as primeiras formas da liturgia.[35]

O estudo de suas vidas e de seus escritos, uma necessidade constante para os católicos de todas as épocas, é denominado Patrologia. Denomina-se Patrística tanto o período em que viveram (séculos I a VIII) quanto a filosofia e o pensamento teológico desenvolvidos por esses Santos Padres.[36]

A Igreja Católica Romana (e também a Igreja Ortodoxa) acredita que os Padres da Igreja proporcionam a interpretação correta da Sagrada Escritura, registraram a Sagrada Tradição e distinguiram as autênticas doutrinas (ortodoxia) das heresias (heterodoxia).

É dogma da Igreja que o ensino unânime dos Santos Padres é regra infalível de uma verdade de fé. Todavia, isoladamente, por mais belas e profundas que sejam suas reflexões, e a importância já mencionada delas para os cristãos de todos os tempos, nenhum desses Padres é considerado infalível, exceto se quando pronunciadas tais reflexões durante o ensino *ex cathedra* por um dos que assumiram a cátedra de Pedro, ou se seu ensino foi recepcionado como infalível num dos Concílios Ecumênicos.

Todos os séculos que sucederam seus escritos teológicos, apologéticos, acadêmicos ou eclesiásticos a eles se referem como

precedentes doutrinários de valor inestimável e deles fazem uso como porto seguro, bússola confiável e fonte generosa para todos os católicos e demais cristãos.

O estudo dos Padres da Igreja por leigos e religiosos, catequista ou teólogos é de suma importância para profundidade da doutrinação da fé, do conhecimento dos primórdios da História da Igreja e da Sagrada Teologia.

Por isso, ao longo de todas as páginas deste livro vamos recorrer com muita frequência aos ensinamentos dos Padres da Igreja. Ensinamentos esses que irradiam Cristo e impulsionam os fiéis a segui-Lo, e que também combateram – e ainda combatem - hereges e heresias, desde os primórdios do cristianismo até nossos dias.[\[37\]](#)

Para que alguém seja considerado pela Igreja e contado entre os “Padres da Igreja”, ele deve reunir quatro características:

Doutrina Ortodoxa: o que implica a fiel comunhão de sua doutrina com os ensinamentos da Igreja universal;

Santidade de Vida: são exemplos e testemunhas da fé;

Antiguidade: ter vivido no período entre os séculos I a VIII;

Aprovação da Igreja: que é reconhecida a partir das declarações e decisões eclesiais ao longo dos séculos em relação aos seus ensinamentos.

João Paulo II, saudoso Papa e santo, assim se pronunciou a respeito da importância dos Padres da Igreja, em sua Carta Apostólica *Patres Ecclesiae*, de dois de janeiro de 1980.[\[38\]](#)

Padres da Igreja são chamados com razão aqueles santos que, com a força da fé, a profundidade e riqueza dos seus ensinamentos, durante os primeiros séculos a geraram e formaram.

Na verdade; foram ‘padres’ ou pais da Igreja porque deles, mediante o Evangelho, recebeu ela a vida. E também seus construtores, porque deles - sobre o fundamento único colocado

pelos Apóstolos, que é Cristo - a Igreja de Deus foi edificada nas suas estruturas fundamentais.

Da vida recebida dos seus pais ainda hoje vive a Igreja; e sobre as estruturas postas pelos seus primeiros construtores ainda hoje é edificada, na alegria e na pena do seu caminho e do seu trabalho quotidiano.

Padres ou pais foram, e pais continuam a ser para sempre: eles mesmos, de fato, são estrutura estável da Igreja, e, em favor da Igreja de todos os séculos, exercem uma função perene. De maneira que todo o anúncio e magistério seguinte, se quer ser autêntico, deve pôr-se em confronto com o anúncio e o magistério deles; todo o carisma e todo o ministério devem beber na fonte vital da paternidade deles; e toda a pedra nova, acrescentada ao edifício santo que todos os dias cresce e se amplifica, deve colocar-se nas estruturas já por eles postas e a elas soldar-se e ligar-se.

Guiada por estas certezas, a Igreja não se cansa de voltar à leitura dos seus escritos — cheios de sabedoria e incapazes de velhice — nem se cansa de os recordar continuamente. É pois com grande alegria que no decurso do ano litúrgico sempre tornamos a encontrar de novo os nossos pais: e todas as vezes somos por eles confirmados na fé e animados na esperança (...).
(São João Paulo II, Papa)

Os que pertencem à primeira ou à segunda geração da Igreja depois dos Apóstolos, alguns tendo com eles convivido ou até sido seus discípulos, recebem também o nome de **Padres apostólicos**.

Os escritos desses Padres apostólicos, embora iluminados e de estilo e conteúdo muito parecidos com as epístolas do Novo Testamento, não foram incluídos no cânon bíblico, apesar de que alguns desses escritos terem sido até mesmo venerados como Escritura em algumas das Igrejas, antes da fixação do cânone oficial.

Seus textos são importantíssimos pela proximidade do ensinamento dos Apóstolos, cujos ensinamentos refletem

diretamente, como se vê, por exemplo, neste fragmento da carta aos coríntios escrita por Clemente de Roma, terceiro sucessor de Pedro:

Unamo-nos, pois, àqueles a quem foi dada a graça da parte de Deus; revistamo-nos de concórdia, mantendo-nos no espírito de humildade e continência, afastados de toda murmuração e calúnia, justificados pelas nossas obras e não pelas nossas palavras.

Quase sempre de orientação pastoral, os escritos dos Padres apostólicos usavam palavras simples para expor temas cruciais, tais como a importância da salvação que nos foi conquistada pelo sacrifício do Cristo, a esperança na Parusia, os conselhos e a exigência de obediência aos Bispos de suas Igrejas e os graves e constantes alertas para o risco das heresias e cismas.

Os Padres Apostólicos são: Clemente I de Roma (o quarto Papa da Igreja), Hermas, Inácio de Antioquia, Policarpo de Esmirna, Barnabé, Papias de Hierápolis e, ainda que atualmente desconhecidos, os autores da Epístola a Diogneto e da Didaqué.

É comum também ver os Padres da Igreja divididos em três grupos, conforme a época em que viveram: os membros das primeiras comunidades cristãs, que viveram até o Concílio de Nicéia (325), a geração seguinte (entre os Concílios de Nicéia e o de Calcedônia, em 451), e os que vieram depois, até o século VIII.

Nesta **primeira fase**, vivem também os Padres apologistas gregos e os mestres da Escola de Alexandria. Entre outros, podemos citar Inácio de Antioquia, Policarpo de Esmirna, Justino Mártir, Ireneu de Lyon, Tertuliano, Cipriano de Cartago, Clemente de Alexandria e Orígenes.

Os apologistas introduzem no pensamento do cristianismo um novo tipo de discurso, o **discurso apologético**.^[39] Agora, além da pregação da Boa Nova, ou seja, do anúncio da salvação, é necessário combater as objeções maldosas, as críticas e acusações

do monoteísmo judaico e do racionalismo grego. Sem renunciar à fé, o discurso agora dará uma especial importância à razão.

Além de acusados pelos judeus de serem politeístas, os cristãos eram acusados pelos gregos e romanos de serem ateus (porque não acreditavam nos deuses do império, em especial porque se recusavam a adorar o imperador romano), antropófagos (em seus ritos faziam uma refeição comunitária de carne e sangue) e de outras barbaridades (tais como de serem antissociais – não admitiam o costume do homossexualismo, por exemplo – e até incestuosos).

Essas acusações quase sempre provocavam desconfianças; as desconfianças provocavam perseguições; e as perseguições, os martírios.

Para defender a fé e mostrar que Jesus, sendo Deus, não era um outro Deus e, portanto, não há politeísmo, e que também não eram ateus, pois acreditavam no Deus único e verdadeiro, os apologistas foram buscar na filosofia da época as ideias e palavras que fizessem sentido às novas culturas que eram alcançadas pelo cristianismo.

Esses novos termos, mais distantes do pensamento oriental, são mais apropriados ao combate das ideias e ao debate religioso; vão causar alguma confusão quanto ao sentido das palavras, mas ao mesmo tempo esclarecer e clarificar os mistérios da fé.

A **segunda fase** se desenvolve entre o Concílio de Niceia (325) e o de Calcedônia (451) e é considerada o século de ouro dos Padres da Igreja. No século IV, com a chegada da paz à Igreja dentro do império romano, cresceu muito o número de cristãos, mas adquiriram força as discrepâncias internas e as heresias. Diante delas, muitos Padres da Igreja fizeram valiosas defesas da fé cristã e esclareceram os dogmas trinitários e cristológicos.

No segundo grupo estão, entre outros, Agostinho de Hipona, Hipólito, Gregório Taumaturgo, Júlio o Africano, Dionísio o

Grande, Atanásio, Teodoro da Síria, João Crisóstomo, Gregório de Nissa e Jerônimo.

Finalmente, os Padres do **terceiro grupo** vivem o desmoronamento político da metade ocidental de império romano e o surgimento e crescimento do islã. Neste grupo se encontram, entre outros, Gregório Magno, Fulgêncio, Máximo de Turim, Boécio, Casiodoro, Vicente de Lerins, Martinho de Braga, Ildefonso de Toledo e Isidoro de Sevilha, no Ocidente; e Pseudo-Dionísio Areopagita, Romano o Cantor, Máximo o Confessor, Severo de Antioquia, André de Creta, Germano de Constantinopla, Tiago de Sarug e João Damasceno, no Oriente.

O **pensamento dos Padres da Igreja**, segundo destaca a “Instrução sobre o estudo dos Padres da Igreja na Formação Sacerdotal”,[\[40\]](#) da Congregação para a Educação Católica, “é exemplo de uma teologia unificada, vivida e amadurecida em contato com os problemas do ministério pastoral; é um ótimo modelo de catequese, fonte para o conhecimento da Sagrada Escritura e da Tradição, assim como do homem total e da verdadeira identidade cristã.”

Esse documento vaticano destaca que os Padres são testemunhas privilegiadas da Tradição, transmitem um método teológico luminoso e seguro, e seus escritos oferecem uma riqueza cultural e apostólica que os torna grandes mestres da Igreja de sempre.

No entanto, acrescenta, “só manifestam suas riquezas doutrinárias e espirituais aos que se esforçam por penetrar em suas profundezas por meio de um contínuo e assíduo trato familiar com eles.”

A Igreja é consciente de que, para continuar crescendo, é “indispensável conhecer a fundo sua doutrina e obra, que se distingue por ser, ao mesmo tempo, pastoral e teológica, catequética e cultural, espiritual e social, de maneira excelente”; e

“é propriamente esta unidade orgânica dos vários aspectos da vida e missão da Igreja que torna os Padres tão atuais e fecundos”.



Os quatro Padres da Igreja do Ocidente (Museu do Louvre, Paris):
São Gregório Magno, Santo Ambrósio, Santo Agostinho e São Jerônimo.

Padres gregos e Padres latinos

Outras denominações dos Pais da Igreja decorrem de sua procedência e da língua usada em seus escritos (latim ou grego): Padres gregos e Padres latinos.

Entre os Pais gregos estão [Ireneu de Lyon](#), [Clemente de Alexandria](#), [Atanásio de Alexandria](#), [João Crisóstomo](#), [Cirilo de Alexandria](#) e os Padres ou Pais da Capadócia ([Basílio de Cesareia](#), [Gregório Nazianzeno](#), [Pedro de Sebaste](#) e [Gregório de Nissa](#)), e [Máximo, o Confessor](#).

Entre os Pais latinos, Tertuliano (que posteriormente se converteu para o Montanismo), Cipriano de Cartago, Leão Magno, Gregório Magno, Agostinho de Hipona, Ambrósio de Milão e Jerônimo de Estridão.

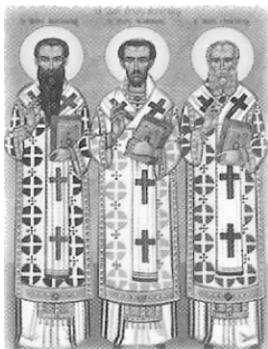
Padres da Capadócia

São os Pais ou Padres da Igreja na região da [Capadócia](#) que, no século IV, viveram [uma](#) vida monástica, de estudo e meditação. São eles [Basílio de Cesareia](#), [Gregório de Nissa](#) e [Pedro de Sebaste](#). Todos foram Bispos e tiveram crucial importância para a definição do dogma da Santíssima Trindade, proclamado, em 381, no [Primeiro Concílio de Constantinopla](#).

O ensinamento dos Padres Capadócius sobre a divinização entrou na tradição de todas as Igrejas Orientais e constitui parte do seu patrimônio comum. Isto se pode resumir no pensamento já expresso por Santo Ireneu, em finais do século II: *Deus fez-Se filho do homem, para que o homem pudesse ser filho de Deus*. Esta teologia da divinização permanece uma das aquisições particularmente queridas do pensamento cristão oriental. (São João Paulo II, Papa, Carta Apostólica *Orientalis Lumen*, 1995)

Padres do Deserto

Clérigos monásticos que viveram no deserto egípcio entre os séculos III e VI, tiveram grande influência apesar de não serem muitos os seus escritos. Também são conhecidos como anacoretas ou eremitas. Os Padres do Deserto mais importantes Santo Antônio, o Grande e São [Pacômio](#).



No Oriente, encontram-se as riquezas daquelas tradições espirituais que o monaquismo, sobretudo, expressou. Pois, desde os gloriosos tempos dos Santos Padres, floresceu no Oriente aquela elevada espiritualidade monástica, que

de lá se difundiu para o Ocidente e da qual a vida religiosa dos Latinos se originou como de sua fonte, e em seguida, sem cessar, recebeu novo vigor. Recomenda-se, por isso, vivamente que os católicos se abeirem com mais frequência destas riquezas

espirituais dos Padres do Oriente, que elevam o homem todo à contemplação das coisas divinas. (São João Paulo II, Papa, Carta Apostólica *Orientalis Lumen*, 1995)

Doutores da Igreja

O termo Doutor da Igreja é associado a alguns Padres da Igreja, mas não a todos. É um título que indica algo mais, pois nem todos os Padres são Doutores. Essas pessoas têm as mesmas condições exigidas para o reconhecimento dos Padres da Igreja, exceto a antiguidade, pois pertencem a todas as épocas da Igreja.

Originariamente, a palavra Padre designava, de um modo geral, todos aqueles que estudavam a mensagem de Cristo. Mas, aos poucos, passou a ser reservada a alguns grandes espíritos, cuja ciência, ortodoxia e santidade exemplar lhes conferiam uma autoridade de ensino de qual todos os católicos podem confiantemente aprender.

O título de Doutor da Igreja só pode ser concedido por Papas a homens e a mulheres que serviram a Igreja mediante um ensino de maneira extraordinário.

A primeira nomeação foi em 1298, quando a Igreja Ocidental concedeu esse título a São Ambrósio de Milão (340-397), São [Jerônimo de Estridão](#) (347-420), [Santo Agostinho de Hipona](#) (354-430) e São Gregório Magno (540-604).

Em 1568 foi a vez de a Igreja reconhecer e nomear como doutores mais um pequeno número de homens bem selecionados, Doutores da Igreja oriental São [Basílio de Cesareia](#) (329-379), [Santo Atanásio de Alexandria](#) (296-373), [Gregório de Nazianzo](#) (329-389) e [João Crisóstomo](#) (347-407).

Esses oito primeiros são os “**Grandes doutores da Igreja**”.

Mas o título de Doutores da Igreja (sem o “Grande”) foi também oficialmente concedido pela Igreja a ocidentais como São

Hilário de Poitiers, São Leão Magno e São Isidoro de Sevilha. E a orientais como São Efrém e São João Crisóstomo; nas épocas medieval e moderna, São Alberto Magno, São Tomás de Aquino, Santo Antônio de Pádua e, mais recentemente, Santa Teresinha do Menino Jesus, São João de Ávila e Santa Hildegarda de Bingen.

Os Santos Padres e a Tradição

Os Santos Padres, em especial aqueles que testemunharam a pregação dos Apóstolos, como discípulos e foram por eles instituídos Bispos da Igreja, guardavam na memória a sã doutrina. Com a morte dos Apóstolos passaram a ser a única referência segura dessa doutrina.

Em função dessas testemunhas privilegiadas do *Depositum Fidei*, a Igreja desenvolveu o conceito da “**Prova Patrística**”, utilizada pela primeira vez na obra “O Espírito Santo”, de São Basílio Magno († 379), no qual demonstra a divindade do Espírito Santo a partir das Escrituras e das tradições cristãs. Na obra, para apoiar sua opinião doutrinária sobre o Espírito Santo, Basílio acrescentou uma lista de Padres da Igreja.[\[41\]](#)

Também Santo Agostinho serviu-se amplamente da prova patrística, a partir de 412, especialmente na controvérsia contra o pelagianismo, e São Cirilo de Alexandria influenciou a aceitação oficial, pelo Concílio de Éfeso, do título *Theotókos* (Mãe de Deus) para Maria, usando as obras dos Santos Padres.

O uso constante da prova patrística como verificação da autenticidade da fé, fez com que São Vicente de Lérins criasse o clássico conceito de *magistri probabiles* (algo como ‘Mestres autorizados’) em seu *Commonitorium*,[\[42\]](#) desenvolvendo a teoria da prova patrística.

Havendo interrogado com frequência e com maior cuidado e atenção a inúmeras pessoas, sobressalentes em santidade e

doutrina, sobre como distinguir por meio de uma regra segura, geral e normativa, a verdade da Fé Católica da falsidade perversa da heresia, quase todas me têm dado a mesma resposta: ‘Todo cristão que queira desmascarar as intrigas dos hereges que brotam ao nosso redor, evitar suas armadilhas e se manter íntegro e incólume numa fé incontaminada, deve, com a ajuda de Deus, apetrechar sua fé de duas maneiras: com a autoridade da lei divina ante tudo, e com a tradição da Igreja Católica’. (Vicente de Lérins, *Commonitorium*)

Não são poucos os testemunhos dos Padres sobre a Tradição Apostólica:

Caso viesse alguém que tivesse convivido com os presbíteros, eu procurava saber os ditos dos presbíteros, isto é, o que haviam ensinado André, Pedro, Filipe, Tomé, Tiago, João, Mateus ou qualquer outro discípulo do Senhor. Estava convencido de que da leitura dos livros não retiraria tanto proveito quanto da voz viva e permanente. (Papias, † 130, citado por Eusébio de Cesaréia, *História da Igreja* 3,39)

A crença uniformemente professada por diversas comunidades não deriva do erro, mas da legítima Tradição. (Tertuliano, † 210)

Se os Apóstolos nada tivessem deixado escrito, dever-se-ia igualmente seguir a ordem da Tradição por eles confiada aos dirigentes da Igreja. Esse método é seguido por muitos povos bárbaros que creem em Cristo; sem papel e sem tinta, estes trazem inscrita em seus corações a salvação por obra do Espírito Santo; conservam fielmente a antiga Tradição. (Santo Ireneu, † 220, *Contra as Heresias*, III,4,2)

Ao despontar do dia que fora escolhido para a disputa com Simão Mago, Pedro, levantando-se aos primeiros cantos do galo, despertou também a nós; todos juntos, éramos treze a dormir no mesmo aposento. (...) À luz da candeia (...) sentamos todos. Pedro, vendo-nos alertas e bem atentos, saudou-nos e começou seu discurso: 'É surpreendente, irmãos, a elasticidade de nossa natureza, a qual me parece ser adaptável e maleável a

tudo. Digo-o apelando para o eu mesmo tenho experimentado. Logo depois da meia-noite, costumo acordar espontaneamente e não consigo voltar a dormir. Isto me acontece porque me habituei a evocar em minha memória as palavras que ouvi de meu Senhor Jesus Cristo. Desejo de revolvê-las no espírito, incito o meu ânimo e a minha mente a se despertarem, a fim de que, em estado de vigília, recorde cada palavra de Jesus em particular e as guarde todas ordenadamente na memória. Já que desejo com profundo deleite meditar no meu coração as palavras do Senhor, adquiri o hábito de ficar em vigília, mesmo que nada, fora deste intento, me preocupe o espírito'. (Pseudo-Clemente, séc. III, *Recognitiones* II,1)

Se um problema é desproporcional ao nosso raciocínio, o nosso dever é permanecer bem firmes e irremovíveis na Tradição que recebemos dos Padres. (São Gregório de Nissa, †394, *Quod non sint tres dii*, MG 45,117)

Pois é suficiente para provar nossa afirmação de que a Tradição veio até nós por nossos pais, transmitida como uma herança, por sucessão dos Apóstolos e dos santos que os sucederam. Aqueles, por outro lado, que mudaram suas doutrinas com novidades, necessitariam do suporte de abundantes argumentos, se quisessem mostrar seus pontos de vista, não à luz de homens controversos e instáveis, mas de homens de peso e firmeza. Mas já que suas posições se apresentam sem fundamentos e sem provas, quem é tão louco e tão ignorante para considerar os ensinamentos dos evangelistas e Apóstolos, e daqueles que sucessivamente brilharam como luzes nas igrejas de menos força do que tais coisas sem sentido e sem provas? (Gregório de Nissa, *Contra Eunômio*, 4,6)

Ainda que os católicos fiéis à Tradição se reduzam a um punhado, são eles a verdadeira Igreja de Jesus. (Anastácio, † 373)

A Doutrina Católica

A doutrina cristã, ou melhor, a **doutrina cristã católica**, é, antes de tudo, a doutrina que Jesus Cristo pregou, que os Apóstolos

pregaram depois dele, e a que a Igreja Católica ensina, após e desde os Apóstolos. Não foram os homens, nem a Igreja, que a inventaram.



de São Pio X)

[A doutrina católica] é a doutrina que Jesus Cristo Nosso Senhor nos ensinou, para nos mostrar o caminho da salvação e da vida eterna. As partes principais e mais necessárias da Doutrina [...] são quatro: o Credo, o Pai-Nosso, os Mandamentos e os Sacramentos. (Catecismo

A Igreja professa que todas as coisas que ela acredita são verdades que foram sendo gradualmente reveladas por Deus desde o início dos tempos, atingindo a sua plenitude e perfeição em Jesus, o Filho de Deus, o Messias (Cristo) e Salvador do mundo e da humanidade.

Diante da garantia de que essa doutrina vem de Deus, cabe ao homem apenas entregar-se a Deus de forma voluntária e total, com todo o sua vontade e inteligência.

A adesão dos fiéis a essa maravilhosa doutrina, portanto, deve ser ampla, geral e sem restrições, e definitiva, pois é essa doutrina que prepara os homens para viverem uma vida virtuosa, para glorificarem a Deus do modo devido, de forma a obterem a felicidade eterna após a morte, conforme o desejo de Deus.

As principais verdades da fé encontram-se expressas e resumidas no Credo dos Apóstolos, no Credo Niceno-Constantinopolitano e também em variadíssimos documentos da Igreja, como por exemplo, e principalmente, no Catecismo da Igreja Católica.

Verdades que o cristão deve crer, sacramentos que precisa receber, mandamentos que deve observar, missões que deve cumprir, promessas que deve esperar... Tudo isso está na Doutrina Católica, fonte de sabedoria, luz (reflexo de Jesus, que é nossa Luz) e celeiro de santos e de santidade. Essa doutrina os homens devem aprender, praticar e ensinar aos demais a praticarem.

Como a fé opera pela caridade (Gl 5,6), ou seja, pelo amor, além do culto, da participação nos sacramentos, da leitura orante das Escrituras, o católico obriga-se a conhecer e fazer a vontade de Deus através da prática dos ensinamentos dos mandamentos de amor ensinados por Jesus, das boas obras e também das regras de vida propostas pela Igreja, que foi fundada e é o corpo do qual a cabeça é Jesus.

A Fé

Falamos da fé. Mas de que fé estamos falando? O que é a Fé?

Os ateus, para acreditar que Deus não existe, têm que ter muito mais “fé” do que nós, quando o conceito de fé é “acreditar que algo existe ou é como se anuncia ser”. O risco dessa “fé” do ateu é muito grande, pois as consequências, para ele, se Deus realmente existir, são muito graves. Nessa aposta – se Deus existe ou não, só o “fiel” não pode perder.[\[43\]](#)

Certamente a fé da qual estamos falando neste nosso Curso não é apenas o ato de acreditar que algo existe ou é conforme se anuncia ser. O demônio acredita em Deus e O conhece melhor do que nós, mas não é capaz de fazer um único ato de fé obediente.

A fé obediente é a verdadeira fé, a fé “que importa”, pois ela é a resposta que os homens devem dar às propostas de amizade que Deus lhes faz ao longo da história, desde a Criação. Ledo engano comete aquele que, apenas por dizer acreditar em Deus, ou que Jesus é o Salvador do mundo, se prejulga justificado e salvo.

Que vos parece? Um homem tinha dois filhos. Dirigindo-se ao primeiro, disse-lhe: - Meu filho, vai trabalhar hoje na vinha. Respondeu ele: - Não quero. Mas, em seguida, tocado de arrependimento, foi. Dirigindo-se depois ao outro, disse-lhe a mesma coisa. O filho respondeu: - Sim, pai! Mas não foi. Qual dos dois fez a vontade do pai? O primeiro, responderam-lhe. E Jesus disse-lhes: Em verdade vos digo: os publicanos e as meretrizes vos precedem no Reino de Deus! (Mt 21,18-32)

A fé que importa, e é a que sempre teremos em mente quando mencionarmos essa palavra aqui, é a resposta que deve ser dada ao chamado que Deus nos faz, que deve ser a de adesão confiante e incondicional à Sua vontade, qualquer que ela seja, ainda que não esteja clara para nós.

Se confiarmos que essa vontade, mesmo que “desconhecida”, só pode ser boa porque vem de Deus, que só quer o nosso bem e só nos diz verdades, estaremos confessando a fé que agrada a Deus, a fé obediente. Abraão recebe o nome de Pai da Fé exatamente por essa postura confiante: sem entender o porquê, ia sacrificar seu filho Isaac, para obedecer a uma ordem de Deus (Gn 22,1-18).

Jesus é o modelo de fé obediente: sendo de condição divina, deixou de lado sua igualdade com Deus e, por obediência à vontade do Pai, humilhou-se, aniquilou-se a si mesmo, assumindo a condição de escravo e assemelhando-se aos homens, e mais ainda, tornando-se obediente até a morte, e morte de cruz (Fl 2,7-8).

Obediente vem de obedecer, da expressão latina “*ob audire*”, que significa “inclinando o ouvido junto à pessoa que fala, para ouvi-la com atenção”. Assim, aquele que tem fé, e fé obediente, é aquele que escuta com atenção a Palavra de Deus e a põe em prática. [\[44\]](#)

Mas Jesus replicou: Antes bem-aventurados aqueles que ouvem a palavra de Deus e a observam! (Lc 11,28)

Nossa atitude diante da Palavra de Deus, a única atitude possível, se chamamos a nós mesmos de católicos, e a única que agrada a Deus, deve ser a da fé obediente. Por isso, diferente não deve ser nossa postura diante da Doutrina Católica – que é a Palavra de Deus – e da Igreja, que é a fiel depositária desse tesouro de fé.

Essa obediência “cega” (no sentido de confiar naquilo que Deus tem para nós, mesmo que ainda não consigamos ver) é uma opção de vida daquele que aderiu totalmente a Deus.

A fé é o fundamento da esperança, é uma certeza a respeito do que não se vê. (Hb 11,1)

A fé é um ato bilateral: ao mesmo tempo em que é um ato humano, é um dom de Deus. Ninguém começa a crer por conta própria. Antes, Deus propõe, e dá ao homem a graça de reconhecer e responder à sua proposta.

Porque é gratuitamente que fostes salvos mediante a fé. Isto não provém de vossos méritos, mas é puro dom de Deus. (Ef 2,8)

Mas, como todo ato humano, pode e deve ser reforçado pelo “exercício”, pela prática, pelo hábito.

Creio (Senhor)! (Mas) Vem em socorro à minha falta de fé! (Mc 9,29)

A fé deve levar à busca da sabedoria. Se cremos em Deus, temos que nos interessar sempre a cada vez mais em conhecer o seu plano a respeito de nossa salvação, a sua Igreja, a sua Palavra. Com Santo Agostinho, temos que dizer que “eu creio para compreender, e compreendo para melhor crer”.[\[45\]](#)

A fé não é de modo algum contrária à inteligência. Antes, é um exercício de inteligência: “se Deus disse que é assim, se sua Palavra é a Verdade, se Ele não pode enganar-se, e se Ele me ama e, portanto, não pode enganar-me, é porque assim é”.

Mas não é apenas isso. Até por respeito à nossa inteligência, Deus nos deu muitos sinais que atestam a sua Verdade: Os diversos milagres, a certeza da ressurreição de Cristo (um fato “milagroso”, mas também histórico), a própria – e, em alguns períodos, improvável - sobrevivência bimilenar da Igreja (sobre a qual as “portas dos infernos” nunca prevaleceram, por mais que venham tentando), tudo isso dá motivo e suporte à nossa fé inteligente.

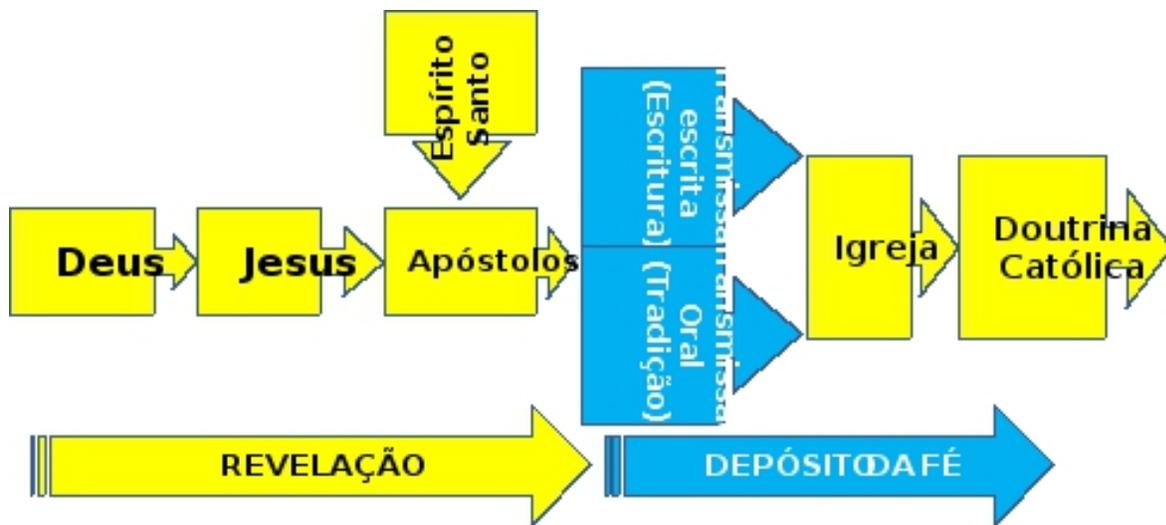
Por último, ainda que “aposte” naquilo que ainda não conseguimos ver, a fé não é um salto no escuro. Pelo contrário, é um salto na “luz”.

Falou-lhes Jesus: Eu sou a luz do mundo; aquele que me segue não andarรก em trevas, mas terรก a luz da vida. (Jo 8,12)

A fé é o maior tesouro que podemos guardar em nossos corações, que é sabermos que somos amados (e mui amados) por Deus.

Resumindo até aqui

- Aproveite a Deus revelar-se à humanidade;
- No tempo devido, revela-se através do Filho, Jesus Cristo;



- Jesus ensina aos Apóstolos e os envia a pregar o Evangelho;
- Após sua Ascensão, Cristo envia o Espírito Santo, em Pentecostes;
- Com o auxílio do Espírito Santo, os Apóstolos aprendem o que ainda não tinham entendido;
- Sua pregação oral dá início à Tradição Apostólica, que é divina, doutrinária e moralmente correta;
- Posteriormente, tem-se o início das Escrituras do Novo Testamento que, junto com o AT vão formar a Bíblia;
- Com a morte do último Apóstolo encerra-se a revelação. Também as Escrituras estão concluídas;
- Faltando os Apóstolos, eles, antes de partirem, confiaram à Igreja nascente o Depósito da Fé (*depositum fidei*), que se mantém intacto até os dias de hoje, e para sempre, sendo a garantia da nossa fé;
- A Igreja sucede os Apóstolos na missão que o Senhor lhes havia confiado, que há de durar até o final dos tempos.

Capítulo II: Primeiros “contatos” com os dogmas

O que é um Dogma?

Entende-se por dogma um ponto fundamental e indiscutível de uma doutrina religiosa. Embora esse seja o sentido principal e mais usado da palavra, estendeu-se esse conceito a outras doutrinas ou sistemas, daí falar-se em dogmas da ciência, dogmas da medicina, dogmas do direito, dogmas políticos, dogmas neoliberais etc.

A palavra dogma, em grego *dokein*, significa “opinião”. Entre os gregos, o dogmatismo era a posição filosófica oposta ao ceticismo, os dogmáticos opostos aos céticos. Enquanto estes negavam a possibilidade de qualquer conhecimento, os dogmáticos afirmavam exatamente o contrário, ou seja, a plena possibilidade do conhecimento.

Em filosofia, a palavra dogma é usada com o significado de opinião formulada explicitamente como verdadeira. Dogmáticos seriam, portanto, aqueles que praticam uma filosofia ou crença fundada em dogmas.

Mas, no sentido pejorativo, dogmáticos são aqueles que expressam opinião através de afirmativas que, mesmo sem apresentar os necessários fundamentos, são proclamadas como verdades que não podem ser discutidas, muito menos contestadas.

Dogmatismo negativo é o nome que se dá ao ceticismo, porque ao afirmar a impossibilidade do conhecimento verdadeiro, faz uma afirmação dogmática, enquanto se chama de positivo o dogmatismo contrário.

Existem “dogmas e dogmas”. Nesta obra, é evidente, nós os

abordaremos sob o ponto de vista da Igreja Católica, ou seja, nos interessa conhecer, entender e - por que não? - passar a “praticar” esses dogmas com ainda mais fé e energia de nossa alma.

Seja como for, falar de dogma nunca é muito fácil, em razão da predisposição deliberada de muitos em conceituar erroneamente o significado dessa palavra, em especial quando se fala dos dogmas católicos.

O primeiro uso de dogma num sentido mais próximo ao atual e restrito às declarações da Igreja, apareceu apenas pouco antes da metade do século XV:

É de fé católica tudo e apenas o que foi revelado pela Palavra de Deus e proposto a todos pela Igreja Católica. Isso deve ser aceito como de fé divina. (François Véron, 1578-1649)

A ideia de dogma como *regula fidei*, que viria a se tornar um termo comum da teologia, veio sendo desenvolvida lentamente, principalmente no século XVIII, para entrar definitivamente no vocabulário oficial da Igreja a partir do Concílio Vaticano I, no do século XIX (1869 a 1870).

Deve-se, pois, crer com fé divina e católica tudo o que está contido na palavra de Deus escrita ou transmitida, e que pela Igreja, quer em declaração solene, quer pelo Magistério ordinário e universal, nos é proposto para ser crido, como revelado por Deus. (DS 3011)

Do ponto de vista católico, chama-se dogma uma definição teológica formal de enunciados fundamentais da verdade revelada por Deus e proposta[46] pela suprema autoridade da Igreja,[47] que deve ser aceita por todos os católicos como artigo de fé.

Segundo o Catecismo da Igreja Católica,[48] dogma é uma forma definida pelo Magistério da Igreja que obriga todo o povo cristão a uma adesão irrevogável de fé, uma vez que propõe verdades contidas na revelação divina ou verdades que com estas

têm uma conexão necessária.



A Igreja entende os dogmas por ela proclamados como expressões legítimas e necessárias da fé, verdades doutrinárias, “instrumentos” da palavra de Deus. Neles, a Verdade, ou seja, a Palavra de Deus, confronta a Igreja com a exigência de obediência absoluta. Tornam-se, portanto, enunciados fundamentais normativos que comprometem a todos, dentro da própria Igreja.

A função do dogma, assim como o farol que indica ao comandante do navio, no meio do nevoeiro ou da tempestade, qual o caminho deve seguir e qual evitar, é indicar aos fiéis o caminho seguro e confiável rumo ao futuro prometido.

Qual o problema com os Dogmas?

Dogma, como vimos acima, é um assunto de extrema importância no âmbito da Igreja Católica, mas, por outro lado, e infelizmente, é muito pouco abordado. Qual foi a última vez que você, católico, ouviu essa palavra numa homilia, num curso de formação cristã, ou de preparação para o casamento, de padrinhos de batismo ou crisma?

Essa palavra – e o que ela representa para nós, católicos, costuma passar à margem dos cursos de iniciação cristã – preparação para a 1ª Eucaristia e para o Crisma. “Isso é coisa reservada aos religiosos, e não aos leigos”, dizem alguns, sem ter noção de o quanto estão errados, já que este assunto está diretamente relacionado com a nossa vida, esta e a que está por vir.

Se você se vir envolvido numa discussão (em qualquer ambiente e, infelizmente, até em ambientes ditos católicos) onde os

dogmas de nossa Igreja sejam mencionados, certamente as avaliações críticas serão em muito maior número que as positivas, se estas existirem. Pior, a maioria dos que se acham verdadeiros fiéis assumirão uma posição que, se também não for crítica, quando muito será de neutralidade na questão.

“É inacreditável que, em pleno século XXI, numa sociedade moderna, a Igreja ainda use de artifícios tão prepotentes e preconceituosos como os dogmas para impor seus valores aos católicos”. Quem nunca ouviu essa ou alguma frase parecida, não é?

Tenham certeza, na maioria dessas discussões, tanto aqueles que criticam os dogmas católicos, quanto os que deveriam defendê-los (ou seja, os católicos), não só desconhecem os dogmas, mas também desconhecem o que eles significam.

E o primeiro, e talvez maior erro, seja definir os tais dogmas como sendo “os dogmas da Igreja Católica”.

Os dogmas não são da Igreja, ela não os inventou.

E agora? Nem bem começamos e você já vai querer desistir do Curso, afinal isso é muito complicado: “O que você quer dizer quando afirma que os ‘dogmas da Igreja Católica’ não são da Igreja Católica?”.

Vamos devagar, avaliando uma coisa de cada vez. Ao final, esperamos, o leitor terá condições para entender melhor o que são dogmas, qual o papel da Igreja em relação a eles e poderá, com sua própria consciência, sem deixar-se influenciar por quem quer que seja, formar sua opinião a respeito, para, finalmente, aceitá-los (e vivê-los) ou não.

O repúdio “moderno” aos dogmas

Falamos que muitos têm predisposição contra os dogmas e dissemos que muito dessa predisposição se deve ao significado

erroneamente atribuído ao conceito dessa palavra. Falar em dogma ofende as pessoas, que associam essa palavra a algo ou alguém que lhes tolhe a liberdade. O dogma, hoje, tem péssima fama.

Se alguém é considerado autoritário, de opinião inflexível, intransigente, intolerante ou obstinado, logo vão chamar esse alguém de dogmático. Uma das acepções atuais dessa palavra define exatamente como dogmático aquele que se expressa de forma sentenciosa, autoritária, doutoral.[\[49\]](#) E dogma é aquilo que se apresenta como incontestável, como verdade absoluta,[\[50\]](#) que se recusa não só o debate, mas a própria realidade dos fatos.

Fora dos meios eclesiais, ou seja, fora do ambiente da Igreja, a palavra dogma é sempre aplicada de modo depreciativo. Soa sempre como algo intransigente e contrário à liberdade, em especial à liberdade de pensamento e de expressão.

Aliás, nos dias e na sociedade em que vivemos, com a cultura ocidental fortemente contaminada pelo agnosticismo[\[51\]](#) e pelo relativismo, a esfera do sagrado parece que se deslocou do dogma exatamente para aquela liberdade de pensamento e de expressão. Pessoas emitem opiniões até mesmo em questões que não conhecem e nem mesmo entendem.

Diante dos dogmas católicos, a reação dos “livres-pensadores” é, imediatamente, a de negá-los e acusar a Igreja de tentar tutelar ou manipular as pessoas, obrigando-as a seguir doutrinas retrógradas (i.é, que são contrárias ao progresso) que nada têm a ver com a realidade.

O único dogma que aceitam é o “dogma” da modernidade, aquele que diz que a liberdade de pensamento é absoluta, e baseada apenas no uso da razão. Essa liberdade de pensamento, que liberdade não é (como veremos), teve início com o movimento denominando modernismo, que foi (e ainda é, nos movimentos que lhe sucederam), em sua essência, um movimento usado contra a Igreja.

Os católicos, com medo de serem criticados ou taxados de fundamentalistas, evitam afirmar que a religião católica contém a Verdade total revelada por Deus, mesmo que façam tal afirmação sem qualquer traço de arrogância ou para desafiar quem quer que seja.[\[52\]](#)

Quem “ousa” defender os valores morais e cristãos imediatamente sofrerá as sanções da sociedade moderna – críticas, zombarias, protestos etc. Basta ver como são recebidas as práticas e manifestações da Igreja a favor da vida (ou seja, contra o aborto, contra a pena de morte, contra a eutanásia), a favor da indissolubilidade do matrimônio (ou seja, contra o divórcio), contra o casamento de pessoas do mesmo sexo, contra a adoção de crianças por casais homossexuais, etc, etc.

E para começar, note-se que assim como o Redentor do gênero humano foi perseguido, caluniado, atormentado por aqueles mesmos que vinha salvar, assim a sociedade por ele fundada também neste ponto se parece com o divino Fundador. Com efeito, ainda que não neguemos, antes gostosamente e bendizendo a Deus confessemos, que também nestes tempos tão agitados há muitos que, embora separados do redil de Cristo, olham para a Igreja como para o único porto de salvação, contudo não ignoramos que a Igreja de Deus não só é soberbamente desprezada e perseguida por aqueles que, menoscabada a luz da sabedoria cristã, voltam miseramente às doutrinas, usos e costumes do antigo paganismo, mas frequentemente é desconhecida, descurada, aborrecida por muitos cristãos, que se deixam seduzir pelas aparências, falsas doutrinas, ou arrastar pelos atrativos e corrupção do mundo. É por isso que Nós, veneráveis irmãos, obedecendo à voz da nossa própria consciência, vamos expor à vista de todos e celebrar a beleza, louvores e glória da santa madre Igreja, a quem depois de Deus tudo devemos. (Pio XII. Encíclica *Mystici Corporis*, 3)

Contraditoriamente, os que criticam os a Igreja e seus

dogmas também elevam suas posições à categoria de verdades absolutas e irrefutáveis. Portanto, eles também têm seus próprios “dogmas”.

Infelizmente, há várias pessoas e movimentos que, com suas ideias erradas, influenciam o pensamento moderno e afastam as pessoas da Igreja. E elas estão até mesmo dentro da Igreja! Podemos dividi-las em duas categorias principais: a daqueles que sabem o que estão fazendo, e o fazem deliberadamente; e os que são inocentes úteis, que acham que sabem o que estão fazendo, mas estão simplesmente sendo usados pelos primeiros, para propagar as suas ideias e ajudá-las no combate à Igreja Católica.

Modernistas, pós-modernistas, neo-ateus[53] e neo-pagãos, relativistas e comunistas de todos os matizes, todos estão interessados em diminuir ao nada a influência da religião, e em especial a influência da Igreja Católica sobre a sociedade.

Para todo esse grande espectro de descrentes, sua “fé”[54] é que deuses não existem. Daí, não há razão para a existência de dogmas religiosos, pois a própria religião é anacrônica e sua permanência no mundo moderno (ou pós-moderno) injustificável. Segundo eles, os homens não podem recorrer à vontade de deus para justificar suas ações.

O homem deve abandonar a religião ou, pelo menos, não deve usá-la como justificativa de suas escolhas morais (ou não). A racionalidade é o único critério válido. Classificam a mera hipótese de que existem pessoas que sabem “o que Deus quer” como perigosa e ridícula.[55]

Outra corrente “perigosa” para a verdadeira fé é a do neo-paganismo. Paganismo é um termo usado para se referir especialmente às antigas práticas e tradições politeístas em diversas partes do mundo, antes de sua cristianização. Mas também é usado para religiões contemporâneas, tais como religiões orientais, indígenas etc. Caracterizam-se pela ausência de proselitismo, ou

seja, da tentativa de fazer novos adeptos e pela presença de uma cultura mitológica.

Do ponto de vista cristão, a palavra pagão designava os adeptos de todas as demais religiões politeístas (exceto o cristianismo e o judaísmo, que são monoteístas). Tem a mesma carga pejorativa que o termo gentio, que os judeus usavam para todos os não-judeus.

Mais recentemente, os estudiosos “politicamente corretos” preferem substituir o termo paganismo por outras classificações: panteístas, animistas, politeístas e outras tantas.

Atualmente, e a partir do século XX, o termo neo-pagão veio ganhando força, para designar os adeptos de diversas correntes de crenças politeístas. Do uso quase pejorativo do termo pagão, os atuais neo-pagãos parecem orgulhar-se desse título, como se eles garantisse uma sabedoria superior aos demais crentes das religiões monoteístas, em especial a católica.

A aversão aos valores cristãos e rivalidade com o cristianismo, aliás, são as principais características do neo-paganismo. É provável que você conheça algumas dessas pessoas, que negam a existência de Deus, mas acreditam que ter cristais em suas bolsas e casas aumenta a “energia positiva”. Que não acreditam que Jesus Cristo tenha existido, mas que existem gnomos e duendes. Que não aceitam Maria como Mãe de Deus, mas acreditam em fadas, bruxas e sacerdotisas celtas.

O que diz a Igreja sobre esses movimentos?

O ateísmo moderno apresenta muitas vezes uma forma sistemática, a qual, prescindindo de outros motivos, leva o desejo de autonomia do homem a um tal grau que constitui um obstáculo a qualquer dependência com relação a Deus. Os que professam tal ateísmo, pretendem que a liberdade consiste em ser o homem o seu próprio fim, autor único e demiurgo da sua história; e pensam que isso é incompatível com o

reconhecimento de um Senhor, autor e fim de todas as coisas; ou que, pelo menos, torna tal afirmação plenamente supérflua. O sentimento de poder que os progressos técnicos hodiernos deram ao homem pode favorecer esta doutrina. Não se deve passar em silêncio, entre as formas atuais de ateísmo, aquela que espera a libertação do homem sobretudo da sua libertação econômica. A esta, dizem, opõe-se por sua natureza a religião, na medida em que, dando ao homem a esperança duma enganosa vida futura, o afasta da construção da cidade terrena. Por isso, os que professam esta doutrina, quando alcançam o poder, atacam violentamente a religião, difundindo o ateísmo também por aqueles meios de pressão de que dispõe o poder público, sobretudo na educação da juventude. (Constituição Pastoral Gaudium et Spes sobre a Igreja no Mundo Atual - GS, 20)

Fiel quer a Deus e quer aos homens, a Igreja não pode deixar de reprová-los com firmeza, como reprovou até agora, aquelas doutrinas e atividades perniciosas que contradizem à razão e à experiência humana universal e privam o homem de sua grandeza inata. (GS, 21)

Dois mais dois são quatro. Isso é uma verdade absoluta é não é um dogma. Se faltar combustível em um avião em pleno voo, ele vai cair. Isso é certo e incontestável, mas não é um dogma.

O que eu quero dizer é que as verdades que a Igreja anuncia, como já dissemos, não são “suas verdades”, não são “verdades da Igreja Católica”, mas a Verdade que é o próprio Deus, ela não poderia não anunciar. Seria deixar de cumprir sua missão na terra:

Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a toda criatura. (Mc 16,15)

Lembram-se da frase *“É inacreditável que a Igreja use de artifícios tão prepotentes e preconceituosos como os dogmas para*

impor seus valores aos católicos”? Pois é, a Igreja, sempre “apedrejada”, não obstante está sempre pronta e disposta a pregar o Evangelho ao mundo e o faz devidamente.

E não devemos nos preocupar se muitos (ou todos) estão contra nós, que somos a Igreja, nessa missão porque, como pregamos Cristo – pedra de escândalo para os pagãos; se perseguiram a Ele, seremos necessariamente perseguidos.

Em verdade, diz Jesus, eu vos digo: o servo não é maior do que seu senhor, nem o enviado maior do que quem o enviou. (Jo 13,16)

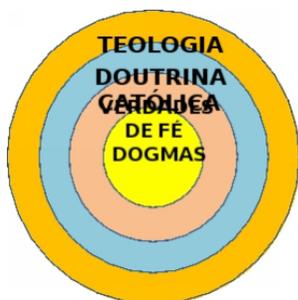
Bem-aventurados os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o Reino dos céus! Bem-aventurados sereis quando vos caluniarem, quando vos perseguirem e disserem falsamente todo o mal contra vós por causa de mim. Alegrai-vos e exultai, porque será grande a vossa recompensa nos céus, pois assim perseguiram os profetas que vieram antes de vós. (Mt 5, 10-12)

Ainda voltaremos a esse assunto. Por enquanto, terminemos com a advertência que nos fez o Papa Pio XII, em 12 de outubro de 1952:

Ele se encontra em todo lugar e no meio de todos: sabe ser violento e astuto. Nestes últimos séculos tentou realizar a desagregação intelectual, moral, social, da unidade no organismo misterioso de Cristo. Ele quis a natureza sem a graça, a razão sem a fé; a liberdade sem a autoridade; às vezes a autoridade sem a liberdade. É um ‘inimigo’ que se tornou cada vez mais concreto, com uma ausência de escrúpulos que ainda surpreende: Cristo sim, a Igreja não! Depois: Deus sim, Cristo não! Finalmente o grito ímpio: Deus está morto; e, até, Deus jamais existiu. E eis, agora, a tentativa de edificar a estrutura do mundo sobre bases que não hesitamos em indicar como as principais responsáveis pela ameaça que pesa sobre a humanidade: uma economia sem Deus, um direito sem Deus,

uma política sem Deus. O ‘inimigo’ tem trabalhado e trabalha para que Cristo seja um estranho na universidade, na escola, na família, na administração da justiça, na atividade legislativa, na assembleia das nações, lá onde se determina a paz ou a guerra. (Pio XII, *Discorso agli uomini di Azione Cattolica*)

Capítulo III: Podem os dogmas ser objeto de estudos?



Se os dogmas são verdades que Deus revelou e que a Igreja confirma como verdades reveladas, verdades inquestionáveis dignas de fé e de adesão e obediência absoluta dos

crentes, é possível estudá-los sem que, com isso, estejamos cometendo um pecado, pelo menos de desobediência à Igreja?

A resposta é afirmativa, ou seja, é possível, sim, estudá-los, pois não há contradição entre “crer no dogma” e “procurar compreender o dogma”.

Vejamos:

- Todos os Dogmas são Verdades de Fé, embora nem todas as Verdades de Fé sejam Dogmas.
- Todos os Dogmas e todas as Verdades de Fé fazem parte da Doutrina Católica,[\[56\]](#) mas nem tudo na Doutrina Católica é Verdade de Fé ou Dogma.
- Todos os Dogmas, Verdades de Fé e a totalidade da Doutrina Católica são objetos de estudo da Teologia, mas a Teologia estuda mais do que apenas os Dogmas, Verdades de Fé e a Doutrina Católica.
- O surgimento e o desenvolvimento da Doutrina Católica, das Verdades de Fé e dos Dogmas não

podem ser entendidos nem apresentados sem que se conheça a teologia que levou ao seu reconhecimento.

A fé católica não é, nunca foi e nunca será inimiga da ciência. Afinal, a inteligência humana é dom de Deus, presente de Deus e ferramenta necessária e suficiente para que o homem possa conhecer o próprio Deus.

A Igreja, a despeito dos muitos (desinformados ou mal intencionados) que a acusam de fugir do confronto com a ciência, sempre foi, pelo contrário, uma das maiores, senão a maior entre as instituições que sempre trabalharam a favor do desenvolvimento das ciências, [57] dentro nas normas morais, em todos os ramos do conhecimento.

Ela vê isso, com razão, como uma forma de glorificar ainda mais a Deus, Pai de todas as ciências. Embora o desenvolvimento desse tema não seja objeto desta obra, cabe destacar que ciência e religião não são antagônicas e, se alguém, em algum dia, em qualquer momento, verificar tal antagonismo, tenha a plena certeza de que não estamos diante da verdadeira ciência, ou da verdadeira religião.

Assim, nada a Igreja proíbe à investigação científica. Pelo contrário, a Igreja até incentiva tal investigação, e dela faz uso, como veremos, em relação ao desenvolvimento dos dogmas, sempre lembrando, todavia, que a Revelação é o norte da ciência. [58]

Isso é bastante claro em não poucos documentos da Igreja, tais como a “*Divino afflante Spiritu*”, de Pio XII, e a “*Gaudium et spes*”, do Concílio Vaticano II:

Pois todo conhecimento humano, mesmo não sagrado, tem como que por si uma sua dignidade e excelência própria – por ser uma participação finita da infinita ciência de Deus. (*Divino afflante Spiritu*)

O intérprete católico... não deixe de arcar vez por vez com as questões difíceis e até hoje insolúveis... para que satisfaça convenientemente também às conclusões certas das ciências profanas. (*Divino afflante Spiritu*)

Participando da luz da inteligência divina, com razão pensa o homem que supera, pela inteligência, o universo. (*Gaudium et spes, 15*)

[...] é perfeitamente legítimo exigir tal autonomia [das ciências]; além de ser uma exigência dos homens de nosso tempo, está inteiramente de acordo com a vontade do Criador... Por esta razão, a investigação metódica em todos os campos do saber, quando levada a cabo de um modo verdadeiramente científico e segundo as normas morais, nunca será realmente oposta à fé, já que as realidades profanas e as de fé têm origem no mesmo Deus. Antes, quem se esforça com humildade e constância por perscrutar os segredos da natureza é, mesmo inconscientemente, como que conduzido pela mão de Deus, o qual sustenta as coisas e as faz ser o que são. Seja permitido, por isso, deplorar certas atitudes de espírito que não faltaram entre os próprios cristãos, por não reconhecerem suficientemente a legítima autonomia da ciência e que, pelas disputas e controvérsias a que deram origem, levaram muitos espíritos a pensar que a fé e a ciência eram incompatíveis. (*Gaudium et spes, 36*)

Evidentemente, os documentos da Igreja acima citados refletem os ensinamentos de Jesus, presentes tanto nas Escrituras do Novo Testamento quanto na Tradição. Não se pode aderir a Deus se não for com a inteligência.

Levantou-se um doutor da lei e, para pô-lo à prova, perguntou: Mestre, que devo fazer para possuir a vida eterna? Disse-lhe Jesus: Que está escrito na lei? Como é que lêes? Respondeu ele: Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma, de todas as tuas forças e de todo o teu **pensamento**; e a teu próximo como a ti mesmo. Falou-lhe Jesus: Respondeste bem; faze isto e viverás. (Lc 10,25-28)

Algumas versões da Bíblia trazem, no versículo 37 de Mt 22, as palavras inteligência, espírito, mente, entendimento no lugar de “pensamento”, conforme a tradução.

27. ait illi Jesus diliges Dominum Deum tuum ex toto corde tuo et in tota anima tua et in tota **mente** tua. (Vulgata Latina)

27. o de Iesoun eipen auto agapesein kyrion ton teon sou en ole te kardia sou kai en ole te psyche sou kai en ole te **dianoia** sou (texto em grego, transliterado)

Em grego, a palavra usada é *dianoia*, termo que pode ser traduzido por “pensamento”, “intelecto”, “espírito”. Originalmente significa um tipo de conhecimento de matérias matemáticas e técnicas. O sentido da palavra implica um conhecimento fruto de um processo mental, de pensamento discursivo. A *dianoia* implica um processo de racionalização do objeto ou realidade conhecida através da apreensão imediata, a *noesis*, que é a razão intuitiva. [\[59\]](#)

Mas o segredo para entender melhor a passagem do evangelho é a frase “Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração”, da qual todo o restante – “de toda a tua alma, de todas as tuas forças e de todo o teu pensamento” - é um complemento, uma repetição para reforçar a ideia principal.

Entre os povos do oriente antigo, entre eles os semitas e, particularmente, os hebreus, o coração não só era o órgão indispensável para a vida do corpo, como também o centro de toda vida psicológica, moral e espiritual do homem. Como centro da vida moral, as ações humanas e as disposições da alma, boas ou más, nascem do coração e lá também se depositam.

São inúmeras as passagens no texto bíblico em que o coração aparece como princípio da vida corporal, espiritual e moral. Também é a sede da sabedoria, da memória, da vontade, dos desejos, das paixões, dos sentimentos e da consciência.

O Senhor viu que a maldade dos homens era grande na terra, e

que todos os pensamentos de seu coração estavam continuamente voltados para o mal. (Gn 6,5)

Minha alma não participe de suas maquinações, meu coração jamais se associe às suas reuniões! (Gn 49,6a)

Mas eu endurecerei o coração do faraó, e multiplicarei meus sinais e meus prodígios no Egito. (Ex 7,3)

Desse modo, entrando no santuário, Aarão levará sobre o seu coração os nomes dos filhos de Israel gravados sobre o peitoral de julgamento, como memorial perpétuo diante do Senhor. (Ex 28,29)

E dou a sabedoria ao coração de todos os homens inteligentes, a fim de que executem tudo o que te ordenei. (Ex 31,6)

Sabe, pois, agora, e grava em teu coração que o Senhor é Deus, e que não há outro em cima no céu, nem embaixo na terra. (Dt 4,39b)

Os oficiais dirão ainda ao povo: há alguém medroso e de coração tímido? Que esse volte para a sua casa; não suceda que o coração de seus irmãos desfaleça como o seu. (Dt 20,8)

Até o presente, porém, o Senhor não vos deu um coração que entenda, nem olhos que vejam, nem ouvidos que ouçam. (Dt 29,4)

Se, porém, o teu coração se afastar, se não obedeceres e se te deixares seduzir para te prostrares diante de outros deuses e adorá-los. (Dt 30,17)

Os príncipes de Issacar estão com Débora; Issacar marcha com Barac e segue-lhe as pisadas na planície. Junto aos regatos de Rubem grandes foram as deliberações do coração. (Jz 5,15)

Porque a palavra de Deus é viva, eficaz, mais penetrante do que uma espada de dois gumes e atinge até a divisão da alma e do corpo, das juntas e medulas, e discerne os pensamentos e intenções do coração. (Hb 4,12)

[...] que ilumine os olhos do vosso coração, para que compreendais a que esperança fostes chamados, quão rica e gloriosa é a herança que ele reserva aos santos [...] (Ef 1,18)

É crendo de coração que se obtém a justiça, e é professando com palavras que se chega à salvação. (Rm 10,10)

É como está escrito: Coisas que os olhos não viram, nem os

ouvidos ouviram, nem o coração humano imaginou, tais são os bens que Deus tem preparado para aqueles que o amam. (1Co 2,9)

Arrepende-te desta tua maldade e roga a Deus, para que, sendo possível, te seja perdoado este pensamento do teu coração. (At 8,22)

Jesus lhes disse: Ó gente sem inteligência! Como sois tardos de coração para crerdes em tudo o que anunciaram os profetas! (Lc 24,25)

Em verdade vos declaro: todo o que disser a este monte: Levanta-te e lança-te ao mar, se não duvidar no seu coração, mas acreditar que sucederá tudo o que disser, obterá esse milagre. (Mc 11,23)

Maria conservava todas estas palavras, meditando-as no seu coração. (Lc 2,19)

Porque é do coração que provêm os maus pensamentos, os homicídios, os adultérios, as impurezas, os furtos, os falsos testemunhos, as calúnias. (Mt 15,19)

Para o hebreu, é através do coração que Deus forma, instrui e fala com cada homem. Amar a Deus de todo o coração é amar a Deus com todo o ser, de maneira integral, completa, de corpo, mente, alma e espírito. O relacionamento com Deus inclui também o uso da mente, da razão, do pensar, enfim, da inteligência.

Prossigamos, com um trecho do livro dos Atos, no qual a Apóstolo Filipe, após aproximar-se de um estrangeiro que está lendo as Escrituras, lhe pergunta se ele estava **entendendo** o que lia.

Filipe levantou-se e partiu. Ora, um etíope, eunuco, ministro da rainha Candace, da Etiópia, e superintendente de todos os seus tesouros, tinha ido a Jerusalém para adorar. Voltava sentado em seu carro, lendo o profeta Isaías. O Espírito disse a Filipe: Aproxima-te para bem perto deste carro. Filipe aproximou-se e ouviu que o eunuco lia o profeta Isaías, e perguntou-lhe: **Porventura entendes o que estás lendo?** Respondeu-lhe:

Como é que posso, se não há alguém que mo explique? E rogou a Filipe que subisse e se sentasse junto dele. A passagem da Escritura, que ia lendo, era esta: Como ovelha, foi levado ao matadouro; e como cordeiro mudo diante do que o tosquia, ele não abriu a sua boca. Na sua humilhação foi consumado o seu julgamento. Quem poderá contar a sua descendência? Pois a sua vida foi tirada da terra. O eunuco disse a Filipe: Rogo-te que me digas de quem disse isto o profeta: de si mesmo ou de outrem? **Começou então Filipe a falar, e, principiando por essa passagem da Escritura, anunciou-lhe Jesus.** Continuando o caminho, encontraram água. Disse então o eunuco: Eis aí a água. Que impede que eu seja batizado? Filipe respondeu: Se crês de todo o coração, podes sê-lo. Eu creio, disse ele, que Jesus Cristo é o Filho de Deus. E mandou parar o carro. Ambos desceram à água e Filipe batizou o eunuco. (At 8, 27-37)

O eunuco etíope **entendeu** as Escrituras, porque Filipe primeiro as **explicou**, em seguida **ensinou** a Boa Nova. Entendendo, com sua mente, com sua inteligência, o estrangeiro aderiu ao Querigma, ao anúncio de Jesus, e foi batizado.

Quando alguém se torna cristão, um dos elementos essenciais desse processo é o **entendimento** da mensagem e da doutrina cristãs (as Escrituras, o Querigma e - por que não? - os dogmas).

É bom recordar que a teologia é a busca de uma compreensão racional, enquanto for possível, do mistério da Revelação cristã, que acreditamos pela fé: *fides quaerens intellectum* – a fé busca a inteligibilidade –, por citar uma definição tradicional, concisa e eficaz. (Papa Bento XVI, catequese durante a audiência geral de 4 de novembro de 2009)

O trecho “*fides quaerens intellectum*”, citado pelo Papa Bento XVI, é de Santo Anselmo, o Pai da Escolástica, e significa, numa tradução livre, a “fé que procura o entendimento”. É a fé que quer compreender racionalmente a si mesma, a sua razão de existir. Essa expressão, como o ensino de Anselmo, indica que querer a

compreensão de si mesma faz parte da natureza da fé, ou seja, esse “querer” é parte integrante e inseparável da própria fé.

Quando – com o auxílio da graça divina – a fé compreende a sua própria razão, ela não só se fortalece, como permite responder as perguntas que lhe são dirigidas, não poucas vezes em forma de desafios:

Estai sempre prontos a responder para vossa defesa a todo aquele que vos pedir a razão de vossa fé. (1Pe 3,15b)

Três dias depois o acharam no templo, sentado no meio dos doutores, ouvindo-os e interrogando-os. Por que me procuráveis? Não sabíeis que devo ocupar-me das coisas de meu Pai? E Jesus crescia em estatura, em sabedoria e graça, diante de Deus e dos homens. (Lc 2,46,49bc,52)

Querer que nossa fé entenda a razão de nossa fé é “ocupar-nos das coisas do Pai”, e um caminho seguro para crescermos “em sabedoria e graça, diante de Deus e dos homens”.

Quando estudamos a história dos dogmas, e ela se confunde com a história do cristianismo, percebemos que a “*fides quaerens intellectum*” esteve sempre presente, desde o início. Ainda que a razão não seja a primeira norma nem o único instrumento para conhecer as verdades sobrenaturais (antes estão a fé e a graça),[\[60\]](#) os cristãos de todos os tempos sempre buscaram refletir sobre sua fé e entender a razão interna dessa fé.

De tudo isso o que vimos, acho que estamos prontos para responder a questão com a qual abrimos este capítulo:

Se os dogmas são verdades que Deus revelou e que a Igreja confirma como verdades reveladas, verdades inquestionáveis dignas de fé e de adesão e obediência absoluta dos crentes, é possível estudá-los sem que, com isso, estejamos cometendo um pecado, pelo menos de desobediência à Igreja?

Mas será você quem dará essa resposta.

Fatos e Mistérios da fé cristã

Nossa religião é uma religião **REVELADA**. Disso todos nós, católicos, temos conhecimento (ainda que, talvez, muitos não tenham a exata noção do que isso significa). Ela não foi construída pela sabedoria e filosofia dos homens. Nossa religião, ou seja, aquilo a que nós aderimos com a nossa fé, nos foi apresentada pelo próprio Deus.

Não estamos falando apenas da Sagrada Escritura, embora seja ela o veículo por excelência das verdades e dos ensinamentos que Deus quis revelar aos homens. O próprio Filho de Deus, em pessoa, Deus Ele mesmo, esteve entre nós, e nos revelou, primeiro diretamente e, depois, através de seus Apóstolos, tudo aquilo que era a vontade do Pai.[\[61\]](#)

Eu vos chamo meus amigos, pois vos dei a conhecer o que o **Pai me revelou**. (Jo 15,15)

Se os judeus também compartilham com os cristãos o mesmo Deus Criador, e veem sua religião também com revelada, só os cristãos aderiram àquele que confirmou as Escrituras com sua paixão, morte e ressurreição (que é Jesus).

Embora aqui não seja, ainda, o momento de falar mais detalhadamente do primeiro dos dogmas de nossa Igreja – Deus existe! - vale uma breve reflexão: o deus do Israel veterotestamentário pouco diferia dos muitos outros deuses dos outros povos. Criador muitos desses deuses também eram, assim como protetor de seus fiéis, ou guerreiro, ou juiz e corregedor de suas ações etc.

O Deus de Israel, quando muito, diferia dos demais deuses por reunir apenas nele, ou seja, num único deus, todas as qualidades e poderes que, nos povos politeístas, eram distribuídos pelo panteão dos deuses.

A própria evolução do monoteísmo no seio do povo judeu - um deus entre outros, depois um deus superior aos outros, até chegar ao deus único (pois não existem outros deuses). Israel evoluiu do politeísmo à monolatria, e desta ao monoteísmo.[\[62\]](#) E essa evolução foi conduzida pelo Deus único: o deus dos pais de Israel, o deus de Abraão, de Isaac e de Jacó.

O fato de que os povos primitivos tinham seus deuses – e vários - é amplamente reconhecido e explicado pelas ciências sociológicas. Ao se verem cercado por tantos poderes que o superavam – a chuva, o sol, o fogo, o frio, a tempestade, o terremoto etc. e mistérios que o intrigavam – a vida, a morte, o amor, a amizade, a guerra etc., os homens tendiam a ver nesses poderes e mistérios a ação de deuses diversos.

À medida que o homem evolui cultural e também emocionalmente vai percebendo que as forças da natureza são, apenas, “forças da natureza”. A noção de deus também evolui. Agora, deus é aquele que deu origem às forças da natureza. Os deuses vão “sumindo”, muitas vezes dando lugar a outros deuses.

O Mistério que fica é o deus de Israel, que “sobrevive” aos deuses inventados pelos homens. Mas como explicar o fato de esse deus “existir” numa época em que o temor dos homens diante do inexplicável criava seus deuses? Se ele é o deus único e VERDADEIRO, não poderia ter sido inventado pelo homens. Mas, se não foi inventado, como os primeiros hebreus tiveram conhecimento dele?

O fato só se explica com a revelação. O povo hebreu só descobriu esse deus, numa época em que os homens criavam seus deuses, porque esse mesmo deus quis ser “inventado”, ou melhor, quis ser descoberto. Por isso Se revelou.

Mas, ainda assim, esse deus dos judeus permaneceria sendo um deus tribal, de um único povo se a história humana não tivesse testemunhado um fato inusitado: o de um deus que resolveu habitar

entre nós. [\[63\]](#)

E, uma vez entre nós, a revelação do deus único se completa. A ressurreição de Jesus confirma (revela) que ele é Deus, e que o deus de Israel, o deus dos pais, não é apenas um deus tribal, mas o único e verdadeiro Deus de todos os homens.

Se Cristo não ressuscitou, é vã a nossa pregação e vã a nossa fé.
(1Co 15,17)

Nos parágrafos acima, para demonstrarmos que a nossa fé é uma fé revelada, usamos as palavras **fato** e **mistério**. E mistério, uma vez com M maiúsculo. Explicaremos mais adiante.

Quando dizemos que nossa fé é revelada estamos dizendo aprouve a Deus revelar-Se aos homens. E acreditamos que a Revelação esgotou-se com aquilo que Jesus, o Filho de Deus, Nosso Senhor e Deus, fez, ensinou e transmitiu aos Apóstolos (e esses a nós).

Aprouve a Deus, em sua bondade e sabedoria, revelar-se a si mesmo e tornar conhecido o mistério de sua vontade, pelo qual os homens, por intermédio de Cristo, Verbo feito carne, no Espírito Santo, têm acesso ao Pai e se tomam participantes da natureza divina. (CIC 51)

Mas a Revelação que se esgotou foi aquela necessária à nossa salvação, em cumprimento ao plano que Deus tem para nós, para cada um de nós. Ou seja, foi-nos revelado aquilo que precisava ser revelado.

Mas essa revelação, das coisas que precisavam ser reveladas, ainda que completa, não implica que não existam outras coisas que (ainda) precisam ser explicitadas.

Hoje vemos como por um espelho, confusamente; mas então veremos face a face. Hoje conheço em parte; mas então

conhecerei totalmente, como eu sou conhecido. (1Co 13, 12)
Coisas que os olhos não viram, nem os ouvidos ouviram, nem o coração humano imaginou, tais são os bens que Deus tem preparado para aqueles que o amam. (1Co 2,9)

Pois assim é. Nossa religião, a fé que nos foi “presenteada” pelo Filho de Deus, é efetivamente uma fé revelada, mas que tem elementos não explicitados. A Sagrada Escritura demonstra, sem margens a dúvidas, que a ação de Deus é arraigada na história humana. Mais do que qualquer outra religião ou sistema filosófico, o cristianismo é baseado em fatos históricos, ou seja, o cristianismo tem sua base em acontecimentos históricos comprovados e comprováveis.[\[64\]](#)

Fatos são eventos passíveis de observação ou posterior verificação externa, revestidos de certeza histórica, coisas e situações que realmente tiveram lugar em determinado tempo e espaço (lugar), cuja realidade de seu acontecimento é passível de comprovação. Ainda que o modo exato como o fato aconteceu possa ter se perdido, é possível (re)estabelecer, com alta grau de probabilidade, a forma como deve ter ocorrido.

Nenhum elemento de nossa fé – que, repetimos, é fruto de Revelação, tem suas bases na história e é amplamente lastreada em fatos - decorre de ficção, imaginação ou mesmo do pensamento humano.

Não seguimos fábulas engenhosamente inventadas, quando lhes falamos a respeito do poder e da vinda de nosso Senhor Jesus Cristo; pelo contrário, nós fomos testemunhas oculares da sua majestade. (2Pe 1,16)

O cristianismo surgiu em plena luz da história, cresceu contra todas as probabilidades, em ambiente hostil, perseguido por judeus e romanos. Seus fundamentos não pertencem a uma época inatingível da história humana, nem apela para estórias mitológicas. Deus realmente nos visitou. E isso é um fato

incontestável.[65]

Diferente da grande maioria dos sistemas filosóficos (todos organizados por homens) e religiões não-cristãs, a parte intelectual da doutrina cristã veio após, e não antes dos fatos. Primeiro os Apóstolos e os primeiros cristãos viveram, experimentaram as verdades reveladas, testemunharam, conviveram com a própria Revelação divina, Jesus. Só depois a parte intelectual, ou seja, doutrina cristã foi desenvolvida.

Nossa fé não é mera especulação, pois tem uma base firme na observação e na experiência (vivência dos fatos).

Voltemos a falar dos mistérios.

A fé cristã não emite observações apenas sobre fatos externamente observáveis e historicamente comprováveis, mas também com respeito a coisas que nenhum ser humano pode ver e que ninguém pode comprovar.[66] Pelo menos por enquanto, nesta vida.

Agora vemos como em espelho e de maneira confusa; mas depois veremos face a face. Agora o meu conhecimento é limitado, mas depois conhecerei como sou conhecido. (1Co 13,12)

Que coisas são essas, que nenhum ser humano pode, nesta vida comprovar ou mesmo apenas ver?

É como está escrito:[67] Coisas que os olhos não viram, nem os ouvidos ouviram, nem o coração humano imaginou, tais são os bens que Deus tem preparado para aqueles que o amam. (1Co 2,9)

Na verdade são muitas as coisas inacessíveis à verificação por nosso conhecimento: o amor de Deus pela humanidade, a Trindade, a encarnação do Verbo divino, o sacrifício expiatório oferecido por Cristo, a vida além da morte (ou seja, a vida eterna), a eucaristia, a ressurreição da carne, a Parusia (segunda vinda) do

Cristo, e assim por diante.

Essas coisas, e outras, chegaram ao nosso conhecimento pela Revelação, e fora dela não há como serem comprovadas. Não há provas independentes da Revelação, nem tais coisas são passíveis de qualquer prova.

Às coisas que só podem ser conhecidas através da Revelação e que, portanto, estão completamente fora e além da possibilidade de observação pelo homem, denominamos Mistérios. Ou seja, Mistérios são as verdades reveladas por Deus - que não pode nem errar, nem mentir - e que estão acima da inteligência humana. Se é próprio Deus que nos revela uma dessas coisas, certo é que devemos aceitá-las, mesmo que não as entendamos.

Embora a maioria desses Mistérios sejam incompreensíveis para os homens, não devemos confundi-los com os “mistérios” naturais que ainda nos cercam, coisas (ainda) não compreendidas pelos homens - ou por alguns, pelo menos, mas que em algum momento poderão ter (e certamente terão, é uma questão apenas de tempo) sua explicação conhecida. Por exemplo, do que são compostos os asteroides, se existe ou não água em outro planeta de nossa galáxia, como foi formada a imagem no Santo Sudário,[\[68\]](#) qual a finalidade dos desenhos das planícies de Nazca,[\[69\]](#) como e porque ocorre a aurora boreal na lua[\[70\]](#) etc. Esses são alguns dos muitos mistérios com m minúsculo.

Resumindo a poucas palavras, os fatos são a parte externa, visível, terrestre, natural da religião cristã, enquanto os Mistérios são a parte celestial e espiritual,[\[71\]](#) ainda não totalmente explicitadas, que ainda não podemos compreender.

[...] embora a Revelação esteja concluída, não está explicitada por completo; caberá à fé cristã captar gradualmente todo o seu alcance ao longo dos séculos. (CIC 66)

Esses Mistérios (com M maiúsculo) não são contrários à

razão, mais a ela superiores, pois a razão (que é um dom ou qualidade do ser humano) é limitada no seu poder de compreensão, por isso não pode, nem tem como entender plenamente todas as obras feitas pela Sabedoria de Deus. Afinal, Deus é infinito e tem uma inteligência infinita. Ele conhece verdades que estão acima de nossa capacidade natural.

Uma vez que ter a exata compreensão dos Mistérios que Deus nos revelou é impossível para o homem, em razão de sua inteligência finita, devemos, com fé e humildade, reconhecer e aceitar a Revelação divina.

É nisso que consiste a Fé: crer nas verdades que Deus, por amor a nós, nos revelou, sem qualquer apelo necessário à razão.

[72]

Visto que o homem depende inteiramente de Deus como seu criador e Senhor, e que a razão criada está inteiramente sujeita à Verdade incriada, somos obrigados a prestar, pela fé, a Deus que se revela, plena adesão do intelecto e da vontade. Está fé, porém, que é o início da salvação humana, a Igreja a professa como virtude sobrenatural, pela qual, sob a inspiração de Deus e com a ajuda da graça, cremos ser verdade o que ele revela, não devido à verdade intrínseca das coisas conhecidas pela luz natural da razão, mas em virtude da autoridade do próprio Deus revelador, o qual não pode enganar-se nem enganar. Pois segundo o Apóstolo, ‘a fé e a substância das coisas que se esperam, argumento do que não se vê. (Constituição Apostólica *Dei Filius*. DS 3008)

Essas Verdades a Igreja guarda e confirma, com Autoridade, e formam a sua doutrina. Dessa Autoridade da Igreja falaremos mais adiante.

Capítulo IV: Antes dos dogmas

Demorou algum tempo antes que a palavra dogma assumisse o significado que tem hoje para a Igreja, de “verdade declarada, de observação obrigatória a todos os fiéis”. Mas isso não quer dizer que os dogmas não existissem “*antes dos dogmas*”.

Isso é muito claro se lembrarmos de que os dogmas são as Palavras de Deus reveladas, solenemente proclamadas pela Igreja, e que a Revelação esgotou-se com o evento Cristo. Ou seja, como a Verdade de Deus sempre existiu, as verdades que o dogmas proclamam também sempre existiram, pois eram partes inseparáveis daquela Verdade. Mas vamos tentar nos abstrair um pouco dessa “lembrança”, e vamos aos fatos.

A Igreja, mesmo muito tempo antes da primeira declaração formal, feita pelo Concílio de Nicéia, em 325, de uma verdade de fé de observação compulsória pelos católicos (que, mesmo então, ainda não receberia o nome de dogma), já estabelecera um corpo doutrinário inexorável, com um núcleo imutável e eterno, a regra da fé.

Esse corpo doutrinário, ou doutrina, era apresentado quase sempre na forma de um resumo, que buscava levar à conversão. Uma vez convertido, o neófito se tornava um catecúmeno. Traduzindo: o recém convertido, principiante no cristianismo, se tornava uma pessoa em preparação para o batismo. E, uma vez batizada, podia ter acesso às fórmulas mais elaboradas da doutrina, na catequese.

1. Desde os seus inícios, a Igreja professou a fé no Senhor crucificado e ressuscitado, reunindo nalgumas fórmulas os conteúdos fundamentais do seu crer. O acontecimento central da morte e ressurreição do Senhor Jesus, expresso inicialmente em fórmulas simples e, depois, em fórmulas mais aperfeiçoadas, permitiu dar vida àquela ininterrupta proclamação de fé com

que a Igreja transmitiu, tanto o que havia recebido dos lábios e das obras de Cristo, como o que aprendera ‘por inspiração do Espírito Santo’.

O próprio Novo Testamento é testemunho privilegiado da primeira profissão de fé proclamada pelos discípulos, logo a seguir aos acontecimentos da Páscoa: ‘Transmiti-vos, antes de mais, o que eu mesmo recebi: Cristo morreu pelos nossos pecados, segundo as Escrituras; foi sepultado, ressuscitou ao terceiro dia, segundo as Escrituras, e apareceu a Cefas e, depois, aos Doze’.

2. Ao longo dos séculos e a partir deste núcleo imutável que declara Jesus como Filho de Deus e Senhor, elaboraram-se símbolos, que são testemunhos da unidade da fé e da comunhão das Igrejas. Neles se recolhem as verdades fundamentais que cada crente deve conhecer e professar. É assim que, antes de receber o Batismo, o catecúmeno deve emitir a sua profissão de fé. Do mesmo modo, os Padres reunidos nos Concílios, indo ao encontro das diversas exigências históricas que reclamavam uma apresentação mais completa das verdades da fé ou a defesa da sua ortodoxia, formularam novos símbolos, que ocupam ainda hoje ‘um lugar especialíssimo na vida da Igreja’. A diversidade desses símbolos exprime a riqueza da única fé e nenhum deles é superado ou tornado vão pela formulação de uma sucessiva profissão de fé mais correspondente a novas situações históricas. [\[73\]](#)

O Kérygma

Os Apóstolos saíram em pregação em todo o mundo conhecido. A missão era levar o evangelho a todos os povos, e batizá-los em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

Jesus lhes disse: Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a toda criatura.” (Mc 16,15)

Ide, pois, e ensinai a todas as nações; batizai-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Ensinai-as a observar tudo o

que vos prescrevi. Eis que estou convosco todos os dias, até o fim do mundo. (Mt 28 19-20)

A messe (todas as nações) era grande e os operários (os Apóstolos) eram poucos. Havia pressa. Assim, os Apóstolos faziam o primeiro anúncio da mensagem do Senhor através de curtas e vibrantes pregações, que levavam à conversão e adesão a Jesus. Outros discípulos se encarregariam, mais tarde, da catequese, ou seja, de transmitir os demais ensinamentos de Jesus Cristo.

Disse Jesus, então, aos seus discípulos: A messe é grande, mas os operários são poucos. (Mt. 9,37)

Essas pregações abordavam basicamente a Páscoa do Senhor, ou seja, sua paixão, morte e ressurreição, que levaram à vitória de Jesus sobre a morte e sobre o pecado. Era um resumo de tudo o que Jesus Cristo havia feito, dito e sofrido.

Esse primeiro resumo, usado pelos Apóstolos na pregação da Boa Nova, recebeu o nome de *Kérygma*^[74] ou querigma. Em grego, *Kérygma* significa proclamar, gritar, anunciar. O querigma é o primeiro anúncio de Cristo aos homens (depois, é óbvio, do anúncio feito pelo próprio Jesus), feito pelos Apóstolos, para despertar a fé.

O querigma era seguido pela catequese, que era o ensino, mais demorado e sistemático, sobre as revelações que Deus fez através de Seu Filho, incluindo as profecias que anunciavam, já nas Escrituras, a vinda do Cristo e outros aspectos de sua vida (nascimento virginal, sofrimento, morte etc.), e que educava para uma vida segundo a fé.^[75]

O querigma anuncia Jesus Cristo, o Filho de Deus feito homem, que viveu entre nós, morreu e foi ressuscitado por Deus. O querigma podia variar, e variava levemente na pregação de cada apóstolo, mas o núcleo era sempre o mesmo: “Jesus é o homem credenciado por Deus, atestado por suas palavras e ações, e por

causa delas morreu crucificado, mas Deus o ressuscitou”. Não há, e não pode haver querigma diferente.

Homens da Judéia e vós todos que habitais em Jerusalém: seja-vos isto conhecido e prestai atenção às minhas palavras... Jesus de Nazaré, homem de quem Deus tem dado testemunho diante de vós com milagres, prodígios e sinais que Deus por ele realizou no meio de vós como vós mesmos o sabeis... depois de ter sido entregue, segundo determinado desígnio e presciência de Deus, vós o matastes, crucificando-o por mãos

Eu vos transmiti primeiramente o que eu mesmo havia recebido: que Cristo morreu por nossos pecados, segundo as Escrituras; foi sepultado, e ressurgiu ao terceiro dia, segundo as Escrituras; apareceu

Embora não achassem nele culpa alguma de morte, pediram a Pilatos que lhe tirasse a vida... Mas Deus o ressuscitou dentre os mortos. Durante muitos dias apareceu àqueles que com ele subiram da Galiléia a Jerusalém, os quais até agora são testemunhas dele junto ao povo... Que Deus o ressuscitou dentre os mortos, para nunca mais tornar à corrupção... Sabei, pois, irmãos, que por

O querigma é atestado por passagens do livro dos Atos dos Apóstolos, que falam nas grandes proclamações feitas por Pedro (At 2,14-39; 3,12-26; 4,9-12; 5,29-32 e 10,34-43) e por Paulo (At 13,16-41).

Israelitas, ouvi estas palavras: Jesus de Nazaré, homem de quem Deus tem dado testemunho diante de vós com milagres, prodígios e sinais que Deus por ele realizou no meio de vós como vós mesmos o sabeis, depois de ter sido entregue, segundo determinado desígnio e presciência de Deus, vós o matastes, crucificando-o por mãos de ímpios. Mas Deus o ressuscitou, rompendo os grilhões da morte, porque não era possível que ela o retivesse em seu poder. A este Jesus, Deus o ressuscitou: do que todos nós somos testemunhas. Exaltado pela direita de Deus, havendo recebido do Pai o Espírito Santo prometido, derramou-o como vós vedes e ouvis. Que toda a casa de Israel saiba, portanto, com a maior certeza de que este Jesus,

que vós crucificastes, Deus o constituiu Senhor e Cristo. (At 2,14.16-24.32s.36)

Em sua primeira Carta aos Romanos, São Paulo deixa claro que recebeu a querigma (logo em seguida à sua conversão) e o transmite “primeiramente” (isto é, antes de seus demais ensinamentos) às comunidades que evangelizou.

Eu vos transmiti primeiramente o que eu mesmo havia recebido: que Cristo morreu por nossos pecados, segundo as Escrituras; foi sepultado, e ressurgiu ao terceiro dia, segundo as Escrituras; apareceu a Cefas, e em seguida aos Doze. Depois apareceu a mais de quinhentos irmãos de uma vez, dos quais a maior parte ainda vive (e alguns já são mortos); depois apareceu a Tiago, em seguida a todos os Apóstolos. E, por último de todos, apareceu também a mim, como a um abortivo. (1Co 15,3-8)

O conteúdo querigmático inicial é o núcleo da fé cristã, transmitido em sua totalidade, embora de maneira simplificada. Doravante será objeto de uma transmissão eclesial constante (Tradição). Ou seja, o querigma já é dogmático, ainda que – repetimos - essa palavra - “dogma” - ainda demorasse muitos anos até que viesse a ser usada pela Igreja no sentido que aqui estamos estudando.

Como veremos, o querigma influenciará decisivamente na origem do “Credo”.

Os Símbolos da Fé

Provavelmente você já tenha professado a sua fé em várias situações, quando reza o “Credo”, mas talvez não tenha se dado conta exatamente do que estava fazendo. Se não for o seu caso, parabéns, mas é certamente da grande maioria dos católicos, infelizmente.

E o que esse assunto tem a ver com uma introdução ao estudo

dos dogmas? É o que vamos ver.

A palavra grega *symbolon* significava a metade dum objeto partido que se apresentava como um sinal de identificação (por exemplo, uma medalha, um selo, um pergaminho ou outro objeto qualquer que se preste para tal finalidade). Quando os portadores se encontravam, reuniam as duas metades que, justapostas, verificavam a identidade do portador.

Até a generalização do Credo niceno-constantinopolitano, quando algum Bispo assumia sua cátedra em alguma das Igrejas Apostólicas, era comum enviar a seus irmãos de episcopado a “fórmula” de sua fé, isto é, o Símbolo de sua Igreja, para que se reconhecesse que ele estava em comunhão com os demais e com a Igreja Universal.

Assim, transposto para a nossa realidade, o “símbolo da fé” é, igualmente, um sinal de identificação e de comunhão entre aqueles que confessam o Símbolo, ou seja, nós, os católicos.

Quem diz “Creio” afirma: “dou a minha adesão àquilo em que **nós** cremos”. A comunhão na fé tem necessidade de uma linguagem comum da fé, normativa para todos e a todos unindo na mesma confissão de fé. [\[76\]](#)

Outro significado da palavra *symbolon* é o de um “resumo, coletânea ou sumário”. Os “símbolos da fé” são sumários das principais verdades da fé. Um símbolo é o primeiro e mais importante ponto de referência da catequese, da qual é fundamento. [\[77\]](#)

Os símbolos são também chamados “símbolos de fé”, “profissões de fé” (porque resumem a fé professada pelos cristãos) e “Credo”, palavra latina que significa “Creio”, porque iniciam quase sempre com esta palavra. [\[78\]](#)

Desde sua origem, a Igreja Apostólica exprimiu e transmitiu o essencial da sua fé em resumos orgânicos e articulados em fórmulas breves e normativas para todos, destinados sobretudo aos

candidatos ao Batismo. [\[79\]](#)

Essa é a palavra da fé, que pregamos. Portanto, se com tua boca confessares que Jesus é o Senhor, e se em teu coração creres que Deus o ressuscitou dentre os mortos, serás salvo. É crendo de coração que se obtém a justiça, e é professando com palavras que se chega à salvação. (Rm 10,8b-10)

A maioria de nós, católicos, conhece (ou deveria conhecer) muito bem pelo menos um desses Símbolos de Fé, pelo uso litúrgico que deles a Igreja faz: o Símbolo dos Apóstolos, recitado na maioria das celebrações litúrgicas.

Os Símbolos são estruturados em três partes, cada uma delas dedicada a uma das Pessoas da Santíssima Trindade. Na primeira, tratam da Primeira Pessoa divina e da obra admirável da criação: na segunda, da Segunda Pessoa divina e do mistério da Redenção dos homens; na terceira, da Terceira Pessoa divina, fonte e princípio da nossa santificação. Cada uma das verdades que devemos crer em particular e de modo distinto recebeu, desde os tempos dos Padres da Igreja, o nome de artigo. [\[80\]](#)

O Símbolo dos Apóstolos

O Símbolo dos Apóstolos recebeu este nome por apresentar o resumo fiel da fé que foi revelada por Jesus Cristo diretamente aos Apóstolos. Eles, e seus sucessores, formularam esse símbolo a fim de que o povo cristão guardasse na memória os principais pontos da fé católica. [\[81\]](#)

Creio em Deus-Pai, todo poderoso, criador do céu e da terra,
e em Jesus Cristo, seu único filho, Nosso Senhor,
que foi concebido pelo poder do Espírito Santo, nasceu da
Virgem Maria,
padeceu sob Poncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado,
desceu a mansão dos mortos, ressuscitou ao terceiro dia,

subiu aos céus, está sentado à direita de Deus Pai, todo poderoso,
de onde há de vir a julgar os vivos e os mortos.
Creio no Espírito Santo,
na Santa Igreja Católica, na comunhão dos Santos,
na remissão dos pecados,
na ressurreição da carne,
na vida eterna, Amém.

O símbolo apostólico não surgiu na sua forma completa, como acima, mas seu núcleo original já contava com as confissões relativas a cada uma das três pessoas da Santíssima Trindade. Com o passar do tempo, os demais artigos foram sendo acrescentados.

[82]

Da obra *Tradição Apostólica*, [83] de Hipólito de Roma, conhecemos os primeiros ritos batismais mais estruturados, nos quais vamos encontrar o embrião daquilo que a Igreja chama hoje de Símbolo dos Apóstolos: [84]

- Crês em Deus-Pai todo-poderoso?
- Creio.
- Crês em Cristo Jesus, Filho de Deus, que nasceu do Espírito Santo e da Virgem Maria, e foi crucificado sob Pôncio Pilatos, e morreu e foi sepultado; e, vivo, ressurgiu dos mortos no terceiro dia e subiu aos céus e sentou-se à direita do Pai e virá a julgar os vivos e os mortos?
- Creio.
- Crês no Espírito Santo e na Santa Igreja e na ressurreição da carne?
- Creio.

O Símbolo dos Apóstolos foi adotado como símbolo batismal da Igreja primitiva de Roma, o que lhe conferiu uma grande autoridade. Sobre ele assim se manifestou Santo Ambrósio:

Este Símbolo é o selo espiritual, a meditação do nosso coração e guardião sempre presente; ele é, seguramente, o tesouro da

nossa alma. Ele é o Símbolo guardado pela Igreja Romana, aquela onde Pedro, o primeiro dos Apóstolos, teve a sua cátedra, e para a qual ele trouxe a expressão da fé comum. (Santo Ambrósio, [\[85\]](#) *Explanatio Symboli*, 1 e 7)

Também São Gregório de Nazianzo, Bispo, teólogo e Doutor da Igreja, que viveu entre 330 e 379, fez menção ao Símbolo dos Apóstolos em sua catequese batismal sobre a Trindade:

Antes de todas as coisas conservai-me este bom depósito, pelo qual vivo e combato, com o qual quero morrer, que me faz suportar todos os males e desprezar todos os prazeres: refiro-me à profissão de fé no Pai, no Filho e no Espírito Santo. Eu vo-la confio hoje. É por ela que daqui a pouco vou mergulhar-vos na água e vos tirar dela. Eu vo-la dou como companheira e dona de vossa vida. Dou-vos uma só Divindade e Poder, que existe Una nos Três, e que contém os Três de uma maneira distinta. Divindade sem diferença de substância ou de natureza, sem grau superior que eleve ou grau inferior que rebaixe... A infinita conaturalidade é de três infinitos. Cada um considerado em si mesmo é Deus todo inteiro... Deus os Três considerados juntos. Nem comecei a pensar na Unidade, e a Trindade me banha no seu esplendor. Nem comecei a pensar na Trindade, e a unidade toma conta de mim. (Or. 40,41)

Antes deles, Ireneu de Lyon († 202) já nos falava da fé recebida dos Apóstolos, resumida no Símbolo Apostólico:



A Igreja, espalhada hoje pelo mundo inteiro, recebeu dos Apóstolos e dos seus discípulos a fé num só Deus, Pai e onipotente, que fez o céu e a terra, os mares, e tudo quanto nele existe e num só Cristo, Filho de Deus, que se fez carne para a nossa salvação; e no Espírito Santo, que mediante os profetas predisse a salvação por meio do amado Jesus Cristo nosso Senhor, a sua dupla vinda, o seu nascimento da Virgem, a sua paixão e ressurreição dentre os mortos, e que diante dele todo joelho se

dobrará no céu, na terra e nos infernos, e toda língua o proclame (Fl 2, 10-11). Então, sobre todos os seres, pronunciará o seu justo julgamento. As almas dos maus, os anjos prevaricadores e apóstatas, precipitá-los-á no fogo eterno com os homens pecadores, injustos, iníquos e blasfemadores. Os justos, porém, os santos, aqueles que guardaram os seus mandamentos e perseveraram no seu amor (...) receberão dele a vida, terão dele a imortalidade e gozarão da glória eterna. Esta é a doutrina que a Igreja recebeu; e esta é a fé, que mesmo dispersa no mundo inteiro, a Igreja guarda com zelo e cuidado, como se tivesse a sua sede numa única casa. E todos são unânimes em crer nela, como se ela tivesse uma só alma e um só coração. Esta fé ela anuncia, ensina, transmite como se falasse uma só língua. As línguas faladas no mundo são diversas, mas a força da tradição, em toda parte, é a mesma. As igrejas fundadas na Alemanha não tem outra fé e outra tradição. Diga-se o mesmo das igrejas fundadas na Espanha, entre os celtas, no oriente, no Egito, na Líbia ou no centro do mundo, que é a Palestina. Da mesma forma que o Sol, criatura de Deus, é um só e é idêntico em todo o mundo, assim também o ensino da verdade, que brilha em toda parte e ilumina a todos os homens, que querem chegar ao conhecimento da verdade (cf. 1Tm 3, 15), é sempre o mesmo.” (Ireneu de Lyon, Contra os Hereges 1,9)

Símbolo Niceno-Constantinopolitano

O Símbolo Niceno-Constantinopolitano recebeu este nome em razão dos dois Concílios ecumênicos nos quais foi estabelecido, Nicéia (em 325) e Constantinopla (em 381). Ainda hoje continua a ser recitado com devoção em todas as grandes Igrejas do Oriente e do Ocidente. [\[86\]](#)

Creio em um só Deus, Pai Todo Poderoso, Criador do céu e da terra, de todas as coisas visíveis e invisíveis.

Creio em um só Senhor, Jesus Cristo, Filho Unigênito de Deus, nascido do Pai antes de todos os séculos: Deus de Deus; Luz da

Luz; Deus verdadeiro de Deus verdadeiro; gerado, não criado, consubstancial ao Pai. Por ele todas as coisas foram feitas. E por nós homens e pela nossa salvação, desceu dos céus e se encarnou pelo Espírito Santo, no seio da Virgem Maria, e se fez homem.

Também por nós foi crucificado sob Pôncio Pilatos; padeceu e foi sepultado.

Ressuscitou ao terceiro dia, conforme as Escrituras, e subiu aos céus, onde está sentado à direita do Pai.

E de novo há de vir em sua glória, para julgar os vivos e os mortos; e o seu reino não terá fim.

Creio no Espírito Santo, Senhor que dá a vida, e procede do Pai e do Filho; e com o Pai e o Filho é adorado e glorificado: Ele falou pelos profetas.

Creio na Igreja, una, santa, católica e apostólica.

Professo um só batismo para a remissão dos pecados.

E espero a ressurreição dos mortos

e a vida do mundo que há de vir. Amém.

Mas os símbolos foram e são em número bem maior que apenas esses dois. Ao longo dos séculos, em função de diferentes situações que a Igreja atravessava em cada época,^[87] outros símbolos foram formulados, tais como os símbolos das diferentes Igrejas apostólicas e antigas (DS 1-64),^[88] o símbolo “Quicumque”, chamado de Santo Atanásio (DS 75-76), que veremos adiante, as profissões de fé de certos concílios: Toledo (XI Concílio de Toledo: DS 525-541); Latrão (IV Concílio de Latrão: DS 800-802); Lyon (II Concílio de Lyon: DS 851-861) Trento (*Professio fidei Tridentina*: DS 1862-1870) ou de alguns papas, como a “*Fides Damasi*” (DS 71-72) ou, mais recente (1968), o “Credo do Povo de Deus”, de Paulo VI.^[89]

Nenhum desses símbolos, embora diferentes, revogou ou diminuiu outro símbolo que o tenha precedido. Nenhum deles é ultrapassado ou inútil. São a regra da fé, de forma resumida, ainda que alguns possam ser mais longos do que outros, conforme a

finalidade para a qual foram declarados, mas todos de igual valor, pois ajudaram e ajudam os fiéis a abraçarem e a aprofundarem, cada um em seu tempo, a mesmíssima fé de sempre.[\[90\]](#)



Só é de fato católico quem aceita de coração e vive plenamente todas as verdades testemunhadas no Símbolo. Quem assim não faz, não é católico, mesmo que assim afirme. O símbolo é, ao mesmo tempo, um farol e uma âncora para a Igreja caminhar nos tempos difíceis de vivemos, por entre tantas falsas doutrinas e falsos profetas, que se misturam sorrateiramente como o joio no meio do trigo, mesmo dentro da Igreja.

A regra de fé – pois é preciso conhecermos desde logo o que professamos – consiste em crer: não há senão um Deus, o criador do mundo, que tirou o universo do nada por meio de seu Verbo, emitido antes de todas as coisas; esse Verbo chamado seu Filho, apareceu em nome de Deus e sob diversas figuras aos patriarcas, se fez ouvir pelos profetas e enfim desceu, pelo Espírito e poder de Deus, ao seio da Virgem Maria, onde se fez carne, passando a viver como Jesus Cristo; em seguida pregou a Nova Lei e a nova promessa do reino dos céus; fez milagres, foi crucificado, ressuscitou ao terceiro dia, foi elevado aos céus e se assentou à direita do Pai; enviou em seu lugar a força do Espírito Santo para guiar os fiéis; virá um dia em glória para levar os santos e dar-lhes o gozo da vida eterna e das promessas celestes, bem como para condenar os profanos ao fogo perpétuo, após a ressurreição de uns e de outros na Ressurreição da carne. (Tertuliano, †220)

De fato, o nosso mundo de hoje está profundamente marcado pelo secularismo, relativismo e individualismo que levam muitas pessoas a viver a vida de modo superficial, sem ideais claros. Por isso, é essencial redescobrir como a fé é uma força transformadora para a vida: saber que Deus é amor, que se fez próximo aos homens com a Encarnação e se entregou na cruz para nos salvar e nos abrir novamente a porta do céu. De fato, a fé não é uma realidade desconectada da vida concreta. Neste

sentido, para perceber o vínculo profundo que existe entre as verdades que professamos e a nossa vida diária, é preciso que o Credo, o Símbolo da Fé, seja mais conhecido, compreendido e rezado. Nele encontramos as fórmulas essenciais da fé: as verdades que nos foram fielmente transmitidas e que constituem a luz para a nossa existência. (Bento XVI, Audiência Geral de 17.10.2012. Resumo da catequese. Fonte: ZENIT.org)

Credo de Atanásio (Símbolo *Quicumque*)

1. Quem quiser salvar-se deve antes de tudo professar a fé católica.
2. Porque aquele que não a professar, integral e inviolavelmente, perecerá sem dúvida por toda a eternidade.
3. A fé católica consiste em adorar um só Deus em três Pessoas e três Pessoas em um só Deus.
4. Sem confundir as Pessoas nem separar a substância.
5. Porque uma só é a Pessoa do Pai, outra a do Filho, outra a do Espírito Santo.
6. Mas uma só é a divindade do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo, igual a glória e coeterna a majestade.
7. Tal como é o Pai, tal é o Filho, tal é o Espírito Santo.
8. O Pai é incriado, o Filho é incriado, o Espírito Santo é incriado.
9. O Pai é incomensurável, o Filho é incomensurável, o Espírito Santo é incomensurável.
10. O Pai é eterno, o Filho é eterno, o Espírito Santo é eterno.
11. E contudo não são três eternos, mas um só eterno.
12. Assim como não são três incriados, nem três incomensuráveis, mas um só incriado e um só incomensurável.
13. Da mesma maneira, o Pai é onipotente, o Filho é onipotente, o Espírito Santo é onipotente.

14. E contudo não são três onipotentes, mas um só onipotente.
15. Assim o Pai é Deus, o Filho é Deus, o Espírito Santo é Deus.
16. E contudo não são três deuses, mas um só Deus.
17. Do mesmo modo, o Pai é Senhor, o Filho é Senhor, o Espírito Santo é Senhor.
18. E contudo não são três senhores, mas um só Senhor.
19. Porque, assim como a verdade cristã nos manda confessar que cada uma das Pessoas é Deus e Senhor,
20. Do mesmo modo a religião católica nos proíbe dizer que são três deuses ou senhores.
21. O Pai não foi feito, nem gerado, nem criado por ninguém.
22. O Filho procede do Pai; não foi feito, nem criado, mas gerado.
23. O Espírito Santo não foi feito, nem criado, nem gerado, mas procede do Pai e do Filho.
24. Não há, pois, senão um só Pai, e não três Pais; um só Filho, e não três Filhos; um só Espírito Santo, e não três Espíritos Santos.
25. E nesta Trindade não há nem mais antigo nem menos antigo, nem maior nem menor,
26. Mas as três Pessoas são coeternas e iguais entre si.
27. De sorte que, como se disse acima, em tudo se deve adorar a unidade na Trindade e a Trindade na unidade.
28. Quem, pois, quiser salvar-se, deve pensar assim a respeito da Trindade.
29. Mas, para alcançar a salvação, é necessário ainda crer firmemente na Encarnação de Nosso Senhor Jesus Cristo.
30. A pureza da nossa fé consiste, pois, em crer ainda e confessar que Nosso Senhor Jesus Cristo, Filho de Deus, é Deus e homem.
31. É Deus, gerado na substância do Pai desde toda a eternidade; é homem porque nasceu, no tempo, da substância da sua Mãe.
32. Deus perfeito e homem perfeito, com alma racional e

- carne humana.
33. Igual ao Pai segundo a divindade; menor que o Pai segundo a humanidade.
 34. E embora seja Deus e homem, contudo não são dois, mas um só Cristo.
 35. É um, não porque a divindade se tenha convertido em humanidade, mas porque Deus assumiu a humanidade.
 36. Um, finalmente, não por confusão de substâncias, mas pela unidade da Pessoa.
 37. Porque, assim como a alma racional e o corpo formam um só homem, assim também a divindade e a humanidade formam um só Cristo.
 38. Ele sofreu a morte por nossa salvação, desceu aos infernos e ao terceiro dia ressuscitou dos mortos.
 39. Subiu aos Céus e está sentado à direita de Deus Pai todo-poderoso, donde há de vir a julgar os vivos e os mortos.
 40. E quando vier, todos os homens ressuscitarão com os seus corpos, para prestar conta dos seus atos.
 41. E os que tiverem praticado o bem irão para a vida eterna, e os maus para o fogo eterno.
 42. Esta é a fé católica, e quem não a professar fiel e firmemente não se poderá salvar.

Esta bela e extensa profissão de fé, atribuída a Atanásio (c. 295-373), Bispo e Doutor da Igreja, de Alexandria do século IV, é conhecida também como símbolo “*Quicumque*”, palavra latina que é a primeira do primeiro artigo de fé do símbolo:

Quicumque vult salvus esse, ante omnia opus est, ut teneat catholicam fidem.

Segundo alguns estudiosos, a autoria não pode ser precisada, [91] nem mesmo a data exata de sua composição, que a maioria situa no século V. O texto mais antigo que se tem notícia provém de um sermão do início do século VI.

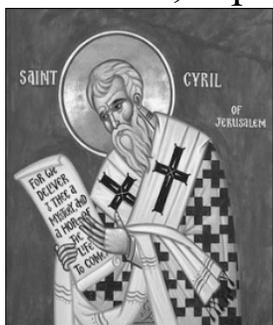
Aborda os grandes mistérios da divindade, da Trindade de

peçoas em um só Deus, da encarnação de Deus e da dualidade de naturezas de um único Cristo. Sua elaboração, com certeza, visava combater o arianismo, reafirmando a crença cristã na Trindade divina.

O Símbolo dos Apóstolos é bíblico?

Há uma lenda, impossível de se comprovar, que o Símbolo dos Apóstolos foi composto diretamente pelos próprios, no dia do Pentecostes, antes de se separarem em missão. Cada um teria criado um dos artigos. Apesar de mencionada por alguns Padres da Igreja, entre eles o já citado Santo Ambrósio, essa hipótese é afastada pelos estudiosos, que a consideram apenas uma estória edificante.

Fato é que o Símbolo não é mencionado em nenhum dos livros da Bíblia, sendo certamente um documento pós-apostólico. Apesar disso, podemos dizer, com toda certeza, que o Símbolo dos Apóstolos, ainda que não seja Escritura, é bíblico, isto é, deriva e confirma as Sagradas Escrituras, já que todos os artigos do símbolo nela se encontram, especialmente no Novo Testamento.



Veamos o que disse a respeito São Cirilo de Jerusalém, Bispo e Doutor da Igreja, que viveu entre os anos 315 e 386.

Este símbolo da fé não foi elaborado segundo as opiniões humanas, mas da Escritura inteira recolheu-se o que existe de mais importante, para dar, na sua totalidade, a única doutrina da fé. E assim como a semente de mostarda contém em um pequeníssimo grão um grande número de ramos, da mesma forma este resumo da fé encerra em algumas palavras todo o conhecimento da verdadeira

piedade contida no Antigo e no Novo Testamento. (São Cirilo de Jerusalém, Catech. ill.5,12)

Nós também, com nossas Bíblias em mãos, podemos confirmar a origem bíblica do Credo. Vamos ver um por um os artigos de fé e (algumas de) suas fundamentações bíblicas.

- **Creio em Deus**

Ouve, ó Israel! O Senhor, nosso Deus, é o único Senhor. (Dt 6,4)

Jesus respondeu-lhe: O primeiro de todos os mandamentos é este: Ouve, Israel, o Senhor nosso Deus é o único Senhor. (Mc 12,29)

- **Pai Todo-poderoso**

Judas, servo de Jesus Cristo e irmão de Tiago, aos eleitos bem-amados em Deus Pai e reservados para Jesus Cristo. (Jd 1, 1)

Considerai com que amor nos amou o Pai, para que sejamos chamados filhos de Deus. E nós o somos de fato. (Ilo 3,1a)

E nós vimos e testemunhamos que o Pai enviou seu Filho como Salvador do mundo. (1Jo 4,14)

Serei para vós um Pai e vós sereis para mim filhos e filhas, diz o Senhor todo-poderoso. (2Co 6,18)

Deus todo-poderoso te abençoe, te faça crescer e multiplicar, de sorte que te tornes uma multidão de povos. (Gn 28, 3)

Respondeu Jesus: O que é impossível aos homens é possível a Deus. (Lc 18,27)

Agora eu vos encomendo a Deus e à palavra da sua graça, àquele que é poderoso para edificar e dar a herança com os santificados. (At 20, 32)

- **Criador do céu e da terra**

No princípio, Deus criou o céu e a terra. (Gn 1,1)

- **Creio em Jesus Cristo**

Simão Pedro respondeu: Tu és o Cristo, o Filho de Deus vivo!
(Mt 16,16)

Nem vos façais chamar de mestres, porque só tendes um Mestre, o Cristo. (Mt 23,10)

Jesus compareceu diante do governador, que o interrogou: És o rei dos judeus? Sim, respondeu-lhe Jesus. (Mt 27,11)

Conservai-vos no amor de Deus, aguardando a misericórdia de nosso Senhor Jesus Cristo, para a vida eterna. (Jd 1,21)

Eu ouvi no céu uma voz forte que dizia: Agora chegou a salvação, o poder e a realeza de nosso Deus, assim como a autoridade de seu Cristo, porque foi precipitado o acusador de nossos irmãos, que os acusava, dia e noite, diante do nosso Deus. (Ap 12, 10)

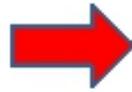
- **Seu único Filho**

E do céu baixou uma voz: Eis meu Filho muito amado em quem ponho minha afeição. (Mt 3,17)

Com efeito, de tal modo Deus amou o mundo, que lhe deu seu Filho único, para que todo o que nele crer não pereça, mas tenha a vida eterna. (Jo 3,16)

O centurião e seus homens que montavam guarda a Jesus, diante do estremecimento da terra e de tudo o que se passava, disseram entre si, possuídos de grande temor: Verdadeiramente, este homem era Filho de Deus! (Mt 27,54)

Rm 10,9; Fl 2,11;



Creioem Jesus
Cristo, Filho
Único de Deus

At 18,5; At 28; 1Jo

At 8, 36-38

- **Nosso Senhor**

Que toda a casa de Israel saiba, portanto, com a maior certeza de que este Jesus, que vós crucificastes, Deus o constituiu Senhor e Cristo. (At 2,36)

Portanto, se com tua boca confessares que Jesus é o Senhor, e se em teu coração creres que Deus o ressuscitou dentre os mortos, serás salvo. (Rm 10,9)

Portanto, se com tua boca confessares que Jesus é o Senhor, e se em teu coração creres que Deus o ressuscitou dentre os mortos, serás salvo. (Fl 2,11)

- **que foi concebido por obra e graça do Espírito Santo**

Respondeu-lhe o anjo: O Espírito Santo descera sobre ti, e a força do Altíssimo te envolverá com a sua sombra. Por isso o ente santo que nascer de ti será chamado Filho de Deus. (Lc 1,35)

- **nasceu da virgem Maria**

Por isso, o próprio Senhor vos dará um sinal: uma virgem conceberá e dará à luz um filho, e o chamará Deus Conosco.

“Ela dará à luz um filho, a quem porás o nome de Jesus, porque ele salvará o seu povo de seus pecados.” (Is 7,14)

Tudo isto aconteceu para que se cumprisse o que o Senhor falou pelo profeta: Eis que a Virgem conceberá e dará à luz um filho, que se chamará Emanuel, que significa: Deus conosco. (Mt 1,21-23)

- **padeceu sob o poder de Pôncio Pilatos**

Pilatos mandou então flagelar Jesus. Os soldados teceram de espinhos uma coroa e a puseram sobre a sua cabeça e o cobriram com um manto de púrpura. Aproximavam-se dele e diziam: Salve, rei dos judeus! E davam-lhe bofetadas. (Jo 19,1-3)

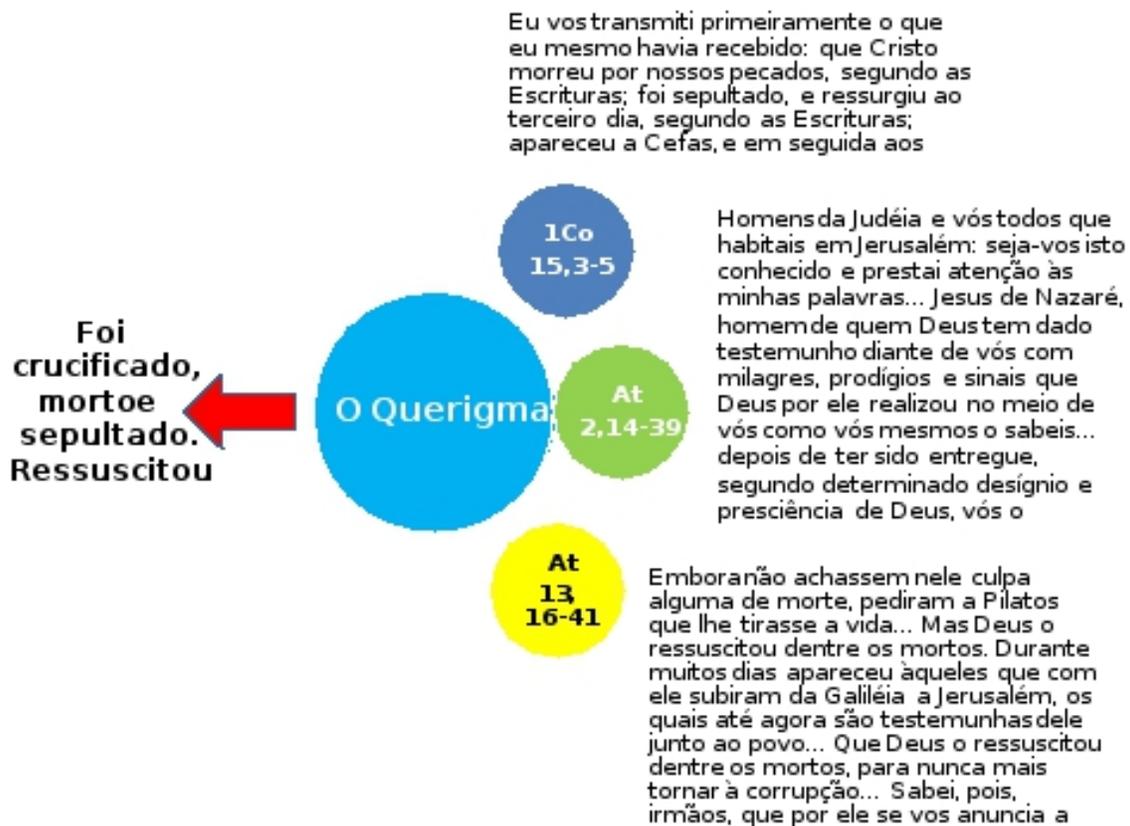
- **foi crucificado**

Entregou-o então a eles para que fosse crucificado. Levaram então consigo Jesus. Ele próprio carregava a sua cruz para fora da cidade, em direção ao lugar chamado Calvário, em hebraico Gólgota. Ali o crucificaram, e com ele outros dois, um de cada lado, e Jesus no meio. Pilatos redigiu também uma inscrição e a fixou por cima da cruz. Nela estava escrito: Jesus de Nazaré, rei dos judeus. (Jo 19,16-19)

- **morto e sepultado**

Jesus deu então um grande brado e disse: Pai, nas tuas mãos entrego o meu espírito. E, dizendo isso, expirou. (Lc 23,46)

Ele o desceu da cruz, envolveu-o num pano de linho e colocou-o num sepulcro, escavado na rocha, onde ainda ninguém havia sido depositado. (Lc 23,53)



- **desceu aos infernos**

Pois também Cristo morreu uma vez pelos nossos pecados - o Justo pelos injustos - para nos conduzir a Deus. Padeceu a morte em sua carne, mas foi vivificado quanto ao espírito. É neste mesmo espírito que ele foi pregar aos espíritos que eram detidos no cárcere, àqueles que outrora, nos dias de Noé, tinham sido rebeldes. (1Pd 3,18-19)

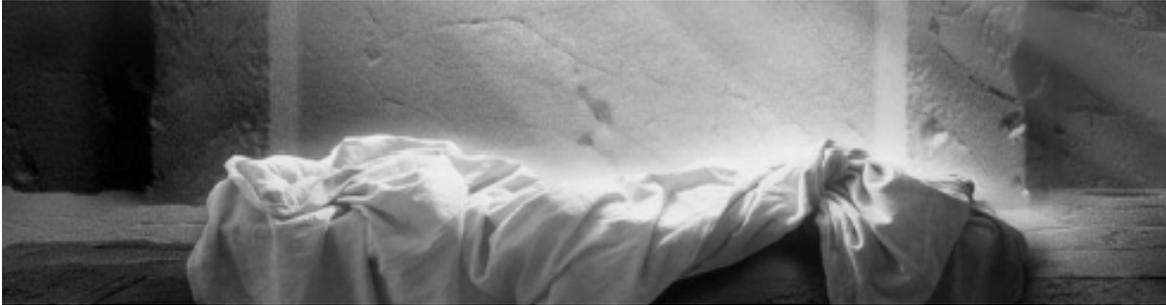
... ao nome de Jesus se dobre todo joelho no céu, na terra e nos infernos. (Fl 2,10)

- **ao terceiro dia, ressuscitou dentre os mortos**

Então entrou também o discípulo que havia chegado primeiro ao sepulcro. Viu e creu. Em verdade, ainda não haviam entendido a Escritura, segundo a qual Jesus devia ressuscitar dentre os mortos. (Jo 20, 8-9)

Eu vos transmiti primeiramente o que eu mesmo havia recebido:

que Cristo morreu por nossos pecados, segundo as Escrituras; foi sepultado, e ressurgiu ao terceiro dia, segundo as Escrituras. (1Co 15,3-4)



- **subiu aos céus, onde está sentado à direita de Deus Pai Todo-poderoso**

Depois que o Senhor Jesus lhes falou, foi levado ao céu e está sentado à direita de Deus. (Mc 16,19)

- **de onde há de vir para julgar os vivos e os mortos**

Ele nos mandou pregar ao povo e testemunhar que é ele quem foi constituído por Deus juiz dos vivos e dos mortos. (At 10,42) Quando o Filho do Homem voltar na sua glória e todos os anjos com ele, sentar-se-á no seu trono glorioso. Todas as nações se reunirão diante dele e ele separará uns dos outros, como o pastor separa as ovelhas dos cabritos. Colocará as ovelhas à sua direita e os cabritos à sua esquerda (...) E estes irão para o castigo eterno, e os justos, para a vida eterna. (Mt 25,31-33,46)

- **creio no Espírito Santo**

E a esperança não engana. Porque o amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado. (Rm 5,5)

Em um só Espírito fomos batizados todos nós, para formar um só corpo, judeus ou gregos, escravos ou livres; e todos fomos impregnados do mesmo Espírito. (1Co 12,13)

Quando vier o Paráclito, que vos enviarei da parte do Pai, o Espírito da Verdade, que procede do Pai, ele dará testemunho de

mim. (Jo 15,26)

- **creio na Igreja que é Una**

Para que todos sejam um, assim como tu, Pai, estás em mim e eu em ti, para que também eles estejam em nós e o mundo creia que tu me enviaste. Dei-lhes a glória que me deste, para que sejam um, como nós somos um: eu neles e tu em mim, para que sejam perfeitos na unidade e o mundo reconheça que me enviaste e os amaste, como amaste a mim. (Jo 17,21-23)

Sede solícitos em conservar a unidade do Espírito no vínculo da paz. Sede um só corpo e um só espírito, assim como fostes chamados pela vossa vocação a uma só esperança. Há um só Senhor, uma só fé, um só batismo. (Ef 4,4-5)

- **Santa**

...Cristo amou a Igreja e se entregou por ela, para santificá-la, purificando-a pela água do batismo com a palavra. (Ef 5,25b-26)

Vós, porém, sois uma raça escolhida, um sacerdócio régio, uma nação santa, um povo adquirido para Deus, a fim de que publiqueis as virtudes daquele que das trevas vos chamou à sua luz maravilhosa. (1Pe 2,9)

Ananias respondeu: Senhor, muitos já me falaram deste homem, quantos males fez aos teus santos em Jerusalém. (At 9,13)

Quando algum de vós tem litígio contra outro, como é que se atreve a pedir justiça perante os injustos, em vez de recorrer aos (irmãos) santos? (1Co 6,1)

Quanto à coleta em benefício dos santos, segui também vós as diretrizes que eu tracei às igrejas da Galácia. (1Co 16,1)

- **Católica** (que significa universal)

E eu te declaro: tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja; as portas do inferno não prevalecerão contra ela. (Mt 16,18)

E sujeitou a seus pés todas as coisas, e o constituiu chefe

supremo da Igreja, que é o seu corpo, o receptáculo daquele que enche todas as coisas sob todos os aspectos. (Ef 1,22-23)

Ide, pois, e ensinai a todas as nações; batizai-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. (Mt 28,19)

- **Apostólica** (fundada por Jesus Cristo sobre os Apóstolos)

Tinha grande e alta muralha com doze portas, guardadas por doze anjos. Nas portas estavam gravados os nomes das doze tribos dos filhos de Israel. A muralha da cidade tinha doze fundamentos com os nomes dos doze Apóstolos do Cordeiro. (Ap 21,12,14)

Jesus reuniu seus doze discípulos. Conferiu-lhes o poder de expulsar os espíritos imundos e de curar todo mal e toda enfermidade. Eis os nomes dos doze Apóstolos: (...) Estes são os Doze que Jesus enviou em missão (...) Por onde andardes, anunciai que o Reino dos céus está próximo. Entrando numa casa, saudai-a: Paz a esta casa. (...) Eu vos envio como ovelhas no meio de lobos. Sede, pois, prudentes como as serpentes, mas simples como as pombas. Cuidai-vos dos homens. Eles vos levarão aos seus tribunais e açoitar-vos-ão com varas nas suas sinagogas. Sereis por minha causa levados diante dos governadores e dos reis: servireis assim de testemunho para eles e para os pagãos. Quando fordes presos, não vos preocupeis nem pela maneira com que haveis de falar, nem pelo que haveis de dizer: naquele momento ser-vos-á inspirado o que haveis de dizer. Porque não sereis vós que falareis, mas é o Espírito de vosso Pai que falará em vós (...) Sereis odiados de todos por causa de meu nome, mas aquele que perseverar até o fim será salvo. Se vos perseguirem numa cidade, fugi para uma outra. Em verdade vos digo: não acabareis de percorrer as cidades de Israel antes que volte o Filho do Homem. (...) O que vos digo na escuridão, dizei-o às claras. O que vos é dito ao ouvido, publicai-o de cima dos telhados. (...) Portanto, quem der testemunho de mim diante dos homens, também eu darei testemunho dele diante de meu Pai que está nos céus. (...) Quem vos recebe, a mim recebe. E quem me recebe, recebe aquele que

me enviou. (Mt 10)

Lembrai-vos da palavra que vos disse: O servo não é maior do que o seu senhor. Se me perseguiram, também vos hão de perseguir. Se guardaram a minha palavra, hão de guardar também a vossa. (Jo 15,20)

O que de mim ouviste em presença de muitas testemunhas, confia-o a homens fiéis que, por sua vez, sejam capazes de instruir a outros. (2Tm 2,2) [\[92\]](#)

- **creio na comunhão dos santos**

Depois disso, vi uma grande multidão que ninguém podia contar, de toda nação, tribo, povo e língua: conservavam-se em pé diante do trono e diante do Cordeiro, de vestes brancas e palmas na mão. (Ap 7,9)

- **no perdão dos pecados**

Àqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados; àqueles a quem os retiverdes, ser-lhes-ão retidos. (Jo 20,23)

...porque isto é meu sangue, o sangue da Nova Aliança, derramado por muitos homens em remissão dos pecados. (Mt 26,28)

Mortos pelos vossos pecados e pela incircuncisão da vossa carne, chamou-vos novamente à vida em companhia com ele. É ele que nos perdoou todos os pecados. (Cl 2,13)

Confessai os vossos pecados uns aos outros, e orai uns pelos outros para serdes curados. A oração do justo tem grande eficácia. (Tg 5,16)

Pois também Cristo morreu uma vez pelos nossos pecados - o Justo pelos injustos - para nos conduzir a Deus. (1Pe 3,18a)

Se reconhecemos os nossos pecados, (Deus aí está) fiel e justo para nos perdoar os pecados e para nos purificar de toda iniquidade. (1Jo 1,9)

- **na ressurreição da carne**

Se o Espírito daquele que ressuscitou Jesus dos mortos habita

em vós, ele, que ressuscitou Jesus Cristo dos mortos, também dará a vida aos vossos corpos mortais, pelo seu Espírito que habita em vós. (Rm 8,11)

... a doutrina dos vários batismos, da imposição das mãos, da ressurreição dos mortos e do julgamento eterno. (Hb 6,2)

- **e na vida eterna**

Ali não haverá noite e os que ali vivem não precisarão da luz da lâmpada, nem da luz do sol, porque Deus, o Senhor, lhes dará sua luz e eles reinarão por todos os séculos. (Ap 22,5)

Coisas que os olhos não viram, nem os ouvidos ouviram, nem o coração humano imaginou, tais são os bens que Deus tem preparado para aqueles que o amam. (1Co 2,9)

- **Amém.**

Amém. Vem, Senhor Jesus! (Ap 22,20b)

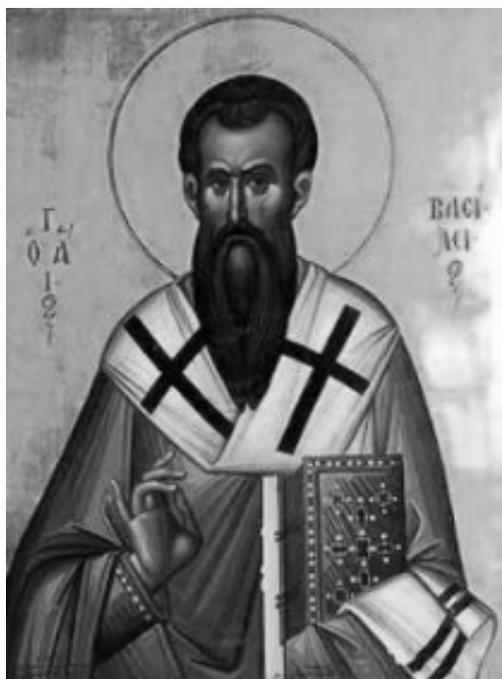
A ele o poder na eternidade! Amém. (1Pe 5,11)

Atestando a procedência bíblica do Símbolo, São Cirilo de Jerusalém (315-386), Bispo e Doutor da Igreja assim escreveu:[\[93\]](#)

Este símbolo da fé não foi elaborado segundo as opiniões humanas, mas da Escritura inteira recolheu-se o que existe de mais importante, para dar, na sua totalidade, a única doutrina da fé. E assim como a semente de mostarda contém em um pequeníssimo grão um grande número de ramos, da mesma forma este resumo da fé encerra em algumas palavras todo o conhecimento da verdadeira piedade contida no Antigo e no Novo Testamento.

São Basílio Magno de Cesaréia (329-379), também Doutor da Igreja:

Nós cremos, pois, e confessamos nossa fé no único Deus verdadeiro e bom, Pai todo-poderoso, criador de todas as coisas, Deus e Pai de nosso Deus e Senhor Jesus Cristo; no único Filho



do Pai, nosso Deus e Senhor Jesus Cristo; único verdadeiro, por quem tudo foi feito, tanto as coisas visíveis como as invisíveis, e em quem tudo subsiste; que estava no princípio junto de Deus e era Deus, e em seguida, conforme as Escrituras, apareceu sobre a terra e habitou com os homens, que sendo de condição divina não reteve avidamente a sua igualdade com Deus, mas aniquilou-se a

si mesmo, assumindo, por seu nascimento da Virgem, a condição de escravo e manifestando-se sob o aspecto de homem, quando então cumpria, segundo a ordem do Pai, tudo o que estava escrito dele e sobre ele, tornando-se obediente até a morte e morte de cruz; ressuscitando dentre os mortos ao terceiro dia, conforme as Escrituras; mostrou-se aos santos Apóstolos e a outros, como está escrito; subiu aos céus e está assentado à direita do Pai, de onde voltará, no fim dos tempos, para ressuscitar todos os homens e dar a cada um a retribuição dos seus atos, indo os justos para a vida eterna e o Reino celeste, enquanto os pecadores serão condenados ao eterno castigo, lá onde o verme não morre e o fogo não se extingue (Mc 9,44). Creio igualmente no único Espírito Santo, o Paráclito, cujo selo recebemos para o dia da Redenção (Ef 4,30); Espírito de Verdade, Espírito de adoção, o qual clamamos Abbá, Pai (Rm 8,15), que distribui e opera o dom de Deus em cada um conforme convém (1Co 12,7), conforme lhe apraz (idem), que ensina e sugere tudo que ouviu do Filho (Jo 14,26); que é bom, guiando cada um em toda a verdade e fortificando os fiéis na fé segura, na confissão exata, no culto santo e na adoração em espírito e verdade (Jo 4,24)... O nome dado a cada um indica um atributo que lhe é próprio... O Pai existe em seu

caráter próprio de Pai, o Filho em seu caráter próprio de Filho e o Espírito Santo em seu caráter pessoal, mas nem o Espírito Santo fala por si mesmo (Jo 16,13), nem o Filho faz algo por si mesmo (Jo 8,28); o Pai enviou o Filho (Jo 17,21), e o Filho enviou o Espírito Santo (Jo 16,7)... (Profissão de Fé)

Capítulo V: O nascimento dos dogmas cristãos

A proclamação dos dogmas seria desnecessária e certamente não ocorreria se não tivessem surgido, ao longo dos primeiros anos do cristianismo, as declarações e os movimentos heréticos, ou seja, que defendiam e disseminavam heresias.

O demônio tem lutado contra a verdade de muitas maneiras, até defendendo-a para melhor destruí-la. (Tertuliano de Cartago, *Contra Praxeas*, 1)

Heresias

Heresia, do grego *hairesis*, significa escolha, opção. Segundo o Catecismo da Igreja Católica (§2089),[\[94\]](#) heresia é a negação ou dúvida pertinaz de uma verdade que se deve crer com fé divina e católica, por quem recebeu o batismo. Quem funda ou dá origem a uma heresia é denominado heresiarca.

Assim, a primeira coisa a se considerar é que quem não é batizado não pode ser considerado herege, caso negue ou tenha dúvidas sobre as verdades da fé católica.

É possível que alguém tenha alguma ideia ou interpretação diferente a respeito de uma ou algumas verdades de fé julgue que está percorrendo o caminho correto. Até aí ele não é, nem pode ser, considerado herege. A heresia, antes de ser considerada como tal, é apenas uma ideia errada.

Mas, a partir do momento em que lhe é demonstrado que a doutrina que tal pessoa sustenta está errada, em contradição com a fé guardada pela Igreja, caso ela mantenha tal posição ou, pior, a dissemine, aí fica caracterizada a heresia. Herético é tanto aquele que está (e permanece) no erro (ou seja, na heresia), quanto aquele

que induz ao erro.

Todo aquele que caminha sem rumo e não permanece na doutrina de Cristo, não tem Deus. Quem permanece na doutrina, este possui o Pai e o Filho. Se alguém vier a vós sem trazer esta doutrina, não o recebais em vossa casa, nem o saudeis. (2Jo 1,9-10)

A fé guardada pela Igreja é aquela que ela recebeu de Jesus Cristo. Verdade eterna, universal e imutável, vem do próprio Deus que a revelou aos homens. Não é relativa, nem admite interpretação subjetiva. Mesmo que todos os homens acreditassem num erro, nem por isso, esse fato passará a ser a verdade.

O termo heresia foi utilizado primeiramente pelos padres apologetas cristãos, para designar ideias contrárias àquelas aceitas pela Igreja. A heresia é uma “falsa doutrina”, contrária à Verdade revelada por Jesus Cristo. Quase sempre assumirá a forma de uma deturpação, distorção ou má-interpretação das Sagradas Escrituras e dos ensinamentos dos Apóstolos (ou seja, do Magistério da Igreja).

É necessário, portanto, que evitemos suas doutrinas heréticas e estejamos precavidos para não sofrer dano algum em decorrência delas. Entretanto, é melhor nos refugiarmos na Igreja, para que sejamos educados em seu seio e nos alimentemos da Escritura do Senhor, porque a Igreja foi plantada como um paraíso neste mundo e por isso diz o Espírito de Deus: “Podeis comer de todas as Escrituras do Senhor, mas não deveis comer com orgulho nem tocar qualquer discórdia herética”. (Ireneu de Lyon, Contra as Heresias 5,20,2)

Apologética

Apologética, donde a palavra apologetas, usada acima, é uma prática, tornada disciplina e até ciência, que é utilizada para

demonstrar a veracidade de uma doutrina, defendendo-a de teses contrárias.

A palavra vem do latim *apologeticus*, por sua vez derivada do grego *απολογία*, apologia, que significa “defesa verbal”.

A apologética surgiu em função dos muitos e variados ataques que a Igreja Católica sofreu nos primeiros séculos. É um termo que, embora possa ser aplicado a outras crenças, tem uma identificação tão forte com o cristianismo que, quando usado desacompanhado de qualquer qualificação ou adjetivação implica tratar-se da apologética cristã.

Foi a apologética clássica, aquela praticada pelos Padres da Igreja na defesa sistematizada da fé cristã, que deu origem à Teologia como a conhecemos.

Ao fazer essa defesa da fé cristã, respondendo a todo e qualquer ataque que ela viesse a sofrer, os apologetas (ou apologistas) moldaram a compreensão das verdades de nossa fé e constituíram as bases para o posterior esclarecimento dos dogmas cristãos.

Eles foram buscar na Escritura e na Tradição Apostólica os fundamentos da origem, autenticidade, credibilidade e superioridade do cristianismo diante das demais religiões. E, na filosofia, os temas e argumentos compatíveis com a Revelação divina, demonstrando, através de argumentação sólida e bem estruturada, como a fé poderia ser comprovada pela razão.

Assim, além de defender a Igreja nascente das correntes filosóficas e religiosas que lhe faziam oposição, e das heresias que grassavam amiúde, as apologias serviam também para demonstrar às autoridades romanas, muitas vezes ao próprio imperador, que os cristãos tinham direito à existência legal dentro do Império Romano.

A Igreja, que deve muito aos primeiros apologetas, reconhece o seu valor e o de seus textos, para todas as épocas, inclusive a

atual, mas sabe e divide com eles a clara certeza de que todas as explicações em defesa da fé sempre estiveram sobre a direção do Espírito Santo.

Quando, porém, vos levarem às sinagogas, perante os magistrados e as autoridades, não vos preocupeis com o que haveis de falar em vossa defesa, porque o Espírito Santo vos inspirará naquela hora o que deveis dizer. (Lc 12,11s)

Ortodoxia, heterodoxia e heresia

Ortodoxia^[95] é a palavra aplicada à palavra ou ação conformes à doutrina proposta pelo Magistério da Igreja Católica, doutrina essa que ela recebeu de Jesus Cristo. Ao lado dessa doutrina, contudo, não raro aparecem versões teológicas heterodoxas, que são desvios, pequenos ou grandes do ensino normativo da Igreja. Algumas heterodoxias são toleradas pela Igreja e, por isso, não são consideradas heréticas. Quando, porém, colocam dúvidas sobre os dogmas ou qualquer outra das verdades fundamentais da fé, a Igreja as condena e as declara heréticas.^[96]

As origens das heresias

Diz o Catecismo da Igreja Católica:

Na realidade, ‘nesta una e única Igreja de Deus, já desde os primórdios, surgiram algumas cisões, que o Apóstolo censura com vigor como condenáveis. Dissensões mais amplas nasceram nos séculos posteriores. Comunidades não pequenas separaram-se da plena comunhão com a Igreja católica, por vezes não sem culpa de homens de ambas as partes’. As rupturas que ferem a unidade do Corpo de Cristo (distinguem-se a heresia, a apostasia e o cisma) não acontecem sem os pecados dos homens: *Ubi peccata sunt, ibi multitudo, ibi schismata, ibi haereses, ibi discussiones. Ubi autem virtus, ibi singularitas, ibi*

unio, ex quo omnium credentium erat cor unum et anima una - Onde estão os pecados, aí está a multiplicidade (das crenças), aí o cisma, aí as heresias, aí as controvérsias. Onde, porém, está a virtude, aí está a unidade, aí a comunhão, em força disso, os crentes eram um só coração e uma só alma. (CIC 817)

A origem das heresias é o pecado. São Paulo (que é o Apóstolo mencionado no texto acima), em sua carta aos Gálatas, aborda o aparecimento das heresias e identifica suas origens:

Cristo libertou-nos para que sejamos verdadeiramente livres. Portanto, permaneci firmes e não vos submetais de novo ao jugo da escravidão. Eu, Paulo, declaro-vos: se vos fazeis circuncidar, Cristo de nada adiantará para vós... Vós que procurais a justiça na Lei desligastes-vos de Cristo e separastes-vos da graça. Nós, de fato, aguardamos no Espírito a esperança de nos tornarmos justos através da fé, porque, em Jesus Cristo, o que conta não é a circuncisão ou a não circuncisão, mas a fé que age por meio do amor. Vós corréis bem. Quem vos impediu de obedecer à verdade? Tal influência não vem d'Aquele que vos chama. Um pouco de fermento basta para levedar toda a massa! Confio no Senhor que vós estais de acordo com isto. Aquele, porém, que vos perturba, seja ele quem for, sofrerá a condenação... Oxalá aqueles que vos perturbam se mutilem de uma vez por todas! Irmãos, fostes chamados para serdes livres. Que essa liberdade, porém, não se torne desculpa para viverdes satisfazendo os instintos egoístas. Pelo contrário, fazei-vos servos uns dos outros através do amor. Pois toda a Lei encontra a sua plenitude num só mandamento: «Amarás o teu próximo como a ti mesmo». Mas, se vos mordeis e vos devorais uns aos outros, tomai cuidado! Podereis acabar por vos destruídes uns aos outros. Por isso é que vos digo: vivei segundo o Espírito, e já não fareis o que os instintos egoístas desejam. Porque os instintos egoístas têm desejos que estão contra o Espírito, e o Espírito contra os instintos egoístas; os dois estão em conflito, de modo que não fazeis o que quereis. Mas, se fordes conduzidos pelo Espírito, já não estareis submetidos à Lei.

Além disso, as obras dos instintos egoístas são bem conhecidas: fornicação, impureza, libertinagem, idolatria, feitiçaria, ódio, discórdia, ciúme, ira, rivalidade, divisão, sectarismo, inveja, bebedeira, orgias e outras coisas semelhantes. Repito o que já disse: os que fazem tais coisas não herdarão o Reino de Deus. Mas o fruto do Espírito é amor, alegria, paz, paciência, bondade, benevolência, fé, mansidão e domínio de si. Contra essas coisas não existe lei. Os que pertencem a Cristo crucificaram os instintos egoístas juntamente com as suas paixões e desejos. Se vivemos pelo Espírito, caminhemos também sob o impulso do Espírito. Não sejamos ambiciosos de glória, provocando-nos mutuamente e tendo inveja uns dos outros. (Gl 5)

Por mais solenes que sejam as suas palavras, todos os hereges chegam afinal de contas a isto: a blasfemar contra o Criador e a opor-se à salvação da criatura de Deus que é a carne, pela qual, como já demonstramos de vários modos, o Filho de Deus realizou toda a sua economia. (Ireneu de Lyon, Contra as Heresias 3,4,4)

É melhor e mais útil saber pouco ou nada e viver perto de Deus pelo amor, do que imaginar-se saber muito e ter reunido muitas experiências e se tornar falsificador e inimigo de Deus. (Ireneu de Lyon, Contra as Heresias)

É necessário que haja heresias, a fim de que se manifestem entre vós os irmãos de virtude experimentada. (1Co 11,19) [\[97\]](#)

Tertuliano, um dos Padres da Igreja, 150 anos mais tarde, alerta sobre aquele ensinamento do apóstolo Paulo aos cristãos de Corinto.

A condição de nosso tempo nos obriga a dar esta advertência, que não devemos admirar por causa das heresias, nem de sua existência, que foi predita, nem de que arruinem a fé de muitos, pois sua razão de ser é provar a fé, tentando-a. [\[98\]](#)

As primeiras heresias

Para explicarmos como o surgimento das heresias influenciou

o aparecimento dos dogmas proclamados pela Igreja, vamos voltar um pouco na história do cristianismo.

Jesus, em sua vida, ensinou muitas coisas aos homens, em especial sobre o amor de Deus e o que os homens deveriam fazer para gozar desse amor por toda a eternidade. Jesus nos mostrou a face humana de Deus e a face divina do homem.

Jesus, diferente de Deus quando “redigiu” as tábuas da lei e as entregou a Moisés (Ex 31,18), não nos deixou nada por escrito, nenhum “dogma pronto”, não no sentido que hoje compreendemos esse termo. Embora tudo o que Jesus nos disse seja a Verdade – e um dogma nada mais é do que uma proclamação eclesial de uma Verdade revelada (por Deus), é certo que a Igreja que começou a agir em Pentecostes (At 2,1-41) ainda não tinha tal preocupação: seu “dogma” era o próprio Ressuscitado e sua mais importante missão a de anunciar o Querigma.[\[99\]](#)

Israelitas, ouvi estas palavras: Jesus de Nazaré, homem de quem Deus tem dado testemunho diante de vós com milagres, prodígios e sinais que Deus por ele realizou no meio de vós como vós mesmos o sabeis, depois de ter sido entregue, segundo determinado desígnio e presciência de Deus, vós o matastes, crucificando-o por mãos de ímpios. Mas Deus o ressuscitou, rompendo os grilhões da morte, porque não era possível que ela o retivesse em seu poder”. (At 2, 22-24)

Todavia, muitas coisas reveladas ainda não estavam completamente claras, nem mesmo para os Apóstolos, que foram compreendendo a Revelação aos poucos, a partir de muita meditação, oração e com o auxílio eficaz do Espírito Santo.

E eu rogarei ao Pai, e ele vos dará outro Paráclito, para que fique eternamente convosco. [Ele], o Espírito Santo, que o Pai enviará em meu nome, ensinar-vos-á todas as coisas e vos recordará tudo o que vos tenho dito. (Jo 14,16.26)
Quando vier o Paráclito, que vos enviarei da parte do Pai, o

Espírito da Verdade, que procede do Pai, ele dará testemunho de mim. [O Paráclito], o Espírito da Verdade, ensinar-vos-á toda a verdade, porque não falará por si mesmo, mas dirá o que ouvir, e anunciar-vos-á as coisas que virão. (Jo 15,26-16,13)

A maioria, quase totalidade, dos primeiros convertidos ao cristianismo nascente foi de judeus e prosélitos.[\[100\]](#) Ainda não existiam as escrituras cristãs (o Novo Testamento) e as Escrituras judaicas (Antigo Testamento, para nós, cristãos) eram igualmente usadas por judeus e cristãos. Os historiadores chamam a esse período inicial do cristianismo de judeu-cristianismo e, aos judeus convertidos, judeu-cristãos.

Os judaizantes

Mas entre os muitos judeus que abraçaram a Boa Nova, vários, mesmo após a adesão à nova fé, mantiveram como base de sua crença a Antiga Aliança (a Lei de Moisés).[\[101\]](#) Eram cristãos, mas não abandonaram a religião judaica, e acreditavam que os gentios[\[102\]](#) deveriam se converter antes ao Judaísmo a fim de aceitar Jesus como Messias.

São chamados judaizantes, pois queriam que os pagãos convertidos ao cristianismo fossem circuncidados, observassem as datas das festividades judaicas e se submetessem às dietas alimentares previstas na Lei de Moisés.

Essa atitude começa a provocar animosidades e desavenças, como a recusa desses judeu-cristãos judaizantes em sentar-se à mesma mesa que os cristãos gentios, considerados impuros. Uma situação como essa é relatada na Carta aos Gálatas, onde ficou registrado que o apóstolo Paulo “*deu uma dura*” no apóstolo Pedro por ter também adotado essa atitude:

Quando, porém, Pedro veio a Antioquia, resisti-lhe francamente, porque era censurável. Pois, antes de chegarem

alguns homens da parte de Tiago, ele comia com os pagãos convertidos. Mas, quando aqueles vieram, retraiu-se e separou-se destes, temendo os circuncidados. Os demais judeus convertidos seguiram-lhe a atitude equívoca, de maneira que mesmo Barnabé foi levado por eles a essa dissimulação. Quando vi que o seu procedimento não era segundo a verdade do Evangelho, disse a Cefas, em presença de todos: Se tu, que és judeu, vives como os gentios, e não como os judeus, com que direito obrigas os pagãos convertidos a viver como os judeus? (Gl 2,11-14)

Os cristãos gregos (gentios), por sua vez, tendem a olhar os judeu-cristãos com ares de superioridade, afinal, os judeus não têm suficiente fé em Jesus Cristo, já que não se desapegam da lei mosaica, e não o consideram mediador suficiente.

Naqueles dias, como crescesse o número dos discípulos, houve queixas dos gregos contra os hebreus, porque as suas viúvas teriam sido negligenciadas na distribuição diária. (At 6,1)



Muitas eram as causas de desavenças. Vemos acima um trecho de Atos que fala da discriminação na partilha diária. Outra causa de desavenças era a insistência dos judeu-cristãos quanto à necessidade de circuncisão dos pagãos (gentios) convertidos. A circuncisão era um sinal característico dos judeus, sinal da aliança de Deus com o patriarca Abraão (Gn 17,9-14). Era um rito tão importante que o não circuncidado era considerado como excluído daquela Aliança.

Alguns homens, descendo da Judéia, puseram-se a ensinar aos irmãos o seguinte: Se não vos circuncidais, segundo o rito de Moisés, não podeis ser salvos. (At 15,1)

Os cristãos gentios reclamavam dessa obrigação que, para eles não tinha qualquer significado, exceto o de lhes impor um sofrimento sem sentido. Essa situação deu causa àquele que é

considerado o primeiro concílio da cristandade, o concílio de Jerusalém,[103] narrado nos Atos dos Apóstolos:

Originou-se então grande discussão de Paulo e Barnabé com eles, e resolveu-se que estes dois, com alguns outros irmãos, fossem tratar desta questão com os Apóstolos e os anciãos em Jerusalém. Mas levantaram-se alguns que antes de ter abraçado a fé eram da seita dos fariseus, dizendo que era necessário circuncidar os pagãos e impor-lhes a observância da Lei de Moisés. Reuniram-se os Apóstolos e os anciãos para tratar desta questão. Ao fim de uma grande discussão, Pedro levantou-se e lhes disse: Irmãos, vós sabeis que já há muito tempo Deus me escolheu dentre vós, para que da minha boca os pagãos ouvissem a palavra do Evangelho e cressem. Ora, Deus, que conhece os corações, testemunhou a seu respeito, dando-lhes o Espírito Santo, da mesma forma que a nós. Nem fez distinção alguma entre nós e eles, purificando pela fé os seus corações. Por que, pois, provocais agora a Deus, impondo aos discípulos um jugo que nem nossos pais nem nós pudemos suportar? Nós cremos que pela graça do Senhor Jesus seremos salvos, exatamente como eles. Toda a assembleia o ouviu silenciosamente. (At 15, 2.5-12a)

A Igreja nascente decidiu, neste concílio, com o auxílio do Espírito Santo, que os gentios não estavam obrigados a seguir os costumes da religião judaica.

Por isso, julgo que não se devem inquietar os que dentre os gentios se convertem a Deus. Mas que se lhes escreva somente que se abstenham das carnes oferecidas aos ídolos, da impureza, das carnes sufocadas e do sangue. (At 15,19s)

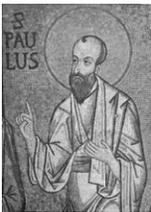
Por seu intermédio enviaram a seguinte carta: “Os Apóstolos e os anciãos aos irmãos de origem pagã, em Antioquia, na Síria e Cilícia, saúde! Temos ouvido que alguns dentre nós vos têm perturbado com palavras, transtornando os vossos espíritos, sem lhes termos dado semelhante incumbência. Com efeito, pareceu bem ao Espírito Santo e a nós não vos impor outro peso além do

seguinte indispensável: que vos abstenhais das carnes sacrificadas aos ídolos, do sangue, da carne sufocada e da impureza. Dessas coisas fareis bem de vos guardar conscienciosamente”. (At 15.23.24.28-29)

Os Apóstolos concluíram que a salvação se dá através da fé em Cristo, uma condição que não exige a observância do direito mosaico do Antigo Testamento, de modo que os gentios - e obviamente também os judeus cristãos - não estavam obrigados a manter os costumes judaicos como pré-requisito para se tornarem membros da Igreja.

Sabemos, contudo, que ninguém se justifica pela prática da lei, mas somente pela fé em Jesus Cristo. Também nós cremos em Jesus Cristo, e tiramos assim a nossa justificação da fé em Cristo, e não pela prática da lei. Pois, pela prática da lei, nenhum homem será justificado. (Gl 2,16)

Estar circuncidado ou incircunciso de nada vale em Cristo Jesus, mas sim a fé que opera pela caridade. (Gl 5,6)



Mas não era apenas a questão da observação dos costumes e da lei mosaica. Da mesma forma que para os judeus, para esses judeu-cristãos era inaceitável, uma rematada heresia, elevar alguém à condição de ser igual a Deus. Seu sólido monoteísmo os impedia de aceitar o fato de Jesus ser Deus. Preferiam acreditar que Jesus era um ser humano especial aos olhos de Deus, um profeta, talvez o maior entre eles.[\[104\]](#) Aceitar que o Deus inacessível resolvera um dia nascer de uma mulher, viver e morrer como um homem soava tremendamente estranho aos seus ouvidos. Eram cristãos, mas não acreditavam que Jesus era Deus,[\[105\]](#) nem mesmo filho de Deus. Deus o adotara como filho,[\[106\]](#) com vista a uma missão.

Paulo, Apóstolo, trava uma batalha doutrinária contra os judaizantes, a quem critica e acusa de semeadores de discórdia:

Estou admirado de que tão depressa passeis daquele que vos chamou à graça de Cristo para um evangelho diferente. De fato, não há dois evangelhos: há apenas pessoas que semeiam a confusão entre vós e querem perturbar o Evangelho de Cristo. Mas, ainda que alguém - nós ou um anjo baixado do céu - vos anunciasse um evangelho diferente do que vos temos anunciado, que ele seja anátema. Repito aqui o que acabamos de dizer: se alguém pregar doutrina diferente da que recebestes, seja ele excomungado! (Gl 1,6-9)

Se em Cristo estais mortos aos princípios deste mundo, por que ainda vos deixais impor proibições, como se vivêsseis no mundo? Não pegues! Não proves! Não toques!, proibições estas que se tornam perniciosas pelo uso que delas se faz, e que não passam de normas e doutrinas humanas. (Cl 2,20-23)

Cuidado com esses cães! Cuidado com esses charlatães! Cuidado com esses mutilados! Porque os verdadeiros circuncisos somos nós, que prestamos culto a Deus pelo Espírito de Deus, e pomos nossa glória em Jesus Cristo, e não confiamos na carne. (Fl 3,2s)

As desavenças e as decisões apostólicas, que foram mal recebidas pelos judaizantes, acabaram por provocar o inevitável afastamento dos dois grupos. Percebam que o que estava em jogo não eram apenas questões sobre práticas culturais, mas sim a verdade do evangelho. Desde sempre fez parte do Plano de Deus a inclusão de todos os povos na Sua salvação, e não apenas dos judeus, caminho que os judaizantes pretendiam bloquear.

Se os Apóstolos não tivessem resistido às pressões dos judaizantes, os gentios-cristãos teriam se afastado – aliás, nem mesmo teria aderido à Boa Nova, tais eram os encargos da lei de Moisés, a começar pela circuncisão. Fosse outra a decisão dos Apóstolos, haveria o perigo de a igreja se dividir em grupos rivais, com teologias conflitantes e diferentes evangelhos, destruindo a unidade da igreja, e o cristianismo nascente seria apenas mais uma das várias seitas do judaísmo.

Mas não foi isso o que aconteceu.

A exemplo do que muitas outras vezes iria se repetir na história da Igreja até os nossos dias, a ortodoxia, isto é, o zelo pela fé correta venceu, pela ação da providência divina e iluminação do Espírito Santo de Deus.

Onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, eu estarei no meio deles. (Mt 18, 20)

Mas o Paráclito, o Espírito Santo, que o Pai enviará em meu nome, ensinar-vos-á todas as coisas e vos recordará tudo o que vos tenho dito. (Jo 14,26)

A ruptura com o judeu-cristianismo permitiu à Igreja de Cristo seguir seu caminho de forma independente. A comunidade cristã se libertou do peso da lei mosaica, abrindo caminho definitivo para a conversão de todas as populações não-judaicas, o que garantiu o futuro do cristianismo e da Igreja.

O gnosticismo

Mas, além dos judaizantes, no século I, a igreja primitiva teve que enfrentar, nos séculos seguintes, outra grave ameaça, o gnosticismo, a primeira das grandes heresias. O gnosticismo ensinava que a salvação vem apenas do conhecimento (a palavra gnose, em grego *gnosis*, significa conhecimento).

Os vários grupos gnósticos tinham em comum a crença que o mundo e os homens foram criados não pelo Deus cristão, mas por uma entidade inferior, chamada Demiurgo. Dessa forma, herdaram todas as imperfeições desse Demiurgo e, por isso, todas as coisas materiais são imperfeitas e incapazes de salvação.

Ensinavam que o deus da bíblia hebraica – o Demiurgo, que havia criado o mundo - era severo e cruel. Por isso os gnósticos rejeitavam todo o Antigo Testamento. Acima do Demiurgo – que é

o deus mau - está o Deus “bom”, que é o Pai de Jesus, o deus maior e perfeito. Para encontrá-lo, ou seja, para obter a salvação era necessário afastar-se de toda a matéria (incluindo a carne do homem) e que essa salvação só atingiria o intelecto.

O deus perfeito e bom, por compaixão à humanidade, enviou a seu Filho Jesus para mostrar aos homens o caminho à salvação. E já que a carne é corrupta por natureza, Jesus, na realidade, nunca chegou a ser verdadeiro homem, pois nele nada é mau pode existir.

Os docetistas, que eram um dos grupos gnósticos, ensinavam que o Filho de Deus só tinha assumido a carne em aparência ou ilusão, e não realmente. Outros gnósticos afirmavam que houve um homem real chamado Jesus, e que seu corpo foi possuído e usado pelo Filho de Deus, que o abandonou na morte na cruz.

A maioria dos grupos gnósticos repudiavam o batismo, a comunhão e outros sacramentos, considerando-os ineficazes, e não aceitavam a ressurreição do corpo. Os gnósticos insistiam que os o verdadeiro conhecimento (gnose) dos Apóstolos tinha sido revelado de forma secreta a uns poucos seguidores de seus círculos mais íntimos e que sem este conhecimento os homens não podem ser salvos.

Os Apóstolos já alertavam contra os perigos dos gnósticos em seus escritos:

Ó Timóteo, guarda o bem que te foi confiado! Evita as conversas frívolas e mundanas, assim como as contradições de pretensa ciência. Alguns, por segui-las, se transviaram da fé. A graça esteja convosco. (1Tm 6,20s)

Procura esquivar-te das conversas frívolas dos mundanos, que só contribuem para a impiedade. As palavras dessa gente destroem como a gangrena. Entre eles estão Himeneu e Fileto, que se desviaram da verdade dizendo que a ressurreição já aconteceu e transtornaram a fé em alguns. (2Tm 2,18)

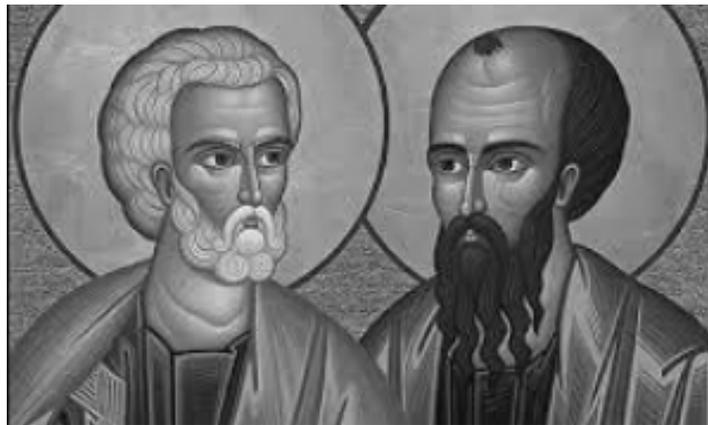
Porque há muitos por aí, de quem repetidas vezes vos tenho falado e agora o digo chorando, que se portam como inimigos

da cruz de Cristo, cujo destino é a perdição, cujo deus é o ventre, para quem a própria ignomínia é causa de envaidecimento, e só têm prazer no que é terreno. (Fl 3,18s)

Todo espírito que não proclama Jesus esse não é de Deus, mas é o espírito do Anticristo de cuja vinda tendes ouvido, e já está agora no mundo. (1Jo 4,3)

Assim como houve entre o povo falsos profetas, assim também haverá entre vós falsos doutores que introduzirão disfarçadamente seitas perniciosas. Eles, renegando assim o Senhor que os resgatou, atrairão sobre si uma ruína repentina. Muitos os seguirão nas suas desordens e serão deste modo a causa de o caminho da verdade ser caluniado. Movidos por cobiça, eles vos hão de explorar por palavras cheias de astúcia. Há muito tempo a condenação os ameaça, e a sua ruína não dorme. (2Pe 2,1-3)

Pois certos homens ímpios se introduziram furtivamente entre nós, os quais desde muito tempo estão destinados para este julgamento; eles transformam em dissolução a graça de nosso Deus e negam Jesus Cristo, nosso único Mestre e Senhor. (Jd 1,4)



Pedro e Paulo, Apóstolos

Os gnósticos também foram os responsáveis pela grande maioria dos escritos apócrifos[107] que apareceram nos primeiros séculos do cristianismo, usando alguns artifícios para conceder a tais obras uma aparência de autoridade, seja misturando fatos canônicos da vida e dos ensinamentos de Jesus com seus

ensinamentos hereges, seja atribuindo a autoria de seus livros a Apóstolos ou outros personagens bíblicos.

Entre tais apócrifos estão, por exemplo, Atos de Pedro, Atos de João, Atos de André, Evangelho de Pedro, Evangelho de Tomé, Evangelho de Filipe, Apocalipse de Pedro, Epístola de Pedro a Filipe, Pistis Sophia (Fé e Sabedoria), Diálogo do Salvador etc. Tais escritos causavam grande confusão e desvios entre os fiéis e mesmo entre o clero.

A solução para essa confusão – algumas Igrejas particulares[108] adotavam este, mas não aquele livro; ou rejeitavam um livro que era adotado por outras – e para os desvios da doutrina que provocava começou a ser buscada pela Igreja já no século II, com a edição de cânones, ou seja, de listas dos livros inspirados. Todavia, apenas no século XVI, no Concílio de Trento (1545 a 1563), a Igreja “fechou a questão” quanto o Canon bíblico, ou seja, estabeleceu de forma dogmática, isto é, de forma oficial e definitiva, quais livros eram inspirados[109] (ver texto no Apêndice deste livro).

Manter a unidade

As disputas com os judeu-cristãos e com os gnósticos provocaram nos cristãos uma visão muito clara do que já vinham alertando o Senhor e, após Ele, os Apóstolos: a necessidade de manter a unidade.

Rogo-vos, irmãos, pelo nome de nosso Senhor Jesus Cristo, que digais todos o mesmo e que entre vós não haja cismas, mas sede perfeitos no mesmo espírito e no mesmo parecer. (1Co 1,10)

A forma de garantir essa unicidade na diversidade de origens dos recém-convertidos, oriundos de muitos povos (Partos, medos, elamitas; os que habitam a Macedônia, a Judéia, a Capadócia, o

Ponto, a Ásia, a Frígia, a Panfília, o Egito e as províncias da Líbia próximas a Cirene; peregrinos romanos, judeus ou prosélitos, cretenses e árabes. Cf. At 2,9-11a) era o estabelecimento de regras para a fé, o que pode ser percebido já nos primeiros escritos cristãos, tanto os neotestamentários, quanto os primeiros textos apologéticos.

Todos e cada um em particular, haveis de formar um coro que, na harmonia de vossa consonância, assumindo na unidade o tom de Deus, canteis em uma só voz um hino ao Pai, por Jesus Cristo, para que vos escute e reconheça por vossas boas obras, como membros de seu Filho. É, pois, útil para vós estar em irrepreensível unidade, para participar sempre de Deus. (Inácio de Antioquia, Epístola aos Efésios 4)

[Estar na Igreja] nos permite ver que uma só e mesma é a fé de todos, porque todos creem num só e mesmo Deus Pai, admitem a mesma economia da encarnação do Filho de Deus, reconhecem o mesmo dom do Espírito, meditam nos mesmos preceitos, observam a mesma forma de organização da Igreja, aguardam a mesma vinda do Senhor, e esperam a mesma salvação do homem todo, ou seja, da alma e do corpo. (Ireneu de Lyon, Contra as Heresias 5,20,1)

A realidade que os dogmas iriam assumir muitos anos depois, ou seja, o sentido como hoje os conhecemos, já estava presente no cotidiano dos Apóstolos e seus primeiros sucessores. A preocupação de zelar pela pureza da fé cristã nunca deixou de existir, assim como a certeza cristalina de que essa doutrina deve permanecer fiel aos exatos ensinamentos, atos e palavras do Senhor, que a deixou, como presente aos homens, aos cuidados da Igreja, sendo inadmissível que venha a ser distorcida por ideias estranhas. Eis aí a semente dos dogmas.

De fato, não há dois (evangelhos): há apenas pessoas que semeiam a confusão entre vós e querem perturbar o Evangelho de Cristo. Mas, ainda que alguém - nós ou um anjo baixado do

céu - vos anunciasses um evangelho diferente do que vos temos anunciado, que ele seja anátema. Repito aqui o que acabamos de dizer: se alguém pregar doutrina diferente da que recebestes, seja ele excomungado! (Gl 1, 7-9)

Em Atos 16,4 a palavra dogma (que é usada no original em grego) aparece com o sentido de decisão. A decisão do “concílio” de Jerusalém tinha força normativa, devia ser observada pelos cristãos.

Nas cidades pelas quais passavam, ensinavam que observassem **as decisões** que haviam sido tomadas pelos Apóstolos e anciãos em Jerusalém. (At 16,4)

Dissemos, no início deste capítulo, que a proclamação dos dogmas seria desnecessária e certamente não ocorreria se não houvesse as heresias. Acredito que os leitores já devem estar formando suas próprias conclusões a respeito dessa nossa afirmação, certo?

Se a doutrina da Igreja fosse simples e não sofresse o assédio de proposições heréticas, nossa fé não seria tão clara e aprofundada. Quem tomaria consciência de que a luz é boa se não sentíssemos os limites da noite? A doutrina católica é assediada por contradições (...) a fim de que a nossa fé não caia na sonolência do ócio, mas seja fortalecida pelo exercício. Eis por que o Apóstolo dizia: ‘É necessário que haja heresias’ (1Co 11,19). (Orígenes de Alexandria, Homilia sobre Números 9,1)
Vejam, pois, caríssimos, quão proveitosos são os hereges para o serviço de Deus, que usa bem dos maus (...) Os hereges, impugnando a Igreja para induzir ao erro, contribuem para o encontro da verdade. A verdade seria procurada com menos vigor se não houvesse adversários do erro. É o que diz São Paulo em sua primeira carta aos Coríntios. (Agostinho de Hipona, Sermão 51,11)

Ainda vamos continuar com o assunto, mas terminamos este capítulo com uma citação do Monsenhor Cristiani, teólogo que escreveu o livro “Breve História das Heresias”.

A Igreja primitiva precisou da maravilhosa assistência do Espírito Santo para não submergir, desde o início, nessas especulações aventureiras e pretensiosas [dos gnósticos]. O gnosticismo prestou um serviço providencial à Igreja. Obrigou os fiéis a cerrar fileiras em torno dos pastores e principalmente em torno do Bispo, representante de Cristo e sucessor dos Apóstolos, em cada Igreja particular. [\[110\]](#)

No próximo capítulo continuaremos apresentando, de maneira sintética, as principais heresias com as quais a Igreja e seu Magistério tiveram que se defrontar – e vencer – para garantir a integridade da Revelação divina a eles confiada.

Capítulo VI: Ainda as heresias

Estão prontos os preparativos da guerra contra nós. Os espíritos estão aguçados contra nós, e as línguas caluniadoras lançam suas flechas com maior intensidade do que a empregada ao apedrejar Estêvão aqueles que odiavam os cristãos. Mas, não se escondam! Efetivamente, pretexto para a guerra somos nós, mas na verdade o alvo em mira está mais alto. Contra nós, de fato, se preparam os mecanismos de guerra e as ciladas, e estimulam-se mutuamente ao esforço de dar cada qual o que possui em experiência e coragem. Mas é a fé que é combatida. Meta comum de todos os adversários, inimigos da sã doutrina, é abalar o fundamento da fé em Cristo, arrasando, fazendo desaparecer a Tradição Apostólica. (São Basílio Magno Tratado sobre o Espírito Santo)

Os judaizantes tinham sido superados, a Igreja ainda se via às voltas com as diversas seitas gnósticas, mas novas heresias iam surgindo. Essas primeiras heresias, mais do que a divindade de Jesus Cristo, negavam sua humanidade verdadeira (a exemplo do docetismo gnóstico).

Apenas em 325, com o I Concílio Ecumênico de Nicéia, a Igreja estabeleceu de forma definitiva dogma de que o Filho de Deus é “gerado, não criado, consubstancial ao Pai”, contra aqueles que afirmavam que “o Filho de Deus veio do nada” e, ainda, que ele seria “de uma substância diferente da do Pai”.

A partir de Nicéia, essa fórmula foi confessada na forma de um Credo, ou seja, uma fórmula simplificada dos principais artigos de fé da doutrina revelada, que de certa forma reeditava o querigma, agora com elementos filosóficos. Mas a posição ortodoxa, estabelecida desde os tempos apostólicos, sempre ensinou a verdadeira Encarnação do Filho de Deus, que, efetivamente, “veio na carne”.

A crença de que o Verbo de Deus, o Filho, através do

Espírito Santo, havia efetivamente assumido a condição humana, isto é, tinha encarnado e se tornado homem, antecedia Nicéia, pois desde sempre, desde os Apóstolos, passando pelos Primeiros Padres, a identidade entre Jesus Cristo, o Filho, e Deus Pai foi anunciada. Apenas não havia **ainda** sido proclamada de modo formal, como o foi naquele Concílio.

Eu e o Pai somos um. (Jo 10,30)

Se me conhecêsseis, também certamente conheceríeis meu Pai; desde agora já o conheceis, pois o tendes visto. Disse-lhe Filipe: Senhor, mostra-nos o Pai e isso nos basta. Respondeu Jesus: Há tanto tempo que estou convosco e não me conhecestes, Filipe! Aquele que me viu, viu também o Pai. Como, pois, dizes: Mostra-nos o Pai... Não credes que estou no Pai, e que o Pai está em mim? As palavras que vos digo não as digo de mim mesmo; mas o Pai, que permanece em mim, é que realiza as suas próprias obras. Crede-me: estou no Pai, e o Pai em mim. Crede-o ao menos por causa destas obras. (Jo 14, 7-11)

Sendo ele de condição divina, não se prevaleceu de sua igualdade com Deus. (Fl 2,6)

Respondeu-lhes Jesus: Em verdade, em verdade vos digo: antes que Abraão fosse, eu sou. (Jo 8,58)

Temos que lembrar que, nesta época, ou seja, a partir dos últimos anos do século I, e certamente dos primeiros anos do século II, os Apóstolos já haviam nos deixado, e a cristandade estava a cargo de seus sucessores, os Bispos, sempre em comunhão entre eles e com o Bispo de Roma.

Termina o tempo da Igreja dos Apóstolos, e começa o tempo da Igreja Apostólica e com ela começa a Tradição Apostólica.

Inácio, também chamado Teóforo, àquela que é bendita em grandeza na plenitude de Deus Pai, predestinada antes dos séculos a existir em todo o tempo, unida para uma glória imperecível e imutável, e eleita na Paixão verdadeira, pela vontade do Pai e de **Jesus Cristo nosso Deus** à Igreja digna de

bem-aventurança, que vive em Éfeso da Ásia, todos os bens em Jesus Cristo e os cumprimentos numa alegria impoluta.

Pois **nosso Deus, Jesus Cristo**, tomou carne no seio de Maria segundo o plano de Deus, sendo de um lado descendente de Davi, provindo por outro do Espírito Santo. Nasceu, foi batizado, para purificar a água pela sua Paixão. (Inácio de Antioquia, trechos da Carta aos Efésios)

A proclamação formal (dogmática) da divindade de Cristo decorreu da necessidade de encerrar uma discussão teológica na qual alguns Bispos, em especial Ário (ou Arius), afirmavam que Cristo não era Deus, mas uma criatura criada por Deus.

Como prometido no capítulo anterior, vamos passar a apresentar, de maneira muito breve, as principais heresias que ameaçaram a integridade e a continuidade de nossa fé cristã, e com as quais a Igreja e seu Magistério se defrontaram nos primeiros séculos do cristianismo.

Porque virá tempo em que os homens já não suportarão a sã doutrina da salvação. Levados pelas próprias paixões e pelo prurido de escutar novidades, ajustarão mestres para si. Apartarão os ouvidos da verdade e se atirarão às fábulas. (2Tm 4,3s)

Reconhecei que a longa paciência de nosso Senhor vos é salutar, como também vosso caríssimo irmão Paulo vos escreveu, segundo o dom de sabedoria que lhe foi dado. É o que ele faz em todas as suas cartas, nas quais fala nestes assuntos. Nelas há algumas passagens difíceis de entender, cujo sentido os espíritos ignorantes ou pouco fortalecidos deturpam, para a sua própria ruína, como o fazem também com as demais Escrituras. Vós, pois, caríssimos, advertidos de antemão, tomai cuidado para que não caiais da vossa firmeza, levados pelo erro destes homens ímpios. (2Pe 3,15-17)

As principais heresias “cristãs”

Só há uma Igreja antiga e é a Igreja Católica. Das heresias, umas se chamam pelo nome dos homens que as fundaram:

Valentino, Marcião, Basílides etc.; outras, pelo lugar de onde vieram, como os peráticos; outras, do povo, como a heresia dos frígios; outras, de alguma operação, como os encratistas; outras, de seus próprios ensinamentos, como os docetas, os hematistas. (Clemente de Alexandria, Stromata 1,7,15)

O ebionismo (século I e seguintes): formavam uma seita organizada de cristãos judaizantes que insistia que os cristãos deveriam seguir a lei mosaica e os costumes e ritos religiosos judaicos. Para eles, Jesus era o Messias prometido, mas não era Deus. Tiago, primeiro líder da Igreja de Jerusalém era reverenciado, mas Paulo de Tarso era considerado um apóstata da lei (mosaica). Eram, por motivos óbvios, rejeitados tanto pelos cristãos (pois não deixaram de ser “judeus”) quanto pelos judeus (por que se tornaram cristãos). Há registros da seita até o ano de 375, em Chipre, quando desapareceram da história.

O gnosticismo, como vimos no capítulo anterior, foi a primeira grande heresia que o cristianismo primitivo enfrentou. Na realidade, sob esse nome são reunidos diversas seitas e mestres (entre eles Cerinto, Saturnino, Basílides, Marco, Carpócrates e Valentim), que tinham em comum o ensino de que os homens e o mundo não foram criados pelo Pai de Jesus, e sim pelo Demiurgo, um anjo malvado ou uma deidade inferior, que era o deus severo e cruel do Antigo Testamento.

Em razão de serem criados pelo Demiurgo, que era imperfeito (ao contrário de Deus, que é perfeito) todas as coisas materiais, inclusive a carne (corpo) do homem são igualmente imperfeitas e incapazes de levar à salvação.

Para levar os homens à salvação, o Deus “bom” enviou seu filho Jesus. Mas Jesus não veio na carne (que era má e corrupta) e não era verdadeiro homem, apenas tinha a aparência de ser humano.

Outros gnósticos preferiam dizer que Jesus era um homem

comum, mas seu corpo foi possuído e usado pelo Filho de Deus, até a crucificação, quando o abandonou e o deixou morrer na cruz.

Quase todos as seitas gnósticas rejeitavam os sacramentos e a doutrina da ressurreição do corpo (que é mal e corrupto). A maioria dos mestres gnósticos afirmavam que os Apóstolos tinham recebido de Jesus, e revelado apenas a alguns poucos amigos mais íntimos, vários conhecimentos que permaneciam desconhecidos da maioria das pessoas. Esse ensinamentos secretos, a gnose, e não os ensinamentos da Igreja, eram os únicos que levariam à salvação.

O marcionismo (Século II): Heresia criada e disseminada a partir de Roma por Marcião de Sinope, por volta do ano 144, com muitos princípios adotados do gnosticismo. Marcião foi um dos principais hereges do segundo século, tendo fundado sua própria igreja, foi um dos principais mestres hereges do segundo século. Das escrituras aceitava apenas o Evangelho de Lucas e os escritos de Paulo, mesmo assim com alterações que ele mesmo realizou para ajustar os textos sagrados às suas doutrinas, dando origem ao Evangelho de Marcião. Suas ideias sobreviveram por mais de três séculos, em especial no Oriente.

O docetismo (século II): a palavra vem do grego δοκέω (dokeo), “parecer”. Essa corrente de pensamento, que não chegou a dar origem a uma seita propriamente dita, defendia a crença de que o corpo físico de Jesus era apenas uma ilusão, assim como sua crucificação, ou seja, Jesus apenas parecia ter um corpo físico e morreu fisicamente, mas, na realidade, como ele era imaterial (puramente espírito), não poderia morrer fisicamente.

O Docetismo foi rejeitado pelo cristianismo ortodoxo, vindo a desaparecer durante o primeiro milênio. A principal refutação a essa doutrina está em Jo 1,14 que afirma, sem margem a dúvidas, que “*o Verbo se fez carne*”.

O docetismo tem berço nas mesmas ideias gnósticas, para quem o mundo material (do qual faz parte o corpo) era mau e

corrompido. Foi condenado como heresia no Concílio Ecumênico de Calcedônia.

O montanismo (entre o fim do século II e o início do III): Montanus, de Hierápolis (Egito), era um cristão fervoroso, que pregava a penitência. Era apaixonado pelas passagens do Evangelho de João que tratavam da vinda do Espírito Santo. Terminou considerando a si mesmo como inspirado diretamente pelo Espírito, do qual era um instrumento direto e, sendo assim, seus ensinamentos e ele próprio estavam acima da Igreja, e que esta não tinha poder para perdoar pecados mortais. Ele se julgava “o Pai, o Filho e o Espírito Santo”.

O montanismo enfatizava os dons sobrenaturais, como o falar em línguas e as profecias extáticas, a castidade (proibiam o casamento), a prevenção do pecado e a disciplina (de forma extremamente exagerada). Ensinavam que a volta de Cristo era eminente, e que estabeleceria seu reino (conforme predito no Apocalipse) por mil anos (milenarismo).

Os Bispos ortodoxos tentaram, sem sucesso, reconduzir os montanistas ao bom senso e à doutrina cristã sadia. Espalhou-se rapidamente para outras regiões do Império Romano, em razão da tolerância romana. Após a cristianização do Império, ainda resistiu em alguns lugares até os meados do século VIII.

O adocionismo (final do século II): Segundo os que defendiam essa heresia, Cristo recebeu o título de Filho de Deus por ter sido adotado por Deus, mas não era gerado por Deus, ou seja, filho de verdade. Dessa foram, o adocionismo, ao mesmo tempo, negava a Trindade, a divindade de Cristo e a encarnação do Verbo de Deus. O heresiarca adocionista Teódoto foi condenado pelo Papa Vitor I, por volta do ano 190.

O maniqueísmo (século III): iniciada por Manes, ou Maniqueu (que viveu entre, aproximadamente, 216 a 276 d.C.), como uma seita religiosa de princípios gnósticos na Pérsia.

Espalhou-se para o oriente e para ocidente como uma heresia cristã. Pregava a existência de dois princípios ou divindades (o dualismo), sem origem, auto existentes e opostas: Deus, que é o bem e a Matéria, que é o mal.

Ensinava que o alma do homem é uma porção da luz, vinda do Deus bom, mas o corpo é parte da escuridão (da Matéria, o mal). O Deus bom enviou seu Filho para a salvação do alma.

Arquelao perguntou: Não és tu da opinião de que Jesus nasceu da virgem Maria? Manes replicou: “Deus me proibiu admitir que nosso Senhor Jesus Cristo veio a nós por meio do ventre natural de uma mulher.” Discussão entre Arquelao e Manes. (320 d.C.) (Arquelao:) Se tua afirmação é verdade que o Filho não nasceu, então indubitavelmente Ele não sofreu. Porque não é possível que alguém sofra sem ter nascido. No entanto, se Ele não sofreu, então o nome da cruz é eliminado. E se a cruz não foi sofrida, então Jesus não se levantou dos mortos. E se Jesus não se levantou dos mortos, então também não ressuscitará nenhuma pessoa. E se ninguém tem de ressuscitar, então não terá um Juízo. (Do escrito do ano de 320 d.C., Discussão entre Arquelao e Manes)

O sabelianismo ou monarquismo (século III): Não há Trindade, só o Pai. A unidade de pessoa nada mais é do que a unidade de natureza em Deus. Só Deus Pai é o “monarca”, do grego *monos archon*, que significa “governante único”. Em razão de os sabelianos propagarem que “Só admitiam a monarquia” o movimento recebeu também o nome de Monarquismo.

Os monarquistas defendiam seu “dogma”, provando que Deus é um, e não trino, usando a lei de Moisés, que diz “Eu sou o Deus de teus pais; não terás outros deuses adiante de mim.” E, ainda, outro trecho em que Deus diz, de si mesmo, “Eu sou o primeiro e o último. E a parte de mim, não há outro.”

Sabélio foi a principal personagem dessa tendência herética, a

partir de 210. Os nomes de Pai, Filho e Espírito Santo, usados pela Igreja desde os seus princípios, eram, para os sabelianos, apenas três títulos ou aspectos diferentes atribuídos ao Pai, que existem apenas em referência ao relacionamento de Deus com o homem, mas nunca três pessoas distintas.

Foi o Pai que se encarnou, foi o Pai que nasceu e passou a ser chamado de Filho ser deixar de ser o Pai. Foi o Pai que pregou, sofreu a paixão, morreu e ressuscitou. Por este detalhe, os sabelianos foram chamados de *patri-passiens* (o Pai que sofreu a paixão). Receberam ainda o nome de modalistas, pois defendiam que as três pessoas da Trindade eram apenas modos de expressão referentes ao Pai.

Paulo Samosata, um Bispo do século III, professou simultaneamente o sabelianismo e o adocionismo, apesar das contradições entre ambos, defendendo a tese de que Jesus Cristo era um simples filho adotivo de Deus. Foi condenado em 268, no concílio de Antioquia.

O subordinacionismo (século III): Surgiu como resultado extremo de uma reação ao sabelianismo que, para distinguir as pessoas da Trindade, declaravam que o Filho era inferior ao Pai. Ou seja, o Filho era subordinado ao Pai. Esse novo erro daria, no século seguinte, argumentos ao Arianismo, uma heresia que se mostraria ainda muito mais perigosa.

O Arianismo (século IV): Foi uma das maiores heresias que a Igreja teve que confrontar. Foi iniciado por Ário (c. 250–336), um sacerdote que viveu e ensinou em Alexandria (Egito).

Ário ensinava que Cristo era digno de toda honra, mas não era Deus e sim uma criatura feita por Deus. Disfarçava essa ideia fazendo uso de argumentos ortodoxos, o que confundiu muita gente, inclusive vários religiosos, havendo muitos Bispos entre esses.

Assim raciocinava: “Deus é um só e eterno. O Verbo (Logos)

é a sua primeira criatura, criada do nada. Deus cria o mundo através do Verbo. Tendo sido criado antes de todas as coisas, o Verbo lhes é superior, mas só pode ser chamado de Deus enquanto criador do mundo”.

É o retorno ao subordinacionismo. Mas também ao adocionismo, já que é o Verbo, e não Deus, que vem “se fazer carne” no ventre da Virgem Maria. Mas se fez apenas carne, e não alma, portanto não era um homem, pois o Verbo é que desempenha função da alma.

O Arianismo foi solenemente condenado no ano 325 pelo Primeiro Concílio de Nicéia, o qual definiu os dogmas da divindade de Cristo e da consubstancialidade, ou seja, a perfeita igualdade entre o Filho (Verbo) e o Pai. Dos mais de 300 Bispos presentes no concílio, apenas dois – entre eles Ário, que terminou excomungado - se recusaram a assinar o símbolo de fé votado e aprovado no concílio (o Símbolo ou Credo de Nicéia). Nova condenação ocorreu no Primeiro Concílio de Constantinopla, em 381, que definiu a divindade do Espírito Santo.

O macedonismo (século IV): conhecido também como *pneumatomachi* (os combatentes do espírito), foi iniciado pelo Bispo Macedônio I, de Constantinopla, e negava a divindade do Espírito Santo, que teria sido apenas um servo do Pai e do Filho, criado pelo Filho.

O apolinarismo (século IV): o Bispo Apolinário de Laodicéia (c.310-390) foi defensor do Credo niceno contra os arianos, mas afirmava que em Cristo a natureza humana carecia de alma humana. O Logos de Deus (Jo 1,14) faria as vezes de alma humana em Jesus, assumindo as funções vitais do homem Jesus.

As duas naturezas completas, divina e humana, de não poderiam tornar-se um ser único; se Jesus as tivesse, Ele teria duas pessoas ou dois eu - o que seria monstruoso. Além disto, dizia, onde há um homem completo, há também o pecado; ora o pecado

tem origem na vontade; por conseguinte, Jesus não podia ter vontade humana nem a alma espiritual, que é a sede da vontade.

As sucessivas condenações às suas ideias (362, num sínodo de Alexandria; 377 e 382, pelo Papa Dâmaso e, por fim, em 381, pelo Concílio de Constantinopla I) levaram Apolinário a retrata-se em parte, mas continuou negando a presença de mente humana em Jesus.

Os apologetas da época (em especial Gregório de Nissa) combateram tal ideia com o princípio: “O que não foi assumido pelo Verbo, não foi redimido”. Se Deus quis santificar e salvar a natureza humana tanto pelo mistério da Encarnação quanto pela união da Divindade com a humanidade; se a humanidade estivesse mutilada em Jesus, ela não seria salva integralmente.

O pelagianismo (século V): Pelagius (c. 354 a 420/440), um monge gaulês, orador eloquente e muito respeitado, reuniu vários seguidores. Seus ensinamentos negavam a doutrina da Igreja sobre o pecado original, dizendo que nos tornamos pessoalmente pecadores em razão de termos nascido em solidariedade com uma comunidade pecadora a qual nos dá maus exemplos. E, se negava havermos herdado o pecado de Adão, igualmente negava sermos herdeiros da santidade em razão morte de Cristo na cruz, pois o que nos torna pessoalmente justos é a instrução e a imitação do exemplo de Cristo e da comunidade cristã. Em resumo, o homem pode chegar ao céu por seus próprios esforços, sem a graça de Deus, que apenas pode facilitar esse difícil caminho. Pregou e divulgou essa heresia por meio de muitos escritos, o que acabou culminando excomunhão dele e de vários de seus seguidores. Foi condenado em 431, no Concílio de Éfeso. Também os semipelagianos, que tinham ideias próximas aos pelagianos, foram condenados nos Sínodos de Orange, de 441 e 539.

O nestorianismo (século V): Nestório (c. 386-451), Bispo de Constantinopla, negava a Maria o título de Theotokos (‘Mãe de

Deus’, em grego), alegando que Maria deu origem apenas à pessoa humana de Cristo em seu útero. Por isso propunha que a honrássemos com o título de Christotokos (‘Mãe de Cristo’). Essa heresia implicava, como foi logo percebida pelos teólogos da época, que o próprio Cristo se dividia em duas pessoas completamente distintas, a humana, cuja origem era o útero humano de Maria, e uma divina, originada pelo Espírito Santo, unidas apenas circunstancialmente.

Essa doutrina herética, que contrariava a verdade reconhecida de ser o Cristo uma **única** pessoa divina, e não duas, possuidora, simultaneamente, de duas naturezas, a humana e a divina (“verdadeiro Deus e verdadeiro homem”), foi condenada como herética no Concílio ecumênico de Éfeso (em 431), onde esse definiu que Maria é, em verdade, Mãe de Deus, pois realmente carregou em seu útero o Deus Encarnado.[\[111\]](#)

A condenação a essa heresia gerou um conflito que deu origem ao “cisma nestoriano”, separando da Igreja Católica (bizantina) a Igreja Assíria do Oriente.

O monofisismo (século V): inicialmente apareceu como uma reação ao Nestorianismo. Os monofisistas (ou eutiquianos), liderados por Eutiques, para combater a heresia nestoriana de que Cristo era duas pessoas com duas diferentes naturezas (divina e humana), desenvolveram uma tese diametralmente oposta, de que Cristo era uma só pessoa com uma só natureza, que fundia elementos divinos e humanos. O termo monofisista, como passaram a ser reconhecidos os defensores dessa nova heresia, deriva de sua alegação de que Cristo possuía apenas uma natureza (do grego *mono* um, e *physis* = natureza).

Os ortodoxos perceberam de imediato que o Monofisismo era tão ou mais perigoso para a verdadeira fé do que o Nestorianismo, porque negava simultaneamente tanto a completa humanidade como a completa divindade de Cristo. Se Cristo não possuía a

natureza humana em sua plenitude então Ele não poderia ser verdadeiramente homem e se Ele não possuía a natureza divina em plenitude, então Ele também não era verdadeiramente Deus.

Eutiques foi excomungado em 448 e o Monofisismo rejeitado em 451, no Concílio de Calcedônia.

O Iconoclastismo (séculos VI e VII): os iconoclastas, palavra cujo sentido literal significa “destruidores de ícones” eram pessoas que alegavam que era pecado representar Deus, Jesus Cristo, Maria ou os anjos e santos através de ícones, pinturas ou esculturas de qualquer espécie. Os iconoclastas invadiam igrejas, catacumbas, cemitérios e destruíam todas as imagens que encontravam. Em defesa de sua crença alegavam que a Sagrada Escritura considera idolatria o culto ou veneração de imagens.

O cristianismo adotou a veneração de imagens de Jesus, da Virgem Maria e dos Apóstolos e santos desde os seu primeiros dias, seja através de imagens estilizadas (o peixe, por exemplo, para o cristo) ou de figuras humanas. Os Padres da Igreja apoiavam essa veneração e os templos religiosos passaram a ostentar nas suas paredes e altares figuras e esculturas de santos.

Os primeiros movimentos iconoclastas surgiram no século VI, na esteira do monofisismo. Seu líder Severo de Antioquia era contra os ícones que representavam Jesus, a Virgem Maria e o Espírito Santo (uma pomba). Em Marselha, em 598 o Bispo Soren destruiu todas as imagens sacras. O papa Gregório Magno escreveu uma carta ao Bispo elogiando a sua atitude contra a superstição, porém determinando a restauração dos ícones.

Para sanar as disputas, no final do século VI, o uso de ícones tornou-se oficialmente aceito pela Igreja, apesar da forte oposição dos grupos iconoclastas.

Em 726, o imperador bizantino Leão II proibiu oficialmente o uso de imagens e iniciou uma perseguição aos que professassem o seu culto. Tal perseguição recrudescer durante o reinado de

Constantino V, após o concílio de Hieria em 754, que não foi aprovado pelo rito romano do Cristianismo.

Em 787, no Segundo Concílio de Niceia, foi aprovada a veneração dos ícones e o Iconoclastismo condenado.

Como que andando pela via régia e seguindo a doutrina teológica de nossos Santos Padres e a tradição da Igreja católica – pois reconhecemos que ela é do Espírito Santo que a habita -, definimos com todo rigor e cuidado que à semelhança da representação da cruz preciosa e vivificante, assim como as veneráveis e santos ícones, quer pintados, quer em mosaico ou em qualquer outro material adequado, devem ser expostos nas santas igrejas de Deus, sobre os sagrados utensílios e paramentos, sobre as paredes e painéis, nas casas e nas ruas; tanto o ícone do Senhor Deus e Salvador nosso Jesus Cristo, como da Senhora Imaculada nossa, a santa Deípara, dos venerandos anjos e de todos os varões santos e justos. (DS 600)

O Iconoclastismo voltará algumas vezes, até desaparecer por volta de 843, para retornar na reforma e resistir, de maneira insensata, até hoje.

O **Monotelismo** (século VII): oriundo das regiões da Armênia e da Síria, por volta do ano 633, essa crença defendia que Jesus Cristo tinha duas naturezas e uma vontade, contrariando a interpretação ortodoxa da cristologia, que ensina que Jesus Cristo tem duas vontades (a humana e a divina), correspondentes a suas duas naturezas. Foi oficialmente condenado no Terceiro Concílio de Constantinopla (o sexto concílio ecumênico, 680-681).

O **Catarismo** (século XII): usando uma terminologia cristã, mas misturando elementos cristãos a vários elementos de crenças não-cristãs, como o maniqueísmo e o gnosticismo, o Catarismo (do grego *katharós*, puro) formou um movimento herético complexo, dividido em várias seitas, que tinham em comum apenas o ensinamento de que o mundo tinha sido criado por uma divindade

má (e, por isso toda matéria é má) e que por isso devemos adorar apenas a divindade do bem.

A principal das seitas do catarismo estava localizada na cidade de Albi, no sudoeste da França, razão pelo qual os cátaros eram conhecidos também pelo nome de “albigenses”.

Obviamente o casamento era proibido, embora a fornicação fosse permitida. Tremendos jejuns e severas mortificações eram praticadas e seus líderes adotavam uma vida de voluntária pobreza.

Foram condenados pelo IV Concílio de Latrão, em 1215, junto com os valdenses, outro grupo herético.

O Protestantismo (Século XVI): a chamada Reforma Protestante, ainda que tenha antecedentes, teve seu início histórico no ano de 1517, quando o frei Martinho Lutero apresentou um documento com as “95 Teses”, numa tentativa de reforma da Igreja Católica. As doutrinas protestantes, apesar da imensa quantidade de seitas existentes, podem ser resumidas em cinco pontos principais, todos em oposição ao ensino da Igreja Católica:

- *Solus Christus* ou somente Cristo. Cristo é o único mediador entre Deus e os homens. Embora os católicos também acreditem que Cristo é realmente o mediador, admite a intercessão dos santos e, principalmente, de Maria santíssima, o que é rejeitado pelos reformistas. Baseados nesse ensino, também rejeitam o primado de Pedro e o papado.
- *Sola scriptura* ou somente as Escrituras. Apenas os ensinamentos encontrados na Bíblia embasam a “teologia” protestante, sendo vinculativos. Fora da Bíblia não existe ensinamento válido. Negam que o Espírito Santo possa manifestar-se independente da Escritura. Rejeitam, portanto, a Tradição apostólica e o Magistério.

- *Sola fide* ou somente a fé. Basta ter fé para ser salvo, e a fé só tem quem a recebeu de Deus.
- *Sola gratia* ou somente a Graça. Os que serão salvos já foram escolhidos por Deus, não importando as boas obras ou orações para a salvação. A iniciativa humana em nada influencia na salvação do homem.
- *Soli Deo gloria* ou Glória somente a Deus. Rejeitam a devoção a Maria, aos anjos e aos santos.

A maioria das mais de 30 mil seitas protestantes espalhadas pelo mundo rejeitam a transubstanciação, interpretando que a Eucaristia nada mais é do que uma mera representação simbólica da última ceia. A maioria deles também são iconoclastas, isto é, rejeitam as imagens no culto.

Entre as várias seitas não existe consenso nem mesmo quanto aos princípios acima citados, que todos seguem, mas cada uma à sua própria maneira. Por exemplo, Lutero acreditava que pelo batismo a pessoa renasce e seus pecados são perdoados, mas muitos outros alegam que o batismo é meramente um símbolo e totalmente dispensável. As teses protestantes foram condenados pelo Concílio de Trento.

O **Jansenismo** (Séc. XVII): Essa heresia teve origem na França, a partir de um artigo de jornal escrito pelo Bispo de Yvres, Jansenius, Bispo de Yvres, abordando e redefinindo a doutrina sobre a graça de Santo Agostinho. Seus seguidores negavam que Cristo tenha morrido pela salvação de todos os homens, mas apenas pelos eleitos, ou seja, por aqueles que, ao fim, serão salvos. Os erros dos jansenistas foram condenados oficialmente em 1653, pelo Papa Inocêncio X.

Apesar da condenação, as ideias jansenistas ainda pode ser encontrada nas seitas tradicionalistas.

O **Modernismo** (Séc. XX): Os modernistas ensinam que não

existem verdades absolutas, pois, uma vez que o homem é incapaz de compreender a realidade, as ditas verdades são meramente ideias relativas. O que é verdade para uns, pode não ser verdade para outros. Assim, chocam-se diretamente com a doutrina da Igreja, que defende a existência da Verdade.

Para os modernistas toda e qualquer doutrina, em especial as da Igreja, pode ser questionada, já que são relativas. Assim, ao longo do tempo, podem ser modificadas, reinterpretada ou mesmo rejeitadas, conforme uma nova interpretação que as adapte às preferências e necessidades vigentes. Não existe lugar para o dogma no pensamento modernista.

O Papa Pio X considerou o modernismo como a “*síntese de todas as heresias*”. Essa heresia, que é extremamente perigosa e sedutora, vem sendo, desde o seu aparecimento, condenada sucessivamente pela Igreja Católica. O modernista tende a rejeitar qualquer doutrina definida, mesmo aquelas basilares, como a divindade e ressurreição de Cristo. É não só a reintrodução dos inúmeros erros das heresias anteriores, como também novas teorias falsas, jamais imaginadas antes.

Os erros modernistas em relação à doutrina católica são expressos de forma insidiosa, que seduz muitos fiéis e, infelizmente, muitos padres e outros religiosos. Sempre apresentada em linhas “quase” ortodoxas, apresentam sempre uma nova interpretação simbólica das verdades de fé. Por exemplo: Cristo não ressuscitou fisicamente dos mortos, mas a história de sua ressurreição produz uma importante verdade. Ou a multiplicação dos pães feita por Jesus não aconteceu realmente, sendo apenas uma mensagem que devemos repartir nossos bens.

Por que tantas heresias?

A respeito dessa quantidade heresias (e nem citamos todas!),

a pergunta que fazemos é “Por que surgiram, ao longo do tempo, e ainda hoje, tantas heresias?”, ou “Por que Deus as permite?”.

A resposta é difícil, mas talvez a Palavra de Deus não esteja suficientemente clara e dita da mesma forma para todos os homens; ou talvez ela seja suficientemente clara, mas alguns homens preferiram não segui-la. Deus certamente sabe a resposta.

As heresias surgiram junto com o cristianismo. Jesus, de fato, foi e haverá sempre de ser um motivo de contradição entre os homens (Lc 2,34). Ao brilhar nas trevas, a Luz a muitos incomoda, e esses a rejeitam (Jo 1,4s) e lutam contra ela (Ap 12,7)

O Verbo era a verdadeira luz que, vindo ao mundo, ilumina todo homem. Estava no mundo e o mundo foi feito por ele, e o mundo não o reconheceu. Veio para o que era seu, mas os seus não o receberam.” (Jo 1,9-11)

Os Apóstolos, principalmente Paulo, alertaram seu discípulos e sucessores para a presença desses inimigos da Verdade:

Cuidai de vós mesmos e de todo o rebanho sobre o qual o Espírito Santo vos constituiu Bispos, para pastorear a Igreja de Deus, que ele adquiriu com o seu próprio sangue. Sei que depois da minha partida se introduzirão entre vós lobos cruéis, que não pouparão o rebanho. Mesmo dentre vós surgirão homens que hão de proferir doutrinas perversas, com o intento de arrebatarem após si os discípulos. (At 20,28-30)

Como recebestes o Senhor Jesus Cristo, vivei nele, enraizados e edificados nele, inabaláveis na fé em que fostes instruídos, com o coração a transbordar de gratidão! Estai de sobreaviso, para que ninguém vos engane com filosofias e vãos sofismas baseados nas tradições humanas, nos rudimentos do mundo, em vez de se apoiar em Cristo. (Cl 2,6-8)

Torno a lembrar-te a recomendação que te dei, quando parti para a Macedônia: devias permanecer em Éfeso para impedir que certas pessoas andassem a ensinar doutrinas extravagantes. (1Tm 1,3)

A existência das heresias, era (e ainda é), portanto, inevitável, mas, é fato é que o seu surgimento acabou tendo uma relativa importância para a Igreja (Eis um mistério: até do mal Deus pode fazer o bem!). Ao combater essas heresias ao longo desses 2000 anos, a Igreja experimentou momentos de grande fecundidade. As controvérsias apaixonadas fizeram surgir homens igualmente apaixonados – Papas, Bispos, Padres, leigos – que construíram, com suas apologias e teses, um imenso aprofundamento de nossa doutrina cristã.

Se a doutrina da Igreja fosse simples e não sofresse o assédio de proposições heréticas, nossa fé não seria tão clara e aprofundada. Quem tomaria consciência de que a luz é boa se não sentíssemos os limites da noite? A doutrina católica é assediada por contradições (...) a fim de que a nossa fé não caia na sonolência do ócio, mas seja fortalecida pelo exercício. Eis por que o Apóstolo dizia: ‘É necessário que haja heresias’. (Orígenes de Alexandria, Homilia sobre Números 9,1)

Equilibrando-se, muitas vezes, entre erros os mais variados, às vezes opostos e extremos, pressionada pelo poder secular, a Igreja saiu mais fortalecida em sua fé, mantendo-se em contínuo movimento e progredindo tanto em dogmas quanto em moral. É assim até hoje, mas a Igreja sempre soube que é guiada pelo Espírito Santo, que nela habita, e que a inspira a mudar sempre, para continuar sendo sempre a mesma.

Vejam, pois, caríssimos, quão proveitosos são os hereges para o serviço de Deus, que usa bem dos maus (...) Os hereges, impugnando a Igreja para induzir ao erro, contribuem para o encontro da verdade. A verdade seria procurada com menos vigor se não houvesse adversários do erro. É o que diz São Paulo em sua primeira carta aos Coríntios. (Agostinho de Hipona, Sermão 51,11)

Capítulo VII: O que é Excomunhão

Repetimos várias vezes, e ainda vamos voltar a repetir que o dogma é a Palavra de Deus, escrita ou transmitida, que é definida pela Igreja, de forma solene ou pelo Magistério ordinário e universal, como verdade divinamente revelada e, portanto, de crença e observação obrigatória pelos fiéis católicos.

Mas o que acontece se um desses fiéis católicos deixar de observar um dos dogmas da Igreja Católica?

O Código de Direito Canônico

Poucos sabem, mas os católicos têm leis, além das divinas, que formam um Código de Direito Canônico.

Esse Código é, para nós católicos, o que a Constituição Federal, o Código Civil e o Código Penal são para o Brasil.

É o Código de Direito Canônico que estabelece como a Igreja organiza suas estruturas visíveis e o exercício das funções que lhe foram confiadas diretamente por Jesus Cristo (o exercício do poder sagrado de ligar e desligar, e da administração dos sacramentos).

Como corpo social, o Direito Canônico é essencial, pois o conjunto dos católicos forma um corpo social e visível, que deve ser orientado por normas sociais (além das sobrenaturais).

(...) Surge agora uma outra questão sobre a natureza do próprio Código de Direito Canônico. (...) Embora São Paulo, ao expor o mistério pascal, ensine que a justificação não se obtém pelas obras da Lei mas pela fé (cf. *Rm* 3, 28; cfr. *Gl* 2, 16), todavia, com isto não exclui a obrigatoriedade do Decálogo (cf. *Rm* 13, 8-10; *Gl* 5, 13-25; 6, 2), nem nega a importância da disciplina na Igreja de Deus (cf. *1Co* 5-6). (...) o Código de modo algum tem o objetivo de substituir a fé, a graça, os carismas e principalmente a caridade na vida da Igreja ou dos fiéis. Pelo contrário, o seu fim é antes o de criar tal ordem na sociedade

eclesial que, atribuindo a primazia ao amor, à graça e aos carismas, torne ao mesmo tempo mais fácil o seu desenvolvimento ordenado na vida quer da sociedade eclesial, quer também de cada um dos homens que dela fazem parte.

O Código, como principal documento legislativo da Igreja, baseado na herança jurídica e legislativa da Revelação e da Tradição, deve considerar-se o instrumento indispensável para assegurar a ordem tanto na vida individual e social, como na própria atividade da Igreja. Por isso, além de conter os elementos fundamentais da estrutura hierárquica e orgânica da Igreja, estabelecidos pelo seu Divino Fundador ou baseados na tradição apostólica ou na mais antiga tradição, e ainda as principais normas referentes ao exercício do tríplice múnus confiado à própria Igreja, deve o Código definir também as regras e as normas de comportamento.” (Trechos da Constituição Apostólica “*Sacrae Disciplinae Leges*”, de João Paulo II, de 25.01.1983, que promulgou a nova edição do Código de Direito Canônico)

A elaboração da nova edição do Código de Direito Canônico, que substituiu o *Corpus* então vigente das leis canônicas, ou seja, o Código anterior, de 1917, demorou cerca de 20 anos para ser concluída, desde a constituição da Pontifícia Comissão que tratou do assunto.

Trabalhando de forma meticulosa, como é apropriado para o tema, já que estava tratando do Sagrado, a Comissão teve a colaboração de 105 Cardeais, 77 Arcebispos e Bispos, 73 presbíteros seculares, 47 presbíteros religiosos, 3 religiosas e 12 leigos, provenientes dos cinco continentes e de 31 nações, atuando como membros, consultores e colaboradores

Além disso, apresentaram proposições e sugestões, formais, científicas ou técnicas, as Sagradas Congregações, os Tribunais e os outros Organismos da Cúria Romana, e também Universidades e Faculdades Eclesiásticas pertencentes a diversas escolas e a diversas correntes de pensamento.

A Comissão contou ainda com a cooperação contínua, com numerosas e valiosíssimas colaborações escritas e observações, sobretudo de índole pastoral, dos Bispos e pelas Conferências Episcopais de toda a urbe católica.

O resultado desse extenso trabalho colaborativo do Magistério da Igreja, supervisionado ainda pelo Espírito Santo, foi um Código que, ao definir e tutelar os direitos e as obrigações de cada um para com os outros e para com a sociedade eclesial, estabeleceu normas para que os fiéis na vida cristã se tornem participantes dos bens oferecidos pela Igreja, e que os conduzam à salvação eterna.

O Direito Canônico nasce da própria natureza da Igreja, e do poder de jurisdição que Cristo lhe conferiu. Seu fim deve ser colocado na cura das almas para conseguirem a salvação eterna.

E eu te declaro: tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja; as portas do inferno não prevalecerão contra ela. Eu te darei as chaves do Reino dos céus: tudo o que ligares na terra será ligado nos céus, e tudo o que desligares na terra será desligado nos céus. (Mt 16,18-19)

Uma sã ordenação jurídica é absolutamente necessária para que a comunidade eclesial seja vigorosa, cresça e floresça.

Para tal fim, a cura pastoral das almas e o crescimento da comunidade eclesial, além da virtude da justiça, o direito canônico deve ser exercido função com caridade, temperança, humanidade e moderação. O exercício do poder eclesial é serviço, e não pode ser objeto de abuso por parte dos pastores.

As penas canônicas visam corrigir, mais do que a punir ou reparar. Penas severas são aplicadas apenas aos delitos gravíssimos, para os quais as penas mais comuns, que são as exortações e os conselhos, ou mesmo as suspensões, não sejam remédio suficiente para garantir a tranquilidade da comunidade cristã. [\[112\]](#)

Todos os fiéis estão sujeitos ao Código de Direito Canônico, que pode ser complementado por leis das Igrejas locais (o Código estabelece regras também para isso).

Fiéis são aqueles que, por terem sido incorporados em Cristo pelo batismo, foram constituídos em povo de Deus e por este motivo se tornaram a seu modo participantes do múnus sacerdotal, profético e real de Cristo e, segundo a própria condição, são chamados a exercer a missão que Deus confiou à Igreja para esta realizar no mundo (cânon 204).

Todos os fiéis têm a obrigação de manter, sempre, através de seu modo de proceder, a comunhão com a Igreja (cânon 209), com a qual todos os batizados, unidos que estão com Cristo no seu corpo visível, pelos vínculos da profissão de fé, dos sacramentos e do governo eclesiástico, encontram-se na plena comunhão da Igreja Católica neste mundo (cânon 205).

Tendo conhecido um pouco de nosso Código de Direito Canônico vamos voltar à pergunta que fizemos no início: Mas o que acontece se um desses fiéis católicos deixar de observar um dos dogmas da Igreja Católica? O que acontece quando um católico incorre numa das situações em que deixa de observar um desses ensinamentos que exigem da parte de todos os fiéis o assentimento de fé teologal?

Para dar essa resposta temos que voltar ao Código de Direito Canônico.

Ali, no cânon 751, é definido que o batizado que negar, ou duvidar, de forma pertinaz, [\[113\]](#) alguma verdade que se deve crer com fé divina e católica está cometendo uma heresia. Se o batizado repudia a fé católica, negando-a completamente, estará cometendo uma apostasia. E, caso aquele que foi batizado recuse a sujeição ao Sumo Pontífice ou a comunhão com os membros da Igreja, estará

sendo cismático (aquele que comete ou provoca cisma, divisão).
[114]

Para estes casos: heresia, apostasia ou cisma, a pena eclesiástica que o Código de Direito Canônico estabelece é a **excomunhão *latae sententiae***. [115]

Cân. 1364 — § 1. (...) o apóstata da fé, o herege e o cismático incorrem em excomunhão *latae sententiae*.

O termo em latim *latae sententiae* significa “automático”. A excomunhão *latae sententiae*, então, é a pena automática, aquela que ocorre no exato momento que a pessoa praticou o ato delituoso e este teve efeito. Não depende de declaração da autoridade eclesiástica. Nesses casos, o Bispo, ou o Papa, apenas declara, posteriormente, que a pessoa envolvida no ato condenado pela Igreja está excomungada.

Isso implica que, quando alguém não crê num dos dogmas da Igreja ela está automaticamente excomungada?

A resposta é.... depende!

Quando estudamos as heresias vimos que todas começaram com homens adultos, na maior parte dos casos homens inteligentes, homens da Igreja, mas que defenderam posições contrárias (heterodoxas) às professadas pela própria Igreja. Excetuando-se um ou dois loucos, eles tinham clara noção quanto ao que estavam fazendo.

Enquanto suas teorias, apesar de heterodoxas, ainda eram apenas teorias, não se lhes podia atribuir nada de errado. Desenvolvê-las, discuti-las, compará-las com as teorias vigentes... nada disso é errado. Apresentá-las até mesmo à Igreja, isso nada tem de heresia.

Mas, a partir do momento que a Igreja, ao analisar a teoria, descobre nela os aspectos heterodoxos, e os demonstra ao seu defensor, decidindo contra essa nova ideia, caso esse insista

obstinadamente no que agora é um erro reconhecido, ele estará incidindo na heresia, pois estará negando (de forma pertinaz) a tese ortodoxa (verdadeira) proposta pela Igreja, e que deve ser objeto do assentimento da fé universal.

Pois também os que levam na Igreja uma vida de desordem, os que procuram fazer da casa de Deus um covil de ladrões, estando ela em seu poder, também esses não poderão destruir este templo. Virá o tempo em que serão expulsos sob o chicote dos seus pecados. (Agostinho de Hipona, Sermão sobre o Salmo 130, § 3)

Caso o autor da nova tese reconheça o magistério da Igreja e abandone, ou conforme suas ideias à doutrina católica (que é divinamente revelada), não há que se falar em heresia, ou qualquer outro pecado.

Mas, e se o autor daquela ideia heterodoxa apenas consentir externamente com a condenação de sua tese pela Igreja, sem aceitá-la verdadeiramente, mantendo-a em seu íntimo, no entanto sem disseminá-la?

O erro, com efeito, não se mostra tal como é para não ficar evidente ao ser descoberto. Adornando-se fraudulentamente de plausibilidade, apresenta-se diante dos mais ignorantes, justamente por esta aparência exterior, - é até ridículo dizê-lo - como mais verdadeiro do que a própria verdade. (Ireneu de Lyon, Contra as Heresias)

Neste caso, não será considerado herege pela Igreja, mas certamente viverá um drama de consciência nada pequeno.

Dizei somente: Sim, se é sim; não, se é não. Tudo o que passa além disto vem do Maligno. (Mt 5,37)

A Igreja é Mãe. Quer ter seus filhos debaixo de suas asas. Mas quer também corrigi-los, quando erram, para que não se

desviem do Único caminho que é Verdade e Vida. Por isso todas as penas que aplica, e que estão devidamente previstas no Código de Direito Canônico, têm caráter medicinal.

Jerusalém, Jerusalém, que matas os profetas e apedrejas os enviados de Deus, quantas vezes quis ajuntar os teus filhos, como a galinha abriga a sua ninhada debaixo das asas, mas não o quiseste! (Lc 13,34)

Senhor, não sabemos para onde vais. Como podemos conhecer o caminho? Jesus lhe respondeu: Eu sou o caminho, a verdade e a vida; ninguém vem ao Pai senão por mim. (Jo 14,5-6)

Excomunhão (*Excommunicatio*) é a sanção penal medicinal ou censura[116] que a Igreja aplica a fiel, excluindo-o da comunhão com a Igreja e privando-o de bens espirituais segundo as regras do Código de Direito Canônico.

O excomungado fica excluído da comunhão visível, proibido de receber e celebrar sacramentos ou sacramentais; de ter qualquer participação ministerial na celebração do Sacrifício Eucarístico ou em quaisquer outras cerimônias de culto; e de desempenhar quaisquer ofícios ou ministérios ou cargos eclesiásticos ou exercer atos de governo (cânon 1331).

Os apóstatas notórios, hereges e cismáticos também são privados das exéquias eclesiásticas (cânon 1184) e da Missa exequial (cânon 1185), a não ser que antes da morte tenham dado algum sinal de arrependimento.

Além dos casos já vistos (heresia, cisma e apostasia), a excomunhão é *latae sententiae*, isto é, automática, “de sentença já promulgada”, ou seja, o transgressor incorre na excomunhão sem que a autoridade competente precise pronunciar-se, nos seguintes casos, todos considerados delitos gravíssimos contra a religião e a unidade da Igreja:

•

Profanação do pão e do vinho consagrados (cânon 1367),

•

Uso de violência física contra o Papa (cânon 1370),

•

Ação do sacerdote contra o cânon 977 (cânon 1378),[\[117\]](#)

•

Consagração episcopal por Bispo sem mandato pontifício. Atinge o consagrante e o consagrado (cânon 1382),

•

Violação do segredo da confissão (cânon 1388) e

•

Aborto provocado, atingindo todos os envolvidos (cânon 1398).

Entre outros casos, a Igreja não sujeita a pena aquele que, ao violar a lei ou o preceito, não tinha ainda dezesseis anos de idade; que, por ignorância, inadvertência ou erro escusável não sabia que infringia a lei ou o preceito; que agiu por coação física ou grave ameaça, que reagiu a agressão em legítima e moderada defesa, mesmo que, nos dois últimos casos, putativas; ou que carecia de uso da razão (cânon 1323. Ver também cânones 1321 a 1330).

As finalidades da Excomunhão

A excomunhão nunca é definitiva. Se o excomungado, movido por arrependimento sincero, confessar seus pecados ao Bispo ou, em casos específicos, ao Papa, recebida a devida

penitência do confessor, será reintegrado plenamente ao seio da comunidade e aos sacramentos.

Se alguém causou tristeza, não me contristou a mim, mas de certo modo - para não exagerar - a todos vós. Basta a esse homem o castigo que a maioria dentre vós lhe infligiu. Assim deveis agora perdoar-lhe e consolá-lo para que não sucumba por demasiada tristeza. Peço-vos que tenhais caridade para com ele. (2Co 2,5-8)

Ou seja, uma das razões da excomunhão, talvez a principal, está relacionada com a recuperação do transgressor. Quando se é corrigido, o normal é que a pessoa aprenda e, uma vez tendo consciência do pecado cometido, se arrependa. Arrependido, o homem pode receber o perdão de Deus e essa certeza o fará valorizar sua fé.

(...) a finalidade da pena de excomunhão é tornar plenamente consciente da gravidade de um determinado pecado e, conseqüentemente, favorecer a adequada conversão e penitência. (João Paulo II: Encíclica Evangelium vitae nº 62)

Por outro lado, caso não fosse aplicada nenhuma punição ao pecador, os graves pecados que merecem a pena de excomunhão cairiam na banalidade.

A excomunhão tem também o condão de remover a influência corrompedora para preservar o espírito puro da comunidade. Com o afastamento do excomungado, comunidade se preserva de sua (má) influência. Por isso a ação disciplinar, por isso as repetidas recomendações dos Apóstolos de que cessassem, da parte dos fiéis, os contatos com ele.

Todo aquele que caminha sem rumo e não permanece na doutrina de Cristo, não tem Deus. Quem permanece na doutrina, este possui o Pai e o Filho. Se alguém vier a vós sem trazer esta doutrina, não o recebais em vossa casa, nem o saudeis. Porque

quem o saúda toma parte em suas obras más. (2Jo 1,9-10)
Não sabeis que um pouco de fermento leveda a massa toda?
(1Co 5,6b)

Por último, a pena de excomunhão acaba sendo um ato de amor e misericórdia da Igreja católica. Enquanto aguarda o arrependimento do excomungado, e protege a comunidade de sua influência, a Igreja protege o próprio apenado de um mal (para ele) talvez ainda maior.

Quando celebramos a memória da morte e da ressurreição de Jesus, durante o rito da Comunhão, rezamos, a exemplo do centurião de Cafarnaum (Mt 5,8), “Senhor eu não sou digno que entreis em minha morada, mas dizei uma palavra e minha alma será salva”.

Também pedimos a Cristo que “não permitas que a hóstia consagrada que vou receber, vosso corpo e vosso sangue, se torne para mim motivo de juízo e condenação. Mas sim, que ela seja o alimento que necessito para a minha alma e para o meu corpo, e que me guarde para a Vida Eterna”.

Essas palavras não são em vão. Pelo contrário, são graves, muito graves. Aquele que cometeu em pecado mortal, enquanto não se reconciliar com Deus, é indigno e não pode receber a comunhão, pois estará comendo e bebendo a sua própria condenação.

Assim nos ensinou o Apóstolo:

Portanto, todo aquele que comer o pão ou beber o cálice do Senhor indignamente será culpável do corpo e do sangue do Senhor. Aquele que o come e o bebe sem distinguir o corpo do Senhor, come e bebe a sua própria condenação. (1Co 11, 27.29)

Ciente da pena que recebeu, o excomungado não pode ter qualquer dúvida de que, neste estado, não é digno de aproximar-se da ceia eucarística. Ele não terá dificuldades em examinar-se a si

mesmo” (1Co 11,28). Assim, a Igreja quer evitar que o indigno receba a Sagrada Comunhão, que será motivo de sua condenação.

Em resumo, a Igreja, com a excomunhão, quer dizer, de forma clara, ao excomungado, mas também à comunidade, que:

Filho, pecaste? Não o faças mais. Mas ora pelas tuas faltas passadas, para que te sejam perdoadas. (Eclo 21,1)

Se reconhecemos os nossos pecados, (Deus aí está) fiel e justo para nos perdoar os pecados e para nos purificar de toda iniquidade. (1Jo 1,9)

A Excomunhão é bíblica?

O procedimento da excomunhão, muito usado nos tempos do cristianismo primitivo, como uma das formas de defender a fé ortodoxa, é cada vez menos utilizado pela Igreja Católica. Hoje é um procedimento raríssimo, embora ainda vigente, estando bem longe da rotina da Igreja.

Assim, não é incomum diante dos poucos coisas que surgem aqui e acolá, os fiéis se perguntem sobre a origem desse instituto, sua real finalidade e, sobretudo, se tal procedimento tem base bíblica.

Comecemos então com o ensinamento de Jesus Cristo, que vemos num trecho do evangelho de Mateus 18,15-17:

Se teu irmão tiver pecado contra ti, vai e repreende-o entre ti e ele somente; se te ouvir, terás ganho teu irmão. Se não te escutar, toma contigo uma ou duas pessoas, a fim de que toda a questão se resolva pela decisão de duas ou três testemunhas. Se recusa ouvi-los, dize-o à Igreja. E se recusar ouvir também a Igreja, seja ele para ti como um pagão e um publicano.

Esgotadas todas as possibilidades, diante do pecador irreductível, pertinaz (lembra-se dessa palavra?), o fiel há de tratá-lo como a um pagão (alguém de fora da comunidade) ou a um

publicano (cobrador de impostos, colaborador dos romanos, odiado pelos judeus).

Em resumo, tais homens deveriam ser excluídos do convívio social e espiritual da comunidade, com eles devendo ser evitado qualquer contato. Excomungados, portanto.

A palavra Igreja, aqui, quer dizer comunidade. Sintomaticamente, na sequência dessa passagem, já no próximo versículo, Mateus coloca Jesus delegando aos Apóstolos o poder de ligar e desligar:

Em verdade vos digo: tudo o que ligardes sobre a terra será ligado no céu, e tudo o que desligardes sobre a terra será também desligado no céu. (Mt 18,18)

Também o apóstolo Paulo abordou o assunto, em sua Primeira Carta aos Coríntios: palavras:

Na minha carta vos escrevi que não tivésseis familiaridade com os impudicos. Porém, não me referia de um modo absoluto a todos os impudicos deste mundo, os avarentos, os ladrões ou os idólatras, pois neste caso deveríeis sair deste mundo. Mas eu simplesmente quis dizer-vos que não tenhais comunicação com aquele que, chamando-se irmão, é impuro, avarento, idólatra, difamador, beberrão, ladrão. Com tais indivíduos nem sequer deveis comer. Pois que tenho eu de julgar os que estão fora? Não são os de dentro que deveis julgar? Os de fora é Deus que os julgará... Tirai o perverso do vosso meio. (1Co 5, 9-13)

Veja que essa prescrição – “tirai o perverso de vosso meio” - se aplica aos que estão “dentro” da comunidade. Os de fora, é Deus que os julgará.

A regra é dura, mas segue o mandamento de Jesus acima citado. Não será na primeira vez em que o pecador erra que será afastado, mas apenas após, tendo recusado a ajuda da comunidade, continuar aferrado ao erro (de modo pertinaz). Será sempre a

atitude irredutível do transgressor que o levará a ser afastado da comunidade (na realidade, com suas atitudes, ele mesmo acaba se afastando).

Quanto a questões tolas, genealogias, contendas e disputas relativas à lei, foge delas, porque são inúteis e vãs. O homem que assim fomenta divisões, depois de advertido uma primeira e uma segunda vez, evita-o, visto que esse tal é um perverso que, perseverando no seu pecado, se condena a si próprio. (Tt 3,9-11) Se alguém não obedecer ao que ordenamos por esta carta, notai-o e, para que ele se envergonhe, deixai de ter familiaridade com ele. Porém, não deveis considerá-lo como inimigo, mas prendê-lo como irmão. (2Ts 3,14-15)

Resumindo, a excomunhão tem base na Sagrada Escritura, não sendo uma invenção da Igreja. Antes, é uma obrigação da Igreja, tanto em relação à comunidade (como vimos, para protegê-la), quanto em relação ao próprio excomungado, para provocar sua reflexão, que abrirá o caminho para o seu retorno à comunidade, e para evitar que, recebendo a Eucaristia indignamente, receba a sua própria condenação.

Anátema

A palavra anátema (em grego *anathéma*, que significa ‘levar para o alto’, ‘ofertar’) sofreu significativas alterações de sentido ao longo do período da redação bíblica. Inicialmente, uma pessoa, animal ou coisa votada ao anátema era algo que foi subtraído do uso profano e consagrado a Deus (Dt 12,12-14; Js 11,11.14). Tal “anátema” ou coisa anatematizada não podia ser resgatado, sendo que, muitas vezes, devia ser destruído (Js 6,17).

Neste sentido corresponde à palavra *herem*, do hebraico, que significa “extermínio”. Tudo aquilo que fosse votado ao anátema era oferecido em holocausto (sacrificado) a Deus.

Com o tempo, “anátema” passou a indicar os objetos oferecidos a Deus (Lv 27,28; Ez 44,27; Mc 7,11 e Lc 21,5). Os animais e os objetos inanimados tornavam-se anátema, caso servissem à idolatria e eram, então, entregues à destruição (cf. Lv 27, 28s) ou consagrados ao serviço do verdadeiro Deus (cf. Lv 27, 21).

Neste sentido, por exemplo, o apóstolo Paulo, em Rm 9,2-5, diz que desejava ser “anátema” de Cristo em favor dos judeus.

Após o período do Exílio (587-538 a.C.) as consequências do anátema passaram a ser menos rigorosas. Quem fosse punido por tal pena era excluído da comunidade dos fiéis e perdia a posse dos seus bens (cf. Esdras 10, 8).

Mas é no Novo Testamento, seguindo a Septuaginta[[118](#)] (que atribui à palavra o sentido de punição), que anátema assume o significado mais próximo de “excomunhão”, ou seja, de exclusão temporária ou definitiva de uma pessoa do culto e da comunidade (Jo 9,22; 1Co 16,22; Gl 1,8-9). É nesse sentido que a palavra é empregada nos cânones dos Concílios mais antigos, alguns deles reproduzidos neste Curso.

Nos textos mais antigos da Igreja é difícil perceber o significado preciso de anátema e excomunhão, que são usados geralmente, mas nem sempre, como sinônimos. No cânon 52 do concílio regional de Elvira (Espanha), ocorrido por volta do ano 300, a palavra anátema aparece pela primeira vez num documento oficial. E, no cânon 58, aparece o termo “excomunhão”, também pela primeira vez, com o significado de privação da Eucaristia.

Em 567, o concílio regional de Tours (França) utiliza os dois termos em sentido diverso; anátema é maldição severa, ao passo que excomunhão é simplesmente a exclusão da comunhão.

No século IX, o cânon *Engeltrudam* entende a excomunhão como privação do consórcio dos fiéis, e o anátema como privação dos bens espirituais da Igreja ou do Corpo Místico de Cristo - o que

explicita a gravidade da pena de exclusão.

Com o tempo caiu em desuso a palavra anátema, de modo que hoje em dia só se fala de excomunhão para designar a privação tanto da Eucaristia, quanto de todos os bens espirituais que a comunhão com o Corpo Místico de Cristo proporciona aos fiéis.

[\[119\]](#)

Capítulo VIII: Hipóteses, Verdades de fé e Dogmas

Os dogmas da Igreja Católica não surgiram do nada, nem caíram dos céus. Não são resultados de ideias iluminadas que um Papa ou um Concílio teve num dia mais inspirado, ou não. Os dogmas são, todos, frutos da Revelação de Deus, mas nem todos estão claros e expressamente definidos na Sagrada Escritura[120] ou, antes de sua proclamação, pela Sagrada Tradição.

A Igreja Católica professa que todas as coisas que ela acredita foram sendo gradualmente reveladas por Deus através dos tempos, atingindo a sua plenitude e perfeição em Jesus Cristo. (...)Mas, a definição e compreensão da doutrina católica (que é baseada na Revelação) é progressiva, necessitando por isso do constante estudo e reflexão da Teologia, mas sempre fiel à Revelação divina e sempre orientada pelo Magistério da Igreja.
[121]

Para que uma determinada proposição de verdade seja considerada dogma de fé, ela tem que atravessar certas etapas muito bem definidas, nas quais o dogma vai se desenvolvendo, até a sua proclamação pela Igreja.

Embora já estejam contidos na Revelação, nem todos os pontos da doutrina estão (ainda) claramente definidos nas Escrituras ou pela Tradição. Ou seja, ainda que sejam objetos já revelados, não estão ainda suficiente ou plenamente desenvolvidos, podendo gerar dúvidas entre os crentes, mesmo entre o clero.

Em torno desses pontos são desenvolvidas teses (ou hipóteses) individuais ou de grupos (geralmente teólogos, ou determinadas igrejas locais, regiões, grupos de estudiosos leigos etc.). Tais hipóteses se apresentam como proposições teológicas de uma verdade. Proposições porque estão ainda numa fase inicial de

desenvolvimento (intelectual e espiritual). Enquanto permanecerem como teses, a comunidade católica não é obrigada a considerá-las como verdades de fé, nem as reverenciar.

A Igreja, diante de uma dessas hipóteses, chama a si a responsabilidade (que é missão sua) de avaliar e discutir as proposições que surgem ou lhe são apresentadas, o que faz através de rigorosa investigação teológica, realizada por comissões de teólogos (religiosos ou leigos) devidamente habilitados e credenciados pela Santa Sé.

Investiga-se principalmente se tal hipótese se refere e tem fundamento no Depósito da Fé (nas Escrituras e na Tradição), se são consensuais entre as Igrejas particulares e pelo ensinamento da Igreja universal.

Porquanto seja ainda apenas uma hipótese, não há recomendação nem proibição de que tal fato seja acreditado ou não por parte dos fiéis, sem prejuízo da fé católica.

Tais discussões podem levar alguns anos, levando a tese original a ser descartada, depois de confirmado que ela não está conforme a Revelação divina, ou a continuar sendo objeto de um ainda maior aprofundamento daquela investigação, agora não mais como hipótese, mas como uma **verdade próxima à fé** (*proximum fidei*).

As verdades próximas à fé são aquelas realidades objetivas mais sedimentadas e, como tais, continuam sendo objeto do processo de meditação e maior conhecimento da fé revelada, chegando muito próximas de se tornarem verdades de fé reconhecidas e reverenciadas pelos católicos.

Quando uma **verdade de fé** (*fide divina e catholica*) é estabelecida, sendo reconhecida como parte integrante do depósito da fé, já pode ser considerada objeto de crença e reverência por toda a Igreja, mesmo que não tenha sido proclamada solenemente como dogma e possa, eventualmente, ainda sofrer alguma

modificação. As únicas pessoas credenciadas a debater essas questões, o que, ainda assim, fazem de forma muito discreta, ponderada e cautelosa para não causar escândalo à fé, são teólogos e altas autoridades da Igreja.

Assim, uma verdade de fé é uma verdade ensinada pela Igreja e, embora não seja proclamada de modo tão solene quanto um dogma, sua negação implica um pecado grave contra a Fé (mas que não exclui automaticamente o pecador da Igreja). Ou seja, essas verdades de fé, que pertencem à Doutrina da Igreja Católica, são de observação necessária por toda a comunidade católica.

Os dogmas, finalmente, são aquelas verdades de fé absolutamente seguras e imutáveis, reveladas por Deus, livremente, e confirmadas pela autoridade eclesiástica máxima - o Papa e o Colégio Episcopal, em magistério solene e infalível, sobre as quais não pode pairar nenhuma dúvida. E, sendo “notas de fé definida” (*de fide definita*), ou seja, questões marcadas por definições solenes, infalíveis e irreformáveis de um Concílio ou de um Papa, [122] elas são eternas, imutáveis e de crença obrigatória e definitiva para todos.

Com relação às coisas que devem ser cridas, não é lícito utilizar-se, de modo algum, daquela discriminação que alguns querem introduzir entre o que denominam capítulos *fundamentais* e capítulos não *fundamentais da fé*, como se (...) pudesse permitir o assentimento livre dos fiéis: a virtude sobrenatural da fé possui como causa formal a autoridade de Deus (...). Nem se pode admitir que as verdades que a Igreja, através de solenes decretos, sancionou e definiu em outras épocas – e até bem recentes – não sejam, por este motivo, igualmente certas e nem devam ser igualmente acreditadas, Acaso não foram todas elas reveladas por Deus? (Pio XI. Encíclica *Mortalium animosi*, cf. DS 3683)

As verdades de fé recebem o “selo” de dogma através de

declarações formais, as definições dogmáticas[123] por parte da autoridade eclesiástica. Ao longo da história essas definições foram alcançadas por Papas, Bispos e doutores da Igreja, com base nas sagradas escrituras e na razão - que é um dom de Deus, sempre sob a assistência especialíssima e infalível do Espírito Santo, aprofundando a mensagem da Revelação, para a entendermos melhor.

É interessante observar que no próprio processo da Revelação, como nos aparece na Escritura do Novo Testamento, já encontramos diversas etapas. Temos o kerigma inicial; temos a tradição dos sinóticos; temos a interpretação do acontecimento cristão dada por São João; temos o ensinamento de São Paulo, onde aparece uma notável elaboração teológico-doutrinária dentro do contato do cristianismo com o mundo helenístico; temos toda uma evolução organizativa nas Cartas Pastorais. A verdade que é Jesus Cristo: “Eu sou a verdade...” (Jo 14,6) torna-se doutrina, à medida que começam a aparecer interpretações que a querem deteriorar ou até anular. Nas Cartas Pastorais, a fé cristã é o conhecimento da verdade (1Tm 2, 4; 4, 3; 2Tm 2, 25; 3, 7ss) e a verdade, por sua vez, é concedida como a sã doutrina (em Tt 1,7; 2, 1; em 1Tm 1, 10; 2Tm 4,3), a boa doutrina (em Tm 4,6). Da mesma forma, o Novo Testamento conhece o anátema, que provém do direito e do dever dos fiéis de saber qual é a verdadeira doutrina, já que aderir a ela é professar a fé que salva (Gl 1, 9: se alguém anunciar um evangelho diferente do que recebestes, seja anátema; Rm 16, 17: atentos contra os provocadores de discussões e escândalos, contrários à doutrina que recebestes; 2Jo 10: se alguém vier sem ser portador desta doutrina, não o recebais em vossa casa nem o saudeis. O próprio envio apostólico: “Ide ao mundo inteiro, fazei discípulos meus todos os povos, batizando-os e ensinando-lhes a observar o que vos mandei” (Mt 20, 19-20), expressa a necessidade do ensino de doutrina (?). Vê-se que, no Novo Testamento, verdade (também enquanto doutrina), fé e comunhão formam uma unidade

inquebrantável. Essa atitude aparece clara na atitude da Igreja de definir, desde o início, a verdade. As próprias fórmulas de fé, os Símbolos, são um testemunho disso. É assim que foram nascendo os dogmas. (Cardeal Aloísio Lorscheider. Uma Criteriologia Teológica, Aula inaugural proferida no Campus de Viamão/RS, em 04 de abril de 2005)

Na figura abaixo apresentamos um esquema do que foi apresentado neste capítulo, até agora.



Desenvolvimento do dogma

Falar em desenvolvimento de dogma, a princípio, parece ser errado ou, no mínimo, incoerente. A palavra desenvolvimento traz

em si a ideia de aumento, crescimento, mudança, de algo que está prosperando. E todas essas palavras implicam um movimento, uma mudança de um estado para outro, para algo diverso e melhor do que o estado inicial.

E o dogma é o reconhecimento e a declaração, pela Igreja, de uma Verdade conectada, relacionada à Revelação, Revelação essa que tem por conteúdo o próprio Deus.

Ora, Deus é imutável, imóvel. Não há movimento em Deus, nem passado, nem futuro, nem aumento, nem diminuição. Deus é sempre o mesmo, nele não há mudança. Sempre foi o mesmo e sempre será o mesmo. Não se desenvolve.

Se Deus não se desenvolve, não se desenvolvem também a Sua Verdade nem a Revelação, que é o testemunho que Deus nos dá de si mesmo. Deus não cria novas Verdades, nem muda de ideia sobre elas.

E se Deus não se desenvolve, o dogma também não estaria sujeito a desenvolvimento, pois igualmente o dogma é imutável, eterno, é sempre o mesmo, sempre foi o mesmo e sempre será o mesmo.



Então, em que sentido falamos em desenvolvimento do dogma?

Num único sentido é possível falar em desenvolvimento do dogma, sem o risco de negarmos a verdade que ele clarifica. É quando a compreensão da Verdade – e **não a Verdade** - é que sofre um desenvolvimento, quando a compreensão vai crescendo, descobrindo sentidos até então poucos claros ou que ainda não haviam sido explorados, quando novas implicações daquela Verdade vão ficando claras aos homens.

O termo desenvolvimento da doutrina (ou **desenvolvimento do dogma**) foi usado pela primeira vez pelo cardeal britânico John Henry Newman (foto)[[124](#)] e seguido por vários teólogos que

adotaram e desenvolveram suas ideias. Segundo Newman, os dogmas passam por um desenvolvimento na medida em que a doutrina católica se torna cada vez mais clara e detalhada ao longo do tempo, sem que novas declarações doutrinárias proferidas deixem de guardar total coerência com as afirmações anteriores.

O processo de desenvolvimento do dogma ou da doutrina, segundo o entendimento católico, não muda a definição nuclear fixada como dogma em cada verdade de fé pelo magistério infalível e pelo Espírito Santo, que auxilia a Igreja no exercício de seu múnus de ensinar.

A revelação do Cristo à humanidade consumou-se com a Sua encarnação, paixão, morte e ressurreição, e não haverá novas revelações fundamentais para a doutrina da Igreja até que Ele volte novamente (Parusia ou segunda vinda).

Deus revelou-se plenamente enviando seu próprio Filho, no qual estabeleceu sua Aliança para sempre. O Filho é a Palavra definitiva do Pai, de sorte que depois dele não haverá outra Revelação. (CIC 73)

Todavia, a Igreja Católica acredita que a Revelação, ainda que encerrada, completa, não está ainda plenamente explicitada. Ainda não a entendemos completamente, restando à fé cristã aprender gradualmente todo o seu alcance, enquanto estivermos nesta terra, a caminho do Reino dos Céus.

A Economia cristã, portanto, como aliança nova e definitiva, jamais passará, e já não há que esperar nenhuma nova revelação pública antes da gloriosa manifestação de Nosso Senhor Jesus Cristo. Todavia, embora a Revelação esteja terminada, não está explicitada por completo; caberá à fé cristã captar gradualmente todo o seu alcance ao longo dos séculos. (CIC 66)

Dessa forma, a ideia de Newman, do desenvolvimento da doutrina, é aceita como verdadeira pela Igreja. Esse

desenvolvimento, querido por Deus e orientado pela ação contínua do Espírito Santo, acontece na forma de um “*crescimento na inteligência da fé*”, pelo qual a Igreja, através de seu Magistério, vai desenvolvendo, progressivamente, uma nova compreensão a respeito de alguns aspectos, já presentes, da Revelação imutável, que ainda não havia compreendido de maneira total. Essa nova compreensão não é uma nova revelação, mas uma explicitação de algo já existente, mas que ainda não fora apreendido pelos homens.

O fato de o dogma ser suscetível a um desenvolvimento, nos moldes acima expostos, não implica numa exteriorização crescente da divindade no mundo (a Revelação divina está encerrada!), nem numa eventual evolução ou mutação da divindade em si – aliás, como querem ensinar determinadas seitas. Deus é imutável.

O desenvolvimento não é uma mutação de um dogma existente, dando origem a um novo dogma, ainda que apenas ligeiramente diferente. Não é uma nova revelação divina que vem superar a anterior (a Revelação divina está encerrada!).

O depósito da fé, com seu núcleo, que é a Verdade revelada, é sempre o mesmo, nada é acrescentado, nada é retirado.

A Igreja de Cristo, cuidadosa e cauta guardiã dos dogmas que lhe foram confiados, jamais os altera; em nada os diminui, em nada lhes adiciona; não a priva do que é necessário, nem lhe acrescenta o que é supérfluo; não perde o que é seu, nem se apropria do que pertence aos outros, mas com todo zelo, recorrendo com toda fidelidade e sabedoria aos antigos dogmas, tem como único desejo aperfeiçoar e purificar aqueles que antigamente receberam uma primeira forma e esboço, consolidar e reforçar aqueles que já foram evidenciados e desenvolvidos, salvaguardar aqueles que já foram confirmados e definidos. (Vicente de Lérins, *Commonitorium* 23)

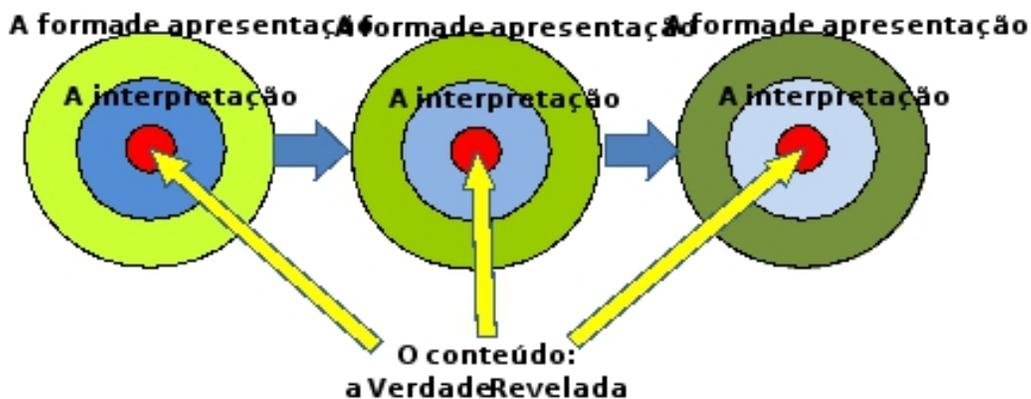
O que ocorre no desenvolvimento do dogma é apenas e tão somente um aprofundamento do entendimento humano sobre a

mensagem revelada, e apenas sob o estrito controle, supervisão e autorização da Igreja.

A compreensão e, em alguns casos, a forma da apresentação do dogma é que pode ser objeto de uma compreensão mais profunda, ou de uma forma de apresentação mais adequada ao tempo presente, mas a verdade revelada por Deus, guardada pela tradição, que é o núcleo do dogma, há de perdurar até a Segunda Vinda de Cristo.

O costume de definir a verdade, dando-a como norma definitiva de fé, é tão antigo quanto a Igreja. Só, porém, a partir do século XVIII é que o termo dogma tomou na teologia e no uso da Igreja um sentido bem preciso. O Vaticano I, embora sem fazer uso do termo, fixou assim o conceito de dogma: “*fide divina et catholica ea omnia credenda sunt, quae in verbo Dei scripto vel traditione continentur et ab Ecclesia sive sollemni iudicio sive ordinario et universali magisterio tamquam divinitus revelata credenda proponuntur*” (DS 3011). Dois são os elementos constitutivos do dogma: é uma verdade contida na Revelação divina (elemento material) – é uma verdade, proposta pela Igreja por meio do Magistério, ou solene ou ordinário e universal, a ser crida como divinamente revelada (elemento formal). Para entender bem o alcance do dogma, é preciso ter presente que o dogma “*est lumen et non limen*” (é uma luz, mas não um limite). Ele assegura a verdade que a Igreja necessita naquele momento histórico. Mas o dogma enunciado hoje não resolve todas as questões futuras, não dá resposta a todas as perguntas que os fiéis das gerações vindouras poderão colocar. Isso significa que o dogma definido sempre permanece verdadeiro (DS 3020), mas ele não exclui um crescimento, um progresso na compreensão do mesmo “*in suo dumtaxat genere, in eodem scilicet dogmate, in eodem sensu eademque sententia*” (DS 3020). A palavra decisiva cabe sempre ao Magistério da Igreja. É encargo seu fixar concretamente qual deva ser a expressão linguística da fé. A Igreja, por seu Magistério, define, autoritativamente (entendido sempre como serviço, nunca como

dominação ou arbitrariedade!) como é que a verdadeira fé deve ser expressa. É uma regulamentação que não deixa de ter o seu aspecto convencional, mas se faz necessário e se torna normativo. Sem isso, tornar-se-ia impossível a comum profissão de fé que faz parte do serviço de louvor que a Igreja toda presta ao bom Deus. (Cardeal Aloísio Lorscheider. Uma Criteriologia Teológica, Aula inaugural proferida no Campus de Viamão/RS, em 04 de abril de 2005)



O esquema apresentado na figura acima representa o que até aqui dissemos. O conjunto de círculos concêntricos representa a doutrina dogmática da Igreja. O núcleo da doutrina, ou seja, o dogma (na cor mais escura) nunca haverá de alterar-se. Já a sua forma de apresentação e sua explicação (círculos menos escuros) podem sofrer pequenas alterações, para que o dogma seja mais bem entendido ou transmitido.

Ensina o que aprendestes, para que ao dizê-lo de modo novo, não fales coisa nova. (Vicente de Lérins, *Commonitorium*)

A Constituição Pastoral *Gaudium et spes* (sobre a Igreja no mundo), do Concílio Vaticano II, ensina, em seu capítulo IV, que trata da missão da Igreja no mundo de hoje, que:

Cabe a todo o Povo de Deus e sobretudo aos pastores e teólogos, com a ajuda do Espírito Santo, ouvir discernir e interpretar as várias linguagens do nosso tempo e julgá-las à luz da palavra divina, de modo que a verdade revelada possa ser cada vez mais intimamente percebida, melhor compreendida e apresentada mais adequadamente. (DS 4344)

Mesmo que “novos” dogmas venham a ser proclamados, eles não podem derrubar, revogar, alterar ou contrariar os dogmas anteriores. A Igreja, por guardar o tesouro da fé, não pode revogar um deles sequer. O que pode ocorrer é a negação de determinadas teses advogadas por movimentos dissidentes e que reivindicaram essa interpretação errônea em Concílio e tiveram suas teses anatematizadas.

Não há **evolução do dogma** no âmbito do catolicismo. Essa tese é herética, pois considera os dogmas meras afirmações humanas, definidas apenas pelos homens que compõem a Igreja (e não verdades proferidas por Deus). Ao assim ensinar, negam a infalibilidade da Igreja e admitem que Deus possa alterar suas verdades de uma hora para outra (ainda que, como dizem, conforme seus planos) ou fazer novas revelações à humanidade.

A evolução do dogma, tese de modernistas e de muitas correntes protestantes, nega a essência da maioria – e afeta todos – dos dogmas católicos, tais como os sacramentos, a infalibilidade papal, a infalibilidade dos concílios e todos os dogmas marianos, por exemplo.

[Quanto à explicação modernista da fé] o princípio geral é este: numa religião viva, nada há que não seja mutável e que, portanto, não deva mudar-se. Por aqui abrem caminho para uma de suas principais doutrinas, que é a *evolução*. O dogma, a Igreja, o culto, os livros que veneramos como sagrados e até mesmo a própria fé, se não quisermos que tudo isso seja coisa morta, devem sujeitar-se às leis da evolução. (Trecho da Encíclica *Pascendi Dominici Gregis*, DS 3493)

A “evolução dos dogmas” foi condenada e considerada herética pelo Papa Pio X (foto), em sua encíclica Pascendi Dominici Gregis, de 1907.[\[125\]](#) A encíclica reforça a compatibilidade entre todas as declarações doutrinárias, do passado e do presente. O Papa Pio X considerou o modernismo como a “*síntese de todas as heresias*”.



A Evolução do Dogma não é real, não existe. É uma doutrina herética, condenada por Pio X.

A evolução do dogma nada tem a ver com o desenvolvimento do dogma, ou seja, com o aprofundamento da doutrina pelo Magistério infalível da Igreja. São coisas distintas, opostas e irreconciliáveis.

Pois o magistério da Igreja, por decisão divina, foi constituído na terra para que as doutrinas reveladas não só permanecessem incólumes perpetuamente, mas também para que fossem levadas aos homens de um modo fácil e seguro.

E, embora seja diariamente exercido (...) o magistério se completa pela tarefa de agir no momento oportuno (...) (para) opor-se aos erros (...) ou imprimir nas mentes dos féis capítulos da sagrada doutrina expostos de modo mais claro ou pormenorizados. Por este uso extraordinário do magistério não é introduzida nenhuma invenção e nenhuma coisa nova é acrescentada à soma de verdades que, estando contidas, pelo menos implicitamente, no depósito da revelação, foram divinamente entregues à Igreja; mas são aclaradas coisas que para muitos talvez ainda pudessem parecer obscuras, ou estabelecidas como pertencendo à fé coisas que antes eram por

alguns postas em discussão”. (Pio XI. Encíclica *Mortalium animos*, cf. DS 3683)

Dogma → Dogma → Dogma → Dogma

Mesmo com o desenvolvimento o dogma permanece imutável

Vamos ilustrar o que falamos sobre desenvolvimento dos dogmas, com alguns exemplos: por algum tempo houve algumas dúvidas sobre os sacramentos instituídos por Jesus Cristo. Seriam os sacramentos exatamente sete, ou alguns deles, caso do batismo e do crisma, partes de outro sacramento? Seria o crisma um rito originário da tradição apostólica ou foi mesmo diretamente instituído por Jesus? Quando foi que o Cristo os instituiu? Qual seriam a forma e a matéria de alguns sacramentos?

No Concílio de Trento, a Igreja confirmou dogmaticamente a existência de sete sacramentos, nem mais nem menos; e a relação hierárquica entre eles. A partir de então não poderia haver mais dúvidas quanto ao fato de Cristo os ter desejado e efetivamente instituído os sete, e apenas sete sacramentos. [\[126\]](#)



Outro exemplo, muito simples (embora tenha sido motivo de muita discussão teológica), para ilustrar o desenvolvimento:

É verdade histórica, mas também de fé, que Maria deu a luz a Jesus. Ou seja, Maria é a mãe de

Jesus, e disso ninguém nunca duvidou.

Nos primeiros séculos houve quem discutisse se Jesus era Deus e até defendesse posições que negavam essa divindade ao Filho, apesar de ser uma verdade percebida ainda no alvorecer do cristianismo (“Tu és o Filho de Deus Vivo!” cf. Mc 8, 27-35 e Mt 16, 16).

No Concílio de Nicéia, em 325 d.C., para dissipar qualquer dúvida, a divindade de Jesus foi proclamada dogma: “Jesus é Deus de Deus, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, consubstancial ao Pai”.

Ora, se Maria é a mãe de Jesus, e Jesus é Deus, logo Maria é a Mãe de Deus. Essa afirmação, para nós hoje tão lógica, não foi tão lógica assim por muitos anos após o nascimento do cristianismo e gerou algumas controvérsias.

Mas, em 431, no Concílio de Éfeso, o dogma da maternidade divina de Maria foi proclamado solenemente pela Igreja: “Maria é Mãe de Deus (Teothokos)”.

Antes de prosseguirmos com outros exemplos, é importante reforçar a ideia de que a Igreja não muda as Verdades reveladas a seu critério, nada a elas acrescenta (ou retira), nem cria novas verdades. É o Espírito Santo, pelos seus dons (neste caso, em especial, os dons da inteligência e da sabedoria), que ensina aos homens as verdades que, no momento anterior, ainda não lhes eram conhecidas, permitindo que o entendimento do ser humano as conheça, agora com maior ou plena clareza.

Muitas coisas ainda tenho a dizer-vos, mas não as podeis suportar agora. Quando vier o Paráclito, o Espírito da Verdade, ensinar-vos-á toda a verdade, porque não falará por si mesmo, mas dirá o que ouvir, e anunciar-vos-á as coisas que virão. (Jo 16,12-13)

Sobre o crescimento na compreensão da fé, assim atesta o Catecismo da Igreja Católica: [\[127\]](#)

Graças à assistência do Espírito Santo, a compreensão tanto das realidades como das palavras do depósito da fé pode crescer na vida da Igreja: ‘Pela contemplação e estudo dos que creem, os quais as meditam em seu coração’, é em especial “a pesquisa teológica que aprofunda o conhecimento da verdade revelada’. ‘Pela íntima compreensão que os fiéis desfrutam das coisas

espirituais'; *'Divina eloquia cum legente crescunt* (as palavras divinas crescem com o leitor). 'Pela pregação daqueles que, com a sucessão episcopal, receberam o carisma seguro da verdade.' Fica, portanto, claro que segundo o sapientíssimo plano divino, a Sagrada Tradição, a Sagrada Escritura e o Magistério da Igreja estão de tal modo entrelaçados e unidos que um não tem consistência sem os outros, e que juntos, cada qual a seu modo, sob a ação do mesmo Espírito Santo, contribuem eficazmente para a salvação das almas.

Vamos voltar aos nossos exemplos. Apresentamos um dogma proclamado, a da maternidade mariana de Deus. Vamos agora conhecer três situações envolvendo proclamações dogmáticas:

- um dogma que está em pleno desenvolvimento, quase pronto para ser proclamado, o 5º dogma Mariano;
- um dogma proclamado num concílio e aprofundado em outro e
- um dogma que talvez precise, novamente, ser mais bem explicado.

O 5º dogma Mariano

Desde 1920 existe um movimento, que começou pequeno mas se avolumou ano a ano, para a proclamação do quinto dogma mariano, com o reconhecimento da Virgem Maria como Mãe Espiritual de toda a humanidade.



Quando das promulgações dos dogmas marianos no século XX, os Papas Pio IX e Pio XII reconheceram de forma positiva o papel dos pedidos de membros da hierarquia e dos leigos.

Até os dias atuais, mais de sete milhões de pedidos de fiéis de todo o mundo e mais de 800 cardeais e Bispos vem dirigindo seus apelos aos sucessivos Papas, solicitando a definição do papel especial de Maria na salvação da humanidade.

Em 2009, cardeais e Bispos de todos os continentes pediram ao então Papa Bento XVI que considerasse o dogma da Maternidade espiritual de Maria em três aspectos essenciais: como corredentora, mediadora de todas as graças e como “advogada”.

[\[128\]](#)

Embora reconhecendo a verdade dessa hipótese de fé, alguns Bispos acham que a proclamação desse dogma poderia perturbar as iniciativas ecumênicas. Independente da proclamação do dogma, João Paulo II, durante seu papado, usou o título corredentora em pelo menos seis ocasiões conhecidas.

Também Bento XVI, sem usar o título, afirmou várias vezes a doutrina da corredenção de Maria, ou “co-sofrimento” com Jesus, particularmente em seu discurso do Dia Mundial do Doente e em

sua oração de 2008 pelas pessoas que sofrem na China, dirigida a Nossa Senhora de Sheshan.

Um Concílio aprofunda declaração dogmática de outro Concílio

Fruto de muita reflexão e iluminação, foi no Concílio de Latrão (1215), sob o Papa Inocêncio III (1198-1216), que foi proclamado o dogma da Trindade. Mais de 200 anos depois, ou seja, depois de muito mais reflexões, estudos e iluminação do Espírito Santo, no Concílio de Florença (1438-445), sob Eugênio IV (1431-1447), a Igreja reafirmou o dogma da Trindade, apresentando seu significado em termos teológicos muito mais desenvolvidos, num claro exemplo do que estamos explicando sobre o desenvolvimento dos dogmas.

Eis a Declaração do Concílio de Latrão:

Cremos firmemente e confessamos sinceramente que um só é o verdadeiro Deus eterno e incomensurável, imutável, incompreensível, onipotente e inefável; Pai e Filho e Espírito Santo: três pessoas, mas uma só essência, substância ou natureza absolutamente simples. O Pai não provém de ninguém, o Filho só do Pai, o Espírito Santo de modo igual de um e de outro, sempre sem início e sem fim. O Pai gera, o Filho nasce, o Espírito Santo procede. São consubstanciais, co-iguais, co-onipotentes e coeternos (...) Essa santa Trindade, indivisível segundo a comum essência e distinta segundo as propriedades das pessoas (...). (DS 800)

E essas são as declarações do Concílio de Florença:

A sacrossanta Igreja Romana, fundada pela palavra do nosso Senhor e Salvador, crê firmemente, professa e prega um só verdadeiro Deus, onipotente, imutável e eterno, Pai, Filho e Espírito Santo; uno na essência, trino nas pessoas: Pai não

gerado, Filho gerado pelo Pai, Espírito Santo procedente do Pai e do Filho: crê que o Pai não é o Filho ou o Espírito Santo, que o Filho não é o Pai ou o Espírito Santo, que o Espírito Santo não é o Pai ou o filho, mas que só o Pai é Pai, só o filho é Filho, só o Espírito Santo é Espírito Santo. Só Pai gerou o Filho da sua substância. Só o Filho foi gerado pelo Pai e dele só, só o Espírito Santo procede ao mesmo tempo do Pai e do Filho. Estas três pessoas são um só Deus, não três deuses, porque uma só é a substância das três, uma a essência, uma a natureza, uma a divindade, uma a imensidade, uma a eternidade, e tudo isso uma unidade, sempre que a oposição de relação não impede. Por esta unidade, o Pai está todo no Filho, todo no Espírito Santo; o Filho está todo no Pai e todo no Espírito Santo; o Espírito Santo está todo no Pai e todo no Filho. Nenhum precede o outro pela eternidade, o ultrapassa em grandeza, ou o supera em poder. É eternamente, de fato, e sem princípio que o Filho tem origem no Pai, e eternamente e sem princípio que o Espírito Santo procede do Pai e do Filho. Tudo o que o Pai é e tem, não o tem de outro, mas por si mesmo, e ele é princípio sem princípio. Tudo o que o Filho é ou tem, o tem do Pai e é princípio de princípio. Tudo o que o Espírito Santo é ou tem, o tem do Pai e do Filho juntos. Mas o Pai e o Filho não são dois princípios do Espírito Santo, mas um só princípio, como o Pai, o Filho e o Espírito Santo não são três princípios da criação mas um só princípio. (DS1330-1331)

Deus é Um em três Pessoas. Três pessoas?

Para finalizar nossos exemplos, mencionamos um dogma que, talvez, precise ser mais bem explicado, para, ao ser mais bem compreendido, continuar sendo sempre o mesmo, e sempre novo.

Apenas depois de muitos debates, os cristãos concordaram, em 325, no Concílio de Nicéia, confessar que Deus é Uno e Trino, ou seja, Deus é único mas é, ao mesmo tempo, três pessoas. Mesmo depois do concílio, e por muitos anos, esse artigo de fé foi

motivo de controvérsias e até divisões na Igreja.

Na época, a primeira dificuldade era o fato de que se estava trazendo para a teologia conceitos abstratos da filosofia que não se encontravam na Sagrada Escritura.

No século IV, a palavra pessoa significava, sobretudo, um princípio concreto de existência, de diferenciação. Aquilo que faz que alguém seja ele mesmo, e não outro. Em grego, pessoa é “*prosopon*”, que foi o termo utilizado pelos Padres da Igreja e que, originalmente, tem o significado próximo a “aparência, aspecto exterior visível” (de um ser humano, animal ou coisa).



Prosopon era a “face” ou “máscara” em grego que os atores usavam no teatro grego, para revelar ao público o personagem que representava e seu estado emocional. Tem a ver com a aparência externa, mas não tem significado quando se trata de personalidade, da psique, que é algo bem mais complexo.

Assim, quando se dizia (e ainda se diz) que Deus é três Pessoas, o entendimento que se tinha (e que devemos manter) é que Ele se manifesta (ou se revela) ao mundo de três formas distintas: como Pai, como filho e como Espírito Santo, embora as três manifestações sejam de um único e mesmo ser.

Todavia, o significado da palavra pessoa, como a da maioria das palavras, veio mudando ao longo do tempo, e hoje tal significado difere sensivelmente do significado original da palavra grega e que foi usado pela Igreja primitiva.

Modernamente, quando falamos em pessoas, imediatamente a ideia que se forma em nossa mentes é a do indivíduo e de sua individualidade (sua interioridade única, sua consciência de ser sujeito, sua liberdade etc.).

Esse significado atual quase implica, exige mesmo, que cada pessoa seja somente ela, e não outra. Assim, corremos o risco de, ao nos referirmos às três pessoas da Trindade, sejamos entendidos

como citando três deuses diferentes, aos quais podemos nos dirigir individualmente, ora a um ora a outro, afastando a ideia de que estamos diante de um Deus único.

Talvez estejamos chegando próximos ao momento em que o dogma da Trindade terá que ser “reapresentado” aos fiéis em novos termos. É isso não alterará o dogma, pois a “inspiração” divina não está nas palavras, mas na interpretação que a Igreja faz em cada época, posto que está sempre acompanhada pelo Espírito Santo. [\[129\]](#)

Hierarquia dos Dogmas: o que é isso?

Talvez você já tenha lido ou ouvido falar em algum lugar em hierarquia dos dogmas, ou em hierarquia das verdades da fé católica, ou, talvez, até lido ou ouvido críticas zombeteiras a respeito disso. Afinal, se existe hierarquia, deve ser porque há dogmas ou verdades que são mais importantes que outros dogmas ou verdades, ou mais verdadeiros uns do que outros.

O Decreto *Unitatis Redintegratio* sobre o ecumenismo, do Concílio Vaticano II, de 21.11.1964, toca no assunto em um de seus trechos, ao mencionar a existência de uma “ordem ou hierarquia das verdades da doutrina católica”, sem explicar muito bem exatamente o que é isso:

Ademais, no diálogo ecumênico, os teólogos católicos, sempre fiéis à doutrina da Igreja, quando investigarem juntamente com os irmãos separados os divinos mistérios, devem proceder com amor pela verdade, com caridade e humildade. Na comparação das doutrinas, lembrem-se que existe uma ordem ou «hierarquia» das verdades da doutrina católica, já que o nexo delas com o fundamento da fé cristã é diferente. Assim se abre o caminho pelo qual, mediante esta fraterna emulação, todos se sintam incitados a um conhecimento mais profundo e a uma exposição mais clara das insondáveis riquezas de Cristo.

(Decreto *Unitatis Redintegratio*)

Voltada ao diálogo ecumênico, tem-se a impressão de que a Igreja Católica poderia “abrir mão” de alguns de seus dogmas ou verdades de fé em prol da reconciliação com outras igrejas, inclusive não católicas. Mas essa impressão é falsa.

Embora não expliquem detalhadamente o sentido que a palavra hierarquia assume no contexto da doutrina católica, devemos ter claro em nossas mentes que não ela não implica em uma gradação de importância. Nenhum dogma é mais importante ou menos importante que outro.

Todas as verdades da fé (entre as quais estão os dogmas), embora sejam muitas e variadas, e ainda que aparentem uma complexa pluralidade, são, na realidade, partes de uma grande unidade, a Revelação. Essa unidade é o mistério do Deus Único, que se manifestou pessoalmente em Cristo como proposta de autodoação ao homem. [\[130\]](#)

A unidade da Revelação ou da fé é formada, por conseguinte, pelo mistério de Deus Uno e Trino. (...) Esse mistério, manifestado no tempo, vai se explicitando e criando no mundo toda uma experiência de fé que se vai concretizando e objetivando nas expressões doutrinárias com conceitos humanos diversos, em referência aos diversos momentos do evento salvífico. Dessa forma nasce uma grande pluralidade doutrinária, da qual as próprias notas teológicas (de fide definita, de fide, proximum fidei, theologice certum, sententia communis et certa...) manifestam a consciência de sua multiplicidade, por parte dos teólogos, e o esforço de catalogação de seus aspectos normativos para a fé. Além disso, essas notas manifestam ainda certo estágio de amadurecimento e aprofundamento no processo evolutivo da Revelação. (Cardeal Aloísio Lorscheider. Uma Criteriologia Teológica, Aula inaugural proferida no Campus de Viamão/RS, em 04 de abril de 2005)

Mais tarde, a Declaração *Mysterium Ecclesiae*, da Congregação para a Doutrina da Fé, de 24-06-1973, aclara o significado da palavra hierarquia aplicada aos dogmas:

Existe, certamente, uma ordem e uma como que hierarquia dos dogmas da Igreja, dado que é diverso o nexos dos mesmos com o fundamento da fé. Esta hierarquia, porém, significa apenas que alguns desses dogmas se fundam sobre outros, como principais, e por eles são iluminados. Mas os dogmas todos, porque revelados, devem ser igualmente acreditados com uma mesma fé divina. (Declaração *Mysterium Ecclesiae*)

É fato que os dogmas (e as verdades da fé) se fundam uns sobre outros. A começar pelos dogmas sobre Deus. Se Deus não houvesse se revelado, nada saberíamos sobre Ele. Assim, os dogmas que deixam claro que Deus quis, sim, se revelar aos homens para a nossa salvação precedem alguns outros.

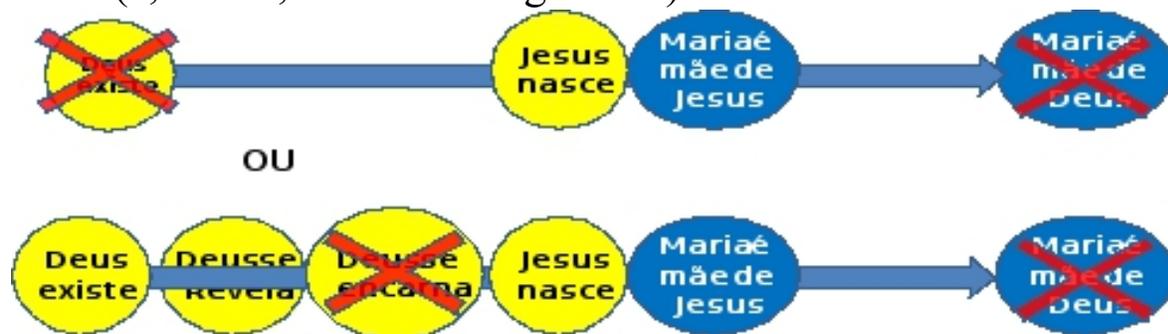
Ilustremos com um exemplo, a verdade dogmática de ser Jesus Cristo verdadeiro homem e verdadeiro Deus, Filho de Deus Pai, precede o dogma da maternidade de Deus por Maria. Se Deus não quisesse se revelar aos homens, assumindo a condição humana, encarnando-se pelo poder do Espírito Santo no seio da Virgem Maria, ela não daria a luz a Jesus.

Foi assim, com uma verdade iluminando uma outra verdade, que esse dogma, o da maternidade divina de Maria foi finalmente conhecido pelos homens, num exemplo do que discorreremos anteriormente, sobre a proclamação e desenvolvimento dos dogmas.



Suprima qualquer uma das verdades que antecedem o dogma da encarnação, e não haverá o dogma da maternidade mariana de

Deus (e, talvez, nem o da virgindade).



O critério, pois, da maior ou menor relevância que uma doutrina possui para a fé está na sua maior ou menor proximidade do centro da fé cristã. O único e mesmo mistério da vida íntima de Deus e do seu plano de salvação não pode manifestar-se a nós homens, a não ser refratando-se numa multiplicidade de aspectos, portanto, de doutrinas, cujo alcance real para o fiel não é igual em todas, embora a hierarquia de verdades jamais signifique verdades de primeira, segunda ou terceira categoria. [\[131\]](#)

Hierarquia das verdades não pode significar um princípio de subtração, como se eu pudesse dispensar algumas verdades, mas a expressão indica para a estrutura interna do Credo e do ato que lhe corresponde. (Joseph Ratzinger)

Além dessa iluminada frase do não menos iluminado Bento XVI, duas passagens das Escrituras também podem nos ajudar a entender essa questão:

Mestre, qual é o maior mandamento da lei? Respondeu Jesus: Amarás o Senhor teu Deus de todo teu coração, de toda tua alma e de todo teu espírito. Este é o maior e o primeiro mandamento. E o segundo, semelhante a este, é: Amarás teu próximo como a ti mesmo. (Mt 22, 36-39)

Se Cristo não ressuscitou, é vã a nossa pregação, e também é vã a vossa fé. (1Co 15,14)

No primeiro caso, é certo que há outros mandamentos (não matarás, não roubarás, não cobiçarás etc.), mas o “Mandamento do

Amor”, formado pelos dois mandamentos ditos como principais por Jesus Cristo, é “o mais importante” pois todos os demais decorrem deste.

No caso do trecho paulino, a mensagem clara é que a certeza da ressurreição de Jesus Cristo é verdade de fé central, onde outras verdades vão “buscar” sua sustentação. Por que Cristo ressuscitou, acreditamos que também ressuscitaremos, que seremos salvos, que teremos vida eterna etc.

E o documento do Vaticano II. Está errado? Não, não está. Sua leitura integral dirime qualquer dúvida a respeito.

A busca da ação ecumênica implica a busca da unidade com plena e sincera ação católica, livre de qualquer zelo superficial ou imprudente, mas sempre fiel à verdade que a Igreja recebeu dos Apóstolos e dos Padres, e conforme a fé que a Igreja sempre professou.

Assim, após termos exposto brevemente as condições segundo as quais se pode exercer a ação ecumênica e os princípios pelos quais ela deve ser orientada, olhamos com confiança para o futuro. Este sagrado Concílio exorta os fiéis a absterem-se de qualquer zelo superficial ou imprudente que possa prejudicar o verdadeiro progresso da unidade. Com efeito, a sua ação ecumênica não pode ser senão plena e sinceramente católica, isto é, fiel à verdade que recebemos dos Apóstolos e dos Padres, e conforme a fé que a Igreja católica sempre professou, e ao mesmo tempo tendente àquela plenitude mercê da qual o Senhor quer que cresça o Seu corpo no decurso dos tempos. Este sagrado Concílio deseja insistentemente que as iniciativas dos filhos da Igreja católica juntamente com as dos irmãos separados se desenvolvam; que não se ponham obstáculos aos caminhos da Providência; e que não se prejudiquem os futuros impulsos do Espírito Santo. Além disso, declara estar consciente

de que o santo propósito de reconciliar todos os cristãos na unidade de uma só e única Igreja de Cristo excede as forças e a capacidade humana. Por isso, coloca inteiramente a sua esperança na oração de Cristo pela Igreja, no amor do Pai para conosco e na virtude do Espírito Santo. ‘E a esperança não será confundida, pois o amor de Deus se derramou em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado’ (Rom. 5,5). (Decreto *Unitatis Redintegratio*,24)



Capítulo IX: Os Concílios da Igreja Católica

A palavra latina *concilium* deu origem à nossa palavra concílio, com o mesmo significado, ou seja, o de um grupo de pessoas reunidas, assembleia, reunião de conselheiros. Concilium vem de COM, “junto” e CALARE, “chamar, conclamar”.

Da mesma palavra do latim derivou o verbo conciliar, que

significa **harmonizar, tranquilizar, adequar, ajustar, chegar a um acordo** com alguém.

Na Igreja Católica, Concílio é uma assembleia que reúne todos os Bispos do mundo ou, pelo menos, uma representação desses Bispos, em comunhão com e coordenados pelo Bispo de Roma (que é o Papa, o sucessor de Pedro), com a finalidade de esclarecer questões de caráter pastoral, doutrinário, de fé, de moral (costumes) ou da vida prática da Igreja.

Um Concílio não é convocado de uma hora para outra, ao bel prazer da autoridade eclesiástica, mesmo do Papa (apesar dele ter autoridade para tanto). Os Concílios são eventos de grande importância e significação para a Igreja, razão pela qual sua convocação é e deve ser precedida de uma demorada reflexão.

Via de regra, o que leva à convocação de um Concílio são situações extremas - internas ou externas à Igreja - que podem ameaçar, ou já estão ameaçando a Doutrina cristã e o modo de pensar ou de agir dos católicos.

Um Concílio ecumênico é o que reúne Bispos de todo o mundo e suas deliberações valem para toda a Igreja. Nos casos dos concílios regionais, com Bispos só de uma região ou de um país, as decisões são igualmente limitadas à região ou ao país. Ao longo dos 2000 anos de história da Igreja ocorreram apenas vinte e um concílios ecumênicos.

Além dos concílios ecumênicos, existem ainda os concílios particulares, ou seja, os concílios das Igrejas Particulares, que podem ser plenários ou provinciais, conforme a abrangência. No primeiro

caso, dos concílios plenários, reúnem-se os Bispos de todas as Igrejas particulares de uma mesma Conferência episcopal e, no segundo, os Bispos de uma mesma província.[\[132\]](#)

Só o Papa pode convocar um Concílio Ecumênico. Da mesma forma, só o Papa pode presidir (diretamente ou através de preposto por ele designado[\[133\]](#)), transferir, suspender ou dissolver um Concílio que haja convocado, bem como aprovar os seus decretos.[\[134\]](#)

Cabe exclusivamente ao Sumo Pontífice determinar e estabelecer a ordem dos assuntos que serão tratados no Concílio, por sua iniciativa ou por sugestão dos padres conciliares, com sua aprovação.[\[135\]](#)

Os decretos de um Concílio ecumênico só tem força obrigatória a todos os católicos, isto é, força de declaração dogmática, se aprovados, em conjunto com os Padres Conciliares, pelo Papa e por ele confirmados e promulgados por seu mandato.[\[136\]](#)

As decisões dos concílios particulares valem apenas para o seu território e não podem contrariar o direito da Igreja universal. Todas as atas desses concílios devem ser enviadas a Roma e seus decretos não podem ser promulgados antes de serem revistos pela Sé Apostólica.[\[137\]](#)

“Pareceu bem ao Espírito Santo...”

Nós, católicos, cremos que a realização de um concílio de nossa Igreja é inspirada na promessa de especial assistência aos discípulos que se reunissem em seu nome, feita por Jesus Cristo aos Apóstolos.

Porque onde dois ou três estão reunidos em meu nome, aí estou eu no meio deles. (Mt 18,20)

Assim acreditamos que os sucessores dos Apóstolos, os Bispos, reunidos, em nome do Senhor, com o sucessor de Pedro e Bispo de Roma, participando de um Concílio, gozam de especial assistência do Espírito Santo.

A Igreja, desde os primeiros dias do Cristianismo, sempre tratou de forma comunitária as questões de interesse coletivo. Foi assim quando Pedro propôs à assembleia dos irmãos a escolha de um novo Apóstolo, que substituiria Judas e quando os “Doze”, em consenso, pediram aos fiéis que escolhessem, por eleição, os sete primeiros diáconos.

Num daqueles dias, levantou-se Pedro no meio de seus irmãos, na assembléia reunida que constava de umas cento e vinte pessoas, e disse: Irmãos, convinha que se cumprisse o que o Espírito Santo predisse na escritura pela boca de Davi, acerca de Judas (...). Que outro receba o seu cargo. Convém que destes homens que têm estado em nossa companhia todo o tempo em que o Senhor Jesus viveu entre nós, a começar do batismo de João até o dia em que do nosso meio foi arrebatado, um deles se torne conosco testemunha de sua Ressurreição. Propuseram dois: José, chamado Barsabás, que tinha por sobrenome Justo, e Matias. E oraram nestes termos: Ó Senhor, que conheces os corações de todos, mostra-nos qual destes dois escolheste para tomar neste ministério e apostolado o lugar de Judas que se transviou, para ir para o seu próprio lugar. Deitaram sorte e caiu

a sorte em Matias, que foi incorporado aos onze Apóstolos.” (At 1,15.16.20-26);

Naqueles dias, como crescesse o número dos discípulos, houve queixas dos gregos contra os hebreus, porque as suas viúvas teriam sido negligenciadas na distribuição diária. Por isso, os Doze convocaram uma reunião dos discípulos e disseram: Não é razoável que abandonemos a palavra de Deus, para administrar. Portanto, irmãos, escolhei dentre vós sete homens de boa reputação, cheios do Espírito Santo e de sabedoria, aos quais encarregaremos este ofício. Nós atenderemos sem cessar à oração e ao ministério da palavra. Este parecer agradou a toda a reunião. Escolheram Estêvão, homem cheio de fé e do Espírito Santo; Filipe, Prócoro, Nicanor, Timão, Pármenas e Nicolau, prosélito de Antioquia. (At 6,1-5)

Essa assistência do Paráclito se materializa através autoridade que o Colégio dos Bispos, junto com o Papa, tem sobre toda a Igreja de Cristo, assim como ocorreu no episódio relatado pelo livro dos Atos dos Apóstolos 15, 1-35.

O que podemos chamar de primeiro concílio da Igreja ocorreu no ano de 49, em Jerusalém, onde os Apóstolos e os anciãos se reuniram com Paulo e Barnabé, vindos de Antioquia, para por um fim a um grave problema que estava dividindo os primeiros cristãos: de um lado, os judaizantes (judeus convertidos), que queriam impor a Lei de Moisés aos pagãos convertidos (gentios), e estes, do outro lado, não aceitando tal imposição para serem cristãos.

Vale a pena ler o que aconteceu em Jerusalém, conforme narrado no livro dos Atos dos Apóstolos:

Alguns homens, descendo da Judéia, puseram-se a ensinar aos irmãos o seguinte: ‘Se não vos circuncidais, segundo o rito de Moisés, não podeis ser salvos’. Originou-se então grande discussão de Paulo e Barnabé com eles, e resolveu-se que estes dois, com alguns outros irmãos, fossem tratar desta

questão com os Apóstolos e os anciãos em Jerusalém.

Acompanhados dos membros da comunidade, tomaram o caminho que atravessa a Fenícia e Samaria. Contaram a todos os irmãos a conversão dos gentios, o que causou a todos grande alegria. Chegando a Jerusalém, foram recebidos pela comunidade, pelos Apóstolos e anciãos, a quem contaram tudo o que Deus tinha feito com eles. Mas levantaram-se alguns que antes de ter abraçado a fé eram da seita dos fariseus, dizendo que era necessário circuncidar os pagãos e impor-lhes a observância da Lei de Moisés.

Reuniram-se os Apóstolos e os anciãos para tratar desta questão.

Ao fim de uma grande discussão, Pedro levantou-se e lhes disse:

“Irmãos, vós sabeis que já há muito tempo Deus me escolheu dentre vós, para que da minha boca os pagãos ouvissem a palavra do Evangelho e cressem. Ora, Deus, que conhece os corações, testemunhou a seu respeito, dando-lhes o Espírito Santo, da mesma forma que a nós. Nem fez distinção alguma entre nós e eles, purificando pela fé os seus corações. Por que, pois, provocais agora a Deus, impondo aos discípulos um jugo que nem nossos pais nem nós pudemos suportar? Nós cremos que pela graça do Senhor Jesus seremos salvos, exatamente como eles.”

Toda a assembléia o ouviu silenciosamente. Em seguida, ouviram Barnabé e Paulo contar quantos milagres e prodígios Deus fizera por meio deles entre os gentios. Depois de terminarem, Tiago tomou a palavra: Irmãos, ouvi-me, disse ele.

Simão narrou como Deus começou a olhar para as nações pagãs para tirar delas um povo que trouxesse o seu nome. Ora, com isto concordam as palavras dos profetas, como está escrito: “Depois disto voltarei, e reedificarei o tabernáculo de Davi que caiu. E reedificarei as suas ruínas, e o levantarei para que o resto dos homens busque o Senhor, e todas as nações, sobre as quais tem sido invocado o meu nome. Assim fala o Senhor que faz estas coisas, coisas que ele

conheceu desde a eternidade (Am 9,11s).

Por isso, julgo que não se devem inquietar os que dentre os gentios se convertem a Deus. Mas que se lhes escreva somente que se abstenham das carnes oferecidas aos ídolos, da impureza, das carnes sufocadas e do sangue. Porque Moisés, desde muitas gerações, tem em cada cidade seus pregadores, pois que ele é lido nas sinagogas todos os sábados.”

Então pareceu bem aos Apóstolos e aos anciãos com toda a comunidade escolher homens dentre eles e enviá-los a Antioquia com Paulo e Barnabé: Judas, que tinha o sobrenome de Barsabás, e Silas, homens notáveis entre os irmãos.

Por seu intermédio enviaram a seguinte carta:

“Os Apóstolos e os anciãos aos irmãos de origem pagã, em Antioquia, na Síria e Cilícia, saúde! Temos ouvido que alguns dentre nós vos têm perturbado com palavras, transtornando os vossos espíritos, sem lhes termos dado semelhante incumbência. Assim nós nos reunimos e decidimos escolher delegados e enviá-los a vós, com os nossos amados Barnabé e Paulo, homens que têm exposto suas vidas pelo nome de nosso Senhor Jesus Cristo. Enviamos, portanto, Judas e Silas que de viva voz vos exporão as mesmas coisas. Com efeito, **pareceu bem ao Espírito Santo** e a nós não vos impor outro peso além do seguinte indispensável: que vos abstenhais das carnes sacrificadas aos ídolos, do sangue, da carne sufocada e da impureza. Dessas coisas fareis bem de vos guardar conscienciosamente. Adeus!”

Tendo-se despedido, a delegação dirigiu-se a Antioquia. Ali reuniram a assembleia e entregaram a carta. À sua leitura, todos se alegraram com o estímulo que ela trazia.

Vemos nesta passagem, sem dúvida, o protótipo do que até hoje são os Concílios da Igreja Católica. “Que todos sejam um”, [\[138\]](#) lhes havia dito Jesus pouco tempo antes.

Diante de um problema que começa a ameaçar a unidade

dos cristãos: a controvérsia entre os judeu-cristãos judaizantes e os gentios (não judeus) convertidos, os Apóstolos, entre eles Pedro e Paulo, se reúnem com os anciãos [139] em Jerusalém, que era, então, a “sede” da Igreja, o lugar “onde estava Pedro”. [140]

Conciliar, vimos, significa harmonizar, tranquilizar, adequar, ajustar, chegar a um consenso. Neste sentido, Pedro, Paulo e os que defendiam as ideias dos judaizantes têm liberdade para expor suas posições, buscando conciliar suas posições.

Após acaloradas discussões (diz o Livro dos Atos), eles chegam à resposta que “harmoniza” a situação até então conflituosa com aquela que é reconhecida como sendo a Vontade de Deus, e a proclamam: **“Pareceu bem ao Espírito Santo e a nós...”**. [141]

A decisão do Espírito Santo é comunicada aos fiéis, sempre para o seu gozo e para a maior glória de Deus. E essa decisão se torna Doutrina da Igreja.

Esquematizando, temos:





Dizem que um dia perguntaram para o Papa João XXIII:

“Santidade, o senhor sabe o que é um Concílio?”

E o Papa, com a humildade e humorismo que o caracterizavam, respondeu:

“Não sei não”.

“E, então, por que quer fazer um Concílio?”, replicou o Cardeal que o havia interrogado. E o Papa respondeu:

“O Espírito Santo quer que eu o faça”.

Aí está o segredo do Concílio, não foi o Papa, nem os Cardeais, nem os teólogos que quiseram o Concílio, foi o Espírito Santo de Deus que tocou o coração dos que eram sensíveis ao

mundo e queriam ser uma palavra viva de Deus para a humanidade, que sentiram que era necessário fazer alguma coisa. [\[142\]](#)

A principal função dos Concílios sempre foi promover a conciliação, o diálogo, sempre sob a inspiração do Espírito Santo, a fim de manter a unidade da Igreja. Não é por acaso que na maioria das vezes em que um concílio ecumênico foi convocado o que estava em jogo era a unidade da doutrina e da própria Igreja Católica.

Um Concílio é um “mistério da invasão de Deus no mundo e na Igreja”, que não se pode compreender se não formos humildes e pessoas livres, prontas a mudar e estar sempre com as portas abertas, da mente e do coração, para acolher o novo. [\[143\]](#)

Diante das decisões de um Concílio, estamos diante de uma decisão do Espírito Santo. É Deus, sua Palavra e sua Verdade que estão sendo proclamadas e, diante delas, só resta aos homens dobrarem seus joelhos.

[...] para que ao nome de Jesus se dobre todo joelho no céu, na terra e nos infernos. E toda língua confesse, para a glória de Deus Pai, que Jesus Cristo é Senhor. (Fl 2, 10-11)

Assim é: a Igreja convoca e celebra Concílios para definir a Doutrina Católica, **mas é o Espírito Santo que a move.**

Concílios Ecumênicos

Entre os diversos Concílios realizados na história da Igreja, 21 deles se revestem de uma importância capital, formando quase que uma espinha dorsal da história da Igreja. Foram nesses concílios que foram dadas as definições da sã doutrina da fé católica, quando erros e heresias que comprometiam o “*depositum fidei*” foram vencidos. São os chamados Concílios ecumênicos, dos quais já falamos rapidamente antes.

As decisões de todos esses 21 Concílios foram incorporadas na vida da Igreja, fazendo parte do “Depósito da Fé” (*depositum fidei*), que é preservado pelo Magistério da Igreja.

Segundo a doutrina da Igreja Católica, é isso é um dogma, além do Papa (quando fala *ex cathedra*), o episcopado católico pleno é também infalível (em matérias de fé e moral) quando (e apenas quando), reunido num concílio ecumênico, deseja propor como definitiva e obrigatória uma doutrina, em comunhão com o Papa, que é a cabeça do episcopado.

Já vimos porque as reuniões dos Bispos com o Papa para tratar de assuntos relevantes para a doutrina cristã recebem o nome de concílio. Agora veremos o que significa “ecumênico”, e porque só algumas dessas reuniões são assim chamadas.

Um concílio é uma reunião de Bispos convocada para discutir e resolver questões doutrinárias (fé ou moral) ou disciplinares da Igreja Católica. Quando essa reunião envolve todos os Bispos do mundo, chamamos tal concílio de ecumênico.

Esse sentido, todavia, é mais moderno, pois, embora não se tenha modificado o fato da presença dos Bispos de todas as Igrejas particulares, o sentido original da palavra ecumênico mostrava outra realidade.

A palavra “ecumênico” deriva do grego “ο ἰκουμένη” (*oikoumene*), que significa literalmente “o mundo habitado”. Inicialmente, ela era usada para se referir ao Império Romano, só posteriormente passando a ser aplicada para designar o mundo em geral. Isso porque, no auge do Império, Roma era o mundo que importava.[\[144\]](#)

Como os imperadores eram o Chefe da “ecumene”, ou seja, do “mundo cristão”, a menção a “ecumene” aludia à “comunidade cristã sob um mesmo império e sob um mesmo Imperador”. É óbvio que antes da conversão do Império Romano ao cristianismo isso era impossível.

Os primeiros Concílios Ecumênicos, então, foram aqueles realizados, convocados e presididos pelo Imperador cristão, para discutir e resolver as questões da Igreja com relação à sua doutrina e disciplina. Vale lembrar que muito interessava a tal governante a paz e a tranquilidade no Império, situações que eram ameaçadas pelas heresias e pela possibilidade de cismas.

A partir do século XIX, com o Concílio Vaticano I, os concílios passaram a ser convocados pelos papas, e a “ecumene” assumiu plenamente a significação, já então existente, da comunhão universal, plena, do concílio dos Bispos, representantes da Igreja dos mais diferentes cantos da terra, com o Santo Papa.

Por ser anterior à fase “ecumênica” da Igreja, e por não reunir “todos os Bispos do mundo”, o Concílio de Atos 15, 1-35, ou seja, o Concílio Apostólico de Jerusalém, não é considerado ecumênico, denominação aplicada apenas a concílios a partir de Nicéia, no ano de 325, considerado o primeiro Concílio ecumênico da Igreja.

Sobre os primeiros concílios ecumênicos a Igreja foi agraciada com essas eloquentes e instrutivas palavras de Papa São João Paulo II, proferidas em discurso de 07/07/1996:

Como se sabe, um papel particularmente significativo foi desempenhado pelos primeiros quatro Concílios, celebrados entre os anos 325 e 451 em Nicéia, Constantinopla, Éfeso e Calcedônia. Para além dos acontecimentos históricos em que cada um deles se coloca, e apesar de algumas dificuldades terminológicas, eles foram momentos de graça, através dos quais o Espírito de Deus concedeu luz abundante sobre os mistérios fundamentais da fé cristã. E como se poderia minimizar a sua importância? Neles estava em questão o fundamento, diria o centro mesmo do Cristianismo. Em Nicéia e Constantinopla, determinou-se com clareza a fé da Igreja no mistério da Trindade, com a afirmação da divindade do Verbo e do Espírito Santo. Em Éfeso e Calcedônia discutiu-se a respeito da identidade divino-humana de Cristo. Diante de quem era

tentado a exaltar uma dimensão em desvantagem da outra ou de as dividir em prejuízo da unidade pessoal, foi claramente afirmado que a natureza divina e a natureza humana de Cristo permanecem íntegras e inconfundíveis, indivisas e inseparáveis, na unidade da pessoa divina do Verbo. Cristo é verdadeiro Deus e verdadeiro homem... Não faltaram certamente, tensões na celebração daquelas assembleias conciliares. Mas o sentido vivo da fé, corroborado pela graça divina, no final prevaleceu também nos momentos mais críticos. Emergiu, então, com toda a evidência a fecundidade daquela autêntica ‘sinergia’ eclesial, que o Ministério do sucessor de Pedro é chamado a assegurar, não certamente a mortificar... Caríssimos Irmãos e Irmãs, naquele tempo, como sempre, o caminho da Igreja foi acompanhado pela intercessão materna da Virgem Santa, à qual o Concílio de Éfeso em 431, reconheceu o título de ‘Theotokos’, ‘Mãe de Deus’, ressaltando assim que a natureza humana, por ela transmitida a Cristo, pertence Àquele que desde sempre é Filho de Deus. [\[145\]](#)



“Em outras palavras: os primeiros concílios definiram a crença na Santíssima Trindade! Que riqueza inexprimível! Em um tempo em que poucas pessoas sabiam ler e escrever, entender que Deus é três em um era deveras complicado, o

que levou ao surgimento de heresias que afirmavam que Jesus era apenas Deus e não homem. Mas os padres conciliares, à luz do Espírito Santo, chegaram à verdade revelada: o que nos salvou foi o sacrifício de Jesus na cruz que, sendo Ele Deus, encarnou-se no seio da Virgem Maria, tornando-se homem.” [\[146\]](#)

Conhecer a história dos concílios é conhecer a história do cristianismo e da Igreja. Por isso é importante mais uma reflexão. É

comum ouvirmos que foi o Imperador Constantino quem, após a sua conversão em 313, “fundou” a Igreja Católica e o cristianismo. Esse absurdo, muitas vezes é apoiado na “prova” da convocação, pelo Imperador, do Concílio de Nicéia, em 325, considerado o primeiro concílio ecumênico.

Não vamos discutir, aqui, a “fundação” do cristianismo e da Igreja por Constantino, que todos sabem ser uma acusação “insana”. Num ou noutro trecho de nosso estudo vamos ter a oportunidade de confirmar isso.

Mas é em relação à “invenção” dos concílios que devemos encaminhar nossa reflexão. Já vimos que a Igreja, desde os seus primeiros dias, já tratava de forma comunitária (colegiada) as questões de interesse coletivo. Antes de uma decisão de grande importância, os cristãos se reuniam para ouvir as várias opiniões e, então, deliberarem. Lembremo-nos dos trechos do livro dos Atos dos Apóstolos, 1,15-26; 6,1-5 e 15,1-35, este último a crônica de um verdadeiro concílio.

Mesmo que não consideremos o Concílio de Jerusalém como um concílio, que ele tenha sido um simples sínodo, ou mesmo uma “reuniãozinha”, a história da Igreja registra a ocorrência de outros concílios pré-nicenos, isto é, antes do concílio de Nicéia.

A garantia dada pelo Senhor Jesus Cristo de que onde dois ou mais estivessem reunidos em seu nome fez com que as Igrejas particulares promovessem, várias vezes, concílios provinciais, regionais, nacionais e plenários,[\[147\]](#) além dos conhecidos Concílios Ecumênicos, para debaterem e solucionarem problemas que afligiam a Igreja nascente.

Esses concílios tiveram sua gênese, como quase tudo em nossa Igreja, na sucessão apostólica. Os Bispos, sucessores dos Apóstolos, dos quais provém a sua autoridade, tinham (e ainda tem, até hoje, e sempre) a tarefa de velar pela unidade e pela autenticidade da fé.[\[148\]](#)

Essa missão episcopal se materializava na *cathedra*, ou seja, na figura do trono do Bispo (trono no sentido de **autoridade a serviço**), que é, ao mesmo tempo, penhor da regra da fé (*regula fidei*) e da ordem da Tradição. Da sua igreja “**catedral**” o Bispo exerce a sua função episcopal, a *cathedra*. Hoje, essa função corresponderia ao “Magistério”.

Para Cipriano († 258), Padre da Igreja que foi Bispo de Cartago, no século III, a *cathedra* é uma realidade solidária e una, portanto colegiada, em comunhão com a sede de Pedro (*Petri cathedra*), Igreja principal (do Príncipe dos Apóstolos). Esse pensamento certamente resume o sentimento geral, desde o período pré-Nicéia.

Na época, portanto, pertencia aos Bispos a responsabilidade pela transmissão da fé, seu ensino e controle. Sempre, porém, na unidade que eles constituíam com o seu povo, para formar uma (só) Igreja. A Igreja é “o povo em torno do seu Bispo”.

Mas, ainda antes de Cipriano externar a solidariedade que congrega os Bispos, a experiência já tinha demonstrado que cada Bispo não poderia exercer sozinho sua dupla missão de ensinar e zelar pela fé. Para garantir essa última, logo se desenvolve a prática sinodal na Igreja, reunindo concílios (ou sínodos) regionais ou locais.

Tais concílios começam a ser frequentes a partir dos fins do século II, em várias localidades, sempre que aparecia um problema doutrinal ou disciplinar, com o objetivo de manter a comunhão entre as Igrejas. E não poderia ser diferente, afinal todos professavam um só Cristo, uma só fé, uma só Igreja.

As decisões precisavam ser unânimes, e os Bispos que não estivessem presentes recebiam as Cartas Sinodais, para que também subscrevessem o que fora decidido. Tais cartas eram, às vezes enviadas até para outras regiões, numa perspectiva claramente ecumênica.

A autoridade desses primeiros concílios era tão aceita que suas decisões não só aproximavam os Bispos entre si, mas também não eram alteradas por nenhum outro concílio. O Bispo de Roma não só compartilhava da vida sinodal da Igreja, como também ele mesmo estimulava a convocação de muitos concílios regionais.

(...) no meio dessas relações de comunhão eclesial, a Igreja de Roma desempenha o papel de ‘quem preside na caridade’ e ‘instrui as demais’.[\[149\]](#) Clemente[\[150\]](#) interviu nos conflitos de Corinto, e Ireneu[\[151\]](#) reconhecia a preeminência de Roma, porque fundada sobre Pedro e Paulo. Concretamente, essa Igreja acode em casos de urgência, de necessidade ou de apelo. E assim nasceu na Igreja a atividade conciliar. Sua importância mostra que a celebração do primeiro concílio ecumênico, em Nicéia, em 325, foi novidade menos radical do que se poderia pensar. Acabará se inserindo numa tradição sinodal já enraizada, capaz de gerar resoluções verdadeiramente doutrinárias.[\[152\]](#)

Quando o Concílio de Nicéia foi convocado pelo Imperador Constantino já existia uma longa tradição católica das reuniões colegiadas regionais para a solução de problemas e definição da doutrina na Igreja.

É evidente que a liberdade que a fé cristã passou a ter após a conversão de Constantino contribuiria para o “sucesso”, do ponto de vista humano, dos concílios ecumênicos. Até então os Bispos corriam sérios riscos ao se aventurarem em longas viagens, pelas perigosas estradas do vasto império, ainda mais nos tempos das perseguições, desde Nero (64 a 68) até Diocleciano (303-304).[\[153\]](#)

Agora, com a liberdade de culto e, principalmente, com a cessação das perseguições, se tornam menos perigosas as viagens. E, para os Concílios, os Bispos do mundo inteiro passaram a contar com uma tranquilidade até então inimaginável, com a colaboração do poder civil que facilitasse o uso de correios e as viagens dos

prelados.

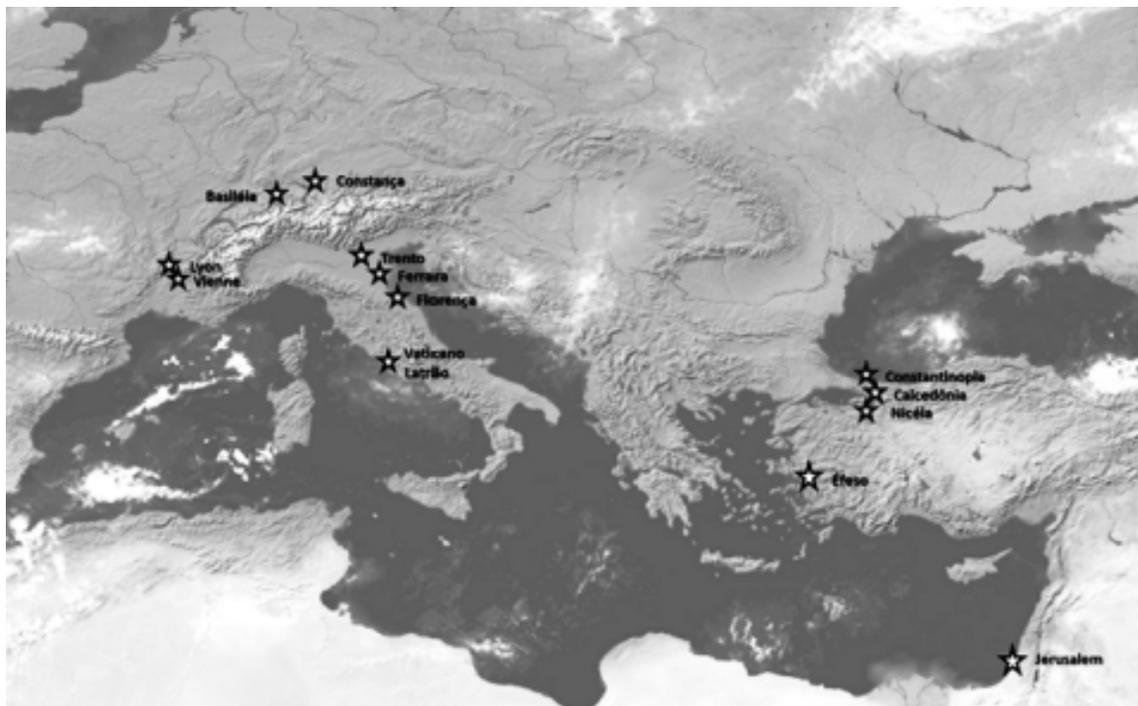
Com a garantia de uma viagem segura, garantidas até mesmo por escoltas imperiais, foi possível realizar assembleias mais abrangentes, com número bem maior de participantes.

Mais antigos que os concílios ecumênicos, os concílios plenários e provinciais (ou sínodos) pré-nicenos também se revestiram de grande importância para a Igreja, pois ajudaram a decidir os rumos da igreja e sua doutrina. Suas decisões, em geral, eram e são seguidas por muitos cristãos e Bispos que não participaram nestes encontros.

A partir do século III, como não havia mais razão para fazê-los em sigilo ou sem muito alarde, os concílios regionais foram institucionalizados. A história da Igreja registra cerca de 50 (cinquenta) concílios pré-nicenos. Estas reuniões eram convocadas por Bispos a partir de suas sedes (Jerusalém, Antioquia, Alexandria, Constantinopla e muitos outros). Alguns exemplos:

- São Vítor I, Papa, no ano de 155 (ou 157), em Roma, convocou um concílio regional que examinou a questão da data da Páscoa, celebrada diferentemente no Oriente e no Ocidente.
- Cipriano, Bispo de Cartago, reúne 87 Bispos africanos. Discutem o Cisma novaciano, no Sínodo de Cartago, no ano de 256.
- Dezenove Bispos e 24 presbíteros da península Ibérica se reúnem no Concílio de Elvira, no ano 305 (ou 306), onde decretam o celibato do clero.

Capítulo X: Os 21 Concílios Ecumênicos



“Na história da Igreja abunda o pecado, mas superabunda a Graça.”

Os concílios ecumênicos são assembleias onde, de modo solene, o poder do Colégio Episcopal[154] é exercido pela ação conjunta dos Bispos de todo o mundo, patrocinadas ou livremente aceitas como tal pelo Papa, Bispo de Roma e Supremo Pontífice.

É ele, o Papa, o responsável, de acordo com as necessidades da Igreja, por identificar e promover formas pelas quais o Colégio dos Bispos executará sua função em benefício de toda a Igreja. O Papa é o único que pode convocar, presidir pessoalmente ou através de terceiros, transferir, suspender ou dissolver, e aprovar os decretos de um concílio ecumênicio. É ele também que identifica e aprova previamente as questões que serão abordadas. Todos os Bispos, e somente eles, têm o direito e o dever de participarem do Concílio Ecumênico, com direito a voto.

O Papa pode convidar outras pessoas, determinando o papel que terão no Concílio. No caso de morte do Papa, o Concílio é interrompido até que seu sucessor decida pela sua continuidade ou dissolução. Os decretos do Concílio só se tornam obrigatórios quando aprovados, em conjunto, pelo Papa e pelos padres conciliares, e promulgados pelo Pontífice Romano.

Todas essas regras constam dos cânones 337 e 338 do Código de Direito Canônico, e são frutos de um amadurecimento bimilenar na história da Igreja, [\[155\]](#) pois nem sempre foi assim.

A história dos concílios ecumênicos, cujo resumo veremos a seguir, foi palco de múltiplos desenvolvimentos, muitos deles desfavoráveis mesmo à missão divina da Igreja. Poder, política, economia e vaidades se misturaram à fé, evangelho, caridade e esperança, numa reprodução do que ocorre na vida dos fiéis. Mas a vitória de Deus estava escrita desde a Cruz.

Mas onde abundou o pecado, superabundou a graça. (Rm 5,20)

1. Concílio de Nicéia I



Período: de 20 de maio a 25 de julho de 325.

O Concílio foi convocado pelo Imperador romano

Constantino, recém-convertido à fé cristã, para discutir a doutrina de Ário (o arianismo), que desde 315 disseminava-se pelo mundo cristão. Essa doutrina negava a Divindade de Cristo alegando que “Se Jesus nasceu, então houve um tempo em que Ele não existia. Se Ele nasceu e se tornou Deus, então houve um tempo em que Ele não era Deus”. Jesus seria apenas “a primeira criatura do Pai, pela qual as demais foram feitas”.

São Jerônimo († 420) afirmava que o arianismo era mais perigoso para a subsistência do cristianismo do que todas sangrentas perseguições dos séculos que o precederam.

O Concílio, que reuniu cerca de 318 Bispos, a esmagadora maioria orientais, declarou o ensinamento de Ário uma heresia, algo inaceitável para a Igreja e definiu que Cristo é Deus, e que Ele é da mesma essência (“*homoousios*”) com Deus, o Pai. Essa definição foi acrescentada ao Símbolo: “[Creio em] Jesus Cristo, gerado, não criado, consubstancial ao Pai”.

Os poucos que não aceitaram a fórmula nicena foram exilados, para garantir a unidade eclesiástica, que era o grande objetivo do imperador (mais até do que do Concílio!).

O Bispo de Roma era o Papa Silvestre I (314 - 335), que não compareceu, mais enviou dois representantes ao Concílio. Há divergências entre os historiadores se o Concílio foi convocado unilateralmente por Constantino, ou em conjunto com o Papa. [\[156\]](#)

Principais decisões do Concílio:

1. A confissão de fé contra Ário: igualdade de natureza do Filho com o Pai. Jesus é “Deus de Deus, Luz da Luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado, não criado, consubstancial ao Pai”.
2. A primeira parte dos sete artigos do Credo foi ratificada pelo Concílio. O texto do Símbolo de Nicéia, redigido pelo Concílio, foi o seguinte:

Creemos em um só Deus, Pai Todo-Poderoso, Criador do céu e da terra, e de todas as coisas visíveis e invisíveis. E em um Senhor Jesus Cristo, Filho Unigênito de Deus, gerado do Pai antes de todos os séculos. Luz da Luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado não criado; consubstancial ao Pai, por quem todas as coisas foram feitas; e que por nós homens e para nossa salvação desceu do céu e se encarnou pelo Espírito Santo no ceio da Virgem Maria, e tornou-se homem. Foi crucificado por nós sob Pôncio Pilatos, padeceu e foi sepultado. E ao terceiro dia ressuscitou, conforme as Escrituras; e subiu aos céus, está sentado à direita do Pai, e Ele virá novamente com glória para julgar os vivos e os mortos; e seu Reino não terá fim.

3. Fixação da data da Páscoa, a ser celebrada no primeiro domingo após a primeira lua cheia da primavera (hemisfério norte).
4. Estabelecimento da ordem de dignidade dos Patriarcados: Roma, Alexandria, Antioquia, Jerusalém.



"O Primeiro Concílio de Niceia" - Afresco da igreja de Stavropoleos, Bucareste (Romênia)

2. Concílio de Constantinopla I

Período: maio a junho de 381.

Reafirmando a decisão de Nicéia, da consubstancialidade (igualdade de natureza) do Filho com o Pai, o Concílio de Constantinopla, o 1º nessa cidade e o 2º ecumênico, foi convocado pelo imperador Teodósio, o Grande, para enfrentar novos desafios à fé cristã.

Um ano antes, em 380, Teodósio havia promulgado um Editto (decreto) tornando o cristianismo a religião oficial do Império, estabelecendo que só seriam considerados cristãos aqueles que professassem a fé de Nicéia.

Originalmente deveria ser apenas mais um dos concílios orientais,[\[157\]](#) tendo o próprio Papa Damásio, inicialmente, o considerado inválido. Posteriormente, no entanto, no Concílio de Calcedônia, será aceito e assumido pela Igreja como ecumênico (em especial pelo Credo ali definido, que consolidou o de Nicéia).

Participaram cerca de 150 Bispos católicos, todos orientais, e cerca de 36 entre Bispos semi-arianos e defensores do macedonismo. Foi presidido inicialmente por Melatius de Antioquia e, com sua morte, por Gregório Nazianzeno, que se “demitiu” e deu lugar a Nestório.

As razões imediatas da convocação foram regularizar a sucessão no Patriarcado de Constantinopla, a confirmação da fé (o credo) de Nicéia, uma tentativa de reconciliar os semi-arianos[\[158\]](#) com a Igreja e, por último, colocar um ponto final na heresia de Macedônio.

Principais decisões do Concílio:

1. Condenação dogmática das sombras do Arianismo, que ainda não desaparecera de todo, e também das heresias do Macedonismo e do Apolinarismo[\[159\]](#);
2. Renovou a legislação de Nicéia que estabelecia limites territoriais para as dioceses e patriarcados, limitando a

- atuação de seus respectivos Bispos;
3. Revogou a consagração de Máximo como Bispo de Constantinopla, elegendo, em seu lugar São Gregório Nazianzeno;
 4. Declarou Constantinopla a Nova Roma, concedendo ao seu Bispo preeminência logo após o Bispo da velha Roma. Esse cânon (não dogmático) nunca foi aceito pela Igreja de Roma. No concílio de Calcedônia os legados papais reforçaram essa posição da Sé romana. O Papa São Leão Magno declarou oficialmente que esse cânon nunca foi submetido à Sé Apostólica (Roma) e que era uma injustificada violação do cânon de Nicéia que estabelecia sobre o assunto (ver acima, Concílio de Nicéia).
 5. O Concílio reafirmou e confessou a natureza divina do Espírito Santo, contra Macedônio, que a negava,[\[160\]](#) pondo fim às controvérsias trinitárias, que vinham sendo calorosamente debatidas desde Nicéia. Assim foi definida a doutrina da Santíssima Trindade: Existe um só Deus em Três Pessoas (“hipóstases”): Pai, Filho e Espírito Santo.

Ao credo niceno os Santos Padres do Concílio acrescentaram cinco artigos:

E (cremos) no Espírito Santo, Senhor e Doador da Vida, que procede do Pai, e que com o Pai e o Filho é adorado e glorificado, foi Ele que alou pelos profetas. E em uma Santa, Católica e Apostólica Igreja. Reconheço um batismo para a remissão dos pecados. Espero a ressurreição dos mortos, e a vida no mundo que há de vir. Amém.

Estava assim composto o Credo Niceno-Constantinopolitano, **o primeiro dogma definido solenemente pela Igreja universal.**

3. Concílio de Éfeso

Período: de 22 de junho a 17 de julho de 431.

Realizado em Éfeso, na Ásia Menor, foi convocado pelo imperador Teodósio II, o Jovem (neto de Teodósio, o Grande), a pedido de Nestório. Cerca de 200 Bispos estiveram presentes.[\[161\]](#)

Novas divergências sobre a natureza do Filho (a 2ª pessoa da Santíssima Trindade) haviam surgido. Como a humanidade e a divindade de Jesus Cristo se relacionam? De qual maneira de Jesus Cristo veio ao mundo? Qual a natureza de sua encarnação? São as chamadas controvérsias cristológicas.

Nestório, que no Concílio de Constantinopla tinha se oposto aos macedonistas, apolinaristas e arianos está, agora, no campo oposto à ortodoxia. Ele ensina que a Virgem Maria deu à luz a um homem, que foi Jesus Cristo, e não a um deus, que seria o “Logos”, o Filho de Deus. Em Cristo haveria a presença de duas pessoas, e não somente de duas naturezas. O Logos apenas habitou em Cristo, como em um templo. Jesus foi apenas o “portador de Deus” (*Theophoros*).

Ao enfatizar a natureza humana de Cristo em detrimento de sua natureza divina, essa doutrina tinha outra consequência imediata: Maria seria apenas a “Christotokos”, aquela que deu a luz a Cristo, e não “Theotokos”, a mãe de Deus.

O Concílio denunciou o ensino de Nestório como herético, e definiu que Jesus Cristo é uma (só) pessoa, com duas naturezas: é homem e é o Filho de Deus, o Logos, pleno Deus e pleno homem, com um corpo e uma alma racional. A união das duas naturezas de Cristo realiza-se de tal forma perfeita que uma não se contrapõe a outra. E Maria é Theotokos, porque ela deu à luz Deus que se fez homem, e não a um simples homem.

Principais decisões do Concílio:

1. Condenou o nestorianismo;
2. Confirmou o decreto papal de Celestino contra os pelagianos, condenando o Pelagianismo;
3. Reconheceu a existência, em Cristo, de uma única pessoa e duas naturezas;
4. Reconheceu a maternidade divina de Maria, concedendo-lhe justa e adequadamente o título de “Mãe de Deus” (Theotokos);
5. Declarou que o Credo Niceno-Constantinopolitano estava completo, não sendo necessários outros Credos. A partir de então ficou vedado efetuar no Credo qualquer modificação, adição ou supressão do registrado. [\[162\]](#)

4. Concílio de Calcedônia



Período: de 08 de outubro a 1º de novembro de 451.

O Concílio que aconteceu na cidade de Calcedônia, na região da Bitínia, próxima a Constantinopla, na Ásia Menor. Convocado pelo Imperadores Marciano e Pulquéria, a ele compareceram cerca de 630 Bispos.

Eutiques, abade em Constantinopla, partidário do falecido

Cirilo de Alexandria, negava que Cristo existisse em duas naturezas depois da encarnação e que fosse “consubstancial” com o homem, ou seja, da mesma natureza que o homem. [163]

Dois anos antes, em agosto 449, em Éfeso, havia ocorrido um Concílio (não confundir com o Concílio de Éfeso de 431), convocado pelo Imperador a pedido de Dióscoro de Alexandria, que o presidiu. [164] Dióscoro era aliado de Eutiques e a intenção velada desse concílio era colocar em dificuldades o Bispo Flaviano, que havia condenado Eutiques e suas ideias.

Foram convidados o Papa Leão I e um grande número de Bispos e monges. O Papa não pode comparecer, mas enviou representantes e, com eles, uma “Epístola dogmática” [165] para ser lida no Concílio, na qual Leão explica o mistério da Encarnação, com especial referência às questões levantadas por Eutiques. Na carta, o Papa declarava que, após a Encarnação, o que era próprio de cada natureza e substância em Cristo permaneceu intacto e ambos estavam unidos em uma só pessoa, mas de modo que cada natureza agiu de acordo com suas próprias qualidades e características. Era a condenação das teses de Eutiques.

Todavia, o Concílio foi dominado pelos aliados de Eutiques e Dióscoro. Os legados papais foram impedidos de falar, assim como os que defendiam a posição contrária a Eutiques. A Carta Dogmática de Leão I sequer foi lida na assembleia. O Concílio declarou Eutiques ortodoxo e o reintegrou ao seu ofício sacerdotal e monástico.

Por outro lado, Flaviano de Constantinopla, que sofrera agressões físicas durante o Concílio, e Eusébio de Doriléia foram depostos. Flaviano foi banido e, pouco depois, morreu em consequência de maus-tratos que sofrera. Em razão dos ocorridos, especialmente dos atos violentos, o Concílio foi denominado pelo Papa Leão I de “O Latrocínio de Éfeso” e de “O Concílio dos Ladrões”.

Após a morte do imperador Teodósio II, que era simpático a Eutiques e a Dióscoro, a Imperatriz Pulquéria e o Imperador Marciano, a pedido de Papa Leão, convocaram um novo concílio, o Concílio de Calcedônia, 451, agora com a intenção de afirmar a doutrina católica ortodoxa contra a heresia de Eutiques (que recebeu o nome de monofisismo).

A Epístola Dogmática de Leão foi lida e aprovada por aclamação. Consta que os Padres Conciliares, à leitura dessa Carta, que definia “duas naturezas em uma só pessoa” em Cristo, ficaram tão entusiasmados que todos, postos de pé, exclamaram: *“Esta é a fé dos Padres! Esta é a fé dos Apóstolos! Devemos crer nela! Anátemas contra aqueles que não crerem nela! Pedro nos falou pela boca de Leão... Esta é a verdadeira fé.”* [\[166\]](#)



Ainda não seria o fim das questões cristológicas sobre a natureza de Jesus Cristo, mas um passo fora dado nessa direção, sempre com a ação do Espírito Santo, que age muitas vezes de forma, para nós, muito estranhas. [\[167\]](#)

Principais decisões do Concílio:

1. Complementando o Concílio de Éfeso 431, condena o Monofisismo;
2. Eutiques e Dióscoro foram condenados, Flaviano e Eusébio rehabilitados.

3. Definição do dogma da união hipostática de Cristo: a unicidade de Pessoa em Cristo não exclui dualidade de naturezas (divina e humana) no Senhor. Estas duas naturezas não se confundem, mas não são divididas ou separadas (refutando Nestório), e em nenhum momento estas naturezas se modificaram (refutando Eutiques).

Na linha dos Santos Padres, ensinamos unanimemente a confessar um só e mesmo Filho, Nosso Senhor Jesus Cristo, o mesmo perfeito em divindade e perfeito em humanidade, o mesmo verdadeiramente Deus e verdadeiramente homem, composto de uma alma racional e de um corpo, consubstancial ao Pai segundo a divindade, consubstancial a nós segundo a humanidade, ‘semelhante a nós em tudo, com exceção do pecado; gerado do Pai antes de todos os séculos segundo a divindade, e nesses últimos dias, para nós e para nossa salvação, nascido da Virgem Maria, Mãe de Deus, segundo a humanidade. Um só e mesmo Cristo, Senhor, Filho Único, que devemos reconhecer em duas naturezas, sem confusão, sem mudanças, sem divisão, sem separação.

4. Numa decisão tomada quando os legados pontifícios já tinham já partido de Calcedônia, o Concílio aprovou o cânon 28, que equiparava a Sé Episcopal de Constantinopla à de Roma. O Papa rechaçou esse cânon. Esse fato infeliz prenunciou tristes acontecimentos futuros, que culminariam no Cisma do Oriente.

5. Concílio de Constantinopla II

Período: de 05 de maio a 02 de julho de 553.

O Concílio, que foi convocado pelo Imperador Justiniano, à revelia do Papa Vigílio, que se opunha à política cesaropapista[168] do monarca, só adquiriu autoridade de um

concílio ecumênico, quando, após a sua celebração, o Papa decidiu aprovar as decisões da assembleia, da qual se mantivera afastado.

A política imperial e a teologia oficial produziam uma imensa confusão eclesiástica. As relações entre Justiniano e o Papa Vigílio eram conturbadas. O Papa até chegou a ser detido em Constantinopla, contra sua vontade, em 547. As razões eram políticas, religiosas e até pessoais. O imperador se fazia de teólogo, chegando a emitir anátemas por sua conta, como fez no ano de 543, contra os ensinamentos de Orígenes,[\[169\]](#) dando origem a uma longa crise.

As heresias monofisista e nestoriana, apesar das muitas condenações oficiais em sínodos e concílios, continuavam provocando a cizânia na Igreja. Egito e Síria, as províncias mais ricas do oriente e do império, em razão dos muitos problemas sociais, políticos e econômicos estavam se distanciando da política de Constantinopla e, com isso, aumentou a tendência de rebelarem-se também na área teológica. Nessas duas províncias romanas havia ainda uma forte tendência monofisista (Cristo teria uma só natureza em uma só pessoa), contra a teologia “oficial” da Igreja e do Império (Cristo possui duas naturezas em uma só pessoa), que era a do Concílio de Calcedônia, de 451.

Para agradar tentar ganhar de volta as províncias rebeldes, o imperador Basilisco (475-476), quis condenar o Concílio de Calcedônia. Zenom, que o substituiu entre 476 e 491, publicou, em 482, um edito de união (O Heníticom) com o apoio de Acácio, Bispo de Constantinopla. O resultado foi catastrófico. Ao invés de unir todos os cristãos, ele conseguiu dividir os monofisitas liberais e conservadores, e afastou a Igreja do ocidente.

O Papa Félix III, Bispo de Roma (483-492), achou que o imperador não tinha direito de intervir em assuntos teológicos. Félix acabou excomungando Acácio de Constantinopla em 485, gerando um cisma, o “Cisma de Acácio”, encerrado em 519,

quando o imperador Justino e Hormisdas, Bispo de Roma, reafirmaram o Concílio de Calcedônia.

Justiniano, imperador 527-565, tentou reconciliar os cristãos do oriente e do ocidente. Ele pensou que não devia condenar o Concílio de Calcedônia, mas que podia agradar aos rebeldes monofisitas por meio da. Condenação das de três teólogos (Teodoro de Mopsuéstia, Teodoreto de Ciro e Ibas de Edessa, todos já falecidos há quase 100 anos!) que serviram de base para algumas frases da declaração de Calcedônia e que ainda eram levadas em consideração por muitos, reforçando as sombras do nestorianismo.

Esta condenação foi conhecida como a “Condenação dos Três Capítulos”. Teve bom êxito no oriente, sendo aceito por Severo, Bispo de Antioquia, mas dividiu o ocidente, tendo sido rejeitado por muitos Bispos.

Cerca de 165 Bispos estiveram presentes, na maioria, novamente, os orientais. Apenas 16 Bispos ocidentais, todas das províncias romanas da África Proconsular e da Ilíria (regiões dos Balcãs).

Principais decisões do Concílio:

5. Condenação dos ensinamentos de Orígenes.
6. Nova condenação do nestorianismo e dos documentos nestorianos chamados “Os Três Capítulos”.
7. Conformação do quatro Concílios ecumênicos (Nicéia, Constantinopla, Éfeso e, principalmente Calcedônia, cuja autoridade era contestada pelos heréticos).

As duas primeiras decisões representavam interesses do imperador, razão pela qual o Papa Vigílio, e a Igreja do ocidente, não quiseram aceitar as decisões do Concílio, mas acabaram cedendo e conformando-se a elas posteriormente.

6. Concílio de Constantinopla III



Período: de 07 de novembro de 680 a 16 de setembro de 681.

Convocado pelo Imperador Constantino IV, sob o Papa Agatão I, a primeira parte do Concílio se dedicou exclusivamente a questões dogmáticas relacionadas com a heresia monotelista (que sucedera o monofisismo), cuja tese de haver em Cristo apenas uma vontade, a divina, foi condenada.

No Concílio participaram 227 Padres e estiveram presentes pessoalmente os Patriarcas de Constantinopla, de Alexandria, de Antioquia e de Jerusalém, e também os representantes do Papa Agatão.

O Concílio de Constantinopla III ensinou que Cristo possui duas vontades e duas operações naturais, divinas e humanas, não opostas, mas cooperantes, de sorte que o Verbo feito carne quis humanamente na obediência a seu Pai tudo o que decidiu divinamente com o Pai e o Espírito Santo para a nossa salvação. A vontade humana de Cristo “segue a vontade divina, sem estar em resistência nem em oposição em relação a ela, mas antes sendo subordinada a esta vontade todo-poderosa.” (DS 556-559)

As decisões desse Concílio foram reconhecidas e aprovadas pelo

Papa Leão II, sucessor de Agatão I.

Podemos afirmar que, com este ensinamento, o Concílio de Constantinopla III encerrou as disputas cristológicas que agitaram a Igreja por mais de seis séculos, desde a ascensão do Senhor aos céus, restando devidamente definidas as questões relacionadas à Santíssima Trindade e a Jesus Cristo.

O Concílio foi convocado novamente a 1 de setembro de 691, agora em forma de Sínodo, finalizando em 31 de agosto do ano 692. Essa segunda parte não foi reconhecida pela Igreja de Roma, não sendo, portanto, ecumênico. Tratou apenas de questões administrativas.

O Terceiro Concílio de Constantinopla também passou a ser conhecido como Concílio de Trulo, ou Trulano, em referência ao salão do palácio imperial, onde foi realizado, que era conhecido como a Trula. Mas essa denominação, e também a de Quinisexto (ou Quinto-Sexto porque foi continuação imediata do Quinto Concílio) ficam mais adequadas ao Sínodo que o seguiu em 692.

Principais decisões do Concílio:

1. Condenação do monotelismo, heresia defendida pelo patriarca Sérgio de Constantinopla que ensinava haver só a vontade divina em Cristo.
2. O Concílio declarou o dogma de que, em Cristo, há duas vontades, a vontade humana e também a vontade divina.
3. Após examinar a troca de correspondência entre Sérgio e o Papa Honório I, condenou esse último, já falecido, por omissão e, ao tentar ganhar de volta os monotelistas, havia confirmado aquelas doutrinas heréticas. (DS 550-552)

7. Concílio de Nicéia II



Período: de 24 de setembro a 23 de outubro de 787.

O Concílio focou as controvérsias iconoclastas, destruidores de imagens. O imperador oriental Leão III (717-741) havia condenado o uso de imagens e fazia campanha contra elas. Seu filho, Constantino V, filho de Leão, convocou um sínodo em 754, que proibiu o uso de imagens no culto.

A confusão teológica que se seguiu foi grande, pois a igreja ocidental (Roma) não aceitou a decisão deste Concílio e, mesmo no oriente, os monges, muitos clérigos e muitas pessoas simples queriam de volta as imagens.

Apoiavam-se nos argumentos de João de Damasco, famoso teólogo da época. A imperatriz Irene, que era favorável às imagens, decidiu convocar mais um concílio, juntamente com Tarásio, Bispo de Constantinopla, e o Papa Adriano I, Bispo de Roma.

O Concílio foi iniciado em Constantinopla, mas foi transferido para Nicéia, em razão dos tumultos provocados pelos iconoclastas.

Um dos principais argumentos a favor das imagens foi o Mandylion (que é o Santo Sudário, hoje em Turim) imagem milagrosa que nos foi deixada pelo próprio Jesus Cristo em seu lençol funerário.

Principais decisões do Concílio:

1. Condenação do iconoclastia, uma vez que as tradições da Igreja, escritas ou não escritas são transmitidas e foram recebidas sem alteração. Entre essas tradições estava a representação pictórica das imagens, que concorda com a pregação da história evangélica, crendo que, de verdade, e não na aparência, o Verbo de Deus se fez homem. As imagens são úteis e proveitosas, pois ao contemplar os ícones, os fiéis são levados à recordação dos modelos que as inspiraram, despertando o desejo de lhes seguir os exemplos. (DS 600-603)
2. Restabeleceu o uso de imagens nas igrejas e nos cultos, afirmando que há sentido e liceidade na veneração de imagens (ícones).
3. Estabeleceu a diferença entre o culto de “latria”, a adoração que se deve apenas a Deus, e o culto de “dulia”, a veneração inferior que se presta a imagens.



A mais antiga imagem conhecida de Maria com o menino Jesus, Catacumbas de Roma, século II.

8. Concílio de Constantinopla IV

Período: de 05 de outubro de 869 a 28 de fevereiro de 870.

Em 858, o imperador oriental Miguel III depôs Inácio, que era o Patriarca de Constantinopla, e colocou Fócio no seu lugar. [170] O Papa Nicolau I declarou inválida a deposição. Fócio excomungou o Papa Nicolau I, provocando um cisma, ou seja, uma separação da Igreja oriental da Sé Apostólica (Roma).

Para sanar as irregularidades e encerrar o cisma, foi convocado o Concílio, que ocorreu na bela Catedral de Santa Sofia, em Constantinopla, a pedido de Inácio que, morto Miguel III, foi reconduzido ao Patriarcado pelo novo Imperador, Basílio da Macedônia. Fócio foi internado num monastério.

O Concílio, que foi presidido por legados do Papa Adriano II, que substituiu Nicolau I, que havia falecido, restabeleceu as relações entre Constantinopla e a Santa Sé e anatematizou (excomungou) Fócio, confirmado a sentença de condenação anteriormente, no mesmo ano de 867, num sínodo romano.

O restabelecimento das relações duraria pouco, pois com a morte de Inácio em 877, o próprio Fócio tornou-se patriarca, prosseguindo com suas atitudes contrárias ao Papado romano.

Principais decisões do Concílio:

1. Encerrou temporariamente o primeiro Cisma Ocidental, com a condenação e deposição de Fócio.
2. Confirmou a validade do culto das imagens.

9. Concílio de Latrão I

Período: de 18 de março a 06 de abril de 1123.

Este, que foi o primeiro concílio ecumênico realizado no mundo latino (ocidente), e os outros quatro concílios ecumênicos lateranenses ocorreram na basílica de São João de Latrão, que é a Catedral de Roma, considerada “a mãe de todas as igrejas”. O

nome Lateranense é uma referência ao local onde a Basílica está situada, em Roma, conhecido como Laterano, ou Latrão, em português. Por isso é comum referir-se aos cinco concílios ecumênicos ali realizados tanto como Concílio de Latrão ou Concílio Lateranense (I, II, III, IV e V).

O concílio foi convocado em dezembro de 1122, logo após a assinatura da Concordata de Worms, acordo entre o Papa Calixto II e o Imperador Henrique V, do Sacro Império Germânico, que dominava a maior parte da Europa. Esse acordo pôs fim a práticas que eram prejudiciais à Igreja, todas relacionadas à intromissão do poder imperial na Igreja, em especial à questão das investiduras, dado que os príncipes seculares insistam no poder de nomear e empossar Bispos e abades em suas funções eclesiásticas.

A satisfação e a emoção causada na Igreja por esta concordata foi tal que em muitos documentos da época o ano de 1122 é mencionado como o início de uma nova era. O Concílio foi convocado para a confirmação solene da Concordata pelo Papa Calisto II, que o presidiu pessoalmente. Trezentos Bispos e mais de seiscentos abades foram reunidos em Roma em março de 1123.

Os originais da Concordata de Worms foram lidos e ratificados, vinte e dois cânones disciplinares foram promulgados, a maioria deles reforços de decretos de concílios anteriores.

Principais decisões do Concílio:

1. Confirmação da Concordata de Worm: independência da Igreja perante o poder temporal; a autoridade espiritual somente pode emanar da Igreja. Afastou a reivindicação dos imperadores e príncipes em interferir na eleição do Papa;
2. Proibição absoluta da simonia, ou seja, do comércio de coisa sagradas, inclusive de cargos na Igreja (DS 710,

- 712);
3. Proibição dos sacerdotes, diáconos, subdiáconos e monges de se casarem ou terem concubinas; e também a manter em suas casas mulheres que não sejam as sancionadas pelos antigos cânones. Casamentos de clérigos são nulos e aqueles que os contraíram estão sujeitos à penitência. (DS 711)
 4. Exortação aos príncipes cristãos a participarem das cruzadas (“tomarem a Cruz”) para libertar a Terra Santa.

10. Concílio de Latrão II

Período: abril de 1139.

A morte do Papa Honório II, em fevereiro de 1130, foi seguida por um novo cisma. Petrus Leonis (Pierleoni), sob o nome de Anacleto II, manteve em cheque, por um longo tempo, Inocêncio II, que era o legítimo Papa. Em 1135, Inocêncio II presidiu um concílio na cidade italiana de Pisa, onde sua causa obteve grande adesão. Mas a morte de Anacleto, em janeiro de 1138, ajudou a resolver o conflito.

Para condenar os vários erros e abusos que então existiam, frutos dos tempos do cisma, foi convocado este décimo concílio ecumênico, a ser realizado no Latrão, em abril de 1139, do qual participaram quase mil religiosos.

Principais decisões do Concílio:

1. Encerrou o cisma do antipapa Pierleone (Anacleto II).
2. Condenou as maquinações dos adeptos de Anacleto II, recém-falecido, assim como as ideias de revolução religiosa e social disseminadas na península itálica por Arnaldo de Brescia.
3. Vetou o exercício da medicina e da advocacia pelo clero.

4. Orientações para que Bispos e clérigos para não escandalizassem ninguém pelas cores, forma ou extravagância de suas vestes, recomendando maneiras de trajar-se modestas e bem reguladas.
5. Rejeitou a usura e o lucro.
6. Tornou obrigatório o celibato para o clero na Igreja Ocidental.

11. Concílio de Latrão III

Período: de 05 a 19 de março de 1179.

Mais uma vez a Igreja, por questões políticas seculares, se via angustiada diante de um cisma, com dois antipapas - Calisto III e Inocêncio III - proclamando-se verdadeiros e Alexandre III, o Papa legítimo, que convocou o Concílio para acontecer em Roma, no Palácio de Latrão, em março de 1179.

Presidido diretamente por Alexandre III, o Concílio reuniu 302 Bispos, entre os quais prelados das Igrejas orientais, e muitos outros membros ocidentais e orientais.

Principais decisões do Concílio:

1. Para evitar a repetição dos litígios e cismas semelhantes aos que haviam sido anteriormente provocados pelos imperadores e pelos antipapas, o concílio estabeleceu a necessidade de dois terços dos votos dos Cardeais eleitores na eleição do Papa, ficando excluído qualquer recurso às autoridades seculares para dirimir dúvidas do processo eleitoral. E se algum candidato, depois de garantir apenas um terço dos votos, arrogar-se a dignidade papal, ele e seus apoiadores seriam excluídos da ordem eclesiástica e excomungados.
2. Estabelecida a idade mínima de 30 anos para a nomeação

de Bispos.

3. Rejeição do acúmulo de benefícios ou funções dentro da Igreja por parte de uma mesma pessoa.
4. Recorda às Ordens Religiosas Militares a necessidade de observação dos regulamentos canônicos de disciplina, para evitar as interferências indevidas que promoviam no governo da Igreja.
5. Proibição da cobrança de qualquer quantia em dinheiro para o enterro dos mortos, o casamento, e para a administração dos sacramentos em geral.
6. Estabelece regras para a organização dos asilos para leprosos.
7. Condenação das heresias da época, de fundo dualista (Catarismo) ou de pobreza mal entendida (a Pattária, o movimento dos Pobres de Lyon ou Valdenses), excomungando os barões franceses que as apoiavam.

12. Concílio de Latrão IV

Período: de 11 a 30 de novembro de 1215.

O Concílio, considerado um dos mais importantes da história, foi convocado pelo Papa Inocêncio III, em 19 de abril de 1213, já perto do final do seu pontificado, e iniciado em novembro de 1215. O assunto principal a ser tratado era a confissão de fé contra os cátaros.

O longo intervalo entre a convocação e a sua abertura, aliado ao prestígio do Pontífice, foram responsáveis pelo grande número de Bispos presentes, naquele que ficou conhecido como “O Grande Concílio”, especialmente pelas doutrinas que definiu (o dogma da transubstanciação na Eucaristia, a confissão e a comunhão anuais) e pelas medidas disciplinares que adotou.

Setenta e um patriarcas e metropolitanos, incluindo os

Patriarcas de Constantinopla e de Jerusalém; quatrocentos e doze Bispos e novecentos abades e priores; delegados dos Patriarcas de Antioquia e Alexandria, do Imperador Frederico II, do Imperador de Constantinopla e dos Reis da França, Inglaterra, Aragão, Hungria, Chipre e Jerusalém, e de vários outros príncipes, estiveram presentes.

A assembleia repudiou os erros dos Cátaros e Valdenses (dualismo que considerava a matéria má em si mesma); reviu e precisou a legislação concernente aos impedimentos matrimoniais; prescreveu a todos os fiéis a obrigação de confissão e comunhão anuais e resolveu promover nova cruzada à Terra Santa.

Principais decisões do Concílio:

1. A condenação dos albigenses e valdenses;
2. A condenação dos erros do abade Joaquim de Fiore, que pregava o fim do mundo para breve, apoiando-se em falsa exegese bíblica;
3. Declaração da existência dos demônios como sendo anjos bons que abusaram do seu livre arbítrio pecando:

Com efeito, o Diabo e outros demônios foram por Deus criados bons em sua natureza, mas se tornaram maus por sua própria iniciativa. (DS 800)

4. A realização de mais uma cruzada para libertar o Santo Sepulcro de Cristo, em Jerusalém, que se achava nas mãos dos mulçumanos;
5. A profissão de fé na Eucaristia, tendo sido então usada a palavra “transubstanciação”.
6. A obrigação da confissão e da comunhão anuais. Cada cristão que tenha atingido a maturidade para confessar seus pecados, deverá fazê-lo pelo menos uma vez por ano, na Páscoa. Esta regra não era novidade, mas sim a

confirmação de doutrina já estabelecida. e cânone não fez mais do que confirmar a legislação anterior.

Cada fiel, de um e de outro sexo, chegando à idade da razão, confesse lealmente, sozinho, todos os seus pecados a seu próprio sacerdote, ao menos uma vez ao ano, e se aplique a cumprir, segundo suas forças, a penitência que lhe foi imposta; receba com reverência ao menos pela Páscoa o sacramento da Eucaristia. (DS 812)

13. Concílio de Lyon I (França)

Período: de 28 de junho a 17 de julho de 1245.

O Imperador Frederico II da Alemanha, vinha ameaçando o Papa Inocêncio IV e submetia Roma a um cerco militar. Essa perseguição do monarca à Igreja foi deplorada pelo Papa durante o concílio e considerada entre as cinco chagas ou tristezas que então afetavam a Igreja: a má conduta dos prelados e fiéis; a insolência dos sarracenos, que ocuparam a Terra Santa; o cisma oriental; as crueldades dos tártaros na Hungria e a perseguição do imperador.

Entre 250 e pouco mais de trezentos prelados compareceram ao Concílio, conforme a fonte histórica consultada.

Aspectos da disciplina eclesiástica foram debatidos e discutidos, uma delas a que estabeleceu uso da cor vermelha para os chapéus dos cardeais.

Principais decisões do Concílio:

1. Excomunhão e deposição do Imperador Frederico II da Alemanha, que se tornara usurpador dos bens e opressor da liberdade da Igreja.
2. Estabelecimento de uma nova Cruzada, a sétima, para reconquistar a Terra Santa, que foi comandada pelo Rei Luís IX da França.

14. Concílio de Lyon II

Período: de 07 de maio a 17 de julho de 1274.

A pedido do Imperador Miguel Paleólogo, de Constantinopla, o Papa Gregório X convocou este concílio, que, pelo assunto, foi concorrido a ponto de muitos “não” convidados terem sido “despachados” de volta, com as bênçãos papais. Mais de 500 Bispos, 60 abades e mais de uma centena de prelados e representantes de reis e príncipes estiveram presentes.

São Tomás de Aquino, que havia sido convidado pelo Papa, morreu em Frosinone, em 07 de março de 1274, quando se dirigia para o Concílio.

Os orientais reconheceram a legitimidade da partícula Filioque, inserida no texto latino do símbolo de fé e que afirma que o Espírito Santo procede do Pai e do Filho, e não apenas do Pai, e reconheceram o primado do Pontífice Romano. Infelizmente, o interesse de Miguel Paleólogo pelas decisões conciliares era muito mais político do que religioso.

Principais decisões do concílio:

1. Regulamentação do conclave: eleição do Papa em recinto fechado;
2. O concílio, para evitar as situações de Sede Vacante, os períodos entre a morte de um Papa e a eleição de seu sucessor, decidiu que, no “futuro”, os cardeais não poderiam sair do conclave até que tivessem eleito um Papa. Suspensa em 1276 pelo Papa Adriano V, esta decisão foi revogada pelo Papa João XXI.
3. Conseguiu a união dos cristãos bizantinos (Igreja Ortodoxa) com a Santa Igreja. A união durou apenas até a morte do Imperador Miguel.

4. Instituiu o conceito de Purgatório.
5. Aprovou as ordens dos dominicanos e dos franciscanos;
6. Na esteira de mais uma reforma da Igreja, diversos Bispos e abades foram depostos por não serem dignos e algumas ordens mendicantes foram suprimidas.
7. Promulgou uma nova Cruzada, a se iniciar em 1278, para libertar Jerusalém.

15. Concílio de Vienne (França)

Período: de 16 de outubro de 1311 a 06 de maio de 1312.

Convocado pelo Papa Clemente V em agosto de 1308, por pressão de Filipe IV, rei de França, para tratar da questão da Ordem dos Cavaleiros Templários, com a qual o rei francês tinha divergências provocadas por inveja e ganância. A cidade escolhida foi Vienne, no sul da França.

A agenda também pedia aos Bispos, Arcebispos e preladados que apresentassem sugestões para melhorias na vida da Igreja.

Principais decisões do Concílio:

1. Declarou extinta a Ordem dos Templários, a fim de prover à paz e ao bem comum;
2. Posicionou-se contra o modo como franciscanos, chamados “espirituais”, viviam a pobreza, considerando heréticas suas ideias;
3. Condenou o franciscano Pedro Olivi, que admitia no ser humano elementos intermediários entre a alma e o corpo.
4. Tentou definir o que constituiria a “pobreza” para o clero e proteger a autonomia da Igreja, um assunto sempre premente na época.
5. Foram elaborados vários esboços de constituições que só seriam publicadas em 1317, pelo Papa João XXII,

sucessor de Clemente, como uma coleção de leis canônicas que foi chamada “*Constitutiones Clementinae*”.

16. Concílio de Constança (Alemanha)

Período: de 05 de novembro de 1414 a 22 de abril de 1418.

É ecumênico apenas em sua fase final. A Igreja vivia mais um momento conturbado. Três Papas conviviam: o Papa legítimo Gregório XII e os antipapas João XXIII e Benedito XIII. O Concílio foi convocado e reuniu-se em 1414, mas sem a aquiescência de Gregório XII.

Em 1415, o Concílio aceitou a autoridade legal do Bispo de Roma. Após a renúncia espontânea de Gregório XII, num gesto de conciliação, e das deposições de Benedito e João, a assembleia elegeu, em novembro de 1417, um novo Papa, Martinho V.

Apenas as três últimas sessões, apoiadas pela presença e a colaboração do Papa Martinho V, e ratificadas pelos Pontífices Romanos subsequentes, é que constituem a parte ecumênica do Concílio de Constança.

Principais decisões do Concílio:

1. Extinção do Grande Cisma;
2. Condenação dos hereges John Wycliffe e de João Hus;
3. Decreto relativo à supremacia do Concílio sobre o Papa (Conciliarismo[\[171\]](#)), posteriormente repudiados nos dois Concílios seguintes e ab-rogado pelo Concílio Vaticano I, e decreto relativo à periodicidade dos Concílios; [\[172\]](#)
4. Concordata com as cinco nações conciliaristas.

17. Concílio de Basileia-Ferrara-Florença

Períodos: de 23/07/1431 a 07/05/1437 em Basiléia, de 18/09/1437 a 1º/01/1438 em Ferrara, em 16/07/1439 em Florença e, a partir de 25/04/1442, em Roma.

Esse Concílio foi longo – mais de 10 anos! - e itinerante. Começou em Basiléia, foi transferido, por ordem do Papa, para Ferrara. Em razão da peste, foi novamente transferido, agora para Florença e, por último, foi encerrado em Roma, onde esteve em seus últimos dois anos. Foi convocado pelo Papa Martinho, que morreu antes da abertura dos trabalhos.

O principal assunto era, novamente, a união com os cristãos gregos (ortodoxos), com os armênios e os jacobitas. Mas diversas questões de disciplina da Igreja, ainda abalada pelo cisma anterior, foram discutidas, em especial aquelas relacionadas ao poder dos Papas.

A transferência do concílio de Basileia para Ferrara gerou um novo cisma. Alguns participantes, que discordavam dos rumos e da condução do concílio, permaneceram em Basileia alegando que ali estava o “verdadeiro concílio”, e elegeram um anti-papa, Félix V, excomungando o Papa legítimo, Eugênio IV.[\[173\]](#)

Os resultados acabaram sendo positivos: os bizantinos se uniram novamente a Roma, em 1439, seguidos pelos armênios, também em 1439, pelos sírios jacobitas (monofisitas), em 1442, pelos cristãos da Mesopotâmia, em 1444, pelos caldeus nestorianos e pelos maronitas da ilha de Chipre, em 1445.[\[174\]](#)

O Concílio em Basileia tinha sido aberto com presença reduzida de uns poucos Bispos e abades, tanto ocidentais quanto, em número menor ainda, orientais. Mas a quantidade de participantes cresceu rapidamente e acabou se formando uma maioria de religiosos de ordens menores em relação aos Bispos. A postura inicial foi claramente antipapal, defendendo as posições conciliaristas, numa época em que o conciliarismo era forte e a autoridade papal estava enfraquecida. Mas o conciliarismo

terminou derrotado e a estrutura da Igreja Católica Romana continuou monárquica, sob o governo do sucessor de Pedro.

Principais decisões do Concílio:

1. Sanciona o cânon católico (relação oficial dos livros da Bíblia),
2. Nova união com as Igrejas orientais ortodoxas.
3. Reconhecimento no Pontífice romano de poderes sobre a Igreja Universal. Pela Bula papal “*Etsi non dubitemus*”, de 20 de abril de 1441, reafirmou a primazia do Papa sobre os concílios;
4. Ratifica a figura do Purgatório.
5. Considerou hereges e excomungou os membros do grupo que deu continuidade ao Concílio de Basiléia.

18. Concílio de Latrão V

Período: de 10 de maio de 1512 a 16 de março de 1517.

O concílio reuniu-se para tratar das decisões do concílio cismático de Pisa (1511-1512) e estabelecer regras para a reformada disciplina do clero e dos fiéis. Apenas pouco mais de cem prelados compareceram, quase todos italianos. O quórum reduzido, a pouca representatividade “ecumênica” dificultaram a tarefa do concílio.

Ainda assim apresentou alguns resultados positivos, tais como a repressão de abusos do clero e a refutação de teorias que negavam a imortalidade da alma.

Principais decisões do Concílio:

1. Contra o concílio cismático de Pisa (1511-1512) Condenação do concílio cismático de Pisa (1409-1411) e do Conciliarismo.

2. Decretos de reforma da formação do clero, sobre a pregação, etc.
3. Condenou a declaração que estimulava a criação de uma Igreja Nacional da França.
4. Assinatura de um acordo que regulamentou as relações entre a Santa Sé e a França.
5. Condenação da tese de Pietro Pomponazzi, segundo a qual a alma humana é mortal e uma só para toda a humanidade.
6. Exigência do *Imprimatur* para os livros que versassem sobre a fé ou teologia.

19. Concílio de Trento

Período: de 13 de dezembro de 1545 e 04 de dezembro de 1563, em três etapas.

Foi convocado pelo Papa Paulo III e aberto em Trento, na região do Tirol. Após a sua 10ª sessão, em março de 1547), foi suspenso em razão dos problemas causados pelo Imperador Carlos V. Foi reaberto, agora pelo Papa Júlio III em 1º de maio de 1551. Nova suspensão ocorreu em 28 de abril de 1552, após a 16ª sessão. Um novo Papa, Pio IV, tornou a instalar a assembleia, que então se reuniu de janeiro de 1562 a dezembro de 1563.

O Concílio de Trento tornou-se famoso por suas declarações dogmáticas opostas às inovações protestantes e por seus decretos disciplinares, que provocaram uma genuína reforma da cristandade. Suas formulações influenciam a teologia e o direito canônico até os dias atuais.

Os principais assuntos abordados e resolvidos foram a reação à reforma de Lutero, a doutrina sobre a Escritura e a Tradição, o doutrina de pecado original e da justificação, os sacramentos e a

missa, a veneração dos santos etc.



Congregação Geral do Concílio de Trento

Principais decisões do Concílio:

1. Reforma geral da Igreja, sobretudo por causa do protestantismo.
2. Confirmação da doutrina acerca dos sete sacramentos
3. Conformação dos dogmas eucarísticos.
4. Decreto dogmático do Cânon das Sagradas Escrituras, reconhecendo a versão da Vulgata como autêntica.

20. Concílio do Vaticano I

Período: de 08 de dezembro de 1869 a 18 de julho de 1870.

Mais de três séculos se passaram desde o Concilio de Trento sem que se reunisse um novo concílio universal. Nesses período de mais de trezentos anos as grandes deliberações e atitudes da Santa Igreja eram tomadas diretamente pelos Sumos Pontífices, cuja autoridade se evidenciava cada vez mais ao mundo cristão. O Concilio ecumênico do Vaticano, o primeiro desse nome, reuniu-se

exatamente para exprimir de modo solene essa consciência do primado do sucessor de Pedro.



Presidido pelo Papa Pio IX, o concílio foi convocado para a correção dos graves erros do modernismo e para uma revisão da legislação da

Igreja. A convocação deu-se pouco tempo após a publicação do *Syllabus*.[\[175\]](#)

Em razão da guerra franco-alemã, iniciada a 19 de julho de 1870, e da ocupação militar de Roma, que praticamente manteve o Papa prisioneiro no Vaticano, a 20 de outubro de 1870 o Concílio foi prorrogado indefinidamente (e até hoje não está oficialmente encerrado).

Foram apenas quatro as sessões realizadas. Mas seus resultados – duas constituições dogmáticas– foram extremamente fecundos para a Igreja: a primeira constituição dogmática condenava os erros do materialismo e do racionalismo modernos, e a segunda definiu o primado e o magistério infalível do Pontífice Romano.

Principais decisões do Concílio:

1. Constituição Dogmática *Dei Filius*, sobre a fé católica, que reforçou a ortodoxia estabelecida no Concílio de Trento e condenou o Racionalismo, o Naturalismo e o

Modernismo.

2. Constituição Dogmática *Pastor Aeternus*, sobre o primado e a infalibilidade do Papa quando se pronuncia “*ex cathedra*”, em assuntos de fé e de moral (costumes).

21. Concílio do Vaticano II



Período: de 11 de outubro de 1962 a 07 dezembro de 1965.

“*Procuraremos apresentar aos homens de nosso tempo, íntegra e pura, a verdade de Deus de tal maneira que eles a possam compreender e a ela espontaneamente assentir. Pois somos Pastores...*” Nesses termos João XXIII se dirigiu aos padres conciliares, na homilia de abertura do concílio, mostrando o que esperava dessa assembleia.

Iniciado por João XXIII e encerrado por Paulo VI, o Concílio Vaticano II foi bem diferente dos concílios anteriores e optou por não deliberar ou propor, de modo solene e definitivo, nenhuma verdade de fé ou moral, e também não tratar de questões disciplinares. Mesmo o problema do comunismo, ideologia totalitária que se esperava fosse condenada no Concílio, não foi abordada. Ou seja, por decisão papal, abriu-se mão,

antecipadamente, de se realizar um concílio dogmático.

[...] dado o caráter pastoral do Concílio, ele evitou pronunciar de uma maneira extraordinária dogma algum, comportando a nota de infalibilidade (...). O Concílio (...) será o grande catecismo dos nossos tempos. (Papa Paulo VI, Audiência de 12 de janeiro de 1966)

O Concílio pretendeu ser mais doutrinal e pastoral do que dogmático, e suas decisões geraram muitas críticas dos católicos tradicionalistas, em especial as relacionadas às questões como a reforma litúrgica, a liberdade religiosa e o ecumenismo.

O Concílio Vaticano II foi um momento de reflexão global da Igreja sobre si mesma e sobre as suas relações com o mundo (...)esta ‘reflexão global’ impeliu a Igreja a uma fidelidade cada vez maior ao seu Senhor. (Papa João Paulo II, 1995)

O Concílio Vaticano II constituiu uma dádiva do Espírito à sua Igreja. É por este motivo que permanece como um evento fundamental não só para compreender a história da Igreja no fim do século mas também, e sobretudo, para verificar a presença permanente do Ressuscitado ao lado da sua Esposa, no meio das vicissitudes do mundo. Mediante a Assembleia conciliar, [...] pôde-se constatar que o patrimônio de dois mil anos de fé se conservou na sua originalidade autêntica. (João Paulo II, 2000)

Principais decisões do Concílio:

1. Reflexões sobre a constituição e a natureza da Igreja: “*a Igreja é sacramento de Cristo e instrumento de união do homem com Deus, e da unidade de todo o gênero humano*”.
2. Definição sobre a questão das Igrejas católicas orientais: “*na única Igreja de Cristo*”, que subsiste na Igreja Católica, as Igrejas Latina e Orientais “*...desfrutam de igual dignidade... nenhuma prevalece sobre a outra... são*

confiadas ao governo pastoral do Pontífice Romano”.

3. Abordou o tema da Revelação divina e Tradição, sua importância e interrelacionamento.
4. *Renovação da liturgia para que “todos os fiéis cheguem àquela plena, consciente e ativa participação nas celebrações litúrgicas”. “A liturgia é obra da redenção em ato, celebração hierárquica e ao mesmo tempo comunitária, expressão de culto universal, que envolve toda a criação”. “É a primeira e necessária fonte onde os fiéis hão de beber o espírito genuinamente cristão”. “A participação na liturgia é, por força do Batismo, um direito e um dever do povo cristão, raça escolhida, sacerdócio real, nação santa, povo adquirido”.*
5. Declarações sobre a Liberdade e direitos humanos. Todos os direitos humanos, incluindo o da liberdade, são inerentes à dignidade inalienável da pessoa humana. A liberdade religiosa é *“direito da pessoa e das comunidades à liberdade social e civil em matéria religiosa”*.
6. Relação com os não cristãos e Ecumenismo: criou um espírito de maior tolerância e aproximação respeitosa às outras religiões não-cristãs e também à progressiva rejeição do antissemitismo.

Capítulo XI: Voltando aos Dogmas

Quando dizemos que nossa fé é revelada estamos diante de um fato. Este fato tem sua base em outro fato, que é que aprove a Deus revelar-Se aos homens. Não fosse assim, nada saberíamos desse maravilhoso Deus. Mas se perguntarmos o porquê de Deus revelar-se, estamos diante de um Mistério, pois nossa inteligência jamais alcançará a mente de Deus para sondar as razões de Sua vontade.

Entretanto, a Igreja nos dá a resposta, dizendo que Deus quis revelar-Se aos homens por amor a nós, para, através de Cristo e no Espírito Santo, dar-nos acesso ao Pai, de sorte a nos tornar participantes da natureza divina.

Aprouve a Deus, na sua sabedoria e bondade, revelar-Se a Si mesmo e dar a conhecer o mistério da sua vontade, segundo o qual os homens, por meio de Cristo, Verbo encarnado, têm acesso ao Pai no Espírito Santo e se tomam participantes da natureza divina. (Concílio do Vaticano II, Const. dogm. *Dei Verbum*, 2. CIC 51)

Mas, se não podemos conhecer a mente de Deus e suas razões, e apenas por intermédio da Igreja podemos conhecer as verdades de nossa fé que ultrapassam os fatos verificáveis, como podemos ter a certeza de que a Igreja está certa? De onde ela tira a autoridade para falar em nome de Deus? Que razões temos para acreditar que isso é verdade?

Se eu não presenciei um fato mas, ainda assim acredito que ele tenha ocorrido, é porque a fonte através da qual eu tomei conhecimento de sua ocorrência me é confiável: um jornal, um cientista renomado, meus pais, um amigo ou professor.

Quando uma criança aprende alguma coisa nova na escola, por exemplo, que a Terra é redonda ou que orbita em torno do Sol,

ela acreditará nessas “verdades” – mesmo que totalmente contrárias às evidências de seus sentidos (sua visão lhe diz que a Terra é plana, e que é o sol, que aparece e desaparece no horizonte, que estaria girando em torno da Terra) e de sua capacidade de raciocínio – porque confia em sua professora, ou seja, para ela é mais fácil acreditar que seus sentidos a estejam enganando do que imaginar que sua professora esteja lhe ensinando alguma coisa que não seja verdadeira. [\[176\]](#)

Com os Mistérios existentes no cristianismo ocorre exatamente da mesma forma. Devemos receber da Igreja aquilo que ela ensina, da mesma forma e com o mesmo espírito de confiança com o qual a criança recebe como verdade a lição nova de sua professora querida.

Eu vos asseguro: Quem não receber o reino de Deus como uma criança, jamais nele entrará. (Mc 10, 15 - Lc 18,17)

A autoridade da Igreja

No já mencionado parágrafo 88 do Catecismo da Igreja Católica lemos que a autoridade que o Magistério da Igreja, isto é, que a própria Igreja empenha para definir dogmas foi recebida diretamente do próprio Cristo.

O Magistério da Igreja empenha plenamente a autoridade que recebeu de Cristo quando define dogmas, isto é, quando, utilizando uma forma que obriga o povo cristão a uma adesão irrevogável de fé, propõe verdades contidas na Revelação divina ou verdades que com estas têm uma conexão necessária. (CIC 88)

Mas não vamos usar, por enquanto, um documento da própria Igreja para defender sua autoridade. Primeiro vamos tentar definir de qual autoridade estamos falando e, para tanto, vamos “ouvir” o que as Escrituras (e o próprio Jesus) têm a nos dizer a respeito.

É muito claro, na Sagrada Escritura, que toda autoridade vem de Deus, a primeira, única e verdadeira autoridade, da qual decorrem todas as demais.

Respondeu Jesus (a Pilatos): Tu não terias poder algum sobre mim se te não fosse dado do alto. (Jo 19,11ab)

Por mim reinam os reis e os legisladores decretam a justiça; por mim governam os magistrados e os magnatas regem a terra. (Pr 8,15s)

Porque é do Senhor que recebestes o poder, e é do Altíssimo que tendes o poderio. (Sb 6,3a)

Cada qual seja submisso às autoridades constituídas, porque não há autoridade que não venha de Deus; as que existem foram instituídas por Deus. (Rm 13,1)

A autoridade de Deus é criadora.

Deus disse: ‘Faça-se a luz!’ E a luz foi feita. (Gn 1,3)

E é usada para o bem.

E Deus viu que isso era bom. (Gn 1,10b.12b.18b.21b.25b.)

A autoridade de Deus é sempre exercida em benefício dos homens. Por isso, quando delegada[177] aos homens (e à Igreja), é antes serviço do que poder:

Disse Jesus a Pedro: Apascenta as minhas ovelhas. (Jo 21,17c)

Mas Jesus, aproximando-se, lhes disse: Toda autoridade me foi dada no céu e na terra. Ide, pois, e ensinai a todas as nações; batizai-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Ensinai-as a observar tudo o que vos prescrevi. (Mt 28,18-20a)

Jesus tinha autoridade, portanto.

Jesus e seus discípulos dirigiram-se para Cafarnaum. E já no dia de sábado, Jesus entrou na sinagoga e pôs-se a ensinar. Maravilhavam-se da sua doutrina, porque os ensinava como quem tem autoridade e não como os escribas. (Mc 1,21s)

Se Jesus tem toda a autoridade, que recebeu do Pai, Ele pode fazer com essa autoridade o que desejar.

Não tenho o direito de fazer o que eu quero com o que é meu?
(Mt 20,15a)

Jesus quis delegar essa autoridade a Pedro e aos demais Apóstolos, isto é, à Igreja nascente. É certo que essa delegação se estende aos sucessores de Pedro e dos Apóstolos, que compõe a Igreja católica, nascida por desejo e ordem do próprio Cristo, e que nunca terá fim.

Quem vos ouve, a mim ouve; e quem vos rejeita, a mim rejeita; e quem me rejeita, rejeita aquele que me enviou. (Lc, 10-16)
[...] sereis minhas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judéia e Samaria e até os confins do mundo. (At 1,8b)

Afinal, Jesus sabia que a missão de levar a Boa Nova até os confins do mundo - isto é, a todo o mundo - seria um trabalho para mais de uma geração. Se a autoridade fosse dada apenas a Pedro e aos Apóstolos que o acompanharam em vida, a missão jamais se realizaria, e a Boa Nova jamais teria chegado até nós. É assim que Jesus quis precisar de Sua Igreja, e a ela delegou a autoridade para, em seu nome, ligar e desligar, dando-lhe as chaves do Reino dos Céus.

E eu te declaro: tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja; as portas do inferno não prevalecerão contra ela. Eu te darei as chaves do Reino dos céus: tudo o que ligares na terra será ligado nos céus, e tudo o que desligares na terra será desligado nos céus. (Mt 16,18s)

As chaves do Reino do Céu representam o instrumento que permite abrir e fechar a entrada desse Reino, como uma chave comum abre e fecha uma porta de acesso a uma casa ou qualquer outro lugar.

Jesus, que é o “caminho” – ninguém vai ao Reino do Céu, senão por meio Dele - é o dono das chaves, que Ele dá a quem Ele quiser.

Eu sou o caminho, a verdade e a vida; ninguém vem ao Pai senão por mim. (Jo 14,6)

Não tenho o direito de fazer o que eu quero com o que é meu? (Mt 20,15a)

Ao dizer a Pedro que lhe dava as chaves do reino dos Céus, Jesus não lhe passou nenhum objeto em forma de chave ou chave verdadeira. O que Jesus transmitiu foi a autoridade que tinha e que recebera do Pai, aquela autoridade que, como já dissemos, não é poder, mas serviço, a autoridade que está a serviço da vida.

[...] sabendo Jesus que o Pai tudo lhe dera nas mãos, e que saíra de Deus e para Deus voltava, levantou-se da mesa, depôs as suas vestes e, pegando duma toalha, cingiu-se com ela. Em seguida, deitou água numa bacia e começou a lavar os pés dos discípulos e a enxugá-los com a toalha com que estava cingido. Chegou a Simão Pedro. Mas Pedro lhe disse: Senhor, queres lavar-me os pés!... Respondeu-lhe Jesus: O que faço não compreendes agora, mas compreendê-lo-ás em breve. Disse-lhe Pedro: Jamais me lavarás os pés!... Respondeu-lhe Jesus: Se eu não tos lavar, não terás parte comigo. Exclamou então Simão Pedro: Senhor, não somente os pés, mas também as mãos e a cabeça. (Jo 13,3-9)

Jesus não transfere as “chaves do poder” a Pedro, mas o “poder das chaves”; o poder das chaves é o poder da liderança (do grupo de Apóstolos e discípulos) para o cuidado e o serviço aos outros. O “poder” que os homens cobiçam (o de ter e o de ser mais que os outros homens) nunca foi a forma de poder que Jesus usou, ou aprovou.

Quem vos ouve, a mim ouve; e quem vos rejeita, a mim rejeita; e quem me rejeita, rejeita aquele que me enviou. Voltaram

alegres os setenta e dois, dizendo: Senhor, até os demônios se nos submetem em teu nome! (Lc 10,16s)

Para Jesus nenhum homem está acima de outro, em nenhuma circunstância. Pode, isso sim, ter mais responsabilidade pelo cuidado geral das pessoas e das coisas (os governantes, por exemplo). A única autoridade que admite é o serviço. Foi essa a autoridade que Jesus exerceu, e é com essa finalidade que Sua Igreja exerce a autoridade que Dele recebeu.

Vós, porém, não queirais ser chamados Rabi, porque um só é o vosso Mestre, a saber, o Cristo, e todos vós sois irmãos. E a ninguém na terra chameis vosso pai, porque um só é o vosso Pai, o qual está nos céus. Nem vos chameis mestres, porque um só é o vosso Mestre, que é o Cristo. O maior dentre vós será vosso servo. E o que a si mesmo se exaltar será humilhado; e o que a si mesmo se humilhar será exaltado. (Mt 23,1-12)

Nem vos façais chamar de mestres, porque só tendes um Mestre, o Cristo. O maior dentre vós será vosso servo. Aquele que se exaltar será humilhado, e aquele que se humilhar será exaltado. (Mt 23,10-12)

Em seguida, voltaram para Cafarnaum. Quando já estava em casa, Jesus perguntou-lhes: De que faláveis pelo caminho? Mas eles calaram-se, porque pelo caminho haviam discutido entre si qual deles seria o maior. Sentando-se, chamou os Doze e disse-lhes: Se alguém quer ser o primeiro, seja o último de todos e o servo de todos. (Mc 9,33-35)

Depois de lhes lavar os pés e tomar as suas vestes, sentou-se novamente à mesa e perguntou-lhes: Sabeis o que vos fiz? Vós me chamais Mestre e Senhor, e dizeis bem, porque eu o sou. Logo, se eu, vosso Senhor e Mestre, vos lavei os pés, também vós deveis lavar-vos os pés uns aos outros. Dei-vos o exemplo para que, como eu vos fiz, assim façais também vós. Em verdade, em verdade vos digo: o servo não é maior do que o seu Senhor, nem o enviado é maior do que aquele que o enviou. Se compreenderdes estas coisas, sereis felizes, sob condição de as praticardes. (Jo 13,12-17)

A uns ele constituiu Apóstolos; a outros, profetas; a outros, evangelistas, pastores, doutores, para o aperfeiçoamento dos cristãos, para o desempenho da tarefa que visa à construção do corpo de Cristo, até que todos tenhamos chegado à unidade da fé e do conhecimento do Filho de Deus, até atingirmos o estado de homem feito, a estatura da maturidade de Cristo. (Ef 4,11-13)

Uma vez estabelecida (e, esperamos, entendida) a autoridade da Igreja Católica, voltemos ao seu Catecismo, e aos dogmas.

O Magistério da Igreja empenha plenamente a autoridade que recebeu de Cristo quando define dogmas, isto é, quando, utilizando uma forma que obriga o povo cristão a uma adesão irrevogável de fé, propõe verdades contidas na Revelação divina ou verdades que com estas têm uma conexão necessária. (CIC 88)

Vejam os elementos que estão no catecismo e que nos ajudarão a começar a entender melhor o que são dogmas.

- Dogmas são “*verdades contidas na Revelação divina ou verdades que com estas têm uma conexão necessária*”.
- Essas verdades, ou dogmas, são “propostas” pela Igreja aos seus fiéis, para que eles conheçam (e vivam melhor) a Revelação divina.
- A Igreja não age por conta própria quando propõe os dogmas à comunidade dos fiéis. Ela, como já vimos, age dentro da missão que recebeu diretamente do Cristo, e com a sua autoridade (em nome de).

Na Igreja, não vale o que eu digo ou o que tu dizes ou ainda o que ele diz. Vale o que diz o Senhor. (Agostinho de Hipona)

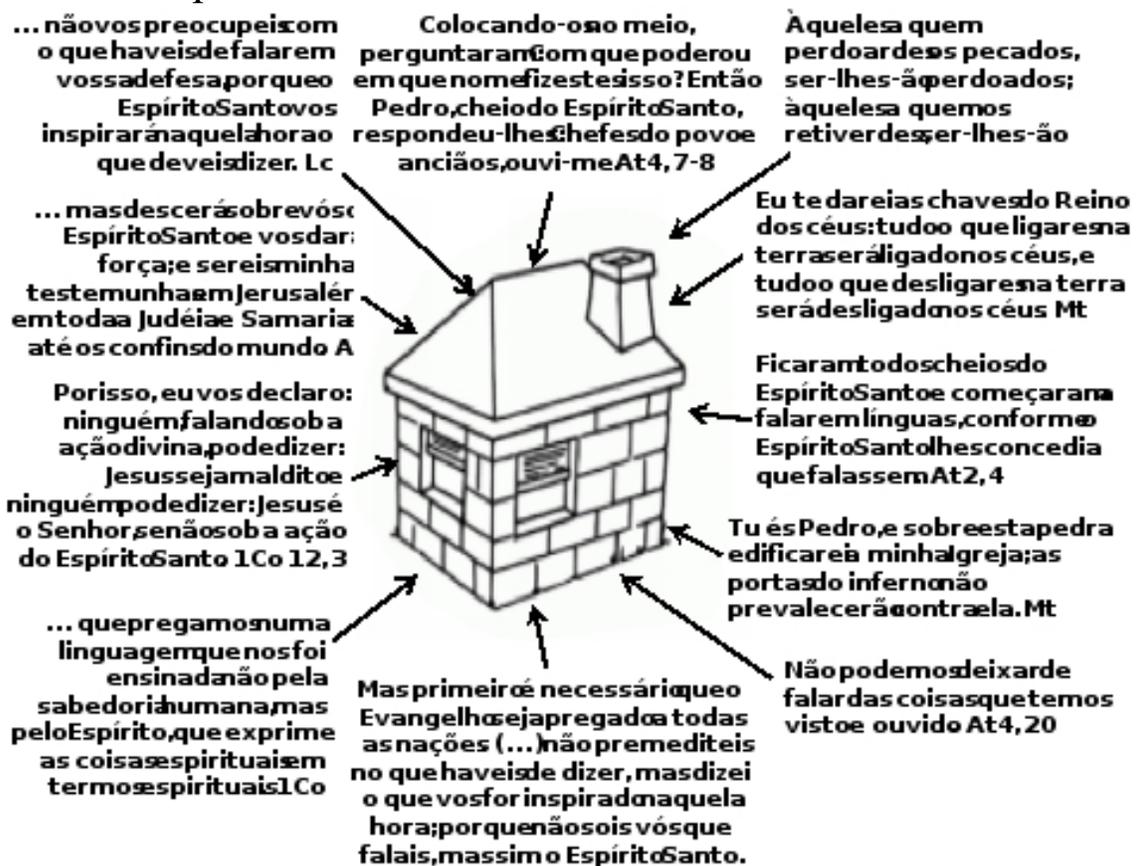
Disso temos que, para que uma afirmação tida como verdade seja constituída como um dogma são necessárias duas condições

fundamentais:

- A primeira é que tal verdade deve ter sido objeto da revelação divina, ou seja, seu sentido deve ser suficientemente manifestado como sendo uma autêntica verdade revelada por Deus.
- Segundo, que esta verdade deve ser proclamada de forma solene e infalível pelo Magistério da Igreja e proposta pela Igreja aos fiéis, como verdade revelada e parte integrante da fé católica, para crença obrigatória (adesão irrevogável de fé).

Garantido pela autoridade divina, os dogmas são definitivos, imutáveis e irrevogáveis, parte inseparável do Depósito da Fé, e são chamados de Verdades de Fé Católica.

Mas o que é a Verdade?



Verdade, autoridade, infalibilidade, dogma estão relacionados entre si e são os alicerces do edifício que sustenta a Igreja Católica.

O que é a Verdade?

Jesus respondeu (a Pilatos): 'Tu o dizes: eu sou rei, para isso eu nasci e para isso eu vim ao mundo; para dar testemunho da verdade. Quem é da verdade escuta a minha voz'. Disse Pilatos: "Que é a verdade?" (Jo 18,37-38)

Na mitologia grega a Verdade era uma deusa, filha de Saturno e a mãe da Justiça. A Lógica entende a verdade como a conformidade do pensamento com o seu objetivo, em oposição ao erro. Na Moral, é a conformidade de uma afirmação com o pensamento, em oposição à mentira. Já a metafísica define a Verdade como "aquilo que realmente é".

Alguns afirmam que a verdade é aquilo que está ligado a tudo que é sincero, ou que é a ausência da mentira, a afirmação do que é correto, do que é seguramente o certo e está dentro da realidade apresentada. Não há um consenso entre filósofos e acadêmicos sobre o que é verdade e, assim, inúmeras teorias e visões, as mais complexas possíveis, existem e continuam sendo criadas.

Por exemplo, a verdade seria apenas um ponto de vista^[178] para aqueles que afirmam que "o que hoje é verdade pode não ser verdade amanhã" (por exemplo, no passado, era considerada verdade o fato de a Terra ser plana) ou "o que é verdade para determinada pessoa, pode não ser verdade para outra pessoa". Ao fazer a verdade depender de cada ponto de vista, e há tantos pontos de vistas diferentes quantas pessoas existem neste planeta, a definição filosófica da verdade acaba sendo um problema insolúvel... e perigoso.

Nos dias atuais, dominados pelo subjetivismo e pelo

relativismo, parece que a única verdade é que não existe qualquer verdade absoluta. “Tudo é relativo!” dizem os homens que chamam a si mesmos sábios e que são considerados pelos demais como gurus da modernidade.

A modernidade, em nome de uma pretensa liberdade do homem, defende o “direito” que cada um tenha sua própria verdade, não aceitando que possa existir uma verdade acima de todas as “outras”. Mas, infeliz daquele que julga ser proprietário da “sua” verdade, pois está enganando a si mesmo e vivendo num mundo de faz-de-conta, um mundo de mentiras, que antes de o libertar, o escraviza.

O homem pode ter diferentes opiniões e cada qual julgar ser o único que detém a verdade em alguns aspectos de sua vida e do seu ambiente. Ele pode julgar que seu time de futebol seja o melhor do mundo, mesmo que milhares, talvez milhões de outros homens não concordem com ele. Podem preferir vinho a cerveja, uma marca de carro a outra, o melhor restaurante da cidade e achar que suas opiniões são incontestáveis.

Mas ele pode dizer que os domingos não existem? Que dois mais dois não são quatro? Se o homem disser Deus não existe, será por isso que Deus deixará de existir? Ou os domingos?

A verdade é que a verdade existe.[\[179\]](#)

Nós, cristãos, sabemos que a verdade existe e, assim como Deus é Único, a verdade também é e deve ser Única. Ou seja, para o cristão, a verdade não é relativa. Mas também não é uma interpretação, nem mesmo um conhecimento certo sobre alguma coisa. Não é nem sequer uma ideia[\[180\]](#) que os filósofos discutem e manipulam. Para nós, a verdade é uma pessoa.

Eu sou o caminho, a verdade e a vida. (Jo 14,6a)

A verdade, para nós, cristãos, é Alguém, é o Cristo, a Palavra (Logos) de Deus feita carne, fora do qual não existe outra

Verdade. É por essa Verdade que anseiam os homens, [\[181\]](#) desde a mais tenra infância, mas que nem sempre acham o que procuram, na maioria das vezes porque não encontram que lhes possa colocar no caminho certo, escondido que está no meio de tantas filosofias e pseudofilosofias.

Deus não permitiu que seus filhos amados (nós!) vivessem sem saber qual caminho tomar, qual a realidade que vivemos e vamos ainda viver, de onde viemos e para onde vamos. Ele veio, pessoalmente, nos ensinar essa Verdade.

Essas questões não são relativas, não dependem do que cada homem pense ou acredite sobre elas. Alguém acha que não existe vida após a morte. Nem por isso ele deixará de se surpreender quando, após a sua morte, perceber que ainda há vida. O fato de ele não ter acreditado, em vida, na eternidade, não afeta a verdade dessa eternidade. Pior ainda, aquele que não acreditar, por exemplo, no inferno.

Ou Deus existe ou não existe. Essa escolha o homem deve fazer. Se escolher a segunda opção (Deus não existe), poderá viver segundo suas próprias verdades, pois se Deus não existe, tudo é permitido. Mas aí dele, quando chegar sua hora – e ela vai chegar, se Deus existir (e Deus existe!).

Sobre essas questões relevantes para o ser humano, diferente do que querem os ateus e modernistas de todos os matizes, não vale qualquer resposta, pois só há uma resposta.

Não ponhas em dúvida se é ou não verdade, aceita com fé as palavras do Senhor, porque ele, que é a Verdade, não mente.
(Tomás de Aquino)

A Verdade, vimos, é o Cristo. Mas onde podemos encontrá-lo?

A resposta – a única possível – é que podemos encontrar a Verdade, que é o Cristo, na Igreja que Ele estabeleceu para

continuar a sua missão: ensinar o Seu Evangelho da Salvação; glorificar a Deus, prestando-lhe culto e distribuindo Suas graças e sacramentos aos fiéis e oferecer aos homens o alimento espiritual, que é o próprio Cristo, conduzindo (o rebanho) pelo caminho da verdade, para a vida eterna), enquanto ainda estamos aqui, nesta Terra.[\[182\]](#)

Toda autoridade me foi dada no céu e na terra. Ide, pois, e ensinai a todas as nações; batizai-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Ensinai-as a observar tudo o que vos prescrevi. Eis que estou convosco todos os dias, até o fim do mundo. (Mt 28, 18b-20)

Dessa forma, quando dizemos que a Igreja proclama a Verdade, não estamos dizendo que ela está homologando uma versão de fatos, ou expressando e defendendo a sua opinião, ou o ponto-de-vista católico. Dizemos, com todas as letras, que a Igreja proclama o Cristo.

[...] nós, porém, anunciamos Cristo, e Cristo crucificado, escândalo para os judeus e loucura para os pagãos. (1Co 1,23)

A Igreja não é dona da Verdade, ela não possui a Verdade. É a Verdade, o Cristo, que é a Cabeça da Igreja. É a Verdade que possui a Igreja.

Ele (Cristo) é a Cabeça do corpo, da Igreja. (Cl 1,18a)

Mas, pela prática sincera da caridade, crescamos em todos os sentidos, naquele que é a cabeça, Cristo. É por ele que todo o corpo - coordenado e unido por conexões que estão ao seu dispor, trabalhando cada um conforme a atividade que lhe é própria - efetua esse crescimento, visando a sua plena edificação na caridade. (Ef 4,15-16)

Àqueles que acusam a Igreja Católica de ser composta por pecadores nossa resposta é: “É verdade! Somos todos pecadores na Igreja Católica”. E quando dizem que, por sermos pecadores, a

Igreja não tem condições morais de dizer que a sua verdade é a única, ou é melhor que as demais, [183] a Igreja responde que ela não tem, não cria e não defende suas próprias verdades.

Certa, pela promessa de Cristo, que é assistida, sustentada, orientada e conduzida pelo Espírito Santo, a Igreja tem plena consciência de que não tem competência, nem poder, nem qualquer condição (até mesmo por ser pecadora!) de estabelecer suas próprias verdades. A Igreja é serva da Verdade, escrava da Verdade. Serva e escrava de Jesus Cristo. Quando ela proclama a Verdade, o faz com humildade, reconhecendo sua posição de submissão, e nunca como um gesto de soberba ou poder.

A Verdade proclamada pela Igreja não é fruto da inteligência, ou da perspicácia, ou da malícia de seus membros, Papa, Bispos ou clérigos. Essa Verdade, repetimos, é o Cristo. E essa Verdade a Igreja não negocia, não flexibiliza, não relativiza, pois essa autoridade ela não detém.

E se a Igreja proclama essa Verdade ao mundo é porque ela, a Verdade, não lhe pertence, não pode ficar confiada a seus altares e púlpitos, catedrais ou basílicas, ou reclusa às fronteiras do Vaticano.

Santifica-os pela verdade. A tua palavra é a verdade. Como tu me enviaste ao mundo, também eu os enviei ao mundo. Santifico-me por eles para que também eles sejam santificados pela verdade. Não rogo somente por eles, mas também por aqueles que por sua palavra hão de crer em mim. Para que todos sejam um, assim como tu, Pai, estás em mim e eu em ti, para que também eles estejam em nós e o mundo creia que tu me enviaste. Dei-lhes a glória que me deste, para que sejam um, como nós somos um, eu neles e tu em mim, para que sejam perfeitos na unidade e o mundo reconheça que me enviaste e os amaste, como amaste a mim. (Jo 17,17-23)

Quando a Igreja proclama as verdades ao mundo, está

proclamando a esse mesmo mundo que Jesus Cristo é Deus, que Ele nos ama e só quer o nosso bem, e isso implica nossa salvação para a vida eterna.

Eu sou o caminho, a verdade e a vida. (Jo 14,6a)

Eu vim para que [todos] tenham vida e para que a tenham em abundância. (Jo 10,10b)

Está escrito: Não só de pão vive o homem, mas de toda palavra que procede da boca de Deus (Dt 8,3). (Mt 4,4)

Verdade é vida.

E essa é a verdade:

A Igreja, espalhada hoje pelo mundo inteiro, recebeu dos Apóstolos e dos seus discípulos a fé num só Deus, Pai e onipotente, que fez o céu e a terra, os mares, e tudo quanto nele existe e num só Cristo, Filho de Deus, que se fez carne para a nossa salvação; e no Espírito Santo, que mediante os profetas predisse a salvação por meio do amado Jesus Cristo nosso Senhor, a sua dupla vinda, o seu nascimento da Virgem, a sua paixão e ressurreição dentre os mortos, e que diante dele todo joelho se dobrará no céu, na terra e nos infernos, e toda língua o proclame (Fl 2,10s). Então, sobre todos os seres, pronunciará o seu justo julgamento. As almas dos maus, os anjos prevaricadores e apóstatas, precipitá-los-á no fogo eterno com os homens pecadores, injustos, iníquos e blasfemadores. Os justos, porém, os santos, aqueles que guardaram os seus mandamentos e perseveraram no seu amor, (...) receberão dele a vida, terão dele a imortalidade e gozarão da glória eterna. Esta é a doutrina que a Igreja recebeu; e esta é a fé, que mesmo dispersa no mundo inteiro, a Igreja guarda com zelo e cuidado, como se tivesse a sua sede numa única casa. E todos são unânimes em crer nela, como se ela tivesse uma só alma e um só coração. Esta fé ela anuncia, ensina, transmite como se falasse uma só língua. As línguas faladas no mundo são diversas, mas a força da tradição, em toda parte, é a mesma. As igreja fundadas na Alemanha não tem outra fé e outra tradição.

Diga-se o mesmo das igrejas fundadas na Espanha, entre os celtas, no oriente, no Egito, na Líbia ou no centro do mundo, que é a Palestina. Da mesma forma que o Sol, criatura de Deus, é um só e é idêntico em todo o mundo, assim também o ensino da verdade, que brilha em toda parte e ilumina a todos os homens, que querem chegar ao conhecimento da verdade (cf. 1Tm 3, 15), é sempre o mesmo. (Ireneu de Lyon, Contra os Hereges 1,9)

A missão de Pedro e da Igreja é apascentar as ovelhas do redil do Senhor:

Jesus perguntou a Simão Pedro: Simão, filho de João, amas-me mais do que estes? Respondeu ele: Sim, Senhor, tu sabes que te amo. Disse-lhe Jesus: Apascenta os meus cordeiros. Perguntou-lhe outra vez: Simão, filho de João, amas-me? Respondeu-lhe: Sim, Senhor, tu sabes que te amo. Disse-lhe Jesus: Apascenta os meus cordeiros. Perguntou-lhe pela terceira vez: Simão, filho de João, amas-me? Pedro entristeceu-se porque lhe perguntou pela terceira vez: Amas-me?, e respondeu-lhe: Senhor, sabes tudo, tu sabes que te amo. Disse-lhe Jesus: Apascenta as minhas ovelhas. (Jo 21,15-17, ver também Jo 10)

Levar o rebanho a pastar, pastorear, cuidar, olhar por, alimentar, nutrir. Isso é apascentar. Na ausência (física) do Pastor, é ao Apóstolo Pedro e a seus sucessores (isto é, à Igreja) que é confiada a missão de apascentar o rebanho, e também de confirmá-lo.

Jesus, depois de ensinar aos Apóstolos que sua Igreja, que eles formariam, seria uma Igreja que serve e que sofreria provações, dirigiu-se a Pedro, direta e pessoalmente, dizendo-lhe que, da mesma forma em que confirmaria a sua fé (de Pedro) diante de Deus, quando a inimigo (o diabo) o viesse reclamar, caberia a Pedro confirmar a fé de seus irmãos.

Que não seja assim entre vós; mas o que entre vós é o maior,

torne-se como o último; e o que governa seja como o servo. Pois qual é o maior: o que está sentado à mesa ou o que serve? Não é aquele que está sentado à mesa? Todavia, eu estou no meio de vós, como aquele que serve. E vós tendes permanecido comigo nas minhas provações; eu, pois, disponho do Reino a vosso favor, assim como meu Pai o dispôs a meu favor, para que comais e bebais à minha mesa no meu Reino e vos senteis em tronos, para julgar as doze tribos de Israel. Simão, Simão, eis que Satanás vos reclamou para vos peneirar como o trigo; mas eu roguei por ti, para que a tua confiança não desfaleça; e tu, por tua vez, confirma os teus irmãos. (Lc 22, 26-32)

Esses irmãos a serem confirmados eram tanto os Apóstolos que ali estavam (o que mostra que Jesus constituiu Pedro acima dos demais, como seu líder e responsável), quanto todos aqueles que viriam a se tornar cristãos e filhos de Deus (pelo batismo) e, portanto, irmãos de Pedro, dos Apóstolos e nossos irmãos.

Essa missão: confirmar a fé dos irmãos, é a Missão dos Papas até os nossos dias.

Infalibilidade

Stephen Hawking (1942) é um dos maiores, se não o maior cientista de todos os tempos nos campos da física teórica e da [cosmologia](#). Sua autoridade nesses campos é unânime e mundialmente reconhecida, o que lhe confere credibilidade em tudo o que escreve e fala.

Mas seria Stephen Hawking, com todo o fantástico currículo que carrega, infalível?

Hawking refere a si mesmo como ateu, apesar de repetir constantemente em suas obras a palavra “Deus”. Segundo ele próprio, usa essa palavra no sentido metafórico e relativo. Hawking, que não é religioso, acredita num universo governado pelas leis da ciência, embora essa leis possam ter sido estabelecidas

por um Criador, mas um Criador que não interfere no funcionamento dessas mesmas leis.

No seu livro “Uma breve história do tempo”, Hawking diz que *“tanto quanto o Universo teve um princípio, nós poderíamos supor que tenha um Criador”*. E, ainda, que *“no entanto, se nós descobrirmos uma teoria completa (que explique tudo no Universo) então nós conheceríamos a mente de Deus”*.

Num livro mais recente, “The Grand Design” (O Grande Projeto), Stephen Hawking abandona sua ideia de um criador e afirma que *“Deus não tem mais lugar nas teorias sobre criação do universo, devido a uma série de avanços no campo da física”*.

Em 22 de janeiro de 2014, Stephen Hawking publicou um artigo afirmando que os buracos negros não existem. O artigo provocou grande confusão no mundo científico, já que a teoria dos buracos negros teve, com o um de seus criadores e maiores teóricos, exatamente, Stephen Hawking. [\[184\]](#)

Com certeza, Hawking tem o mesmo grau de infalibilidade tanto no tocante à existência de Deus quanto no caso dos buracos negros: nenhuma!

A autoridade de Stephen Hawking deriva de sua capacidade de raciocínio, de teorizar sobre coisas jamais vistas, de navegar no universo sem sair de sua sofisticada cadeira de rodas, de todo o conhecimento que acumulou nos muitos anos de estudos, de pesquisas e conclusões próprias. Mas, ainda assim, Stephen Hawking não é infalível. Por quê?

Porque todo esses conhecimentos, de onde provém sua autoridade e credibilidade, são limitados, são conhecimentos meramente humanos (ainda que só de pouquíssimos seres humanos, mas, ainda assim, humanos). E sendo meramente humano, todo o seu conhecimento, por maior e mais bem qualificado que o dos demais seres humanos, está sujeito a erros.

Infalível só Deus, e aquele que fala a sua Verdade, sob seu mandado, com sua autoridade e a seu serviço, o Papa.

(...) e tu (Pedro), por tua vez, confirma os teus irmãos. (Lc 22, 32b)

Infalível é a qualidade daquele (ou daquilo) que não falha, que não pode se enganar, que não erra e nunca se engana.

Ora, só Deus nunca se engana, nem pode se enganar.



O homem é sujeito a falhas. Mesmo o Papa, que é um homem, pode se enganar. Mas, então, como dizemos que o Papa é infalível?

A infalibilidade, que é um dogma, implica que um Papa legítimo (escolhido pelo Espírito Santo), na qualidade de sucessor de Pedro, quando se pronuncia *ex cathedra*, ou seja, quando fala como pastor e mestre de todos os fiéis, fazendo uso de sua suprema autoridade, com a reta e clara intenção de definir alguma doutrina de fé ou costume para que seja acreditada por todos os fiéis, não pode se enganar. Ou seja, tal pronunciamento é infalível!

O Espírito Santo desce sobre o
Papa Gregório XVI, Telade Carlo
Saraceni, 610.

A infalibilidade é prerrogativa do Papa legítimo e não de outras pessoas ou organismos (congregações pontificais ou eclesiais) a quem ele, porventura, confira, por delegação, parte de sua autoridade magistral. Por outro lado, a infalibilidade prometida à Igreja reside também no corpo episcopal quando este exerce seu magistério supremo em comunhão hierárquica [\[185\]](#) com o sucessor de Pedro, sobretudo em um Concílio Ecumênico.

Embora os Bispos, individualmente, não gozem da prerrogativa da infalibilidade, anunciam, porém, infalivelmente a doutrina de

Cristo sempre que, embora dispersos pelo mundo mas unidos entre si e com o sucessor de Pedro, ensinam autenticamente matéria de fé ou costumes concordando em que uma doutrina deve ser tida por definida. O que se verifica ainda mais manifestamente quando, reunidos em Concílio Ecumênico, são doutores e juizes da fé e dos costumes para toda a Igreja, devendo-se aderir com fé às suas definições. (Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, 25)

Nessas condições, a garantia da infalibilidade é a assistência sobrenatural do Espírito Santo, que preserva o Papa de todo erro, pois **“é Deus que está falando pela boca do Papa”**.

A primeira consequência dessa infalibilidade é que tais pronunciamentos do Romano Pontífice devem ser acreditados e obrigatoriamente seguidos com fé católica, ou seja, devem ser observados rigorosamente, como expressões da verdade que são, por todos os fiéis católicos, de todo o mundo.

Não há qualquer prejuízo para o fiel assim proceder. Não há tolhimento de sua liberdade. Pelo contrário, a infalibilidade dá ao fiel a certeza, a segurança, de que a Igreja está velando por ele, sendo impecável a doutrina que lhe é apresentada e à qual ele se submete amorosamente.

A segunda consequência é que tais declarações *ex cathedra* dos Papas são por si mesmas eficazes e irreformáveis, são verdades que não admitem questionamentos (portanto, absolutas). Não dependem da intervenção de qualquer outra autoridade, nem a admitem posteriormente.

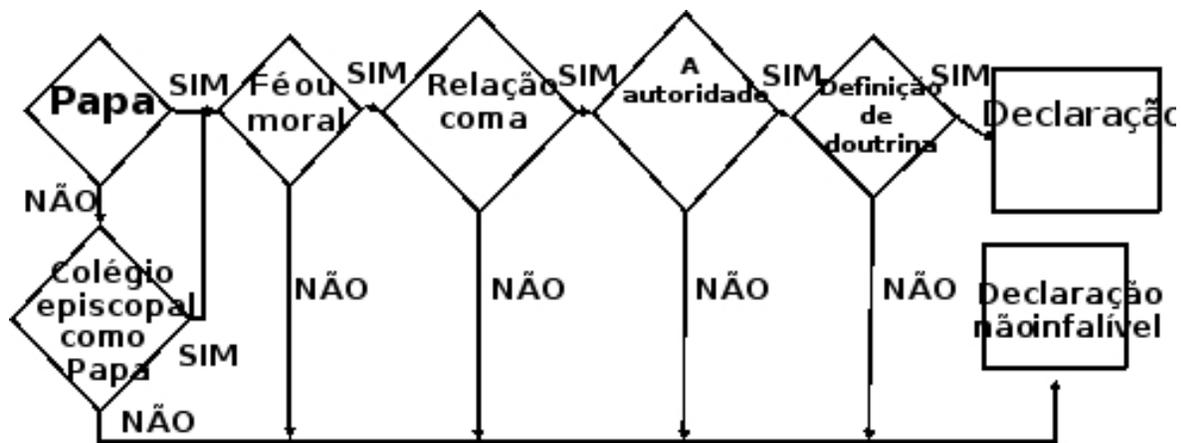
(...) ensinamos e definimos ser dogma divinamente revelado que o Pontífice Romano, quando fala *ex cathedra*, isto é, quando cumprindo seu cargo de pastor e mestre de todos os cristãos, por sua suprema autoridade apostólica, define que uma doutrina sobre a fé ou costumes deve ser sustentada pela Igreja universal, goza, pela assistência divina que lhe foi prometida na pessoa de Pedro, daquela infalibilidade que o Redentor divino

quis que gozasse a sua Igreja na definição da doutrina da fé e costumes e, portanto, as definições do Bispo de Roma por si mesmas, não pelo consentimento da Igreja, são irreformáveis. (Constituição Dogmática *Pastor Aeternus*, promulgada na Quarta Sessão do Concílio Vaticano I, em 18 de julho de 1870, pelo Papa Pio IX)

Porém, quando o Romano Pontífice, ou o corpo episcopal com ele, define alguma verdade, propõe-na segundo a Revelação, à qual todos se devem conformar. Esta transmite-se integralmente, por escrito ou por tradição, através da legítima sucessão dos Bispos e, antes de mais, graças à solicitude do mesmo Romano Pontífice; e, sob a iluminação do Espírito de verdade, é santamente conservada e fielmente exposta na Igreja. Para a investigar como convém e enunciar aptamente, o Romano Pontífice e os Bispos, segundo o próprio ofício e a gravidade do assunto, trabalham diligentemente, recorrendo aos meios adequados; não recebem, porém, nenhuma nova revelação pública que pertença ao depósito divino da fé. (Constituição Dogmática *Lumen Gentium*, 25)

A infalibilidade não atinge outros assuntos ou declarações pontifícias que não sejam verdades de fé e de costumes ou que não estejam em íntima conexão com a revelação divina.

Doutra parte, é possível e até necessário criticar os pronunciamentos do papa, se não estiverem suficientemente baseados na Escritura e no Credo, ou seja, na fé da Igreja universal. Onde não houver, nem a unanimidade da Igreja universal, nem o claro testemunho das fontes, não pode também haver uma definição que obrigue a crer. Faltando as condições, poder-se-á também suspeitar da legitimidade [de um pronunciamento papal].[\[186\]](#)



Entendendo o "processo de uma declaração que goza de

Os Dogmas e os Papas

Quando falamos em dogmas, a primeira ideia que vem à cabeça das pessoas que não conhecem a fé católica é a de um Papa idoso, inventando, de forma arbitrária e unilateral, (mais) uma regra a ser seguida pelos fiéis. É claro que isso não é verdade, mas, infelizmente, também são poucos católicos que sabem que muito raramente o Papa, sozinho, proclama verdades de fé como dogmas.

E, mesmo quando ele assim o faz, não faz senão após muita reflexão, oração e, embora não seja obrigado a fazê-las, consultas aos Bispos de todo o mundo.

Da grande quantidade de dogmas que fazem parte da doutrina católica (vamos conhecê-los mais adiante), muito poucos foram proclamados por um Papa, e não pelo colegiado dos Bispos com o Papa. Vamos ver quais daqui a poucas páginas.

Mas, antes disso, vamos conhecer o significado da **definição pontifícia de um dogma**. Pontifícia, é óbvio, significa que a declaração é feita pelo Pontífice, ou Sumo Pontífice, que é o Papa. Assim, definição pontifícia ou definição papal são termos sinônimos.

A definição papal sobre um dogma está sujeita a regras

muito precisas. A primeira é que tal definição seja feita solenemente, através de uma declaração “*ex cathedra*”, ou seja, uma declaração feita pelo Papa na condição de Supremo Pastor ou Mestre da Cristandade, em virtude de sua suprema autoridade apostólica.

Pronunciamentos feitos sem essa condição, ou seja, quando o Pontífice fala como um mestre particular, em seu próprio nome, não podem ser consideradas definições dogmáticas, pois não são consideradas infalíveis. Quando fala em seu próprio nome, o Papa é tão infalível quanto Stephen Hawking que, como vimos, por ser humano, e não Deus, por mais inteligente que seja, estará sempre sujeito a erros (ou seja, não é infalível).

As definições papais não criam dogmas. Elas apenas reconhecem, ao fim de um longo processo, uma verdade desde sempre contida no depósito tradicional da Revelação divina, que aflora na consciência do Sumo Pontífice (e, quase sempre, também na consciência da hierarquia eclesiástica e dos fiéis em geral), de sorte que uma definição papal nunca é uma imposição arbitrária de uma ideia isolada.

Pelo contrário, as definições pontificias proclamam verdades de fé que têm sido sempre e em toda a parte professadas pelos cristãos, desde os tempos de Cristo.

Quod ubique, quod semper, quod ab omnibus creditum est, hoc est etenim vere proprieque catholicum. — O que todos em toda parte e sempre acreditaram, isso é verdadeira e propriamente católico. (Vicente de Lerins. *Commonitorium*. Séc. V)

Tais declarações são sempre de caráter extraordinário, excepcional, quase sempre provocadas por uma situação de perigo para a fé católica, tais como o surgimento de heresias ou de sistemática negação da verdade que ela vem a proclamar solenemente.

A excepcionalidade se dá até mesmo pelo fato de que também o Magistério ordinário da Igreja, isto é, aquele exercido pela pregação unânime do episcopado unido ao Papa, goza de infalibilidade. Assim, para que uma verdade seja solenemente definida como pertencente ao Depósito da Fé, não é necessário que tal definição seja feita apenas e exclusivamente pelo próprio Pontífice, para que tenha aquele reconhecimento

A segunda regra é a de que só podem ser objetos da definição infalível do Sumo Pontífice normas que sejam relativas ou à crença (proposições de fé) ou à moral (proposições relativas à conduta dos cristãos neste mundo).

Por último, é preciso que o Santo Papa tenha a reta e clara intenção de proferir uma sentença definitiva sobre o assunto em questão. Apenas cumpridas essas três condições a definição papal será definitiva e gozará do privilégio da infalibilidade. [\[187\]](#)

As duas primeiras condições são relativamente fáceis de serem apuradas, mas como saber se o Papa tinha efetivamente a intenção de emitir uma declaração pontifícia dotada de infalibilidade, se não existe uma forma obrigatória de redação ou registro?

Na maioria dos casos os Papas manifestam de forma clara que estão declarando uma doutrina como pertencente (ou contrária) ao Depósito da Fé, usando termos tais como “*definimus, auctoritate apostolica definimus...*” (“*declaramos, pela autoridade apostólica...*”) ou “*definitive damnamus et reprobamus, auctoritate Dei et beatorum apostolorum Petri et Pauli damnamus et reprobamus...*” (“condenamos e rejeitamos definitivamente, pela autoridade de Deus e dos bem-aventurados Apóstolos Pedro e Paulo...”). Nestes casos, não há dúvidas da intenção papal.

Mas há situações em que os documentos papais não permitem essa conclusão imediata, sendo necessária várias releituras, à luz do contexto em que foi emitida, para que os

teólogos possam reconhecer se estão ou não diante de alguma definição “*ex cathedra*”. Enquanto persistirem dúvidas, embora exista para os cristãos o grave dever de crer na proposição focalizada, será lícito julgar que não se trata de sentença obrigatoriamente imposta à fé dos cristãos (dogma).

Esse é o caso dos documentos dos Pontífices contrários ao racionalismo, ao modernismo e ao comunismo (a Encíclica “*Quanta cura*” e o “*Syllabus*” de Pio IX, a Encíclica “*Pascendi*” e o Decreto “*Lamentabili*” de Pio X), que muitos teólogos religiosos ou leigos entendem que não gozam da autoridade de declarações infalíveis, embora seja unanimidade que os Papas que as emitiram tenham interpretado as exigências da Revelação nos termos mais autênticos possíveis, merecendo por isto plena aquiescência por parte dos fiéis.

Feita essa necessária introdução, vamos apresentar os casos em que, com certeza indeclinável, a Igreja ensina que seus líderes maiores, no decorrer da história de mais de dois mil anos do cristianismo, usaram de sua prerrogativa de infalibilidade para formular declarações pontifícias com caráter de sentenças dogmáticas.

1.

Em 449, o Papa Leão I enviou a Flaviano, Bispo de Constantinopla, uma carta em que expôs, com autoridade, a doutrina ortodoxa referente ao mistério da Encarnação: em Cristo há uma só Pessoa (a Divina) e duas naturezas (a Divina e a humana).

Em 451, a carta foi lida na assembleia geral do Concílio ecumênico de Calcedônia, dirimindo definitivamente as dúvidas

teológicas concernentes ao assunto. Os Padres conciliares, aclamando a doutrina papal, exclamaram em uníssonos, que Pedro havia falado pela boca de Leão, e consideraram o documento como definitivo e estritamente obrigatório para todos os fiéis. A tradição católica desde então reconheceu a autoridade máxima de tal documento.[\[188\]](#)

2.

Em 680, o Papa Agatão enviou à assembleia do Concílio de Constantinopla III uma carta na qual afirmava, também em termos definitivos, haver em Cristo duas vontades distintas, a Divina e a humana, sendo, porém, que a vontade humana ficava em tudo moralmente submissa à vontade divina (DS 288).

O Concílio aclamou, com aplausos, a sentença do Bispo de Roma, proclamando que “*Pedro falou pela boca de Agatão*”. Com essa “definição pontifícia”, Agatão reprimiu e encerrou as ideias do Monotelismo, que era uma modalidade nova do Monofisismo. Nunca mais, na história, haveria dúvidas mais sérias sobre a união do Divino e do humano em Cristo.

3.

Em 1302, o Papa Bonifácio VIII publica a “*Bula Unam Sanctam*” que, em sua parte final traz uma definição dogmática, quando o Pontífice “declara, afirma, define e pronuncia” (“*declaramus, dicimus, definimus et pronuntiamus*”) que toda criatura humana está sujeita ao Romano Pontífice (DS 468).[\[189\]](#)

4.

Em 1336, Bento XII, através da “*Constituição Benedictus Deus*”, sobre o Julgamento Final, definiu que, logo

após a morte corporal, se dá o juízo particular, entrando, a seguir, as almas na posse da sua sorte eterna. As almas totalmente puras são imediatamente admitidas à contemplação da essência de Deus face a face (DS 530s).[\[190\]](#)

5.

Em 1520, o Sumo Pontífice Leão X, na “Bula *Exsurge Domine*”, condenou 41 proposições de Lutero como heréticas. (DS 741-781)

6.

Em 1652, o Papa Inocêncio X, na “Constituição Apostólica *Cum occasione*”, condenou como heréticas as proposições do livro “Augustinus”, de Cornélio Jansen, iniciador do jansenismo.[\[191\]](#)

7.

Em 1687, a Constituição apostólica *Caelestis Pastor* de Inocêncio XI condenou como heréticas 68 proposições quietistas de Miguel de Molinos (Denzinger 1221-1288).[\[192\]](#)

8.

Em 1699, a “Constituição *Cum alias*” de Inocêncio XII condenou 23 proposições de François de Salignac Fénelon, extraídas da obra “*Explications des maximes des Saints sur la vie intérieure*” (DS 2351-2374). As sentenças pretendiam renovar o Quietismo, apresentando-o qual modalidade de puríssimo amor a Deus.

9.

Em 1713, a “Constituição *Unigenitus*” de Clemente XI condenou 101 afirmações que traziam de volta o jansenismo e com suas concepções pessimistas, do livro “*Reflexions morales*”, de Pascásio Quesnel (DS 2401-2502)
[\[193\]](#)

10.

Em 1794, a Constituição *Auctorem fidei* de Pio VI

condenando as teses heréticas (jansenistas) promulgadas em 1786 pelo sínodo de Pistóia (Toscana) (DS 1501-1599).[\[194\]](#)

11.

Em 1854, Pio IX definiu, na “Bula *Ineffabilis Deus*”, o dogma da Imaculada Conceição de Maria. Apelando para testemunhos da Escritura e da Tradição, o Pontífice lembrou que a Virgem Santíssima foi remida pelo Redentor, que a preservou do pecado original desde o primeiro instante de sua conceição, não herdando a nódoa com que nascem todos os filhos de Adão; isto se deu por aplicação antecipada dos méritos do Redentor, a fim de que a criatura que devia ser a mãe do Verbo Encarnado jamais ficasse sujeita ao hediondo império de Satanás e do pecado.[\[195\]](#)

12.

Em 1950, o Papa Pio XII, em sua “Constituição *Munificentissimus Deus*”, definiu o dogma da Assunção Corporal de Maria: a Mãe de Deus, ao deixar este mundo, foi, sim, glorificada em corpo e alma, sem conhecer a corrupção do sepulcro.[\[196\]](#)

Além, é evidente, de nenhum dos casos narrados ter como personagem um senhor idoso, que inventou arbitrariamente regras a serem seguidas por fiéis incapazes de pensar por si mesmo, a quantidade desses intervenções unilaterais é, como vimos, extremamente reduzida, apenas doze vezes em vinte séculos.

A maior parte dos dogmas foram proclamadas em Concílios ecumênicos, em comunhão com o Papa, raramente apenas pelo Papa. As definições dogmáticas, tanto as papais quanto as conciliares, são frutos de muita reflexão, partindo quase sempre das dúvidas e necessidades do povo de Deus, situações essas que ameaçam o Depósito da Fé, e que precisam de respostas claras e definitivas.

Capítulo XII: Os Dogmas Católicos

O fim do Curso se aproxima. Juntos já passamos por várias páginas nas quais conhecemos um pouco melhor sobre dogmas. Por tudo o que até aqui vimos, sabemos que os dogmas são vários e, ao mesmo tempo, um só, que é a Verdade, que é o Verbo de Deus. Todo dogma provém do Verbo, sendo dele manifestação.

Entretanto, para fins de ensino, estudo, catequese ou outras aplicações, é possível, e até necessário, “sistematizar” os Dogmas católicos, agrupando-os em categorias. Uma dessas sistematizações os distribui em oito divisões, conforme segue[\[197\]](#):

- Dogmas sobre Deus
- Dogmas sobre Jesus Cristo
- Dogmas sobre a Criação do Mundo
- Dogmas sobre o Ser Humano
- Dogmas Marianos
- Dogmas sobre o Papa e a Igreja
- Dogmas sobre os Sacramentos
- Dogmas Escatológicos (ou sobre as últimas coisas)

Cada uma dessas categorias abrange vários dogmas:

Dogmas sobre Deus

- Deus existe.
- A existência de Deus é objeto de Fé.
- Deus é Único.
- Deus é Eterno.
- A Santíssima Trindade é real.

Dogmas sobre Jesus Cristo

- Jesus Cristo é verdadeiro Deus e filho de Deus por

essência.

- Jesus possui duas naturezas que não se transformam nem se misturam.
- Cada uma das duas naturezas em Cristo possui uma própria vontade física e uma própria operação física.
- Jesus Cristo é homem e, ao mesmo tempo, Filho natural de Deus.
- Cristo imolou-se a si mesmo na cruz como verdadeiro e próprio sacrifício.
- Cristo nos resgatou e reconciliou com Deus por meio do sacrifício de sua morte na cruz.
- Após sua morte, ao terceiro dia, Cristo ressuscitou glorioso dentre os mortos.
- Cristo subiu em corpo e alma aos céus, onde está à direita de Deus Pai.

Dogmas sobre a Criação do Mundo

- Tudo o que existe foi criado por Deus a partir do Nada.
- Caráter temporal do mundo.
- Conservação do mundo.

Dogmas sobre o Ser Humano

- O homem é formado por corpo material e alma espiritual.
- O pecado de Adão se propaga a todos seus descendentes por geração, não por imitação.
- O homem caído não pode redimir-se a si próprio.

Dogmas Marianos

- A Imaculada Conceição de Maria.
- Maria, Mãe de Deus.
- A Assunção de Maria.
- A Virgem.

Dogmas sobre o Papa e a Igreja

- A Igreja foi fundada por Jesus Cristo.
- Cristo constituiu o Pedro como primeiro entre os Apóstolos e como cabeça visível de toda Igreja, conferindo-lhe imediata e pessoalmente o primado de jurisdição.
- O Papa possui o pleno e supremo poder de jurisdição sobre toda Igreja, não somente em coisas de fé e costumes, mas também na disciplina e governo da Igreja.
- O Papa é infalível sempre que se pronuncia “*ex cátedra*”.
- A Igreja é infalível quando faz definição em matéria de fé e costumes.

Dogmas sobre os Sacramentos

- O Batismo é verdadeiro Sacramento instituído por Jesus Cristo.
- A Confirmação é verdadeiro e próprio Sacramento.
- A Igreja recebeu de Cristo o poder de perdoar os pecados cometidos após o Batismo.
- A Confissão Sacramental dos pecados está prescrita por Direito Divino e é necessária para a salvação.
- A Eucaristia é verdadeiro Sacramento instituído por Cristo.
- Cristo está presente no sacramento do altar pela Transubstanciação de toda a substância do pão em seu corpo e toda substância do vinho em seu sangue.
- A Unção dos enfermos é verdadeiro e próprio Sacramento instituído por Cristo.
- A Ordem é verdadeiro e próprio Sacramento instituído por Cristo.
- O Matrimônio é verdadeiro e próprio Sacramento.

Dogmas sobre as Últimas Coisas (Escatologia)

- A Morte e sua origem.
- O Céu (Paraíso).
- O Inferno.
- O Purgatório.
- O Fim do mundo e a Segunda Vinda de Cristo.
- A Ressurreição dos Mortos no Último Dia.
- O Juízo Particular.
- O Juízo Universal.

Quantos são os Dogmas?

A lista que vimos acima - existem outras - apresenta 45 dogmas, mas, apesar de extensa, não é exaustiva. Existem outros dogmas, alguns decorrentes desses acima relacionados; outros, de desenvolvimento independente.

Por exemplo, o cânon bíblico, ou seja, a lista dos 73 livros que compõem a Bíblia católica, é dogmático, pois devemos crer, como verdade incontestável, que tais livros, e nenhum outro mais entre os conhecidos, foram inspirados por Deus e, portanto, são suas palavras.[\[198\]](#) Aliás, a inspiração divina da Bíblia e sua inerrância também são dogmas católicos.

Quando Deus diz, no quinto mandamento,[\[199\]](#) de forma imperativa e incondicional, “Não matarás!”, Ele eleva a vida humana à condição sagrada, pois teve origem na ação criadora de Deus e a Ele permanece intrinsecamente ligada. Só Deus é o dono da vida, o que leva o aborto, a eutanásia, o homicídio e até o suicídio à categoria de pecados, já que são atos contrários à vontade de Deus.

Ludwig Ott,[\[200\]](#) em sua magistral obra “*Fundamentals of the Catholic Dogma*”, apresenta nada menos do que 249 dogmas, listados no Apêndice deste livro.

Mas, se quisermos conhecer a relação completa dos dogmas, o local, por excelência, onde podemos encontrá-los, é o Catecismo

da Igreja Católica, ainda que também lá não seja possível precisar-lhes o número, pois podem ser agrupados ou destacados conforme a intenção daquele que os lê, estuda ou escreve sobre eles.

Para apresentar, ainda que de maneira resumida,^[201] os principais Dogmas da Igreja Católica, abordaremos, a partir do próximo capítulo, e por alguns capítulos, cada um deles apresentando uma brevíssima descrição de seu significado, seguida de sua fundamentação conforme as Sagradas Escrituras, a Sagrada Tradição e o Sagrado Magistério da Igreja, e conforme materializado no Catecismo da Igreja Católica e nas decisões dos Concílios Ecumênicos. Usaremos um paralelo com o Credo Niceno-Constantinopolitano, conforme o esquema a seguir.

Credo Niceno-Constantinopolitano	Dogmas da Igreja Católica
Creio em um só Deus, Pai todo-poderoso,	<ol style="list-style-type: none"> 1. Deus existe 2. A Existência de Deus é objeto de Fé 3. Deus é Único 4. Deus é Eterno
Criador do céu e da terra, de todas as coisas visíveis e invisíveis. (Por Ele todas as coisas foram feitas.)	<ol style="list-style-type: none"> 5. Tudo o que existe foi criado por Deus a partir do Nada 6. Caráter temporal do mundo 7. Conservação do mundo
Creio em um só Senhor, Jesus Cristo, Filho Unigênito de Deus, nascido do Pai antes de todos os séculos: Deus de Deus, Luz da Luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado não criado, consubstancial ao Pai.	<ol style="list-style-type: none"> 8. Jesus Cristo, ainda que homem, é Filho natural de Deus 9. Jesus Cristo é verdadeiro Deus e filho de Deus por essência 10. Jesus possui duas naturezas que não se transformam nem se misturam 11. Cada uma das duas naturezas em Cristo possui uma própria vontade física e uma

	própria operação física
E, por nós, homens, e para a nossa salvação, desceu dos céus:	<p>12. O homem é formado por corpo material e alma espiritual</p> <p>13. O pecado de Adão se propaga a todos seus descendentes por geração, não por imitação</p> <p>14. O homem caído não pode redimir-se a si próprio</p>
e encarnou pelo Espírito Santo, no seio da Virgem Maria, e se fez homem.	<p>15. A Imaculada Conceição de Maria</p> <p>16. Maria, Mãe de Deus</p> <p>17. A Assunção de Maria</p> <p>18. A Virgindade perpétua de Maria.</p>
Também por nós foi crucificado sob Pôncio Pilatos; padeceu e foi sepultado.	<p>19. Cristo imolou-se a si mesmo na cruz como verdadeiro e próprio sacrifício.</p> <p>20. Cristo nos resgatou e reconciliou com Deus por meio do sacrifício de sua morte na cruz.</p>
Ressuscitou ao terceiro dia, conforme as escrituras;	<p>21. Ao terceiro dia depois de sua morte, Cristo ressuscitou glorioso dentre os mortos.</p> <p>22. A Eucaristia é verdadeiro Sacramento instituído por Cristo.</p> <p>23. Cristo está presente no sacramento do altar pela Transubstanciação de toda a substância do pão em seu corpo e toda substância do vinho em seu sangue.</p>
E subiu aos céus, onde está sentado à direita do Pai.	<p>24. Cristo subiu em corpo e alma aos céus e está sentado à direita de Deus Pai.</p>
E de novo há de vir, em sua glória, para julgar os vivos e os mortos; e o seu reino não terá fim.	<p>25. O Fim do mundo e a Segunda Vinda de Cristo</p>

	<p>26. O Juízo Particular</p> <p>27. O Juízo Universal</p>
<p>Creio no Espírito Santo, Senhor que dá a vida, e procede do Pai; e com o Pai e o Filho é adorado e glorificado: Ele que falou pelos profetas.</p>	<p>28. Santíssima Trindade</p>
<p>Creio na Igreja Una, Santa, Católica e Apostólica.</p>	<p>29. A Igreja foi fundada por Jesus Cristo</p> <p>30. Cristo constituiu o Pedro como o primeiro entre os Apóstolos e como cabeça visível da Igreja, conferindo-lhe o primado de jurisdição.</p> <p>31. A Ordem é verdadeiro e próprio Sacramento instituído por Cristo</p> <p>32. O Papa possui total poder de jurisdição sobre toda Igreja, não só em coisas de fé e costumes, mas também na sua disciplina e governo</p> <p>33. O Papa é infalível sempre que se pronuncia <i>ex cathedra</i></p> <p>34. A Igreja é infalível quando faz definição em matéria de fé e costumes.</p>
<p>Professo um só batismo para remissão dos pecados.</p>	<p>35. O Batismo é verdadeiro Sacramento instituído por Jesus Cristo</p>
	<p>36. A Confirmação é verdadeiro e próprio Sacramento</p>
	<p>37. A Igreja recebeu de Cristo o poder de perdoar os pecados cometidos após o Batismo</p>
	<p>38. A Confissão Sacramental dos pecados</p>

	<p>está prescrita por Direito Divino e é necessária para a salvação</p>
	<p>39. A Unção dos enfermos é verdadeiro Sacramento instituído por Cristo</p>
	<p>40. O matrimônio é verdadeiro e próprio Sacramento</p>
<p>Espero a ressurreição dos mortos;</p>	<p>41. A Morte e sua origem 42. A Ressurreição dos Mortos no Último Dia</p>
<p>E a vida do mundo que há de vir.</p>	<p>43. O Céu 44. O Inferno 45. O Purgatório</p>

Capítulo XIII: Creio em um só Deus

1. Deus existe, e pode ser reconhecido à luz da razão natural

Criado à imagem de Deus, chamado a conhecer e a amar a Deus, o homem que procura a Deus descobre certas “vias” para aceder ao conhecimento de Deus. Chamamo-las também de “provas da existência de Deus”, não no sentido das provas que as ciências naturais buscam, mas no sentido de “argumentos convergentes e convincentes” que permitem chegar a verdadeiras certezas. Estas “vias” para chegar a Deus têm como ponto de partida a criação: o mundo material e a pessoa humana.[\[202\]](#)

A ideia de Deus não é inata no homem, pois ele, com facilidade e espontaneamente, tem capacidade para conhecer a Deus por meio de Sua obra. O reconhecimento de Deus através das coisas criadas é certo e possível, ainda que não constitua o único caminho para conhecer a Deus.

O raciocínio pode provar com certeza a existência de Deus. O reconhecimento de Deus através dessa evidência natural (as coisas criadas), ao qual se chega pelo uso da razão (igualmente natural), recebe o nome de revelação natural.

O uso da razão precede a fé e a ela conduz o homem com o auxílio da revelação e da graça. (Pio IX: Decreto da S. Congregação do Index, de 15.06.1855)[\[203\]](#)

São vários os exemplos do caminho que o raciocínio pode trilhar para demonstrar a existência de Deus que, por si só, não é evidente ao homem. O mais famoso desses exemplos é o das 5 vias de São Tomás de Aquino, publicadas em sua obra maior, a Suma Teológica, cuja síntese é a seguinte:

■

A **primeira via** é a do **movimento**, que parte do fato de que tudo o que se move é movido por outro. Se o que move é também movido, o é necessariamente por outro, e este por outro ainda. Ora, não se pode continuar até o infinito, pois neste caso não haveria um primeiro motor, por conseguinte, também outros motores, pois os motores segundos só se movem pela moção do primeiro motor. Então, é necessário chegar a um primeiro motor, não movido por nenhum outro, e este é Deus.

■

A **segunda via**, semelhante à primeira, é a da **causa eficiente**. Nada que existe pode ser causa eficientes de si próprio, pois para dar causa a si próprio teria que existir antes de si mesmo, o que é impossível. Tampouco é possível, entre as causas eficientes ordenadas, continuar até o infinito, pois entre todas as causas eficientes ordenadas, a primeira é a causa das intermediárias, e estas a causa da próxima até a última. Uma vez que sem causa não existe efeito, sem a causa primeira não haveria a intermediária e nem a última. Ora, numa sequência infinita, não haveria causa primeira, e, portanto, não haveria efeito último e nem causa intermediária. Logo, é necessário afirmar uma causa eficiente primeira, que é chamada de Deus.

■

A **terceira via** é a da **contingência**. O ser pode ser necessário ou contingente. Contingente é o que existe, mas, não sendo necessário, poderia não existir. Ora, se tudo que existe e existiu fosse contingente, então houve um momento em que nada existiu. Mas como o que existe começa a existir apenas em função de algo que o preceda, nada então existiria. Assim, é mandatório admitir

que há um ser absolutamente necessário, um ser que sempre existiu e cuja causa da sua existência não existe, e que é a causa necessária de todos os seres contingentes. Esse ser necessário é Deus.

■

A **quarta via** se baseia nos **grau de perfeição das coisas** existentes, que varia de uma para outra, o que nos permite afirmar que tal coisa é melhor que outra, ou mais bela, ou mais poderosa, ou mais verdadeira... Ora, se é possível coisa possuir “mais” ou “menos” determinada qualidade positiva, podemos supor que exista um ser com o perfeição (o máximo) dessa qualidade. Devemos admitir, então, que existe um ser com o máximo de bondade, de beleza, de poder, de verdade, sendo, portanto, um ser máximo e pleno. Esse ser é Deus.

■



A **quinta via** é a da **ordem ou do governo das coisas**. Tudo o que existe na natureza, mesma as desprovidas de qualquer ordem de inteligência, cumpre uma função, um objetivo, uma finalidade, visto que sempre, ou na maioria das vezes, agem da mesma maneira, a fim de alcançarem o que é ótimo. Quem considera o universo, por exemplo, verifica uma ordem e harmonia perfeitas e tendência de múltiplos elementos em direção de um fim bem determinado. Tão maravilhosa ordem, tão segura tendência não se deve acaso (que criaria o caos),

mas supõe que exista uma inteligência que as tenha concebido, produzido e a dirija. Essa inteligência, pela qual todas as coisas naturais são ordenadas, nós chamamos Deus.

Concílio Vaticano I

Se alguém disser que Deus vivo e verdadeiro, criador e Senhor nosso, não pode ser reconhecido com certeza pela luz natural da razão humana por meio das coisas que foram feitas, seja excomungado. (DS 3026)

Se alguém disser que a revelação divina não pode se tornar mais compreensível por meio de sinais externos, e que, portanto, os homens devem ser motivados à fé só pela experiência interna individual ou por inspiração privada, seja anátema. (DS 3033)

A mesma Santa Mãe Igreja sustenta e ensina que Deus, princípio e fim de todas as coisas, pode ser reconhecido com certeza pela luz natural da razão humana partindo das coisas criadas. (DS 3004)

Catecismo da Igreja Católica

O mundo: a partir do movimento e do devir, da contingência, da ordem e da beleza do mundo, pode-se conhecer a Deus como origem e fim do universo. (...) O homem: Com sua abertura à verdade e à beleza, com seu senso do bem moral, com sua liberdade e a voz de sua consciência, com sua aspiração ao infinito e à felicidade, o homem se interroga sobre a existência de Deus. Mediante tudo isso percebe sinais de sua alma espiritual. Como “semente de eternidade que leva dentro de si, irreduzível à só matéria” sua alma não pode ter origem senão em Deus. (CIC 32-33)

A santa Igreja, nossa mãe, sustenta e ensina que Deus, princípio e fim de todas as coisas, pode ser conhecido com certeza pela luz natural da razão humana a partir das coisas criadas (*Dei Verbum* 6). Sem esta capacidade, o homem não poderia acolher a revelação de Deus. O homem tem esta capacidade por ser criado à imagem de Deus. (CIC 36)

As criaturas, todas elas, trazem em si certa semelhança com Deus, muito particularmente o homem criado à imagem e a semelhança de Deus. Por isso as múltiplas perfeições das criaturas (sua verdade, bondade e beleza) refletem a perfeição infinita de Deus. Em razão disso podemos falar de Deus a partir das perfeições de suas criaturas, 'pois a grandeza e a beleza das criaturas fazem, por analogia, contemplar seu Autor'. Sb 13,5. (CIC 41)

Mediante a razão natural, o homem pode conhecer a Deus com certeza a partir de suas obras. (CIC 50)

Sagradas Escrituras

São insensatos por natureza todos os que desconhecaram a Deus, e, através dos bens visíveis, não souberam conhecer Aquele que é, nem reconhecer o Artista, considerando suas obras. Tomaram o fogo, ou o vento, ou o ar agitado, ou a esfera estrelada, ou a água impetuosa, ou os astros dos céus, por deuses, regentes do mundo. Se tomaram essas coisas por deuses, encantados pela sua beleza, saibam, então, quanto seu Senhor prevalece sobre elas, porque é o criador da beleza que fez estas coisas. Se o que os impressionou é a sua força e o seu poder, que eles compreendam, por meio delas, que seu criador é mais forte; pois é a partir da grandeza e da beleza das criaturas que, por analogia, se conhece o seu autor. (Sb 13,1-5)

O que se pode conhecer de Deus é manifesto entre eles, pois Deus lho revelou. Sua realidade invisível - seu eterno poder e sua divindade - tornou-se inteligível desde a criação do mundo através das criaturas. (Rm 1,19-20)

Os céus proclamam a glória de Deus e o firmamento anuncia as obras de Suas mãos. (Sl 19,1)

Padres da Igreja

Interroga a beleza da terra, interroga a beleza do mar, interroga a beleza do ar que se dilata e se difunde, interroga a beleza do céu... interroga todas estas realidades. Todas elas te respondem: olha-nos, somos belas. Sua beleza é um hino de louvor. Essas

belezas sujeitas à mudança, quem as fez senão o Belo, não sujeito à mudança? (Santo Agostinho)

Pela providência divina eu vim a este mundo. E tendo contemplado o céu, a terra e o mar, o sol, a lua e o restante, fiquei maravilhado com sua ordem. Vendo, porém, que o mundo e tudo quanto nele existe se move por necessidade, entendi que Aquele que o move e o mantém fortemente é Deus, porque todo aquele que move é mais forte do que o movido, e todo aquele que mantém é mais forte do que o mantido. (Aristides de Atenas. Apologia 1,1-2)

(Deus) não pode ser visto pelos olhos humanos, mas pode ser visto e imaginado pela sua providência e pelas Suas obras. (Teófilo de Antioquia. Carta a Autólico)

Em relação com Deus, nada está vazio, tudo é sinal dele. (Ireneu de Lyon, Contra as Heresias)

A ordem e a harmonia das coisas são como que letras que falam do seu Senhor e Criador. (Atanásio de Alexandria. Contra os Pagãos)

Do mesmo modo como a alma não pode ser vista no homem, pois ela é invisível para os homens, mas pode ser imaginada por causa dos movimentos do corpo, assim também acontece com Deus: Ele não pode ser visto pelos olhos humanos, mas pode ser visto e imaginado pela Sua providência e pelas suas obras. Quando alguém vê no mar um navio (...) que singra e se aproxima do porto, é evidente que pensa que há um piloto que o dirige; do mesmo modo, deve-se pensar que existe um Deus, que governa tudo, embora os olhos carnis não O vejam, porque ele não é circunscrito (...) (Teófilo de Antioquia, A Autólico 1,5)

Conhecemo-Lo através da Criação e compreendemos o invisível do Seu poder através de Suas criaturas. (Taciano da Síria, Discurso contra os Gregos 4)

Conhecimento de Deus por analogia

A partir do conhecimento das criaturas pode-se atribuir a Deus todas as perfeições que nelas se encontram e as que se pode

conceber, bem como nele negar tudo o que as criaturas têm de limitado e imperfeito.

Assim, são atributos de Deus, segundo Santo Tomás de Aquino:[\[204\]](#)

- **Unidade** - é indivisível (tanto em ato como em potência), não possui composição alguma.

- **Unicidade** - é único, não pode haver mais que um Deus. Houvesse mais de um, a onipotência de um comprometeria a do outro.

- **Suprema perfeição** – “perfeito é aquilo que está totalmente feito”. Todas as perfeições das criaturas (efeitos) se encontram em Deus de modo indiviso e em grau eminente (causa).

- **Beleza suprema** - é a suprema harmonia de todas as perfeições criadas e o seu conhecimento é a máxima felicidade possível

- **Simplicidade** - não é composto de partes, o que implica que não tem corpo e nem partes de nenhuma espécie.

- **Imensidade** - não está sujeito a espaço, pode estar em todos os lugares sem estar circunscrito a eles.

- **Infinidade** - é infinito, tem todas as perfeições em grau máximo e ilimitado. Se pudesse ser aperfeiçoado não seria Deus e sim aquele que lhe desse tal aperfeiçoamento.

- **Imutabilidade** - não está sujeito a mudanças nem no seu Ser e nem nos seus desígnios.

- **Eternidade** - não teve princípio e não terá fim, sempre existiu e não deixará de existir.

- **Onisciência** - possui inteligência e entendimento ilimitados, tudo sabe e tudo conhece.

- **Onipotência** - a vontade de Deus é onipotente, não tem limites, e é perfeitamente boa e justa. Sendo infinitamente justo retribui a cada um segundo as suas obras.

- **Onipresença** - tem a capacidade da ubiquidade, pode estar em todos os lugares e, mais do que estar num lugar, dá a existência ao próprio lugar.

- **Suprema bondade** - Deus é a bondade infinita. Quanto mais perfeito é um ser tanto mais é desejável, Deus é o mais desejável dos seres é o Bem Supremo.

- **Sabedoria** - é mais que sábio, é a própria Sabedoria ilimitada.

- **Santidade** - é infinitamente santo e belo e fonte de toda a beleza e santidade.

- **Misericórdia** - Deus é todo misericórdia, perdoa tantas vezes quantas nos arrependemos.

- **Transcendência** - não se confunde com o

mundo, está fora do mundo e acima da realidade material.

2. A existência de Deus é objeto de fé

Além de objeto do conhecimento pela via da razão natural, existência de Deus é também objeto da fé sobrenatural, fruto da revelação que Deus fez de si mesmo. A Revelação, que exige a fé, confirma o conhecimento natural de Deus, fruto da razão.

A primeira implicação disso é que o fiel não deve temer o confronto da fé e da razão quando o assunto é a existência de Deus. Uma coisa confirma a outra, e ambas vem de Deus. Quisesse Deus não ser conhecido, e o homem jamais teria tido ideia de sua existência.

A fé supera de certo modo a ciência, pois enquanto a ciência sempre terá limite no que se conhece, ainda que se conheça cada vez mais, a fé é sempre ilimitada.

A Revelação é, segundo a Doutrina Católica, a ação lenta e progressiva (em respeito à mentalidade humana, que também estava em evolução) auto reveladora de Deus, endereçada à humanidade, expressa por escrito na Bíblia (AT e NT) e nas palavras e ações de Jesus Cristo e dos Apóstolos que Ele escolheu.

A Revelação é um processo arraigado na história humana, na história da história de Deus na história dos homens. Um processo em que Deus se aproxima do homem, para atrair o homem (e o mundo inteiro) para Si. E o melhor meio de conhecer a Deus, é conhecer a Jesus, que disse: “Se vós me tivésseis conhecido, conheceríeis também Meu Pai.” (Jo 14,7).

Concílio Vaticano I

A Santa Igreja Católica Apostólica Romana, crê e confessa que há um só Deus verdadeiro e vivo, criador e Senhor do céu e da terra, onipotente, eterno, incomensurável, incompreensível,

infinito em intelecto, vontade e toda perfeição. (DS 3001)

Se alguém negar que há um só Deus verdadeiro, criador e Senhor das coisas visíveis e invisíveis, seja anátema. (DS 3021)

Catecismo da Igreja Católica

As faculdades do homem o tomam capaz de conhecer a existência de um Deus pessoal. Mas, para que o homem possa entrar em sua intimidade, Deus quis revelar-se ao homem e dar-lhe a graça de poder acolher esta revelação na fé. Contudo, as provas da existência de Deus podem dispor à fé e ajudar a ver que a fé não se opõe à razão humana. (CIC 35)

Por isso, o homem tem necessidade de ser iluminado pela revelação de Deus, não somente sobre o que ultrapassa seu entendimento, mas também sobre as verdades religiosas e morais que, de per si, não são inacessíveis à razão, a fim de que estas, no estado atual do gênero humano, possam ser conhecidas por todos sem dificuldade, com uma certeza firme e sem mistura de erro. (CIC 38)

Mediante a razão natural, o homem pode conhecer a Deus com certeza a partir de suas obras. Mas existe outra ordem de conhecimento que O homem de modo algum pode atingir por suas próprias forças, a da Revelação divina. Por uma decisão totalmente livre, Deus se revela e se doa ao homem. Fá-lo revelando seu mistério, seu projeto benevolente, que concebeu desde toda a eternidade em Cristo em prol de todos os homens. Revela plenamente seu projeto enviando seu Filho bem-amado, nosso Senhor Jesus Cristo, e o Espírito Santo. (CIC 50)

Sagradas Escrituras

Sem a fé é impossível agradar a Deus, pois é preciso que quem se acerque de Deus creia que Ele existe e que é remunerador dos que O buscam. (Hb 11,6)

Havendo Deus outrora falado aos pais pelos profetas, muitas vezes e de muitos modos, ultimamente, nestes dias, falou-nos pelo Filho. (Hb 1,1)

Diz o insensato em seu coração: Não há Deus. (Sl 13,1b)

Porque nele se revela a justiça de Deus, que se obtém pela fé e conduz à fé, como está escrito: O justo viverá pela fé (Hb 2,4). (Rm 1, 17)

(...) mas agora manifestado por ordem do eterno Deus e, por meio das Escrituras proféticas, dado a conhecer a todas as nações, a fim de levá-las à obediência da fé. (Rm 16,26)

Padres da Igreja

Por si mesmo, o homem jamais poderá ver a Deus, mas se Deus quiser, pode ser visto pelos homens, pelos que Ele quer, quando quer, como quer. Deus pode tudo! Foi visto outrora segundo o modo profético, por intervenção do Espírito; visto depois segundo a graça da adoção, por mediação do Filho; e será visto mais tarde, no Reino dos Céus, segundo a paternidade, se o Espírito prepara o homem para o Filho de Deus, se o Filho o conduz ao Pai e se o Pai lhe dá a incorruptibilidade e a vida eterna, que resultam da visão de Deus para os que o veem. (Ireneu de Lyon. Contra as heresias)

Deus, o Infinito, Todo-poderoso e Imenso, é grande demais para ser colocado dentro das estreitas medidas da inteligência humana. É mais fácil meter toda a água do mar numa pocinha cavada na areia da praia do que colocar Deus no intelecto humano. (Agostinho de Hipona)

Se compreendes o que se pretende dizer, não é Deus. O que chegastes a entender é coisa bem alheia a Deus (...) Se o compreendes, não é Ele; e se é Ele, não o compreendes. (Agostinho de Hipona. Sermão 52,16)

3. Deus é Único

Aqui, estamos falando da unicidade de Deus. Não existe mais que um único Deus. Deus é YHVH (Javé), Aquele que É. Os outros não são, não existem.

O ser de Deus (com seus predicados) impede a multiplicidade de deuses. Por exemplo, se houvesse mais de um ser onipotente, a onipotência de cada um esbarraria e se limitaria na onipotência dos

outros, deixando, portanto de ser onipotência.

Concílio de Latrão

Creemos firmemente e confessamos sinceramente que um só é o verdadeiro Deus. (DS 800)

Concílio Vaticano I

A santa Igreja Católica Apostólica Romana crê e confessa que há um só Deus verdadeiro e vivo. (DS 3001)

Catecismo da Igreja Católica

A confissão da Unicidade de Deus, que tem sua raiz na Revelação Divina da Antiga Aliança, é inseparável da confissão da existência de Deus, e igualmente fundamental. Deus é único, só existe um Deus. ‘A fé cristã confessa que há Um só Deus, por natureza, por substância e por essência.’ A Israel, seu eleito, Deus revelou-se como o Único: ‘Ouve, ó Israel: O Senhor nosso Deus é o único Senhor! Portanto, amarás o Senhor teu Deus com todo o teu coração, com toda a tua alma e com toda a tua força’ (Dt 6,4-5). Por meio dos profetas, Deus chama Israel e todas as nações a se voltarem para Ele, Único: ‘Voltai-vos para mim e sereis salvos, todos os confins da terra, porque eu sou Deus e não há nenhum outro!... Com efeito diante de mim se dobrar todo joelho, toda língua há de jurar por mim, dizendo: Só no Senhor há justiça e força.’ Jesus mesmo confirma que Deus é ‘o único Senhor’ e que é preciso amá-lo de todo o coração, com toda a alma, com todo o espírito e com todas as forças. Ao mesmo tempo, dá a entender que ele mesmo é ‘o Senhor’. Confessar que ‘Jesus é Senhor’ é o específico da fé cristã. Isso não contraria a fé em Deus único. Crer no Espírito Santo ‘que é Senhor e dá a Vida’ não introduz nenhuma divisão no Deus único: Creemos firmemente e afirmamos simplesmente que há um só verdadeiro Deus eterno, imenso e imutável, incompreensível, Todo-Poderoso e inefável, Pai, Filho e Espírito Santo: Três Pessoas, mas uma Essência, uma Substância ou Natureza absolutamente simples. (CIC 200-202)

Sagradas Escrituras

Ouve, ó Israel! O Senhor, nosso Deus, é o único Senhor. (Dt 6,4)

Reconhecei agora: eu só, somente eu sou Deus, e não há outro além de mim. (Dt 32,39a)

Eu sou o Senhor, sem rival, não existe outro Deus além de mim. (Is 45,5a)

Ora, a vida eterna consiste em que conheçam a ti, um só Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo que enviaste. (Jo 17,3)

Jesus respondeu-lhe: O primeiro de todos os mandamentos é este: Ouve, Israel, o Senhor nosso Deus é o único Senhor. (Mc 12,29)

(...) sabemos que não existem realmente ídolos no mundo e que não há outro Deus, senão um só. (1Co 8,4)

Porque não há mais que um só Deus, o qual justificará pela fé os circuncisos e, também pela fé, os incircuncisos. (Rm 3, 30)

Há um só Deus e Pai de todos, que atua acima de todos, por todos e em todos. (Ef 4,6)

Ao Rei dos séculos, Deus único, invisível e imortal, honra e glória pelos séculos dos séculos! Amém. (1Tm 1,17)

Porque há um só Deus e há um só mediador entre Deus e os homens: Jesus Cristo, homem. (1Tm 2,5)

Padres da Igreja

O Ser Supremo e Excelentíssimo precisa ser único, e não pode haver igual a Ele, porque se não for assim, Ele não seria o Ser Supremo, e como Deus é o Ser Supremo, com razão diz nossa verdade Cristã: Se Deus não é o Único, não há nenhum Deus. (Tertuliano)

Há um só Deus, um só Cristo, uma só Igreja. (Cipriano de Cartago)

Tu, Senhor, abristes os olhos do nosso coração, para que conhecêssemos que és o Único, o Altíssimo no mais alto dos céus, o Santo que repousa entre os santos (...) Que todas as nações reconheçam que Tu és o único Deus (...) (Clemente de Roma, Papa. 1ª. Carta aos Coríntios)

(...) os santos profetas viveram segundo Jesus Cristo. Por essa razão foram perseguidos, pois eram inspirados pela graça dele, a fim de que os incrédulos ficassem plenamente convencidos de que existe um só Deus, que se manifestou através de Jesus Cristo, seu Filho (...) (Inácio de Antioquia. Carta aos Magnésios)

Antes de tudo, crê que existe um só Deus, que criou e organizou o universo, fazendo passar todas as coisas do não-ser para o ser, que contém tudo e Ele próprio não é contido por nada. Crê Nele e teme-O; e temendo-O, sê continente. (Hermas de Roma. O Pastor)

Não haverá e nem houve outro Deus desde a eternidade, além daquele que criou e ordenou este universo. (Justino Mártir. Diálogo com Trifão)

Nós, porém, confessamos a Deus, mas um só, o Criador, o Autor e Artífice de todo este mundo, e sabemos que tudo é governado por sua providência, e somente pela sua. (Teófilo de Antioquia. A Autólico)

4. Deus é Eterno

Deus não tem princípio nem fim, é sem sucessão alguma, não foi, nem será, apenas é, um “agora” permanente, imutável e indivisível. A criação teve um início e terá um fim, ao contrário de Deus, o Criador incriado.

A eternidade de Deus exclui qualquer potencialidade. Deus não pode vir a ser. “Ele é”, plenamente e plenitude, nada lhe falta, nada lhe sobra, nada pode ser subtraído, nada pode ser acrescentado.

Concílio de Latrão IV

Firmemente cremos e simplesmente confessamos que apenas um é o Verdadeiro Deus eterno (...) (DS 428)

Concílio Vaticano I

A Santa Igreja Católica, Apostólica Romana crê e confessa que existe um único Deus Verdadeiro, Vivo, Eterno, Imenso, Incompreensível, Infinito em Seu entendimento e vontade e em toda perfeição (DS 1782)

Catecismo da Igreja Católica

Creemos firmemente e afirmamos simplesmente que há um só verdadeiro Deus eterno, imenso e imutável, incompreensível, Todo-Poderoso e inefável, Pai, Filho e Espírito Santo: Três Pessoas, mas uma Essência, uma Substância ou Natureza absolutamente simples. (CIC 202)

Fiel ao testemunho da Escritura, a Igreja dirige com frequência sua prece ao ‘Deus Todo-Poderoso e eterno’ (“*omnipotens sempiternus Deus...*”), crendo firmemente que ‘nada é impossível a Deus’ (Lc 1,37). (CIC 276)

‘No princípio, Deus criou o céu e a terra’(Gn 1,1). Três coisas são afirmadas nestas primeiras palavras da Escritura: o Deus eterno pôs um começo a tudo o que existe fora dele. Só ele é Criador (o verbo ‘criar’ - em hebraico, ‘*bara*’ sempre tem como sujeito Deus). Tudo o que existe (expresso pela fórmula ‘o céu e a terra’) depende daquele que lhe dá o ser. (CIC 290)

Sagradas Escrituras

Antes que os montes, a terra e o universo tivessem sido criados, Tu existíeis desde a eternidade até a eternidade. (Sl 89,2)

Ouve-me, Jacó, e tu, Israel, que eu chamei! Sou sempre o mesmo, o primeiro, e sou também o último. (Is 48,12)

A ele foram dados império, glória e realeza, e todos os povos, todas as nações e os povos de todas as línguas serviram-no. Seu domínio será eterno; nunca cessará e o seu reino jamais será destruído. (Dn 7,14)

Antes que Abraão nascesse, eras Tu. (Sl 2,7; Jo 8,58)

Padres da Igreja

Por isso e por todas as outras coisas, eu te louvo, te bendigo, te glorifico, pelo eterno e celestial sacerdote Jesus Cristo, teu Filho

amado, pelo qual seja dada glória a ti, com Ele e o Espírito, agora e pelos séculos futuros. Amém. (Policarpo de Esmirna, *in* Martírio de Policarpo 14,3).

Tu (Deus) és nunca novo e nunca velho (...) sempre agindo e sempre em repouso; sempre recolhendo e nunca necessitado (...); sempre procurando e nunca carente de nada (...); amas e não sentes paixão; tens ciúmes e estás confiante; tu te arrependes e não sentes dor; tu te iras e estás tranquilo. (Agostinho de Hipona, Confissões 1,4,4)

Acreditas saber o que é Deus? Acreditas saber como é Deus? Não é nada do que imaginas, nada do que envolve o teu pensamento. (Agostinho de Hipona, *Contra Adimanto* 2)

A Deus devemos conceber como um Ser bom sem qualidades, grande sem quantidades, criador sem indigências, presente sem ubicação, que abarca sem cercear todas as coisas; onipresente sem lugar, eterno sem tempo, imutável e autor de todas as mudanças, sem um átomo de passividade. Quem assim discorrer sobre Deus, apesar de não chegar a conhecer o que é, evitará, no entanto, com piedosa inteligência e enquanto é não chegar a conhecer o que é, evitará, no entanto, com piedosa inteligência e enquanto é possível, pensar Dele o que não é. (Agostinho de Hipona, *Da Trindade* 5,1,2s)

Quando quis manifestar-se como Criador à criatura, como Deus ao homem, como Imortal ao mortal, como Eterno ao temporal, disse Ele: 'Eu sou o que sou'. (...) Que é Deus senão Aquele que é? E o que é o que é? O eterno, porque na verdade o que é sempre uma coisa e outra, não é, não permanece. (Agostinho de Hipona, *Comentário ao Salmo 121*)

O Verbo de Deus fez-se homem e o Filho de Deus fez-se Filho do Homem para que o homem entre em comunhão com o Verbo de Deus e, por adoção, se torne filho de Deus. Realmente, não poderíamos ganhar de outra forma a eternidade e a imortalidade (...) se antes o Eterno e o Imortal não se tornasse aquilo que somos. (Ireneu de Lyon, *Contra as Heresias* 3,19,1)

5. Tudo o que existe foi criado por Deus a partir do nada



A criação do mundo a partir do nada (criação “*ex nihilo*”) não apenas é uma verdade fundamental da revelação cristã, mas, ao mesmo tempo, é uma verdade necessária, acessível à razão humana pelas suas forças naturais, baseando-se nos argumentos cosmológicos[205] e sobretudo na argumento da contingência. [206]

Deus não precisa de nada preexistente, nem de qualquer ajuda para criar.

Todas as coisas criadas são orientadas em direção a Deus, que é a finalidade última do mundo e da história.

O mal efetivamente existe, mas Deus não é o autor do mal. O mal entra no mundo após a criação, e não junto com ela. Deus criou o livre-arbítrio, mas o homem o utilizou (e utiliza) indevidamente, contra as ordens de Deus, provocando a quebra da ordem universal.

O livre-arbítrio dá ao homem a possibilidade de seguir ou não a vontade de Deus, porém, só será livre realmente aquele que, com a ajuda divina, optar por fazer a vontade de Deus. Conforme Santo Agostinho, a verdadeira liberdade é aceitar a graça de Deus. O poder de escolha (livre-arbítrio) ainda não é liberdade. A liberdade se dá somente quando a vontade se volta para o bem, afinal, foi

para a liberdade que Cristo nos libertou (Gl 5,1).

Concílio de Nicéia I

Creio em Deus, Pai, Criador do céu e da terra. (Credo do Concílio Niceno)[\[207\]](#)

Concílio de Latrão

O Criador de todas as coisas visíveis e invisíveis, espirituais e corporais, que por Sua onipotente virtude, existente desde o princípio dos tempos, criou do nada a uma e outra criatura (...) (DS 428)

Concílio Vaticano I

Proclamamos e declaramos desta cátedra de Pedro... que unicamente este Verdadeiro Deus... criou do nada uma e outra criatura, a espiritual e a corporal, isto é, a angélica e a mundana, e logo a humana, como comum, constituída de espírito e corpo. (DS 1783)

Este único e verdadeiro Deus, por sua bondade e força onipotente, não para aumentar sua beatitude ou para adquiri-la, mas a fim de manifestar sua perfeição pelos bens que prodigaliza às criaturas, por libérrimo desígnio criou simultaneamente desde o início do tempo, do nada, ambas as criaturas: a espiritual e a corporal (...) e em seguida a humana. (DS 3002)

Se alguém, negar que há um só Deus verdadeiro, criador e Senhor das coisas visíveis e invisíveis: seja anátema. (DS 3021)

Se alguém disser que as coisas finitas (...) emanaram da substância divina: seja anátema. (DS 3024)

Se alguém não professar que o mundo e todas as coisas neles contidas, tanto as espirituais quanto as materiais, foram por Deus produzidas do nada (...) ou negar que o mundo foi feito para a glória de Deus: seja anátema. (DS 3025)

Catecismo da Igreja Católica

Só Deus criou o universo, livremente, diretamente, sem nenhuma ajuda. Nenhuma criatura tem o poder infinito que é necessário para “criar” no sentido próprio da palavra, isto é, produzir e dar o ser àquilo que não o tinha de modo algum (chamar à existência “*ex nihilo*”, do nada). (CIC 317-318)

Creemos que Deus não precisa de nada preexistente nem de nenhuma ajuda para criar. A criação também não é uma emanção necessária da substância divina. Deus cria livremente ‘do nada’: Que haveria de extraordinário se Deus tivesse tirado o mundo de uma matéria preexistente? Um artífice humano, quando se lhe dá um material, faz dele tudo o que quiser. Ao passo que o poder de Deus se mostra precisamente quando parte do nada para fazer tudo o que quer. (CIC 296)

Sagradas Escrituras

No princípio Deus criou o céu e a terra (...) (Gn. 1,1)

Só ele criou a terra pelo seu poder e consolidou o mundo pela sua sabedoria, desdobrando os céus pela sua inteligência. Ao som de sua voz, reúnem-se as águas nos céus; dos confins da terra manda subir as nuvens, e transforma os relâmpagos em chuvas, fazendo desencadear-se os ventos de seus redutos. (Jr 10,12-13)

Te suplico meu filho, que olhes o céu e a terra, e vejas o quanto existem neles, e entendas que do nada Deus fez tudo isso. (2Mc 7,28)

Pela fé conhecemos que os mundos foram dispostos pela palavra de Deus de modo que do invisível teve origem o visível. (Hb 11,3)

Padres da Igreja

Vê: o Deus das Potestades; Aquele que com seu poder invisível e superior, e grande inteligência, criou o mundo; que por sua gloriosa vontade revestiu de graças as suas criaturas; que por sua palavra poderosa fixou o céu e assentou a terra sobre as águas (...) (Hermais de Roma, O Pastor)

Ouve as palavras que vou te dizer: Deus, que habita os céus, que

do nada criou os seres, que os multiplicou e os fez crescer (...).
(Hermas de Roma, O Pastor)

Também nos foi ensinado que, por ser Bom, no princípio Deus fez todas as coisas de uma matéria informe, por amor aos homens (...) No princípio, Deus nos fez do não-ser. (Justino de Roma, Apologia 10,2-3)

6. Caráter temporal do mundo

O significado desse dogma é muito simples: o mundo teve princípio no tempo. Ele não existiu sempre. Foi criado em algum momento.

Só Deus é eterno, e o mundo é sua criatura “temporal”, ou seja, foi criada em algum momento no tempo por Deus. Já no ano de 1329 a Igreja havia condenado como herética uma doutrina disseminada, que defendia a eternidade do mundo (DS 951-953).

Infelizmente, aquela heresia continua ainda hoje, com versões diferentes. O materialismo moderno, por exemplo, alega a eternidade do mundo. Cientistas, que se dizem agnósticos ou que assumem serem ateus, descartam a necessidade de Deus. Mas apesar dessa pseudo-ciência, essa teoria está muito próxima de ser derrubada pela própria ciência. A Teoria do Big-bang demonstra que o Universo (e, portanto, o nosso mundo) teve um início e surgiu do nada, num processo agora relativamente bem definido e conhecido, mas ainda inexplicável.

O progresso da física atômica permite inferir, pelo processo de desintegração dos elementos radiativos, qual seja a idade da terra e do universo, provando positivamente o princípio do mundo no tempo. (Pio XII, 22 Novembro 1951: Sobre a demonstração da existência de Deus à luz das modernas ciências naturais)

O próprio tempo teve início, começou a existir. A Sagrada Escritura já nos ensinava isso a mais de 3.000 anos:

No princípio, Deus criou os céus e a terra. (Gn 1,1)

E, a quase 2.000 anos, o que existia antes do “princípio”:

No princípio era o Verbo, e o Verbo estava junto de Deus e o Verbo era Deus... Tudo foi feito por ele, e sem ele nada foi feito... e o mundo foi feito por Ele. (Jo 1,1.3.10b)

Concílio de Latrão IV

Creemos firmemente e confessamos sinceramente que um só é o verdadeiro Deus (...) criador de todas as coisas (...) que desde o princípio do tempo criou do nada (...) (DS 800)

Concílio Vaticano I

Este único e verdadeiro Deus, por sua bondade e força onipotente, não para aumentar sua beatitude ou para adquiri-la, mas a fim de manifestar a sua perfeição pelos bens que prodigaliza às criaturas, por libérrimo desígnio ‘criou simultaneamente desde o início do tempo, do nada, ambas as criaturas,: a espiritual e a corporal, isto é, a angelical e a mundana e em seguida a humana, de modo algum comum a ambas, constituída de espírito e corpo. (DS 3002)

Catecismo da Igreja Católica

A questão das origens do mundo e do homem é objeto de numerosas pesquisas científicas que enriqueceram magnificamente nossos conhecimentos sobre a idade e as dimensões do cosmo, o devir das formas vivas, o aparecimento do homem. Essas descobertas nos convidam a admirar tanto mais a grandeza do Criador, a render-lhe graças por todas as suas obras, pela inteligência e pela sabedoria que dá aos estudiosos e aos pesquisadores. Com Salomão, estes últimos podem dizer: ‘Ele me deu um conhecimento infalível dos seres para entender a estrutura do mundo, a atividade dos elementos... pois a Sabedoria, artífice do mundo, mo ensinou’ (Sb 7,17.22). (CIC 283)

Sagradas Escrituras

No princípio, Deus criou os céus e a terra (...) (Gn 1,1)

Agora, Tu, Pai, glorifica-me próximo a Ti mesmo, com a glória que tive perto de Ti antes que o mundo existisse (...) (Jo 17,5)

Nos escolheu antes da constituição do mundo (...) (Ef 1,4)

Desde o princípio fundaste Tu a terra (...) (Sl 101,26)

Padres da Igreja

(...) contemplamos o Pai e Criador de todo o universo. (...) Consideremos como Ele age sem ira em toda a sua Criação; os céus que se movem por sua disposição lhe obedecem harmoniosamente; o dia e a noite realizam seu curso que Ele estabeleceu sem tropeçar um no outro (...) (Papa Clemente I de Roma, 1ª Carta aos Coríntios)

Só Deus é sem princípio e sem fim, verdadeiramente e sempre o mesmo (...) Portanto, todas as coisas que provém Dele, que são e que foram criadas, recebem o princípio da sua origem (...) Se perduram a existir através dos séculos, é pela vontade do criador. É Deus, portanto, quem dá a elas, no início, o existir, e, sucessivamente, o perdurar no existir. Todas as coisas criadas têm um princípio da sua criação e persistem no ser até quando Deus quer que sejam e perdurem. (Ireneu de Lyon, Contra as Heresias)

7. Conservação do mundo

Deus conserva na existência a todas as coisas criadas. A ação conservadora de Deus é um constante influxo causal pelo que mantém as coisas na existência.

São Tomás de Aquino define a conservação do mundo como continuação da ação criadora de Deus. É condizente à sabedoria e bondade de Deus conservar na existência as criaturas que são vestígio das perfeições divinas e servem, portanto, para dar glória a Deus.

A Providência divina é o próprio Deus, que conserva e governa o mundo e os seres por Ele criados para o fim que Ele predeterminou. A Providência não está entre os atributos divinos, pois implica e sucede a Criação.

Muitos são os descrentes na providência divina, uns alegando que Deus não se interessa por suas criaturas, outros que Deus só se importa com as criaturas mais elevadas. Negam a intervenção divina, defendendo que o universo é regido por leis naturais. Portanto, para eles, não existem milagres.

Crê com firmeza a Igreja Católica na existência de milagres. Jesus os realizou, e vários. Um conceito para milagre seria um fato que ultrapassa as forças da natureza (que é criada por Deus) e somente pode ser produzido por intermédio de Deus.

Só Deus pode produzir milagres, ainda que eventualmente ele o faça através de intermediários, tais como os Santos, que, por si só, seriam impotentes em realizá-los. O milagre é como um carimbo de Deus, uma aprovação divina a um fato ou a uma doutrina. E só na Igreja Católica existem os verdadeiros milagres, pois só ela guarda a doutrina divina (o Depósito da Fé).

Milagres são possíveis, pois a Deus tudo é possível (Mt 19,26). Eles em nada mudam a Deus, que é imutável, pois ocorrem “fora” de Deus, e fazem parte da Providência divina.

Concílio Vaticano I

Ora, tudo o que criou, Deus o conserva e governa com sua providência, alcançando com força de uma extremidade a outra e dispondo com suavidade todas as coisas. Pois tudo está nu e descoberto aos seus olhos, mesmo o que há de acontecer por ação livre das criaturas. (DS 3003)

Catecismo da Igreja Católica

Com a criação, Deus não abandona sua criatura a ela mesma.

Não somente lhe dá o ser e a existência, mas também a sustenta a todo instante no ser, dá-lhe o dom de agir e a conduz a seu termo. Reconhecer esta dependência completa em relação ao Criador é uma fonte de sabedoria e liberdade, alegria e confiança (...). (CIC 301)

Creemos firmemente que Deus é o Senhor do mundo e da história. Mas os caminhos de sua Providência muitas vezes nos são desconhecidos. Só no final, quando acabar o nosso conhecimento parcial, quando virmos Deus “face a face” (1Co 13,12), teremos pleno conhecimento dos caminhos pelos quais, mesmo por meio dos dramas do mal e do pecado, Deus terá conduzido sua criação até o descanso desse Sábado definitivo, em vista do qual criou o céu e a terra. (CIC 314)

Deus, que criou o universo o mantém na existência por seu Verbo, “este Filho que sustenta o universo com o poder de sua palavra” (Hb 1,3) e pelo seu Espírito Criador que dá a vida. A Divina Providência são as disposições pelas quais Deus conduz com sabedoria e amor todas as criaturas até seu fim último. Cristo convida-nos à entrega filial à Providência de nosso Pai celeste, e o Apóstolo São Pedro lembra: ‘Lançai sobre ele toda a vossa preocupação porque é ele que cuida de vós’. A Providência divina age também por meio da ação das criaturas. Aos seres humanos Deus concede cooperar livremente para seus desígnios. (CIC 320-323)

Sagradas Escrituras

(A Sabedoria de Deus) estende seu vigor de uma extremidade do mundo à outra e governa todas as coisas com felicidade. (Sb 8,1)

Porque amais tudo que existe, e não odiais nada do que fizestes, porquanto, se o odiásseis, não o teríeis feito de modo algum. Como poderia subsistir qualquer coisa, se não o tivésseis querido, e conservar a existência, se por vós não tivesse sido chamada? Mas poupais todos os seres, porque todos são vossos, ó Senhor, que amais a vida. (Sb 11,24-26)

O Senhor é meu pastor, nada me faltará. (Sl 22,1)

Jesus voltou-se então para seus discípulos: Portanto vos digo:

não andeis preocupados com a vossa vida, pelo que haveis de comer; nem com o vosso corpo, pelo que haveis de vestir. Considerai os corvos: eles não semeiam, nem ceifam, nem têm despensa, nem celeiro; entretanto, Deus os sustenta (...) Considerai os lírios, como crescem; não fiam, nem tecem. Contudo, digo-vos: nem Salomão em toda a sua glória jamais se vestiu como um deles. Se Deus, portanto, veste assim a erva que hoje está no campo e amanhã se lança ao fogo, quanto mais a vós, homens de fé pequenina! Não vos inquieteis com o que haveis de comer ou beber; e não andeis com vãs preocupações. Porque os homens do mundo é que se preocupam com todas estas coisas. Mas vosso Pai bem sabe que precisais de tudo isso. (Lc 12, 22.24.27-30)

Mas (Jesus) lhes disse: Meu Pai continua agindo até agora, e eu ajo também. (Jo 5,17)

Ele existe antes de todas as coisas, e todas as coisas subsistem nele. (Cl 1,17)

Ultimamente nos falou por seu Filho, que constituiu herdeiro universal, pelo qual criou todas as coisas. Esplendor da glória (de Deus) e imagem do seu ser, sustenta o universo com o poder da sua palavra. (Hb 1,2-3a)

Nenhuma criatura lhe é invisível. Tudo é nu e descoberto aos olhos daquele a quem havemos de prestar contas. (Hb 4,13)

(...) eu plantei, Apolo regou, mas Deus é quem fez crescer. Assim, nem o que planta é alguma coisa nem o que rega, mas só Deus, que faz crescer. (1Co 3, 6s)

Padres da Igreja

Nós, porém, confessamos a Deus, mas um só, o Criador, o Autor e Artífice de todo este mundo, e sabemos que tudo é governado por sua providência, e somente pela sua. (Teófilo de Antioquia. A Autólico)

Consideremos como Ele (Deus) age sem ira em toda a sua Criação: os céus que se movem por sua disposição lhe obedecem harmoniosamente; o dia e a noite realizam o curso que Ele estabeleceu sem tropeçar um no outro; o sol, a luz e os coros dos astros giram harmoniosamente conforme Sua ordem e

dentro dos limites que Ele determinou; a terra germinando conforme a vontade Dele, produz nos devidos tempos abundantíssimo sustento para os homens (...); a massa do mar imenso, que na sua criação foi recolhida em seus reservatórios, não ultrapassa os limites traçados, mas age conforme lhe foi ordenado (...); as estações da primavera, do verão, do outono e do inverno sucedem-se harmoniosamente uma após a outra (...). O grande Criador e Senhor do universo ordenou que todas essas coisas se executem na paz e na concórdia. De fato, Ele espalha seus benefícios sobre toda a Criação, mas a nós Ele os prodigaliza superabundantemente, quando recorremos à sua misericórdia por meio de Nosso Senhor Jesus Cristo. A Ele a glória e a majestade pelos séculos dos séculos. Amém. (Clemente de Roma, Papa. 1ª Carta aos Coríntios)

Capítulo XIV: Creio em Jesus Cristo

8. Jesus Cristo, ainda que homem, é filho natural de Deus

Quando a Igreja ensina e proclama em todos os seus Símbolos e Santos Concílios que Jesus Cristo é filho natural de Deus, está proclamando que Deus Pai e Jesus, seu Filho, têm uma relação de paternidade e filiação como as que ocorrem na natureza, ou seja, Jesus é tão filho de Deus quanto eu sou filho de meu pai e Deus é tão Pai de Jesus quanto eu sou pai dos meus filhos.

Deus, que é espírito, é pai natural e não espiritual de Jesus. Ou seja, Deus gerou, e por geração eterna (fora do tempo, pois o Verbo existia junto de Deus desde antes de todos os tempos) um verdadeiro homem, Jesus, tornando-se pai natural desse homem.

Da mesma forma que só existe uma pessoa, Jesus Cristo, que procede do Pai por geração eterna, em Cristo não pode haver senão a filiação natural de Deus. O adocionismo foi uma corrente herética que defendia que a filiação de Jesus a Deus era apenas por adoção, não por geração.

(...) Chegou até nós de vossa região a triste notícia de que alguns Bispos que por lá vivem, a saber, Elipanto e Ascarico com os seus companheiros, não se envergonharam de professar o Filho de Deus como adotivo (...) (Carta *'Instituio universalis'* do Papa Adriano I aos Bispos espanhóis, datada entre 785 e 791. DS 595)

A fundamentação da perfídia a respeito da adoção de Jesus Cristo, Filho de Deus segundo a carne, espalhada com falsos argumentos, deve, entre outras coisas, ser rejeitada (...) a Igreja Católica jamais creu nisso, jamais o ensinou e jamais deu apoio àqueles que erroneamente creem nisso (...) (Carta *'Sitamemlicet'* do Papa Adriano I aos Bispos da Espanha,

793/794. DS 610)

Concílio de Constantinopla II

Se alguém não confessa que são dois os nascimentos do Verbo de Deus, um pelo Pai, antes dos séculos, fora do tempo e incorporal, o outro, nestes nossos últimos tempos, quando ele desceu dos céus e se encarnou da santa e gloriosa deípara e sempre virgem Maria e dela nasceu: seja anátema. (DS 422)

Sínodo de Toledo (765)

Professamos também que o Filho é nascido da substância do Pai, sem início, antes dos séculos, porém não criado (...) o Pai não é do Filho, como o Filho do Pai, pois o Pai não recebeu a geração do Filho, mas o Filho do Pai (...) O Pai é de fato Pai do Filho (...) e este é Filho do Pai. (...) De fato, devemos crer que o Filho não foi gerado do nada, nem de qualquer outra substância, mas do seio do Pai, isto é, de sua substância. (DS 526)

Concílio de Trento

(...) O Pai celestial (...) quando chegou a feliz ‘plenitude dos tempos’, mandou aos homens Cristo Jesus, seu Filho (...) (DS 1522)

Catecismo da Igreja Católica

Deus, infinitamente Perfeito e Bem-aventurado em si mesmo, em um desígnio de pura bondade, criou livremente o homem para fazê-lo participar de sua vida bem-aventurada. Eis por que, desde sempre e em todo lugar, está perto do homem. Chama-o e ajuda-o a procurá-lo, a conhecê-lo e a amá-lo com todas as suas forças. Convoca todos os homens, dispersos pelo pecado, para a unidade de sua família, a Igreja. Faz isto por meio do Filho, que enviou como Redentor e Salvador quando os tempos se cumpriram. Nele e por Ele, chama os homens a se tornarem, no Espírito Santo, seus filhos adotivos, e portanto os herdeiros de

sua vida bem-aventurada. (CIC 1)

Deus, que ‘habita uma luz inacessível’ (1Tm 6,16), quer comunicar sua própria vida divina aos homens, criados livremente por ele, para fazer deles, no seu Filho único, filhos adotivos. (CIC 52)

Jesus revelou que Deus é ‘Pai’ num sentido inaudito: não o é somente enquanto Criador, mas é eternamente Pai em relação a seu Filho único, que só é eternamente Filho em relação a seu Pai: ‘Ninguém conhece o Filho senão o Pai, e ninguém conhece O Pai senão o Filho, e aquele a quem o Filho o quiser revelar’ (Mt 11,27). (CIC 240)

Creemos e confessamos que Jesus de Nazaré, nascido judeu de uma filha de Israel, em Belém, no tempo do rei Herodes Magno e do imperador César Augusto, carpinteiro de profissão, morto e crucificado em Jerusalém, sob o procurador Pôncio Pilatos, durante o reinado do imperador Tibério, é o Filho eterno de Deus feito homem; que ele “veio de Deus” (Jo 13,3), “desceu do céu” (Jo 3,13; 6,33), ‘veio na carne’, pois ‘o Verbo se fez carne e habitou entre nós, e nós vimos sua glória, glória que ele tem junto ao Pai, como Filho único, cheio de graça e de verdade... Pois de sua plenitude nós recebemos graça por graça’ (Jo 1,14-16). (CIC 423)

Sagradas Escrituras

Deus não perdoou Seu próprio Filho, mas sim O entregou por todos nós (...) (Rm 8,32)

Deus tanto amou o mundo que lhe deu Seu Filho Unigênito (...) (Jo 3,16)

E uma voz que saía dos céus dizia: 'este é Meu Filho amado, em quem me alegro (...) (Mt 3,17)

E o Verbo se fez carne e habitou entre nós, e pudemos contemplar Sua glória, glória que recebe do Pai como Filho Único, cheio de graça e verdade (...) (Jo 1,14)

Padres da Igreja

Entretanto, quando eles perguntaram: ‘Maria é mãe de um

homem ou Mãe de Deus?’, nós respondemos: ‘De ambos’. O primeiro pela natureza do que ocorreu e o segundo pela relação. Mas de um homem porque era ser humano que estava e que saiu do ventre de Maria; e Mãe de Deus porque o homem que nasceu era o próprio Deus. (Teodoro de Mopsuéstia, Da encarnação 15)
A Virgem Maria, porém, concebeu fé e alegria quando o anjo Gabriel lhe anunciou a Boa Nova de que o Espírito do Senhor viria sobre ela; a força do Altíssimo a cobriria com sua sombra, de modo que o Santo que dela nasceria seria o Filho de Deus. (Justino Mártir, Diálogo com Trifão)

O Verbo de Deus fez-se homem e o Filho de Deus fez-se Filho do Homem para que o homem entre em comunhão com o Verbo de Deus e, por adoção, se torne filho de Deus. Realmente, não poderíamos ganhar de outra forma a eternidade e a imortalidade (...) se antes o Eterno e o Imortal não se tornasse aquilo que somos. (Ireneu de Lyon, Contra as Heresias 3,19,1)

A natureza humana do Filho de Deus, não por si mesma mas pela sua união ao Verbo, conhecia e manifestava nela tudo o que cabe a Deus. (Máximo Confessor)

Há um médico na carne feito Deus, Filho de Maria e Filho de Deus: Jesus Cristo. (Inácio de Antioquia, Epístola aos Efésios 7,2)

Cristo é Deus; Cristo é homem. Até que ponto é Deus? Até ao ponto de ser igual ao Pai, um com o Pai. Até que ponto é homem? Até ao ponto de nascer da Virgem, de assumir do homem a mortalidade, sem assumir a iniquidade. (Agostinho de Hipona, Comentário ao Evangelho de João 36,2)

9. Jesus Cristo é verdadeiro Deus e Filho de Deus por essência

Jesus Cristo, o Verbo de Deus feito carne, é Filho de Deus Pai, e é da mesma substância de Deus Pai, e ele mesmo é Deus. Essa é a fé da Igreja. Ela crê que Jesus Cristo, o Filho, é um com o Pai e possui a infinita natureza divina com todas suas infinitas perfeições, dado ter sido engendrado eternamente por Deus.

Concílio de Nicéia I

Creemos (...) em um só Senhor Jesus Cristo, Filho de Deus, nascido do Pai como unigênito, isto é, da substância do Pai, Deus de Deus, luz da luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado, não feito, consubstancial com o Pai, por quem foi feito tudo que há no céu e na terra.

Concílio de Toledo(400-447)

Portanto, este Filho de Deus, Deus, nascido do Pai antes de qualquer início (...) Este filho do homem é chamado também 'Filho de Deus'; o Filho de Deus, porém, é chamado 'Deus', não 'filho do homem'. (Symbolum Toletanum I - DS 189)

Concílio Ecumênico Calcedônia

Segundo, pois, os Santos Padres, com unanimidade ensinamos que se confesse um só e o mesmo Filho, o Senhor nosso Jesus Cristo, perfeito na sua divindade e perfeito na sua humanidade, verdadeiro Deus e verdadeiro homem composto de alma racional e de corpo, consubstancial ao Pai segundo a divindade e consubstancial a nós segundo a humanidade, semelhante em tudo a nós, menos no pecado, gerado do Pai antes de todos os séculos segundo a divindade e, nesses últimos dias, em prol de nós e de nossa salvação, gerado de Maria, a Virgem, a Deípara, segundo a humanidade. (DS 301)

Catecismo da Igreja Católica

O acontecimento único e totalmente singular da Encarnação do Filho de Deus não significa que Jesus Cristo seja em parte Deus e em parte homem, nem que ele seja o resultado da mescla confusa entre o divino e o humano. Ele se fez verdadeiramente homem permanecendo verdadeiro Deus. Jesus Cristo é verdadeiro Deus e verdadeiro homem. A Igreja teve de defender e clarificar esta verdade de fé no decurso dos primeiros séculos, diante das heresias que a falsificavam. (CIC 464)

Sagradas Escrituras

Nisto se manifestou o amor de Deus para conosco: em nos ter enviado ao mundo o seu Filho único, para que vivamos por ele. (1Jo 4,9)

Pois nele (Cristo) habita corporalmente toda a plenitude da divindade. (Cl 2,9)

Depois que Jesus foi batizado, saiu logo da água. Eis que os céus se abriram e viu descer sobre ele, em forma de pomba, o Espírito de Deus. E do céu baixou uma voz: Eis meu Filho muito amado em quem ponho minha afeição. (Mt 3,116-17)

Todas as coisas me foram dadas por meu Pai; ninguém conhece o Filho, senão o Pai, e ninguém conhece o Pai, senão o Filho e aquele a quem o Filho quiser revelá-lo. (Mt 11,27)

Eis o meu Filho muito amado, em quem pus toda minha afeição; ouvi-o. (Mt 17,5)

Respondeu-lhes Jesus: Por que me procuráveis? Não sabíeis que devo ocupar-me das coisas de meu Pai? (Lc 2,49)

As obras que faço em nome de meu Pai, estas dão testemunho de mim. (Jo 10,25b)

Porque não foi baseando-nos em fábulas engenhosas que vos demos a conhecer o poder e a presença de Nosso Senhor Jesus Cristo, mas por termos visto a Sua Majestade com os nossos próprios olhos. Porque Ele recebeu de Deus Pai honra e glória, quando da magnífica glória lhe foram dirigidas estas palavras: ‘Este é meu Filho muito amado, em quem pus as minhas complacências’. E nós mesmos ouvimos esta voz vinda do céu, quando estávamos com Ele no monte santo. (2Pe 1, 16-18)

Padres da Igreja

Demonstraremos também que Jesus Cristo é propriamente o único Filho nascido de Deus, como seu Verbo, seu Primogênito e sua Potência. (Justino de Roma. 1ª Apologia 23,2)

Quanto ao seu Filho, o único que propriamente se diz ‘Filho, o Verbo que está com Ele antes das criaturas e é gerado; quando no princípio criou e ordenou, através Dele, todas as coisas, chama-se ‘Cristo’ (...). (Justino de Roma. 2ª Apologia 5,1-2)

Se alguém nos dissesse: ‘Como o Filho foi produzido pelo Pai?’, responderíamos que ninguém entende esta produção, ou geração, ou pronúncia, ou qualquer que seja o nome que se queria dar a esta geração, que de fato é inenarrável (...)mas apenas que o Pai gerou e o Filho foi gerado. (Ireneu de Lyon, Contra as Heresias 2,28)

Enviado pelo Pai, nasceu de uma Virgem; Deus e homem, filho do homem e Filho de Deus, Jesus Cristo, que nos revelou o Pai e o Espírito Santo Paráclito Santificador. (Tertuliano de Cartago. Contra Praxeas 2)

Entretanto, quando eles perguntaram: ‘Maria é mãe de um homem ou Mãe de Deus?’, nós respondemos: ‘De ambos’. O primeiro pela natureza do que ocorreu e o segundo pela relação. Mas de um homem porque era ser humano que estava e que saiu do ventre de Maria; e Mãe de Deus porque o homem que nasceu era o próprio Deus. (Teodoro de Mopsuéstia, Da encarnação 15)

Este, o Pai não-gerado, gerou de Si, antes de todo o tempo, ao Filho, não a partir de alguma matéria pré-existente, porque todas as coisas foram feitas por intermédio do Filho. Não o fez ‘a partir’ porque gerou o Filho de Si mesmo; tampouco por meio de um parto, porque em Deus não há nada mutável ou vazio; nem como uma parte Sua que foi dividida, separada ou estendida, já que Deus é impassível e incorpóreo, e tais coisas são de natureza passível e carnal (...). De um modo que não se pode entender, nem expressar, antes de todo o tempo e de toda idade, procriou ao Unigênito da substância não-gerada que há Nele e deu a esse Filho nascido Dele, por meio de Seu amor e poder, tudo o que Deus é. E assim o Filho é Unigênito, perfeito e eterno do Pai não-gerado, perfeito e eterno. (Hilário de Poitiers. Da Trindade 3,3)

Sendo gerado pelo Pai, é Filho de Deus por natureza e não por adoção (...) Pois bem, quando ouvirdes falar que ‘Deus gera’, não comece a pensar em termos corpóreos (...). Deus é Espírito: a geração divina é espiritual. (Cirilo de Alexandria, Leituras Catequéticas 11)

10. Jesus possui duas naturezas que não se transformam nem

se misturam

Quando a Igreja confessa que Jesus é, de modo inseparável, verdadeiro Deus e verdadeiro homem, ela testemunha que Jesus possui, simultaneamente, tanto uma íntegra e total natureza divina quanto uma íntegra e total natureza humana. Prova contundente dessa verdade está nos milagres que realizava (natureza divina) e no padecimento e morte que sofreu (natureza humana).

A um só e mesmo Senhor, Jesus Cristo, Verbo de Deus encarnado e feito homem, pertencem tanto os milagres como os sofrimentos que suportou voluntariamente na sua carne. (DS 423)

Jesus é verdadeiramente o Filho de Deus que se fez homem, nosso irmão, e isto sem deixar de ser Deus, nosso Senhor: “Ele permaneceu o que era, assumiu o que não era”.[\[208\]](#)

Concílio de Calcedônia

(...) ensinamos que se confesse que um só e o mesmo Filho, o Senhor Nosso Jesus Cristo, perfeito na sua divindade e perfeito na sua humanidade (...)reconhecido em duas naturezas: sem confusão, sem mudanças, sem divisão, sem separação, não sendo de modo algum anulada a diferença das naturezas por causa da sua união, mas, pelo contrário, salvaguardada a propriedade de cada uma das naturezas e concorrendo numa só pessoa e numa só hipóstase. (DS 301-302)

Concílio de Constantinopla II

Se alguém diz que o Verbo de Deus que opera milagres não é o próprio Cristo que sofreu (...): seja anátema. (DS 423)

Se alguém (...) não confessa que o Verbo de Deus se uniu à carne e que, portanto, há somente uma hipóstase, ou seja, uma só pessoa; e que é neste sentido que o Santo Sínodo de Calcedônia confessou uma só hipóstase do Senhor Jesus Cristo: seja anátema. A santa Trindade, de fato, não recebeu acréscimo

de pessoa ou hipostáse, nem mesmo depois que se encarnou um da santa Trindade, Deus Verbo. (DS 426)

Se alguém não confessa que nosso Senhor Jesus Cristo, crucificado em sua carne, é verdadeiro Deus, Senhor da glória e Um da santa Trindade: seja anátema. (DS 432)

Sínodo de Roma (680)

(...) como professamos que ele verdadeiramente tem duas naturezas ou substâncias, isto é, a divindade e a humanidade, de modo inconfuso, indiviso e imutável, assim também professamos que ele tem duas vontades naturais bem como duas atividades naturais, já que (...) o único e mesmo Senhor Jesus Cristo é perfeito Deus e perfeito homem; pois (...) assim nos instruíram a tradição apostólica e evangélica e o magistério dos santos Padres, que a Igreja santa, apostólica e católica e os veneráveis sínodos têm acolhido. (DS 548)

Concílio de Constantinopla III

Do mesmo modo, proclamamos, segundo os ensinamentos dos Santos Padres, duas vontades físicas ou querereres naturais e duas operações naturais, sem divisão, sem separação ou confusão. E as duas vontades naturais não estão – longe disso! – em contraste entre si, como afirmam os ímpios hereges, mas a sua vontade humana e obediente, sem oposição ou relutância, ou melhor, é submissa à sua vontade divina e onipotente. (DS 556)

Catecismo da Igreja Católica

O acontecimento único e totalmente singular da Encarnação do Filho de Deus não significa que Jesus Cristo seja em parte Deus e em parte homem, nem que Ele seja o resultado da mescla confusa entre o divino e o humano. Ele se fez verdadeiramente homem permanecendo verdadeiramente Deus. Jesus Cristo é verdadeiro Deus e verdadeiro homem. Esta verdade de fé, a Igreja teve que defendê-la e clarificá-la no decurso dos primeiros séculos face a heresias que a falsificavam. (CIC 464)

Sagradas Escrituras

E o Verbo se fez carne (...) (Jo 1,14)

O qual, sendo de condição divina, não reteve avidamente o fato de ser igual a Deus, mas se despojou de si mesmo, tomando a condição de servo, fazendo-se semelhante aos homens e aparecendo em seu porte como homem (...) (Fl 2,6-7)

Padres da Igreja

Ficando então a salvo a propriedade de uma e outra natureza... natureza íntegra e perfeita de verdadeiro homem, nasceu Deus Verdadeiro, inteiro no seu, inteiro no nosso. (São Leão I Magno. Epístola dogmática de 13 de Junho de 449. DS 143ss.)

Embora tenha vindo para nascer da Virgem Maria como homem, Ele (Cristo) é eterno. (Justino Mártir, Diálogo com Trifão, 113,4)

A Escritura diz que Cristo, mesmo sendo Espírito de Deus, deveria fazer-se homem, submetido ao sofrimento, e revela, de certo modo, surpresa e sobressalto pela Paixão, como sofreria Aquele à cuja sombra dissemos que iríamos viver. (Ireneu de Lyon, Demonstração da Pregação Apostólica 71)

Essas coisas e outras semelhantes, e todos os sinais que apresentou, e seus milagres, provam que Jesus era Deus feito homem. Portanto, ambas as coisas podem ser demonstradas: que era Deus por natureza e que era homem por natureza. (Pedro de Alexandria)

Há duas naturezas em Cristo: Deus e homem. (Gregório Nanzianzeno, Carta 101)

Nossa consideração sobre as propriedades respectivas da carne e da divindade não gera confusão enquanto considerarmos cada uma delas por si mesma. Por exemplo: ‘o Verbo foi feito antes dos tempos, mas a carne começou a existir nos últimos tempos’. Porém, não se pode inverter as frases e dizer que a carne é pré-temporal e que a divindade começou a existir nos últimos tempos. O Verbo era com Deus no princípio e o homem está submetido à prova da morte, não sendo a natureza humana desde toda a eternidade, nem a natureza divina mortal. (...) Não

foi a natureza humana que ressuscitou Lázaro, nem tampouco o Poder Impassível quem chora quando Lázaro está no sepulcro: as lágrimas procedem do homem; a vida da Verdadeira Vida. (Gregório de Nissa, Contra Eunômio 5,5)

Ó Filho Único e Verbo de Deus, sendo imortal, vos dignastes por nossa salvação encarnar-vos da Santa Mãe de Deus e sempre Virgem Maria, vós que sem mudança vos tomastes homem e fostes crucificado, ó Cristo Deus, que por vossa morte esmagastes a morte, sois Um da Santíssima Trindade, glorificado com o Pai e o Espírito Santo, salvai-nos! (Liturgia de São João Crisóstomo)

11. Cada uma das duas naturezas em Cristo possui uma própria vontade física e uma própria operação física

Jesus é verdadeiro e completo homem e, simultaneamente, verdadeiro Deus. Essas duas naturezas não se confundem, não se misturam. Cada uma dessas naturezas tem o seu querer, a sua vontade própria. Mas, apesar da dualidade física das duas vontades em Cristo, a divina e a humana, ambas íntegras e totais, em Jesus existe a unidade moral, porque a vontade humana de Cristo se conforma com a livre subordinação, de maneira perfeitíssima, à vontade Divina.

Concílio de Constantinopla III

Do mesmo modo, proclamamos (...) duas vontades ou querereres naturais em Jesus, e operações naturais, sem divisão, sem mudanças, sem separação ou confusão. E as duas vontades naturais não estão – longe disso! – em contraste entre si, como afirmam os ímpios hereges,^[209] mas a sua vontade humana é obediente, sem oposição ou relutância, ou melhor, é submissa à sua vontade divina e onipotente. Era necessário, de fato, que a vontade da carne fosse guiada e submissa à vontade divina, segundo o sapientíssimo Atanásio. Como, de fato, a sua carne é chamada carne do Verbo de Deus e realmente o é, assim a

vontade natural da carne é chamada, e é, vontade própria do Verbo de Deus, segundo o que ele mesmo afirma: 'Desci do céu não para fazer minha própria vontade, mas a vontade do pai que me enviou' (Jo. 6,38), chamando sua a vontade da sua carne, já que a carne se tornara sua. De fato, como a sua carne animada, toda santa, imaculada, pelo fato de ser deificada não foi cancelada, mas permaneceu no próprio estado e no próprio modo de ser, assim também sua vontade humana, ainda que deificada, não foi cancelada, mas antes salvaguardada, segundo o que diz Gregório, o Teólogo: 'Com efeito, o seu querer, por ser ele reconhecido como o Salvador, não é contrário a Deus, pois é totalmente divinizado.' (DS 556)

Catecismo da Igreja Católica

Uma vez que na união misteriosa da Encarnação 'a natureza humana foi assumida, não aniquilada', a Igreja tem sido levada, ao longo dos séculos, a confessar a plena realidade da alma humana, com suas operações de inteligência e vontade, e a do corpo humano de Cristo. Mas, paralelamente, teve de lembrar toda vez que a natureza humana de Cristo pertence '*in proprio*' à pessoa divina do Filho de Deus que a assumiu. Tudo o que Cristo é e o que faz nela depende do 'Um da Trindade. Por conseguinte, o Filho de Deus comunica à sua humanidade seu próprio modo de existir pessoal na Trindade. Assim, em sua alma como em seu corpo, Cristo exprime humanamente os modos divinos de agir da Trindade: O Filho de Deus trabalhou com mãos humanas, pensou com inteligência humana, agiu com vontade humana, amou com coração humano. Nascido da Virgem Maria, tomou-se verdadeiramente um de nós, semelhante a nós em tudo, exceto no pecado.' (CIC 470)

Sagradas Escrituras

Todavia não se faça o que eu quero, mas sim o que tu queres.
(Mt 26,39b)

Não se faça, todavia, a minha vontade, mas sim a tua. (Lc 22,42b)

Pois desci do céu não para fazer a minha vontade, mas a vontade daquele que me enviou. (Jo 6,38)

Ninguém tira (minha vida) de mim, mas eu a dou de mim mesmo e tenho o poder de a dar, como tenho o poder de a reassumir. Tal é a ordem que recebi de meu Pai. (Jo 10,18)

Padres da Igreja

Pensamos que Cristo se manifestou exatamente como Deus e homem (...) sendo, com certeza, sob todos os aspectos, Filho de Deus e filho do homem, sem dúvida segundo uma e outra substância, diferentes em suas peculiaridades, pois o Verbo não é outra coisa senão Deus e a carne não é outra coisa senão homem (...) Vemos esse duplo estado, não confuso, mas unido numa só pessoa: Jesus, Deus e homem. (...) [Em Cristo] é preservada a peculiaridade de uma e outra substância, pois nele o Espírito executou suas operações, ou seja, os seus milagres, as suas obras e os seus sinais, e a carne experimentou suas paixões, a fome (...), a sede, as lágrimas (...), a angústia (...), a morte (...) Uma vez que ambas as substâncias agiam distintamente, cada qual conforme a sua natureza, por esse mesmo motivo ela encontraram suas obras e conclusões. (Tertuliano de Cartago, Contra Praxeas 27,10-11.13)

Se alguém disser que Jesus Cristo ignorou os acontecimentos futuros ou o dia do Juízo Final, Ele, o único Jesus Cristo, o mesmo simultaneamente verdadeiro Filho de Deus e verdadeiro filho do homem; e que Jesus só pôde saber o que lhe revelou a Divindade, habitando nele como outro homem, seja anátema. (Papa Vigílio de Roma. Condenação aos Nestorianos)

Pois o querer que entendamos ser um ato da vontade do Salvador não é contrário a Deus, mas é inteiramente deificado. (Gregório de Nazianzo)

Capítulo XV: Por nós homens, e para a nossa salvação

12. O homem é formado por corpo material e alma espiritual

Segundo a doutrina da Igreja, o homem é “*corpore et anima unus*” (uno de corpo e alma), ou seja, o homem completo é formado por corpo e alma (DS 250, 272), o corpo passível e a alma intelectual ou racional (DS 900), unidas de forma tão profunda que se deve considerar a alma como a “forma” do corpo; ou seja, é graças à alma espiritual que o corpo constituído de matéria é um corpo humano e vivo; o espírito e a matéria no homem não são duas naturezas unidas, mas a união deles forma uma única natureza. [\[210\]](#)

O corpo é parte essencialmente constituinte da natureza humana, assim como a alma. Não há três elementos constitutivos do homem: o corpo, a alma animal e a alma espiritual, mas apenas dois, o corpo material e a alma espiritual.

A alma espiritual é diretamente criada por Deus - e não pelos pais, que dão origem ao corpo, participando da obra da Criação. A alma, que é imortal, não perece na morte, apenas se separa do corpo, ao qual se unirá novamente na ressurreição final. [\[211\]](#)

Concílio de Constantinopla IV:

(...) o Antigo e o Novo Testamento ensinam que o homem tem uma só alma racional e intelectual, e todos os Padres e mestres da Igreja, falando por Deus, sustentam esta mesma doutrina (...). (DS 657)

Concílio de Latrão IV

Deus criou do nada uma e outra criação, a angelical e a mundana; e depois criou a humana, de algum modo comum a ambas, constituída de corpo e alma. (DS 800)

Concílio Vaticano I

Deus criou simultaneamente desde o início do tempo, do nada, ambas as criaturas, a angelical e a mundana; seguida da humana, de algum modo comum a ambas, constituída de corpo e alma. (DS 3002)

Concílio Vaticano II

O homem, ser uno, composto de corpo e alma (espiritual e imortal)(...) (DS 4314)

Encíclica “*Sollicitudo rei socialis*”, de João Paulo II

(o) âmbito da alma constitutivo da natureza específica do ser humano, criado por Deus à sua imagem e semelhança (cf. Gn 1,26): natureza corporal e espiritual, simbolizada, no segundo relato da criação, pelos dois elementos, a terra, com que Deus plasmou o corpo do homem, e o sopro da vida nele insuflado (Gn 2,7). (DS 4812)

Catecismo da Igreja Católica

O corpo do homem participa da dignidade da “imagem de Deus”: ele é corpo humano precisamente porque é animado pela alma espiritual, e é a pessoa humana inteira que está destinada a tornar-se, no Corpo de Cristo, o Templo do Espírito. Unidade de corpo e de alma, o homem, por sua própria condição corporal, sintetiza em si os elementos do mundo material, que nele assim atinge sua plenitude e apresenta livremente ao Criador uma voz de louvor. Não é, portanto, lícito ao homem desprezar a vida corporal; ao contrário, deve estimar e honrar seu corpo, porque criado por Deus e destinado à ressurreição no último dia. (CIC 364)

Por vezes ocorre que a alma aparece distinta do espírito. Assim,

São Paulo ora para que nosso ‘ser inteiro, o espírito, a alma e o corpo’, seja guardado irrepreensível na Vinda do Senhor (1Ts 5,23). A Igreja ensina que esta distinção não introduz uma dualidade na alma. ‘Espírito’ significa que o homem está ordenado desde a sua criação para seu fim sobrenatural, e que sua alma é capaz de ser elevada gratuitamente à comunhão com Deus. (CIC 367)

Sagradas Escrituras

O Senhor Deus formou, pois, o homem do barro da terra, e inspirou-lhe nas narinas um sopro de vida e o homem se tornou um ser vivente. (Gn 2,7)

(...) antes que a poeira retorne à terra para se tornar o que era; e antes que o sopro de vida retorne a Deus que o deu. (Eclo 12,7)

Não temais aqueles que matam o corpo, mas não podem matar a alma; temeí antes aquele que pode precipitar a alma e o corpo na geena. (Mt 10,28)

Depositários de tais promessas, caríssimos, purifiquemo-nos de toda imundície da carne e do espírito, realizando plenamente nossa santificação no temor de Deus. (2Co 7,1)

Padres da Igreja

O homem não é uma maravilha qualquer do mundo subalterno, mas uma realidade que ultrapassa indubitavelmente em grandeza tudo o que conhecemos, porque ele é único, entre todos os seres, que é semelhante a Deus. (Gregório de Nissa)

Se de fato a carne não tem qualquer utilidade, então por que Cristo curou os doentes? E, principalmente, por que foi Ele ao ponto de os ressuscitar de entre os mortos? Qual era o seu objetivo? Não terá sido para nos mostrar como se passará a ressurreição? Aliás, como Ele ressuscitou os mortos? Tratava-se de almas ou de corpos? Certamente, ambas as coisas. (Justino Mártir)

O homem perfeito é a mistura e a união da alma que recebeu o espírito do Pai e que foi misturada à carne modelada segundo a imagem de Deus (...) As três coisas devem ser restauradas e

reunidas, e não há para elas senão uma única e mesma salvação (...) Porque espíritos sem corpos jamais serão homens espirituais, mas é nossa substância, isto é, o composto de alma e carne que, recebendo o espírito de Deus, constitui o homem espiritual. (Ireneu de Lyon, Contra as Heresias 5,6,1; 5,8,2)

13. O pecado de Adão se propaga a todos por geração, não por imitação



Adão, o primeiro homem, ao desobedecer no paraíso a ordem divina, cometeu o primeiro pecado, o pecado original. Em consequência, perdeu, para ele e para nós, seus descendentes, a santidade e a justiça nas quais havia sido criado por Deus.

Assim, todos os descendentes de Adão e Eva, ou seja, todos os homens, exceto a Santíssima Virgem Maria, foram concebidos, vieram e vêm ao mundo com o pecado original na alma, e com as consequências daquele primeiro pecado.

Embora não seja uma falta pessoal, esse pecado é inerente a cada indivíduo, pois cada pessoa herda esta culpa com caráter de pecado próprio, transmitido que é, de Adão a todos seus descendentes, por geração e não por mera imitação.

O pecado original com o qual todos nascemos é a privação da santidade e justiça originais. Além da ruptura do homem com

Deus, o pecado fez o homem romper consigo mesmo, com os demais seres humanos e com toda a criação, com a qual vivia em harmonia no Paraíso.

Outras consequências do pecado original foi a debilitação da natureza humana, que passou a ser submetida à ignorância, ao sofrimento, à morte e à inclinação ao pecado. No estado atual da natureza humana, percebe-se claramente essas consequências. Porque o pecado original debilitou a vontade e obscureceu a inteligência do homem, este, ainda quando se decide pelo bem, continua atraído para o mal (chamamos essa inclinação para o mal de concupiscência).

Mas, embora inclinada ao mal, a natureza humana não é intrinsecamente corrompida. Pelo contrário, a doutrina católica afirma que o homem, mesmo no estado atual, pode conhecer com certeza as verdades religiosas de ordem natural, e ser transformado interiormente pela graça de Cristo para recuperar a justiça original.

O pecado original nos é remido exclusivamente pelos méritos de Jesus Cristo, remissão que se aplica também aos recém-nascidos por meio do Batismo, que lhes restitui a santidade e o direito à vida eterna. Mas o Batismo não os livra da concupiscência, que, aliás, não se identifica com o pecado. [\[212\]](#)

Concílio de Trento

Se alguém afirma que a prevaricação de Adão prejudicou a ele só e não à sua descendência, que perdeu somente para si e não também para nós a santidade e a justiça recebidas de Deus (...): seja anátema. (DS 1512)

Se alguém afirma que este pecado de Adão, que é um só quanto à origem e a todos transmitido por propagação, não por imitação, pertence a cada um como próprio, pode ser tirado com as forças da natureza humana ou com outro remédio que não os méritos do único mediador, nosso Senhor Jesus Cristo (...): seja anátema. (DS 1513)

Catecismo da Igreja Católica

Todos os homens estão implicados no pecado de Adão. São Paulo o afirma: “Pela desobediência de um só homem, todos se tornaram pecadores” (Rm 5,19). “Como por meio de um só homem o pecado entrou no mundo e, pelo pecado, a morte, assim a morte passou para todos os homens, porque todos pecaram...” (Rm 5,12). A universalidade do pecado e da morte o Apóstolo opõe a universalidade da salvação em Cristo: “Assim como da falta de um só resultou a condenação de todos os homens, do mesmo modo, da obra de justiça de um só (a de Cristo), resultou para todos os homens justificação que traz a vida” (Rm 5,18). (CIC 402)

(...) a Igreja sempre ensinou que a imensa miséria que oprime os homens e sua inclinação para o mal e para a morte são incompreensíveis, a não ser referindo-se ao pecado de Adão e sem o fato de que este nos transmitiu um pecado que por nascença nos afeta a todos e é ‘morte da alma’. Em razão desta certeza de fé, a Igreja ministra o batismo para a remissão dos pecados mesmo às crianças que não cometeram pecado pessoal. (CIC 403)

De que maneira o pecado de Adão se tornou o pecado de todos os seus descendentes? O gênero humano inteiro é em Adão como ‘um só corpo de um só homem’. Em virtude desta ‘unidade do gênero humano’, todos os homens estão implicados no pecado de Adão, como todos estão implicados na justiça de Cristo. Contudo, a transmissão do pecado original é um mistério que não somos capazes de compreender plenamente. Sabemos, porém, pela Revelação, que Adão havia recebido a santidade e a justiça originais não exclusivamente para si, mas para toda a natureza humana: ao ceder ao Tentador, Adão e Eva cometem um pecado pessoal, mas este pecado afeta a Natureza humana, que vão transmitir em um estado decaído. É um pecado que será transmitido por propagação à humanidade inteira, isto é, pela transmissão de uma natureza humana privada da santidade e da justiça originais. É por isso que o pecado original é denominado ‘pecado’ de maneira analógica: é um pecado

‘contraído’ e não ‘cometido’, um estado e não um ato. (CIC 404)

Embora próprio a cada um, o pecado original não tem, em nenhum descendente de Adão, um caráter de falta pessoal. É a privação da santidade e da justiça originais, mas a natureza humana não é totalmente corrompida: ela é lesada em suas próprias forças naturais, submetida à ignorância, ao sofrimento e ao império da morte, e inclinada ao pecado. O Batismo, ao conferir a vida da graça de Cristo, apaga o pecado original e faz o homem voltar para Deus. Porém, as consequências de tal pecado sobre a natureza, enfraquecida e inclinada ao mal, permanecem no homem e o incitam ao combate espiritual. (CIC 405)

Sagradas Escrituras

Eis que nasci na culpa, minha mãe concebeu-me no pecado. (Sl 50,7)

Por isso, como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim a morte passou a todo o gênero humano, porque todos pecaram. De fato, até a lei o mal estava no mundo. Mas o mal não é imputado quando não há lei. No entanto, desde Adão até Moisés reinou a morte, mesmo sobre aqueles que não pecaram à imitação da transgressão de Adão (o qual é figura do que havia de vir). Mas, com o dom gratuito, não se dá o mesmo que com a falta. Pois se a falta de um só causou a morte de todos os outros, com muito mais razão o dom de Deus e o benefício da graça obtida por um só homem, Jesus Cristo, foram concedidos copiosamente a todos. Nem aconteceu com o dom o mesmo que com as consequências do pecado de um só: a falta de um só teve por consequência um veredicto de condenação, ao passo que, depois de muitas ofensas, o dom da graça atrai um juízo de justificação. Se pelo pecado de um só homem reinou a morte (por esse único homem), muito mais aqueles que receberam a abundância da graça e o dom da justiça reinarão na vida por um só, que é Jesus Cristo! Portanto, como pelo pecado de um só a condenação se estendeu a todos os homens, assim por um único ato de justiça recebem todos os

homens a justificação que dá a vida. Assim como pela desobediência de um só homem foram todos constituídos pecadores, assim pela obediência de um só todos se tornarão justos. (Rm 5,12-19)

Padres da Igreja

Para o primeiro homem, desobediência resultou em sua expulsão do Paraíso. Não é como se existisse algum mal na árvore do conhecimento; mas a desobediência do homem resultou em trabalho, dor, aflição, e, no fim, ele caiu prostrado em morte. (Teófilo de Antioquia, Autólico 2, 25)

Finalmente, em todo exemplo de vexação, desprezo, e aversão, pronuncia você o nome de Satanás. A ele é que nós chamamos o anjo da maldade, o autor de todo erro, o corruptor do mundo inteiro, por quem o homem foi enganado no mesmo começo de forma que ele transgrediu o comando de Deus. Por causa de sua transgressão, o homem terminou determinado para morte; e a raça humana inteira que era infectada por sua semente, foi feita a transmissora da condenação. (Tertuliano, O Testemunho da Alma 3, 2)

O Diabo aguentou impacientemente o fato que o homem foi feito na imagem de Deus; e é por isso que ele foi o primeiro em perecer e o primeiro em trazer outros para perdição. Adão, ao contrário do comando divino, era impaciente com respeito a comida mortal, e entrou em morte; nem ele conservou, debaixo da tutela da paciência, a Graça que recebeu de Deus. (Cipriano de Cartago, A Vantagem de Paciência 19)

Nenhuma concepção existe sem iniquidade, pois não há nenhum pai que não tenha pecado. E se não há nenhuma criança que fique, até mesmo um dia, sem pecado, muito que menos podem, as concepções do útero de uma mãe estar sem pecado. Então, nós somos concebidos no pecado de nossos pais, e é nos pecados deles que nós nascemos. (Ambrósio de Milão, Explicação de Davi o Profeta 1, 11, 56)

Quem de nós diria que pelo pecado do primeiro livre arbítrio do homem tenha perecido a raça humana? Certamente a liberdade pereceu através do pecado, mas era aquela liberdade que foi

recebida no paraíso, de ter retidão completa com imortalidade, e é por isso que natureza humana tem necessidade da graça divina. (Agostinho de Hipona, Contra os Pelagianos 1, 2, 5)

14. O homem caído não pode redimir-se a si próprio

Por si mesmo, o homem não pode redimir-se de seus pecados. O pecado é o ofensa ao Deus Pai e criador, ofensa que exige reparo. Mas a capacidade de reparar essa ofensa não está no homem pois o pecado, embora finito enquanto ação da criatura, é infinito enquanto ofensa a Deus, portanto exige uma satisfação de valor infinito.

A partir das próprias ideias de pecado ou queda, por um lado, e de graça ou divinização, por outro, parece evidente que a natureza humana caída não era por si só capaz de restaurar seu relacionamento rompido com Deus e voltar a ter amizade com ele. Portanto, um verdadeiro Redentor teria de ser divino. Era altamente apropriado, no entanto, que a humanidade desempenhasse um papel na reparação de sua própria falta coletiva. Nas palavras de Tomás de Aquino, ‘Um mero homem não poderia prestar satisfação por toda a raça humana; mas Deus não precisava prestar essa satisfação; portanto, era necessário (*oportebat*) que Jesus Cristo fosse tanto Deus quanto homem’. De acordo com a fé cristã, Deus não cancelou a culpa humana sem a participação da humanidade na pessoa do novo Adão, em quem toda a raça haveria de ser regenerada.

Assim, a redenção é um processo que envolve tanto a divindade quanto a humanidade de Cristo. Se ele não fosse divino, não poderia pronunciar o julgamento de perdão efetivo de Deus, nem poderia ter parte na vida Trinitária interior de Deus. Mas, se não fosse homem, Jesus Cristo não poderia fazer a reparação em nome da humanidade pelos pecados cometidos por Adão e seus descendentes. Somente por ter as duas naturezas é que ele pôde ser a cabeça representante que oferece satisfação por todos os pecadores e a eles confere a graça. [\[213\]](#)

Tudo o que Jesus fez, disse e sofreu tinha por meta restabelecer o homem caído em sua vocação primeira: Quando ele se encarnou e se fez homem, recapitulou em si mesmo a longa história dos homens e, em resumo, nos proporcionou a salvação, de sorte que aquilo que havíamos perdido em Adão, isto é, sermos à imagem e à semelhança de Deus, o recuperamos em Cristo Jesus. É, aliás, por isso que Cristo passou por todas as idades da vida, restituindo com isto a os homens a comunhão com Deus. [\[214\]](#)

Sínodo de Orange II (França, 529)

Ninguém é salvo senão pela misericórdia de Deus. A natureza humana, mesmo que se encontrasse naquela integridade na qual foi criada, não se conservaria a si mesma de modo algum, sem o auxílio do seu Criador (...) (DS 389)

Sínodo de Quiercy (França, 853)

Deus onipotente quer que todos os homens sem exceção se tornem salvos, embora nem todos sejam salvos. Que alguns sejam salvos é dom daquele que salva (Cristo); que alguns ao contrário se percam é culpa dos que se perdem. (DS 623)

Concílio de Trento

(...) todos os homens, tendo perdido a inocência pela culpa de Adão (...), eram a tal ponto escravos do pecado e estavam sob o poder do demônio e da morte, que não só gentios poderiam, pelas forças da natureza, mas nem os judeus pela letra da lei de Moisés podiam ser libertados ou se reerguer de tal condição (...) (DS 1521)

Se alguém afirma que este pecado de Adão (...) pode ser tirado com as forças da natureza humana ou com outro remédio que não os méritos do único mediador, nosso Senhor Jesus Cristo, que nos reconciliou com Deus no seu sangue, tornado por nós justiça, santificação e redenção (...): seja anátema. (DS 1513)

Concílio Vaticano II

Por si mesmo e por próprias forças não há ninguém que se liberte do pecado e se eleve acima de si mesmo, ninguém absolutamente que se liberte a si mesmo da sua enfermidade, da sua solidão ou da sua escravidão, mas todos precisam de Cristo como modelo, mestre, libertador, salvador, vivificador. (Decreto Ad Gentes, 8)

Catecismo da Igreja Católica

Jesus convida os pecadores à mesa do Reino: “Não vim chamar justos, mas pecadores” (Mc 2,17). Convida-os à conversão, sem a qual não se pode entrar no Reino, mas mostrando-lhes, com palavras e atos, a misericórdia sem limites do Pai por eles e a imensa alegria no céu por um único pecador que se arrepende (Lc 15,7). A prova suprema deste amor ser o sacrifício de sua própria vida em remissão dos pecados (Mt 26,28).’ (CIC 545)

O pecado é ofensa a Deus: “Pequei contra ti, contra ti somente; pratiquei o que é mau aos teus olhos” (Sl 51,6). O pecado ergue-se contra o amor de Deus por nós e desvia dele os nossos corações. Como o primeiro pecado, é uma desobediência, uma revolta contra Deus, por vontade de tornar-se “como deuses”, conhecendo e determinando o bem e o mal (Gn 3,5). O pecado é, portanto, “amor de si mesmo até o desprezo de Deus”. Por essa exaltação orgulhosa de si, o pecado é diametralmente contrário à obediência de Jesus, que realiza a salvação. (CIC 1850)

Sagradas Escrituras

Sem mim nada podeis fazer. (Jo 15,5c)

Em verdade, em verdade vos digo: todo homem que se entrega ao pecado é seu escravo. Ora, o escravo não fica na casa para sempre, mas o filho sim, fica para sempre. Se, portanto, o Filho vos libertar, sereis verdadeiramente livres. (Jo 8,35-36)

Esta é a justiça de Deus pela fé em Jesus Cristo, para todos os fiéis (pois não há distinção; com efeito, todos pecaram e todos estão privados da glória de Deus), e são justificados gratuitamente por sua graça; tal é a obra da redenção, realizada

em Jesus Cristo. Deus o destinou para ser, pelo seu sangue, vítima de propiciação mediante a fé. Assim, ele manifesta a sua justiça; porque no tempo de sua paciência, ele havia deixado sem castigo os pecados anteriores. (Rm 3,22-25)

(...) Jesus Cristo, que, da parte de Deus, se tornou para nós sabedoria, justiça, santificação e redenção. (1Co 1,30)

Mas eis aqui uma prova brilhante de amor de Deus por nós: quando éramos ainda pecadores, Cristo morreu por nós. Portanto, muito mais agora, que estamos justificados pelo seu sangue, seremos por ele salvos da ira. Se, quando éramos ainda inimigos, fomos reconciliados com Deus pela morte de seu Filho, com muito mais razão, estando já reconciliados, seremos salvos por sua vida. (Rm 5,8-10)

Esse Jesus, pedra que foi desprezada por vós, edificadores, tornou-se a pedra angular. Em nenhum outro há salvação, porque debaixo do céu nenhum outro nome foi dado aos homens, pelo qual devamos ser salvos. (At 4,11-12)

Padres da Igreja

O que estava perdido (Adão) tinha carne e sangue, pois Deus plasmou o homem apanhando barro da terra, e para ele foi estabelecida toda a economia da vinda do Senhor. Também Ele, pois, teve carne e sangue para recapitular em si não uma outra obra, mas a obra plasmada inicialmente pelo Pai, para procurar o que estava perdido. (Ireneu de Lyon, Contra as Heresias 5,14,2)

No Cristo que nasce de Maria é a humanidade toda que renasce à vida. A solidariedade existente entre Cristo e os homens traz esta consequência: a concepção e o nascimento de Jesus já são a redenção por antecipação dos homens. (Ireneu de Lyon, Contra as Heresias)

Ai da alma se não tiver Cristo habitando nela (...) Ai da alma, se nela na passeia Deus e com sua voz afugenta as feras espirituais da maldade. (Macário do Egito)

Capítulo XVI: Nasceu da Virgem Maria

15. A Imaculada Conceição de Maria



O papel de Maria no Plano de Deus foi e é de extrema relevância. O ‘sim’ de Maria garantiu a encarnação do Deus feito homem Jesus. Aquela que desde o início dos tempos estava predestinada a ser a Mãe de Deus foi concedido, por Deus, o privilégio e dom gratuito da concepção imaculada, de nascer isenta da mancha do pecado original.

Nenhum outro ser humano, apenas Maria, obteve esse privilégio, pelos méritos de Cristo, recebendo a Redenção antes mesmo da morte e ressurreição do Senhor.

O dogma da Imaculada Conceição foi proclamado pelo Papa Pio IX (e não em um Concílio ecumênico), em 8 de Dezembro de 1854, definindo de modo solene o que sempre foi acreditado pela Igreja e pelos fiéis.

Bula “Ineffabilis Deus” (1854)

Para a honra da santa e indivisa Trindade, para adorno e ornamento da Virgem Deípara, para exaltação da fé católica e incremento da religião cristã (...) declaramos, proclamamos e definimos: a doutrina que sustenta que a beatíssima Virgem Maria, no primeiro instante de sua concepção, por singular graça e privilégio de Deus onipotente, em vista dos méritos de Jesus

Cristo, Salvador do gênero humano, foi preservada imune de toda mancha de culpa original, é revelada por Deus e por isso deve ser crida e constantemente por todos os fiéis. (DS 2803)

Concílio Ecumênico de Nicéia II (787)

Definimos com todo rigor e cuidado que (...) os venerandos santos ícones (...) devem ser expostos nas santas igrejas de Deus (...) tanto o ícone do Senhor Deus e Salvador nosso Jesus Cristo, como da Senhora Imaculada nossa, a santa Deípara...” (DS 600)

Concílio de Trento

Se alguém disser que o homem, uma vez justificado, não pode mais pecar, nem perder a graça, e que, conseqüentemente, quem cai e peca nunca foi devidamente justificado; ou, ao contrário, que o homem pode por toda a vida evitar todo pecado, mesmo venial, sem que seja por especial privilégio de Deus, como a Igreja crê a respeito da bem-aventurada Virgem: será anátema. (DS 1573)

Catecismo da Igreja Católica

Ao longo dos séculos, a Igreja tomou consciência de que Maria, “cumulada de graça” por Deus, foi redimida desde a concepção. E isso que confessa o dogma da Imaculada Conceição, proclamado em 1854 pelo papa Pio IX: A beatíssima Virgem Maria, no primeiro instante de sua Conceição, por singular graça e privilégio de Deus onipotente, em vista dos méritos de Jesus Cristo, Salvador do gênero humano foi preservada imune de toda mancha do pecado original. (CIC 491)

Esta santidade resplandecente, absolutamente única’ da qual Maria é enriquecida desde o primeiro instante de sua concepção, lhe vem inteiramente de Cristo: Em vista dos méritos de seu Filho, foi redimida de um modo mais sublime”. Mais do que qualquer outra pessoa criada, o Pai a abençoou com toda a sorte de bênçãos espirituais, nos céus, em Cristo. Ele a escolheu nele (Cristo), desde antes da fundação do mundo, para ser santa e imaculada em sua presença, no amor. (CIC 492)

Sagradas Escrituras

Entrando, o anjo disse-lhe: Ave, cheia de graça, o Senhor é contigo. O anjo disse-lhe: Não temas, Maria, pois encontraste graça diante de Deus. (Lc 1,28.30)

E exclamou em alta voz: Bendita és tu entre as mulheres e bendito é o fruto do teu ventre. Donde me vem esta honra de vir a mim a mãe de meu Senhor? (Lc 1,42-43)

Padres da Igreja



Ele (Jesus) era a arca composta por madeira incorruptível. Pois o Senhor estava isento de pecado e estava, enquanto homem, revestido de madeiras incorruptíveis, isto é, da Virgem e do Espírito Santo, por dentro e por fora, como de ouro puríssimo do Verbo de Deus (...) Com efeito, o seu tabernáculo (Maria) era isento de podridão e corrupção. (Hipólito de Roma)

Esta Virgem Mãe do Unigênito de Deus chama-se Maria, digna de Deus, imaculada das imaculadas, sem par. (Orígenes de Alexandria, Homilia 1)

Que a mulher entoe louvor à pura Maria. (Efrém da Síria, Hinos da Natividade 15,23)

Somente Vós (Cristo) e vossa mãe sois mais belos do que qualquer outro ser. Em ti, Senhor, não há mancha alguma, na Tua Mãe nada de feio existe. (Efrém da Síria)

Que arquiteto, erguendo uma casa de moradia, consentiria que seu inimigo a possuísse inteiramente e a habitasse? (Cirilo de Jerusalém)

Maria, uma virgem não profanada, Virgem tornada inviolável pela graça, livre de toda mancha do pecado. (Ambrósio de Milão, Sermão 22,30)

Não se deve tocar na palavra pecado em se tratando de Maria; e

isto em respeito Àquele de quem mereceu ser a Mãe, que a preservou de todo pecado por sua graça. (Agostinho de Hipona, Sermão 215,3)

16. Maria, Mãe de Deus

Maria gerou Jesus Cristo segundo a natureza humana, mas o homem que nasceu não tem apenas a natureza humana, mas também a natureza divina que a sustenta, ou seja, o Verbo. Uma vez que o filho de Maria é propriamente o Verbo que subsiste na natureza humana, e o Verbo é Deus, então Maria é verdadeira Mãe de Deus, sendo Cristo Verdadeiro Deus e Verdadeiro Homem.

Concílio de Éfeso

Com efeito, não nasceu antes, da santa Virgem, um homem qualquer, sobre o qual depois desceria o Verbo, mas se diz que este, unido desde o útero materno, assumiu o nascimento carnal, apropriando-se o nascimento de sua própria carne. Por isso os santos Padres não duvidaram chamar a santa Virgem de *Deípara* [\[215\]](#) (Mãe de Deus). (DS 251)

Se alguém não confessar que o Emanuel é Deus no sentido verdadeiro e que, portanto, a Santa Virgem é Deípara, pois gerou segundo a carne o Verbo que é de Deus e veio a ser carne, seja anátema. (DS 252)

Concílio de Calcedônia

(O Senhor nosso Jesus Cristo) gerado do Pai antes dos séculos, segundo a divindade e, nestes últimos dias, em prol de nós e de nossa salvação, gerado de Maria, a virgem, a Deípara, segundo a humanidade. (DS301)

Concílio de Constantinopla II

(O Verbo de Deus) desceu dos céus e se encarnou da santa e gloriosa deípara e sempre virgem Maria e dela nasceu. (DS 422)

Concílio de Constantinopla III

Confessamos que ele é antes dos séculos gerado do Pai segundo a divindade e, nestes últimos dos dias e para a nossa salvação, gerado do Espírito Santo e de Maria Virgem – que é plena e verdadeiramente a Deípara – segundo a humanidade. (DS 555)

Catecismo da Igreja Católica

Denominada nos Evangelhos “a Mãe de Jesus” (João 2,1;19,25[a72]), Maria é aclamada, sob o impulso do Espírito, desde antes do nascimento de seu Filho, como “a Mãe de meu Senhor” (Lc 1,43). Com efeito, Aquele que ela concebeu Espírito Santo como homem e que se tornou verdadeiramente seu Filho segundo a carne não é outro que o Filho eterno do Pai, a segunda Pessoa da Santíssima Trindade. A Igreja confessa que Maria é verdadeiramente Mãe de Deus (Theotókos). (CIC 495)

Sagradas Escrituras

Eis que a Virgem conceberá e dará à luz um filho, que se chamará Emanuel, que significa: Deus conosco. (Is 7,14)

O anjo disse-lhe: Não temas, Maria, pois encontraste graça diante de Deus. Eis que conceberás e darás à luz um filho, e lhe porás o nome de Jesus. Ele será grande e chamar-se-á Filho do Altíssimo, e o Senhor Deus lhe dará o trono de seu pai Davi; e reinará eternamente na casa de Jacó, e o seu reino não terá fim. Maria perguntou ao anjo: Como se fará isso, pois não conheço homem? Respondeu-lhe o anjo: O Espírito Santo descera sobre ti, e a força do Altíssimo te envolverá com a sua sombra. Por isso o ente santo que nascer de ti será chamado Filho de Deus. (Lc 1,30-35)

E exclamou em alta voz: Bendita és tu entre as mulheres e bendito é o fruto do teu ventre. Donde me vem esta honra de vir a mim a mãe de meu Senhor? (Lc 1,42-43)

Mas quando veio a plenitude dos tempos, Deus enviou seu Filho, que nasceu de uma mulher (...) (Gl 4,4)

Padres da Igreja

Entretanto, quando eles perguntaram: ‘Maria é mãe de um homem ou Mãe de Deus?’, nós respondemos: ‘De ambos’. O primeiro pela natureza do que ocorreu e o segundo pela relação. Mas de um homem porque era ser humano que estava e que saiu do ventre de Maria; e Mãe de Deus porque o homem que nasceu era o próprio Deus. (Teodoro de Mopsuéstia, Da encarnação 15)
A norma de fé é absolutamente uma só, imutável e irreformável: crer em um só Deus todo-poderoso, Criador do mundo, e em Jesus Cristo, seu Filho, nascido da Virgem Maria. (Tertuliano de Cartago. Do véu das virgens 1)

O Verbo de Deus fez-se homem e o Filho de Deus fez-se Filho do Homem para que o homem entre em comunhão com o Verbo de Deus e, por adoção, se torne filho de Deus. Realmente, não poderíamos ganhar de outra forma a eternidade e a imortalidade (...) se antes o Eterno e o Imortal não se tornasse aquilo que somos. (Contra as Heresias 3,19,1)

O Verbo de Deus habitou no homem e fez-se Filho do homem para acostumar o homem a apreender a Deus e acostumar a Deus a habitar no homem, segundo o beneplácito do Pai. (Contra as Heresias 3,20,2)

Que há de mais excelente do que a Mãe de Deus? (Ambrósio de Milão. De virgionibus 2,2,7)

O título Mãe de Deus foi concebido, dito e escrito por muitos Padres (...) Não há perigo em dizer e pensar as mesmas coisas daqueles doutores que na Igreja gozaram de boa reputação. (João de Antioquia. Epístola a Nestório)

17. A Assunção de Maria

A Igreja acredita piamente, desde os primeiros séculos, que a sempre Virgem Maria foi assunta ao céu imediatamente depois que acabou sua vida terrena, não tendo seu corpo imaculado sofrido qualquer corrupção, como acontece com todos os homens após a morte, pela decomposição.

A glorificação corpórea da Virgem, isto é, sua Assunção ao Céu de corpo e alma, é a antecipação da glorificação reservada a todos os eleitos.[\[216\]](#) (DS 4656)

Esse dogma não foi declarado num Concílio ecumênico, mas proclamado pelo Papa Pio XII, em 1º de Novembro de 1950, através da **Constituição Apostólica *Munificentissimus Deus***:

Por isso (...) para a glória do Deus onipotente, que prodigou sua peculiar benevolência à virgem Maria, para honra de seu Filho (...) para incremento da glória da sua augusta mãe, e para gáudio e exultação de toda a Igreja, (...) proclamamos, declaramos e definimos ser dogma divinamente revelado que a Imaculada Deípara (Mãe de Deus), sempre Virgem Maria, completado o curso de sua vida terrena, foi assumida em corpo e alma na glória celeste. (DS3903)

Catecismo da Igreja Católica

Finalmente, a Imaculada Virgem, preservada imune de toda mancha da culpa original, terminado o curso da vida terrestre, foi assunta em corpo e alma à glória celeste. E para que mais plenamente estivesse conforme a seu Filho, Senhor dos senhores e vencedor do pecado e da morte, foi exaltada pelo Senhor como Rainha do universo.” A Assunção da Virgem Maria é uma participação singular na Ressurreição de seu Filho e uma antecipação da ressurreição dos outros cristãos. (CIC 966)

Sagradas Escrituras

(Não há menção explícita da assunção de Maria ao céu).
Mas à Mulher foram dadas duas asas de grande águia, a fim de voar para o deserto, para o lugar de seu retiro, onde é alimentada por um tempo, dois tempos e a metade de um tempo, fora do alcance da cabeça da Serpente. (Ap 12,14)

Padres da Igreja

Convinha que aquela que no parto havia conservado a íntegra de sua virgindade, conservasse sem nenhuma corrupção seu Corpo, depois da morte. (João Damasceno)

Assim como um filho busca estar com a própria Mãe, e a Mãe anseia viver com o filho, assim foi justo também que Tu, que amavas com um coração materno a Teu Filho, Deus, voltasses a Ele. (Germano de Constantinopla)

Uma espada transpassará a tua alma (...) Destas palavras muitos concluíram que a Mãe do Senhor, morta pela espada, obteve o fim glorioso que é o martírio. Mas não foi assim. (...) Nem era possível que acontecesse porque a Virgem, imortal até hoje, foi transladada a partir do local de sua assunção por Aquele que nela fez a sua morada. (Timóteo de Jerusalém. Homilia sobre Simeão e Ana)

18. Maria, Virgem



É verdade da fé católica que Maria, a Mãe de Deus e Nossa Senhora, concebeu Jesus virgem, deu Jesus à luz virgem e permaneceu sempre virgem depois do parto. A

virgindade de Maria foi e ainda é atacada pelos hereges, mas a Igreja a sustenta, apresentando não só os testemunhos históricos, em razão da divindade de seu filho, cuja concepção, assim como toda a maternidade, [\[217\]](#) repugnou toda e qualquer corrupção.

Os relatos evangélicos entendem a concepção virginal como uma obra divina que ultrapassa toda compreensão e toda possibilidade humanas: “O que foi gerado nela vem do Espírito Santo”, diz o anjo a José acerca de Maria, sua noiva. A Igreja vê aí o cumprimento da promessa divina dada pelo profeta Isaias: “Eis que a virgem conceberá e dará à luz um filho”. [\[218\]](#)

O sentido da concepção virginal de Maria só é acessível à fé, que o vê nonexo que interliga os mistérios entre si os Mistérios

de Cristo, desde a sua Encarnação até a sua Páscoa. Este nexos misterioso é testemunhado por Santo Inácio de Antioquia: “O príncipe deste mundo ignorou a virgindade de Maria e o seu parto, da mesma forma que a Morte do Senhor: três mistérios proeminentes que se realizaram no silêncio de Deus”.[\[219\]](#)

Símbolo Niceno-Constantinopolitano

(...) e se encarnou pelo Espírito Santo, no seio da Virgem Maria, e se fez homem.

Concílio Ecumênico de Éfeso(431)

Com efeito, não nasceu antes, da santa Virgem, um homem qualquer (...) Por isso os santos Padres não duvidaram chamar a santa Virgem de Deípara. (DS 251)

Se alguém não confessar que o Emanuel é Deus no sentido verdadeiro e que, portanto, a Santa Virgem é Deípara, pois gerou segundo a carne o Verbo que é de Deus e veio a ser carne, seja anátema. (DS 252)

Concílio Ecumênico de Constantinopla II (553)

Se alguém não confessa que dois são os nascimentos do Verbo de Deus, um pelo Pai, antes dos séculos, fora do tempo e incorporal, ou outro, nestes nossos últimos tempos, quando ele desceu dos céus e se encarnou da santa e gloriosa Deípara e sempre virgem Maria e dela nasceu, seja anátema. (DS 422)

Catecismo da Igreja Católica

Desde as primeiras formulações da fé, a Igreja confessou que Jesus foi concebido exclusivamente pelo poder do Espírito Santo no seio da Virgem Maria, afirmando também o aspecto corporal deste evento: Jesus foi concebido “do Espírito Santo, sem sêmen”. Os Padres veem na conceição virginal o sinal de que foi verdadeiramente o Filho de Deus que veio numa humanidade como a nossa. (CIC 496)

O aprofundamento de sua fé na maternidade virginal levou a

Igreja a confessar a virgindade real e perpétua de Maria, mesmo no parto do Filho de Deus feito homem. Com efeito, o nascimento de Cristo “não lhe diminuiu, mas sagrou a integridade virginal” de sua mãe. A Liturgia da Igreja celebra Maria como a “*Aeiparthenos*”, sempre virgem. (CIC 499)

Sagradas Escrituras

Por isso, o próprio Senhor vos dará um sinal: uma virgem conceberá e dará à luz um filho, e o chamará Deus Conosco. (Is 7,14)

Eis como nasceu Jesus Cristo: Maria, sua mãe, estava desposada com José. Antes de coabitarem, aconteceu que ela concebeu por virtude do Espírito Santo. José, seu esposo, que era homem de bem, não querendo difamá-la, resolveu rejeitá-la secretamente. Enquanto assim pensava, eis que um anjo do Senhor lhe apareceu em sonhos e lhe disse: José, filho de Davi, não temas receber Maria por esposa, pois o que nela foi concebido vem do Espírito Santo. Ela dará à luz um filho, a quem porás o nome de Jesus, porque ele salvará o seu povo de seus pecados. Tudo isto aconteceu para que se cumprisse o que o Senhor falou pelo profeta: Eis que a Virgem conceberá e dará à luz um filho, que se chamará Emanuel, que significa: Deus conosco. (Mt 1,18-23)

No sexto mês, o anjo Gabriel foi enviado por Deus a uma cidade da Galiléia, chamada Nazaré, a uma virgem desposada com um homem que se chamava José, da casa de Davi e o nome da virgem era Maria. (Lc 1,26-27)

Padres da Igreja

Embora tenha vindo para nascer da Virgem Maria como homem, Ele (Cristo) é eterno. (Justino Mártir, Diálogo com Trifão, 113,4)

A Virgem concebeu, a Virgem ficou grávida, a Virgem deu a luz, a Virgem é virgem perpétua. (Agostinho de Hipona)

Jesus Cristo se encarnou pelo Espírito Santo, no seio da Virgem Maria. (Credo Niceno-Constantinopolitano)

A norma de fé é absolutamente uma só, imutável e irreformável:

crer em um só Deus todo-poderoso, Criador do mundo, e em Jesus Cristo, seu Filho, nascido da Virgem Maria. (Tertuliano de Cartago. Do véu das virgens 1)

Convinha que aquela que no parto havia conservado a íntegra de sua virgindade, conservasse sem nenhuma corrupção seu Corpo, depois da morte. (João Damasceno)

Estais firmemente convencidos acerca de Nosso Senhor, que é verdadeiramente da raça de Davi segundo a carne, Filho de Deus segundo a vontade e o poder de Deus, verdadeiramente nascido de uma virgem (...). (Inácio de Antioquia. Epístola aos Esmirnenses 1,1)

Iria escolher Nosso Senhor Jesus para ser sua Mãe a quem se atrevesse a profanar o seio celeste com a intervenção de um varão ou uma mulher incapaz de guardar intacto o pudor virginal? (Ambrósio de Milão. Da formação da Virgem 44)

Nosso Senhor entrou por sua livre vontade no seio da Virgem (...) Engravidou sua Mãe, todavia sem privá-la da sua virgindade. Tendo-se formado a si mesmo, saiu e manteve íntegras as entranhas da mãe. Desta maneira,, revestiu aquela de quem se dignou nascer, com a honra de Mãe e com a santidade de Virgem. Que significa isso? Quem pode dizê-lo? Quem o pode calar? Coisa admirável! (Agostinho de Hipona Sermão 215,3)

Mas os católicos (...), ao contrário, sempre creram na virgindade de santa Maria, no parto. Ele tomou de Maria um corpo real e autêntico, tendo sua Mãe permanecido virgem no parto, assim como depois do parto” (Agostinho de Hipona Contra Juliano 1,2,4)

Capítulo XVII: Foi crucificado, morto e sepultado



Jesus é uma personagem histórica, não uma peça de hábil ficção. Ele existiu efetivamente, nasceu, cresceu, viveu e morreu num ambiente histórico. Esse é o sentido de incluirmos, no Credo, a menção a Pôncio Pilatos, localizar a história real de Jesus na história real dos homens.

Esse Jesus foi preso, condenado (num arremedo de julgamento), supliciado e executado diante de centenas de testemunhas. Esse Jesus morreu, e morreu a “morte de cruz” (Fl 2,8).

E, sendo exteriormente reconhecido como homem, humilhou-se ainda mais, tornando-se obediente até a morte, e morte de cruz.
(Fl 2,8)

Também a morte do homem Jesus foi real. Também foi atestada por muitas testemunhas e por um golpe de lança que atingiu o coração.

Ali o crucificaram, e com ele outros dois, um de cada lado, e Jesus no meio. (Jesus) disse: Tudo está consumado. Inclinou a cabeça e rendeu o espírito. Chegando, porém, a Jesus, como o vissem já morto, não lhe quebraram as pernas, mas um dos soldados abriu-lhe o lado com uma lança e, imediatamente, saiu sangue e água. O que foi testemunha desse fato o atesta (e o seu testemunho é digno de fé, e ele sabe que diz a verdade), a fim de que vós creiais. (Jo 19, 18.30b. 33-35)

Fatos históricos não precisam ser solenemente proclamados. Por isso, a existência de Jesus, sua condenação e morte de cruz não são dogmas, ainda que alguns, em busca dos holofotes, vez ou outra, resolvam contestá-las, taxando-as como invencionices da Igreja primitiva.



19. Cristo imolou-se a si mesmo na cruz como verdadeiro e próprio sacrifício

Jesus Cristo ofereceu a si mesmo a seu Pai celeste como um sacrifício redentor em favor da humanidade pecadora.

Ele, por sua natureza humana, simultaneamente, era sacerdote

e oferenda, e, por sua natureza divina, juntamente com o Pai e o Espírito Santo, era também o que recebia o sacrifício. Cristo crucificado e ressuscitado é o único sumo sacerdote do verdadeiro santuário, o mesmo que oferece e é oferecido, que dá e que é dado.

[220]

Quando a Igreja celebra a Eucaristia, rememora, torna presente e atualiza a páscoa de Cristo, ou seja, o sacrifício que Cristo ofereceu uma vez por todas na cruz.[221]

Concílio de Toledo (abril de 672 a junho de 676)

(...) foi concebido sem pecado e morreu sem pecado aquele que, em prol de nós 'se tornou pecado', isto é sacrifício pelos nossos pecados (...) suportou a paixão pelos nossos delitos, foi condenado à morte e aceitou na cruz uma verdadeira morte da carne. (DS 539)

Concílio de Trento

E, como neste divino sacrifício que se realiza na Missa está contido e é incruentamente imolado o mesmo Cristo que se ofereceu a si mesmo, uma vez por todas, de maneira cruenta no altar da cruz, o santo sínodo ensina que este sacrifício é verdadeiramente propiciatório (...). (DS 1743)

Decreto *Lamentabili Sine Exitu*, do Papa São Pio X, Sobre os Erros do Modernismo

Por isso, depois de diligentíssimo exame e do parecer prévio dos Reverendos Senhores Consultores, os Eminentíssimos e Reverendíssimos Senhores Cardeais, Inquisidores Gerais em matéria de fé e de costumes, julgaram que deviam ser condenadas e proscritas, como de fato ficam condenadas e proscritas as seguintes proposições: (...) 37. A doutrina sobre a morte expiatória de Cristo não é evangélica, mas somente paulina (de São Paulo).

Catecismo da Igreja Católica

A elevação na Cruz significa e anuncia a elevação da Ascensão ao céu. É o começo dela. Jesus Cristo, o Único Sacerdote da nova e eterna Aliança, não “entrou em um santuário feito por mão de homem... e sim no próprio céu, a fim de comparecer agora diante da face de Deus a nosso favor” (Hb 9,24). No céu, Cristo exerce em caráter permanente seu sacerdócio, “por isso é capaz de salvar totalmente aqueles que, por meio dele, se aproximam de Deus, visto que ele vive eternamente para interceder por eles” (Hb 7,25). Como “sumo sacerdote dos bens vindouros” (Hb 9,11) ele é o centro é o ator principal da liturgia que honra o Pai nos Céus. (CIC 662)

Todas as prefigurações do sacerdócio da antiga aliança encontram seu cumprimento em Cristo Jesus, “único mediador entre Deus e os homens” (1 Tm 2,5). Melquisedec, “sacerdote do Deus Altíssimo” (Gn 14,18), é considerado pela Tradição cristã como uma prefiguração do sacerdócio de Cristo, único “sumo sacerdote segundo a ordem de Melquisedec” (Hb 5,10; 6,20), “santo, inocente, imaculado” (Hb 7,16), que “com uma única oferenda levou à perfeição, e para sempre, os que ele santifica” (Hb 10,14), isto é, pelo único sacrifício de sua Cruz. (CIC 1544) O sacrifício redentor de Cristo é único, realizado uma vez por todas. Não obstante, toma-se presente no sacrifício eucarístico da Igreja. O mesmo acontece com o único sacerdócio de Cristo: torna-se presente pelo sacerdócio ministerial, sem diminuir em nada a unicidade do sacerdócio de Cristo. Por isso, somente Cristo é o verdadeiro sacerdote; Os outros são seus ministros. (CIC 1545)

Sagradas Escrituras

Do contrário, lhe seria necessário padecer muitas vezes desde o princípio do mundo; quando é certo que apareceu uma só vez ao final dos tempos para destruição do pecado pelo sacrifício de si mesmo. Como está determinado que os homens morram uma só vez, e logo em seguida vem o juízo, assim Cristo se ofereceu uma só vez para tomar sobre si os pecados da multidão, e aparecerá uma segunda vez, não porém em razão do pecado, mas para trazer a salvação àqueles que o esperam. (Hb 9,26-28)

(...) Isto é o meu corpo, que é dado por vós (...) Este [é o] meu sangue, que é derramado por vós (...) (Lc 22,19b-20b)

Eis o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo (...) (Jo 1,29)

E, quando eu for elevado da terra, atrairei todos os homens a mim. (Jo 12,32)

(...) Cristo, que nos amou e por nós se entregou a Deus como oferenda e sacrifício de agradável odor. (Ef 5,2b)

Esta é a justiça de Deus pela fé em Jesus Cristo, para todos os fiéis (pois não há distinção; com efeito, todos pecaram e todos estão privados da glória de Deus), e são justificados gratuitamente por sua graça; tal é a obra da redenção, realizada em Jesus Cristo. Deus o destinou para ser, pelo seu sangue, vítima de propiciação mediante a fé. Assim, ele manifesta a sua justiça; porque no tempo de sua paciência, ele havia deixado sem castigo os pecados anteriores. (Rm 3,22-25)

Porque nosso Cordeiro Pascal, Cristo, já foi imolado (...) (1Co 5,7b)

Padres da Igreja

Por causa de nossa fraqueza, Cristo se fez pequeno para aqueles que não podiam atingi-lo e cobriu com o véu do corpo o esplendor de sua majestade que os olhos dos homens não poderiam suportar. (Papa Leão I Magno)

Estais firmemente convencidos acerca de Nosso Senhor, que é verdadeiramente da raça de Davi segundo a carne, Filho de Deus segundo a vontade e o poder de Deus, verdadeiramente nascido de uma Virgem (...) Ele foi verdadeiramente pregado [à cruz] por nós na sua carne sob Pôncio Pilatos (...) Ele sofreu verdadeiramente, como também ressuscitou verdadeiramente. (Inácio de Antioquia, Epístola aos Esmirnenses 1.2)

Cumprindo o mandato recebido de seu Pai, Jesus entregou-se livremente à morte na cruz, meta do caminho de sua existência. O portador da liberdade e do gozo do Reino de Deus quis ser a vítima decisiva da injustiça e do mal deste mundo. A dor da criação é assumida pelo Crucificado que oferece sua vida em sacrifício de todos: Sumo Sacerdote capaz de compartilhar as

nossas fraquezas, Vítima pascal que nos redime de nossos pecados, Filho obediente que encarna, perante a justiça salvadora de seu Pai, o clamor de libertação e de redenção de todos os homens. (João Paulo II. DS 4615)

20. Cristo nos resgatou e reconciliou com Deus por meio do sacrifício de sua morte na cruz

Cristo é o Redentor da humanidade inteira, pois quando estávamos afastados de Deus pelo pecado, fomos resgatados por Jesus para participarmos novamente da amizade divina. Jesus Cristo, por sua própria vontade, se ofereceu como sacrifício. O sacrifício perfeito, irrecusável e reconciliador, por amor aos homens, pela qual obtivemos, sem a merecermos, uma redenção abundante, completa e eterna.



Esse resgate se estende a toda a humanidade, inclusive a todos que viveram e morreram antes da vinda de Jesus. Assim, depois de morto, e antes de sua

gloriosa ressurreição, ele visitou a “mansão dos mortos” para anunciar seu evangelho aos justos e igualmente resgatá-los.

Sempre que a Igreja comemora, na celebração eucarística, a páscoa de Cristo, o sacrifício que Cristo ofereceu pela nossa redenção se torna presente e atual. [\[222\]](#)

Sínodo de Quiercy (França, 853)

Como não há, não houve, nem haverá homem algum cuja natureza não foi assumida por Cristo Jesus, nosso Senhor, assim não há homem algum, não houve, nem haverá pelo qual Ele não tenha sofrido (...) pois o cálice da salvação humana que foi preparado por nossa fragilidade e pela força divina, tem certamente de ser útil a todos; mas, se não for bebido, não cura. (DS 624)

IV Concílio de Latrão

Imortal e incapaz de sofrer segundo a divindade, ele mesmo se fez passível e mortal segundo a humanidade; depois de ter sofrido na cruz e de ser morto pela salvação do gênero humano (...). (DS 801)

Concílio de Trento

Se alguém afirma que este pecado de Adão (..) pode ser tirado com as forças da natureza humana ou com outro remédio que não os méritos do único mediador, nosso Senhor Jesus Cristo, que nos reconciliou com Deus no seu sangue, tornado por nós justiça, santificação e redenção (...): seja anátema. (DS 1513)

Catecismo da Igreja Católica

As frequentes afirmações do Novo Testamento segundo as quais Jesus ‘ressuscitou dentre os mortos’ (1Co15,20) pressupõem, anteriormente à ressurreição, que este tenha ficado na Morada dos Mortos. Este é o sentido primeiro que a pregação apostólica deu à descida de Jesus aos Infernos: Jesus conheceu a morte como todos os seres humanos e com sua alma esteve com eles na Morada dos Mortos. (CIC 632)

É “o amor até o fim” (Jo. 13,1) que confere seu valor de redenção e de reparação, de expiação e de satisfação ao sacrifício de Cristo. Ele nos conheceu e amou na oferenda da Sua vida. “A caridade de Cristo nos compele, quando consideramos que um só morreu por todos e que, por conseguinte, todos morreram” (2Co 5,14). Nenhum homem, ainda que o mais santo, não tinha condições de tomar sobre si os pecados de todos os homens e de oferecer-se em sacrifício por todos. A existência em Cristo da Pessoa Divina do Filho, que supera e ao mesmo tempo abraça todas as pessoas humana, e que o constitui Cabeça de toda a humanidade, torna possível o seu sacrifício redentor por todos. (CIC 616)

“A Boa Nova foi igualmente anunciada aos mortos...” (1Pd 4,6). A descida aos Infernos é o cumprimento, até sua plenitude,

do anúncio evangélico da salvação. É a fase última da missão messiânica de Jesus, fase condensada no tempo, mas imensamente vasta em sua significação real de extensão da obra redentora a todos os homens de todos os tempos e de todos os lugares, pois todos os que são salvos se tomaram participantes da Redenção. (CIC 634)

Cristo desceu, portanto, no seio da terra, a fim de que ‘os mortos ouçam a voz do Filho de Deus e os que a ouvirem vivam’ (Jo 5,25). Jesus, ‘o Príncipe da vida’, ‘destruiu pela morte o dominador da morte, isto é, O Diabo, e libertou os que passaram toda a vida em estado de servidão, pelo temor da morte (Hb 2,5). A partir de agora, Cristo ressuscitado ‘detém a chave da morte e do Hades’ (Ap 1,18), e ‘ao nome de Jesus todo joelho se dobra no Céu, na Terra e nos Infernos’ (Fl 2,10). (CIC 635)

Sagradas Escrituras

Assim como o Filho do Homem veio, não para ser servido, mas para servir e dar sua vida em resgate por uma multidão. (Mt 20,28)

Tomou depois o cálice, rendeu graças e deu-lho, dizendo: Bebei dele todos, porque isto é meu sangue, o sangue da Nova Aliança, derramado por muitos homens em remissão dos pecados. (Mt 26,27s)

Um deles, chamado Caifás, que era o sumo sacerdote daquele ano, disse-lhes: Vós não entendeis nada! Nem considerais que vos convém que morra um só homem pelo povo, e que não pereça toda a nação. E ele não disse isso por si mesmo, mas, como era o sumo sacerdote daquele ano, profetizava que Jesus havia de morrer pela nação, e não somente pela nação, mas também para que fossem reconduzidos à unidade os filhos de Deus dispersos. (Jo 11, 49-52)

Porque há um só Deus e há um só mediador entre Deus e os homens: Jesus Cristo, homem que se entregou como resgate por todos (...) (1Tm 2,5-6a)

(Jesus Cristo), que se entregou por nós, a fim de nos resgatar de toda a iniquidade..., nos purificar e nos constituir seu povo de

predileção, zeloso na prática do bem. (Tt 2,14a)

Com efeito, quando éramos ainda fracos, Cristo a seu tempo morreu pelos ímpios. Mas eis aqui uma prova brilhante de amor de Deus por nós: quando éramos ainda pecadores, Cristo morreu por nós. Portanto, muito mais agora, que estamos justificados pelo seu sangue, seremos por ele salvos da ira. Se, quando éramos ainda inimigos, fomos reconciliados com Deus pela morte de seu Filho, com muito mais razão, estando já reconciliados, seremos salvos por sua vida. Ainda mais: nós nos gloriamos em Deus por nosso Senhor Jesus Cristo, por quem desde agora temos recebido a reconciliação! (Rm 5,6,8-11)

(...) com efeito, todos pecaram e todos estão privados da glória de Deus, e são justificados gratuitamente por sua graça; tal é a obra da redenção, realizada em Jesus Cristo. Deus o destinou para ser, pelo seu sangue, vítima de propiciação mediante a fé. Assim, ele manifesta a sua justiça; porque no tempo de sua paciência, ele havia deixado sem castigo os pecados anteriores. (Rm 3,23-25)

É em Cristo que temos a redenção pelo seu Sangue, a remissão dos pecados, segundo as riquezas da sua graça. (Ef. 1,7)

Porém, já veio Cristo, Sumo Sacerdote dos bens vindouros. E através de um tabernáculo mais excelente e mais perfeito, não construído por mãos humanas (isto é, não deste mundo), sem levar consigo o sangue de carneiros ou novilhos, mas com seu próprio sangue, entrou de uma vez por todas no santuário, adquirindo-nos uma redenção eterna. Pois se o sangue de carneiros e de touros e a cinza de uma vaca, com que se aspergem os impuros, santificam e purificam pelo menos os corpos, quanto mais o sangue de Cristo, que pelo Espírito eterno se ofereceu como vítima sem mácula a Deus, purificará a nossa consciência das obras mortas para o serviço do Deus vivo? (Hb 9,11-14)

(Jesus Cristo,) no qual temos a redenção, a remissão dos pecados. (Cl 1,14)

Porque vós sabeis que não é por bens perecíveis, como a prata e o ouro, que tendes sido resgatados da vossa vã maneira de viver, recebida por tradição de vossos pais, mas pelo precioso sangue

de Cristo, o Cordeiro imaculado e sem defeito algum, aquele que foi predestinado antes da criação do mundo. (1Pe 1,18s)

Padres da Igreja

No Cristo que nasce de Maria é a humanidade toda que renasce à vida. A solidariedade existente entre Cristo e os homens traz esta consequência: a concepção e o nascimento de Jesus já são a redenção por antecipação dos homens. (Ireneu de Lyon, Contra as Heresias)

Se a verdade já fosse conhecida, a vinda do Redentor a este mundo teria sido supérflua. (Ireneu de Lyon, Contra as Heresias 2,18,6)

Estultos, completamente, os que rejeitam toda a economia de Deus, negando a salvação da carne, desprezando a sua regeneração, declarando ser ela incapaz de receber a incorruptibilidade. Mas se esta não se salva, então nem o Senhor nos resgatou no seu Sangue, nem o cálice eucarístico é comunhão com seu Corpo; pois o sangue não pode brotar a não ser das veias, da carne e do resto da substância humana e é justamente por se ter tornado tudo isso que o Verbo de Deus nos remiu com o seu Sangue, como diz o Apóstolo: 'Nele temos a redenção por seu Sangue e a remissão dos pecados'. É por sermos seus membros que somos nutridos por meio das coisas criadas. Ele próprio põe à nossa disposição as criaturas, fazendo o sol levantar-se e chover, como quer. (Ireneu de Lyon, Contra as Heresias 5,2,2)

Cristo se fez mediador entre Deus e os homens. (Ireneu de Lyon, Contra as Heresias 5,17,1)

Se não fosse preciso salvar a carne, o Filho de Deus absolutamente não teria encarnado. (Ireneu de Lyon, Contra as Heresias 5,14)

Capítulo XVIII: Ressuscitou ao terceiro dia



21.
Ao
ter
cei

ro dia após sua morte, Cristo ressuscitou glorioso dentre os mortos

Se a Eucaristia é o centro de nossa vida sacramental, a ressurreição é o centro de nossa fé, pois “se Cristo não ressuscitou, inútil é a pregação da Igreja, e também é inútil a nossa fé” (1Co 15,14).

Cristo morreu de verdade e ressuscitou de verdade. Ambos os fatos tiveram inúmeras testemunhas. E esse evento, a ressurreição, é o argumento mais decisivo sobre a verdade dos ensinamentos de nosso Senhor, é o “ponto forte” do **Kerygma**: “Cristo ressuscitou!”.

Jesus esteve realmente morto, experimentou a morte, “desceu à mansão dos mortos”, mas venceu a morte e voltou à vida.

Não se trata de reencarnação, que não existe, pois o homem morre uma vez só (Hb 9,27), não se trata de reviver (como ocorreu com Lázaro, que tornou a morrer), não se trata de nascer novamente, pois não há como retornar ao útero materno. Ressurreição é vencer a morte, que não tem mais a “última palavra” (1Co 15,55), é voltar à vida para nunca mais experimentar a morte (ou seja, é voltar da morte para a vida eterna).

A Igreja, certa desse acontecimento central, sendo condenou as formulações contrárias, em especial as do racionalismo modernista, que negam a ressurreição de Cristo como fato histórico

e que ela seja fato demonstrado e demonstrável(DS3436-3437).

XI Concílio de Toledo (675)

(...) ao terceiro dia, suscitado por sua própria força, ressurgiu do sepulcro. (DS 539)

Catecismo da Igreja Católica

Jesus ressuscitou dentre os mortos ‘no primeiro dia da semana’ (Mc 16,2). Enquanto “primeiro dia”, o dia da Ressurreição de Cristo lembra a primeira criação. Enquanto ‘oitavo dia’, que segue ao sábado, significa a nova criação inaugurada com a Ressurreição de Cristo. (CIC 2174)

Sagradas Escrituras

(...) porque vós (Deus) não abandonareis minha alma na habitação dos mortos, nem permitireis que vosso Santo conheça a corrupção. (Sl 15,10)

Do mesmo modo que Jonas esteve três dias e três noites no ventre do peixe, assim o Filho do Homem ficará três dias e três noites no seio da terra. (Mt. 12,40)

Com grande coragem os Apóstolos davam testemunho da ressurreição do Senhor Jesus. Em todos eles era grande a graça. (At 4,33)

O Deus de nossos pais ressuscitou Jesus, que vós matastes, suspendendo-o num madeiro. (At 5,30)

Mas Deus o ressuscitou dentre os mortos. (At 13.30)

Ora, se se prega que Jesus ressuscitou dentre os mortos, como dizem alguns de vós que não há ressurreição de mortos? Se não há ressurreição dos mortos, nem Cristo ressuscitou. Se Cristo não ressuscitou, é vã a nossa pregação, e também é vã a vossa fé. Além disso, seríamos convencidos de ser falsas testemunhas de Deus, por termos dado testemunho contra Deus, afirmando que ele ressuscitou a Cristo, ao qual não ressuscitou (se os mortos não ressuscitam). Pois, se os mortos não ressuscitam, também Cristo não ressuscitou. E se Cristo não ressuscitou, é inútil a vossa fé, e ainda estais em vossos pecados. Também estão perdidos os que morreram em Cristo. Se é só para esta

vida que temos colocado a nossa esperança em Cristo, somos, de todos os homens, os mais dignos de lástima. Mas não! Cristo ressuscitou dentre os mortos, como primícias dos que morreram! (1Co 15,12-20)

Cristo Jesus, que morreu, ou melhor, que ressuscitou, que está à mão direita de Deus, é quem intercede por nós! (Rm 8,34)

Padres da Igreja

Estais firmemente convencidos acerca de Nosso Senhor, que é verdadeiramente da raça de Davi segundo a carne, Filho de Deus segundo a vontade e o poder de Deus, verdadeiramente nascido de uma Virgem (...) Ele foi verdadeiramente pregado [à cruz] por nós na sua carne sob Pôncio Pilatos (...) Ele sofreu verdadeiramente, como também ressuscitou verdadeiramente. (Inácio de Antioquia. Epístola aos Esmirnenses 1.2)

Deus (Filho) não impediu a morte de separar a alma do corpo, segundo a ordem necessária à natureza, mas os reuniu novamente um ao outro pela ressurreição, a fim de ser Ele mesmo, na sua Pessoa, o ponto de encontro da morte e da vida, sustando Nele a decomposição da natureza produzida pela morte e tornando-se Ele mesmo princípio de reunião para as partes separadas. (Gregório de Nissa. *Or. Cathec.* 16.6-39)

É incrível que Cristo tenha ressuscitado corporalmente e corporalmente subido ao céu. É incrível que o mundo tenha crido em tal coisa incrível. É incrível que homens tão rudes e tardos, tão poucos e incultos, tenham convencido o mundo - inclusive pessoas cultas - de algo assim tão incrível (...) (Agostinho de Hipona. *A Cidade de Deus*)

De nada me servirão os encantos do mundo e dos reinos deste século. Melhor para mim é morrer (para me unir) a Cristo Jesus do que reinar até as extremidades da terra. É a Ele, que morreu por nós, que eu procuro; é a Ele, que ressuscitou por nós, que eu quero. Aproxima-se o momento em que serei gerado (...) (*Acta Martyrum/Atas dos Mártires*, CIC 2474)

22. Cristo subiu em corpo e alma aos céus e está sentado à

direita de Deus Pai

Todos os símbolos da fé confessam, de acordo com o símbolo apostólico: “(cremos que Jesus) subiu aos céus, onde está sentado à direita de Deus Pai...”



Cristo subiu aos céus por sua própria virtude. O testemunho da época apostólica é claro e imediato. A ascensão tem dois significados: no aspecto

crisológico reafirma e eleva de forma definitiva natureza divina de Cristo e, no tocante ao aspecto salvífico, é a coroação, o ato final de toda a obra redentora.

Essa “coroação”, essa glorificação de Jesus é confirmada com a afirmação de que Jesus está sentado à direita do Pai. O Pai faz uma “homenagem” ao seu Filho muito amado.

Os reis da antiguidade costumavam exercer seus julgamentos e proclamavam suas leis tendo à sua direita e à sua esquerda, no trono, as pessoas mais próximas - a rainha, um ministro ou conselheiro, ou um convidado a quem queriam prestar uma homenagem de honra.

“Sentar à direita” é uma expressão que mostra tanto o poder quanto a proximidade de Jesus com Deus Pai, ou de Deus Filho com Deus Pai. Cristo, o Filho de Deus, senta-se à direita do Pai, pois tem a mesma natureza que o Pai.

IV Concilio de Latrão

Imortal e incapaz de sofrer segundo a divindade, ele mesmo se fez passível e mortal segundo a humanidade; depois de ter sofrido na cruz e de ser morto pela salvação do gênero humano, desceu aos infernos, ressuscitou dos mortos e subiu aos céus; mas desceu em alma e ressuscitou em carne, subiu igualmente com uma e com outra. (DS 801)

Catecismo da Igreja Católica

E o Senhor Jesus, depois de ter-lhes falado, foi arrebatado ao Céu e sentou-se à direita de Deus. O corpo de Cristo foi glorificado desde o instante de sua Ressurreição, como provam as propriedades novas e sobrenaturais de que desfruta partir de agora seu corpo em caráter permanente”. (...) A última aparição de Jesus termina com a entrada irreversível de sua humanidade na glória divina, simbolizada pela nuvem e pelo céu onde já está desde agora sentado à direita de Deus. (CIC 659)

O caráter velado da glória do Ressuscitado durante esse tempo transparece em sua palavra misteriosa a Maria Madalena ‘Ainda não subi para o Pai. Mas vai aos meus irmãos e dizer-lhes Eu subo para meu Pai e vosso Pai, para meu Deus e vosso Deus’ (Jo 20,17). Isso indica uma diferença de manifestação entre a glória de Cristo ressuscitado e a de Cristo exaltado à direita do Pai. O acontecimento ao mesmo tempo histórico e transcendente da Ascensão marca a transição de uma para a outra. (CIC 660)

Sagradas Escrituras

Depois que o Senhor Jesus lhes falou, foi levado ao céu e está sentado à direita de Deus. (Mc 16,19)

Depois os levou para Betânia e, levantando as mãos, os abençoou. Enquanto os abençoava, separou-se deles e foi arrebatado ao céu. (Lc 24,50-51)

Em minha primeira narração, ó Teófilo, contei toda a seqüência das ações e dos ensinamentos de Jesus, desde o princípio até o dia em que, depois de ter dado pelo Espírito Santo suas instruções aos Apóstolos que escolhera, foi arrebatado (ao céu). (At 1,1-2)

Deus elevou-o pela mão direita como Príncipe e Salvador, a fim de dar a Israel o arrependimento e a remissão dos pecados. (At 5,31)

Padres da Igreja

Por direita do Pai entendemos a glória e a honra da divindade, onde aquele que existia como Filho de Deus antes de todos os séculos como Deus e consubstancial ao Pai se sentou corporalmente depois de encarnar-se e de a sua carne ser glorificada. (João Damasceno)

Por direita deveis entender o poder que recebeu aquele homem aceito por Deus, a fim de que volte como juiz o que antes viera para ser julgado. (Agostinho de Hipona)

23. A segunda vinda de Cristo e o fim do mundo

Ninguém, exceto o Pai, sabe o dia e a hora, mas é certo que o universo que habitamos conhecerá o seu fim. Neste momento, ou seja, quando do fim do mundo, Cristo, rodeado de majestade, virá de novo para julgar todos os homens, tanto os que ainda tiverem vivos, quanto aqueles que já tiverem experimentado a morte.

As Escrituras insistem nessa verdade e citam os sinais precursores:

- O Evangelho terá sido pregado a todas as nações (Mt 21,14 e Mc 13,10);
- Os judeus se converterão ao evangelho (Rm 11);
- Haverá a manifestação do Anticristo (2Ts 3-4);
- Em seguida, haverá apostasia da fé (2Ts1-3);
- O mundo passará por grandes tribulações: guerras, enchentes, calamidades, catástrofes naturais e muito mais (Mt 24).

A Igreja crê e espera a gloriosa manifestação de nosso Senhor Jesus Cristo, que ela ensina que é distinta e posterior em comparação com a condição dos homens imediatamente depois da morte (o juízo particular ou individual). (DS 4656)

Também a Igreja atingirá a sua plenitude, consumada na glória celeste, e com ela, os homens e todo o mundo, serão

restaurados definitivamente em Cristo.

Concílio de Constantinopla I

Creio... em Jesus Cristo (...) que virá novamente na glória para julgar os vivos e os mortos. (DS 150)

Concilio de Latrão IV

Imortal e incapaz de sofrer segundo a divindade, ele mesmo se fez passível e mortal segundo a humanidade; depois de ter sofrido na cruz e de ser morto pela salvação do gênero humano, desceu aos infernos, ressuscitou dos mortos e subiu aos céus; mas desceu em alma e ressuscitou em carne, subiu igualmente com uma e com outra; virá ao fim dos tempos para julgar os vivos e os mortos e para premiar cada um segundo as suas obras, tanto os maus quanto os eleitos. (DS 801)

Concílio de Lyon II

A mesma Sacrossanta Igreja Romana crê firmemente e com firmeza afirma que, no dia do juízo, todos os homens comparecerão, com seus corpos, diante do tribunal de Cristo, e prestarão contas de suas ações. (DS 859)

Concílio Vaticano II

(...) fortalecidos pela fé, aguardamos a bem-aventurada esperança e vinda gloriosa do grande Deus e salvador nosso Jesus Cristo, o qual transformará nosso corpo miserável, tornado-o conforme seu corpo glorioso e virá para ser glorificado nos seus santos e admirado em todos os que acreditaram. (DS 4168)

Catecismo da Igreja Católica

A partir da Ascensão, o advento de Cristo na glória é iminente, embora não nos ‘caiba conhecer os tempos e os momentos que o Pai fixou com sua própria autoridade’ (At1,7). Este acontecimento escatológico pode ocorrer a qualquer

momento, ainda que estejam ‘retidos’ tanto ele como a provação final que há de precedê-lo. (CIC 673)

A vinda do Messias glorioso depende a todo momento da história do reconhecimento dele por ‘todo Israel’. (CIC 674)

A ressurreição de todos os mortos, ‘dos justos e dos injustos’ (At 24,15), antecederá o Juízo Final. Este será a hora em que todos os que repousam nos sepulcros ouvirão sua voz e sairão: os que tiverem feito o bem, para uma ressurreição de vida; os que tiverem praticado o mal, para uma ressurreição de julgamento (Jo 5,28-29). Então Cristo ‘virá em sua glória, e todos os anjos com Ele. (...) E serão reunidas em sua presença todas as nações, e Ele há de separar os homens uns dos outros, como o pastor separa as ovelhas dos cabritos, e por as ovelhas à sua direita e os cabritos à sua esquerda. (...) E irão estes para o castigo eterno, e os justos irão para a Vida Eterna’. (CIC 1038)

No fim dos tempos, o Reino de Deus chegará à sua plenitude. Depois do Juízo Universal, os justos reinarão para sempre com Cristo, glorificados em corpo e alma, e o próprio universo será renovado: Então a Igreja será “consumada na glória celeste, quando chegar o tempo da restauração de todas as coisas, e com o gênero humano também o mundo todo, que está intimamente ligado ao homem e por meio dele atinge sua finalidade, encontrará sua restauração definitiva em Cristo. (CIC 1042)

Sagradas Escrituras

Quando ouvirdes falar de guerras e de rumores de guerra, não temais; porque é necessário que estas coisas aconteçam, mas não será ainda o fim. Levantar-se-ão nação contra nação e reino contra reino; e haverá terremotos em diversos lugares, e fome. Isto será o princípio das dores. Cuidai de vós mesmos; sereis arrastados diante dos tribunais e açoitados nas sinagogas, e comparecereis diante dos governadores e reis por minha causa, para dar testemunho de mim diante deles. Mas primeiro é necessário que o Evangelho seja pregado a todas as nações. (Mc 13,7-10)

Porque o Filho do Homem há de vir na glória de seu Pai com seus anjos, e então recompensará a cada um segundo suas obras.

(Mt 16,27)

Porque, se nesta geração adúltera e pecadora alguém se envergonhar de mim e das minhas palavras, também o Filho do homem se envergonhará dele, quando vier na glória de seu Pai com os seus santos anjos. (Mc 8,38; Lc 9,26)

Este Evangelho do Reino será pregado pelo mundo inteiro para servir de testemunho a todas as nações, e então chegará o fim.

(Mt 24,14)

Vigiai, pois, porque não sabeis nem o dia nem a hora. (Mt 25,13)

Assim, enquanto aguardais a manifestação de nosso Senhor Jesus Cristo, não vos falta dom algum. Ele há de vos confirmar até o fim, para que sejais irrepreensíveis no dia de nosso Senhor Jesus Cristo. (1Co 1,7-8)

Pergunto ainda: Tropeçaram acaso para cair? De modo algum. Mas sua queda, tornando a salvação acessível aos pagãos, incitou-os à emulação. Ora, se o seu pecado ocasionou a riqueza do mundo, e a sua decadência a riqueza dos pagãos, que não fará a sua conversão em massa? (...) Não quero, irmãos, que ignoreis este mistério, para que não vos gabeis de vossa sabedoria: esta cegueira de uma parte de Israel só durará até que haja entrado a totalidade dos pagãos. Então Israel em peso será salvo, como está escrito: Virá de Sião o libertador, apartará de Jacó a impiedade. E esta será a minha aliança com eles, quando eu tirar os seus pecados. (Rm 11,11-12.25-27)

Que ele confirme os vossos corações, e os torne irrepreensíveis e santos na presença de Deus, nosso Pai, por ocasião da vinda de nosso Senhor Jesus com todos os seus santos! (1Ts 3,13)

(...) no dia da manifestação do Senhor Jesus. Ele descerá do céu com os mensageiros do seu poder, por entre chamas de fogo, para fazer justiça àqueles que não reconhecem a Deus e aos que não obedecem ao Evangelho de nosso Senhor Jesus. (2Ts 1,7b-8)

No que diz respeito à vinda de nosso Senhor Jesus Cristo e nossa reunião com ele, rogamo-vos, irmãos, não vos deixeis facilmente perturbar o espírito e alarmar-vos, nem por alguma pretensa revelação nem por palavra ou carta tidas como

procedentes de nós e que vos afirmassem estar iminente o dia do Senhor. Ninguém de modo algum vos engane. Porque primeiro deve vir a apostasia, e deve manifestar-se o homem da iniquidade, o filho da perdição, o adversário, aquele que se levanta contra tudo o que é divino e sagrado, a ponto de tomar lugar no templo de Deus, e apresentar-se como se fosse Deus. Não vos lembrais de que vos dizia estas coisas, quando estava ainda convosco? Agora, sabeis perfeitamente que algo o detém, de modo que ele só se manifestará a seu tempo. (2Ts 1-6)

Eu te conjuro em presença de Deus e de Jesus Cristo, que há de julgar os vivos e os mortos, por sua aparição e por seu Reino (...) (2Tm 4,1)

Como está determinado que os homens morram uma só vez, e logo em seguida vem o juízo, assim Cristo se ofereceu uma só vez para tomar sobre si os pecados da multidão, e aparecerá uma segunda vez, não porém em razão do pecado, mas para trazer a salvação àqueles que o esperam. (Hb 9,27s)

Padres da Igreja

Devemos estar convencidos de que Jesus Cristo é Deus e juiz dos vivos e dos mortos; somente assim não valorizaremos demasiadamente pouco a nossa salvação, pois, se tivermos d'Ele um conceito mesquinho, igualmente mesquinho será o objeto de nossa esperança. Quem ouve estas coisas e pouco as estima peca; e também nós pecamos se não levamos em conta quem nos chamou, de onde e para qual destino nos chamou, e também se não consideramos as dores que Jesus Cristo quis sofrer por nós. (Pseudo-Clemente, 2ª Epístola aos Coríntios 1)

Ninguém deve se surpreender com o fato de tudo perecer, pois o próprio mundo caminha para o fim. (Cipriano de Cartago, Carta a Demétrio 3,4)

Muito convenientemente Deus quis esconder aquele dia, para que nosso coração estivesse sempre preparado para o que sabe que há de vir, mas ignorando quando virá. E porque Nosso Senhor Jesus Cristo foi enviado para ser o nosso Mestre, afirma que nem sequer o Filho do Homem sabe quando virá aquele dia,

pois seu ministério não incluía tal revelação. (Agostinho de Hipona, Comentário sobre o Salmo 36)

Tudo o que existe no céu e na terra Lhe está submisso; tudo que respira O celebra, a Ele que vem como Juiz dos vivos e dos mortos, e de cujo sangue Deus pedirá contas àqueles que não confiam Nele. (Policarpo de Esmirna, Carta aos Filipenses 2,1)

24. O juízo particular

O juízo particular é o julgamento de retribuição imediata que a alma imortal de cada homem recebe de Deus, após a morte, em razão da fé e das obras realizadas durante o seu caminho de santificação terrestre.

Os resultados possíveis desse julgamento individual indicam o destino da alma do homem, que pode ser:

- O Paraíso, ou Céu, que é o estado definitivo de salvação, ou seja, a plenitude da felicidade. A esse estado estão destinados aqueles que aceitaram Deus em suas vidas, praticaram seus mandamentos e morreram em estado de graça. Por se encontrarem sem manchas de qualquer pecado, esses santos verão a Deus face a face (1Co 13,12) e viverão em eterna comunhão com a santíssima Trindade;
- O Purgatório, que é um estado transitório, onde aqueles que morrem na amizade de Deus, mas ainda trazem alguma mancha do pecado, precisam passar por uma purificação, a fim de, mais adiante, livres daquelas manchas (as penas temporais dos pecados já perdoados), serem puros no Céu e sejam contados entre os santos. Trata-se, apesar da privação provisória da visão de Deus, de um estado de alegria, pela certeza da salvação eterna e

- O Inferno, estado definitivo, onde aqueles que o escolheram viver separados de Deus sofrerão a condenação eterna.

Deus quer a salvação de todos os homens, quer levá-los todos para o céu, para viverem na sua amizade, entre os santos e gozando a presença da Trindade, mas respeita as decisões tomadas de maneira livre e responsável pelos homens, mesmo aquelas que, contrárias à sua vontade, condenam o homem ao inferno.

Deus ama tanto o homem, o ama tanto, mas tanto, que permite que ele vá para o inferno.[\[223\]](#)

Esta doutrina escatológica,[\[224\]](#) que trata sobre o destino individual das almas após a sua morte, está sintetizada nos chamados novísimos, que são a morte, o juízo, o inferno e o paraíso. O purgatório, por ser um estado espiritual transitório e temporário não é contado entre os destinos últimos do homem.

Concílio de Lyon

As almas daqueles que, depois de terem recebido o santo batismo, jamais incorrerem em nenhuma mancha de pecado, e também aquelas que, depois deterem contraído a mancha do pecado, segundo o que foi dito, foram purificadas, seja quando ainda nos seus corpos, seja quando já despojadas deles, são logo recebidas no céu. As almas daqueles que morreram em pecado mortal, ou só com o pecado original, descem logo ao inferno, sendo, todavia, punidas com penas diferenciadas. (DS 857-858)

Concílio de Florença

Quanto às almas daqueles que, depois do batismo, não se mancharam de nenhuma culpa (...) são logo aceitas no céu e veem claramente o Deus uno e trino como ele é (...) Ao invés, as almas daqueles que morrem em pecado mortal atual ou somente original, descem imediatamente ao inferno, para serem

punidas (...) (DS 1305-1306)

Concílio Vaticano II

Mas como não sabemos o dia nem a hora, é preciso que, segundo a recomendação do Senhor, vigiemos continuamente, a fim de que no termo da nossa vida sobre a terra, que é só uma, mereçamos entrar com ele para o banquete de núpcias e ser contados entre os eleitos, e não sejamos lançados, como servos maus e preguiçosos, ao fogo eterno, nas trevas exteriores, onde haverá o choro e o ranger de dentes. (DS 4168)

Catecismo da Igreja Católica

A morte põe fim à vida do homem como tempo aberto ao acolhimento ou à recusa da graça divina manifestada em Cristo. O Novo Testamento fala do juízo principalmente na perspectiva do encontro final com Cristo na segunda vinda deste, mas repetidas vezes afirma também a retribuição, imediatamente depois da morte, de cada um em função de suas obras e de sua fé. A parábola do pobre Lázaro e a palavra de Cristo na cruz ao bom ladrão assim como outros textos do Novo Testamento, falam de um destino último da alma pode ser diferente para uns e outros. (CIC 1021)

Cada homem recebe em sua alma imortal a retribuição eterna a partir do momento da morte, num Juízo Particular que coloca sua vida em relação à vida de Cristo, seja por meio de uma purificação, seja para entrar de imediato na felicidade do céu, seja para condenar-se de imediato para sempre. No entardecer de nossa vida, seremos julgados sobre o amor. (CIC 1022)

Sagradas Escrituras

Como está determinado que os homens morram uma só vez, e logo em seguida vem o juízo. (Hb 9,27)

E acrescentou: Jesus, lembra-te de mim, quando tiveres entrado no teu Reino! Jesus respondeu-lhe: Em verdade te digo: hoje estarás comigo no paraíso. (Lc 23,42-43)

O rei entrou para vê-los e viu ali um homem que não trazia a

veste nupcial. Perguntou-lhe: Meu amigo, como entraste aqui, sem a veste nupcial? O homem não proferiu palavra alguma. Disse então o rei aos servos: Amarraí-lhe os pés e as mãos e lançai-o nas trevas exteriores. Ali haverá choro e ranger de dentes. Porque muitos são os chamados, e poucos os escolhidos. (Mt 22,11-14)

Servo mau e preguiçoso! (...) Dar-se-á ao que tem e terá em abundância. Mas ao que não tem, tirar-se-á mesmo aquilo que julga ter. E a esse servo inútil, jogai-o nas trevas exteriores; ali haverá choro e ranger de dentes. (Mt 25,26b.29s)

Padres da Igreja

Contudo, a razão da justiça, segundo a qual Deus julga os que vivem bem ou mal, é tomada a partir do fim (morte) destes. (Atenágoras de Atenas, Da Ressurreição dos Mortos 18)

Que benefício há em possuir saúde e laços de sangue se nós, voluntariamente, rejeitamos a herança de Cristo? E esta opinião não é minha; vem das palavras do Deus todo-poderoso. Aqueles que O rejeitam como Pai neste mundo O encontrarão como juiz no futuro. (Agostinho de Hipona, Carta 52,4)

Embora a recompensa se dê no céu, é aqui no entanto que se estabelece se mereces ou não o prêmio. (Ambrósio de Milão)

25. O juízo universal

A Igreja professa o juízo universal (ou juízo final) desde a sua origem. É o que expressa o Símbolo *Quicumque*:

É, pois a fé certa que cremos e confessamos que (...) dali haverá de vir a julgar os vivos e os mortos (...)



Cristo, no seu retorno glorioso (Parusia) e após a ressurreição de todos os mortos, ‘dos justos e dos injustos’ (At 24,15), julgará a todos os homens e os separará uns dos outros, como o pastor que separa cabritos de ovelhas. Uns, os maus, serão destinados ao castigo eterno, e os justos irão para a Vida Eterna.

Só o Pai conhece o dia e a hora do Juízo, quando então Deus pronunciará, por meio do Filho, sua palavra definitiva sobre toda a história. Então, e só então é que conheceremos o sentido último e definitivo da obra da criação e a plenitude do Plano de Deus, e perceberemos que a justiça de Deus triunfa sobre todas as injustiças e que seu amor é mais forte que a morte. [\[225\]](#)

Concílio de Latrão IV

Creemos (...) que (Jesus Cristo) virá ao fim dos tempos para julgar os vivos e os mortos, e para premiar cada um segundo as suas obras, tanto os maus quanto os eleitos. Todos ressuscitarão com os próprios corpos com que agora estão revestidos, para receber, segundo as suas obras, sejam boas ou más, uns a pena eterna com o diabo, outros a glória eterna com o Cristo. (DS 801)

Concílio de Lyon II

Creemos (...) que (Jesus Cristo) virá para julgar os vivos e os mortos, e retribuirá a cada um segundo as suas obras, conforme tenham sido boas ou más. (DS 852)

A sacrossanta Igreja crê firmemente e com firmeza afirma que, no dia do juízo, todos os homens comparecerão, com seus corpos, diante do tribunal de Cristo e prestarão contas de suas ações. (DS 859)

Concílio de Trento

Pois toda a vida dos homens deve ser examinada e julgada, não segundo o juízo humano, mas segundo o de Deus, que porá às claras os segredos das trevas e manifestará as intenções dos corações; então cada um receberá seu louvor de Deus; que, como está escrito, retribuirá a cada um segundo as suas obras. (DS 1549)

Concílio Vaticano II

(...) e, no fim do mundo, os que tiverem feito bem, irão para a ressurreição da vida, os que tiverem praticado o mal, para a ressurreição da condenação. (DS 4168)

Catecismo da Igreja Católica

É diante de Cristo - que é a Verdade - que será definitivamente desvendada a verdade sobre a relação de cada homem com Deus. O Juízo Final há de revelar até as últimas consequências o que um tiver feito de bem ou deixado de fazer durante sua vida terrestre. Todo o mal que os maus praticam é registrado sem que o saibam. No dia em que 'Deus não se calará' (Sl 50,3), voltar-se-á para os maus: 'Eu havia', dir-lhes-á, 'colocado na terra meus pobrezinhos para vós. Eu, seu Chefe, reinava no céu à direita do meu Pai, mas na terra os meus membros passavam fome. Se tivésseis dado aos meus membros, vosso dom teria chegado até a Cabeça. Quando coloquei meus pobrezinhos na terra, os constituí meus tesoureiros para recolher vossas boas obras em meu tesouro; vós, porém, nada depositastes em suas mãos, razão por que nada possuís junto a mim'. (CIC 1039)

A mensagem do Juízo Final é apelo à conversão enquanto Deus ainda dá aos homens 'o tempo favorável, o tempo da salvação' (2Co 6,2). O Juízo Final inspira o santo temor de Deus.

Compromete com a justiça do Reino de Deus. Anuncia a ‘bem-aventurada esperança’ (Tt 2,13) da volta do Senhor, que virá para ser glorificado na pessoa de seus santos e para ser admirado na pessoa de todos aqueles que creram. (CIC 1041)

Sagradas Escrituras

Ai de ti, Corozaim! Ai de ti, Betsaida! Porque se tivessem sido feitos em Tiro e em Sidônia os milagres que foram feitos em vosso meio, há muito tempo elas teriam se arrependido sob o cilício e a cinza. Por isso vos digo: no dia do juízo, haverá menor rigor para Tiro e para Sidônia que para vós. E tu, Cafarnaum, serás elevada até o céu? Não! Serás atirada até o inferno! Porque, se Sodoma tivesse visto os milagres que foram feitos dentro dos teus muros, subsistiria até este dia. Por isso te digo: no dia do juízo, haverá menor rigor para Sodoma do que para ti! (Mt 11, 21-24)

(...) o Filho do Homem há de vir na glória de seu Pai com seus anjos, e então recompensará a cada um segundo suas obras. (Mt 16,27)

Quando o Filho do Homem voltar na sua glória e todos os anjos com ele, sentar-se-á no seu trono glorioso. Todas as nações se reunirão diante dele e ele separará uns dos outros, como o pastor separa as ovelhas dos cabritos. Colocará as ovelhas à sua direita e os cabritos à sua esquerda. Então o Rei dirá aos que estão à direita: - Vinde, benditos de meu Pai, tomai posse do Reino que vos está preparado desde a criação do mundo, porque tive fome e me destes de comer; tive sede e me destes de beber; era peregrino e me acolhestes; nu e me vestistes; enfermo e me visitastes; estava na prisão e viestes a mim. Perguntar-lhe-ão os justos: - Senhor, quando foi que te vimos com fome e te demos de comer, com sede e te demos de beber? Quando foi que te vimos peregrino e te acolhemos, nu e te vestimos? Quando foi que te vimos enfermo ou na prisão e te fomos visitar? Responderá o Rei: - Em verdade eu vos declaro: todas as vezes que fizestes isto a um destes meus irmãos mais pequeninos, foi a mim mesmo que o fizestes. Voltar-se-á em seguida para os da sua esquerda e lhes dirá: - Retirai-vos de mim, malditos! Ide

para o fogo eterno destinado ao demônio e aos seus anjos. Porque tive fome e não me destes de comer; tive sede e não me destes de beber; era peregrino e não me acolhestes; nu e não me vestistes; enfermo e na prisão e não me visitastes. Também estes lhe perguntarão: - Senhor, quando foi que te vimos com fome, com sede, peregrino, nu, enfermo, ou na prisão e não te socorremos? E ele responderá: - Em verdade eu vos declaro: todas as vezes que deixastes de fazer isso a um destes pequeninos, foi a mim que o deixastes de fazer. E estes irão para o castigo eterno, e os justos, para a vida eterna. (Mt 25,31-46)

Não vos maravilheis disso, porque vem a hora em que todos os que se acham nos sepulcros sairão deles ao som de sua voz: os que praticaram o bem irão para a ressurreição da vida, e aqueles que praticaram o mal ressuscitarão para serem condenados. (Jo 5,28-29)

Ele nos mandou pregar ao povo e testemunhar que é ele quem foi constituído por Deus juiz dos vivos e dos mortos. (At 10,42)

Mas, pela tua obstinação e coração impenitente, vais acumulando ira contra ti, para o dia da cólera e da revelação do justo juízo de Deus, que retribuirá a cada um segundo as suas obras. (Rm 2,5s)

Meu juiz é o Senhor. Por isso, não julgueis antes do tempo; esperai que venha o Senhor. Ele porá às claras o que se acha escondido nas trevas. Ele manifestará as intenções dos corações. Então cada um receberá de Deus o louvor que merece. (1Co 4,4b-5)

Padres da Igreja

Na segunda vinda de Cristo, a morte cessará totalmente nos que acreditaram Nele e viveram e modo agradável a Ele, e não existirá quando alguns forem mandados ao fogo para serem castigados sem cessar, e outros gozarem da impassibilidade e incorruptibilidade, livres da dor e da morte. (Justino de Roma, diálogo com Trifão 45,4)

Logo (Jesus) virá do céu para o castigo do diabo e para o julgamento da raça humana, com a força de um vingador e com o poder de um juiz. (Cipriano de Cartago, Da inutilidade dos

ídolos, 14)

Todo o mal que os ímpios praticam é registrado sem que o saibam. No dia em que ‘Deus não se calará’ (Sl 50,3), voltar-se-á para os ímpios e dirá: ‘Eu havia colocado na terra os meus pobrezinhos para vós. Eu, seu Chefe, reinava nos Céus, mas na terra os meus membros passavam fome. Se tivésseis dado aos meus membros (o que comer), o vosso dom teria chegado até a Cabeça (Cristo). Quando coloquei meus pobrezinhos na terra, os constituí meus tesoureiros para recolher as vossas boas obras no meu tesouro; vós, porém, nada depositastes em suas mãos, razão pela qual nada possúis junto a mim. (Agostinho de Hipona, Sermão 18,4,4)

Capítulo XIX: Creio no Espírito Santo

26. A Santíssima Trindade

Em Deus há três pessoas: Pai, Filho e Espírito Santo; e cada uma delas possui a essência divina que é numericamente a mesma.

Nos procedimentos divinos que dão origem ao Filho (por geração) e ao Espírito Santo (pelo amor procedente do Pai e do Filho), não há sucessão alguma, não há acréscimo nem diminuição, pois as três pessoas são eternas com a mesma eternidade de Deus.

[226]

Ao contrário da existência do Deus Uno, que o homem pode descobrir através de sua simples razão, ao conhecimento do Deus Trino só é possível chegar através da Divina Revelação.

A Trindade é intuída no Antigo Testamento, mas emerge com toda a sua realidade no Novo Testamento, nas palavras e ações de Jesus, em especial e de forma muito clara no mandamento aos Apóstolos contido em Mateus 28,19.

Ide, pois, e ensinai a todas as gentes, batizando-as em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo.

Além de mencionar as três pessoas - Pai e do Filho e do Espírito Santo, Jesus as coloca em “pé de igualdade” e sob um mesmo e único nome. [227]

Concílio de Latrão

Creemos firmemente e confessamos sinceramente que um só é o verdadeiro Deus eterno e incomensurável, imutável, incompreensível, onipotente e infável; Pai e Filho e Espírito Santo: três pessoas, mas uma só essência, substância ou

natureza absolutamente simples. O Pai não provém de ninguém, o Filho só do Pai, o Espírito Santo de modo igual de um e de outro, sempre sem início e sem fim. O Pai gera, o Filho nasce, o Espírito Santo procede. São consubstanciais, coiguais, coonipotentes e coeternos (...) Essa santa Trindade, indivisível segundo a comum essência e distinta segundo as propriedades das pessoas (...). (DS 800)

Concílio de Florença[\[228\]](#)

A sacrossanta Igreja Romana, fundada pela palavra do nosso Senhor e Salvador, crê firmemente, professa e prega um só verdadeiro Deus, onipotente, imutável e eterno, Pai, Filho e Espírito Santo; uno na essência, trino nas pessoas: Pai não gerado, Filho gerado pelo Pai, Espírito Santo procedente do Pai e do Filho: crê que o Pai não é o Filho ou o Espírito Santo, que o Filho não é o Pai ou o Espírito Santo, que o Espírito Santo não é o Pai ou o filho, mas que só o Pai é Pai, só o filho é Filho, só o Espírito Santo é Espírito Santo. Só Pai gerou o Filho da sua substância. Só o Filho foi gerado pelo Pai e dele só, só o Espírito Santo procede ao mesmo tempo do Pai e do Filho. Estas três pessoas são um só Deus, não três deuses, porque uma só é a substância das três, uma a essência, uma a natureza, uma a divindade, uma a imensidade, uma a eternidade, e tudo isso uma unidade, sempre que a oposição de relação não impede. (DS 1330)

Por esta unidade, o Pai está todo no Filho, todo no Espírito Santo; o Filho está todo no Pai e todo no Espírito Santo; o Espírito Santo está todo no Pai e todo no Filho. Nenhum precede o outro pela eternidade, o ultrapassa em grandeza, ou o supera em poder. É eternamente, de fato, e sem princípio que o Filho tem origem no Pai, e eternamente e sem princípio que o Espírito Santo procede do Pai e do Filho. Tudo o que o Pai é e tem, não o tem de um outro, mas por si mesmo, e ele é princípio sem princípio. Tudo o que o Filho é ou tem, o tem do Pai e é princípio de princípio. Tudo o que o Espírito Santo é ou tem, o tem do Pai e do Filho juntos. Mas o Pai e o Filho não são dois princípios do Espírito Santo, mas um só princípio, como o Pai, o

Filho e o Espírito Santo não são três princípios da criação mas um só princípio. (DS 1331)

Catecismo da Igreja Católica

A verdade revelada da Santíssima Trindade esteve desde as origens na raiz da fé viva da Igreja, principalmente por meio do Batismo. Ela encontra sua expressão na regra da fé batismal, formulada na pregação, na catequese e na oração da Igreja. Tais formulações encontram-se já nos escritos apostólicos, como na seguinte saudação, retomada na liturgia eucarística: ‘A graça do Senhor Jesus Cristo, o amor de Deus e a comunhão do Espírito Santo estejam com todos vós’ (2Co 13,13). (CIC 249)

Para a formulação do dogma da Trindade, a Igreja teve de desenvolver uma terminologia própria, recorrendo a noções de origem filosófica: ‘substância’, ‘pessoa’ ou ‘hipóstase’, ‘relação’ etc. Ao fazer isso, não submeteu a fé a uma sabedoria humana, mas imprimiu um sentido novo, inaudito, a esses termos, chamados a significar a partir daí também um Mistério inefável, que “supera infinitamente tudo o que nós podemos compreender dentro do limite humano. (CIC 251)

A Igreja utiliza o termo “substância” (traduzido também, às vezes, por “essência” ou por “natureza”) para designar ser divino em sua unidade, o termo “pessoa” ou “hipóstase” para designar o Pai, o Filho e o Espírito Santo em sua distinção real entre si, e o termo “relação” para designar o fato de a distinção entre eles residir na referência de uns aos outros. (CIC 252)

A Trindade é Una. Não professamos três deuses, mas só Deus em três pessoas: “a Trindade consubstancial”. As pessoas divinas não dividem entre si a única divindade, mas cada uma delas é Deus por inteiro: “O Pai é aquilo que é o Filho, o Filho é aquilo que é o Pai, O Espírito Santo é aquilo que são o Pai e o Filho, isto é, um só Deus por natureza”. “Cada uma das três pessoas é esta realidade, isto é, a substância, a essência ou a natureza divina.” (CIC 253)

As pessoas divinas são realmente distintas entre si. “Deus é único, mas não solitário”. “Pai”, “Filho”, “Espírito Santo” não são simplesmente nomes que designam modalidades do ser

divino, pois são realmente distintos entre si: “Aquele que é o Pai não é o Filho, e aquele que é o Filho não é o Pai, nem o Espírito Santo é aquele que é o Pai ou o Filho”. São distintos entre si por suas relações de origem: “E o Pai que gera, o Filho que é gerado, o Espírito Santo que procede. (CIC 254)

As pessoas divinas são relativas umas às outras. Por não dividir a unidade divina, a distinção real das pessoas entre si reside unicamente nas relações que as referem umas às outras: “Nos nomes relativos das pessoas, o Pai é referido ao Filho, o filho ao Pai, o Espírito Santo aos dois; quando se fala destas três pessoas considerando as relações, crê-se todavia em uma só natureza ou substância'. Pois “tudo é uno [neles] onde não se encontra a oposição de relação. “Por causa desta unidade, o Pai está todo inteiro no Filho, todo inteiro no Espírito Santo; o Filho está todo inteiro no Pai, todo inteiro no Espírito Santo; o Espírito Santo, todo inteiro no Pai, todo inteiro no Filho. (CIC 255)

Sagradas Escrituras

Façamos ao homem (...) (Gn 1,26)

Disse-me Yahweh: Tu és Meu Filho hoje Te gerei. (Sl 2,7)

O Espírito Santo virá sobre ti, e a virtude do Altíssimo te cobrirá com Sua sombra, e por isto, o Filho criado será Santo, será chamado Filho de Deus. (Lc 1,35)

Viu o Espírito Santo de Deus descer como pomba e vir sobre Ele, enquanto uma voz do céu dizia: ‘este é Meu Filho Amado, em Quem tenho Minha complacência’. (Mt 3,16ss)

Ide, pois, e ensinai a todas as gentes, batizando-as em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. (Mt 28,19)

A graça do Senhor Jesus Cristo, o amor de Deus e a comunhão do Espírito Santo estejam com todos vós. (2Co 13,13)

Padres da Igreja

Nós, porém, homens que consideramos a vida presente de curta duração e de mínima estima, que nos dirigimos pelo único desejo de conhecer o Deus verdadeiro e o Verbo que dele procede - qual é a comunicação do Pai com o Filho, que coisa é

o Espírito, qual é a união de tão grandes realidades, qual a distinção dos assim unidos, do Espírito, do Filho e do Pai. (Atenágoras de Atenas. Petição em Favor dos Cristãos)

Espírito de verdade (*aletheia*), Espírito de adoção, no qual clamamos Abba, Pai; que distribui e opera os dons de Deus em cada um conforme convém, conforme lhe apraz; que ensina e sugere tudo o que ouviu do Filho; que é bom, guiando cada um em toda a verdade (*aletheia*) e fortificando os fiéis na fé segura, na confissão exata, no culto santo e na adoração em espírito (*pneuma*) e verdade (*aletheia*), de Deus Pai, de seu Filho único, nosso Deus e Senhor Jesus Cristo, e dele mesmo. (S. Basílio de Cesaréia, Profissão de fé)

Ele não falará sem mim e sem a decisão do Pai, porque Ele não tem origem em si, mas é do Pai e de mim. Pois o que Ele é como subsistência e como palavra, Ele o é pelo Pai e por mim. (Dídimo de Alexandria. *De Spiritu Sancto*)

É preciso crer, a respeito de Cristo, que Ele vem do Pai, é Deus proveniente de Deus, e, a respeito do Espírito, que Ele provém do Cristo, ou, melhor; de ambos, pois Cristo disse: ‘...Ele procede do Pai’ e ‘receberá do meu’. (Epifânio de Salamina. *Ancoratus*)

Já que o Pai chama Filho o que procede do Pai e Espírito Santo o que provém de ambos, (...) fica sabendo que o Espírito Santo é a luz que vem do Pai e do Filho. (S. Epifânio de Salamina. *Ancoratus*)

Eu acredito que o Espírito Santo procedeu do Pai e do Filho, que não lhes é inferior, que não é verdade que não tenha existido antes, mas que é igual a ambos, e que, sempre coeterno com o Pai e o Filho, é Deus (...). (São Gregório de Tours. Prefácio da História dos Francos)

Quanto ao Espírito Santo, não proveio apenas do Pai ou apenas do Filho, mas do Pai e do Filho; por isso está escrito: “Ele deleitou-se no mundo, o Espírito do Pai não está nele”; e novamente: “Entretanto, todo aquele que não possui o Espírito de Cristo, não lhe pertence”. Assim, compreende-se que o Espírito Santo seja referido como provindo do Pai e do Filho, sendo que o próprio Filho, no Evangelho, diz que o Espírito

Santo “procede do Pai” e “por Mim Ele é aceito e anunciado a vós”. (São Gelásio I de Roma. Decreto Gelasiano)

A respeito do Espírito, que procede do Pai e que, sendo próprio do Filho, vem dado por este a seus discípulos e a todos os que creem nele. (Santo Atanásio de Alexandria. Carta a Serapião sobre a Divindade do Espírito Santo.)



Espírito é o Espírito de Deus Pai e, ao mesmo tempo, Espírito do Filho, saindo substancialmente de ambos simultaneamente, isto é, derramado pelo Pai a partir do Filho. (S. Cirilo de Alexandria, *De adoratione*)

O Espírito Santo procede do Pai a título de princípio (*principaliter*), e, pelo dom intemporal do Pai ao Filho, procede do Pai e do Filho em comunhão (*communiter*). (Santo Agostinho, *De Trinitate*)

Pois é uma regra básica a de que as distinções em realidades incorpóreas são estabelecidas por diferenças e não por separação espacial. Não se pode dizer que Deus se tornou Pai pelo acréscimo de algo; pois Ele nunca começou a ser Pai, já que a produção do Filho pertence à sua própria substância; embora o predicado Pai, enquanto tal seja relativo. E se nos lembramos de todas as proposições feitas sobre Deus na discussão prévia, devemos admitir que Deus Filho procede de Deus Pai e Deus Espírito Santo de ambos e que eles não podem ser espacialmente diferentes por serem incorpóreos. Mas já que o Pai é Deus, o Filho é Deus e o Espírito Santo é Deus, e já que em Deus não há pontos de diferença que o distingam de Deus, Ele não difere Deles. Mas onde não há diferença, não há pluralidade; e onde não há pluralidade, há unidade. E, novamente, nada senão Deus pode ser gerado por Deus e, na realidade numerada, a repetição da unidade não produz pluralidade. E assim a unidade dos três está convenientemente estabelecida. (Boécio de Roma. Da Trindade)

É verdade que, conforme as propriedades das Pessoas, um é o Pai, outro o Filho, outro o Espírito Santo, mas não há divindade diferente, natureza distinta. Assim como o Filho precede do Pai,

igualmente o Espírito Santo é Espírito do Pai e do Filho. (São Leão Magno. Sermão Sobre Pentecostes)

Antes de todas as coisas, conservai-me este bom depósito, pelo qual vivo e combato, com o qual quero morrer, que me faz suportar todos os males e desprezar todos os prazeres: refiro-me à profissão de fé no Pai e no Filho e no Espírito Santo Eu vo-la confio hoje. É por ela que daqui a pouco vou mergulhar-vos na água e vos tirar dela. Eu vo-la dou como companheira e dona de toda a vossa vida. Dou-vos uma só Divindade e Poder, que existe Una nos Três, e que contém os Três de maneira distinta. Divindade sem diferença de substância ou de natureza, sem grau superior que eleve ou grau inferior que rebaixe... A infinita conaturalidade é de três infinitos. Cada um considerado em si mesmo é Deus todo inteiro... Deus os Três considerados juntos. Nem comecei a pensar na Unidade, e a Trindade me banha em seu esplendor. Nem comecei a pensar na Trindade, e a unidade toma conta de mim. (Gregório Nazianzeno)

O Espírito Santo provém das duas Pessoas simultaneamente. (João Damasceno, *De recta fide*)

Capítulo XX: Creio na Igreja Católica

27. A Igreja foi fundada por Jesus Cristo

A Igreja fundada por Jesus Cristo sempre esteve (e está) nos planos divinos, desde antes do início dos tempos, pois aprovou a Deus torná-la peça indispensável do seu Plano de Salvação. A Igreja “terrestre” foi preparada de forma lenta e gradual durante toda a história do povo da primeira aliança; foi “fundada” na plenitude dos tempos, pelo Filho de Deus Jesus e só terá um fim quando, no final dos tempos, não for mais necessária, por ter encerrado a sua missão, com a consumação do plano divino.

A palavra igreja vem do grego *ekklesia*, do grego *ekkalein*, “chamar para fora”, convocação, mas também assembleia do povo (que, geralmente, são convocadas). A palavra *ekklesia* foi usada na Septuaginta para traduzir o termo hebraico que designava a assembleia geral do povo de Israel convocada por Moisés. Já nos primeiros tempos do cristianismo a comunidade cristã chamava a si mesma Igreja.

Jesus também definiu e criou a estrutura hierárquica que a Igreja utilizou, e mantém até os dias atuais, para cumprir a sua missão. Essa estrutura foi criada a partir da escolha dos Apóstolos, doze entre muitos discípulos, e de um chefe – Pedro - entre os Apóstolos.

A palavra Igreja assume significados distintos: Igreja é a assembleia dos cristãos, é a comunidade local (Igreja local) e é a comunidade universal dos fiéis (o povo de Deus do mundo inteiro).

Além desses, há outros significados são atribuídos à Igreja, ligados ao Mistério de Cristo, da qual ela é parte inseparável: Ela é

o Corpo de Cristo (Cl 1,24; Ef 1,22s; Ef 5,23); ela é também já o Reino dos Céus na terra (Lc 4,43; 1Co 4,20; At 8,12), o Rebanho (Jo 10,11; At 20,28) e a Casa de Deus (1Tm 3,15; Ef 2,19-22).

Desde os primeiros tempos, todas os símbolos e declarações de fé professam a crença na Igreja Una, Santa, Católica e Apostólica (que tem sua origem nos Apóstolos).

No *Motu proprio Sacrorum antistitum*, de 1º. De setembro de 1910, contra os erros modernistas, o Papa Pio X declarou:

Creio firmemente que a Igreja, guardiã e mestra da palavra revelada, foi instituída próxima e diretamente pelo próprio Cristo, verdadeiro e histórico, enquanto ainda vivia entre nós; e que foi edificada sobre Pedro, príncipe da hierarquia apostólica, e sobre seus sucessores para sempre. (DS 3540)

Sínodo de Toledo – Símbolo de Fé, 07.11.675

Creemos que a santa Igreja católica, que Ele (Jesus Cristo) conquistou com o preço de seu sangue, reinará com Ele para sempre. (DS 540)

Concílio Vaticano I

(...) Ora, para que pudéssemos cumprir o dever de abraçar a verdadeira fé e nela perseverar constantemente, Deus instituiu, por meio de seu Filho Unigênito, a Igreja, e a munuiu com as notas manifestas da sua instituição, para que pudesse ser por todos reconhecida como guardiã e mestra da palavra revelada. (DS 3012)

O eterno pastor e guardião de nossas almas, querendo perpetuar a salutar obra da redenção, resolveu fundar a santa Igreja, na qual, como na casa de Deus vivo, todos os fiéis se conservassem unidos, pelo vínculo de uma só fé e amor. (DS 3050)

Catecismo da Igreja Católica

Cabe ao Filho realizar, na plenitude dos tempos, o plano de salvação de seu Pai. Este é o motivo de sua ‘missão’. ‘O Senhor

Jesus iniciou sua Igreja pregando a Boa Nova, isto é, o advento do Reino de Deus prometido nas Escrituras havia séculos'. Para cumprir a vontade do Pai, Cristo inaugurou o Reino dos Céus na terra. A Igreja 'é o Reino de Cristo já misteriosamente presente'. (CIC 763)

A Igreja é o Corpo de Cristo. Pelo Espírito e pela ação deste nos sacramentos, sobretudo a Eucaristia, Cristo morto e ressuscitado constitui a comunidade dos crentes como seu Corpo. Na unidade deste Corpo existe diversidade de membros e de junções. Todos os membros estão ligados uns aos outros, particularmente aos que sofrem, são pobres e perseguidos. A Igreja é este Corpo do qual Cristo é a Cabeça: ela vive dele nele e por ele; ele vive com ela e nela. A Igreja é a Esposa de Cristo: ele a amou e entregou-se por ela. Purificou-a com seu sangue. Fez dela a Mãe fecunda de todos os filhos de Deus. A Igreja é o Templo do Espírito Santo O Espírito é como a alma do Corpo Místico, princípio de sua vida, da unidade na diversidade e da riqueza de seus dons e carismas.” (CIC 805 a 809)

No fim dos tempos, o Reino de Deus chegará à sua plenitude. Depois do Juízo Universal, os justos reinarão para sempre com Cristo, glorificados em corpo e alma, e o próprio universo será renovado: Então a Igreja será consumada na glória celeste, quando chegar o tempo da restauração de todas as coisas, e com o gênero humano também o mundo todo, que está intimamente ligado ao homem e por meio dele atinge sua finalidade, encontrará sua restauração definitiva em Cristo. (CIC 1042)

Sagradas Escrituras

Caminhando ao longo do mar da Galileia, viu dois irmãos: Simão (chamado Pedro) e André, seu irmão, que lançavam a rede ao mar, pois eram pescadores. E disse-lhes: Vinde após mim e vos farei pescadores de homens. (Mt 4,18s)

E eu te declaro: tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja; as portas do inferno não prevalecerão contra ela. Eu te darei as chaves do Reino dos céus: tudo o que ligares na terra será ligado nos céus, e tudo o que desligares na terra será desligado nos céus. (Mt 16,18s)

Em verdade vos digo [aos discípulos]: tudo o que ligardes sobre a terra será ligado no céu, e tudo o que desligardes sobre a terra será também desligado no céu. (Mt 18,18)

Mas Jesus, aproximando-se, lhes disse: Toda autoridade me foi dada no céu e na terra. Ide, pois, e ensinai a todas as nações; batizai-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. (Mt 28,18s)

A uns ele constituiu Apóstolos; a outros, profetas; a outros, evangelistas, pastores, doutores, para o aperfeiçoamento dos cristãos, para o desempenho da tarefa que visa à construção do corpo de Cristo. (Ef 4,11s)

E (Deus) sujeitou a seus pés (de Cristo) todas as coisas, e o constituiu chefe supremo da Igreja, que é o seu corpo, o receptáculo daquele que enche todas as coisas sob todos os aspectos. (...) como Cristo é o chefe da Igreja, seu corpo, da qual ele é o Salvador. (Ef 1,22s. 5,23b)

Consequentemente, já não sois hóspedes nem peregrinos, mas sois concidadãos dos santos e membros da família de Deus, edificados sobre o fundamento dos Apóstolos e profetas, tendo por pedra angular o próprio Cristo Jesus. É nele que todo edifício, harmonicamente disposto, se levanta até formar um templo santo no Senhor. É nele que também vós outros entráis conjuntamente, pelo Espírito, na estrutura do edifício que se torna a habitação de Deus. (Ef 2,19-22)

Acima de tudo, recomendo que se façam preces, orações, súplicas, ações de graças por todos os homens, pelos reis e por todos os que estão constituídos em autoridade, para que possamos viver uma vida calma e tranquila, com toda a piedade e honestidade. (...) Quero, pois, que os homens orem em todo lugar, levantando as mãos puras, superando todo ódio e ressentimento. (1Tm 2,1.8)

Todavia, se eu tardar, quero que saibas como deves portar-te na casa de Deus, que é a Igreja de Deus vivo, coluna e sustentáculo da verdade. (1Tm 3,15)

Achegai-vos a ele, pedra viva que os homens rejeitaram, mas escolhida e preciosa aos olhos de Deus; e quais outras pedras vivas, vós também vos tornais os materiais deste edifício

espiritual, um sacerdócio santo, para oferecer vítimas espirituais, agradáveis a Deus, por Jesus Cristo. (1Pe 2,4s)

Padres da Igreja

A Igreja é um povo unido pela unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo. (Cipriano de Cartago. Da Oração do Senhor)

Onde é que a Igreja teve início? Em Jerusalém, com Cristo. (Agostinho de Hipona. Tratado sobre I João 2,2)

Considerai legítima a Eucaristia realizada pelo Bispo ou por alguém que foi encarregado por ele. Onde aparece o Bispo, aí esteja a multidão, do mesmo modo que onde está Cristo Jesus, aí está a Igreja Católica. (Inácio de Antioquia, Epístola aos Esmirnenses 8,1b-2)

Tu, que não deixaste sem administração o teu santuário; tu, que desde o início dos séculos te aprovaste em ser glorificado neste que escolheste, derrama agora a força que vem de ti, o Espírito de chefia que deste a teu Filho querido, Jesus Cristo, e que Ele concedeu aos santos Apóstolos, os quais constituíram por toda parte a tua Igreja, teu Templo, para glória e louvor perpétuo do teu nome. Pai, que conheces os corações, concede a este servo que escolheste para o episcopado, apascentar o teu santo rebanho e desempenhar irrepreensivelmente diante de ti o primado do sacerdócio, servindo-te noite e dia. Concede-lhe tornar incessantemente propícia a tua face, oferecer as oblações da tua santa Igreja e, com o espírito do sacerdócio superior, ter a faculdade de perdoar os pecados segundo a tua ordem, distribuir os cargos segundo o teu preceito; dissolver quaisquer laços, segundo o poder que deste aos Apóstolos, ser do teu agrado pela ternura e pureza de coração, oferecendo-te um perfume agradável, por teu Filho Jesus Cristo, pelo qual a ti a glória, o poder e a honra, ao Pai e ao Filho, com o Espírito Santo na santa Igreja, agora e pelos séculos dos séculos. Amém. (Hipólito de Roma, Tradição Apostólica 2,3)

28. Cristo constituiu Pedro como primeiro entre os Apóstolos e cabeça visível de toda Igreja, conferindo-lhe o primado da

jurisdição.

Primado significa preeminência, primazia, superioridade. Primado de jurisdição[229] significa a plena posse da suprema autoridade legislativa, judicial e penal. A Cabeça invisível da Igreja é Cristo, mas o sucessor de Pedro faz as vezes de Cristo no governo exterior da Igreja militante, e é portanto, vigário[230] de Cristo na terra.

Em Lc 22,31-32 Jesus não deixa dúvidas quanto a quem quer que seja o líder e responsável pelos demais, ao mandar que Pedro confirme os irmãos, uma vez que estará sempre ao seu lado, para que ele, Pedro, não desanime.

Concílio de Éfeso

Ninguém duvida, pelo contrário, por todos os séculos foi conhecido que o santo e bem-aventurado Pedro, príncipe e cabeça de todos os Apóstolos, coluna da fé e fundamento da Igreja Católica, recebeu as chaves do Reino das mãos de nosso Senhor Jesus Cristo, salvador e redentor do gênero humano, e a ele foi dado o poder de ligar e desligar os pecados; e ele, em seus sucessores, vive e julga até o presente e para sempre. (Discurso do legado papal Felipe, Sessão III)

Concílio de Florença

Definimos que a santa Sé Apostólica e o Romano Pontífice têm o primado sobre todo o universo e que o mesmo Romano Pontífice é o sucessor do bem-aventurado Pedro, príncipe dos Apóstolos, é verdadeiro vigário de Cristo, cabeça de toda a Igreja (...); e que nosso Senhor Jesus Cristo transmitiu a ele, na pessoa do bem-aventurado Pedro, o pleno poder de apascentar, reger e governar a Igreja universal (...) (DS 1307)

Concílio Vaticano I

Ensinamos, pois, e declaramos, segundo o testemunho do

Evangelho, que Jesus Cristo prometeu e conferiu imediata e diretamente o primado de jurisdição sobre toda a Igreja ao bem-aventurado Pedro Apóstolo. Com efeito, só a Simão, a quem antes dissera: “Chamar-te-ás Cefas” [Jo 1,42], depois de ter ele feito a sua profissão com as palavras: “Tu és o Cristo, o Filho de Deus vivo”, foi que o Senhor se dirigiu com estas solenes palavras: “Bem-aventurado és, Simão, filho de Jonas, porque nem a carne nem o sangue to revelaram, mas sim meu Pai que está nos céus. E eu te digo: Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela. E dar-te-ei as chaves do reino dos céus. E tudo o que ligares sobre a terra será ligado também nos céus; e tudo o que desligares sobre a terra será desligado também nos céus” (Mt 16,16ss). E somente a Simão Pedro conferiu Jesus, após a sua ressurreição, a jurisdição de pastor e chefe supremo de todo o seu rebanho, dizendo: “Apascenta os meus cordeiros”, “Apascenta as minhas ovelhas” (Jo 21,15-17). (DS 3053)

Se, pois, alguém disser que o bem-aventurado Pedro Apóstolo não foi constituído por Jesus Cristo príncipe de todos os Apóstolos e chefe visível de toda a Igreja militante; ou que ele recebeu, direta e imediatamente, do mesmo Senhor nosso Jesus Cristo, apenas um primado de honra, não porém um primado de jurisdição verdadeira e própria: seja anátema. (DS 3055)

(...) que o Romano Pontífice [...] é verdadeiro vigário de Cristo, cabeça de toda a Igreja, pai e o doutor de todos os cristãos; e que nosso Senhor Jesus Cristo transmitiu a ele, na pessoa do bem-aventurado Pedro, o pleno poder de apascentar, reger e governar a Igreja universal. (DS 3068)

Catecismo da Igreja Católica

Somente a Simão, a quem deu o nome de Pedro, o Senhor constituiu como a pedra da sua Igreja. Entregou-lhe as suas chaves; instituiu-o pastor de todo o rebanho. Porém, o múnus de ligar e desligar, que foi dado a Pedro, consta que também foi dado ao colégio dos Apóstolos, unido a seu chefe. Este ofício pastoral de Pedro e dos outros Apóstolos faz parte dos fundamentos da Igreja e é continuado pelos Bispos sob o

primado do Papa. (CIC 881)

Sagradas Escrituras

Bem-aventurado és tu Simão (...) e Eu te digo, que tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei Minha Igreja e as portas do inferno não prevalecerão contra ela; Eu te darei as chaves do reino dos céus, e tudo quanto ligares na terra (...) (Mt 16, 17-19)

[Pedro] Apascenta meus cordeiros (...) (Jo 21,15-17)

Naqueles dias, Pedro se pôs em pé no meio dos irmãos (...) (At 1,15) [\[231\]](#)

Simão, Simão, eis que Satanás vos reclamou para vos peneirar como o trigo,

mas eu roguei por ti, para que a tua confiança não desfaleça, e tu, por tua vez, confirma os teus irmãos. (Lc 22,31-32)

Padres da Igreja

O Senhor diz a Pedro: 'Eu te digo que és Pedro e sobre esta pedra edificarei minha Igreja e as portas do Inferno não prevalecerão contra ela. Dar-te-ei as chaves do reino dos céus...'

- O Senhor edifica a sua Igreja sobre um só, embora conceda igual poder a todos os Apóstolos depois de sua ressurreição, dizendo: 'Assim como o Pai me enviou, eu os envio. Recebei o Espírito Santo; se perdoardes os pecados de alguém, ser-lhes-ão perdoados; se os retiverdes, ser-lhes-ão retidos'. No entanto, para manifestar a unidade, dispõe por sua autoridade a origem desta mesma unidade partindo de um só. Sem dúvida, os demais Apóstolos eram, como Pedro, dotados de igual participação na honra e no poder; mas o princípio parte da unidade para que se demonstre ser única a Igreja de Cristo. (Cipriano de Cartago. Da Unidade da Igreja)

De todo mundo, Pedro foi escolhido para estar à frente da convocação de todos os povos e de todos os Apóstolos e padres da Igreja. Embora, no Povo de Deus, haja muitos sacerdotes e pastores, na verdade governa Pedro àqueles que são súditos de Cristo. (Papa Leão I Magno, Sermão 4)

29. A Ordem é verdadeiro e próprio sacramento instituído por Cristo

A Igreja acredita e ensina que o sacerdócio visível e externo, estabelecido em ordem hierárquica, é uma instituição fruto da ordenação divina, feita pelo próprio Jesus, que escolheu, na multidão de discípulos, aqueles (doze) que seriam os Apóstolos (guias e, ao mesmo tempo, servidores) e, entre os Apóstolos, aquele que os chefiaria (Pedro, o primeiro Papa). E que esses Apóstolos escolheram os continuadores de sua obra, numa linha sucessória que continua até os dias atuais.

Concílio de Florença

A forma do sacerdócio é a seguinte: ‘Recebe o poder de oferecer o sacrifício na Igreja pelos vivos e pelos mortos, em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo. (...) O efeito (do sacramento da ordem) é o aumento da graça para que (o ordenado) seja um ministro idôneo de Cristo. (DS 1326)

Concílio de Trento

Se alguém disser que no Novo Testamento não existe um sacerdócio visível e externo, ou não existe um poder de consagrar e oferecer o verdadeiro Corpo e Sangue do Senhor e de perdoar os pecados e retê-los, mas só a função e o simples ministério de pregar o Evangelho (...): seja anátema. (DS 1771)

Se alguém disser que a ordem ou sagrada ordenação não é verdadeira e propriamente sacramento instituído pelo Cristo Senhor, ou é criação humana (...): seja anátema. (DS 1773)

Se alguém disser que na Igreja católica não existe uma hierarquia instituída por disposição divina e constando de Bispos, presbíteros e ministros: seja anátema. (DS 1776)

Concílio Vaticano I

O eterno pastor e guardião das nossas almas (1Pd 2,25), querendo perpetuar a salutar obra da redenção, resolveu fundar a Santa Igreja, na qual, como na casa do Deus vivo, todos os fiéis se conservassem unidos, pelo vínculo de uma só fé e amor. Por isso, antes de ser glorificado, rogou ao Pai não só pelos Apóstolos, mas também por aqueles que haviam de crer nele por meio das palavras deles, para que todos fossem um, assim como ele, o Filho, e o Pai são um (Jo 17,20s). Ora, como ele enviou os Apóstolos que tinha escolhido do mundo (Jo 15,19), como ele mesmo tinha sido enviado pelo Pai (Jo 20,21), da mesma forma quis que “até a consumação dos séculos” (Mt 28,20), houvesse na sua Igreja pastores e doutores. (DS 3050)

Mas, para que o próprio episcopado fosse uno e indiviso e, pela coesão e união íntima dos sacerdotes, toda a multidão dos crentes se conservasse na unidade da fé e da comunhão, antepondo S. Pedro aos demais Apóstolos, pôs nele o princípio perpétuo e o fundamento visível desta dupla unidade, sobre cuja solidez se construísse o templo eterno e se levantasse, sobre a firmeza desta fé, a sublimidade da Igreja, que deve elevar-se até ao céu. (DS 3051)

Catecismo da Igreja Católica

As próprias diferenças que o Senhor quis estabelecer entre os membros de seu Corpo servem à sua unidade e à sua missão. Pois embora exista na Igreja diversidade de serviços, há unidade de missão. Cristo confiou aos Apóstolos e a seus sucessores o múnus de ensinar, de santificar e de governar em Seu nome e pelo Seu poder. (CIC 873)

O próprio Cristo é a fonte do ministério na Igreja. Instituiu-a, deu-lhe autoridade e missão, orientação e finalidade: Para apascentar e aumentar sempre o Povo de Deus, Cristo Senhor instituiu em sua Igreja uma variedade de ministérios que tendem ao bem de todo o Corpo. Pois os ministros que são revestidos do sagrado poder servem a seus irmãos para que todos os que formam o Povo de Deus... cheguem à salvação. (CIC 874)

Ninguém pode dar a si mesmo o mandato e a missão de anunciar o Evangelho. O enviado do Senhor fala e age não por

autoridade própria, mas em virtude da autoridade de Cristo; não como membro da comunidade, mas falando a ela em nome de Cristo. Ninguém pode conferir a si mesmo a graça, ela precisa ser dada e oferecida. Isto supõe ministros da graça, autorizados e habilitados da parte de Cristo. Dele recebem a missão e a faculdade (o poder sagrado) de agir na pessoa de Cristo Cabeça. A Tradição da Igreja chama de “sacramento” este ministério, através do qual os enviados de Cristo fazem e dão, por dom de Deus, o que não podem fazer nem dar por si mesmos. O ministério da Igreja é conferido por um específico sacramento. (CIC 875)

A uns ele constituiu Apóstolos; a outros, profetas; a outros, evangelistas, pastores, doutores, para o aperfeiçoamento dos cristãos, para o desempenho da tarefa que visa à construção do corpo de Cristo, até que todos tenhamos chegado à unidade da fé e do conhecimento do Filho de Deus, até atingirmos o estado de homem feito, a estatura da maturidade de Cristo. (Ef 4,11-13)

Sagradas Escrituras

Naqueles dias, como crescesse o número dos discípulos, houve queixas dos gregos contra os hebreus, porque as suas viúvas teriam sido negligenciadas na distribuição diária. Por isso, os Doze convocaram uma reunião dos discípulos e disseram: Não é razoável que abandonemos a palavra de Deus, para administrar. Portanto, irmãos, escolhei dentre vós sete homens de boa reputação, cheios do Espírito Santo e de sabedoria, aos quais encarregaremos este ofício. Nós atenderemos sem cessar à oração e ao ministério da palavra. Este parecer agradou a toda a reunião. Escolheram Estêvão, homem cheio de fé e do Espírito Santo; Filipe, Prócoro, Nicanor, Timão, Pármenas e Nicolau, prosélito de Antioquia. Apresentaram-nos aos Apóstolos, e estes, orando, impuseram-lhes as mãos. (At 6,1-6)

Porém, como invocarão aquele em quem não têm fé? E como crerão naquele de quem não ouviram falar? E como ouvirão falar, se não houver quem pregue? E como pregarão, se não forem enviados, como está escrito: Quão formosos são os pés daqueles que anunciam as boas novas (Is 52,7)? Mas não são

todos que prestaram ouvido à Boa Nova. É o que exclama Isaías: Senhor, quem acreditou na nossa pregação (Is 53,1)? Logo, a fé provém da pregação e a pregação se exerce em razão da palavra de Cristo. (Rm 10,14-17)

A uns ele constituiu Apóstolos; a outros, profetas; a outros, evangelistas, pastores, doutores, para o aperfeiçoamento dos cristãos, para o desempenho da tarefa que visa à construção do corpo de Cristo, até que todos tenhamos chegado à unidade da fé e do conhecimento do Filho de Deus, até atingirmos o estado de homem feito, a estatura da maturidade de Cristo. (Ef 4,11-13)

Padres da Igreja

Escolhei, pois, Bispos e diáconos dignos do Senhor, homens dóceis, desprendidos, verazes e firmes, pois eles exercerão entre vós a liturgia dos profetas e doutores. (Didaqué, 15,1)[\[232\]](#)

Os Apóstolos foram mandados a evangelizar pelo Senhor Jesus Cristo. Jesus Cristo foi enviado por Deus. Assim, Cristo vem de Deus e os Apóstolos vêm de Cristo. Essa dupla missão se sucede em boa ordem, por vontade de Deus. Assim, tendo recebido instruções, e estando plenamente convencidos pela ressurreição de Nosso Senhor Jesus Cristo, e confirmados na fé pela Palavra de Deus, saíram os Apóstolos a anunciar, na plenitude do Espírito Santo, a Boa Nova da aproximação do reino de Deus. Iam pregando por campos e cidades, batizavam os que obedeciam ao desígnio de Deus e iam estabelecendo aos que eram as primícias dentre eles como Bispos e diáconos dos futuros fiéis, depois de prová-los no Espírito Santo. E isto não era novidade, pois desde muito tempo estava escrito de tais Bispos e diáconos. (Papa Clemente I, 1ª Carta aos Coríntios 42,1-4)

Nossos Apóstolos também sabiam do ofício do episcopado através de Nosso Senhor Jesus Cristo, pois houve uma discussão a respeito. Por essa razão, portanto, como obtiveram um conhecimento antecipado disso, eles indicaram aqueles [ministros] já mencionados, e posteriormente lhes deram instruções, para que quando algum deles falecesse, os outros

aprovassem homens que os pudesse suceder no ministério. (Papa Clemente I, 1ª Carta aos Coríntios 44,1-2)

Já que seria demasiado longo enumerar os sucessores dos Apóstolos em todas as comunidades, nos ocuparemos somente com uma destas: a maior e a mais antiga, conhecida por todos, fundada e constituída pelos dois gloriosíssimos Apóstolos Pedro e Paulo. Mostraremos que a tradição apostólica que ela guarda e a fé que ela comunicou aos homens chegaram até nós através da sucessão regular dos Bispos, confundindo assim todos aqueles que querem procurar a verdade onde ela não pode ser encontrada. Com esta comunidade, de fato, dada a sua autoridade superior, é necessário que esteja de acordo toda comunidade, isto é, os fiéis do mundo inteiro; nela sempre foi conservada a tradição dos Apóstolos. (Ireneu de Lyon, Contra as Heresias 3,3,2)

À maior e mais antiga e conhecida por todos, à Igreja fundada e constituída em Roma, pelos dois gloriosíssimos Apóstolos Pedro e Paulo. Os bem-aventurados Apóstolos que fundaram e edificaram a Igreja romana transmitiram o governo episcopal a Lino. (Ireneu de Lyon. Contra as Heresias Livro III)

30. O Papa possui o pleno e supremo poder de jurisdição sobre toda a Igreja, seja nas coisas de fé e costumes, seja nas de disciplina e governo da Igreja

O Papa exerce o poder de jurisdição (do latim *juris*, “direito”, e *dicere*, “dizer”) sobre toda a Igreja universal, o que lhe dá o direito (e o dever) de governar (com amplos poderes para legislar, julgar e punir), para resguardar a ordem e a autoridade da Igreja.

O Papa é o Chefe Supremo da Cristandade, ninguém o supera, nem iguala, em poder, nem mesmo a colegialidade dos Bispos. A ele, que detém, por mandato recebido diretamente de Jesus Cristo, as Chaves do Reino dos Céus, estão sujeitos, em

matéria de ensino e de governo, todos os fiéis (religiosos e leigos).

O poder do Papa, cabeça visível da Igreja, lhe foi delegado pelo próprio Cristo, cabeça real e espiritual da Igreja, portanto, é pleno, geral e irrestrito, de forma que ele pode resolver qualquer assunto, se assim o desejar e entender melhor, sem a ajuda dos Bispos ou do restante da Igreja. (DS 3059)

Concílio de Florença

Igualmente definimos que a santa Sé apostólica e o Romano Pontífice tem primado sobre todo o universo e que o mesmo Romano Pontífice é o sucessor do bem-aventurado Pedro, príncipe dos Apóstolos, é verdadeiro vigário de Cristo, cabeça de toda a Igreja, pai e o doutor de todos os cristãos; e que nosso Senhor Jesus Cristo transmitiu a ele, na pessoa do bem-aventurado Pedro, o pleno poder de apascentar, reger e governar a Igreja universal. (DS1307)

Concílio Vaticano I

Ensinamos, pois, e declaramos que a Igreja romana, por disposição divina, tem o primado do poder ordinário sobre todas as outras, e que este poder de jurisdição do Romano Pontífice, que é verdadeiramente episcopal, é imediato; e a ela estão obrigados, por dever de subordinação hierárquica e de verdadeira obediência, os pastores e os fiéis de qualquer rito e dignidade, tanto cada um em particular, como todos em conjunto, não só nas coisas referentes à fé e aos costumes, mas também nas que se referem à disciplina e ao regime da Igreja espalhada por todo o orbe; de tal forma que, guardada a unidade de comunhão e de fé com o Romano Pontífice, a Igreja de Cristo seja um só rebanho sob um só pastor supremo (Jo 10,16). Esta é a doutrina da verdade católica, da qual ninguém pode se desviar, sem perda da fé e da salvação. (DS 3060)

Se, pois, alguém disser que ao Romano Pontífice cabe apenas o ofício de inspeção ou de direção, mas não o pleno e supremo poder de jurisdição sobre a Igreja universal, não só nas

matérias referentes à fé e aos costumes, mas também nas que se referem à disciplina e ao governo da Igreja espalhada por todo o orbe; ou que só goza da parte principal deste supremo poder e não de toda a plenitude (...): seja anátema. (DS 3064)

Catecismo da Igreja Católica

O romano Pontífice e os Bispos ‘são os doutores autênticos dotados da autoridade de Cristo, que pregam ao povo a eles confiado a fé que deve ser crida e praticada. O magistério ordinário e universal do Papa e dos Bispos em comunhão com ele ensina aos fiéis a verdade em que se deve crer; a caridade que se deve praticar, a felicidade que se deve esperar. (CIC 2034)

O grau supremo da participação na autoridade de Cristo é assegurado pelo carisma da infalibilidade. Esta tem a mesma extensão que o depósito da revelação divina; estende-se ainda a todos os elementos de doutrina, incluindo a moral, sem os quais as verdades salutares da fé não podem ser preservadas, expostas ou observadas. (CIC 2035)

Sagradas Escrituras

E eu te declaro: tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja; as portas do inferno não prevalecerão contra ela. Eu te darei as chaves do Reino dos céus: tudo o que ligares na terra será ligado nos céus, e tudo o que desligares na terra será desligado nos céus. (Mt 16, 18-19)

Dito isso, mostrou-lhes as mãos e o lado. Os discípulos alegraram-se ao ver o Senhor. Disse-lhes outra vez: A paz esteja convosco! Como o Pai me enviou, assim também eu vos envio a vós. Depois dessas palavras, soprou sobre eles dizendo-lhes: Recebei o Espírito Santo. Àqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados, àqueles a quem os retiverdes, ser-lhes-ão retidos. (Jo 20,21-23)

Padres da Igreja

Se fores à Itália, tens Roma, de onde nos provém a autoridade.

Feliz esta Igreja (de Roma), na qual os Apóstolos (Pedro e Paulo) derramaram a doutrina juntamente com seu sangue. (Tertuliano de Cartago)

Onde está Pedro, aí está a Igreja; onde está a Igreja, aí está Cristo. (Basílio Magno de Cesaréia)

Tu és Pedro e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja: com efeito, onde estiver Pedro, aí estará a Igreja. (Ambrósio de Milão, Comentário ao Salmo 40,30)

Com efeito, desde a descida até nós do Verbo encarnado, todas as Igrejas cristãs, de toda a parte, consideram e continuam considerando a grande Igreja que está aqui em Roma como única base e fundamento, visto que, segundo as próprias promessas do Salvador, as portas do Inferno nunca prevalecerão contra ela. (Máximo Confessor)

31. O Papa é infalível sempre que se pronuncia *Ex Cathedra*.

Quando um Papa legítimo, fazendo uso daquela autoridade que Jesus delegou a Pedro e a seus sucessores, falando como pastor e mestre do Povo de Deus, tenha a intenção de definir alguma doutrina de fé ou costume para que seja acreditada por todos os fiéis, aquilo que ele define é revestido de total credibilidade, pois é “Deus que está falando pela boca de Pedro”.

Como Deus não pode nos enganar, diz-se que o pronunciamento papal, então, é dotado de “infalibilidade”.[\[233\]](#) Infalibilidade é a qualidade daquilo que não é falível, que não contém falhas, que é certo, exato, inquestionável, irremissível, irrepreensível, indefectível, que é verdade “absoluta”.

A razão lógica da infalibilidade está relacionada ao dever que o Papa tem de cumprir com a função de apascentar e confirmar. Para governar de maneira eficaz é necessário que os Papas gozem de infalibilidade em matéria de fé e costumes

Apesar de falarmos que o Papa goza de infalibilidade, mais correto seria dizermos que as “declarações *ex cathedra* do Papa

gozam de infalibilidade”.

Mas a assistência divina é dada ao Papa mesmo quando o seu pronunciamento não é *ex cathedra*. Por isso, mesmo desprovido de infalibilidade, os pronunciamentos papais no exercício do magistério ordinário, ou seja, quando propõe ensinamentos que levem a uma melhor compreensão da doutrina revelada, obrigam os fiéis a observarem e a dar crédito àquilo que foi manifestado.[\[234\]](#)

Não custa lembrar, que declarações *ex cathedra* são aquelas em que o Papa, sem sofrer constrangimento de qualquer espécie, faz na condição de pastor e mestre de todos os católicos, usando sua suprema autoridade, quando tem a reta e inquestionável intenção de definir alguma doutrina de fé ou costume para que seja acreditada por todos os fiéis.

Concílio de Calcedônia

Leão e Cirilo ensinaram a mesma doutrina! Pedro falou pela boca de Leão!

Concílio Vaticano I

Por isso, Nós, apegando-nos à tradição recebida desde o início da fé cristã, para a glória de Deus nosso Salvador, para exaltação da religião católica e a salvação dos povos cristãos, com a aprovação do Sagrado Concílio ensinamos e definimos ser dogma divinamente revelado que o Pontífice Romano, quando fala *ex cathedra*, isto é, quando, no desempenho do múnus de pastor e doutor de todos os cristãos, define com sua suprema autoridade apostólica que determinada doutrina referente à fé e à moral deve ser sustentada por toda a Igreja –, em virtude da assistência divina prometida a ele na pessoa do bem-aventurado Pedro, goza daquela infalibilidade com a qual o Redentor quis estivesse munida a sua Igreja quando deve definir alguma doutrina referente à fé e aos costumes; e que, portanto, tais declarações do Romano Pontífice são, por si mesmas, e não

apenas em virtude do consenso da Igreja, irreformáveis. Se, porém – o que Deus não permita –, alguém ousar contradizer esta nossa definição seja anátema. (DS 3073-3075)

Catecismo da Igreja Católica

Para manter a Igreja na pureza da fé transmitida pelos Apóstolos, Cristo quis conferir à sua Igreja uma participação em sua própria infalibilidade, ele que é a Verdade. Pelo ‘sentido sobrenatural da fé’, o Povo de Deus ‘se atém indefectivelmente à fé’, sob a guia do Magistério vivo da Igreja. (CIC 889)

Goza desta infalibilidade o Pontífice Romano, chefe do colégio dos Bispos, por força de seu cargo quando, na qualidade de pastor e doutor supremo de todos os fiéis e encarregado de confirmar seus irmãos na fé, proclama, por um ato definitivo, um ponto de doutrina que concerne à fé ou aos costumes... A infalibilidade prometida à Igreja reside também no corpo episcopal quando este exerce seu magistério supremo em união com o sucessor de Pedro”, sobretudo em um Concílio Ecumênico. Quando, por seu Magistério supremo, a Igreja propõe alguma coisa “a crer como sendo revelada por Deus” como ensinamento de Cristo, “é preciso aderir na obediência da fé a tais definições. Esta infalibilidade tem a mesma extensão que o próprio depósito da Revelação divina. (CIC 891)

Sagradas Escrituras

E eu te declaro: tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja; as portas do inferno não prevalecerão contra ela. Eu te darei as chaves do Reino dos céus: tudo o que ligares na terra será ligado nos céus, e tudo o que desligares na terra será desligado nos céus. (Mt 16, 18-19)

Tendo eles comido, Jesus perguntou a Simão Pedro: Simão, filho de João, amas-me mais do que estes? Respondeu ele: Sim, Senhor, tu sabes que te amo. Disse-lhe Jesus: Apascenta os meus cordeiros. Perguntou-lhe outra vez: Simão, filho de João, amas-me? Respondeu-lhe: Sim, Senhor, tu sabes que te amo. Disse-lhe Jesus: Apascenta os meus cordeiros. Perguntou-lhe

pela terceira vez: Simão, filho de João, amas-me? Pedro entristeceu-se porque lhe perguntou pela terceira vez: Amas-me?, e respondeu-lhe: Senhor, sabes tudo, tu sabes que te amo. Disse-lhe Jesus: Apascenta as minhas ovelhas. (Jo 21,15-17) (...) mas eu roguei por ti (Pedro), para que a tua confiança não desfaleça; e tu, por tua vez, confirma os teus irmãos. (Lc 22,31)

Padres da Igreja

Roma falou, causa encerrada. (Agostinho de Hipona, Contra Pelágio)

Se, porém, alguns não obedecerem ao que foi dito por nós (pelo Papa), saibam que se envolverão em pecado e perigo não pequeno. (Papa Clemente I, 1ª Carta aos Coríntios 59,1)

No interesse da paz e da fé, não podemos discutir sobre questões relativas à fé sem o consentimento do Bispo de Roma. (Pedro Crisólogo)

Por disposição do Senhor, é competência do bem-aventurado Apóstolo Pedro a missão recebida de Jesus, de ter o cuidado da Igreja universal. Com efeito, Pedro sabe, por testemunho do Evangelho (Mt. 16,18), que a Igreja foi fundada sobre ele e jamais sua honra pode sentir-se livre de responsabilidades por ser coisa certa que o governo daquela está pendente de suas decisões. Tudo isso justifica que nossa atenção se estenda até esses lugares do Oriente que, em virtude da missão a nós confiada, se acham de certo modo perante nossos olhos. (Papa Bonifácio I de Roma, 418-422, Epístola a Rufo e Bispos da Macedônia)

Temos enviado escritos de modo que todos os irmãos devem entender que não podem apelar de nosso juízo. Com efeito, nunca foi lícito tratar novamente um assunto que foi alguma vez decidido pela Sé Apostólica. (Papa Bonifácio I de Roma, 418-422, Epístola 13, ao Sínodo de Corinto)

32. A Igreja é infalível quando faz definição em matéria de fé e de costumes

A infalibilidade do Papa, pressupõe a infalibilidade da Igreja. Isso quer dizer que também os sucessores dos Apóstolos (os Bispos do mundo inteiro) se acham livres do perigo de errar quando, reunidos em concílio universal, ou mesmo dispersos pela Terra na sua missão pastoral, em plena comunhão com o Papa, ensinam e promovem uma verdade de fé ou de costumes para que todos os fiéis a sustentem. Assim é que o episcopado pleno, com o Papa, que é o Bispo de Roma e “Cabeça” do episcopado, é também infalível.

Isoladamente, nenhum Bispo goza, em seus pronunciamentos e ensinos, dessa infalibilidade que tem o episcopado pleno.

Concílio Vaticano I

Deve-se, pois, crer com fé divina e católica tudo o que está contido na Palavra de Deus escrita ou transmitida, e que pela Igreja, quer em declaração solene, quer pelo Magistério ordinário e universal, nos é proposto a ser crido como revelado por Deus. (DS 3011)

Ora, para que pudéssemos cumprir o dever de abraçar a verdadeira fé e nela perseverar constantemente, Deus instituiu, por meio de seu Filho Unigênito, a Igreja (...) para que pudesse ser por todos reconhecida como guardiã e mestra da palavra revelada. (DS 3012)

O Romano Pontífice, quando fala *ex cathedra* (...) em virtude da assistência divina prometida a ele na pessoa do bem-aventurado Pedro, goza daquela infalibilidade com a qual o Redentor quis estivesse munida a sua Igreja quando deve definir alguma doutrina referente à fé e aos costumes. (DS. 3074)

Catecismo da Igreja Católica

O encargo de interpretar autenticamente a Palavra de Deus foi confiado exclusivamente ao Magistério da Igreja, ao Papa e aos Bispos em comunhão com ele. (CIC 100)

Para manter a Igreja na pureza da fé transmitida pelos Apóstolos, Cristo quis conferir à sua Igreja uma participação em sua própria infalibilidade, ele que é a Verdade. Pelo ‘sentido sobrenatural da fé’, o Povo de Deus ‘se atém indefectivelmente à fé’, sob a guia do Magistério vivo da Igreja. (CIC 889)

A missão do Magistério está ligada ao caráter definitivo da Aliança instaurada por Deus em Cristo com seu Povo; deve protegê-lo dos desvios e dos afrouxamentos e garantir-lhe a possibilidade objetiva de professar sem erro a fé autêntica. O ofício pastoral do Magistério está, assim, ordenado ao cuidado para que o Povo de Deus permaneça na verdade que liberta. Para executar este serviço, Cristo dotou os pastores do carisma de infalibilidade em matéria de fé e de costumes. O exercício deste carisma pode assumir várias modalidades. (CIC 890)

A infalibilidade do magistério dos pastores se estende a todos os elementos de doutrina, incluindo a moral. Sem esses elementos, as verdades salutares da fé não podem ser guardadas, expostas ou observadas. (CIC 2051)

A lei de Deus confiada à Igreja é ensinada aos fiéis como caminho de vida e verdade. Os fiéis têm, portanto, o direito de ser instruídos nos preceitos divinos salvíficos que purificam o juízo e, com a graça, curam a razão humana ferida. Têm o dever de observar as constituições e os decretos promulgados pela legítima autoridade da Igreja. Mesmo que sejam disciplinares, tais determinações exigem a docilidade na caridade. (CIC 2037)

Sagradas Escrituras

E eu te declaro: tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja; as portas do inferno não prevalecerão contra ela. Eu te darei as chaves do Reino dos céus: tudo o que ligares na terra será ligado nos céus, e tudo o que desligares na terra será desligado nos céus. (Mt 16, 18-19)

Se me amais, guardareis os meus mandamentos. E eu rogarei ao Pai, e ele vos dará outro Paráclito, para que fique eternamente convosco. É o Espírito da Verdade, que o mundo não pode receber, porque não o vê nem o conhece, mas vós o conhecereis, porque permanecerá convosco e estará em vós. (Jo 14,15-17)

Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a toda criatura. Quem crer e for batizado será salvo, mas quem não crer será condenado. Estes milagres acompanharão os que crerem: expulsarão os demônios em meu nome, falarão novas línguas (...) Os discípulos partiram e pregaram por toda parte. O Senhor cooperava com eles e confirmava a sua palavra com os milagres que a acompanhavam. (Mc 16,15-17.20)

Quem vos ouve, a mim ouve; e quem vos rejeita, a mim rejeita; e quem me rejeita, rejeita aquele que me enviou. Voltaram alegres os setenta e dois, dizendo: Senhor, até os demônios se nos submetem em teu nome! (Lc 10,16s)

Vós, porém, sois uma raça escolhida, um sacerdócio régio, uma nação santa, um povo adquirido para Deus, a fim de que publiqueis as virtudes daquele que das trevas vos chamou à sua luz maravilhosa. (1Pd 2,9)

Padres da Igreja

Atrevem-se estes cismáticos a dirigir-se à cátedra de Pedro (Roma), a esta Igreja principal de onde se origina o sacerdócio (...), esquecidos de que os romanos não podem errar na fé. (Cipriano de Cartago, Epístola 59)

O Senhor diz a Pedro: 'Eu te digo que és Pedro e sobre esta pedra edificarei minha Igreja e as portas do Inferno não prevalecerão contra ela. Dar-te-ei as chaves do reino dos céus...' O Senhor edifica a sua Igreja sobre um só, embora conceda igual poder a todos os Apóstolos depois de sua ressurreição, dizendo: 'Assim como o Pai me enviou, eu os envio. Recebei o Espírito Santo; se perdoardes os pecados de alguém, ser-lhes-ão perdoados; se os retiverdes, ser-lhes-ão retidos'. No entanto, para manifestar a unidade, dispõe por sua autoridade a origem desta mesma unidade partindo de um só. Sem dúvida, os demais Apóstolos eram, como Pedro, dotados de igual participação na honra e no poder; mas o princípio parte da unidade para que se demonstre ser única a Igreja de Cristo (...) Julga conservar a fé quem não conserva esta unidade da Igreja? Confia estar na Igreja quem se opõe e resiste à Igreja? Confia estar na Igreja

quem abandona a cátedra de Pedro sobre a qual está fundada a Igreja? (Cipriano de Cartago, Da Unidade da Igreja)

A nenhum outro quero seguir e estar em comunhão, senão com Cristo e com vossa beatitude, isto é, com a cátedra de Pedro. Eu sei que sobre esta pedra a Igreja foi construída e quem come o Cordeiro fora desta Casa é profano. Quem não estiver na arca de Noé, isto é, em comunhão com esta cátedra, perecerá quando a inundação prevalecer. (Jerônimo, Epístola ao Papa Dâmaso, 15,2)

Capítulo XXI: Creio na remissão dos pecados

33. O batismo é verdadeiro sacramento instituído por Jesus Cristo



Jesus se deixou batizar por João, no rio Jordão, no início de sua missão aqui na terra; ensinou que o batismo é condição essencial para entrar no Reino dos Céus e

determinou à sua Igreja que fosse a todos os homens e nações, a fim de ensinar-lhes o evangelho e batizá-los, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

Com a instituição do batismo, confiado à sua Igreja, Jesus deixa aos homens um sacramento ao mesmo tempo de iniciação à vida cristã, mas também de salvação (ingresso no Reino de Deus). Aceitando o batismo, o fiel expressa a sua adesão a Cristo e à sua Igreja.

É por intermédio da Igreja que recebemos, pelo batismo, a fé e a vida nova no Cristo: “Que pedes à Igreja de Deus?”, pergunta o ministro do batismo ao catecúmeno, que responde: “A fé.” “E que te dá a fé?” “A vida eterna.”

O batismo é o nosso novo nascimento, para uma “nova” mãe, a Igreja, e para um “novo” Pai, Deus. Pela graça do Batismo “em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo” somos livres do pecado original e chamados a compartilhar da vida da Santíssima Trindade, já, aqui na terra, na vivência da fé, e para além da morte, junto a Deus.

Assim como no batismo de Jesus a voz do Pai é ouvida

chamando-o como seu Filho bem-amado, no nosso batismo também o Pai nos chama para sermos seus filhos.

Concílio de Florença

O primeiro de todos os sacramentos é o batismo, porta de ingresso à vida espiritual; por meio dele nos tornamos membros de Cristo e do corpo da Igreja (...) se não renascermos da água e do Espírito, não poderemos, como diz a verdade, entrar no Reino de Deus. (...) De fato, a causa principal da qual o batismo tira sua eficácia é a santa Trindade (...) Efeito deste sacramento é a remissão de toda culpa original e atual e de toda pena relativa. (DS 1314 e 1316)

Concílio de Trento

Se alguém disser que os Sacramentos da nova Lei não foram todos instituídos por nosso Senhor Jesus Cristo; ou que são mais ou menos do que sete, a saber: batismo, confirmação, Eucaristia, penitência, extrema-unção, ordem e matrimônio, ou que algum destes não é sacramento no sentido verdadeiro e próprio: seja anátema. (DS 1601)

Se alguém nega que pela graça de Jesus Cristo nosso senhor, conferida no batismo, é tirada a condições de réu (proveniente) do pecado original (...): seja anátema. (DS 1515)

Catecismo da Igreja Católica

Pelo Batismo, o cristão é sacramentalmente assimilado a Jesus, que antecipa em seu Batismo a sua Morte e a sua Ressurreição; deve entrar neste mistério de rebaixamento humilde e de arrependimento, descer à água com Jesus para subir novamente com ele, renascer da água e do Espírito para tornar-se, no Filho, filho bem-amado do Pai e “viver em uma vida nova” (Rm 6,4). (CIC 537)

Sagradas Escrituras

Jesus replicou-lhe: Em verdade, em verdade te digo: quem não

nascer de novo não poderá ver o Reino de Deus. Nicodemos perguntou-lhe: Como pode um homem renascer, sendo velho? Porventura pode tornar a entrar no seio de sua mãe e nascer pela segunda vez? Respondeu Jesus: Em verdade, em verdade te digo: quem não nascer da água e do Espírito não poderá entrar no Reino de Deus. O que nasceu da carne é carne, e o que nasceu do Espírito é espírito. Não te maravilhes de que eu te tenha dito: Necessário vos é nascer de novo. (Jo 3,3-7)

Ide, pois, e ensinai a todas as nações; batizai-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. (Mt 28,19)

Ou ignorais que todos os que fomos batizados em Jesus Cristo, fomos batizados na sua morte? Fomos, pois, sepultados com ele na sua morte pelo batismo para que, como Cristo ressurgiu dos mortos pela glória do Pai, assim nós também vivamos uma vida nova. Se fomos feitos o mesmo ser com ele por uma morte semelhante à sua, sê-lo-emos igualmente por uma comum ressurreição. (Rm 6,3-5)

Padres da Igreja

Quanto ao batismo, batizai assim: depois de terdes ensinado ao que precede, batizai em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo, em água corrente; se não existe água corrente, batize-se em outra água. (Didaqué)

O Batismo foi instituído, quanto a sua matéria, quando Cristo se fez batizar, e quanto à sua forma quando o Senhor ressuscitou e nos deu essa forma (cf. Mt. 28,19); quanto a seu efeito: quando Jesus padeceu, pela paixão, o Batismo recebe toda sua virtude, e a seu fim, quando predisse sua necessidade e suas vantagens: 'Respondeu Jesus: 'Em verdade, em verdade vos digo, aquele que não nascer da água e do Espírito não entrará no Reino de Deus' (cf. Jo 3,5). (São Boaventura)

O batismo nos concede a graça do novo nascimento em Deus Pai por meio do seu Filho no Espírito Santo. Pois os que têm o Espírito de Deus são conduzidos ao Verbo, isto é, ao Filho; mas o Filho os apresenta ao Pai, e o Pai lhes concede a incorruptibilidade. Portanto, sem o Espírito Santo não é possível ver o Filho de Deus e, sem o Filho, ninguém pode aproximar-se

do Pai, pois o conhecimento do Pai é o Filho, e o conhecimento do Filho de Deus se faz pelo Espírito Santo. (Ireneu de Lyon, Dem. 7)

A Igreja recebeu dos Apóstolos a Tradição de dar o batismo também aos recém-nascidos. (Orígenes, Epístola aos Romanos 55,5.9)

Sepultemo-nos com Cristo pelo batismo, para ressuscitarmos com Ele; desçamos com ele, para sermos elevados com Ele; subamos novamente com ele, para sermos glorificados Nele. (Gregório Nazianzeno, Or. 40,9)

Tudo o que aconteceu com Cristo dá-nos a conhecer que, depois da imersão na água, o Espírito Santo voa sobre nós do alto do Céu e que, adotados pela Voz do Pai, nos tornamos filhos de Deus. (Hilário de Poitiers, Mat. 2)

34. A Confirmação é verdadeiro e próprio sacramento

A Confirmação, ou Crisma, consiste na imposição das mãos e na oração que tem como efeito a comunicação do Espírito Santo ao crismando. Os Apóstolos eram conscientes que efetuavam um rito sacramental.

Jesus, embora os Evangelhos não narrem, certamente batizou seus Apóstolos durante o período em que esteve com eles[235] e, depois, em Pentecostes, enviou-lhes o Espírito Santo Paráclito.



Assim, o Crisma segue o Batismo e o confirma. Ambos são não um único sacramento, mas sacramentos distintos.

Crisma é uma palavra que vem do grego “*chrisma*”, que indica o “óleo que unge”. A palavra é próxima da palavra “*christus*”, Cristo, que significa “o ungido”. O “nome” do óleo deu origem ao nome do sacramento.

Jesus, no seu batismo no Jordão, foi, logo após, ungido pelo

Espírito Santo.

Nos primeiros séculos do cristianismo, o sacramento do crisma era administrado na sequência do batismo, sendo chamado também de confirmação. É assim até hoje nas Igrejas orientais. Pela graça do crisma o batizado se torna um “soldado” de Jesus Cristo. O crisma é por assim dizer o acabamento do batismo. A palavra “confirmação”, sinônimo de “crisma”, significa justamente: corroboração, fortalecimento.

O crisma imprime em nossa alma um sinal indelével chamado “caráter” e, embora não seja absolutamente necessário para a salvação, como o é o batismo, todo batizado deve também receber o crisma. Quem não o recebe por culpa própria, peca por fazer pouco caso do Espírito Santo e de seus dons.

O nome Confirmação decorre tanto do fato que é através do crisma que confirmamos o nosso Batismo (*‘Eu quero ser Filho de Deus e assumir a minha missão de evangelizar!’*), quanto pelo fato de a Igreja, através dos Bispos, repetindo o que faziam os Apóstolos, confirmar o batismo recebido pelos fiéis.

No sacramento da Crisma recebemos os dons do Espírito Santo: Sabedoria, Entendimento, Conselho, Fortaleza, Piedade, Ciência e Temor de Deus, dons que nos aproximam de nossa vocação à Santidade.

Concílio de Florença

O efeito do sacramento da confirmação, já que por ele é conferido pelo Espírito Santo para a fortaleza, como foi dada aos Apóstolos no dia de Pentecostes, é que o cristão possa corajosamente confessar o nome de Cristo. (DS 1319)

Concílio de Trento

Se alguém disser que os Sacramentos da nova Lei não foram todos instituídos por nosso Senhor Jesus Cristo; ou que são mais

ou menos do que sete, a saber: batismo, confirmação, Eucaristia, penitência, extrema-unção, ordem e matrimônio, ou que algum destes não é sacramento no sentido verdadeiro e próprio: seja anátema. (DS 1601)

Se alguém disser que a confirmação dos batizados é uma cerimônia inútil e não um verdadeiro e próprio sacramento (...): seja anátema. (DS 1628)

Catecismo da Igreja Católica

Juntamente com o Batismo e a Eucaristia, o sacramento da Confirmação constitui o conjunto dos ‘sacramentos da iniciação crista’ cuja unidade deve ser salvaguardada. Por isso, é preciso explicar aos fiéis que a recepção deste sacramento é necessária à consumação da graça batismal. Com efeito, pelo sacramento da Confirmação (os fiéis) são vinculados mais perfeitamente à Igreja, enriquecidos de força especial do Espírito Santo, e assim mais estritamente obrigados à fé que, como verdadeiras testemunhas de Cristo, devem difundir e defender tanto por palavras como por obras. (CIC 1285)

Sagradas Escrituras

(...) mas descerá sobre vós o Espírito Santo e vos dará força; e sereis minhas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judéia e Samaria e até os confins do mundo. (...) Apareceu-lhes então uma espécie de línguas de fogo que se repartiram e pousaram sobre cada um deles. Ficaram todos cheios do Espírito Santo e começaram a falar em línguas, conforme o Espírito Santo lhes concedia que falassem. (At 1,8; 2,3-4)

Os Apóstolos que se achavam em Jerusalém, tendo ouvido que a Samaria recebera a palavra de Deus, enviaram-lhe Pedro e João. Estes, assim que chegaram, fizeram oração pelos novos fiéis, a fim de receberem o Espírito Santo, visto que não havia descido ainda sobre nenhum deles, mas tinham sido somente batizados em nome do Senhor Jesus. Então os dois Apóstolos lhes impuseram as mãos e receberam o Espírito Santo. (At 8,14-17)

Ouvindo isso, foram batizados em nome do Senhor Jesus. E quando Paulo lhes impôs as mãos, o Espírito Santo desceu sobre eles (...) (At 19,5-6a)

Padres da Igreja

Este Sacramento concede aos batizados a fortaleza do Espírito Santo para que se consolidem interiormente em sua vida sobrenatural e confessem exteriormente com valentia sua fé em Jesus Cristo. (Tomás de Aquino)

E tu, não queres ser ungido com o óleo de Deus? Nós nos chamamos cristãos porque nos unguimos com o óleo de Deus. (Inácio de Antioquia, A Autólico 1,12)

A carne é ungida para que a alma possa ser consagrada; a carne é marcada para que a alma possa ser fortalecida; a carne é ofuscada pela imposição das mãos para que a alma possa ser esclarecida com o Espírito. (Tertuliano de Cartago, Da Ressurreição da Carne 8,2-3)

Acolhendo o presbítero cada um dos que recebem o batismo, ordene-lhe renunciar dizendo: ‘Renuncio a ti, Satanás, a todo o teu serviço e a todas as tuas obras’. (...) Depois, derramando óleo santificado na mão e pondo-a sobre sua cabeça, diga o Bispo: ‘Eu te unjo com o óleo santo, no Senhor Pai Onipotente e em Jesus Cristo e no Espírito Santo’. Marcando-o na fronte com o sinal da cruz, ofereça-lhe o ósculo e diga: ‘O senhor esteja contigo’. Responda aquele que foi marcado: ‘E com o teu Espírito’. Assim proceda com cada um.” (Hipólito de Roma, Tradição Apostólica) [\[236\]](#)

35. A Eucaristia é verdadeiro e próprio Sacramento instituído por Jesus Cristo

A instituição do Sacramento da Eucaristia por Jesus Cristo é fato testemunhado pelos evangelhos de Mateus, Marcos e Lucas, e confirmada pelos Apóstolos João e Paulo. O comando é direto, sem rodeios, sem metáforas: “Tomai, comei o meu corpo e bebei o meu

sangue... em memória de Mim”.



Assim é, pois, que a celebração eucarística é a recordação do mistério pascal de Cristo, que a Igreja faz diariamente em razão do comando que Ele nos deu na última ceia.

A Eucaristia, centro da vida da Igreja,[\[237\]](#) é também alimento espiritual da alma, comunhão com Cristo e porta para a vida eterna, antídoto pelo qual somos libertados das culpas cotidianas e preservados dos pecados mortais (DS 1638).

Jesus é o Pão da Vida (Jo 6,48). Mas este pão não é um alimento qualquer, é o próprio Senhor que nos alimenta com seu corpo e seu sangue. Receber o sacramento “tremendo e santíssimo” da Eucaristia (ou seja, “comungar”) sem estar devidamente preparado é falta gravíssima.

Assim, todas as vezes que comeis desse pão e bebeis desse cálice lembrais a morte do Senhor, até que venha. Portanto, todo aquele que comer o pão ou beber o cálice do Senhor indignamente será culpável do corpo e do sangue do Senhor. Que cada um se examine a si mesmo, e assim coma desse pão e beba desse cálice. Aquele que o come e o bebe sem distinguir o corpo do Senhor, come e bebe a sua própria condenação. (1Co 26-29)

Concílio de Trento

Se alguém disser que os Sacramentos da nova Lei não foram todos instituídos por nosso Senhor Jesus Cristo; ou que são mais

ou menos do que sete, a saber: batismo, confirmação, eucaristia, penitência, extrema-unção, ordem e matrimônio, ou que algum destes não é sacramento no sentido verdadeiro e próprio: seja anátema. (DS 1601)

Se alguém negar que, no sacramento da santíssima Eucaristia, está contido verdadeira, real e substancialmente o corpo e o sangue, juntamente com a alma e a divindade de nosso Senhor Jesus Cristo, e, portanto, o Cristo inteiro, mas disser que só estão como que em um sinal ou em figura ou na eficácia: seja anátema. (DS 1651)

Catecismo da Igreja Católica

Jesus expressou de modo supremo a oferta livre de si mesmo na refeição que tomou com os Doze Apóstolos na ‘noite em que foi entregue’ (1Co 11,23). Na véspera de sua Paixão, quando ainda estava em liberdade, Jesus fez desta Última Ceia com seus Apóstolos o memorial de sua oferta voluntária ao Pai, pela salvação dos homens (...) A Eucaristia que instituiu naquele momento será o ‘memorial’ de seu sacrifício. Jesus inclui os Apóstolos em sua própria oferta e lhes pede que a perpetuem. Com isso, institui seus Apóstolos sacerdotes da Nova Aliança: ‘Por eles, a mim mesmo me santifico, para que sejam santificados na verdade’(Jo 17,19). (CIC 610 e 611)

A Eucaristia é ‘fonte e ápice de toda a vida cristã’. Os demais sacramentos, assim como todos os ministérios eclesiais e tarefas apostólicas, se ligam à sagrada Eucaristia e a ela se ordenam. Pois a santíssima Eucaristia contém todo o bem espiritual da Igreja, a saber, o próprio Cristo, nossa Páscoa. A comunhão de vida com Deus e a unidade do povo de Deus, pelas quais a Igreja é ela mesma, a Eucaristia as significa e as realiza. Nela está o clímax tanto da ação pela qual, em Cristo, Deus santifica o mundo, como do culto que no Espírito Santo os homens prestam a Cristo e, por ele, ao Pai. Finalmente, pela Celebração Eucarística já nos unimos à liturgia do céu e antecipamos a vida eterna, quando Deus será tudo em todos. (CIC 1324 a 1326)

Sagradas Escrituras

Durante a refeição, Jesus tomou o pão e, depois de o benzer, partiu-o e deu-lho, dizendo: Tomai, isto é o meu corpo. Em seguida, tomou o cálice, deu graças e apresentou-lho, e todos dele beberam. E disse-lhes: Isto é o meu sangue, o sangue da aliança, que é derramado por muitos. (Mc 14,22-24)

Durante a refeição, Jesus tomou o pão, benzeu-o, partiu-o e o deu aos discípulos, dizendo: Tomai e comei, isto é meu corpo. Tomou depois o cálice, rendeu graças e deu-lho, dizendo: Bebei dele todos, porque isto é meu sangue, o sangue da Nova Aliança, derramado por muitos homens em remissão dos pecados. (Mt 26,26-28)

Tomou em seguida o pão e depois de ter dado graças, partiu-o e deu-lho, dizendo: Isto é o meu corpo, que é dado por vós; fazei isto em memória de mim. Do mesmo modo tomou também o cálice, depois de cear, dizendo: Este cálice é a Nova Aliança em meu sangue, que é derramado por vós (...) (Lc 22,19-20)

Em verdade, em verdade vos digo: quem crê em mim tem a vida eterna. Eu sou o pão da vida. Vossos pais, no deserto, comeram o maná e morreram. Este é o pão que desceu do céu, para que não morra todo aquele que dele comer. Eu sou o pão vivo que desceu do céu. Quem comer deste pão viverá eternamente. E o pão, que eu hei de dar, é a minha carne para a salvação do mundo. A essas palavras, os judeus começaram a discutir, dizendo: Como pode este homem dar-nos de comer a sua carne? Então Jesus lhes disse: Em verdade, em verdade vos digo: se não comerdes a carne do Filho do Homem, e não beberdes o seu sangue, não tereis a vida em vós mesmos. Quem come a minha carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna; e eu o ressuscitarei no último dia. Pois a minha carne é verdadeiramente uma comida e o meu sangue, verdadeiramente uma bebida. Quem come a minha carne e bebe o meu sangue permanece em mim e eu nele. Assim como o Pai que me enviou vive, e eu vivo pelo Pai, assim também aquele que comer a minha carne viverá por mim. Este é o pão que desceu do céu. Não como o maná que vossos pais comeram e morreram. Quem

come deste pão viverá eternamente. (Jo 6, 47-58)

Eu recebi do Senhor o que vos transmiti: que o Senhor Jesus, na noite em que foi traído, tomou o pão, depois de ter dado graças, partiu-o e disse: Isto é o meu corpo, que é entregue por vós; fazei isto em memória de mim. Do mesmo modo, depois de haver ceado, tomou também o cálice, dizendo: Este cálice é a Nova Aliança no meu sangue; todas as vezes que o beberdes, fazei-o em memória de mim. Assim, todas as vezes que comeis desse pão e bebeis desse cálice lembrais a morte do Senhor, até que venha. Portanto, todo aquele que comer o pão ou beber o cálice do Senhor indignamente será culpável do corpo e do sangue do Senhor. Que cada um se examine a si mesmo, e assim coma desse pão e beba desse cálice. Aquele que o come e o bebe sem distinguir o corpo do Senhor, come e bebe a sua própria condenação. (1Co 11,23-25)

Padres da Igreja

Nosso corpo unido ao Corpo de Cristo adquire um princípio de imortalidade porque se une ao Imortal. (Gregório de Nissa)

Jesus confiou-nos Seu corpo e Seu sangue no pão e no vinho, reduzidos num só e de várias maneiras. O que há de significativo em comer daquela Comida e beber daquela Bebida é que sobrevivemos em Cristo e temos Cristo ressuscitado em nós. (Agostinho de Hipona, Tratado sobre João 26,11)

Não sinto prazer pela comida corruptível, nem me atraem os prazeres desta vida. Desejo o Pão de Deus, que é a Carne de Jesus Cristo, e por bebida desejo o Sangue Dele, que é o amor incorruptível. (Inácio de Antioquia, Carta aos Romanos 7,3)

Este alimento se chama entre nós ‘Eucaristia’, da qual ninguém pode participar a não ser que creia serem verdadeiros nossos ensinamentos e se tenha lavado no banho (batismo) que traz a remissão dos pecados e a regeneração, e vive conforme Cristo nos ensinou. (...) Foi isso que os Apóstolos nas memórias por eles escritas, que se chamam ‘Evangelhos’, nos transmitiram que assim foi ordenado a eles, quando Jesus, tomando o pão e dando graças, disse: ‘Fazei isto em memória de Mim. Isto é o meu corpo’; e igualmente, tomando o cálice e dando graças,

disse: ‘ Isto é o meu sangue’. (Justino Mártir, 1ª Apologia 66,1-3)

É a verdadeira carne de Cristo que foi crucificada, que foi sepultada; portanto, é de fato o sacramento da carne dele. (Papa Leão I)

36. Cristo está presente no sacramento do altar pela transubstanciação de toda a substância do pão em seu corpo e toda substância do vinho em seu sangue



[238]

Transubstanciação é a conversão de uma substância em outra. No caso da Eucaristia, as substâncias do pão e do vinho deixam de existir e, em seus lugares surgem o verdadeiro corpo e o verdadeiro sangue de Jesus Cristo. A Transubstanciação é uma conversão única e milagrosa, na qual tanto a matéria quanto a forma do pão e do vinho são convertidas, mas os ‘acidentes’ não mudam, pois continuamos vendo o pão e o vinho, embora já sejam realmente as substâncias do corpo, o sangue, a alma e a divindade reais de Cristo.

Outra característica desse Mistério é que tanto o corpo quanto o sangue se acham inteiros nas espécies eucarísticas. Cada hóstia ou cada gota de vinho contém tanto o corpo inteiro de Jesus quanto todo o seu sangue, pois Cristo é Deus, indiviso e indivisível.

Mesmo quando o celebrante fraciona a hóstia, ou divide o conteúdo do cálice que contem o sangue, cada partícula resultante é inteira corpo e sangue de Cristo.

A presença eucarística de Cristo começa no momento da consagração, por meio da qual a transubstanciação é operada, e dura enquanto subsistirem as espécies eucarísticas. Sob as espécies consagradas do pão e do vinho, Cristo em pessoa, seu corpo e seu sangue, com sua alma e sua divindade está verdadeiramente presente, vivo e glorioso.

Concílio de Trento

Se alguém disser que, no sacrossanto sacramento da Eucaristia, permanece a substância do pão e do vinho, juntamente com o corpo e o sangue de nosso Senhor Jesus Cristo, e negar aquela admirável e singular mudança de toda a substância do pão no corpo e do vinho em Corpo e Sangue, permanecendo apenas as espécies de pão e de toda a substância do vinho no sangue, permanecendo só as espécies de pão e vinho – mudança que a Igreja chama com muita propriedade transubstanciação: seja anátema. (DS 1652)

Se alguém negar que, no admirável sacramento da Eucaristia, feita a separação das espécies, está contido o Cristo inteiro sob cada espécie e sob cada parte de cada espécie: seja anátema. (DS 1653)

O Santo Sínodo declara ademais: embora nosso Redentor, como se disse antes, tenha instituído e transmitido aos Apóstolos na última Ceia este sacramento sob duas espécies, deve-se contudo professar que também sob uma só espécie é recebido o Cristo todo e inteiro, bem como o sacramento verdadeiro, e por isso, no que diz respeito ao fruto, os que recebem uma só espécie não são privados de nenhuma graça necessária à salvação. (DS 1729)

Catecismo da Igreja Católica

Cristo Jesus, aquele que morreu, ou melhor, que ressuscitou,

aquele que está à direita de Deus e que intercede por nós (Rm 8,34), está presente de múltiplas maneiras em sua Igreja: em sua Palavra, na oração de sua Igreja, 'lá onde dois ou três estão reunidos em meu nome' (Mt 18,20), nos pobres, nos doentes, nos presos, em seus sacramentos, dos quais ele é o autor, no sacrifício da missa e na pessoa do ministro. Mas sobretudo está presente sob as espécies eucarísticas. (CIC 1373)

O modo de presença de Cristo sob as espécies eucarísticas é único. Ele eleva a Eucaristia acima de todos os sacramentos e faz com que ela seja "como que o coroamento da vida espiritual e o fim ao qual tendem todos os sacramentos". No santíssimo sacramento da Eucaristia estão contidos verdadeiramente, realmente e substancialmente o Corpo e o Sangue juntamente com a alma e a divindade de Nosso Senhor Jesus Cristo e, por conseguinte, o Cristo todo. Esta presença chama-se 'real' não por exclusão, como se as outras não fossem 'reais', mas por antonomásia, porque é substancial e porque por ela Cristo, Deus e homem, se toma presente completo. (CIC 1374)

É ela conversão do pão e do vinho no Corpo e no Sangue de Cristo que este se torna presente em tal sacramento. Os Padres da Igreja afirmaram com firmeza a fé da Igreja na eficácia da Palavra de Cristo e da ação do Espírito Santo para operar esta conversão. (CIC 1375)

Sagradas Escrituras

Durante a refeição, Jesus tomou o pão e, depois de benzê-lo, o partiu e deu-lhes, dizendo: Tomai, isto é o meu corpo. Em seguida, tomou o cálice, deu graças e o apresentou-lhes, e todos dele beberam. E disse-lhes: Isto é o meu sangue, o sangue da aliança, que é derramado por muitos. (Mc 14,22-24)

Tomou em seguida o pão e depois de ter dado graças, o partiu e deu-lhes, dizendo: Isto é o meu corpo, que é dado por vós; fazei isto em memória de mim. Do mesmo modo tomou também o cálice, depois de cear, dizendo: Este cálice é a Nova Aliança em meu sangue, que é derramado por vós (...) (Lc 22,19-20)

Padres da Igreja

O que vedes, amados irmãos, sobre a mesa do Senhor é o pão e o vinho. Mas este pão e este vinho, pela Palavra, tornam-se o Corpo e o Sangue do Verbo. (Agostinho de Hipona, Explicação da Missa aos Neófitos)

Não é o homem que faz com que as coisas oferecidas se tomem Corpo e Sangue de Cristo, mas o próprio Cristo, que foi crucificado por nós. O sacerdote, figura de Cristo, pronuncia essas palavras, mas sua eficácia e a graça são de Deus. Isto é o meu Corpo, diz ele. Estas palavras transformam as coisas oferecidas. (João Crisóstomo)

Estejamos bem persuadidos de que isto não é o que a natureza formou, mas o que a bênção consagrou, e que a força da bênção supera a da natureza, pois pela bênção a própria natureza muda. Por acaso a palavra de Cristo, que conseguiu fazer do nada o que não existia, não poderia mudar as coisas existentes naquilo que ainda não eram? Pois não é menos dar às coisas a sua natureza primeira do que mudar a natureza delas. (Ambrósio)

37. A Igreja recebeu de Cristo o poder de perdoar os pecados cometidos após o Batismo

O batismo é o primeiro grande sacramento do perdão dos pecados. Por ele, não só somos inseridos na Igreja, a grande família de Deus, como temos nossas culpas perdoadas. Mas é praticamente impossível ao fiel não pecar mais após o seu batismo, pois a graça desse sacramento não livra a natureza humana de cometer pecados.

Como o batismo é sacramento que não se repete, quis e soube nosso Senhor nos possibilitar outro caminho para recuperarmos a graça do Pai. Para que o batizado possa se reconciliar com Deus, e também com a própria Igreja,[\[239\]](#) nosso Senhor instituiu o Sacramento do Perdão (Confissão ou Penitência).

O Senhor, como desejasse que as coisas que Ele realizava a favor dos homens continuassem a ser realizadas depois que ele

subisse para o Pai, transferiu a seus Apóstolos, e aos sucessores deles, ou seja, transferiu à sua Igreja o seu poder de perdoar os pecados.

O Senhor quer que seus discípulos tenham um poder imenso: quer que seus pobres servidores realizem em Seu nome tudo o que havia feito quando estava na terra. (Ambrósio de Milão, Sobre a Penitência 1,3,4)

Entre essas coisas, está o poder de perdoar os pecados, assim como Jesus tinha perdoado os pecados durante sua vida terrena. Mas esse poder não foi concedido aos Apóstolos como carisma pessoal, mas sim à Igreja como instituição, transmitido aos sucessores dos Apóstolos ao longo dos séculos.

É um erro crer que os pecados podem ser confessados diretamente a Deus. Fosse assim, Jesus nos teria dito. Mas ele expressou claramente que os pecados serão perdoados através da Igreja, e somente através dela, pois ninguém mais recebeu dele tal poder.

Concílio de Trento

Se alguém disser que o homem, uma vez justificado, não pode mais pecar, nem perder a graça, e que, conseqüentemente, quem cai e peca nunca foi devidamente justificado; ou, ao contrário, que o homem pode por toda a vida evitar todo pecado, mesmo venial, sem que seja por especial privilégio de Deus, como a Igreja crê a respeito da bem-aventurada Virgem: será anátema. (DS 1573)

O Senhor instituiu o sacramento da penitência principalmente naquela ocasião em que, ressuscitado dos mortos, soprou sobre os Apóstolos dizendo: ‘Recebei o Espírito Santo; a quem perdoardes os pecados, lhes serão perdoados; a quem os retiverdes, lhes serão retidos’. Por esta ação tão insigne e palavras tão clara, o consenso de todos os Padres entendeu sempre ter sido comunicado aos Apóstolos e seus legítimos

sucessores o poder de perdoar e de reter os pecados, para reconciliar os fiéis que caíram em culpa após o batismo. (DS 1670)

Se alguém disser que a penitência na Igreja Católica não é, no sentido verdadeiro e próprio, um sacramento instituído por nosso Senhor Jesus Cristo para reconciliar os fiéis com Deus, todas as vezes que depois do batismo caírem em pecados: seja anátema. (DS 1701)

Catecismo da Igreja Católica

Cristo instituiu o sacramento da Penitência para todos os membros pecadores de sua Igreja, antes de tudo para aqueles que, depois do Batismo, cometeram pecado grave e com isso perderam a graça batismal e feriram a comunhão eclesial. E a eles que o sacramento da Penitência oferece uma nova possibilidade de converter-se e de recobrar a graça da justificação. Os Padres da Igreja apresentam este sacramento como ‘a segunda tábua (de salvação) depois do naufrágio’ que é a perda da graça. (CIC 1446)

A fórmula da absolvição em uso na Igreja latina exprime os elementos essenciais deste sacramento: o Pai das misericórdias é a fonte de todo perdão. Ele opera a reconciliação dos pecadores pela páscoa de seu Filho e pelo dom de seu Espírito, por meio da oração e ministério da Igreja: ‘Deus, Pai de misericórdia, que, pela Morte e Ressurreição de seu Filho, reconciliou o mundo consigo e enviou o Espírito Santo para remissão dos pecados, te conceda, pelo ministério da Igreja, o perdão e a paz. E eu te absolvo dos teus pecados, em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo’. (CIC 1449)

Como Cristo confiou a seus Apóstolos o ministério da Reconciliação, os Bispos, seus sucessores, e os presbíteros, colaboradores dos Bispos, continuam a exercer esse ministério. De fato, são os Bispos e os presbíteros que têm, em virtude do sacramento da Ordem, o poder de perdoar todos os pecados ‘em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo’. (CIC 1461)

Sagradas Escrituras

E eu te declaro: tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja; as portas do inferno não prevalecerão contra ela. Eu te darei as chaves do Reino dos céus: tudo o que ligares na terra será ligado nos céus, e tudo o que desligares na terra será desligado nos céus. (Mt 16,18-19)

A paz esteja convosco! Como o Pai me enviou, assim também eu vos envio a vós. Depois dessas palavras, soprou sobre eles dizendo-lhes: Recebei o Espírito Santo. Àqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados, àqueles a quem os retiverdes, ser-lhes-ão retidos. (Jo 20,21-23)

Padres da Igreja

Não se perdoa o pecado sem a restituição do roubado. (Agostinho de Hipona, Carta a Macedônio)

Ninguém diga de si para consigo mesmo: ‘Faço penitência às ocultas, na presença do Senhor. Deus sabe o que me vai na alma e dar-me-á o perdão’. Seriam então infundadas aquelas palavras: ‘O que desligardes na terra será desligado também no céu?’. Será que as chaves foram confiadas inutilmente à Igreja de Deus? (Agostinho de Hipona, Sermão 392)

Os Apóstolos receberam, pois, do Espírito Santo para desligar os pecadores da cadeia de seus pecados. Deus fê-los participantes de Seu direito de julgar; e eles julgam em Seu nome e em Seu lugar. Ora, como os Bispos são sucessores dos Apóstolos, eles têm o mesmo direito. (Papa Gregório I de Roma)

O pecador, ao confessar sincera e contritamente os seus pecados, é como Lázaro: já vive, mas ainda está preso às ataduras de seus pecados. Precisa, pois, que o sacerdote lhas corte; e cortando-as, o absolva dos pecados. (Papa Gregório I de Roma)

Rogo-vos, irmãos, que cada qual confesse seus delitos enquanto vive neste século, enquanto pode confessar-se, enquanto o perdão e a penitência dados pelo sacerdote são gratos ao Senhor. (Cipriano de Cartago, Dos pecadores, 29)

38. A Confissão sacramental dos pecados está prescrita por direito divino e é necessária para a salvação



O poder de a Igreja reter ou perdoar os pecados não pode ser exercido se a ela não acorrer o penitente e os confessar. Aquele que vai receber a confissão, ou seja, o

sacerdote, não pode exercer o poder recebido diretamente de nosso Senhor se não conhecer a culpa e a disposição ao arrependimento daquele que procura o perdão de Deus.

A confissão é sempre individual e secreta, e exige o arrependimento e a disposição de reparar o erro, se for possível, e a de não mais cometê-lo.

O sacramento da confissão recebe também os nomes de sacramento da conversão, sacramento da penitência, sacramento do perdão e sacramento da reconciliação.

Carta “*Magna Indignatione*”, de 6 de março de 459, do Papa Leão Magno, contra os abusos da confissão pública:

Não se proclame em público, da penitência que os fiéis solicitam, a declaração escrita em documento referente ao gênero dos diversos pecados, porque basta que a culpa das consciências seja manifestada só aos sacerdotes em confissão secreta. (DS 323)

Concílio de Latrão IV

Cada fiel, de um e de outro sexo, chegando à idade da razão, confesse lealmente, sozinho, todos os seus pecados a seu próprio sacerdote, ao menos uma vez ao ano, e se aplique a cumprir, segundo suas forças, a penitência que lhe foi imposta;

receba com reverência ao menos pela Páscoa o sacramento da Eucaristia. (DS 812)

Concílio de Florença

O efeito desse sacramento é a absolvição dos pecados. (DS 1323)

Concílio de Trento

Se alguém disser que os Sacramentos da nova Lei não foram todos instituídos por nosso Senhor Jesus Cristo; ou que são mais ou menos do que sete, a saber: batismo, confirmação, Eucaristia, penitência, extrema-unção, ordem e matrimônio, ou que algum destes não é sacramento no sentido verdadeiro e próprio: seja anátema. (DS 1601)

O Senhor instituiu o sacramento da penitência principalmente naquela ocasião em que, ressuscitado dos mortos, soprou sobre os Apóstolos dizendo: ‘Recebei o Espírito Santo; a quem perdoardes os pecados, lhes serão perdoados; a quem os retiverdes, lhes serão retidos’. (DS 1670)

Se alguém negar que a Confissão Sacramental foi instituída e é necessária para a salvação, por direito divino; ou disser que o modo de confessar em segredo, só ao sacerdote, que a Igreja desde o início sempre observou e ainda observa, é estranho à instituição de Cristo e não passa de invenção humana, seja anátema. (DS 1706)

Catecismo da Igreja Católica

Aqueles que se aproximam do sacramento da Penitência obtêm da misericórdia divina o perdão da ofensa feita a Deus e ao mesmo tempo são reconciliados com a Igreja que feriram pecando, e a qual colabora para sua conversão com caridade exemplo e orações. (CIC 1422)

Chama-se sacramento da Conversão, pois realiza sacramentalmente o convite de Jesus à conversão, o caminho de volta ao Pai, do qual a pessoa se afastou pelo pecado. Chama-se sacramento da Penitência porque consagra um esforço pessoal e

eclesial de conversão, de arrependimento e de satisfação do cristão pecador. (CIC 1423)

É chamado sacramento da Confissão porque a declaração, a confissão dos pecados diante do sacerdote é um elemento essencial desse sacramento. Num sentido profundo esse sacramento também é uma “confissão”, reconhecimento e louvor da santidade de Deus e de sua misericórdia para com o homem pecador. Também é chamado sacramento do perdão porque pela absolvição sacramental do sacerdote Deus concede ‘o perdão e a paz’. É chamado sacramento da Reconciliação porque dá ao pecador o amor de Deus que reconcilia. (CIC 1424)

Sagradas Escrituras

(Jesus) Depois dessas palavras, soprou sobre eles (os Apóstolos) dizendo-lhes: Recebei o Espírito Santo. Àqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhes-ão perdoados; àqueles a quem os retiverdes, ser-lhes-ão retidos. (Jo 20,22-23)

Porque é Deus que, em Cristo, reconciliava consigo o mundo, não levando mais em conta os pecados dos homens, e pôs em nossos lábios a mensagem da reconciliação. Portanto, desempenhamos o encargo de embaixadores em nome de Cristo, e é Deus mesmo que exorta por nosso intermédio. Em nome de Cristo vos rogamos: reconciliai-vos com Deus! (2Co 5,19-20)

Padres da Igreja

Se na Igreja não existisse a remissão dos pecados, não existiria nenhuma esperança, nenhuma perspectiva de uma vida eterna e de uma liberação eterna. Rendamos graças a Deus que deu à Sua Igreja tal dom. (Agostinho de Hipona)

Fazei penitência como é de costume na Igreja, se quereis que ela ore por vós. Ninguém diga: ‘Eu faço penitência secretamente diante de Deus. Ele sabe-o e perdoa-me, porque faço penitência em meu coração.’ Poderemos nós anular o Evangelho e a Palavra de Cristo? (Agostinho de Hipona)

Deus em sua infinita misericórdia, preparou dois remédios para

o pecado dos homens: O batismo e a penitencia. Pelo batismo nascemos para a vida da graça; pela penitencia recuperamo-lo, se tivermos a infelicidade de perdê-la. Todo cristão portanto, deve examinar sua consciência, não adiando dia- a -dia a sua conversão. Ninguém espere satisfazer a justiça de Deus na hora da morte. É um perigo para os fracos e ignorantes adiar a sua conversão para os últimos dias de sua vida. (Papa Leão I Magno)

Existe também uma remissão dos pecados realizada através da penitência, quando o pecador (...) não tem vergonha de declarar o seu pecado ao sacerdote do Senhor. (Orígenes de Alexandria, Homilia sobre o Levítico 2,4)

Os Apóstolos receberam pois, o Espírito Santo para desligar os pecadores da cadeia dos seus pecados. Deus fê-los participantes do seu direito de Julgar ; e eles julgam em Seu Nome e em Seu Lugar. Ora, como os Bispos são os sucessores dos Apóstolos têm o mesmo direito. (Papa Leão I Magno)

O pecador ao confessar sincera e contritamente os seus pecados, é como Lázaro: Já vive, mais ainda está ligado com as ataduras de seus pecados. Precisa de que o sacerdote as corte; e corte-as absolvendo-o. (Papa Leão I Magno)

39. A Unção dos Enfermos é verdadeiro e próprio sacramento instituído por Cristo



curavam os doentes (cf. Mc 6,13).

Com essa unção, a Igreja, a exemplo de Jesus, quer confortar os doentes, através do perdão dos pecados que lhes comunica a graça divina, mas também, quando convier à salvação espiritual, a

A prática da unção dos enfermos existe desde a formação da Igreja primitiva. O Senhor ainda estava conosco e já ele, junto com os Apóstolos, ungiam e

cura da doença.

Tiago, que a cita em sua Carta, menciona como deve a Igreja ministrar esse sacramento – pelo óleo e pela oração dos sacerdotes da Igreja, e “em nome” [240] do Senhor (cf. Tg 5,10).

Esse sacramento não é apenas uma “extrema unção”, pois não é exclusivo daqueles que, já desenganados, estão às portas da morte. Mas pode e deve ser ministrado aos fiéis que o aceitam livremente ou que, impossibilitados de se expressar ou consentir, o teriam aceitado quando estavam em uso daquelas faculdades, no caso de correrem perigo de morte por motivo de acidente, doença, debilidade física ou velhice.[241]

Pode ser aplicado novamente, se o doente, depois de ter convescido, recair em doença grave ou se, durante a mesma enfermidade, aumentar o perigo.[242] Todavia, àqueles que perseveram obstinadamente em pecado grave manifesto, não se deve administrar a unção dos doentes.[243]

Pio X, no Decreto “*Lamentabili*”, condenou a sentença modernista que dizia que o apóstolo Tiago, em sua carta, estava apenas recomendado um costume piedoso (DS 3448).

Concílio de Florença

O efeito (desse sacramento) é a saúde da mente e, se aproveita à alma, também a do corpo. (...) a oração feita com fé salvará o enfermo: o senhor o aliviará e, se estiver com pecado, lhe serão perdoados. (DS 1325)

Concílio de Trento (1545-1563)

Se alguém disser que a extrema-unção não é, no sentido verdadeiro e próprio, um sacramento instituído por Cristo, nosso Senhor, e promulgado pelo bem-aventurado Tiago Apóstolo, mas somente um rito recebido dos Padres ou uma criação humana: seja anátema. (DS 1716)

Se alguém disser que a sagrada unção dos enfermos não confere

a graça, nem perdoa os pecados, nem alivia os enfermos, mas já não tem vez, como se só outrora tivesse havido a graça das curas: seja anátema. (DS 1717)

Catecismo da Igreja Católica

O sacramento da Unção dos Enfermos tem por finalidade conferir uma graça especial ao cristão que está passando pelas dificuldades inerentes ao estado de enfermidade grave ou de velhice. (CIC 1527)

A graça especial do sacramento da Unção dos Enfermos tem como efeitos: a união do doente com a paixão de Cristo, para seu bem e o bem de toda a Igreja; o reconforto, a paz e a coragem para suportar cristãmente os sofrimentos da doença ou da velhice; o perdão dos pecados, se o doente não pode obtê-lo pelo sacramento da Penitência; o restabelecimento da saúde, se isso convier à salvação espiritual; e a preparação para a passagem à vida eterna. (CIC 1532)

Sagradas Escrituras

Expeliam numerosos demônios, ungiam com óleo a muitos enfermos e os curavam. (Mc 6,13)

Está alguém enfermo? Chame os sacerdotes da Igreja, e estes façam oração sobre ele, ungiendo-o com óleo em nome do Senhor. A oração da fé salvará o enfermo e o Senhor o restabelecerá. Se ele cometeu pecados, ser-lhe-ão perdoados. (Tg 5,14-15)

Padres da Igreja

Ó Deus que santificastes este óleo, concedendo a todos os que são ungidos e por ele recebem a santificação, como quando ungistes os reis, sacerdotes e profetas, assim concedei que ele possa dar fortaleza a todos os que dele se valem e saúde a todos os que o usam. (Hipólito de Roma, Tradição Apostólica 5,2)

Existe também uma remissão dos pecados realizada através da penitência, quando o pecador (...) não tem vergonha de declarar o seu pecado ao sacerdote do Senhor. E buscar um remédio (...)

Além disso, aqueles que estão também com setenta anos, se bem que árdua e sofredamente (...) Nessa caso deve ser realizado o que também o apóstolo Tiago diz: ‘Se, pois, alguém está enfermo, que chame o presbítero da Igreja para impor as mãos sobre ele, unguindo-o com óleo em nome do Senhor; e a oração da fé salvará o enfermo, e se ele está em pecados, esses lhe serão perdoados.’ (Orígenes de Alexandria, Homilia sobre o Levítico 2,4)

40. O Matrimônio é verdadeiro e próprio sacramento instituído por Cristo

O matrimônio é de origem divina, pois Deus criou os seres humanos macho e fêmea (cf. Gn. 1,27) e depositou neles o instinto de procriação. Deus abençoou o primeiro casal e lhes ordenou que se multiplicassem: “crescei e multiplicai, e povoai a terra” (Gn 1,28).



Cristo lembrou o verdadeiro sentido desse matrimônio instituído e abençoado por Deus, ao resgatar seu compromisso irrevogável de unidade, indissolubilidade e

fidelidade, elevando-o à dignidade de Sacramento.

Assim cremos que o casamento, que é único (é proibida a poligamia), é um sacramento verdadeiro e próprio, instituído por Cristo; é indissolúvel e irrevogável, aliança garantida pela fidelidade de Deus, que liga ambos os parceiros numa comunidade de vida indivisível até a morte de um dos cônjuges.

O sacramento do matrimônio confere graça santificante às partes que o contraíram num ato humano livre e responsável. A fonte dessa graça é o próprio Cristo.

Concílio de Florença

Atribui-se (ao sacramento) ao matrimônio um bem tríplice. O primeiro consiste em aceitar a prole e educá-la para o culto de Deus; o segundo, na fidelidade que um cônjuge deve observar em relação ao outro; o terceiro, na indissolubilidade do matrimônio, porque essa significa a união indissolúvel de Cristo e da Igreja. (DS 1327)

Concílio de Trento

Se alguém disser que o matrimônio não é, verdadeira e propriamente, um dos sete Sacramentos da Lei do Evangelho, e instituído por Cristo Senhor, mas inventado por homens na Igreja, e que não confere a graça: seja anátema. (DS 1801)

Se alguém disser que é permitido aos cristãos ter ao mesmo tempo várias esposas e que isso não é proibido por nenhuma lei divina: seja anátema. (DS 1802)

Catecismo da Igreja Católica

A aliança matrimonial, pela qual o homem e a mulher constituem entre si uma comunhão da vida toda, é ordenada por sua índole natural ao bem dos cônjuges e à geração e educação da prole, e foi elevada, entre os batizados, à dignidade de sacramento por Cristo Senhor. (CIC 1601)

Toda a vida cristã traz a marca do amor sponsal de Cristo e da Igreja. Já o Batismo, entrada no Povo de Deus, é um mistério nupcial: é, por assim dizer, o banho das núpcias que precede o banquete de núpcias, a Eucaristia. O Matrimônio cristão se torna, por sua vez, sinal eficaz, sacramento da aliança de Cristo e da Igreja. O Matrimônio entre batizados é um verdadeiro sacramento da nova aliança, pois significa e comunica a graça. (CIC 1617)

O amor conjugal comporta uma totalidade na qual entram todos os componentes da pessoa apelo do corpo e do instinto, força do sentimento e da afetividade, aspiração do espírito e da vontade; O amor conjugal dirige-se a uma unidade profundamente pessoal, aquela que, para além da união numa só carne, não

conduz senão a um só coração e a uma só alma; ele exige a indissolubilidade e a fidelidade da doação recíproca definitiva e abre-se à fecundidade. Numa palavra, trata-se das características normais de todo amor conjugal natural, mas com um significado novo que não só as purifica e as consolida, mas eleva-as, a ponto de torná-las a expressão dos valores propriamente cristãos. (CIC 1643)

Sagradas Escrituras

Eis agora aqui, disse o homem, o osso de meus ossos e a carne de minha carne; ela se chamará mulher, porque foi tomada do homem. Por isso o homem deixa o seu pai e sua mãe para se unir à sua mulher; e já não são mais que uma só carne. (Gn 2,23s)

Aquele que acha uma mulher, acha a felicidade: é um dom recebido do Senhor. (Pr 18,22)

(...) mas, no princípio da criação, Deus os fez homem e mulher. Por isso, deixará o homem pai e mãe e se unirá à sua mulher; e os dois não serão senão uma só carne. Assim, já não são dois, mas uma só carne. Não separe, pois, o homem o que Deus uniu. Em casa, os discípulos fizeram-lhe perguntas sobre o mesmo assunto. E ele disse-lhes: ‘Quem repudia sua mulher e se casa com outra, comete adultério contra a primeira. E se a mulher repudia o marido e se casa com outro, comete adultério’. (Mc 10,6-12; também Mt 19,3-9)

As mulheres sejam submissas a seus maridos, como ao Senhor, pois o marido é o chefe da mulher, como Cristo é o chefe da Igreja, seu corpo, da qual ele é o Salvador. Ora, assim como a Igreja é submissa a Cristo, assim também o sejam em tudo as mulheres a seus maridos. Maridos, amai as vossas mulheres, como Cristo amou a Igreja e se entregou por ela, para santificá-la, purificando-a pela água do batismo com a palavra, para apresentá-la a si mesmo toda gloriosa, sem mácula, sem ruga, sem qualquer outro defeito semelhante, mas santa e irrepreensível. Assim os maridos devem amar as suas mulheres, como a seu próprio corpo. Quem ama a sua mulher, ama-se a si mesmo. Certamente, ninguém jamais aborreceu a sua própria

carne; ao contrário, cada qual a alimenta e a trata, como Cristo faz à sua Igreja - porque somos membros de seu corpo. Por isso, o homem deixará pai e mãe e se unirá à sua mulher, e os dois constituirão uma só carne (Gn 2,24). Este mistério é grande, quero dizer, com referência a Cristo e à Igreja. Em resumo, o que importa é que cada um de vós ame a sua mulher como a si mesmo, e a mulher respeite o seu marido. (Ef 5,22-33)

Vós todos considerai o matrimônio com respeito e conservai o leito conjugal imaculado, porque Deus julgará os impuros e os adúlteros. (Hb 13,4)

Padres da Igreja

Convém aos homens e mulheres que se casam, contratem sua união com o parecer do Bispo, a fim de que seu matrimônio seja feito segundo o Senhor e não segundo a concupiscência. Que tudo seja feito para a honra de Deus. (Inácio de Antioquia, Carta a Policarpo 5,2)

Para nosso Mestre, não são só pecadores os que contraem duplo matrimônio, conforme a lei humana, como também os que olham para uma mulher para desejá-la.” (Justino de Roma, 1ª Apologia 15,5)

Quem são os dois ou os três, reunidos em nome de Cristo, entre os quais se encontra o Senhor? Não serão, talvez, o homem, a mulher e a criança, já que o homem e a mulher foram unidos por Deus? (...) O estado de matrimônio é sagrado. (Clemente de Alexandria, Estrômatos 3,12,84)

O matrimônio também é santificado e se torna perfeito segundo o Logos quando o casal submete-se a Deus e vive ‘com coração sincero, na perfeição da fé, com o coração purificado da má consciência, com o corpo lavado pela água pura e mantendo firme a profissão da esperança; de fato é fiel Aquele que prometeu (Hb 10,22). Não se mede a felicidade do matrimônio pelas riquezas ou pela beleza, mas pela virtude. (Clemente de Alexandria, Estrômatos 4,126,1-2)

Capítulo XXII: Creio na ressurreição da carne

A doutrina católica ensina que todos os homens ressuscitarão após a morte. Alguns para a vida eterna, outros para a morte eterna. As “últimas coisas” que acontecerão para o homem ao fim de sua jornada nesta terra, ou seja, o destino da sua alma após a morte, são conhecidas como “novíssimos”.^[244] São elas “*a morte, o juízo, o inferno e o paraíso*”, mas entre o Juízo e o Paraíso pode vir o Purgatório.

A Igreja, em adesão fiel ao Novo Testamento e à Tradição, crê na felicidade dos justos que um dia estarão em Cristo. Ela crê no castigo eterno que espera o pecador, que será privado da visão de Deus, e na repercussão desta pena em todo o seu ser. Crê, enfim, que para os eleitos possa haver uma eventual purificação prévia à visão divina, totalmente diversa, porém, do castigo dos condenados. É isso que a Igreja entende quando fala do inferno e do purgatório. (DS 4657)^[245]

O Purgatório é um estado espiritual transitório e temporário, enquanto que Inferno e Paraíso são eternos e, portanto, definitivos.

E o Limbo?

Você já deve ter lido ou ouvido falar sobre o limbo, um “lugar” ou “local” onde as crianças que morreram sem terem sido batizadas permaneceriam na eternidade. Não sofreriam as penas do inferno, mas também não teriam, pela falta do batismo, a visão sobrenatural de Deus.

A Igreja nunca apresentou o Limbo como uma verdade de fé, muito menos como dogma. O que a Igreja acredita é que Deus, em sua infinita misericórdia, tem um caminho de salvação própria a

essas crianças que, se não tiveram a chance de serem batizadas, nunca experimentaram o pecado (exceto o pecado original).

41. A morte e sua origem

A atual natureza do homem é a de ser mortal. Mas não era para ser assim. Sabemos, pela Revelação, que Deus dotou o homem, no Paraíso, do dom pré-natural da imortalidade do corpo. Mas, em consequência da desobediência a Deus, tendo quebrado a ordem e a harmonia divinas, o homem ficou condenado a morrer.

A morte, na atual ordem de salvação, é consequência primitiva e direta do pecado. Mas a morte foi vencida pelo sacrifício de Jesus Cristo, de forma que, em razão da certeza da ressurreição, nossa morte não mais nos deve assustar.

Concílio de Trento

Se alguém não confessar que o primeiro homem Adão, depois de transgredir o preceito de Deus no paraíso, perdeu imediatamente a santidade e a justiça em que havia sido constituído; e que pela sua prevaricação incorreu na ira e indignação de Deus e por isso na morte que Deus antes lhe havia ameaçado, e, com a morte, na escravidão e no poder daquele que depois teve o império da morte (Hb 2, 14), a saber, o demônio; e que Adão por aquela ofensa foi segundo o corpo e a alma mudado para pior, seja anátema. (DS 1511)

Se alguém afirma que a prevaricação de Adão prejudicou a ele só e não à sua descendência; e que a santidade e justiça recebidas de Deus, e por ele perdidas, as perdeu só para si e não também para nós; ou que, manchado pelo pecado de desobediência, transmitiu a todo o gênero humano somente a morte e as penas do corpo, não porém o mesmo pecado, que é a morte da alma – seja anátema. (DS 1512)

Catecismo da Igreja Católica

É diante da morte que o enigma da condição humana atinge seu ponto mais alto. Em certo sentido, a morte corporal é natural; mas para a fé ela é na realidade o ‘salário do pecado’ (Rm 6,23). E, para os que morrem na graça de Cristo, é uma participação na morte do Senhor, a fim de poder participar também de sua Ressurreição. A morte é o termo da vida terrestre. Nossas vidas são medidas pelo tempo, ao longo do qual passamos por mudanças, envelhecemos e, como acontece com todos os seres vivos da terra, a morte aparece como o fim normal da vida. Este aspecto da morte marca nossas vidas com um caráter de urgência: a lembrança de nossa mortalidade serve também para recordar-nos de que temos um tempo limitado para realizar nossa vida: Lembra-te de teu Criador nos dias de tua mocidade (...) antes que o pó volte à terra donde veio, e o sopro volte a Deus, que o concedeu (Ecl 12,1.7). A morte é consequência do pecado. Intérprete autêntico das afirmações da Sagrada Escritura e da tradição, o magistério da Igreja ensina que a morte entrou no mundo por causa do pecado do homem. Embora o homem tivesse uma natureza mortal, Deus o destinava a não morrer. A morte foi, portanto, contrária aos desígnios de Deus criador e entrou no mundo como consequência do pecado. ‘A morte corporal, à qual o homem teria sido subtraído se não tivesse pecado’, é assim ‘o último inimigo’ do homem a ser vencido (1Co 15,26). A morte é transformada por Cristo. Jesus, o Filho de Deus sofreu também Ele a morte, própria da condição humana. Todavia, apesar de seu pavor diante dela, assumiu-a em um ato de submissão total e livre à vontade de seu Pai. A obediência de Jesus transformou a maldição da morte em bênção. (CIC 1006 a 1009)

Sagradas Escrituras

(...) não comas do fruto da árvore da ciência do bem e do mal; porque no dia em que dele comeres, morrerás indubitavelmente. (Gn 2,17)

Deus não é o autor da morte, a perdição dos vivos não lhe dá alegria alguma. Ele criou tudo para a existência, e as criaturas do mundo devem cooperar para a salvação. Nelas nenhum

princípio é funesto, e a morte não é a rainha da terra, porque a justiça é imortal. Mas, (a morte), os ímpios a chamam com o gesto e a voz. Crendo-a amiga, consomem-se de desejos, e fazem aliança com ela; de fato, eles merecem ser sua presa. (Sb 1,13-16)

Ora, Deus criou o homem para a imortalidade, e o fez à imagem de sua própria natureza. (Sb 2,23)

Por isso, como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim a morte passou a todo o gênero humano, porque todos pecaram (...) (Rm 5,12)

Padres da Igreja

Diga-me agora: você vai escapar da morte por não desejar morrer? Por que você teme o que não pode evitar? Você teme o que virá ainda que você não deseje, isto é, a morte. Mas você não teme o que não virá caso você não queira, isto é, o fogo eterno! Você não pode evitar a morte, pode apenas adiá-la. Ela virá, ainda que você relute. (Agostinho de Hipona, Sermão 279,9)

42. A ressurreição dos mortos no último dia

A Igreja crê na ressurreição dos mortos desde a sua origem, conforme sempre expressou em seus Símbolos de Fé, e entende que essa ressurreição se refere ao homem todo. Para os eleitos, a ressurreição é a extensão aos homens da própria ressurreição de Jesus Cristo. [\[246\]](#) (DS 4651 e 4652)

Depois da morte de cada homem, e antes do “Último Dia”, há a continuação e subsistência de um elemento espiritual dotado de consciência e vontade, desprovido do complemento do corpo. No “fim dos dias” os homens receberão esse complemento, que a Igreja designa com o termo “alma”, e serão submetidos ao julgamento do Senhor, onde prestarão contas de suas ações.

Concílio de Latrão IV

Creemos (...) ao fim dos tempos (...) todos ressuscitarão com os próprios corpos com que agora estão revestidos, para receber, segundo a suas obras, sejam boas ou más, uns a pena eterna com o diabo, outros a glória eterna com o Cristo. (DS 801)

Concílio de Lyon II

A mesma Sacrossanta Igreja Romana crê firmemente e com firmeza afirma que, no dia do juízo, todos os homens comparecerão, com seus corpos, diante do tribunal de Cristo, e prestarão contas de suas ações. (DS 859)

Concílio Vaticano II

(...) e, no fim do mundo, os que tiverem feito o bem, irão para a ressurreição da vida, os que tiverem praticado o mal, para a ressurreição da condenação. (DS 4168)

Ignoramos o tempo em que a terra e a humanidade atingirão a sua consumação (...) mas Deus nos ensina que se prepara uma nova habitação e uma nova terra (...) Então, vencida a morte, os filhos de Deus ressuscitarão em Cristo (...) (DS 4339)

Catecismo da Igreja Católica

Creemos firmemente - e assim esperamos - que, da mesma forma que Cristo ressuscitou verdadeiramente dos mortos, e vive para sempre, assim também, depois da morte, os justos viverão para sempre com Cristo ressuscitado e que Ele os ressuscitará no último dia Como a ressurreição de Cristo, também a nossa será obra da Santíssima Trindade: se o Espírito daquele que ressuscitou Jesus dentre os mortos habita em vós, aquele que ressuscitou Cristo Jesus dentre os mortos dará vida também aos vossos corpos mortais, mediante o seu Espírito que habita em vós (Rm 8,11). (CIC 989)

Sagradas Escrituras

Na ressurreição, os homens não terão mulheres nem as mulheres, maridos; mas serão como os anjos de Deus no

céu. (Mt 22,30)

(...) porque vem a hora em que todos os que se acham nos sepulcros sairão deles ao som de sua voz: os que praticaram o bem irão para a ressurreição da vida, e aqueles que praticaram o mal ressuscitarão para serem condenados. (Jo 5, 28-29)

Ora, esta é a vontade daquele que me enviou: que eu não deixe perecer nenhum daqueles que me deu, mas que os ressuscite no último dia. Esta é a vontade de meu Pai: que todo aquele que vê o Filho e nele crê, tenha a vida eterna; e eu o ressuscitarei no último dia. (Jo 6,39-40)

Disse-lhe Jesus: Eu sou a ressurreição e a vida. Aquele que crê em mim, ainda que esteja morto, viverá. (Jo 11,25)

Ora, se se prega que Jesus ressuscitou dentre os mortos, como dizem alguns de vós que não há ressurreição de mortos? Se não há ressurreição dos mortos, nem Cristo ressuscitou. E, se Cristo não ressuscitou, vazia é a nossa pregação e vazia é também a vossa fé. Pois, se os mortos não ressuscitam, também Cristo não ressuscitou. Mas não! Cristo ressuscitou dentre os mortos, como primícias dos que morreram! (1Co 15,12-14.16.20)

Assim também é a ressurreição dos mortos. Semeado na corrupção, o corpo ressuscita incorruptível; semeado no desprezo, ressuscita glorioso; semeado na fraqueza, ressuscita vigoroso; semeado corpo animal, ressuscita corpo espiritual. Se há um corpo animal, também há um espiritual. (1Co 15,42-44)

Padres da Igreja

Todo o que quiser ser salvo, antes de tudo é necessário que mantenha a fé católica (...). É, portanto, reta a fé que creiamos e professemos que (...) à sua (segunda) vinda, todos os homens devem ressuscitar com seus corpos (...). (Símbolo Quicumque ou Pseudoatanasiano, DS 76)

Creio (...) na ressurreição da carne. (Símbolo dos Apóstolos)

Capítulo XXIII: Creio na vida eterna

43. O Paraíso

Em razão das promessas de Cristo, a Igreja, desde seu início, acreditou na vida eterna. Assim é que proclama em seus credos: “*Creio na vida eterna*”.

Segundo a disposição geral de Deus, as almas de todos os batizados em nome da Trindade, quando morrerem, não havendo nada a purificar (ou seja, que no instante da morte se acham livres de toda culpa e pena de pecado), ou havendo, depois que forem purificadas (no purgatório), estarão no Céu, no Reino dos Céus e no paraíso celeste com Cristo, na companhia dos santos que os precederam e dos anjos.

Isso ocorre antes mesmo da ressurreição dos corpos e do juízo geral. Mesmo destino tiveram aqueles que morreram antes da Paixão de Cristo, a partir da descida do Cristo “à mansão dos mortos”.

Esses santos, desde a paixão e a morte de Nosso Senhor Jesus Cristo, veem a essência divina com uma visão intuitiva e até face a face, sem a mediação de nenhuma criatura, vivendo uma vida perfeita de comunhão entre si e também com a Santíssima Trindade, com a Virgem Maria e os anjos.

Essa comunhão dos santos é denominada “o Céu”, que é o fim último e a realização das aspirações mais profundas do homem, o estado de felicidade suprema e definitiva, a “Igreja triunfante”.

A comunhão dos santos, que é dogma de fé, dá-se também entre aqueles que já estão no Paraíso com os que ainda vivem nesta terra, a “Igreja militante”. Uns oram pelos outros, e ambos, no céu

e na terra, oram pela “Igreja padecente”, que são aqueles que estão no Purgatório.

Concílio de Lyon

As almas daqueles que, depois de terem recebido o santo batismo, jamais incorrerem em nenhuma mancha de pecado, e também aquelas que, depois deterem contraído a mancha do pecado, segundo o que foi dito, foram purificadas, seja quando ainda nos seus corpos, seja quando já despojadas deles, são logo recebidas no céu. (DS 857)

Constituição “Benedictus Deus”, de 29.01.1336

Com esta constituição, que terá vigência perpétua, nós, em virtude da autoridade apostólica, definimos: que, segundo a geral disposição de Deus, as almas de todos os (...) fiéis (...) nos quais nada havia a purificar quando morreram, nem haverá se no futuro morrerem, ou se neles tiver havido ou houver alguma coisa a purificar e tiverem sido purificados depois de sua morte (...), logo depois de sua morte e da purificação mencionada (...), mesmo antes de reassumir os seus corpos e antes do juízo universal (...) estiveram, estão e estarão no céu, no reino dos céus e no celeste paraíso, com Cristo, na companhia dos santos anjos (...), veem a essência divina com uma visão intuitiva e, mais ainda, face a face (...) e têm a vida e a paz eterna. (DS 1000)

Catecismo da Igreja Católica

Os que morrem na graça e na amizade de Deus, e que estão totalmente purificados, vivem para sempre com Cristo. São para sempre semelhantes a Deus, porque o veem “tal como ele é” (1Jo 3,2), face a face (1Co 13,12). (CIC 1023)

Viver no Céu é ‘viver com Cristo’. Os eleitos vivem ‘nele’, mas lá conservam - ou melhor, lá encontram – sua verdadeira identidade, seu próprio nome (*‘Vita est enim esse cum Christo; ideo ubi Christus, ibi vita, ibi regnum’* - Vida é, de fato, estar com Cristo; aí onde está Cristo, aí está a Vida, aí está o Reino).

(CIC 1025)

Por sua Morte e Ressurreição, Jesus Cristo nos ‘abriu’ o Céu. A vida dos bem-aventurados consiste na posse em plenitude dos frutos da redenção operada por Cristo, que associou à sua glorificação celeste os que creram nele e que ficaram fiéis à sua vontade. O céu é a comunidade bem-aventurada de todos os que estão perfeitamente incorporados a Ele. (CIC 1026)

Este mistério de comunhão bem-aventurada com Deus e com todos os que estão em Cristo supera toda compreensão e toda imaginação. A Escritura fala-nos dele em imagens: vida, luz, paz, festim de casamento, vinho do Reino, casa do Pai, Jerusalém celeste, Paraíso. ‘O que os olhos não viram, os ouvidos não ouviram e o coração do homem não percebeu, isso Deus preparou para aqueles que o amam’ (1Co 2,9). (CIC 1027)

Sagradas Escrituras

Em tudo o que fizeres, lembra-te de teu fim, e jamais pecarás.
(Eclo 7,40)

Esta é a vida eterna, que te conheçam a Ti, único Deus verdadeiro e a Teu enviado Jesus Cristo. (Jo 17,3)

Bem-aventurados os limpos de coração porque eles verão a Deus. (Mt 5,8)

Nem o olho viu e nem o ouvido ouviu segundo a inteligência humana, o que Deus preparou para os que Lhe amam. (1Co 2,9)

A vida eterna consiste na visão de Deus: Seremos semelhantes a Ele porque O veremos tal qual é (...) (Jo 5,13)

Deus, porém, livrará minha alma da habitação dos mortos, tomando-me consigo. (Sl 48,16)

Em verdade te digo, hoje mesmo estarás comigo Paraíso. (Lc 23,43)

Hoje vemos como por um espelho, confusamente; mas então veremos face a face. Hoje conheço em parte; mas então conhecerei totalmente, como eu sou conhecido. (1Co 13,12)

Padres da Igreja

Aí haverá a verdadeira glória; ninguém será levado então por

engano ou bajulação; (...) só quem é digno será admitido. Ai reinará a verdadeira paz (...) Da virtude do próprio Deus será a recompensa, Ele que deu a virtude e prometeu a si mesmo como a recompensa melhor e maior que possa existir: ‘Eu serei o seu Deus e eles serão o meu povo’ (Lv 26,12) (...) ‘Para que Deus seja tudo em todos’ (1Co 15,12). (...) amaremos sem saciedade, louvaremos sem cansaço. (...) Estando no céu, deveremos descansar e observar; observar e amar; amar e louvar. O fim de nossos desejos humanos será o Uno, O que poderá ser infinitamente admirado, prazerosamente amado e incansavelmente louvado. (Agostinho de Hipona, A Cidade de Deus 22, 30ss)

44. O inferno

Os que morrem em estado de pecado mortal vão imediatamente ao inferno após sua morte. O inferno é um lugar de eterno sofrimento onde se acham as almas daqueles que recusaram o convite de amizade de Deus. Ali, entre os piores tormentos (físico: “o ranger de dentes” e moral: “o choro”), experimentarão o pior dos castigos, a privação da visão de Deus.

O termo inferno já era usado no AT para designar a morada definitiva dos ímpios, o lugar da condenação definitiva. No NT, mais ainda, é o lugar de tormentos, da segunda e definitiva morte. É designado com vários nomes: Geena, fornalha ardente, abismo, tártaro, lago de fogo etc.

A existência de Satanás (ou Diabo) e de seu poder sedutor[247] sobre os homens são reais. São Paulo, em 2Co 11,14 já alertava que o Diabo se disfarça em anjo de luz. O Catecismo da Igreja Católica (391) lembra que Satanás é um anjo destronado que, anteriormente, junto com outros demônios, tinham sido criados como anjos, bons em sua natureza, mas que se tornaram maus por sua própria iniciativa.

Da mesma forma, os homens que recusam a amizade de Deus

e a Sua salvação, persistindo, por escolha voluntária, permanecerem no pecado, terão suas decisões respeitadas por Deus, e seguirão o destino que foi reservado aos “anjos caídos”.

Concílio de Constantinopla II

Se alguém disser ou pensar que o castigo dos demônios ou dos homens ímpios é temporário e que um dia terá fim, ou que chegará a dar-se a ‘apocatástase’[\[248\]](#) dos demônios e dos homens ímpios, seja excomungado. (Cânion 9)

Concílio de Lyon II

As almas daqueles que morreram em pecado mortal, ou só com o pecado original, descem logo ao inferno, sendo todavia punidas com penas diferenciadas. (DS 858)

Constituição “Benedictus Deus”, de 29.01.1336

Segundo a geral disposição de Deus, as almas dos que morrem em pecado mortal atual, logo depois de sua morte descem ao inferno, onde são atormentadas com suplícios infernais. (DS 1002)

Concílio Vaticano II

(...) e, no fim do mundo, os que tiverem feito o bem, irão para a ressurreição da vida, os que tiverem praticado o mal, para a ressurreição da condenação. (DS 4168)

Catecismo da Igreja Católica

O ensinamento da Igreja afirma a existência e a eternidade do inferno. As almas dos que morrem em estado de pecado mortal descem imediatamente após a morte aos infernos, onde sofrem as penas do Inferno, ‘o fogo eterno’. A pena principal do Inferno consiste na separação eterna de Deus, o Único em quem o homem pode ter a vida e a felicidade para as quais foi criado e às quais aspira. (CIC 1035)

Deus não predestina ninguém para o Inferno; para isso é preciso

uma aversão voluntária a Deus (um pecado mortal) e persistir nela até o fim. Na Liturgia Eucarística e nas orações cotidianas de seus fiéis, a Igreja implora a misericórdia de Deus, que quer que ninguém se perca, mas que todos venham a converter-se (2Pd 3,9). (CIC 1037)

Sagradas Escrituras

A reunião dos pecadores é como um amontoado de estopas: seu fim será a fogueira. O caminho dos pecadores é calçado de pedras unidas, mas ele conduz à região dos mortos, às trevas e aos suplícios. (Eclo 21,10-11)

Muitos daqueles que dormem no pó da terra despertarão, uns para uma vida eterna, outros para a ignomínia, a infâmia eterna. (Dn 12,2)

Se teu olho direito é causa de pecado, retira-o e afasta-o de ti; muito mais te convém que percas um de teus membros do que tenhas todo o corpo jogado na geena (...) (Mt 5,29)

E não temais aos que matam o corpo e não podem atingir a alma; temais bem mais àquele que pode levar a alma e o corpo à perdição, destinando-os à geena (...) (Mt 10,28)

Ai de vós, escribas e fariseus hipócritas, que percorreis mar e terra para fazer um prosélito, e quando chegais a fazê-lo, o fazeis filho da condenação ao dobro de vós mesmos! (Mt 23,15)

E assim como se recolhe o joio para jogá-lo no fogo, assim será no fim do mundo. O Filho do Homem enviará seus anjos, que retirarão de seu Reino todos os escândalos e todos os que fazem o mal os lançarão na fornalha ardente, onde haverá choro e ranger de dentes. (Mt 13,40-42)

Por isso, se tua mão ou teu pé te fazem cair em pecado, corta-os e lança-os longe de ti: é melhor para ti entrares na vida coxo ou manco que, tendo dois pés e duas mãos, seres lançado no fogo eterno. Se teu olho te leva ao pecado, arranca-o e lança-o longe de ti: é melhor para ti entrares na vida cego de um olho que seres jogado com teus dois olhos no fogo da geena. (Mt 18,8-9)

E a esse servo inútil, jogai-o nas trevas exteriores; ali haverá choro e ranger de dentes. (Mt 25,30)

Afastai-vos de mim, malditos, ao fogo eterno preparado para o

diabo e seus anjos (...) E irão estes a um castigo eterno. (Mt 25,41.46)

Serão castigados à eterna ruína, longe da face do Senhor e da glória de Seu poder (...) (2Ts 1,9)

Pois se Deus não poupou os anjos que pecaram, mas os precipitou nos abismos tenebrosos do inferno onde os reserva para o julgamento. (2Pe 2,4)

Padres da Igreja

O fogo da terra comparado com o fogo do inferno, parece apenas um fogo pintado. (Santo Agostinho)

O castigo que os ímpios receberão em seus corpos unidos às suas almas será eterno e não só por um período de mil anos. (Justino de Roma, 1ª Apologia 8,4)

Eu te peço: submete-te também a Ele, para que, não crendo agora, forçosamente tenhas que crer mais tarde, já em tormentos eternos. (Teófilo de Antioquia. A Autólico 1,14)

E os que procederam mal irão para o fogo eterno. (Símbolo Quicumque)

Deve-se saber que o inferno é o lugar onde serão castigados os que tiverem vivido iniquamente e não acreditarem que acontecerão essas coisas ensinadas por Deus através de Cristo. (Justino de Roma, 1ª. Apologia 19,8)

Entre nós, o príncipe dos maus se chama ‘serpente’, ‘Satanás’, ‘diabo’ ou ‘caluniador’, como podeis ver, caso desejardes averiguar isso através de nossas Escrituras. Ele e todo o seu exército, juntamente com os homens que o seguem, será enviado ao fogo para ser castigado pela eternidade sem fim, coisa que foi de antemão anunciada por Cristo. (Justino de Roma, 1ª Apologia 28,1)

O diabo (...) é apelidado por Jesus de ‘Satanás’, nome composto cujo significado foi tomado daquilo mesmo que o diabo fazia. De fato, ‘*satan*’, tanto na língua dos hebreus quanto na dos sírios, significa apóstata; ‘*nas*’, em hebraico, quer dizer ‘serpente’. ‘Satanás’ é composto destas duas palavras. (Justino de Roma, Diálogo com o Judeu Trifão 103,5)

45. O Purgatório



As almas dos justos que no instante da morte estão agravadas por pecados veniais ou por penas temporais devidas pelo pecado vão ao purgatório. O purgatório é

o estado provisório de purificação daqueles que partiram desta vida orientados para Deus, mas com resquícios ainda do pecado.

No purgatório, a alma se purifica no amor de Deus, para enfim se conformar plenamente a Cristo, de forma que, finalmente, sem impedimento e definitivamente, possa contemplar a beleza infinita de Deus.

A existência do Purgatório se prova especulativamente pela Santidade e Justiça de Deus. Esta exige que apenas as almas completamente purificadas sejam exibidas no céu; Sua Justiça reclama que sejam pagos os restos de penas pendentes, e por outro lado, proíbe que as almas unidas em caridade com Deus, sejam atiradas ao inferno. Por isso se admite um estado intermediário purificação final dos eleitos, de duração limitada e completamente distinta do castigo dos condenados.

Jesus afirmou que aquele que blasfema contra o Espírito Santo não será perdoado nem neste século nem no século futuro (Mt 12,32), indicando que há perdão tanto no presente (o aqui e agora), quanto “no futuro”, ou seja após essa vida.

Este ensinamento do divino Mestre também apoia a crença católica no efeito salutar da oração pelos mortos, de outra forma reforçada pela Sagrada Escritura quando narra que Judas Macabeu ofereceu um sacrifício expiatório pelos que haviam morrido, a fim de que fossem absolvidos de seu pecado (2Mc 12,46).

A Igreja, além das indispensáveis orações, recomenda também as esmolas, as indulgências e as obras de penitência em

favor dos defuntos que, uma vez purificados, chegarão à visão beatífica de Deus.

O Purgatório acabará no dia do Juízo Universal, quando todos os que ali estiverem ressuscitarão para a vida eterna, na feliz companhia de nosso Senhor Jesus Cristo e sua Bem-aventurada Mãe, a Virgem Maria, e gozarão a visão de Deus.

Concílio de Lyon II

E se tiverem falecido em verdadeira penitência na caridade, antes de haver satisfeito com frutos dignos de penitência pelo que cometeram ou deixaram de fazer, as suas almas são purificadas depois da morte, com penas purificadoras (...) e para aliviá-los de penas de tal gênero são-lhes úteis os sufrágios dos fiéis vivos quer dizer, os sacrifícios das missas, as orações, as esmolas e outros exercícios de piedade que os fiéis costumam fazer, segundo as orientações da Igreja. (DS 856)

Concílio de Florença

Igualmente, se os verdadeiros penitentes falecerem no amor de Deus (...) suas almas serão purificadas com as penas do purgatório (...) (DS 1304)

Concílio de Trento

Se alguém disser que a qualquer pecador penitente, depois que recebeu a graça da justificação, é perdoada a culpa e cancelado o débito da pena eterna, de modo tal que não lhe fique débito algum de pena temporal para descontar neste mundo ou no futuro, no purgatório, antes que lhe sejam abertas as portas do reino dos céus, seja anátema. (DS 1580)

Já que a Igreja católica, instruída pelo Espírito Santo, a partir das Sagradas Escrituras e da antiga tradição dos Padres, (...) ensinou que o purgatório existe e que as almas dos fiéis aí retidas podem ser ajudadas pelos sufrágios dos fiéis (...) o santo Sínodo prescreve aos Bispos que se empenhem diligentemente para que a sã doutrina sobre o purgatório (...) seja acreditada,

mantida, ensinada e pregada por toda a parte. (DS 1820)

Catecismo da Igreja Católica

Os que morrem na graça e na amizade de Deus, mas não estão completamente purificados, embora tenham garantida sua salvação eterna, passam, após sua morte, por uma purificação, a fim de obter a santidade necessária para entrar na alegria do Céu. (CIC 1030)

A Igreja denomina Purgatório esta purificação final dos eleitos, que é completamente distinta do castigo dos condenados. (...) Fazendo referência a certos textos da Escritura, a tradição da Igreja fala de um fogo purificador. No que concerne a certas faltas leves, deve-se crer que existe antes do juízo um fogo purificador, segundo o que afirma aquele que é a Verdade, dizendo, que, se alguém tiver pronunciado uma blasfêmia contra o Espírito Santo, não lhe será perdoada nem presente século nem no século futuro (Mt 12,32). Desta afirmação podemos deduzir que certas faltas podem ser perdoadas no século presente, ao passo que outras, no século futuro. (CIC 1031)

Sagradas Escrituras

Em seguida, fez uma coleta, enviando a Jerusalém cerca de dez mil dracmas, para que se oferecesse um sacrifício pelos pecados: belo e santo modo de agir, decorrente de sua crença na ressurreição, porque, se ele não julgasse que os mortos ressuscitariam, teria sido vão e supérfluo rezar por eles. Mas, se ele acreditava que uma bela recompensa aguarda os que morrem piedosamente, era esse um bom e religioso pensamento; eis por que ele pediu um sacrifício expiatório para que os mortos fossem livres de suas faltas. (2Mc 12,43-46)

Todo o que tiver falado contra o Filho do Homem será perdoado. Se, porém, falar contra o Espírito Santo, não alcançará perdão nem neste século nem no século vindouro. (Mt 12,32)

Quanto ao fundamento, ninguém pode pôr outro diverso daquele que já foi posto: Jesus Cristo. Agora, se alguém edifica

sobre este fundamento, com ouro, ou com prata, ou com pedras preciosas, com madeira, ou com feno, ou com palha, a obra de cada um aparecerá. O dia (do julgamento) demonstrá-lo-á. Será descoberto pelo fogo; o fogo provará o que vale o trabalho de cada um. Se a construção resistir, o construtor receberá a recompensa. Se pegar fogo, arcará com os danos. Ele será salvo, porém passando de alguma maneira através do fogo. (1Co 3,11-15)

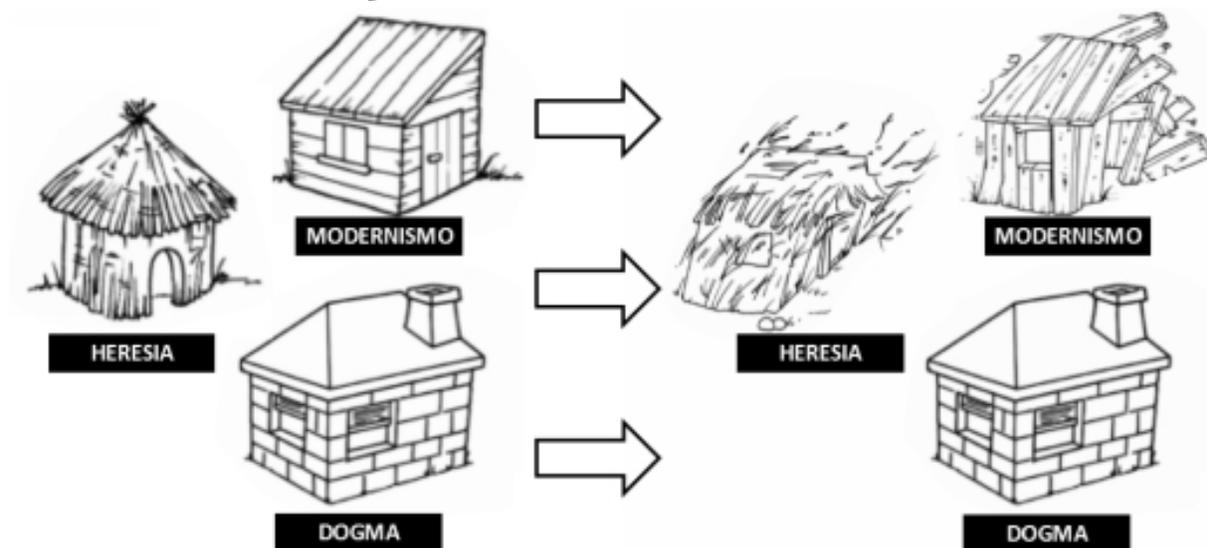
Padres da Igreja

Porém, nós dizemos que o fogo santifica não a carne, mas as almas pecadoras; referindo-se não ao fogo comum, mas o da sabedoria, que penetra na alma que passa pelo fogo. (Clemente de Alexandria, Estrômatos 8,6)

Ao deixar o seu corpo, ninguém vai imediatamente viver na presença do Senhor (...) (Tertuliano de Cartago, Da Ressurreição da Carne 43)

Não se poderia dizer com inteira verdade que alguns pecados não podem ser perdoados nem neste mundo nem no vindouro, senão houvesse outros que podem ser perdoados, se não aqui, no outro mundo. (Agostinho de Hipona, A Cidade de Deus)

Considerações finais



Quanto ao fundamento, ninguém pode pôr outro diverso daquele que já foi posto: Jesus Cristo. Agora, se alguém edifica sobre este fundamento, com ouro, ou com prata, ou com pedras preciosas, com madeira, ou com feno, ou com palha, a obra de cada um aparecerá. (1Co 11-13a)

Nós, cristãos, vivemos numa constante tensão escatológica, a tensão entre o “já” e o “ainda não”. Vivemos o aqui agora, mas sempre na esperança do que com certeza virá, mas ainda não veio, e não sabemos quando virá. [\[249\]](#)

O que virá, e virá em glória, é Nosso Senhor Jesus Cristo. Assim confessamos em nossos Credos:

(Creio em Jesus Cristo, que) de novo há de vir em sua glória, para julgar os vivos e os mortos; e o seu reino não terá fim. (Credo Niceno-Constantinopolitano)

Também proclamamos essa certeza (Creio!), que também é esperança, em nossas celebrações eucarísticas.

Todas as vezes que comemos desse pão e bebemos desse cálice, relembramos Senhor a Vossa morte, enquanto aguardamos a

Vossa vinda.

Presente (“*Todas as vezes que comemos desse pão e bebemos desse cálice*”), passado (“*Relembramos Senhor a Vossa morte*”) e futuro (“*Enquanto aguardamos a Vossa vinda*”) convivem nos corações dos fiéis, que buscam viver a santidade no meio dessas realidades.

Esperar sofrendo, amando, rezando, resistindo às tentações, lutando contra o pecado, sendo paciente e misericordioso e mantendo, intacta, a fé... somente com a ajuda de Deus, e ela não nos falta.

A salvação pertence ao nosso Deus, que está sentado no trono, e ao Cordeiro. (Ap 7,10)

Se é a Eucaristia[250] que nos alimenta e estimula neste caminhar, nesta peregrinação histórica para o futuro ao lado de Deus, são os ensinamentos de nossa Igreja que iluminam o caminho (às vezes, trilhas, mas nunca trilhos) que temos e devemos percorrer, o caminho certo e único que leva ao Pai.

Eu sou o caminho... ninguém vai ao Pai senão por mim.” (Jo 14,6)

Ao mesmo tempo em que nossos olhares estão no futuro (no “ainda não”), não podemos nos desviar de nossa responsabilidade pelo mundo presente (o “já”), para cuja edificação devemos contribuir, de forma que ele alcance aquilo que Deus decidiu em seus desígnios, o que só é possível sob a luz do Evangelho

Eu sou a luz do mundo (Jo 8,12)

Luz que nos ilumina para sermos, nós mesmos, luz. Somos luz quando nossas obras são reconhecidas como reflexos das obras do Pai, e quando isso acontece é porque a nossa luz reflete a luz do Deus Verdadeiro de Deus Verdadeiro, que é a Luz da Luz.[251]

Vós sois a luz do mundo (...) Assim, brilhe vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem vosso Pai que está nos céus. (Mt 5, 14a.16)

A luz mostra e ilumina o Caminho, que leva à Plenitude, à Bem-aventurança.

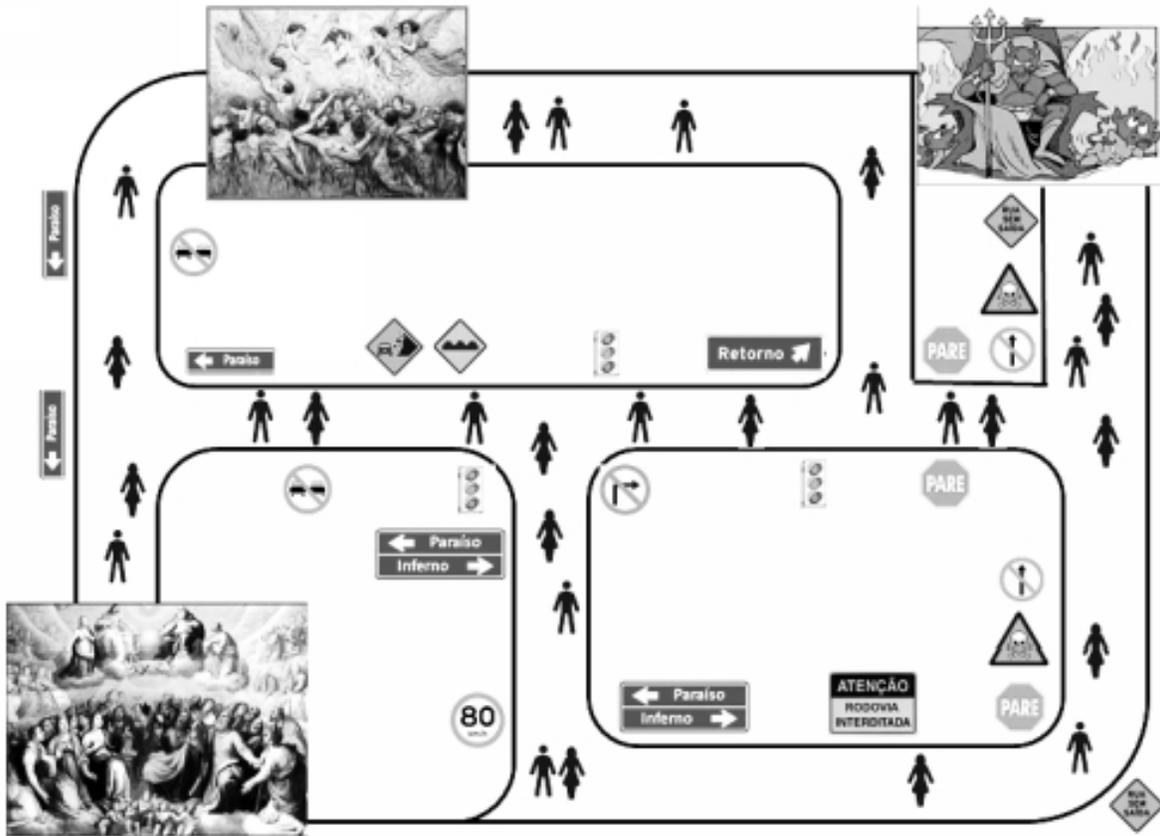
Felizes os que temem o Senhor, e trilham seus caminhos. (Sl 137)



Os dogmas são as luzes que iluminam nosso caminho e, tais quais placas numa rodovia, indicam se já estamos chegando, por onde devemos ir para chegarmos bem, qual o melhor caminho, nos alertam quando dele nos afastamos e nos trazem de volta ao “Caminho” certo, que é Jesus Cristo.

Para chegarmos sãos e salvos no fim de nossa viagem é necessário prestar atenção, muita atenção, ao que dizem as placas.

O desenho abaixo é infantil, mas ilustra bem o que queremos dizer quando comparamos os dogmas às placas de sinalização de trânsito.



Conhecendo a história da Igreja e dos dogmas, é impossível chegar a outra conclusão que não a de que “os dogmas são luzes no caminho da nossa fé, que o iluminam e o tornam seguro.” São verdades doutrinárias na Igreja Católica que nenhum católico que queira continuar sendo fiel à sua fé pode negar ou mudar, sob pena de deixar de ser católico, e sob o risco de perder-se no caminho.

Acreditar em nossos dogmas, e observá-los, é uma coisa muito boa. Primeiro porque impede que a nossa Igreja Católica se esfales, dividida em outras religiões e seitas, como aquelas que, heresias contemporâneas, espalham, como o demônio do preâmbulo deste livro, que a interpretação das escrituras é livre e individual.

Acreditar em nossos dogmas, e observá-los, também nos dá a segurança de nossa fé, pois nossa Igreja não quer e não pode nos enganar, ela que é a fiel depositária das Verdades de Cristo, Cabeça

de nossa Igreja.

Lembre-se, a Igreja não cria o dogma, apenas o declara, e o dogma não cria a verdade, ela é preexistente à declaração dogmática.

Senhor, não sabemos para onde vais. Como podemos conhecer o caminho? Jesus lhe respondeu: Eu sou o caminho, a verdade e a vida; ninguém vem ao Pai senão por mim. (Jo 14,5-6)

Os dogmas são luzes no caminho da nossa fé, que o iluminam e o tornam seguro.



O Catolicismo se distingue entre todas as filosofias, ideologias e religiões do mundo porque é a único “sistema de vida” que se baseia no princípio – no grande princípio, com o disse certa vez o Cardeal John Henry Newman, que é a encarnação do Verbo de Deus. A “Palavra de Deus”, que criou o Universo com tudo o que nele existe, não permaneceu fechada no Céu, mas entrou neste nosso mundo, em nossa história, assumindo nossa condição. [\[252\]](#)

E o Verbo se fez carne e habitou entre nós. (Jo 1,14)

Os dogmas da Igreja Católica fazem parte do Depósito da Fé, da nossa Fé católica, que nos vem de Jesus Cristo e em que todos os católicos devem crer para, primeiro, se orientarem na peregrinação que vivemos nesses tempos de “tensão escatológica” e, depois, para salvarem as suas almas. [\[253\]](#)

A Fé Católica ensina-nos, entre outras coisas, que Deus é o autor da nossa Fé, e que devemos crer Nele, porque o que Ele nos diz é a Verdade. Sendo onisciente, Deus não pode enganar-se, nem dizer a Verdade só em parte. Por ser a Santidade total, Deus não pode mentir, não pode e não vai nos enganar nunca. [\[254\]](#)

Como Deus sempre nos diz a Verdade, somente a Verdade, nada mais que a Verdade, todos os dogmas e demais artigos de fé de nossa Igreja são verdadeiros, porque foi Deus quem no-los revelou. Dessa forma, podemos ter certeza de que o que era verdade no ano 33 d.C. também é verdade hoje, em 2015.

Da mesma forma, o que foi proclamado como verdadeiro pela Igreja no Concílio de Jerusalém, mas também em Nicéia, Constantinopla, Trento e todos os outros concílios ecumênicos, continua sendo verdadeiro hoje, em 2015.

Jesus Cristo é sempre o mesmo: ontem, hoje e por toda a eternidade. Não vos deixeis desviar pela diversidade de doutrinas estranhas. É muito melhor fortificar a alma pela graça do que por alimentos que nenhum proveito trazem aos que a eles se entregam. (Hb 13,8-9)

Não podemos abandonar os dogmas, não podemos fingir que eles não existem, muito menos trocá-los por doutrinas e ideias bonitas e sedutoras, mas que conduzem à “larga porta” da perdição.

Entrai pela porta estreita, porque larga é a porta e espaçoso o caminho que conduzem à perdição e numerosos são os que por aí entram. (Mt 7,13)

Abandonar o dogma é o mesmo que abandonar a fé católica.

A fé católica é de tal natureza que nada se lhe pode acrescentar nem tirar; ou se professa integralmente ou se rejeita totalmente. (Bento XV, Encíclica *Ad beatissimi Apostolorum*, 1914)

Não devemos nos envergonhar de nossos dogmas. Pelo contrário: sua existência deve ser, para nós, motivo de alegria. Viver os dogmas, decisão sábia. Divulgá-los, missão inescapável. Quem aceita essa regra é porque compreendeu, graças a Deus, a profunda coerência da vida cristã e da felicidade.

Possa a luz da verdadeira fé libertar a humanidade da ignorância

e da escravidão do pecado, para conduzi-la à única liberdade digna deste nome (cf. Jo 8,32): a da vida em Jesus Cristo sob a guia do Espírito Santo, na terra e no Reino dos Céus na plenitude da bem-aventurança da visão de Deus face a face (cf. 1Co 13,12; 2Co 5,6-8)! [\[255\]](#)

É para que sejamos homens livres que Cristo nos libertou. Ficai, portanto, firmes e não vos submetais outra vez ao jugo da escravidão. (Gl 5,1)

Quem aceita essa regra observa (“já”) todos os sinais e alcançará o objetivo (o “ainda não”, a eternidade junto a Deus), pois escolheu o Caminho certo e seguro.

Bem-aventurados os que têm um coração de pobre, porque deles é o Reino dos céus! Bem-aventurados os que choram, porque serão consolados! Bem-aventurados os mansos, porque possuirão a terra! Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados! Bem-aventurados os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia! Bem-aventurados os puros de coração, porque verão Deus! Bem-aventurados os pacíficos, porque serão chamados filhos de Deus! Bem-aventurados os que são perseguidos por causa da justiça, porque deles é o Reino dos céus! Bem-aventurados sereis quando vos caluniarem, quando vos perseguirem e disserem falsamente todo o mal contra vós por causa de mim. Alegrai-vos e exultai, porque será grande a vossa recompensa nos céus, pois assim perseguiram os profetas que vieram antes de vós. (Mt 5,3-12)

(Regra para distinguir a Verdade Católica do erro) Havendo interrogado com frequência e com maior cuidado e atenção a inúmeras pessoas, sobressalentes em santidade e doutrina, sobre como distinguir por meio de uma regra segura, geral e normativa, a verdade da Fé Católica da falsidade perversa da heresia, quase todas me têm dado a mesma resposta: ‘Todo cristão que queira desmascarar as intrigas dos hereges que brotam ao nosso redor, evitar suas armadilhas e se manter íntegro e incólume numa fé incontaminada, deve, com a ajuda

de Deus, apetrechar sua fé de duas maneiras: com a autoridade da lei divina ante tudo, e com a tradição da Igreja Católica'. Sem embargo, alguém poderia objetar: 'Posto que o Cânon das Escrituras seja em si mais que suficientemente perfeito para tudo, que necessidade há de se acrescentar a autoridade da interpretação da Igreja?' Precisamente porque a Escritura, por causa de sua mesma sublimidade, não é entendida por todos de modo idêntico e universal. De fato, as mesmas palavras são interpretadas de maneira diferente por uns e por outros. Se pode dizer que tantas são as interpretações quantos são os leitores. Vemos, por exemplo, que Novaciano explica a Escritura de um modo, Sabélio de outro, Donato, Eunômio, Macedônio, de outro; e de maneira diversa a interpretam Fotino, Apolinário, Prisciliano, Joviano, Pelágio, Celestino, e em nossos dias, Nestório. É, pois, sumamente necessário, ante as múltiplas e arresadas tortuosidades do erro, que a interpretação dos Profetas e dos Apóstolos se faça seguindo a pauta do sentir católico. Na Igreja Católica deve-se ter maior cuidado para manter aquilo em que se crê em todas as partes, sempre e por todos. Isto é a verdadeira e propriamente católico, segundo a ideia de universalidade que se encerra na mesma etimologia da palavra. Mas isto se conseguirá se nós seguirmos a universalidade, a antiguidade e o consenso geral. Seguiremos a universalidade se confessarmos como verdadeira e única fé a que a Igreja inteira professa em todo o mundo; a antiguidade, se não nos separarmos de nenhuma forma dos sentimentos que notoriamente proclamaram nossos santos predecessores e pais; o consenso geral, por último, se, nesta mesma antiguidade, abraçarmos as definições e as doutrinas de todos, ou de quase todos, os Bispos e Mestres. (Vicente de Lérins, *Communitorium* 2)

Chegamos ao fim de nosso texto. Nosso compromisso era o de ajudar o leitor a descobrir, nos dogmas, a presença criadora e salvadora de Deus.

Esperamos ter conseguido.

E, se conseguimos, cabe ao leitor, portanto, repensar o modo como compreende a fé católica e descobrir se ela é a sua própria fé. Essa fé que dá sentido às nossas vidas, como deu aos nossos antepassados cristãos.

Os dogmas nos unem, entre nós, e a nós com nossos antecessores, desde os Apóstolos.

Somos o Povo de Deus, essa é a nossa fé e a nossa identidade:

“Sou Católico, graças a Deus. Creio, entendo, pratico e ensino os dogmas de minha santa e amada Igreja”.

Apêndice ao Capítulo I: Os Doutores da Igreja

Essa é a lista, em ordem cronológica aproximada, dos 35 homens e mulheres que, por terem ensinado de maneira extraordinária os dogmas e as verdades da nossa fé receberam solenemente o título de Doutores da Igreja.

1. Atanásio (c. 297-373), Bispo de Alexandria
2. Hilário de Poitiers (c. 315-368), Bispo de Poitiers
3. Efrém (c. 306-373), diácono de Edessa
4. Basílio, o Grande (329-379) da Capadócia
5. Cirilo de Jerusalém (c. de 315-386), Bispo de Jerusalém
6. Gregório Nazianzeno (329-389) da Capadócia
7. Ambrósio (c. 340-397), Bispo de Milão
8. João Crisóstomo (c. 347-407), Patriarca de Constantinopla
9. Jerônimo (342-420), monge
10. Agostinho (354-430), Bispo de Hipona
11. Cirilo de Alexandria (c. 376-444), Patriarca de Alexandria
12. Pedro Crisólogo (c. 406-450), Bispo de Ravena
13. Leão I, o Grande (c. 400-461), Papa
14. Gregório I, o Grande (c.540-604), Papa
15. Isidoro de Sevilha (560-636), Bispo de Sevilha
16. Beda, o Venerável (c.672-735), monge
17. John Damasceno (c.675-749), monge
18. Pedro Damiano (1001-1072), beneditino
19. Anselmo (1033-1109), Arcebispo de Cantuária
20. Bernardo de Claraval (1090-1153), cisterciense
21. Hildegarda de Bingen (1098-1179), beneditina
22. Tomás de Aquino (1125-1174), dominicano
23. Antônio de Pádua (1195-1231), franciscano
24. Boaventura (1221-1274), franciscano
25. Alberto Magno (c.1206-1280), dominicano
26. Catarina de Siena (1347-1380), dominicano
27. João de Ávila (1500-1559), sacerdote

28. Teresa de Ávila (1515-1582), carmelita
29. João da Cruz (1542-1591), carmelita
30. Peter Canasius (1521-1597), jesuíta
31. Lourenço de Brindisi (1559-1619), capuchinho
32. Roberto Belarmino (1542-1621), jesuíta
33. Francisco de Sales (1567-1622), Bispo de Genebra
34. Afonso de Ligório (1696-1787), redentorista
35. Teresa de Lisieux (1873-1897), carmelita

Apêndice ao Capítulo IV: O Credo do Povo de Deus

Cremos em um só Deus - Pai, Filho e Espírito Santo - Criador das coisas visíveis - como este mundo, onde se desenrola nossa vida passageira -, Criador das coisas invisíveis - como são os puros espíritos, que também chamamos anjos -, Criador igualmente, em cada homem, da alma espiritual e imortal.

Cremos que este Deus único é tão absolutamente uno em sua essência santíssima como em todas as suas demais perfeições: na sua onipotência, na sua ciência infinita, na sua providência, na sua vontade e no seu amor. Ele é Aquele que é, conforme Ele próprio revelou a Moisés (cf. Ex 3,14); Ele é Amor como nos ensinou o Apóstolo São João (cf. 1Jo4,8); de tal maneira que estes dois nomes - Ser e Amor - exprimem inefavelmente a mesma divina essência Daquela que se quis manifestar a nós e que, habitando uma luz inacessível (cfr. 1Tm 6,16), está, por si mesmo, acima de todo nome, de todas as coisas e de todas as inteligências criadas. Só Deus pode dar-nos um conhecimento exato e pleno de si mesmo, revelando-se como Pai, Filho e Espírito Santo, de cuja vida eterna somos pela graça chamados a participar, aqui na terra, na obscuridade da fé, e, depois da morte, na luz sempiterna. As relações mútuas, que constituem eternamente as Três Pessoas,

sendo, cada uma delas, o único e mesmo Ser Divino, perfazem a bem-aventurada vida íntima do Deus Santíssimo, infinitamente acima de tudo o que podemos conceber à maneira humana. Entretanto, rendemos graças à Bondade divina pelo fato de poderem numerosíssimos crentes dar testemunho conosco, diante dos homens, sobre a unidade de Deus, embora não conheçam o mistério da Santíssima Trindade.

Cremos, portanto, em Deus Pai que desde toda a eternidade gera o Filho; cremos no Filho, Verbo de Deus que é eternamente gerado; cremos no Espírito Santo, Pessoa incriada, que procede do Pai e do Filho como Amor sempiterno de ambos. Assim nas três Pessoas Divinas que são igualmente eternas e iguais entre si, a vida e a felicidade de Deus perfeitamente uno superabundam e se consomem na superexcelência e glória próprias da Essência incriada; e sempre se deve venerar a unidade na Trindade e a Trindade na unidade.

Cremos em Nosso Senhor Jesus Cristo, o Filho de Deus. Ele é o Verbo eterno, nascido do Pai antes de todos os séculos e consubstancial ao Pai, *homoousious to Patri*. Por Ele tudo foi feito. Encarnou por obra do Espírito Santo, de Maria Virgem, e se fez homem. Portanto, é igual ao Pai, segundo a divindade, mas inferior ao Pai, segundo a humanidade, absolutamente uno, não por uma confusão de naturezas (que é impossível), mas pela unidade da pessoa.

Ele habitou entre nós, cheio de graça e de verdade. Anunciou e fundou o Reino de Deus, manifestando-nos em si mesmo o Pai. Deu-nos o seu mandamento novo de nos amarmos uns aos outros como Ele nos amou. Ensinou-nos o caminho das bem-aventuranças evangélicas, isto é: a ser pobres de espírito e mansos, a tolerar os sofrimentos com paciência, a ter sede de justiça, a ser misericordiosos, puros de coração e pacíficos, a suportar perseguição por causa da virtude. Padeceu sob Pôncio Pilatos,

Cordeiro de Deus que carregou os pecados do mundo, e morreu por nós pregado na Cruz, trazendo-nos a salvação pelo seu Sangue redentor. Foi sepultado e ressuscitou ao terceiro dia pelo seu próprio poder, elevando-nos por esta sua ressurreição a participarmos da vida divina que é a graça. Subiu ao céu, de onde há de vir novamente, mas então com glória, para julgar os vivos e os mortos, a cada um segundo os seus méritos: os que corresponderam ao Amor e à Misericórdia de Deus irão para a vida eterna; porém os que os tiverem recusado até a morte serão destinados ao fogo que nunca cessará. E o seu reino não terá fim.

Creemos no Espírito Santo, Senhor que dá a vida e que com o Pai e o Filho é juntamente adorado e glorificado. Foi Ele que falou pelos profetas e nos foi enviado por Jesus Cristo, depois de sua ressurreição e ascensão ao Pai. Ele ilumina, vivifica, protege e governa a Igreja, purificando seus membros, se estes não rejeitam a graça. Sua ação, que penetra no íntimo da alma, torna o homem capaz de responder àquele preceito de Cristo: “Sede perfeitos como perfeito é o vosso Pai celeste” (cf. Mt 5,48).

Creemos que Maria Santíssima, que permaneceu sempre Virgem, tornou-se Mãe do Verbo Encarnado, nosso Deus e Salvador, Jesus Cristo; e que por motivo desta eleição singular, em consideração dos méritos de seu Filho, foi remida de modo mais sublime, e preservada imune de toda a mancha do pecado original; e que supera de longe todas as demais criaturas, pelo dom de uma graça insigne.

Associada por um vínculo estreito e indissolúvel aos mistérios da Encarnação e da Redenção, a Santíssima Virgem Maria, Imaculada, depois de terminar o curso de sua vida terrestre, foi elevada em corpo e alma à glória celestial; e, tornada semelhante a seu Filho, que ressuscitou dentre os mortos, participou antecipadamente da sorte de todos os justos. Creemos que a Santíssima Mãe de Deus, nova Eva, Mãe da Igreja, continua no

céu a desempenhar seu ofício materno, em relação aos membros de Cristo, cooperando para gerar e desenvolver a vida divina em cada uma das almas dos homens que foram remidos.

Creemos que todos pecaram em Adão; isto significa que a culpa original, cometida por ele, fez com que a natureza, comum a todos os homens, caísse num estado no qual padece as consequências dessa culpa. Tal estado já não é aquele em que no princípio se encontrava a natureza humana em nossos primeiros pais, uma vez que se achavam constituídos em santidade e justiça, e o homem estava isento do mal e da morte. Portanto, é esta natureza assim decaída, despojada de dom da graça que antes a adornava, ferida em suas próprias forças naturais e submetidas ao domínio da morte, é esta que é transmitida a todos os homens. Exatamente neste sentido, todo homem nasce em pecado. Professamos pois, segundo o Concílio de Trento, que o pecado original é transmitido juntamente com a natureza humana, pela propagação e não por imitação, e se acha em cada um como próprio.

Creemos que Nosso Senhor Jesus Cristo, pelo Sacrifício da Cruz, nos remiu do pecado original e de todos os pecados pessoais, cometidos por cada um de nós; de sorte que se impõe como verdadeira a sentença do Apóstolo: ‘onde abundou o delito, superabundou a graça’ (cf. Rm 5,20).

Creemos professando num só Batismo, instituído por Nosso Senhor Jesus Cristo para a remissão dos pecados. O Batismo deve ser administrado também às crianças que não tenham podido cometer por si mesmas pecado algum; de modo que, tendo nascido com a privação da graça sobrenatural, renasçam da água e do Espírito Santo para a vida divina em Jesus Cristo.

Creemos na Igreja una, santa, católica e apostólica, edificada por Jesus Cristo sobre a pedra que é Pedro. Ela é o Corpo Místico de Cristo, sociedade visível, estruturada em órgãos hierárquicos e, ao mesmo tempo, comunidade espiritual. Igreja terrestre, Povo de

Deus peregrinando aqui na terra, e Igreja enriquecida de bens celestes, germe e começo do Reino de Deus, por meio do qual a obra e os sofrimentos da Redenção continuam ao longo da história humana, aspirando com todas as forças a consumação perfeita, que se conseguirá na glória celestial após o fim dos tempos. No decurso do tempo, o Senhor Jesus forma a sua Igreja pelos Sacramentos que emanam de sua plenitude. Por eles a Igreja faz com que seus membros participem do mistério da Morte e Ressurreição de Jesus Cristo, pela graça do Espírito Santo que a vivifica e move. Por conseguinte, ela é santa, apesar de incluir pecadores no seu seio; pois em si mesma não goza de outra vida senão a vida da graça. Se realmente seus membros se alimentam dessa vida, se santificam; se dela se afastam, contraem pecados e impurezas espirituais, que impedem o brilho e a difusão de sua santidade. É por isso que ela sofre e faz penitência por esses pecados, tendo o poder de livrar deles a seus filhos, pelo Sangue de Cristo e pelo dom do Espírito Santo.

Herdeira das promessas divinas e filha de Abraão segundo o Espírito, por meio daquele povo de Israel, cujos livros sagrados guarda com amor e cujos Patriarcas e Profetas venera com piedade; edificada sobre o fundamento dos Apóstolos, cuja palavra sempre viva e cujos poderes, próprios de Pastores, vem transmitindo fielmente de geração em geração, no sucessor de Pedro e nos Bispos em comunhão com ele; gozando enfim da perpétua assistência do Espírito Santo, a Igreja tem o encargo de conservar, ensinar, explicar e difundir a Verdade que Deus revelou aos homens, veladamente de certo modo pelos Profetas, e plenamente pelo Senhor Jesus. Nós cremos todas essas coisas que estão contidas na Palavra de Deus por escrito ou por tradição, e que são propostas pela Igreja, quer em declaração solene quer no Magistério ordinário e universal, para serem cridas como divinamente reveladas. Nós cremos na infalibilidade de que goza o

Sucessor de Pedro, quando fala ex cathedra, como Pastor e Doutor de todos os cristãos e que reside também no Colégio dos Bispos, quando com o Papa exerce o Magistério supremo.

Cremos que a Igreja, fundada por Cristo e pela qual Ele orou, é indefectivelmente una, na fé, no culto e no vínculo da comunhão hierárquica. No seio desta Igreja, a riquíssima variedade dos ritos litúrgicos e a diversidade legítima do patrimônio teológico e espiritual ou de disciplinas peculiares, longe de prejudicar a unicidade, antes a declaram.

Reconhecendo também que fora da estrutura da Igreja de Cristo existem muitos elementos de santificação e de verdade, que como dons próprios da mesma Igreja impelem à unidade católica, e crendo, por outra parte, na ação do Espírito Santo que suscita em todos os discípulos de Cristo o desejo desta unidade, esperamos que os cristãos que ainda não gozam da plena comunhão com a única Igreja, se unam afinal em um só rebanho sob um único Pastor.

Cremos que a Igreja é necessária para a Salvação, pois só Cristo é o Mediador e caminho da salvação, e Ele se torna presente a nós no seu Corpo que é a Igreja. Mas o desígnio divino da Salvação abrange a todos os homens; e aqueles que, ignorando sem culpa o Evangelho de Cristo e sua Igreja, procuram todavia a Deus com sincero coração, e se esforçam, sob o influxo da graça, por cumprir com obras a sua vontade, conhecida pelo ditame da consciência, também esses, em número aliás que somente Deus conhece, podem conseguir a salvação eterna.

Cremos que a Missa, celebrada pelo sacerdote, que representa a pessoa de Cristo, em virtude do poder recebido no sacramento da Ordem, e oferecida por ele em nome de Cristo e dos membros do seu Corpo Místico, é realmente o Sacrifício do Calvário, que se torna sacramentalmente presente em nossos altares. Cremos que, como o Pão e o Vinho consagrados pelo

Senhor, na última ceia, se converteram no seu Corpo e Sangue, que logo iam ser oferecidos por nós na Cruz; assim também o Pão e o Vinho consagrados pelo sacerdote se convertem no Corpo e Sangue de Cristo que assiste gloriosamente no céu. Cremos ainda que a misteriosa presença do Senhor, debaixo daquelas espécies que continuam aparecendo aos nossos sentidos do mesmo modo que antes, é uma presença verdadeira, real e substancial.

Neste sacramento, pois, Cristo não pode estar presente de outra maneira a não ser pela mudança de toda a substância do pão no seu Corpo, e pela mudança de toda a substância do vinho no seu Sangue, permanecendo apenas inalteradas as propriedades do pão e do vinho, que percebemos com os nossos sentidos. Esta mudança misteriosa é chamada pela Igreja com toda a exatidão e conveniência transubstanciação. Assim, qualquer interpretação de teólogos, buscando alguma inteligência deste mistério, para que concorde com a fé católica, deve colocar bem a salvo que na própria natureza das coisas, isto é, independentemente do nosso espírito, o pão e o vinho deixaram de existir depois da consagração, de sorte que o Corpo adorável e o Sangue do Senhor Jesus estão na verdade diante de nós, debaixo das espécies sacramentais do pão e do vinho, conforme o mesmo Senhor quis, para se dar a nós em alimento e para nos associar pela unidade do seu Corpo Místico.

A única e indivisível existência de Cristo nosso Senhor, glorioso no céu, não se multiplica mas se torna presente pelo Sacramento, nos vários lugares da terra, onde o Sacrifício Eucarístico é celebrado. E depois da celebração do Sacrifício, a mesma existência permanece presente no Santíssimo Sacramento, o qual no sacrário do altar é como o coração vivo de nossas igrejas. Por isso estamos obrigados, por um dever certamente suavíssimo, a honrar e adorar, na Sagrada Hóstia que os nossos olhos veem, ao próprio Verbo Encarnado que eles não podem ver, e que, sem ter deixado o céu, se tornou presente diante de nós.

Confessamos igualmente que o Reino de Deus, começado aqui na terra na Igreja de Cristo, “não é deste mundo” (cf. Jo 18,36), “cuja figura passa” (cf. 1Co 7,31), e também que o seu crescimento próprio não pode ser confundido com o progresso da cultura humana ou das ciências e artes técnicas; mas consiste em conhecer, cada vez mais profundamente, as riquezas insondáveis de Cristo, em esperar sempre com maior firmeza os bens eternos, em responder mais ardentemente ao amor de Deus, enfim em difundir-se cada vez mais largamente a graça e a santidade entre os homens. Mas com o mesmo amor, a Igreja é impelida a interessar-se continuamente pelo verdadeiro bem temporal dos homens. Pois, não cessando de advertir a todos os seus filhos que eles “não possuem aqui na terra uma morada permanente” (cf. Hb 13,14), estimula-os também a que contribuam, segundo as condições e os recursos de cada um, para o desenvolvimento da própria sociedade humana; promovam a justiça, a paz e a união fraterna entre os homens; e prestem ajuda a seus irmãos, sobretudo aos mais pobres e mais infelizes. Destarte, a grande solicitude com que a Igreja, Esposa de Cristo, acompanha as necessidades dos homens, isto é, suas alegrias e esperanças, dores e trabalhos, não é outra coisa senão o ardente desejo que a impele com força a estar presente junto deles, tencionando iluminá-los com a luz de Cristo, congregar e unir a todos Naquele que é o seu único Salvador. Tal solicitude entretanto, jamais se deve interpretar como se a Igreja se acomodasse às coisas deste mundo, ou se tivesse resfriado no fervor com que ela mesma espera seu Senhor e o Reino eterno.

Cremos na vida eterna. Cremos que as almas de todos aqueles que morrem na graça de Cristo - quer as que se devem ainda purificar no fogo do Purgatório, quer as que são recebidas por Jesus no Paraíso, logo que se separam do corpo, como sucedeu com o Bom Ladrão -, formam o Povo de Deus para além da morte, a qual será definitivamente vencida no dia da Ressurreição, em que

estas almas se reunirão a seus corpos.

Creemos que a multidão das almas, que já estão reunidas com Jesus e Maria no Paraíso, constituem a Igreja do céu, onde gozando da felicidade eterna, veem Deus como Ele é (cf. 1Jo 3,2), e participam com os santos Anjos, naturalmente em grau e modo diverso, do governo divino exercido por Cristo glorioso, uma vez que intercedem por nós e ajudam muito a nossa fraqueza, com a sua solícitude fraterna.

Creemos na comunhão de todos os fiéis de Cristo, a saber: dos que peregrinam sobre a terra, dos defuntos que ainda se purificam e dos que gozam da bem-aventurança do céu, formando todos juntos uma só Igreja. E cremos igualmente que nesta comunhão dispomos do amor misericordioso de Deus e dos seus Santos, que estão sempre atentos para ouvir as nossas orações, como Jesus nos garantiu: “Pedi e recebereis” (cf. Lc 11,9-10; Jo 16,24). Professando está fé e apoiados nesta esperança, nós aguardamos a ressurreição dos mortos e a vida do século futuro.

Bendito seja Deus: Santo, Santo, Santo!
Amém.

Papa Paulo VI. 30 de junho do ano de 1968. [\[256\]](#)

Apêndice ao Capítulo V: O cânon, livros canônicos e livros apócrifos

O texto que segue é um trecho do módulo “*O cânon, os livros apócrifos e os livros canônicos*”, do Curso de Iniciação Bíblica, do Cursoscatolicos.com.br.

A formação do Cânon

Por volta do século IV, as palavras “*kanonika*” e “*kanonizômena*” começaram a ser empregadas para denominar os livros que “regulamentavam” a fé e as práticas e costumes cristãos[257] e que, por este motivo, passavam a serem listados entre aqueles considerados como Escrituras Sagradas, dando início à formação do Cânon.

A necessidade da formação de uma lista de escritos “oficiais” surgiu a partir da proliferação de inúmeros evangelhos, cartas, atos e outros documentos (além daqueles que estão em nossas bíblias), que confundiam tanto pregadores quanto fiéis. Tentativas neste sentido começam já nos primeiros séculos do cristianismo.

Urgia separar os livros sacros, aptos à leitura liturgia e catequética, fontes da pregação evangélica, dos escritos similares, muitos dos quais com doutrinas estranhas e mesmo contrárias aos ensinamentos de Cristo e de sua Igreja (que dele recebera o poder de “ligar e desligar”). Para ficar num único exemplo, o herege romano Marcião, por volta do ano 150, havia rejeitado todo o AT e considerava apenas o evangelho de Lucas, mesmo assim com algumas mutilações, e 10 das cartas paulinas.

O primeiro catálogo oficial que enumera os livros do atual

cânon da Igreja católica é o do **Sínodo de Hipona**, na África, **do ano de 393**, do qual participou ativamente Santo Agostinho. A lista dos 73 livros foi confirmada no Concílio particular de Cartago, em 419, e em documentos papais e eclesiásticos posteriores. Também a Igreja grega o aceitou, em 692, no Concílio Trulano. Quando da Reforma Protestante e da exclusão, por Lutero, dos sete livros de sua versão da bíblia, a Igreja Católica, para não deixar dúvidas, no Concílio de Trento (1545 a 1563), de maneira oficial e definitiva, “fechou” o seu cânon, incluindo os setes livros disputados, reconhecendo-os como fruto de inspiração divina e partes inseparáveis da Bíblia Sagrada.

Os critérios de canonicidade (para os católicos) são, resumidamente, a origem apostólica dos livros, a consonância com o anúncio da Boa Nova por Jesus e o seu uso generalizado na Igreja. Com tais critérios, guiada pelo Espírito Santo e à luz da Sagrada Tradição, foi que o Magistério da Igreja estabeleceu o rol dos livros sagrados, discernindo entre aqueles inspirados e aqueles meramente humanos, cujo teor não correspondia total e exatamente às palavras divinas.

O Cânon das Escrituras

Foi a Tradição Apostólica que levou a Igreja a discernir quais os escritos que deviam ser contados na lista dos livros sagrados. Esta lista integral é chamada «Cânon» das Escrituras. Comporta, para o Antigo Testamento, 46 (45, se se contar Jeremias e as Lamentações como um só) escritos, e, para o Novo, 27. (Catecismo da Igreja Católica, 120)

O Cânon Muratori

A lista mais antiga que se tem notícia dos livros do Novo Testamento é o cânon Muratori.[\[258\]](#) Escrito em latim, o cânon Muratori, que é datado entre o fim do século VII e início do VIII, é,

na realidade, uma cópia de outro documento (original) muito mais antigo, datado pelos especialistas como escrito por volta dos anos 150 a 170 d.C., em razão da menção que faz a Pio, Bispo de Roma (Papa) entre 140 e 155 d.C., irmão do autor do livro Pastor de Hermas (considerado apócrifo).

O cânon também é conhecido como “fragmento muratoriano” ou, ainda, fragmento de Muratori. O uso do termo fragmento decorre do fato de que o documento está mutilado em seu início e no fim. Apesar de incompleto – pelas mutilações – permite conhecer os livros que o autor (que é desconhecido, mas aparenta ser uma autoridade eclesiástica) considerava admissíveis, não admissíveis (as cartas aos Laodicenses e aos Alexandrinos, atribuídas falsamente a Paulo), controversos (o Apocalipse de Pedro) e os que podiam ser lidos particularmente (o Pastor de Hermas).

Entre os admissíveis, ou seja, os que hoje chamamos canônicos, e incontroversos, a lista apresentada pelo Cânon Muratori é, com pequenas variações, a mesma considerada pela Igreja nos dias atuais:

- São aceitos quatro evangelhos, dois citados no fragmento – o de Lucas e o de João, já mencionados com o terceiro e quarto evangelhos. Os outros dois – o primeiro e o segundo evangelho – não são citados e, certamente, estavam na da parte inicial do documento, infelizmente perdida;
- Os Atos dos Apóstolos, escritos por Lucas, [\[259\]](#)
- 13 epístolas de Paulo de Tarso (não menciona a Epístola aos Hebreus),
- A epístola a Filemon, uma a Tito e duas a Timóteo,
- A epístola de Judas, entre outras chamadas “escritos católicos” (hoje denominadas Cartas Católicas ou

Universais)

- Apenas se mencionam duas epístolas de João, sem as descrever.

Em relação ao Antigo Testamento, menciona também a aceitação (como canônico) do Livro da Sabedoria, um dos sete livros que os protestantes retiraram de suas bíblias.

Outros dois aspectos interessantes do escrito é que ele menciona, já no século II, o termo “católico” e “Igreja Católica”, que alguns (os inimigos da Igreja Católica) querem colocar apenas nos tempos do imperador romano Constantino (272-337), a quem atribuem a criação da Igreja Católica, e também menciona a unicidade da Igreja (“*Paulo escreveu somente a sete igrejas... reconhece-se que **existe apenas uma Igreja difundida por toda a terra**, pois da mesma forma João, no Apocalipse, ainda que escreva a sete igrejas, está falando para todas*”).

Leia o texto do Cânon Muratori:

[...] aos quais esteve presente e assim o fez. O terceiro livro do Evangelho é o de Lucas. Este Lucas - médico que depois da ascensão de Cristo foi levado por Paulo em suas viagens - escreveu sob seu nome as coisas que ouviu, uma vez que não chegou a conhecer o Senhor pessoalmente, e assim, a medida que tomava conhecimento, começou sua narrativa a partir do nascimento de João.

O quarto Evangelho é o de João, um dos discípulos. Questionado por seus condiscípulos e Bispos, disse: ‘Andai comigo durante três dias a partir de hoje e que cada um de nós conte aos demais aquilo que lhe for revelado. Naquela mesma noite foi revelado a André, um dos Apóstolos, que, de conformidade com todos, João escrevera em seu nome.

Assim, ainda que pareça que ensinam coisas distintas nestes distintos Evangelhos, a fé dos fiéis não difere, já que o mesmo Espírito inspira para que todos se contentem sobre o nascimento, paixão e ressurreição [de Cristo], assim como sua

permanência com os discípulos e sobre suas duas vindas, depreciada e humilde na primeira (que já ocorreu) e gloriosa, com magnífico poder, na segunda (que ainda ocorrerá). Portanto, o que há de estranho que João frequentemente afirme cada coisa em suas epístolas dizendo: 'O que vimos com nossos olhos e ouvimos com nossos ouvidos e nossas mãos tocaram, isto o escrevemos'? Com isso, professa ser testemunha, não apenas do que viu e ouviu, mas também escritor de todas as maravilhas do Senhor.

Os Atos foram escritos em um só livro. Lucas narra ao bom Teófilo aquilo que se sucedeu em sua presença, ainda que fale bem por alto da paixão de Pedro e da viagem que Paulo realizou de Roma até a Espanha.

Quanto às epístolas de Paulo, por causa do lugar ou pela ocasião em que foram escritas elas mesmas o dizem àqueles que querem entender: em primeiro lugar, a dos Coríntios, proibindo a heresia do cisma; depois, a dos Gálatas, que trata da circuncisão; aos Romanos escreveu mais extensamente, demonstrando que as Escrituras têm como princípio o próprio Cristo. Não precisamos discutir sobre cada uma delas, já que o mesmo bem-aventurado apóstolo Paulo escreveu somente a sete igrejas, como fizera o seu predecessor João, nesta ordem: a primeira, aos Coríntios; a segunda, aos Efésios; a terceira, aos Filipenses; a quarta, aos Colossenses; a quinta, aos Gálatas; a sexta, aos Tessalonicenses; e a sétima, aos Romanos. E, ainda que escreva duas vezes aos Coríntios e aos Tessalonicenses, para sua correção, reconhece-se que existe apenas uma Igreja difundida por toda a terra, pois da mesma forma João, no Apocalipse, ainda que escreva a sete igrejas, está falando para todas.

Além disso, são tidas como sagradas uma [epístola] a Filemon, uma a Tito e duas a Timóteo; ainda que sejam filhas de um afeto e amor pessoal, servem à honra da Igreja católica e à ordenação da disciplina eclesiástica.

Correm também uma carta aos Laodicenses e outra aos Alexandrinos, atribuídas [falsamente] a Paulo, mas que servem para favorecer a heresia de Marcião, e muitos outros escritos

que não podem ser recebidos pela Igreja católica porque não convém misturar o fel com o mel.

Entre os escritos católicos, se contam uma epístola de Judas e duas do referido João, além da Sabedoria escrita por amigos de Salomão em honra do mesmo.

Quanto aos apocalipses, recebemos dois: o de João e o de Pedro; mas, quanto a este último, alguns dos nossos não querem que seja lido na Igreja. Recentemente, em nossos dias, Hermas escreveu em Roma “O Pastor”, sendo que o seu irmão, Pio, ocupa a cátedra de Bispo da Igreja de Roma. É, então, conveniente que seja lido, ainda que não publicamente ao povo da Igreja, nem aos Profetas - cujo número já está completo, nem aos Apóstolos - por ter terminado o seu tempo.

De Arsênio, Valentino e Melcíades não recebemos absolutamente nada; estes também escreveram um novo livro de Salmos para Marcião, juntamente com Basíledes da Ásia.

Apêndice ao Capítulo XII: Os Dogmas, segundo Ludwig Ott

A lista abaixo apresentada é uma compilação dos Dogmas da Igreja Católica apresentados no magnífico trabalho do padre alemão Ludwig Ott, Fundamentos do Dogma Católico, publicado pelo Mercier Press Ltd., Cork, Irlanda, 1955 e reimpresso nos EUA pela Tan Books and Publishers, Rockford, Illinois, 1974. Não existe versão do livro em português.

A lista é reproduzida em vários sites católicos, entre os quais citamos os seguintes:

<http://www.amormariano.com.br/apologetica/os-dogmas-de-fe-da-igreja-catolica-apostolica-romana>

<http://www.christeeleyson.com/2010/09/quais-sao-os-dogmas-catolicos-o-padre.html>

I. Deus Uno e Trino

1. Deus, nosso Criador e Senhor, pode ser conhecido, com absoluta certeza, pela luz natural da razão das coisas criadas.
2. A existência de Deus não é meramente um objeto de conhecimento racional, mas também um objeto da fé sobrenatural.
3. A Natureza de Deus é incompreensível para os homens.
4. Os bem-aventurados no Céu possuem um conhecimento intuitivo imediato da Essência Divina.
5. A visão imediata de Deus transcende a força natural da percepção da alma humana, e é, portanto, sobrenatural.
6. A alma requer a luz da glória para a visão imediata de

Deus.

7. A Essência de Deus é igualmente incompreensível para o bem-aventurado no Céu.
8. Os atributos divinos são realmente idênticos entre si e com a Divina Essência.
9. Deus é absolutamente perfeito.
10. Deus é verdadeiramente infinito em toda a perfeição.
11. Deus é absolutamente simples.
12. Há somente um Deus.
13. O Deus único é, no sentido ontológico, o verdadeiro Deus.
14. Deus possui um poder infinito de percepção.
15. Deus é verdade absoluta.
16. Deus é absolutamente fiel.
17. Deus é absoluta bondade ontológica Nele mesmo e em relação aos outros.
18. Deus é absoluta bondade moral ou santidade.
19. Deus é absoluta benignidade.
20. Deus é absolutamente imutável.
21. Deus é eterno.
22. Deus é imenso ou absolutamente imensurável.
23. Deus está presente em todo o lugar no espaço criado.
24. O conhecimento de Deus é infinito.
25. O conhecimento de Deus é pura e simplesmente atual e verdadeiro.
26. O conhecimento de Deus é subsistente.
27. Deus conhece tudo que é meramente possível pelo conhecimento da inteligência simples.
28. Deus conhece todas as coisas reais do passado, presente e futuro.

29. Pelo conhecimento da visão, Deus também prevê as futuras ações livres das criaturas racionais com a certeza infalível.

30. A Vontade Divina de Deus é infinita.

31. Deus Se ama pela necessidade, mas ama e deseja a criação de coisas extra divinas, por sua vez, com liberdade.

32. Deus é Todo-Poderoso.

33. Deus é o Senhor dos céus e da terra.

34. Deus é infinitamente justo.

35. Deus é infinitamente misericordioso.

36. Em Deus há três Pessoas, o Pai, o Filho e o Espírito Santo. Cada uma das três Pessoas possui uma Divina Essência (numérica).

37. Em Deus há duas procissões divinas internas.

38. As Pessoas Divinas, não a Divina Natureza, são os sujeitos das procissões divinas internas (no sentido ativo e passivo).

39. A Segunda Pessoa Divina procede da Primeira Pessoa Divina pela geração, portanto é relacionada a Ele como Filho para o Pai.

40. O Espírito Santo procede do Pai e do Filho como de um único princípio através de uma única inspiração.

41. O Espírito Santo não procede através da geração, mas através da inspiração.

42. As relações em Deus são realmente idênticas com a Natureza Divina.

43. As Três Pessoas Divinas estão um em outro.

44. Todas as atividades *ad extra* de Deus são comuns para as Três Pessoas.

II. Deus Criador

45. Tudo que existe fora de Deus foi, na sua total

substância, produzido do nada por Deus.

46. Deus, ao criar o mundo foi movido pela Sua bondade.

47. O Universo foi criado para a glorificação de Deus.

48. As Três Pessoas Divinas são o único, princípio comum da criação.

49. Deus criou nosso mundo livre da compulsão exterior e necessidade interior.

50. Deus criou um mundo bom.

51. O mundo teve um começo no tempo.

52. Só Deus criou o mundo.

53. Deus mantém todas as coisas criadas na existência.

54. Deus, através da Sua Providência, protege e guia tudo que Ele criou.

55. O primeiro homem foi criado por Deus.

56. O homem consiste de duas partes essenciais - o corpo material e a alma espiritual.

57. A alma racional de per si é a forma essencial do corpo.

58. Cada ser humano possui uma alma individual.

59. Deus confere ao homem um destino sobrenatural.

60. Os nossos primeiros pais, antes da queda, eram dotados da graça santificante.

61. Em acréscimo à graça santificante, os nossos primeiros pais eram dotados com o dom preternatural da imortalidade corporal.

62. Os nossos primeiros pais no Paraíso pecaram gravemente através da transgressão do mandamento probatório Divino.

63. Através do pecado os nossos primeiros pais perderam a graça santificante e provocaram a ira e a indignação de Deus.

64. Os nossos primeiros pais tornaram-se sujeitos a morte e a dominação do mal.
65. O pecado de Adão é transmitido a sua posteridade, não pela imitação, mas pela descendência.
66. O pecado original é transmitido pela geração natural.
67. No estado de pecado original o homem é desprovido da graça santificante e tudo que isto implica, assim como os dons sobrenaturais da integridade.
68. As almas que partem desta vida no estado de pecado original são excluídas da Visão Beatífica de Deus.
69. No começo do tempo Deus criou as essências espirituais (anjos) do nada.
70. A natureza dos anjos é espiritual.
71. Os espíritos maus (demônios) foram criados bons por Deus; eles se tornaram perversos através das suas próprias faltas.
72. A tarefa secundária dos bons anjos é a proteção dos homens e o cuidado da sua salvação.
73. O mal possui certo domínio sobre a humanidade por causa do pecado do Adão.

III. Deus Redentor

74. Jesus Cristo é verdadeiro Deus, e é verdadeiro Filho de Deus.
75. Cristo assumiu um corpo real, e não um corpo aparente.
76. Cristo assumiu não apenas um corpo, mas também uma alma racional.
77. Cristo foi verdadeiramente gerado e nascido de uma filha do Adão, a Virgem Maria.
78. As naturezas, humana e Divina estão unidas hipostaticamente (União mística) em Cristo, isto é,

unida uma a outra numa Pessoa.

79. Na união hipostática cada uma das duas naturezas de Cristo continua intacta, imutável e independente uma para com a outra.

80. Cada uma das duas naturezas em Cristo possui sua vontade natural e seu próprio modo de operação.

81. A união hipostática da natureza humana de Cristo com o Logos Divino teve lugar no momento da concepção.

82. A união hipostática se efetuou com as Três Pessoas Divinas agindo em comum.

83. Apenas a segunda Pessoa Divina tornou-se Homem.

84. Não apenas como Deus, mas também como homem Jesus Cristo é o Filho natural de Deus.

85. O Deus-Homem Jesus Cristo deve ser venerado com um único modo de adoração, a adoração absoluta de latria que é devida somente a Deus.

86. As características e atividades Divina e humana de Cristo devem ser predicadas do único Verbo Encarnado.

87. Cristo era livre de todo o pecado, tanto do pecado original quanto do pecado pessoal.

88. A natureza humana de Cristo era passável.

89. O Filho de Deus se tornou homem para redimir os homens.

90. O homem caído não pode se redimir.

91. O Deus-Homem Jesus Cristo é um sacerdote régio.

92. Cristo Se ofereceu sobre a Cruz como um verdadeiro e distinto sacrifício.

93. Cristo pelo Seu sacrifício sobre a Cruz redimiú-nos e reconciliou-nos com Deus.

94. Cristo através da Sua paixão e morte mereceu a recompensa de Deus.

95. Após a Sua morte, a Alma de Cristo, que foi separada do Seu Corpo, desceu a mansão dos mortos.

96. No terceiro dia após a Sua morte, Cristo ressuscitou gloriosamente dos mortos.

97. Cristo ascendeu em corpo e alma para o Céu e está sentado à direita do Pai.

IV. A Mãe do Redentor

98. Maria é verdadeiramente a Mãe de Deus.

99. Maria foi concebida sem nenhuma mancha do pecado original. Maria concebeu pelo Espírito Santo sem a cooperação do homem.

100. Maria deu a luz o seu Filho sem qualquer violação da sua integridade virginal. Após o nascimento de Jesus, Maria permaneceu Virgem.

101. Maria foi assunta em corpo e alma ao Céu.

V. Deus Santificador

102. Há uma intervenção sobrenatural de Deus nas faculdades da alma, da qual precede a ação livre da vontade.

103. Há uma influência sobrenatural de Deus nas faculdades da alma que coincide no tempo com a ação livre da vontade do homem.

104. Para toda a ação salutar, é absolutamente necessária a graça sobrenatural interna de Deus (*gratia elevans*).

105. A graça sobrenatural interna é absolutamente necessária para o início da fé e salvação.

106. Sem o auxílio especial de Deus, o justificado não pode perseverar até o fim na justificação.

107. A pessoa justificada não é capaz na sua vida de evitar pecados, mesmo que sejam pecados veniais, sem o privilégio especial da graça de Deus.

108. Mesmo no estado de caído, o homem pode por sua natural força intelectual, saber as verdades religiosas e a moral.

109. Para o desempenho de ações moralmente boas, não se requer graça santificante.

110. No estado da natureza caída, é moralmente impossível ao homem sem a Revelação sobrenatural, saber facilmente, com absoluta certeza, e sem uma mescla de erro, toda verdade religiosa e moral da ordem natural.

111. A graça não pode ser merecida por obras naturais mesmo de condigno ou de cônica.

112. Deus dá toda a graça suficiente para a observação dos mandamentos divinos.

113. Deus, pela Sua eterna resolução da Vontade, tem determinado certos homens para bem-aventurança eterna (Deus, ao criá-los, já sabe que livremente se salvarão).

114. Deus, por uma resolução eterna da Sua Vontade, predestina certos homens, por conta dos seus pecados previstos, para a rejeição eterna.

115. A vontade humana permanece livre sob a influência da graça eficaz, que não é irresistível.

116. Há graça que é verdadeiramente suficiente e mesmo assim permanece ineficaz.

117. As causas da Justificação:

I. A causa final é a honra de Deus e de Cristo e a vida eterna dos homens.

II. A causa eficiente é a misericórdia de Deus.

III. A causa meritória é Jesus Cristo, que como mediador entre Deus e os homens, se reconciliou por nós e mereceu-nos a graça pela qual nós somos

justificados.

IV. A causa instrumental da primeira justificação é o Sacramento do Batismo. Assim ela define que Fé é condição necessária para justificação (dos adultos).

V. A causa formal é a Justiça de Deus, não pela qual Ele por Si é justo, mas a qual Ele nos faz justos, isto é, a Graça Santificante.

118. O pecador pode e deve preparar-se pelo auxílio da graça atual para o recebimento da graça pela qual ele é justificado.

119. A justificação de um adulto não é possível sem fé.

120. Além da fé, as ações futuras de disposição devem estar presentes.

121. A graça santificante santifica a alma.

122. A graça santificante torna o homem justo amigo de Deus.

123. A graça santificante torna o homem justo um filho de Deus e dá-lhe um clamor para a herança do céu.

124. As três virtudes Divinas ou teológicas da fé, esperança e caridade são infundidas com a graça santificante.

125. Sem a Revelação Divina especial ninguém pode conhecer a certeza da fé, se ele está em estado de graça.

126. O grau da graça justificante não é idêntico em todos os justos.

127. A graça pode ser aumentada com boas obras.

128. A graça pela qual nós somos justificados pode se perder, e é perdida por todo pecado grave.

129. Por suas boas obras, o homem justificado realmente adquire um clamor para a recompensa sobrenatural de Deus.

130. Um homem justo merece a si através de cada boa obra um aumento da graça santificante, vida eterna (se a morte encontra-o no estado de graça) e um aumento na glória celeste.

VI. A Igreja Católica

131. A Igreja Católica foi fundada por Deus-Homem Jesus Cristo.

132. Cristo fundou a Igreja Católica a fim de continuar a Sua obra da redenção por todo o tempo.

133. Cristo deu a Sua Igreja uma constituição hierárquica.

134. Os poderes conferidos sobre os Apóstolos descendem para os Bispos.

135. Cristo nomeou o Apóstolo Pedro para ser o primeiro de todos os Apóstolos e ser a Cabeça visível de toda a Igreja Católica, pela sua nomeação imediata e pessoalmente para a primazia da jurisdição.

136. De acordo com o decreto de Cristo, Pedro terá sucessores na sua Primazia sobre toda a Igreja Católica e para todo o tempo.

137. Os sucessores de Pedro na Primazia são os Bispos de Roma.

138. O Papa possui poder de jurisdição completo e supremo sobre toda a Igreja Católica, não meramente nas matérias da fé e moral, mas também na disciplina e no governo da Igreja.

139. O Papa é infalível quando ele fala *ex cathedra*.

140. Pela virtude do direito Divino, os Bispos possuem um poder ordinário de governo sobre suas dioceses.

141. Cristo fundou a Igreja Católica.

142. Cristo é a Cabeça da Igreja Católica.

143. Na decisão final sobre doutrinas concernentes a fé

e moral, a Igreja Católica é infalível.

144. O objeto primário da Infalibilidade são as verdades formalmente reveladas da Doutrina Cristã concernentes a fé e moral.

145. A totalidade dos Bispos é infalível, quando eles, ou reunidos em conselho geral ou espalhados sobre a terra propõem um ensinamento de fé ou moral como aquele que deve ser guardado por todos os fiéis.

146. A Igreja fundada por Cristo é única e una.

147. A Igreja fundada por Cristo é santa.

148. A Igreja fundada por Cristo é católica.

149. A Igreja fundada por Cristo é apostólica.

150. Tornar-se membros da Igreja Católica é necessário a todo o homem para a salvação.

VII. A Comunhão dos Santos

151. É admissível e benéfico venerar os Santos do Céu, e invocar a sua intercessão.

152. É admissível e benéfico venerar as relíquias dos Santos.

153. É admissível e benéfico venerar as imagens de Santos.

154. Os fiéis vivos podem recorrer ao auxílio das almas do Purgatório por suas intercessões.

VIII. Os Sacramentos

155. Os Sacramentos da Nova Aliança contêm a graça a qual eles significam, e conferem-na sobre aqueles que não a impedem.

156. Os Sacramentos trabalham *ex opere operato*, isto é, os sacramentos operam pelo poder do rito sacramental completo.

157. Todos os Sacramentos da Nova Aliança conferem graça santificante sobre os receptores.

158. Os três Sacramentos, Batismo, Confirmação, e Santos Ordens, imprimem um caráter, que é uma marca espiritual indelével, e, por esta razão, não podem ser repetidos.

159. O caráter sacramental é uma marca espiritual impressa na alma.

160. O caráter sacramental continua pelo menos até a morte daquele que o carrega.

161. Todos os Sacramentos da Nova Aliança foram instituídos por Jesus Cristo.

162. Há sete Sacramentos da Nova Lei.

163. Os Sacramentos da Nova Aliança são necessários para a salvação da humanidade.

164. A validade e a eficácia do Sacramento é independente da ortodoxia do ministro e estado da graça.

165. Para a válida administração do Sacramento é necessário que o ministro realize o sinal Sacramental de uma maneira correta.

166. O ministro deve ter a intenção de pelo menos fazer o que a Igreja faz.

167. No caso de receptores adultos é necessário o merecimento moral para recepção merecida ou frutífera dos Sacramentos.

IX. Batismo

168. Batismo é um verdadeiro Sacramento instituído por Jesus Cristo.

169. A matéria remota do Sacramento do Batismo é a verdade e a água natural.

170. O Batismo confere a graça da justificação.

171. O Batismo efetiva a remissão de todos os castigos do pecado, tanto eterno quanto temporal.

172. Mesmo recebido imerecidamente, o Batismo válido imprime na alma do receptor uma marca espiritual indelével, o Caráter Batismal, e por esta razão, o Sacramento não pode ser repetido.

173. O Batismo pela água (*Baptismus fluminis*) é, desde a promulgação do Evangelho, necessário para todo o homem sem exceção para salvação.

174. O Batismo pode ser validamente administrado por qualquer pessoa.

175. O Batismo pode ser recebido por qualquer pessoa durante o perigo de vida e que ainda não esteja batizada.

176. O Batismo de uma criança recém nascida é válido e lícito.

X. Confirmação

177. A Confirmação é um verdadeiro Sacramento propriamente assim chamado.

178. A Confirmação imprime sobre a alma uma marca espiritual indelével, e por esta razão, não pode ser repetida.

179. O ministro ordinário da Confirmação é somente o Bispo.

XI. Santa Eucaristia

180. O Corpo e o Sangue de Jesus Cristo estão verdadeiramente, realmente, e substancialmente presente na Eucaristia.

181. Cristo torna-se presente no Sacramento do Altar pela transformação de toda a substância do pão em Seu Corpo e de toda a substância do vinho em Seu Sangue.

182. Os acidentes do pão e vinho continuam após a transformação da substância.

183. O Corpo e Sangue de Cristo juntos com Sua Alma

e Divindade e, portanto, todo Cristo, estão verdadeiramente presentes na Eucaristia.

184. O Cristo Completo está presente sob cada uma das duas Espécies.

185. Quando qualquer Espécie consagrada é dividida, o Cristo Completo está presente em cada parte das Espécies.

186. Após o término da Consagração o Corpo e Sangue estão permanentemente presente na Eucaristia.

187. O Culto da Adoração (*latria*) deve ser dado ao Cristo presente na Eucaristia.

188. A Eucaristia é um verdadeiro Sacramento instituído por Jesus Cristo.

189. A matéria para a consumação da Eucaristia é o pão e o vinho.

190. Para a criança antes da idade da razão, a recepção da Eucaristia não é necessária para a salvação.

191. Comunhão sob duas espécies não é necessária para qualquer membro individual dos Fiéis, quer pela razão do preceito Divino quer como meio da salvação.

192. O poder da consagração reside apenas nos sacerdotes consagrados validamente.

193. O Sacramento da Eucaristia pode ser validamente recebido por todas as pessoas batizadas em perigo de vida, incluindo crianças jovens.

194. Para a recepção válida da Eucaristia, são necessários o estado de graça e a disposição apropriada e devota.

195. A Santa Missa é um Sacrifício verdadeiro e distinto.

196. No Sacrifício da Missa, o Sacrifício de Cristo na Cruz é feito presente, a sua memória celebrada, e o seu

poder salvífico empregado.

197. No Sacrifício da Missa e no Sacrifício da Cruz o Dom Sacrificial e o Sacerdote Sacrificante Primário são idênticos; apenas a natureza e o modo de oferecimento são diferentes.

198. O Sacrifício da Missa não é meramente um sacrifício de louvor e ação de graças, mas também um sacrifício da expiação e impetração.

XII. Penitência

199. A Igreja recebeu do Cristo o poder de remir os pecados cometidos após o Batismo.

200. Pela Absolvição da Igreja os pecados são verdadeiramente e imediatamente remidos.

201. O poder da Igreja de perdoar os pecados estende-se a todos os pecados sem exceção.

202. O exercício do poder da Igreja para perdoar os pecados é um ato judicial.

203. O perdão de pecados que tem lugar no Tribunal da Penitência é um Sacramento verdadeiro e válido, que é distinto do Sacramento do Batismo.

204. A Justificação extra sacramental é efetivada pelo perfeito arrependimento apenas quando ele é associado com o desejo para o Sacramento (*votum sacramenti*).

205. A Contrição emergindo por motivo de temor é moralmente boa e ação sobrenatural.

206. A confissão Sacramental do pecado é ordenado por Deus e é necessária para a salvação.

207. Pela virtude da Divina ordenança, todos os pecados graves de acordo com espécie e número, assim como aquelas circunstâncias que alteram a sua natureza, são objetos da obrigação da confissão.

208. A confissão de pecados veniais não é necessária,

mas é permitida e é útil.

209. Nem todos os castigos temporais para o pecado são sempre remidos por Deus da culpa do pecado e o castigo eterno.

210. O sacerdote tem o direito e o dever, de acordo com a natureza dos pecados e a possibilidade do penitente, de impor obras salutares e apropriadas para a satisfação.

211. As obras penitenciais extrasacramentais, tais como desempenhar práticas penitenciais voluntárias e suportar pacientemente as provações mandadas por Deus, possuem valor satisfatório.

212. A forma do Sacramento da Penitência consiste nas palavras da Absolvição.

213. A absolvição, em associação com os atos do penitente, efetiva o perdão dos pecados.

214. O efeito principal do Sacramento da Penitência é a reconciliação do pecador com Deus.

215. O Sacramento da Penitência é necessário para a salvação daqueles que, após o Batismo, caem em pecado grave.

216. Os únicos proprietários do Poder de Absolvição da Igreja são os Bispos e os sacerdotes.

217. A absolvição dada por diáconos, clérigos ou ordem inferior, e leigos não é Absolvição Sacramental.

218. O Sacramento da Penitência pode ser recebido por qualquer pessoa batizada que, após o Batismo, cometeu um pecado grave ou venial.

219. O uso das Indulgências é útil e salutar para o Fiel.

XIII. Santas Ordens

220. Santa Ordem é um Sacramento verdadeiro e distinto que foi instituído por Jesus Cristo.

221. A consagração dos sacerdotes é um Sacramento.

222. Bispos são superiores aos sacerdotes. O Bispo de Roma é o Papa e é o chefe de todos.

223. O Sacramento da Ordem confere graça santificante sobre o receptor.

224. O Sacramento da Ordem imprime um caráter sobre o receptor.

225. O Sacramento da Ordem confere um poder espiritual permanente sobre o receptor.

226. O dispensador ordinário de todos os graus da Ordem, tanto sacramental e não-sacramental, é apenas o Bispo validamente consagrado

XIV. Matrimônio

227. O casamento é um Sacramento verdadeiro e distinto instituído por Deus.

228. Do contrato sacramental do casamento emerge a Aliança do Casamento, que liga ambos os parceiros do casamento para uma comunidade de vida indivisível até o fim da vida.

229. O Sacramento do Matrimônio confere graça santificante sobre as partes contratantes.

XV. Unção dos Enfermos

230. A extrema Unção é um Sacramento verdadeiro e distinto instituído por Jesus Cristo.

231. A matéria remota da Unção dos Enfermos é óleo.

232. A forma consiste na oração do sacerdote para a pessoa doente a quem realiza a unção.

233. A Unção dos Enfermos dá a pessoa doente graça santificante a fim de animar e fortalecê-la.

234. A Unção dos Enfermos efetiva a remissão de pecados graves ainda remanescentes e os pecados veniais.

235. A Unção dos Enfermos efetiva algumas vezes a

restauração da saúde corpórea, se isso resulta numa vantagem espiritual.

236. Apenas os Bispos e os sacerdotes podem administrar validamente a Unção dos Enfermos.

237. A Unção dos Enfermos pode ser recebida apenas pelos Fiéis que estão seriamente doentes.

XVI. Os Novíssimos

238. Na presente ordem da salvação, a morte é um castigo para o pecado.

239. Todo o ser humano sujeito ao pecado original é sujeito à lei da morte.

240. As almas dos justos que no momento da morte estão livres de toda a culpa do pecado e castigo do pecado entram no Céu.

241. A felicidade do Céu dura por toda a eternidade.

242. O grau da perfeição da Visão Beatífica concedida para o justo é proporcional ao mérito de cada um.

243. As almas daqueles que morrem na condição de grave pecado pessoal entram para o Inferno. (Deve-se sempre ter em mente, que como disse São Bernardo, entre o momento da morte e a eternidade, existe ainda um abismo de misericórdia. Ou seja: milhões de pessoas morrem hoje em estado de pecado grave e sem confissão e unção dos enfermos. Mas diante de Deus, do Juiz, elas aceitam que pecaram, se arrependem e vão ao Purgatório expiar suas faltas. Somente as que não aceitam que pecaram se perdem).

244. O castigo do Inferno dura por toda a eternidade.

245. As almas dos justos que, no momento da morte, estão carregadas de pecados veniais ou castigos temporais devido aos pecados, entram no purgatório.

246. No fim do mundo Cristo voltará novamente na

glória para pronunciar o julgamento.

247. Todos os mortos se levantarão novamente no último dia com os seus corpos.

248. Todo o morto se levantará novamente com o mesmo corpo que ele teve sobre a terra.

249. O Cristo, na sua segunda vinda, julgará todos os homens.

Bibliografia

ALBERIGO, Giuseppe (org.). *História dos Concílios Ecumênicos*. São Paulo: Paulus, 1995.

AQUINO, Felipe (org.). *O Catecismo da Igreja responde de A a Z*. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. *Os Dogmas da Fé*. A doutrina católica. 3ª ed. Lorena: Cléofas, 2013.

_____. *Sagrada Tradição*. 3ª ed. São Paulo: Cléofas, 2002.

BAUER, Johannes B. *Dicionário de Teologia Bíblica*. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 1984. 2 Volumes.

BÍBLIA SAGRADA. 198ª ed. São Paulo: Ave Maria, 2012.

CATECISMO da Igreja Católica. Ed. Típica Vaticana. São Paulo: Loyola, 2000.

CECHINATO, Luiz. *Nossa fé segundo o Catecismo da Igreja Católica*. 8ª ed. Aparecida: Santuário, 2003.

_____. *Os 20 séculos de caminhada da Igreja*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CHAVE BÍBLICA Católica. São Paulo: Ave Maria, 2012.

CRISTIANI, Monsenhor. *Breve História das Heresias*. São Paulo: Flamboyant, 1962.

DENZINGER, Heinrich; HUNERMANN, Peter. *Compêndio dos Símbolos, Definições e Declarações de Fé e Moral*. 2ª ed. Ver. Ampl. São Paulo: Paulinas/Loyola, 2013.

ESCOLA DE TEOLOGIA SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Apostila de Teologia Fundamental*, Módulo II. Diocese de Barretos/SP.

GRUNER, Nicholas, Padre. *Se perdermos o Dogma, perdemos a nossa alma*. Artigo publicado em <http://www.fatima.org/>, acesso em 14.11.2014.

HAMMAN, Adalbert-G. *Para ler os Padres da Igreja*. São Paulo: Paulus, 1995.

KREPPOLD, Guido. *Entendendo os dogmas: a roupagem humana das verdades de fé cristãs*. Petrópolis: 2009.

LOURENÇO, José, Padre. *Dicionário da Doutrina Católica*. Porto, Portugal: Tipografia Guedes, 1945.

MEUNIER, Bernard. *O nascimento dos dogmas cristãos*. São Paulo: Loyola, 2005.

NABETO, Carlos Martins. *A Fé Cristã primitiva: Coletânea de Sentenças Patrísticas*. Edição Master. 2ª Ed. Rev. Amp. São Paulo: Clube dos Autores, 2012.

O'DONNELL, John. *Introdução à Teologia Dogmática*. São Paulo: Loyola, 1999.

PIKASA, Xabier O.M. e Silanes, Nereo O.SS.T (org.). *Dicionário Teológico: O Deus Cristão*. São Paulo: Paulus, 1988. Série Dicionários.

RATZINGER, Joseph (Papa Bento XVI). *Introdução ao Cristianismo*. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. *Dogma e Anúncio*. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 2007.

SCHNEIDER, Theodor (org.). *Manual de Dogmática*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 2 volumes.

Conheça a Formação Católica Online

www.cursoscatolicos.com.br

Cursos via internet com professores para avaliação, orientação e esclarecimento de dúvidas.

Conheça sua fé, no seu tempo, em qualquer lugar!

Cursos:

- Iniciação Teológica
- Iniciação Bíblica
- Liturgia
- Catecismo da Igreja Católica
- Mariologia
- História da Igreja
- Doutrina Social da Igreja
- Latim
- Canto Gregoriano

E sempre com novidades

Com apoio eclesial e Certificado

www.cursoscatolicos.com.br

Conheça as publicações Martyria

www.martyria.com.br

Doutrina Eucarística (D. Antônio Affonso de Miranda)

A arte da pregação sagrada (Pe. Antonio Rivero, LC)

Curso Bíblico para Leigos (Pe. Antonio Rivero, LC)

Salve Roma! A Igreja que Deus fundou (Paulo Leitão)

Um filho em defesa da Mãe (Paulo Leitão)

O Sacramento do Matrimônio (Márcio Carvalho)

A reforma litúrgica de Bento XVI (Márcio Carvalho)

A hora da morte (Arnaud Dumouch)

Maria, Senhora da Páscoa (D. Rafael Maria Fco. Silva, OSB)

Livreto Missa Romana 2ª ed. com cantos (Missa tridentina)

Reflexões para o Ano Litúrgico – João Paulo II – Bento XVI

A Suma Teológica de Santo Tomás de Aquino em forma de catecismo

Revenda das publicações **Subiaco**: livros monásticos, patrísticos e de espiritualidade

www.martyria.com.br

(32) 4141-2016

Martyria *Cursos e Editora*

(32) 4141-2016

www.martyria.com.br

contato@martyria.com.br

[1] BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2001.

[2] Documento de Aparecida da V Conferência Geral do Episcopado Latino Americano e do Caribe. Documento Final, Versão Vaticana, 44.

[3] Clodovis BOFF, “Re-partir da realidade ou da experiência da fé?”, 31.

[4] Outras igrejas tem seus dogmas, mas em nenhuma delas o significado e alcance é exatamente o mesmo, como, temos certeza, os leitores descobrirão até o final deste Curso.

[5] Nas citações internas do Catecismo da Igreja Católica usaremos a sigla CIC.

[6] Constituição Apostólica do Sumo Pontífice João Paulo II *Fidei Depositum* para a publicação do Catecismo da Igreja Católica, de 11 de outubro de 1992.

[7] Comissão Teológica Internacional. *Teologia Hoje: Perspectivas, princípios e critérios*. 2012.

http://www.vatican.va/roman_curia/

[congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_doc_20111129_teologia-oggi_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_doc_20111129_teologia-oggi_po.html)

[8] LOURENÇO, Pe. José. *Dicionário da Doutrina Católica*. Tipografia Empresa Guedes. Porto, Portugal, 1945.

[9] Mesmo após encerrada a revelação pública, sempre houve revelações privadas, algumas reconhecidas pela Igreja. Todavia, essas não fazem parte do Depósito da Fé, não “aperfeiçoam” nem “completam” a Revelação definitiva de Cristo. Guiado pelo Magistério da Igreja, o senso dos fiéis sabe discernir e acolher o que nessas revelações constitui um apelo autêntico de Cristo ou de seus santos à Igreja. (CIC 67)

[10] Ver Catecismo da Igreja Católica, 65 a 67.

[11] Parusia é a segunda vinda - ou segundo advento - de Jesus Cristo. É sua volta gloriosa a este mundo, no final dos tempos, para presidir o Juízo Final.

[12] Aqui o sentido de guardar não é apenas o de abrigar, esconder, proteger, mas o de garantir, custodiar, observar, cumprir, fazer cumprir, pregar e explicitar a verdade revelada.

[13] O direito romano é fonte do direito brasileiro, que também mantém o instituto do depósito (ver Código Civil Brasileiro, artigos 627 a 652). Por este instituto, o depositário (que é quem recebe e se responsabiliza pela coisa depositada) recebe do depositante (que é o dono do objeto) um objeto para

guardar, até que este o peça de volta. O contrato geralmente é gratuito e voluntário. O depositário é obrigado a guardar e conservar a coisa depositada com o mesmo cuidado e diligência que teria caso o objeto lhe pertencesse, e também é obrigado a devolver, com todos os frutos e acrescidos, se houver, quando o depositante assim exigir. Se o objeto foi entregue fechado, colado, selado ou lacrado, deve ser mantido nesse mesmo estado. O depositário não poderá utilizar a coisa ou entregá-la a terceiros sem a expressa autorização do depositante, sob pena de responder por perdas e danos.

[14] http://www.30giorni.it/articoli_id_20612_l6.htm

[15] Gruner, Nicholas. Padre. Se perdermos o Dogma, perdemos a nossa alma. Artigo publicado em <http://www.fatima.org>. Acesso em 14.11.2014.

[16] Idem. A frase é forte, mas verdadeira. É óbvio que não há contradição entre uma coisa e outra. Pelo contrário, prestamos o devido respeito e deferência aos religiosos, familiares e até outras pessoas não só por educação, mas exatamente por observarmos o Depósito da Fé, mais uma razão para que a Igreja seja rigorosa e absolutamente decidida na sua guarda, nunca cedendo a modernismos ou buscando caminhos fáceis de manter-se “popular”.

[17] Constituição Apostólica do Sumo Pontífice João Paulo II *Fidei Depositum* para a publicação do Catecismo da Igreja católica, de 11 de outubro de 1992.

[18] Depósito da Fé. Artigo publicado em <https://www.catequisar.com.br/texto/materia/dout/lv02/08.htm>. Acesso em 14.11.2014

[19] LOURENÇO, Pe. José. Dicionário da Doutrina Católica. Tipografia Empresa Guedes. Porto, Portugal, 1945.

[20] **Padres da Igreja** é o título usado para os primeiros escritores da Igreja, cujas obras e doutrina formam aquela autoridade que constitui a Tradição. A Igreja dá este título aos Doutores que floresceram nos doze primeiros séculos do Cristianismo, isto é, desde os Apóstolos até São Bernardo, que se reconhece geralmente como último dos Santos Padres. Para que um escritor seja considerado um Padre da Igreja são necessárias quatro condições: ortodoxia doutrinal; santidade de vida; antiguidade e aprovação da Igreja. Existem, todavia, alguns que embora não reúnam em si todas as condições antes indicadas, são, no entanto, chamados vulgarmente Padres da Igreja, como por exemplo, Tertuliano, Orígenes, Fausto de Riez e outros; estes são chamados Padres pelos importantes serviços prestados à causa católica durante o tempo da sua ortodoxia. (Fonte: Dicionário da Doutrina Católica, op.cit.)

[21] **Doutores da Igreja** é o nome dado aos escritores eclesiásticos que se distinguiram dos outros pela excelência da doutrina que ensinaram. São quatro na Igreja Ocidental ou Latina: Santo Ambrósio, São Jerônimo, Santo Agostinho, São Gregório Magno. São quatro na Igreja Oriental ou

Gregas: Santo Atanásio, São Basílio, São Gregório Nazianzeno, São João Crisóstomo. Além destes, que são os “maiores”, há outros Doutores da Igreja, que são mais recentes: Santo Tomás de Aquino, São Boaventura, etc. A sua doutrina, nas coisas divinas, goza grande autoridade na Igreja, pela ciência que possuem e pelo zelo da verdade. (Fonte: Dicionário da Doutrina Católica, op.cit.)

[22] **Múnus** é o conjunto de funções que são obrigação de um determinado indivíduo, no caso, da Igreja. O múnus é algo que procede de uma autoridade (**do Cristo**) e obriga o detentor (**a Igreja**) a certos encargos (ensinar, santificar e governar) em benefício de uma coletividade (**os fiéis**). O termo está na origem da palavra comunidade e significa **serviço, compromisso**.

[23] Em latim, *magister* significa Mestre. Jesus é o *Magister magistrorum*, o mestre dos mestres.

[24] Quando falamos Igreja dos Apóstolos estamos nos referindo aos primórdios de nossa Igreja, enquanto os Apóstolos estavam vivos, e Igreja Apostólica aquela que os sucedeu e vem, até hoje, seguindo fielmente a Tradição que os Apóstolos nos confiaram.

[25] SESBOUÉ, Bernad, SJ. História dos Dogmas. Tomo 1. O Deus da Salvação. Edições Loyola, 2002. p. 54-55.

[26] Aqui, primícias são homens escolhidos nas comunidades cristãs que formarão as primeiras Igrejas. Esses homens serão consagrados ao serviço da Palavra e da Missão apostólica, em favor dos demais. A palavra é usada como alusão ao fato de que, na religião judaica, as primícias são sempre oferecidas a Deus.

[27] A Tradição (que é divina) não se confunde com a tradição humana (com ‘t’ minúsculo) da Igreja, que está relacionada com costumes (o rosário, o uso do hábito pelos religiosos, o calendário das festas dos santos etc.) ou com práticas disciplinares (o celibato, a proibição de comer carne às sextas-feiras, os jejuns etc.) que, mesmo sendo bons e úteis, não são doutrinas ou verdades de fé reveladas (http://www.bibliacatolica.com.br/conhecendo-a-biblia-sagrada/55/#.U8WWw_ldUpk).

[28] LOURENÇO, Pe. José. Dicionário da Doutrina Católica. Tipografia Empresa Guedes. Porto, Portugal, 1945.

[29] http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/audiences/2006/documents/hf_ben-xvi_aud_20060426_po.html

[30] A Tradição é tida como fonte primária da Revelação porque Jesus, que nada escreveu, nem mandou escrever, ordenou que a verdade revelada, que é o seu Evangelho, fosse transmitida e conservada pela pregação oral. “Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a todos os povos” (Mt 28, 19-20).

[31] A confissão das faltas já era prevista no Antigo Testamento. Por exemplo, no livro do Levítico (5,5s) está previsto que “*Aquele que se tornar culpado de uma destas três coisas (recusa de*

testemunho, contatos impuros, juramentos levianos), confessará o pecado cometido”, e, ainda no Levítico (5,23-25), “Se alguém pecar recusando devolver ao próximo algo extorquido ou roubado (...) deverá restituir o valor ao proprietário respectivo. Depois levará ao Senhor, como sacrifício de reparação, um carneiro, sem defeito, do seu rebanho; será avaliado segundo o valor estabelecido pelo sacerdote para um sacrifício de reparação”. Jesus não revogou essa prática, pois ela está de acordo com a vontade de Deus.

[32] Cânones 983 e 984 do Código de Direito Canônico: “Cânion 983, §1. O sigilo sacramental é inviolável; por isto não é lícito ao confessor revelar o penitente com palavras ou de qualquer outro modo, por causa alguma.”

[33] Cânion 1388 do Código de Direito Canônico: “Cân. 1388, §1. O confessor que viola diretamente o sigilo sacramental incorre em excomunhão *latae sententiae* reservada à Sé Apostólica; quem o faz só indiretamente seja punido conforme a gravidade do delito.”

[34] Meunier, Bernard. O nascimento dos dogmas cristãos. Loyola, São Paulo, 2005.

[35] Conforme <http://www.aleteia.org/pt/religiao/q&a/quem-sao-os-padres-da-igreja-117037>, acesso em 02.08.2014.

[36] Conforme a “Instrução sobre o estudo dos Padres da Igreja na formação sacerdotal” (IEP, 1989). Muitos autores, no entanto, não distinguem Patrologia de Patrística, usando-as uma pela outra, como sinônimos.

[37] Há muitos casos recentes, e que se repetem com razoável frequência, de conversões ao catolicismo de pastores protestantes - e mesmo alguns de outras religiões - a partir do estudo que esses convertidos fizeram dos textos patrísticos.

[38] Carta apostólica *Patres ecclesiae*, publicada em 1980, por ocasião do 16º centenário da morte de São Basílio. Disponível em

http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/apost_letters/1980/documents/hf_jp-ii_apl_02011980_patres-ecclesiae_po.html, acesso em 14.08.2014.

[39] **Apologética** é uma palavra derivada do grego “apologia”, que significa defesa verbal. A Apologética surgiu com uma função de ataque e de defesa da Igreja católica. Ela procurava responder a todos os ataques contra a fé e o seu modo de compreender e sistematizar os dogmas cristãos. A apologética desenvolveu-se sobretudo no Cristianismo –“apologética cristã”, ou seja, como a prática da explanação, demonstração (de ordem moral, científica, histórica, etc.) e defesa sistematizada da fé cristã, sua origem, credibilidade, autenticidade e superioridade em relação às demais religiões. A Apologética, que deu origem à Teologia, hoje é uma de suas disciplinas, a Teologia Apologética, e, como em suas origens, cuida de demonstrar a verdade da própria doutrina, defendendo-a de teses

contrárias. (Fonte: Apostila de Teologia Fundamental, Módulo II, da Escola de Teologia São Tomás de Aquino, da Diocese de Barretos/SP).

[40] http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccatheduc/documents/rc_con_ccatheduc_doc_19891110_padri_it.html

[41] Esta obra de São Basílio serviu de base para o Concílio de Constantinopla declarar o dogma da Divindade do Espírito Santo. Dessa forma, é muito claro que a doutrina da Santíssima Trindade, um dos pilares de nossa fé, foi fundamentada na fé dos Santos Padres.

[42] A obra de Vicente de Lerins, *Commonitorium*, do ano de 434, foi reeditada inúmeras vezes (até hoje) e traduzida para os mais diferentes idiomas. Foi ela que estabeleceu as bases do conceito atual de dogma: “aquilo que na Igreja foi aceito em todo lugar, sempre e por todos”, a “fé antiga e universal”, que o autor descrevia como dogma divino, celeste, eclesial, em oposição às inovações dos “novos dogmas” hereges.

[43] Para aquele que aposta na existência de Deus, ou ele ganha, se Deus existir, ou nada perde, se Deus não existir. Mas para o ateu, se Deus existir, ele perde tudo.

[44] Cechinato, Pe. Luiz. Nossa fé segundo o Catecismo da Igreja Católica.

[45] Santo Agostinho, *Sermão* 43, 7, 9.

[46] A Igreja não propõe exatamente o dogma, pois não lhe cabe propor uma Verdade. Essa Verdade já existe, desde sempre, na Revelação Divina. O que a Igreja “propõe” aos fiéis é que aceitem aquela Verdade. E o faz empenhando a sua autoridade, que recebeu de Jesus Cristo. Por serem pontos essenciais da fé católica, o dogma obriga os católicos a uma adesão “ampla, total e irrestrita”.

[47] Dogmas podem ser proclamados por um concílio universal ou, na Igreja Católica Romana, desde meados do século XIX, também pelo Papa.

[48] Catecismo da Igreja Católica, 88.

[49] Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa Aulete Digital.

[50] Idem.

[51] Agnosticismo é a visão filosófica de que o valor de verdade de certas reivindicações, especialmente afirmações sobre a existência ou não existência de qualquer divindade, mas também de outras reivindicações religiosas e metafísicas, é desconhecido ou incognoscível (Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Agnosticismo>).

[52] Conforme http://www.montfort.org.br/index.php?secao=imprensa&subsecao=igreja&artigo=igreja20031212_1.&lang=bra

[53] Neo-atéismo é o nome usualmente aplicado a um movimento recente, nascido pós 11 de Setembro (ou seja, após o atentado às Torres Gêmeas, em Nova Iorque, Estados Unidos, em 11 de

setembro de 2001). Diferente dos ateus “tradicionais”, que mantêm sua “não-crença” no foro íntimo, o neo-ateu, ou novo-ateu, alardeia publicamente (e se orgulha disso) a não-existência de deuses, de qualquer espécie ou religião. E que, ainda que tais seres ou espíritos existissem, não haveria como os homens os conhecerem ou saberem o que eles realmente querem. Dessa forma, qualquer atitude de um crente é injustificável, se é tomada como justificativa dessa atitude a vontade desse deus.

[54] Embora os ateus não aceitem esse argumento, também eles têm seu dogma, já que têm como incontestável, como verdade absoluta, a não existência de Deus. E, para desespero deles, o ateísmo é também uma atitude de fé, a fé na não existência de Deus, pois da mesma forma que o crente não consegue provar, sob a ótica da experimentação científica, a existência de Deus, o ateísmo também nunca conseguirá provar, cabalmente, a não existência de Deus.

[55] Infelizmente, é fato que algumas pessoas aleguem receber ordens divinas, ou avoquem o direito de aplicar a justiça divina é de fato perigosa – vide os inúmeros exemplos de atos terroristas praticados por grupos radicais das mais variadas vertentes místicas. Mas os neo-ateístas não se referem a tais pessoas. Seu alvo é mesmo aqueles que creem no Deus dos cristãos.

[56] Doutrina Católica é conjunto de princípios que servem de base para a nossa religião católica. Em parte, alguns desses princípios tornaram-se dogmas, outros não. O conceito de “doutrina católica” se refere mais o aspecto do ensino, da transmissão das verdades da fé, daquilo que vale oficialmente na Igreja.

[57] Recomendo fortemente a leitura do livro “Como a Igreja Católica construiu a Civilização Ocidental”, de Thomas E. Woods Jr., da Editora Quadrante. Há, na internet, vídeos do programa de mesmo nome, apresentado na televisão americana, com legenda em português.

[58] DS c:4id

[59] <https://sites.google.com/site/dicionarioenciclopedico/dianoia>, consulta em 08.07.2014.

[60] O mero esforço racional não é garantia da verdadeira compreensão da fé, por maior que seja a cultura, a inteligência, enfim, a capacidade de pensar do ser humano. Prova disso é a quantidade, não pequena, de grandes cientistas que se dizem ateus ou agnósticos, ao lado de tantos outros, tão brilhantes quanto os primeiros, mas que são cristãos e católicos devotos.

[61] Além da Escritura, também os Apóstolos receberam, guardaram e ensinaram aos homens das verdades reveladas. É o que nós, católicos, chamamos de Tradição Apostólica e que também é objeto de estudo neste Curso.

[62] Embora seja fato que o Israel veterotestamentário foi politeísta, essa evolução ainda não foi plenamente determinada, permanecendo como tese de alguns estudiosos.

[63] Há muitas narrações mitológicas de deuses que assumem a forma humana, que acasalam com humanos etc. Mas um deus que resolve ser concebido, ser gestado, nascer, viver e morrer como um homem, como qualquer outro homem, essa é uma novidade. Não se trata nem mesmo dos mitológicos semideuses, filhos da união de um deus com um humano. O Deus de Israel encarnado não é meio homem e meio deus. É verdadeiro homem completo, sem deixar de ser verdadeiro Deus.

[64] A partir deste trecho, e até o fim deste tópico, o texto deve muito ao livro “Fatos e mistérios da fé cristã”, de Albertus Pieters, Edições Nova Vida, 1ª. Ed. 1979 (a versão original é de 1933).

[65] Desde a morte de Jesus não raro aparecem homens que defendem a ideia de que não houve ressurreição, ou que ele ressuscitou, mas não era Deus e assim por diante. Todas e cada uma dessas heresias foram e vem sendo devidamente descartadas. Todavia, raros são aqueles que defendem o fato de Jesus não ter existido, não ter sido um personagem histórico e, mais ainda, não ter influenciado a humanidade a partir de sua passagem pela terra.

[66] Pieters, Albertus. Fatos e mistérios da fé cristã. Edições Nova Vida, 1ª. Ed. 1979, p.3.

[67] “Nenhum ouvido ouviu, olho algum viu outro deus salvar assim aqueles que contam com ele”. (Is 64,4)

[68] O Santo Sudário é o pano mortuário que se acredita tenha envolvido o corpo de Jesus na tumba onde foi colocado, até a ressurreição. Além de manchas de sangue verdadeiro, traz uma imagem de corpo inteiro, frente e costas, de um homem que foi torturado e crucificado. Essa imagem já foi alvo de um sem número de testes e experiências científicas, sem que os estudiosos cheguem a uma conclusão de como ela foi impressa no pano. Em recente entrevista, o professor Giulio Fanti, especialista italiano de renome mundial em estudos sobre o Sudário de Turim falou de suas experiências que dataram o pano exatamente na época de Jesus. Independente da datação, objeto de discussão entre os cientistas, a imagem do homem do Sudário continua sendo um mistério até agora insolúvel. A ciência mostrou que a imagem corpórea do Sudário não é reproduzível nem mesmo hoje em dia com todas as suas características macroscópicas e microscópicas, que são particularíssimas. Quando você consegue fazer alguma coisa aceitável do ponto de vista macroscópico, não consegue satisfazer uma série de características microscópicas, e vice-versa. O que hoje nós podemos supor razoavelmente é que a imagem do Homem do Sudário se formou a partir de uma notável explosão de energia, que veio de dentro do corpo envolvido nela. (Fonte: “O Santo Sudário pode realmente ser do século I”, in www.aleteia.org).

[69] As Linhas de Nazca ou Nasca são um conjunto de geoglifos (desenhos na terra) antigos localizado no deserto de Nazca, no sul do Peru. Eles foram designados como um Patrimônio Mundial pela UNESCO em 1994. As centenas de figuras individuais variam em complexidade e em

tamanho desde simples linhas até complexos desenhos de pássaros, aranhas, macacos lhamas, lagartos e outros motivos. São mais bem observados de altitudes elevadas. Não se sabe ao certo como foram feitas e qual os seus significados e utilidades.

[70] A mais de 40 anos, na expedição tripulada à Lua da Apollo 17, os astronautas relataram ter visto um brilho no horizonte lunar logo antes do nascer do Sol, semelhante à aurora boreal. O fenômeno surpreendeu os cientistas, já que a Lua não tem uma atmosfera espessa o suficiente para refletir a luz do Sol dessa maneira. Para solucionar esse mistério a Nasa lançou em setembro de 2013 a sonda Ladee (em português Explorador de Atmosfera e Poeira Lunar), que vai testar a teoria elaborada por seus cientistas segundo a qual o misterioso fenômeno seria efeito da poeira lunar em suspensão, eletricamente carregada. Ver em <http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/astronomo-grava-impacto-de-asteroide-contr-a-lua>

[71] Pieters, Albertus. Op.Cit. pag. 4.

[72] Não queremos dizer, com essa afirmativa, que a adesão do crente às verdades da fé também não seja um ato racional, já que não dá para separar a racionalidade de qualquer ato humano (exceto daqueles que perderam o domínio da razão), e a adesão à fé é um ato humano, portanto racional. O sentido da frase quer mostrar é que tal apelo não é imprescindível, ou seja, que é possível que o crente adira à fé apenas por confiar na autoridade da Igreja, assim como uma criança se joga das alturas nos braços abertos do pai, sem pensar nos riscos que tal salto implica.

[73] Nota doutrinal explicativa da fórmula conclusiva da *Professio fidei* (Apêndice ao Código de Direito Canônico), emitida pela Congregação para a Doutrina da Fé em 29 de Junho de 1998, sob o Cardeal Joseph Ratzinger, Prefeito, e Tarcisio Bertone, Arcebispo, Secretário.

[74] *Kérygma* é uma palavra grega, que significa proclamação. Em grego, *kerix* é o mensageiro que traz a boa notícia (em grego, εὐαγγέλιον, *euangelion* =>eu, bom, -*angelion*, mensagem). O *kerygma* é a mensagem, a pregação, a proclamação da Boa Nova. O termo está indissociavelmente ligado à pregação cristã a respeito de Jesus Cristo.

[75] Curso de Iniciação Bíblica, cursoscatolicos.com.br.

[76] Catecismo da Igreja Católica, 185.

[77] Catecismo da Igreja Católica, 188.

[78] Catecismo da Igreja Católica, 187.

[79] A primeira “profissão de fé” é feita no Batismo. O símbolo da fé é, antes de tudo, o símbolo batismo por excelência. Como no dia do Batismo toda a vida do cristão foi confiada “a esta regra de doutrina” (Rm 6, 17), ele deve acolher o Símbolo da fé que dá a vida. Recitar com fé o Credo é entrar em comunhão com Deus Pai, Filho e Espírito Santo, e com toda a Igreja. (CIC 186, 189 e 197)

[80] Catecismo da Igreja Católica, 190 e 191.

[81] Segundo uma antiga tradição, já atestada por Santo Ambrósio (*Explanatio Symboli*, 8), é costume enumerar *doze* artigos do Credo, simbolizando, com o número dos doze Apóstolos, o conjunto da fé apostólica. (CIC 191)

[82] O Símbolo se desenvolveu em duas formas: a mais antiga, romana (designada por “R”), foi introduzida em Roma e se encontra em grego e latim. A forma mais recente é o texto geralmente aceito (“T”), que provavelmente se formou pelo séc. VII na Gália meridional e que mais tarde foi introduzido também em Roma. Em seguida, também foi acolhido pelo restante da Igreja latina. (DS 8).

[83] A obra data do início do século III, e é, depois da Didaqué a primeira coletânea conhecida de regulamentações eclesiais e litúrgicas.

[84] SESBOÛE, Bernard, SJ. (direção). História dos Dogmas, Tomo 1, O Deus da Salvação. Conforme citado na obra Tradição Apostólica de Hipólito de Roma, que data do início do século III, e é, depois da Didaqué a primeira coletânea conhecida de regulamentações eclesiais e litúrgicas.

[85] Santo Ambrósio viveu aproximadamente entre 340 e 397. Foi Bispo de Milão e doutor da Igreja. Foi ele quem ajudou na conversão e batizou Santo Agostinho.

[86] Catecismo da Igreja Católica, 195.

[87] *Sollemnis Professio fidei*: AAS 60.

[88] A sigla DS, aqui e em outros lugares dos textos deste curso, indica a obra “Compêndio dos símbolos, definições e declarações de fé e moral”, monumental obra inicialmente editada por Heinrich Denzinger, e preparada por Peter Hunermann e Helmut Hoping. Neste curso usamos a 2ª ed. rev. e ampl., coeditada pelas Paulinas e Edições Loyola, São Paulo 2013.

[89] O texto integral do Credo do Povo de Deus está no apêndice deste livro.

[90] Catecismo da Igreja Católica, 193.

[91] O “Denzinger” denomina este símbolo de *pseudoatanasiano*, afirmando que “entre os estudiosos predomina a convicção de que o autor deste Símbolo não é Atanásio de Alexandria, mas deve ser procurado entre os teólogos do Ocidente. A maioria dos manuscritos mais antigos alega como autor Atanásio, outros, o Papa Atanásio I. Mas como não remontam a um período anterior ao séc. VIII, com razão se questiona sua confiabilidade (...). O Símbolo teria surgido entre 430 e 500, no sul da Gália, obra de autor desconhecido. No decorrer do tempo o Símbolo adquiriu autoridade no Ocidente e no Oriente, chegando, na Idade Média, a ser equiparado aos Símbolos apostólico e niceno a ser usado na liturgia.” (DS 75-76).

[92] Texto em que Paulo se refere claramente à sucessão apostólica, uma das bases da Igreja.

[93] Cirilo de Jerusalém, Leituras Catequéticas 5,12.

[94] O mesmo parágrafo 2089 do Catecismo da Igreja Católica define ainda o que é incredulidade (negligência da verdade revelada ou a recusa voluntária de lhe dar o próprio assentimento), apostasia (que é o repúdio total da fé cristã) e cisma (que é a recusa de sujeição ao Sumo Pontífice ou da comunhão com os membros da Igreja a ele sujeitos).

[95] Ortodoxia é uma palavra que deriva do grego *orto* (reta, direita, correta, justa, verdadeira) + *doxa* (opinião). No nosso caso, ortodoxia refere-se à verdadeira doutrina, ou seja, à doutrina cristã. Em contraposição, quaisquer opiniões ou doutrinas que se caracterizem por desvios da doutrina ortodoxa são denominadas heterodoxas, do grego *heterodoxos* - *hetero* (diferente) + *doxa* (opinião).

[96] Um exemplo desse caminho é a Teologia da Libertação que, quando surgiu, foi até elogiada pela Igreja, mas, após começar a afastar-se da ortodoxia, foi por algum tempo tolerada – enquanto se pretendia que ela retornasse à verdadeira doutrina – e, depois, condenada.

[97] A Bíblia Ave Maria e a Bíblia CNBB traduzem a palavra *hereses*, da Vulgata, como “partidos” e “divisões”, respectivamente. São Paulo, sempre direto, quer referir-se efetivamente aos partidos e divisões na doutrina de Cristo, heresias, portanto. Eis o texto da Vulgata: “*nam oportet et hereses esse ut et qui probati sunt manifesti fiant in vobis*”. Fonte: www.bibliacatolica.com.br

[98] Mons. Cristiani. Breve História das Heresias. Flamboyant, São Paulo, 1962, pag. 8.

[99] Kerigma (em grego) ou Querigma é o primeiro anúncio de Jesus Cristo, Ele é a Boa Nova. Seu conteúdo é Jesus Cristo morto e ressuscitado, vencedor da morte (ver At 2,14-39 e, especialmente, 22-24). É a pregação do essencial da revelação cristã e que leva a pessoas a crerem (para posteriormente serem instruídas, pela catequese, na fé). É o Cristo que o Kerigma anuncia e apresenta, e não uma ideia. O cristianismo é a religião de uma pessoa, Jesus Cristo, e não de uma ideia ou mesmo de um livro.

[100] A palavra prosélito significa “alguém que acabou de chegar”. É aplicada a estrangeiros, a alguém que vem de fora, que não pertence ao grupo que ocupa o lugar. No caso, prosélitos eram os estrangeiros que haviam aderido à fé judaica do Deus único.

[101] Entre os judeus convertidos, muitos se mantiveram perfeitamente ortodoxos quanto à fé cristã, e não derivaram para o comportamento judaizante. Maior exemplo desses muitos são os Apóstolos, que eram, todos, judeus cristãos. Eles também tinham a fé do Antigo Testamento, mas a base de sua fé não era mais os ensinamentos de Moisés, mas o Cristo ressuscitado.

[102] Gentios eram todas as pessoas que não pertenciam ao povo judeu. O termo foi usado pelos tradutores cristãos da Bíblia para designar os não israelitas (ou não judeus, termo hoje mais aceito). Gentio deriva do latim “*gens*”, que significa clã ou grupo de família (donde genética, geração,

gentílico etc.) e é quase sempre usado no plural, gentios. Nas traduções bíblicas também é usado como sinônimo de pagão, que é o termo atribuído aos homens de religião politeísta (mais modernamente aquele que não é ou ainda não foi batizado). É comum ainda chamá-los de gregos ou helenos, em razão da cultura dominante.

[103] Embora não tenha sido exatamente um concílio ecumênico no sentido exato dessas palavras, a “assembleia dos Apóstolos e anciãos” em Jerusalém foi o modelo simbólico que a cristandade foi buscar quando, nos séculos seguintes, e até hoje, estabeleceu as reuniões conciliares dos Bispos (ou seja, dos sucessores dos Apóstolos), nas quais a Igreja procura resolver seus problemas doutrinários ou disciplinares.

[104] Os principais representantes dessa crença eram os ebionitas, um grupo judeu-cristão que acreditava que Jesus era o Messias judeu, mas não Deus. Contestavam Paulo e diziam que os cristãos, tanto judeus quanto gentios convertidos, deviam seguir a Torá, como ordenara Jesus. Acabaram rejeitados tanto pelos judeus ortodoxos (não cristãos) quanto pelos cristãos, terminando por formar uma ramificação separada, com sua própria literatura religiosa. Com o passar do tempo desapareceram.

[105] Lembremos que mesmo os Apóstolos demoraram a compreender que Jesus era Deus, que o Filho era igual ao Pai.

[106] Esse pensamento, de Cristo ter sido adotado por Deus, encontra seu fundamento, segundo os que o professaram e compartilharam, na passagem do batismo de Jesus por João, já que Deus dirige a Jesus as seguintes palavras: “Tu és meu filho, eu, **hoje**, te gerei” (Lc 3,22). É o chamado **adocionismo**, heresia que se repetirá, após os judeu-cristãos, nos fins do século II, com o adocionismo monarquiano, e também no século III, com a heresia de Paulo de Samósata, que dizia que o Verbo não é uma pessoa, mas um poder divino concedido por Deus ao homem (comum) Jesus.

[107] Apócrifo é o termo utilizado para denominar os escritos contemporâneos aos textos bíblicos (chamados canônicos) e que não foram, e não são considerados pela Igreja como inspirados. Para um aprofundamento desses conceitos, sugiro o Curso de Introdução Bíblica, de Cursoscatolicos.com.br.

[108] Uma Igreja particular é toda e qualquer congregação de fiéis cristãos estabelecida por um Bispo que possua transmissão apostólica, ou seja, cuja linhagem ininterrupta de Bispos que vem desde Cristo, que a estabeleceu quando assentou as mãos sobre os seus discípulos conforme descrito em João 18:21-23. Santo Inácio de Antioquia dizia que *“Onde está o Bispo, aí está o Cristo; onde está o Bispo aí está a Igreja, a segurança da vida eterna e a promessa da comunhão com Deus”*. A Santa Sé designa o conjunto de Igrejas Particulares que se encontram em plena comunhão com

Roma. Da mesma forma, quando falamos apenas em Igreja, ou Igreja Católica, estamos nos referindo a essa comunhão das Igrejas Particulares.

[109] A questão de saber quais dos quase 200 livros tidos como bíblicos eram efetivamente inspirados e podiam ser considerados Sagrada Escritura movimentou a Igreja nos primeiros séculos, dividindo opiniões e gerando discussões e até agressões. Apenas uns poucos eram aceitos de forma unânime por toda a Igrejas, enquanto outros eram aceitos por parte das igrejas particulares e rejeitado por outras. Em 374, o Papa Dâmaso convocou para Roma um sínodo para decidir a controvérsia, no qual esteve presente São Jerônimo. Poucos anos depois, no norte da África, no sínodo de Hipona de 393, presente Santo Agostinho, foi adotada a mesma lista de Dâmaso. As decisões do sínodo romano de 374 deram origem ao *Decretum Gelasii de recipiendis et non recipiendis libris*, redigido apenas no século 6º, mas baseado em documentos dos séculos anteriores. Quase um século depois, o Papa São Gelásio I confirmou definitivamente o cânon dos livros sagrados. A relação dos livros aprovados por S. Dâmaso mais de mil anos antes foi a mesma definida dogmaticamente pelo Concílio de Trento e que lemos hoje em nossas bíblias católicas.

[110] Monsenhor Cristiani. Breve História das Heresias. São Paulo: Flamboyant, 1962. p. 11.

[111] A Maternidade de Maria não significa que ela deu origem a Deus, nem que ela seja anterior a Deus, o que é um absurdo, mas que realmente o ser que ela gestou em seu ventre era Deus feito homem.

[112] A Igreja, como sociedade externa, visível e independente não pode renunciar a ter o seu próprio direito coactivo. Todavia, as penas devem sempre ser educativas, brandas, preferencialmente aplicadas *ferendae sententiae*. As penas automáticas são restritas a poucos casos, e somente devem ser impostas contra delitos gravíssimos. Diz o cânon 1318 do Código de Direito Canônico que “O legislador não comine penas *latae sententiae* a não ser porventura contra alguns delitos singulares dolosos, que possam constituir escândalo muito grave, ou que não possam ser punidos eficazmente com penas *ferendae sententiae*; não constitua, porém, censuras, sobretudo a excomunhão, a não ser com a maior moderação e só contra delitos mais graves”.

[113] Entre os significados de pertinaz estão, entre outros, obstinado, persistente, teimoso, perverso, tenaz, [aferrado](#), [insistente](#), [persistente](#), perseverante, [continuado](#), frequente, [incessante](#), [repetido](#), [cabecudo](#), [acaturrado](#), acirrado, [casmurro](#), [constante](#), [firme](#), [inalterável](#), [ininterrupto](#), [invariável](#), [porfioso](#), [ferrenho](#), [birrento](#), [emperrado](#), [intransigente](#), [marroaz](#), [recalcitrante](#), [refratário](#), [reincidente](#), renitente, [porfiado](#), [renhido](#), [resistente](#), [burro](#), [embezerrado](#), [ranzinza](#), [turrante](#), [turrão](#), [voluntarioso](#), [acérrimo](#), [estrênuo](#), [fêrreo](#), [perseverante](#), [porfiador](#), [amarroado](#), [acasmurrado](#), [ferrado](#), [porfiante](#), determinado, decidido, caprichoso, contumaz etc.

[114] “Diz-se heresia a negação pertinaz, depois de recebido o batismo, de alguma verdade que se deve crer com fé divina e católica, ou ainda a dúvida pertinaz acerca da mesma; apostasia, o repúdio total da fé cristã; cisma, a recusa da sujeição ao Sumo Pontífice ou da comunhão com os membros da Igreja que lhe estão sujeitos.” Cânon 751 do Código de Direito Canônico.

[115] O termo em latim *latae sententiae* significa “automática”. A excomunhão *latae sententiae*, então, é aquela que ocorre no momento mesmo em que a pessoa cometeu o ato e este teve efeito. Não depende de declaração da autoridade eclesiástica. Difere da pena *ferendae sententiae*, que só atinge o réu depois de lhe ter sido aplicada (e comunicada) pela autoridade da Igreja. Ver cânon 1314 do Código de Direito Canônico.

[116] Além da excomunhão, a pena eclesiástica de censura contempla ainda o interdito e suspensão.

[117] Código de Direito Canônico, cânon 977 – “A absolvição do cúmplice em pecado contra o sexto preceito do Decálogo é inválida, exceto em perigo de morte.”

[118] Primeira tradução do Antigo Testamento para o grego.

[119] Anátema: o que é? In *Pergunte e Responderemos*. n. 555. Setembro de 2008, disponível em http://www.pr.gonet.biz/kb_read.php?pref=htm&num=48 (acesso em 22.11.2014).

[120] Por exemplo, embora toda a Escritura anuncie a Trindade, em lugar algum da Bíblia você encontrará a definição da Trindade ou mesmo que Deus é Uno e, ao mesmo tempo, Trino.

[121] Apostila Teologia Fundamental, Módulo II, da Escola de Teologia São Tomás de Aquino, da Diocese de Barretos/SP, página 13.

[122] Sesboüé, Bernard. SJ, História dos Dogmas, Tomo 4, pág. 188.

[123] Definição dogmática é o pronunciamento definitivo e infalível que reconhece, com a ajuda e sob inspiração do Espírito Santo, uma verdade da fé ou da moral como sendo parte da Revelação, portanto de caráter obrigatório à fé e imutável. É exclusiva do supremo magistério da Igreja (isto é, do Papa ou, como é mais comum, deste com os Bispos em um Concílio Ecumênico. cf. CDC 749; Cat. 889-891). A existência do purgatório, a virgindade perpétua de Maria, a imaculada concepção, a assunção de Maria ao céu em corpo e alma e a infalibilidade papal são exemplos de definições dogmáticas. Todos esses fatos foram desde sempre aceitos e professados pela maioria dos crentes, embora não estejam descritos nas Sagradas Escrituras de modo explícito.

[124] John Henry Newman (1801-1890) foi um sacerdote anglicano que se converteu ao catolicismo. Através de seus estudos da igreja primitiva, Newman descobriu que a Igreja Católica, que inicialmente considerava corrompida e infiel às origens do cristianismo, era a única e verdadeira Igreja, o que o levou à conversão. Foi ordenado sacerdote católico em 1847 e chegou a cardinalato em 1879, nomeado pelo Papa Leão XIII. Foi beatificado em 2010, pelo Papa Bento XVI. Escreveu

uma grande quantidade de obras nos campos de teologia, filosofia, história etc. Sua obra mais importante no campo da teologia foi o *Ensaio sobre o Desenvolvimento da Doutrina Cristã*, de 1845, na qual usou a ideia do desenvolvimento da doutrina para defender a doutrina católica contra críticas dos protestantes.

[125] A encíclica *Pascendi Dominici Gregis* complementa o decreto “*Lamentabili*”, de 04.07.1907, primeiro escrito doutrinal pontifício condenando o modernismo.

[126] Fonte: http://www.mitranh.org.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=337&Itemid=38

[127] Catecismo da Igreja Católica, 94 e 95.

[128] Fonte: www.insidethevatican.com. A verdade é que está chegando o momento apropriado para pronunciar uma quinta definição ou “dogma” sobre a Virgem Maria. Todos nós podemos participar da corrente de fiéis de todo o mundo na campanha para o reconhecimento formal, ou seja, para a proclamação oficial e solene do quinto dogma mariano. Basta copiar e enviar pelo correio a petição (que está no apêndice a este capítulo) a Sua Santidade, o Papa Francisco, apelando para que proclame uma definição papal solene de Maria Santíssima como Mãe Espiritual de toda a Humanidade segundo os três principais aspectos: Corredentora, Medianeira de todas as Graças e nossa Advogada. O modelo pode ser adaptado conforme julgar melhor, ou composto um diferente, de próprio punho, mas sempre individualmente. Enviar pelo correio ao endereço indicado.

[129] Meunier, Bernard. *O nascimento dos dogmas cristãos*. Loyola, São Paulo, 2005. Pág. 132.

[130] Cardeal Aloísio Lorscheider. *Uma Criteriologia Teológica*, Aula inaugural proferida no Campus de Viamão/RS, em 04 de abril de 2005.

[131] Idem.

[132] Código de Direito Canônico, cânones 439 a 444. Os concílios plenários são destinados a tratar de questões relacionadas com as dioceses da mesma conferência episcopal. São convocados pela conferência episcopal, com a prévia aprovação da Santa Sé. Os concílios provinciais (ou regionais), que são destinados a tratar de questões relacionadas com as dioceses da mesma província eclesial. Eles são convocados pelo metropolitano com o acordo dos sufragâneos (que são os Bispos subordinados a um Bispo metropolitano ou a um Bispo diocesano).

[133] Não é necessário a presença do Papa para a realização de um concílio. O presidente do concílio pode ser um Bispo nomeado pelo Papa para esse fim, que atuará como seu representante. Mas as decisões do concílio (ou seja, sua validade) precisam ser confirmadas pessoalmente pelo Papa.

[134] Ibid. cânon 338, § 1.

[135] Ibid. cânon 338, § 2.

[136] Ibid. cânon 341, § 1.

[137] Ibid., cânones 445 e 446.

[138] Jo 17,21

[139] Anciãos não apenas porque são mais velhos, mas porque são mais experientes na fé, da qual já haviam dado sobejas provas.

[140] “*Onde está Pedro, aí está a Igreja, e onde está a Igreja não reina a morte, mas a vida eterna.*” Santo Ambrósio.

[141] Sintomaticamente, “parecer bem” é um dos significados da palavra grega *dokein*, ou seja, dogma (cf. Sesboue, Bernard. SJ. História dos Dogmas, Tomo 4. A Palavra da Salvação, pag. 60).

[142] Fonte: <http://www.kerigmascj.com.br/?p=776>

[143] idem

[144] A palavra “ecumênico” passou a ter o significado atual, ou seja, de um movimento que busca o diálogo e a cooperação entre diversas denominações cristãs, tentando superar as divergências históricas e culturais a partir de uma reconciliação cristã que aceite a diversidade entre as Igrejas. Esse significado ganhou força após o Concílio Vaticano II, quando o Secretariado para a Promoção da Unidade dos Cristãos, criado em 1960, foi transformado no Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos.

[145] Fonte: L’Osservatore Romano, nº 28, edição de 13/07/96.

[146] Fonte:

<http://www.paroquiadecachoeiradourada.hpg.ig.com.br/ESTUDO/concilio/os21concilio.html>

[147] Como vimos em outra parte de nosso estudo, atualmente o Código de Direito Canônico prevê apenas duas espécies de Concílios particulares, os plenários e os provinciais.

[148] Os próximos parágrafos foram adaptados de Sesboüé, Bernard, SJ. História dos Dogmas. Tomo 4. A Palavra da Salvação, p. 46-47.

[149] Inácio de Antioquia. Aos Romanos. Introdução e 3,1.

[150] Clemente I, de Roma. Foi o 4º Papa da Igreja, entre 88 e 97. Em sua Primeira Carta aos Coríntios, Clemente pede aos cristãos de Corinto para que recebam os Bispos que tinham sido injustamente expulsos: “*Se algum homem desobedecer às palavras que Deus pronunciou por nosso intermédio, saibam que esse tal terá cometido uma grave transgressão, e se terá posto em grave perigo*”. São Clemente incita os coríntios a “*obedecer às coisas escritas por nós através do Espírito*”.

Santo”. A autoridade demonstrada por Clemente, Papa e Bispo de Roma, confirma a Igreja Católica quando defende que desde a antiguidade cristã a Igreja de Roma tinha primazia sobre os cristãos.

[151] Ireneu de Lyon, Padre da Igreja († 258).

[152] Sesboüé, Bernard, SJ. História dos Dogmas. Tomo 4, A Palavra da Salvação. p. 47.

[153] Além dessas citadas, os cristãos foram perseguidos pelo poder romano em várias outras ocasiões: já antes de Nero, por Cláudio (41 a 54), depois Domiciano (81 a 96), Trajano (98 a 117), Setímio Severo (193 a 211), Décio (244 a 249), Galo (251 a 253), Valeriano (253 a 260) e, por último, Galério e Diocleciano, já citado (303 e 304).

[154] Que é um dever, pois deve ser exercido em nome da cristandade, nunca em nome próprio ou corporativo, sob pena de ser inválido.

[155] Cân. 337 — § 1. O Colégio dos Bispos exerce de modo solene o poder sobre toda a Igreja no Concílio Ecumênico.

§ 2. Exerce o mesmo poder pela ação unida dos Bispos dispersos pelo mundo, que como tal tenha sido solicitada ou livremente aceite pelo Romano Pontífice, de forma que se torne verdadeiro ato colegial. § 3. Compete ao Romano Pontífice segundo as necessidades da Igreja escolher e promover as formas como o Colégio dos Bispos há de exercer colegialmente o seu múnus relativamente à Igreja universal.

Cân. 338 — § 1. Compete exclusivamente ao Romano Pontífice convocar o Concílio Ecumênico, presidi-lo por si ou por meio de outros, transferir, suspender ou dissolver o mesmo Concílio, e aprovar os seus decretos. § 2. Compete também ao Romano Pontífice determinar os assuntos a tratar no Concílio e estabelecer a ordem a observar nele; aos assuntos propostos pelo Romano Pontífice os Padres Conciliares podem acrescentar outros, que devem ser aprovados pelo mesmo Romano Pontífice.

[156] Os historiadores não são unânimes nesta questão, para a qual faltam documentos ou referências históricos. Alguns afirmam que Silvestre I nem mesmo enviou representantes a Nicéia. Já a prestigiada “Catholic Encyclopedia” (<http://www.newadvent.org/>) diz ser muito provável que Constantino e o Papa Silvestre I fizeram um acordo para a convocação, pelo Imperador, desse Concílio. Particularmente acredito que essa versão seja a mais provável. O Papa Silvestre concordou com a convocação, que apoiou, e que, impossibilitado de comparecer pessoalmente, enviou representantes. Temos que convir que o relacionamento “amistoso” entre a Igreja e o império eram ainda muito recentes, sendo pouco crível que Constantino, ainda que seu principal objetivo particular fosse a manutenção da paz em seus domínios, fizesse a convocação à revelia do Papa, praticamente desautorizando-o, num aberto desafio. Provavelmente o Concílio, assim convocado, não contaria com a adesão de um tão grande número de Bispos (para a época), inclusive de fora do território do império.

[157] Quase simultaneamente ocorreria no ocidente o Concílio de Aquiléia.

[158] A definição de Nicéia, contra os arianos, da consubstancialidade (*homoousios*) entre Pai e Filho, não foi aceita pela totalidade da Igreja com tranquilidade, em especial no oriente. As razões são diversas: por se tratar de um termo erudito, quando se pensava ainda que a fé deveria ser expressa em palavras simples; por tal termo não aparecer nas Escrituras e, especialmente, em razão de este termo trazer uma certa ambiguidade, que poderia levar a arriscar a fé, especialmente por parecer tal palavra justificar o “monarquismo”. Dessa forma, formaram-se várias correntes de opinião: as dos nicenos ou homoousianos, que eram fiéis à fé de Nicéia, sem restrições; a dos homeusianos, que preferiam a palavra *homoiousios* a *homoousios* (que diferença faz um “i”!), ou seja, de substância semelhante, mas não da mesma substância. Esses eram os **semi-arianos**. Havia ainda os arianos “puros”, que defendiam a semelhança, mas não na substância e, por último, os mais radicais, os eunomianos, que alegavam não existir semelhança, mas verdadeira dessemelhança entre o Pai e o Filho. Apenas no próximo Concílio as questões seriam definitivamente resolvidas, com a reafirmação de Nicéia.

[159] Apolinário, Bispo de Laodicéia na Síria, dizia que Jesus teve corpo mas não tinha espírito (mente, psiquismo) humano e que, no lugar desse “espírito humano” estava o “Logos”. Sua consciência, sua inteligência seriam todas divinas. Deste jeito, Apolinário procurava destacar a unidade de Jesus e não a dualidade, pois “não existem dois Filhos de Deus”. Do outro lado, o Papa Damásio, Bispo de Roma, e Gregório de Nazianzo argumentaram que Deus salva o homem na sua totalidade: corpo, alma e espírito (mente). Na sua encarnação, Cristo juntou-se ao espírito humano para salvá-lo. Sem tal união, o espírito do homem não seria salvo.

[160] Como Ário antes dele, Macedônio ensinava uma doutrina heterodoxa sobre o Espírito Santo, alegando que “O Espírito Santo não é uma Pessoa (hipóstase), mas simplesmente uma energia de Deus. Portanto, inferior ao Pai e ao Filho.”

[161] O Concílio de Éfeso aconteceu em circunstâncias de tremenda confusão e discórdia, entre os partidários de Nestório, Bispo de Constantinopla e de Cirilo, Bispo de Alexandria. Pode-se até dizer que foram dois concílios paralelos, e não apenas um. Primeiro, em junho, chegaram os egípcios (Alexandria), liderados por Cirilo, que deu início às reuniões em esperar dos demais. Nestório foi condenado e deposto. Em julho, chegam atrasados, João de Antioquia e seus seguidores, partidários de Nestório, e dão início a uma reunião apartada, onde condenam e depõem Cirilo e seus seguidores. Em agosto, mais atrasados ainda, os representantes do Papa Celestino, que se juntam ao Concílio de Cirilo e confirmam a deposição de Nestório e, agora, também de João de Antioquia. Mais tarde Cirilo e João fizeram um acordo. Nestório continuou exilado até sua morte. Dessa confusão originou-se o cisma da igreja nestoriana, hoje denominada Igreja Assíria do Oriente, com a qual a Igreja Católica

vem mantendo constante e profundo diálogo, começando pelo reconhecimento de que Nestório não era herético, mas apenas insuficiência ou imprudência de pensamento, e não um desvio consciente em relação à doutrina definida.

[162] Efetivamente ao Credo Niceno-Constantinopolitano seria posteriormente acrescentada apenas a cláusula do *Filioque* (o Espírito Santo procede do Pai e do Filho). Esse acréscimo iria gerar a controversia do *Filioque*: o Evangelho afirma que o Espírito Santo procede do Pai (cf. Jo 15, 26), e assim é a profissão de fé do Credo niceno-constantinopolitano. Os latinos, entretanto, com base também nas Escrituras e na Tradição, acrescentaram a partícula *Filioque* ao Credo. A partir daí os cristãos orientais passaram a acusar os ocidentais de terem alterado o Símbolo da Fé, culminando no cisma ortodoxo de 1054.

[163] Segundo Eutiques, Cristo teria nascido com uma natureza humana imperfeita, que teria sido absorvida por sua natureza divina, que era perfeita. Assim, Cristo teria apenas uma natureza, a divina (monofisismo, “*mono*” = uma + “*physis*” = natureza).

[164] O erro de Eutiques foi detectado pela primeira vez por Domnus, Patriarca de Antioquia. Uma acusação formal, foi a preferida contra o ele por Eusébio, Bispo de Doriléia, na Frígia, em um sínodo de Constantinopla, em novembro de 431. Este Sínodo reafirmou que, depois da Encarnação, Cristo consistiu em duas naturezas em uma só hipóstase (pessoa). Eutiques protestou contra a condenação de suas ideias, consideradas contrárias à ortodoxia cristã, mas acabou deposto, excomungado e afastado de seu mosteiro. Ele protestou e pediu reparação ao Papa Leão I (440-61), a outros Bispos ilustres, e também ao imperador Teodósio II. O Bispo Flaviano de Constantinopla informou o Papa Leão e outros Bispos do que havia ocorrido em sua cidade. Mas Eutiques, através de representações de seus monges e de Dióscoro, Patriarca de Alexandria, conquistou a simpatia do imperador, que foi induzido a convocar um novo concílio, que foi realizado em Éfeso.

[165] Também conhecida como “Tomo a Flaviano”, pois foi inicialmente endereçada a Flaviano, Patriarca de Constantinopla.

[166] Atas do Concílio de Calcedônia, Sessão 2.

[167] O “Concílio dos Ladrões” e o apoio do imperador à heresia monofisista criaram enorme tensão entre o Império e a Igreja de Roma. Mas a heresia foi derrotada por uma série de acontecimentos que mudaram a situação em favor da Igreja: o imperador morreu inesperadamente ao cair do cavalo, a imperatriz Eudóxia, monofisista retirou-se da corte. Pulquéria, irmã do imperador, mulher religiosa e casta, cujo coração era inteiramente dedicado à ortodoxia da fé, assumiu o trono. Como uma mulher solteira não poderia assumir o Império, casou-se com o general Marciano, que aceitou respeitar seus votos de castidade.

[168] A mistura religião e política era comum, desde que o Cristianismo foi elevado à função de religião oficial do império romano, em 380, pelo Imperador bizantino Teodósio I. Se a religião se beneficiou com a liberdade de movimentação e culto, e também com o patrocínio imperial, as tentativas e práticas imperiais de usar a religião politicamente causaram muitos transtornos.

[169] O edito de Justiniano contra as doutrinas de Orígenes, publicado no ano de 543, depois foi e referendado num concílio em Constantinopla nesse mesmo ano.

[170] Fócio era um comandante da guarda imperial, favorecido do Imperador favorecia. O novo patriarca, em apenas 5 dias, recebeu todas as ordens sacras e foi entronizado sem que a Sé estivesse vaga, pois ainda era ocupada por Inácio, que não renunciara.

[171] Adoutrina que considerava o [concílio ecumênico](#)(universal) como a autoridade suprema da [Igreja](#), posicionando-o acima da própria autoridade papal, é conhecida como “Conciliarismo”. Segundo essa doutrina, um concílio ecumênico, mais que o próprio Papa, representa toda a Igreja, e recebe o seu poder diretamente de [Cristo](#). O movimento surgiu em resposta às graves situações políticas que culminaram em episódios onde, em razão de pressões políticas dos monarcas, dois ou mais papas “reinavam” simultaneamente, provocando confusões e cismas na Igreja Católica. Os [Concílios de Pisa](#) (1409, regional), o [de Constança](#) (ecumênico) e o de Basileia (ecumênico) foram convocados sob tal inspiração. O movimento não se sustentou e foi condenado no [Quinto Concílio de Latrão](#) (1512-1517), que reafirmou o que já ocorrera ao fim do Concílio de Basileia, ou seja, a primazia papal. Todavia, a doutrina da [Infallibilidade Papal](#), que colocou definitivamente uma pedra sobre o conciliarismo, só viria a ser definida dogmaticamente pelo [Concílio Vaticano I](#), em 1870.

[172] Como a decisão não contava com a aprovação do Papa, não era uma decisão revestida de infalibilidade.

[173] Os dissidentes permaneceram em Basileia até 1448, quando foram expulsos. Dali se retiraram para Lausanne, onde Félix V renunciou. Apenas em 1449, decretaram o fechamento do seu “Concílio de Basileia”.

[174] A reunião da cristandade em torno da Sé Romana, mais uma vez, não trouxe os resultados desejados. As razões, também as mesmas de sempre. A motivação da união era mais política do que religiosa. Apesar de todos os esforços e alguns sucessos permanentes, as esperanças de uma reconciliação foram destruídas com a queda de Constantinopla em 1453.

[175] O “*Syllabus* Contendo os Principais Erros da Nossa Época, Notados nas Alocuções Consistoriais, Encíclicas e outras Letras Apostólicas do Nosso Santíssimo Padre, o Papa Pio IX” é um documento que listava várias teses condenadas pela Igreja, defendidas e disseminadas pelos movimentos ditos modernos: Panteísmo, Naturalismo, Racionalismo, Racionalismo moderado;

Indiferentismo e Latitudinarismo (falsa tolerância em assuntos religiosos); Socialismo, Comunismo, Sociedades Secretas, Sociedades Bíblicas, Associações Liberais de Clérigos e vários outros equívocos modernos tais como os erros sobre a Igreja e os seus direitos, erros da sociedade civil e de sua relação com a Igreja, erros em relação à moral e a ética cristã, erros acerca do matrimônio cristão, erros sobre o poder temporal do Papa e erros do liberalismo moderno.

[176] Exemplo tirado do livro citado de Albertus Pieters, página 4.

[177] Delegar significa transferir autoridade, poder, função, competência etc. a outrem, que o exerce como representante, ou seja, em nome daquele que transferiu a autoridade, poder, função, competência, etc. Nos, cristãos, e a Igreja, agimos sempre **em nome** do Pai, e do Filho e do Espírito Santo.

[178] Esse conceito era defendido por Friedrich Nietzsche, famoso filósofo alemão que viveu no século XIX. Escreveu vários textos críticos sobre a religião, a moral, a cultura contemporânea, filosofia e ciência, recheados por metáforas e ironias. Nietzsche não aceitava qualquer definição para a verdade, cujo valor e objetividade questionava radicalmente. Crítico do cristianismo, dizia que “*O único cristão morreu na cruz*”.

[179] A ideia que a verdade não existe é impossível, pois essa ideia não poderia ser verdadeira, já que a verdade não existiria.

[180] Ideias sempre podem ser manipuladas. Veja um exemplo: ou a verdade existe ou não existe. Mas se eu disser “A Verdade não existe” estarei confirmando a existência da verdade, pois se a verdade não existe, a proposição não pode ser verdadeira. Logo, se não é verdade que a “verdade não existe” então ela existe. E, como a verdade existirá se a proposição não for verdadeira, então a verdade existe de qualquer modo.

[181] É inegável, e fato reconhecido pelas religiões e também pelas ciências sociais, que a busca permanente pela verdade é uma das principais das características do ser humano. Todo homem tem anseio pela verdade, por comprovar a veracidade dos fatos e de distinguir o verdadeiro do falso e que frequentemente o coloca em posição de questionar as verdades estabelecidas pela sociedade que o cerca. A busca pela verdade, que levou o homem a “criar” a filosofia, surge logo na infância e acompanha o ser humano por toda a sua vida.

[182] Esses são os múnus da Igreja: a Missão profética (anunciar o Evangelho de Cristo, ensinando aos homens o caminho da salvação); a Missão sacerdotal (pela glorificação de Deus com o culto sagrado e a distribuição das graças divinas entre os fiéis pelos sacramentos e sacramentais); e a Missão de rei e pastor (ao oferecer aos fiéis o alimento espiritual, prevenindo os homens contra erros e conduzindo-os pelo caminho da verdade, para a vida eterna).

[183] Na realidade isso é impossível, mesmo do ponto de vista filosófico. Não pode existir uma verdade melhor do que outras verdades. Só pode haver uma verdade. Qualquer variação de uma verdade não é mais verdade, é erro.

[184] Fonte: <http://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2014/01/stephen-hawking-surpreende-ao-dizer-que-buracos-negros-nao-existem.html>, acesso em 28.01.2014.

[185] Comunhão hierárquica é a união dos Bispos com a sua Cabeça, que é o Sumo Pontífice Romano, o Papa, e nunca uma ação dos Bispos independentemente do Papa, por maior que seja o número de Bispos associados. O Corpo não pode existir sem a Cabeça. Faltando a Cabeça, os Bispos não podem agir colegiadamente. A Comunhão hierárquica de todos os Bispos com o Sumo Pontífice é amplamente atestada pela Tradição (Lumen Gentium, Nota explicativa).

[186] Ratzinger, Joseph. O Novo Povo de Deus, São Paulo: Paulinas, 1974, p. 140.

[187] Há muitos bons livros e artigos na internet onde podemos obter mais informações sobre o dogma da Infallibilidade Papal, mas recomendo “Não é absurdo afirmar que o Papa é infalível?”, na revista (eletrônica) Pergunte e Responderemos n. 14, de fevereiro 1959, disponível em <http://www.pr.gonet.biz/kb_read.php?pref=htm&num=1928>. Sugiro ver também “Infallibilidade Papal e Definições Ex Cathedra”, Pergunte e Responderemos n. 381, 1994, disponível em <http://www.pr.gonet.biz/kb_read.php?num=617&head=0>, principal fonte deste capítulo.

[188] A controvérsia encerrada por S. Leão Magno vinha desde os primeiros anos da era cristã. Os fiéis perguntavam-se como podia Cristo ser simultaneamente Deus e homem. A primeira tentativa de solução foi a dos Docetas no século II, os quais ensinavam que o Salvador não fora verdadeiro homem, pois não tivera senão uma aparência de corpo humano. Tal solução heterodoxa não prosperou. Mais tarde, no século V, Nestório, Patriarca de Constantinopla, propôs que Cristo era tão realmente Deus e homem que nele havia duas Pessoas (a Divina e a humana) e duas naturezas (a Divina e a humana), tese que foi condenada no Concílio de Éfeso (431). Mas outro erro surgiu no combate ao Nestorianismo, o Monofisismo, que defendia que em Cristo haveria uma só natureza, a divina, que teria absorvido a natureza humana, tese que também foi condenada. S. Leão Magno rejeitou esta tese como contraditória ao genuíno conceito de Encarnação, asseverando haver em Cristo uma só Pessoa (ou um só Eu), a Pessoa Divina, a qual se manifestava por duas autênticas naturezas (a Divina e a humana) não mutiladas nem confundidas.

[189] Esta sentença há de ser entendida no seu respectivo quadro histórico. Desde os tempos de S. Agostinho (+430), os cristãos conceberam o ideal de uma «Cidade de Deus», ou seja, de uma organização civil que fosse toda penetrada pelos princípios de Cristianismo, ficando os interesses e afazeres temporais totalmente subordinados aos espirituais. Dentro desta perspectiva, criou-se em

800, pela coroação de Carlos Magno, o Sacro Império Romano dos Francos, ao qual no séc. X sucedeu o Sacro Império dos Germanos. Sob o Papa Inocêncio III (1198-1216) o ideal tomou vulto assaz concreto. Pouco depois, porém, fizeram-se ouvir no cenário europeu vozes nacionalistas que tendiam a criar um Estado leigo, independente da religião; um dos primeiros arautos dessa corrente foi o rei Filipe IV o Belo da França (1285-1314). Pois bem: foi contra essa tendência à laicização do Estado que se pronunciou o Papa Bonifácio VIII, asseverando que o poder temporal está subordinado ao espiritual e que, por conseguinte, todas as criaturas humanas, mesmo os monarcas, estão sujeitas ao Vigário de Jesus Cristo na terra (cf. Pergunte e Responderemos n. 381).

[190] Esta declaração de fé formulada por Bento XII esclareceu um erro bastante disseminado por alguns cristãos que, de tanto estimar o dogma do Corpo Místico, dificilmente podiam conceber que algumas almas atingissem a sua felicidade consumada, enquanto outras permaneciam lutando na terra e, por isso; acreditavam a visão beatífica só seria outorgada após a ressurreição da carne e o juízo universal, no fim dos tempos. (Fonte: Pergunte e Responderemos n. 381, de fevereiro 1994).

[191] O Jansenismo nutria um conceito pessimista da natureza humana, julgando-a escravizada à concupiscência e ao pecado; em consequência, admitia que o homem só pode praticar o bem em virtude de irresistível influxo da graça divina. O pessimismo jansenista ainda era acentuado pela tese de que Cristo não remiu todos os homens, mas apenas os predestinados. Tais proposições são totalmente alheias à verdadeira mensagem do Evangelho, que visa não abater, mas soerguer o homem pecador, fazendo que as almas considerem mais a Misericórdia do Salvador do que a própria miséria. É o que explica a condenação proferida por Inocêncio X. Pelagianos e Semi-pelagianos foram hereges dos séculos V e VI que acentuaram exageradamente as possibilidades da natureza humana no tocante à salvação eterna. (Fonte: Pergunte e Responderemos n. 381, de fevereiro 1994).

[192] O Quietismo era uma tendência mística que fazia coincidir a perfeição espiritual com tranquilidade e passividade da alma tais que o cristão não desejaria mais a sua bem-aventurança eterna, nem a aquisição da virtude; qualquer tendência nele estaria extinta. A alma colocada nesse estado de aniquilamento não pecaria mais, mesmo que por sua conduta externa parecesse violar os mandamentos de Deus ou da Igreja; ser-lhe-iam desnecessárias orações vocais, práticas de penitência e resistência às tentações. Evidentemente, tais ideias contradizem à genuína mente cristã, que S. Agostinho tão bem exprime na fórmula; “Deus, que te criou sem ti, não te salva sem ti”. O ideal do cristão não é propriamente a apatia estóica, ou seja, a ausência de todo e qualquer afeto sensível, mas, sim, a metriopatia, ou seja, o domínio sobre os afetos tal que possam servir à vida sobrenatural. (Fonte: Pergunte e Responderemos n. 381, de fevereiro 1994).

[193] Justamente em plena crise jansenista se deram as aparições do Sagrado Coração de Jesus (1673-1675), que, sob forma simbólica, queriam lembrar ao mundo que Deus é o Amor, e o Amor que se fez companheiro dos homens. (Fonte: Pergunte e Responderemos n. 381, de fevereiro 1994).

[194] As ideias dos conciliares de Pistóia não eram senão a expressão extremada do nacionalismo e do despotismo de Estado que haviam começado a tomar vulto nos tempos de Filipe IV, o Belo, da França e de Bonifácio VIII. No fim do séc. XVIII esse nacionalismo se havia apoderado das cortes européias em geral, levando os soberanos católicos a pretender criar Igrejas regionais, mais ou menos independentes do Sumo Pontífice; tal tendência tomou vulto na França de Luís XIV, em Portugal do marquês de Pombal, na Espanha de Aranda e Florida Branca, na Áustria de José II e, de maneira especial, no Grão-Ducado da Toscana, cujo titular, o Grão-Duque Leopoldo, era irmão de José II. Leopoldo obteve o apoio do episcopado da Toscana, chefiado por Cipião Ricci, Bispo de Pistóia, para 57 artigos que visavam profundas reformas da estrutura e da disciplina da Igreja, em grande parte inspiradas por ideias de Jansênio e de Quesnel: entre outras medidas, preconizavam a subordinação da Igreja ao Estado e a quase absoluta independência dos Bispos em relação ao Sumo Pontífice; a abolição da devoção ao S. Coração de Jesus, das procissões, das imagens, da praxe das indulgências, dos honorários de S. Missa e de serviços religiosos em geral; apregoavam a redução das Ordens e Congregações Religiosas a um só tipo norteado pelo exemplo de Port-Royal (mosteiro jansenista próximo a Paris); queriam outrossim a celebração da liturgia em vernáculo, o que em si nada tem de reprovável, mas era contingentemente associado a reivindicações heréticas (isto foi suficiente para que o postulado da liturgia em vernáculo se tornasse mais uma vez suspeito aos olhos de Roma. como se tornara suspeito quando os reformadores o formularam no séc. XVI). — Antes mesmo que Pio VI condenasse as proposições de Pistóia, já o povo toscano havia mostrado sua veemente indignação contra elas, de tal modo eram alheias à genuína tradição cristã; o próprio Bispo Ricci submeteu-se ao alvitre de Pio VI. (Fonte: Pergunte e Responderemos n. 381, de fevereiro 1994).

[195] Antes da definição do dogma da Imaculada Conceição, perguntavam alguns teólogos que motivo havia para que o Sumo Pontífice se pronunciasse em tom solene e extraordinário sobre uma proposição que era pacificamente professada pela Cristandade. A tal questão foi dada a seguinte resposta: a afirmação de alguma verdade concernente a Maria equivale sempre à afirmação sucinta de toda a dogmática cristã; com efeito, em Maria a fraqueza do homem e a graça de Deus, a Encarnação, a Redenção, o mistério da Igreja e a glória final se acham compreendidos de maneira estupenda. Em consequência, uma definição mariológica em meados do século passado teria o valor de uma profissão compendiosa de fé cristã frente ao racionalismo e ao materialismo que pesavam sobre a

cultura da época. Tal foi o sentido profundo do pronunciamento de Pio IX. (Fonte: Pergunte e Responderemos n. 381, de fevereiro 1994).

[196] Esta proposição está intimamente ligada com o dogma da Imaculada Conceição: na verdade, se Maria nunca esteve sujeita ao pecado, compreende-se que não tenha ficado sob o império da morte, a qual não é senão uma consequência do pecado (Pio XII, porém, não quis definir a questão até hoje aberta: terá Maria ao menos atravessado a morte antes de ser glorificada ou haverá sido preservada mesmo de morrer, de modo a passar sem hiato, desta vida para a glória celeste?). A crença na Assunção corporal de Maria não sofria contestação antes de ser definida; a definição, porém, foi justificada por motivos análogos aos que acima indicamos: o presente século continua sujeito às influências do racionalismo e do materialismo; principalmente nos últimos decênios a matéria ou o corpo do homem têm sido lamentavelmente vilipendiados pelo libertinismo dos costumes e pelos morticínios coletivos (bombardeios) das grandes guerras. Nesta época, portanto, a afirmação da Assunção corporal de Maria lembra ao mundo o destino transcendente do corpo humano e o valor sobrenatural que o Criador a este quis atribuir. (Fonte: Pergunte e Responderemos n. 381, de fevereiro 1994).

[197] A divisão aqui exposta é a proposta por Dercio Antonio Paganini, disponível em vários sites já que, pela facilidade didática, é reproduzida em vários artigos católicos. Nossa fonte foi o excelente site “Duc in altum!”, cujo endereço eletrônico para a matéria, que nos subsidiará nas próximas páginas, é: <http://www.duc-in-altum.com.br/Duc%20in%20altum!5a.htm>

[198] O Concílio de Trento (1546-1543), realizado durante a “reforma” protestante, confirmou de forma dogmática as refutações às heresias de Lutero, inclusive o canon bíblico, do qual Lutero havia suprimido sete livros do Velho Testamento: Tobias, Judite, Sabedoria, Eclesiástico, Baruc e os dois livros dos Macabeus (além de alguns trechos dos livros de Daniel e Ester).

[199] A lei moral (o Decálogo) mantém-se inalterada e incide sobre os cristãos - trata-se de Lei eterna, santa e perfeita (cf. Concílio de Trento).

[200] Ott, Ludwig. *Fundamentals of Catholic Dogma*. TAN Books, Charlotte, NorthCarolina. 1974

[201] Como já dissemos, este é um Curso Introdutório ao Estudo dos Dogmas, o que não nos permite um aprofundamento maior em cada um dos dogmas, objeto de um Curso específico, de Teologia Dogmática.

[202] Catecismo da Igreja Católica, 31.

[203] DS 2813

[204] Fonte: Wikipédia, http://pt.wikipedia.org/wiki/Exist%C3%Aancia_de_Deus.

[205] A teoria científica mais aceita entre os cientistas dá conta que o universo, ou seja, tudo o que existe, tempo e espaço, teve origem a partir do que chamam uma singularidade, um ponto sem dimensões a partir do qual o espaço e o tempo passaram a existir e onde nada existia.

[206] “Em Deus, e somente em Deus, essência e existência identificam-se. Deus é o puro ato de existir (*Ipsum Esse*), sem sombra alguma de potencialidade. Ele é a plenitude do ser. Nele, todas as perfeições que convém ao ser, como a unidade, a verdade, a bondade, a beleza, a inteligência, a vontade, identificam-se com sua essência, de tal modo que podemos dizer: Deus é a Unidade mesma, a Verdade mesma, a Bondade mesma, a Beleza mesma... Tudo isso leva-nos a dizer que, fora de Deus, não há existência necessária. Não podemos dizer que fora de Deus exista um ser tal que sua essência coincida com sua existência, pois, assim, estaríamos afirmando um outro absoluto, o que é logicamente impossível. Pela reflexão, pois, podemos afirmar que em tudo que não é Deus há composição real de essência (o que alguma coisa é) e existência (aquilo pelo qual alguma coisa é). A essência do universo criado não implica sua existência, já que, se assim fosse, o universo, contingente como é porque sujeito à potencialidade, seria o próprio ato de existir (*ipsum esse subsistens*), o que é falso. O universo criado, desse modo, já que não pode possuir a existência por si mesmo, só pode estar fora do nada (*ex-sistere*) por uma Causa que existe por si mesma e possa conceder-lhe a existência. Isso significa dizer: só Deus existe por si mesmo (*a se*) e tudo que não é Deus só pode vir ao ser (existir em ato) por influência do próprio Deus. Em sentido estrito, só Deus pode criar. Criar, em sentido estrito, é produzir o ser em toda a sua substância, é tirar do nada (*ex nihilo*)”. Fonte: Blog do Padre Elilio (<http://padreelilio.blogspot.com.br/2009/04/criacao-ex-nihilo.html>).

[207] Na Sagrada Escritura, a expressão “céu e terra” significa tudo aquilo que existe, a criação inteira. Indica também o nexa no interior da criação, que ao mesmo tempo une e distingue céu e terra: “a terra” e o mundo dos homens; “o céu” ou “os céus” pode designar o firmamento, mas também o “lugar” próprio de Deus: “nosso Pai nos céus” (Mt 5,16) e, por conseguinte, também o “céu” que é a glória escatológica. Finalmente, a palavra “céu” indica o “lugar” das criaturas espirituais - os anjos - que estão ao redor de Deus. (CIC 326)

[208] Catecismo da Igreja Católica, 469.

[209] Refere-se aos monotelistas.

[210] Catecismo da Igreja Católica, 365.

[211] Catecismo da Igreja Católica, 366.

[212] <http://sumateologica.wordpress.com/2011/05/11/doutrina-catolica-o-pecado-original-i/>

[213] Algumas questões sobre a teologia da Redenção. Comissão Teológica Internacional (1995).
Fonte: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_1995_teologia-redenzione_po.html.

[214] Catecismo da Igreja Católica, 518

[215] Deípara. Aquela que deu à luz um deus. Mãe de Deus.

[216] João Paulo II, Carta da Congregação da Doutrina da Fé a todos os Bispos “*Recentiores episcoporum synodi*”, de 17.03.1979.

[217] Maternidade é a “qualidade de mãe”, ou seja, aqui não nos referimos apenas ao parto, mas toda a vida de Jesus, na qual Maria exerceu a maternidade.

[218] Catecismo da Igreja Católica, 497.

[219] Catecismo da Igreja Católica, 498.

[220] Catecismo da Igreja Católica, 1137.

[221] Catecismo da Igreja Católica, 1364.

[222] Catecismo da Igreja Católica, 1364.

[223] A frase é do autor.

[224] Escatologia é uma palavra de origem grega composta por outras duas palavras: *eschaton*, que significa “último”, e *logos*, que significa “palavra, doutrina, tratado”. Assim, a escatologia é o tratado ou a doutrina sobre as últimas coisas, trata dos últimos eventos na história do mundo ou do destino final da humanidade, ou seja, do fim do mundo.

[225] Catecismo da Igreja Católica, 1040.

[226] “O Pai, com efeito, vendo refletido em sua própria essência a Seu Verbo Divino, que é a Imagem perfeitíssima de Si mesmo, O ama com um amor sem limites. E o Verbo, que é a Luz do Pai, Seu Pensamento eterno, Sua Glória, Sua Formosura, o Esplendor de todas Suas perfeições infinitas, devolve a Seu Pai um amor semelhante, igualmente eterno e infinito. E ao encontrarem-se as correntes do amor que brota do Pai com aquela que vem do Filho, salta, por assim dizer, uma torrente de chamas que é o Espírito Santo, amor único, ainda que é mútuo, vivente e subsistente, abraço infável, vínculo que completa ao Pai e ao Filho, na unidade do Espírito Santo”. Cf. “*Perfeição Cristã*”, de Roeo Marin, p. 53, citado em www.ultimasmisericordias.com.br/.../DOGMAS-SOBRE-DEUS.

[227] Não se fala “**em nome** do Pai, **em nome** do Filho e **em nome** do Espírito Santo”, mas apenas uma única vez, porque os três, Pai, filho e Espírito Santo têm um único nome, que é **o nome** do Deus Único. Por isso rezamos e tudo fazemos **em nome** do Pai, e do Filho e do Espírito Santo. Diz o Catecismo da Igreja Católica, nº 233: “Os cristãos são batizados ‘em nome’ do Pai e do Filho e do

Espírito Santo, e não ‘nos nomes’ destes três, pois só existe um Deus, o Pai Todo-Poderoso, seu Filho Único e o Espírito Santo: a Santíssima Trindade.

[228] Foi o Concílio de Latrão (1215), sob Inocêncio III (1198-1216), que proclamou o dogma da Trindade. No Concílio de Florença (1438-445), sob Eugênio IV (1431-1447), a Igreja, sob a iluminação do Espírito Santo, reafirmou o dogma da Trindade e apresentou seu significado em termos teológicos mais desenvolvidos, num exemplo do que neste curso explicamos sobre o desenvolvimento dos dogmas.

[229] Jurisdição, do latim *iuris dicere*, dizer o direito.

[230] Vigário é o religioso católico que é autorizado a exercer as funções de outro prelado em determinado local e período de tempo. O Papa (Pedro, inicialmente, e seus sucessores) é o Vigário de Cristo, pois exerce as funções de Cristo, ou seja, governa a Igreja em nome de Cristo até que ele volte.

[231] O episódio narrado em Atos, da eleição de Matias, demonstra claramente a liderança de Pedro entre os Apóstolos.

[232] Didaquê ou Didaqué (do grego *Didache*, “ensino”, “doutrina”, “instrução”), também conhecido como Instrução ou Doutrina dos Doze Apóstolos (*Didache kyriou dia ton dodeka apostolon ethesin*) é um escrito do século I (~90), constituído de dezesseis capítulos, de grande valor histórico e teológico, por se tratar do primeiro catecismo cristão conhecido.

[233] Ver também o tópico “Infalibilidade”, no capítulo XI deste livro.

[234] Catecismo da Igreja Católica, 892.

[235] Jesus, que ensinou que o batismo era necessário à salvação (Jo 3,5) não deixaria seus Apóstolos, a quem delegou a ordem de batizar, sem serem batizados.

[236] É impossível não ler este trecho de um texto de Hipólito de Roma (170-236) e não nos lembrarmos de nosso próprio crisma. O rito e as palavras trocadas entre o Bispo e o crismando são ainda as mesmas, decorridos quase dois mil anos! Como é bela a Tradição de nossa Igreja!

[237] Catecismo da Igreja Católica, 893.

[238] “A disputa do sacramento”, pintura de 1509 ou 1510, obra de Raphael, no Palácio Apostólico do Vaticano. Esse magnífico quadro representa o debate dos teólogos sobre a Transubstanciação. No céu, Cristo está ladeado pela sua bem-aventurada Mãe e por João Batista, e aparecem ainda Adão, Jacó, Moisés e outras figuras bíblicas. Acima de Cristo está Deus Pai e, abaixo, o Espírito Santo. Na “terra”, sobre o altar, está o ostensório, ladeado pelos teólogos que estão debatendo o dogma. Entre eles, os Papas Gregório I Magno, Júlio II e Sisto IV, e ainda São Jerônimo, Santo Agostinho e Santo Ambrósio.

[239] Catecismo da Igreja Católica, 1462.

[240] Ver nota 196.

[241] Código de Direito Canônico, cânones 1004 e 1006.

[242] Idem, cânon 1004, §2.

[243] Idem, cânon 1007.

[244] O estudo dos Novíssimos também é conhecido como Escatologia individual, pois trata exclusivamente do estudo individual do destino das almas após a morte, diferenciando-se assim da Escatologia coletiva, que visa estudar os últimos acontecimentos relativos a toda a humanidade, segundo a mesma ótica cristã.

[245] João Paulo II, Carta da Congregação da Doutrina da Fé a todos os Bispos “*Recentiores episcoporum synodi*”, de 17.03.1979.

[246] João Paulo II, Carta da Congregação da Doutrina da Fé a todos os Bispos “*Recentiores episcoporum synodi*”, de 17.03.1979.

[247] Devemos lembrar que Jesus, expressamente, se referiu ao diabo mais de uma vez e, ao nos ensinar a oração das orações, o Pai Nosso, exortou-nos a sempre pedir a Deus forças para nos livrarmos da tentação, que é uma possibilidade real (Jesus não nós teria ensinado isso, se não fosse verdadeiro).

[248] Apocatástase (do grego *apokatástasis*) foi um termo usado por Orígenes de Alexandria (185-253 d.C.), um dos maiores teólogos cristãos de sua época. O termo designa a restauração final de todas as coisas em sua unidade absoluta com Deus. Todos os seres, inclusive os que habitam o inferno, receberiam a redenção e salvação final por parte de Deus. Esse ensinamento foi condenado no Segundo Concílio de Constantinopla (533).

[249] A salvação, já iniciada, não está ainda plenamente realizada neste mundo, por isso, nós, que formamos a comunidade cristã, somos caracterizados por essa tensão escatológica, na medida que a Igreja de nosso Senhor Jesus Cristo vive entre o agora da fé e a espera da plena realização da ação salvífica de Cristo, ou seja, do *Éschaton*, a plenitude da Criação em Cristo. A Igreja já vive, em sinais, dos quais ela mesma é um, a manifestação do Reino de Deus. Desde que “*Cristo, levantado da terra, atraiu todos a si (Jo 12,32), ressurgindo dos mortos (Rm 6,9), e enviou seus discípulos o Seu vivificante Espírito e, por Ele, constituiu seu Corpo, que é a Igreja, como sacramento universal da salvação*” (*Lumen Gentium* 48), a dimensão escatológica constitui a natureza cristã. É impossível separar da Igreja essa realidade escatológica, que está entranhada em todas as suas dimensões e que dá sentido último a todas as ações sacramentais da comunidade de fé.

[250] Sugerimos a leitura da importante Carta Encíclica “*Ecclesia De Eucharistia*” do Sumo Pontífice João Paulo II, de 17 de Abril de 2003.

[251] Como proclama o Símbolo Niceno-Constantinopolitano: “Deus de Deus, Luz da Luz, Deus Verdadeiro de Deus Verdadeiro”.

[252] Gruner, Nicholas. Padre. Se perdermos o Dogma, perdemos a nossa alma. Artigo publicado em <http://www.fatima.org/>, acesso em 14.11.2014.

[253] Viver na “Tensão escatológica” é viver a santidade na expectativa da vinda gloriosa de Nosso Senhor Jesus Cristo. Esperar amando, sofrendo, com misericórdia e paciência, rezando e lutando contra o pecado, esforçando-se com fraternidade, constância e piedade.

(<http://www.cancaonova.com/cnova/ministerio/temp/mensagem.php?id=26217>)

[254] Deus pode até permitir que sejamos enganados pelo mal, porque não amamos a verdade, mas nunca nos pode mentir. Cf. Gruner, Nicholas. Padre. Se perdermos o Dogma, perdemos a nossa alma. Artigo publicado em <http://www.fatima.org/>, acesso em 14.11.2014.

[255] Constituição Apostólica do Sumo Pontífice João Paulo II *Fidei Depositum* para a publicação do Catecismo da Igreja Católica, do Concílio Vaticano II, de 11 de Outubro de 1992.

[256] O Papa Paulo VI, no encerramento do Ano da Fé (de 30/06/1967 a 30/06/1968), em comemoração dos 1900 anos dos martírios de São Pedro e São Paulo, apresentou à Igreja a sua Profissão de Fé, que recebeu o nome de o Credo do Povo de Deus. Este Credo tornou-se de grande importância para a Igreja Católica, sendo fonte de inúmeros documentos eclesiais posteriores.

[257] Desde cedo, ou seja, desde o início da Igreja, e até hoje, a Bíblia foi vista e considerada pelos cristãos como norma de sua fé e para a sua vida.

[258] O nome Muratori remete ao descobridor desse documento, o sacerdote italiano Ludovico Antonio Muratori (1672-1750), que o encontrou entre vários outros pergaminhos e outros documentos antigos na Biblioteca Ambrosiana de Milão. Muratori publicou o documento em 1740.

[259] O cânon Muratori, ao citar o livro dos Atos, menciona dois episódios - a paixão de Pedro e a viagem de São Paulo a Espanha – que não estão nos livros atuais dos Atos dos Apóstolos. Haveria um segundo livro dos Atos, igualmente escrito ou atribuído a Lucas, ou o livro que temos hoje falta algum conteúdo?